

ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA



A FRONTEIRA AMAZÔNICA MATO-GROSSENSE: Grilagem, Corrupção e Violência

**Painel pintado por DODO na fachada da sede
da Associação dos Moradores da Vila de São Sebastião
São Félix do Araguaia-MT.
Foto feita em 1986 por OLIVEIRA, A.U.**

**A FRONTEIRA AMAZÔNICA
MATO-GROSSENSE:
Grilagem, Corrupção e Violência.**

Ariovaldo Umbelino de Oliveira

**lände Editorial
São Paulo
2016**

ISBN: 978-85-922539-2-9

Copyright © Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Direitos desta edição reservados à Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Rua Padre Luís Yéber, 42 –
Butantã – São Paulo/SP – Brasil - Telefone: (11) 3735-7719 E-mail: arioliv@usp.br e
<http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/publicações.htm>

Editado no Brasil

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do
copyright (Lei nº 5988) 1ª edição – 2007.

Projeto Editorial: Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Diagramação: Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Capa: Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Produção do Livro: Iânde Editorial

Ficha Catalográfica

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A FRONTEIRA AMAZÔNICA MATO-GROSSENSE: Grilagem,
Corrupção e Violência. São Paulo: Iandé Editorial, 2016, 530 p. Inclui bibliografia. 1. Geografia
Agrária 2. Agricultura Brasileira 3. Fronteira 4. Mato Grosso 5. Grilagem.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-922539-2-9



Todos dos direitos reservados e protegidos pela lei no 9.610, de 19/02/1998. Nenhuma parte
deste livro, sem autorização prévia por escrito do editor, poderá ser reproduzida ou transmitida
sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou
quaisquer outros. É permitida a citação, devendo a mesma ser textual, com indicação de fonte
conforme a ficha catalográfica.

Disponibilizado em:

<http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/publicações.htm>

APRESENTAÇÃO

Este trabalho foi apresentado em 1997 como tese de Livre Docente na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Hoje, em 2016, foi transformado em publicação de um livro. Assim, tem sido o caminho desse trabalho, depois de 20 anos virou um livro. Não tem outra explicação do que esta. É uma história longa. História dos livros de antigamente. Dos muitos livros que viram história antes de serem publicados. Esse é apenas mais um livro.

Ele trata dos processos que iniciaram com a ditadura militar de 1964. É apenas mais um livro a recontar parte da história do Brasil. Essa história muitas vezes pouco contada. Ele versa sobre a história que se iniciou lá pelos anos de 1966, quando o governo da ditadura resolveu implantar no país, o processo de ocupação da Amazônia. Eu ouvia, lia, enfim, reproduzia a história um dia contada pelos jornais da época. Foi assim, que o livro saiu, vasculhando a imprensa escrita, numa época em que valia a penas vasculhar a imprensa. Hoje, no entanto, isso talvez, não seria possível.

Assim, vasculhei tudo e mais um pouco. Vasculhei os órgãos da imprensa livre e da engajada. Vasculhei meio em cima da hora, a história recente do país que construíamos. Um país, cheio de prós e contras. Um país gigante, cujo gigantismo não foi possível só amá-lo. Foi preciso exorcizá-lo.

Por tudo isso, eu recém ingresso na universidade pública brasileira, pedi licença para meu Departamento para ir fazer pesquisa em Mato Grosso. Santa hignuidade minha, pedir licença. Afinal eram tempos da ditadura. Mas foi o que fiz, um pedido de licença para um recém ingressado na universidade. Muitos não gostaram. Muitos mesmo, até aqueles que eu elogiara em meu doutorado. Nunca fui saber o que tinha realmente acontecido. Não importa, mas o importante foi que o Departamento me deu a licença para ir ao Mato Grosso fazer a pesquisa. E mais, o CNPQ me deu uma pequena ajuda, mas muito grande para mim. E lá fui eu andar pelo Mato Grosso.

Andei muito, minha perua Panorama, aquele carrinho da Fiat, que o diga, ela quase acabou. Foram mais de 100 mil quilômetros rodados entre os projetos de colonização que se instauravam na época. Virei e revirei o Nortão como a mídia chamava aquela porção do estado. Conheci pessoas

sensacionais. Todos me ajudaram a descrever e escrever uma parte de sua história.

Mas, mais importante para mim, foi ver minha recém família envolvida em toda essa história. Lá estavam, elas presente. Bernadete minha querida companheira, Ursula minha filha e Emiliano meu pequeno filho. Ambos cresceram vivendo a aventura do pai. Um pai meio louco pelo que fazia. Um pai que levou os filhos para viverem a grande epopeia. Uma grande epopeia que não era só minha, era nossa. Meus filhos cresceram vivendo esta epopeia. Mas, isso é só o que conto agora, muito foram o que viveram, vivendo. Lembrome agora, das cenas de uma das viagens que fizemos pelo interior do Nortão de Mato Grosso. Lá pelos idos de 1986, quando fizemos um giro do Nordeste de Mato Grosso até o Centro do estado. E nessa viagem fizemos a aventura de atravessar o Parque Nacional do Xingu, pela estrada BR-80. Foi uma verdadeira aventura, a travessia do grande rio numa embarcação que se eu pensasse um pouco, jamais poria meus filhos, a Bia minha cunhada e Bernadete. Mas fomos nós, naquele motorzinho atravessando, atravessando, até que chegamos do outro lado do grande rio, agora já no início do grande Parque. Foi uma travessia e tanto. O Emiliano sempre recordava as aventuras da TV do “Camel Trophy Borneo”, uma aventura dos carros em plena ilha de



Borneo na Indonésia. Nunca esqueci desta passagem, o Emiliano também. Cada passagem na estrada por dentro da água ele falava: *Camel Trophy Borneo*. E assim, de travessia em travessia chegamos do outro lado do Parque. Assim, fui construindo este trabalho. Quando chegamos a Matupá no entrocamento da Cuiabá-Santarém, BR-163, foi que “caiu a ficha” das aventuras que havíamos feito. Foi muito bom, mas muito perigoso.

Assim, saiu os campos deste trabalho, algumas épocas cheio de pó, poeira, outros cheio de lama, lama pura. Mas, de pó e lama se faz um trabalho, este foi assim. Mas, saiu, em 1997, num mutirão só, mas saiu. E agora, vinte anos depois vira um livro. Um livro que não é só meu é de todos que viveram essa grande epopeia.

Mas, escrever um livro é sempre uma epopeia. Este tem muitas, muitas mesmo. Talvez a grande façanha desta tese de livre docência tenha sido minha escola na vida, pois, nessa mesma viagem foi quando conhecemos a casa, o lugar São Félix do Araguaia, os feitos de Dom Pedro Casaldáliga, um bispo feito gente. Naquela viagem nós todos estivemos com Pedro. Foi muito estranho, para mim um mero professor pesquisador. Mas, quando chegamos na casa de Pedro, ele, alegremente nos saudou. Mas, na frente de sua casa

estava um jipe chapa branca. Da universidade é importante dizer, mas chapa branca. Foi um entra e sai na casa de Pedro. Cada pouco vinha um e entrava casa a dentro cumprimentando todos. Pedro calmamente, chamava-o para a cozinha e logo em seguida, lá saía o cidadão despedindo de todos. Aí estava o primeiro emblema que aprendi logo cedo, a defesa de Pedro e seu povo.

Naquele dia, ele deu dois pedregulhos para Ursula e Emiliano dizendo coisas maravilhosas do rio Araguaia. Ambos guardaram, pois, um dia muito mais tarde, por volta de 2009, quando fui fazer um trabalho para o ICMBio em Luciara, e levei o Emiliano comigo, pois, já era geólogo, fomos visitar Pedro em São Félix do Araguaia. E qual não foi a minha surpresa: o Emiliano disse ao Pedro que guardava aquela “pedrinha” que havia ganho de Pedro.

Por isso Pedro é meu mestre na estrada, na vida. Meu mestre, a quem dediquei este trabalho. Outro, é Valverde, o Orlando. Com Valverde aprendi a fazer Geografia, com Pedro aprendi as páginas da vida. Ambos são meus mestres a quem dediquei a tese e este livro.

Assim, este livro está cheio de entradas e saídas. Entradas da vida na Geografia e, saídas para a Geografia e a vida. Por isso, não há outra coisa a fazer nesta apresentação do que saudar meus dois mestres Orlando e Pedro, estes dois singelos homens com quem aprendi várias páginas de um grande livro da vida.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira

(Num dia de domingo no final do ano de 2016)

**Para
Orlando Valverde
e Dom Pedro Casaldáliga, meus mestres,
na Geografia e na vida.**

**E
à memória de meu pai Francisco
que não pode em vida, viver este momento.**

Meus mais profundos agradecimentos:

Aos colegas, amigos e aos companheiros da luta cotidiana, que conheci e aprendi a admirar em Mato Grosso;

**À Universidade de São Paulo
pelas condições,**

**e ao CNPq
pelos pequenos, mas importantes recursos,
ambos, permitiram a realização da pesquisa.**

**Debulhar o trigo,
Recolher cada bago de trigo.
Forjar do trigo,
O milagre do pão
E se fartar de pão.**

**Decepar a cana,
Recolher a garapa da cana.
Roubar da cana a doçura do mel,
Se lambuzar de mel.**

**Afagar a terra,
Conhecer os desejos da terra.
Cio da terra propícia estação
E fecundar o chão.**

(“Cio da terra” - Chico Buarque de Holanda e Milton Nascimento)

ÍNDICE

Introdução	12
PARTE I	
1. A GEOGRAFIA E A AMAZÔNIA.....	24
(O Tema, a Região e a Produção Acadêmica	
2. A AMAZÔNIA E A GEOPOLÍTICA.....	42
(A internacionalização dos recursos minerais no Brasil: da ideologia das "Fronteiras Geográficas" à ideologia das "Fronteiras Ideológicas")	
3. A AMAZÔNIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	63
(As Políticas Territoriais do Estado)	
4. A AMAZÔNIA E A FRONTEIRA	123
(Integrar para Entregar: a Internacionalização dos Recursos Naturais da Amazônia	
PARTE II	
5. A "MARCHA PARA O OESTE" CONTINUA.....	157
(O Quadro Histórico da Ocupação Recente do Norte Mato-grossense)	
6. A GRILAGEM E A TOMADA DAS TERRAS INDÍGENAS.....	175
(Os Territórios Índios no Norte Mato-grossense)	
7. A EXPROPRIAÇÃO E OS ESCÂNDALOS NA AGROPECUÁRIA	317
(Os Projetos Agropecuários no Estado de Mato Grosso)	
8. OS LATIFÚNDIOS NAS MÃOS DAS COLONIZADORAS PRIVADAS	363
(Os Projetos de Colonização Recentes no Norte Mato-grossense)	
BIBLIOGRAFIA	406
ICONOGRAFIA	426

“O processo de modernização, ao mesmo tempo que nos explora e nos atormenta, nos impele a apreender e a enfrentar o mundo que modernização constrói e a lutar por torná-lo o nosso mundo. Creio que nós e aqueles que virão depois de nós continuarão lutando para fazer com que nos sintamos em casa neste mundo, mesmo que os lares que construímos, a rua moderna, o espírito moderno continuem a desmanchar no ar.”

(*“Tudo que é sólido desmancha no ar” - Marshall Berman*)

INTRODUÇÃO

Compreender a construção do território brasileiro foi sempre o objetivo maior. Orlando VALVERDE, Pascoale PETRONE, Manoel F. G. SEABRA, Manuel Corrêa de ANDRADE, Gil Sodero de TOLEDO, Nelson de LA CORTE, Léa GOLDENSTEIN, Maria Regina Cunha de TOLEDO SADER, José Pereira de QUEIRÓZ Neto, Aziz Nacib AB'SABER, José Ribeiro de ARAUJO FILHO foram meus mestres. Não fiz a opção por razões pessoais, ao contrário, a opção nasceu da necessidade histórica de um tempo. Um tempo que não era local ou nacional. Um tempo que estava datado historicamente. Um tempo universal, mundial como preferimos hoje. Um tempo de guerra e de paz. Um tempo de vida e de morte. Um tempo talvez, sem igual na história mundial.

Assim, a opção nasceu na trajetória de vida. Nasceu produto dos ensinamentos dos mestres. Entender, transformar o Brasil era um compromisso de nossas gerações. Um compromisso com os trabalhadores do Brasil, com os cidadãos desse país continente. Talvez, mais do que isso, era mesmo o reencontro com minhas raízes. Por isso, o tributo nasceu no caminho, que foi sendo construído caminhando. A estrada é a raiz da práxis. Caminhar é preciso, viver também é preciso, como já disse um dia o poeta.

Mas a construção do caminho não foi tarefa fácil, edificada somente, pelas lições dos livros. Foi produto da práxis, onde a prática e a teoria

se entrecruzaram na simbiose do saber. Por certo, as razões foram outras, além dessas já apontadas. Foi a necessidade de compreender o passado herdado de meus antepassados. Compreender a trajetória dos camponeses sem terra na luta pela terra, pelo trabalho livre, enfim, pela cidadania.

A estrada que a história legou ao Brasil, não passou primeiro pela presença cativa da terra, mas ao contrário, passou pela pessoa cativa do escravo. No cativeiro dos homens, a liberdade do acesso à terra foi negado primeiro, aos negros escravos e depois aos brancos ou mestiços sem terra. Neste país, os camponeses lutam desde o início de sua ocupação para obter um pedaço de terra e poder construir livremente o lugar de suas vidas. Por isso que este século XX está marcado pela luta pela terra. Este século constitui-se no século por excelência de formação do campesinato brasileiro.

Dessa forma, a história de meus familiares coincide com a história dos trabalhadores do país. Expulsos da terra, pela transformação nas relações de produção e de trabalho no mundo do colonato paulista, proletarizaram-se nos empregos urbanos e industriais deste estado. Porém, mesmo assim, não abandonaram o ideal da terra como lugar da liberdade. É este ideal utópico, não compreendido por muitos intelectuais, que leva camponeses proletarizados a empreender o retorno à terra. Por isso não medem sacrifício; lutam, morrem para conquistar o lugar de realização de seus ideais: a terra. Também por isso, são na atualidade, a força social movente do campo brasileiro.

Um campo conflitado, um campo apropriado privadamente. Absurdamente concentrado em poucas mãos. Nunca na história da humanidade se viu concentração fundiária como essa que temos no Brasil. Por isso, o conflito e as mortes sempre foram constantes na manutenção desta ordem anacrônica. Mas, o combate, a luta dos trabalhadores forma parte fundamental da história brasileira, uma história repleta de conflitos no campo.

Assim, conflitos sociais no campo, no Brasil, não são uma exclusividade de nosso tempo. São, isto sim, uma das marcas do desenvolvimento e do processo de ocupação do campo no país.

Os povos indígenas foram os primeiros a conhecerem a sanha de terra dos colonizadores que aqui chegaram. Este genocídio histórico a que vêm sendo submetidos há quase quinhentos anos, os povos indígenas brasileiros é marca original das muitas histórias de massacres no campo.

O território capitalista no Brasil se fez como produto da conquista e destruição do território indígena. Espaço e tempo do universo cultural índio foram sendo moldados ao espaço e tempo do capital. O ritmo

compassado do tic-tac do relógio no seu deslocar temporal nunca foi a marcação do tempo para as nações indígenas. Lá, o fluir da história está contado pelo passar das "luas" e pela fala mansa dos mais velhos registrando os fatos reais e seus mitos.

Talvez, estivesse aí o início da primeira luta entre desiguais. A luta do capital em processo de expansão, desenvolvimento, em busca de acumulação, ainda que primitiva, e a luta dos "filhos do sol" em busca da manutenção do seu espaço de vida no território invadido.

A marca contraditória do país que se desenhava podia ser buscada na luta pelos espaços e tempos distintos e pelos territórios destruídos/construídos.

Esta luta das nações indígenas e a sociedade capitalista européia primeiro, e nacional/internacional hoje, não cessou nunca na história do Brasil. Os indígenas, acucados, lutaram, fugiram e morreram. Na fuga deixaram uma rota de migração, confrontos entre povos e novas adaptações.

A Amazônia é seguramente seu último reduto. Mas a sociedade brasileira capitalista, internacionalizada, insiste na sua capitulação. O Banco Mundial acena com recursos para a demarcação de suas "prisões". As "reservas" indígenas, frações do território capitalista para aprisionar o território liberto indígena, são demarcadas para não serem respeitadas.

Novamente espaços e tempos distintos são produtos da luta desigual do e no território. O espaço liberto e o tempo cíclico da vida indígena são novamente sacudidos pelo tempo do relógio e pelo espaço-prisão, do capital.

Tal qual no passado, esta luta continua, com um único derrotado: o índio, e com ele uma fração da humanidade.

Simultaneamente à luta dos indígenas contra o tempo e o trabalho dos brancos capitalistas, nasceu a luta dos escravos negros contra espaços e trabalhos para os senhores fazendeiros rentistas.

Quilombos surgiram, Palmares cresceu. Zumbi nasceu, Ganga Zumba lutou, Zumbi morreu. Na terra da liberdade e do trabalho de todos nasceu, no seio do território capitalista colonial, o território livre, liberto, dos africanos/brasileiros escravos, mercadorias antes de trabalhadores, para a primitiva acumulação do capital já mundializado.

Palmares cresceu; negros acolheu e brancos juntou. Procurava-se construir, agora por dentro, o território da liberdade negra da África no Brasil. A produção coletiva era crime contra a lógica da produção privada/expropriada do escravo pelo senhor.

A guerra/destruição de Palmares viu a presença dos bandeirantes - Domingos Jorge Velho e outros - destruidores da terra e da liberdade negra, indígena, e de homens libertos: jagunços históricos dos senhores rentistas do açúcar.

Hoje são outros os jagunços da história das classes dominantes que desde os tempos da ditadura militar dos anos sessenta e setenta, vêm tomando a bandeira da guerra/destruição das terras de trabalho dos posseiros dos povoados empoeirados, enlameados do sertão, e/ ou da terra livre e do território sem cercas dos povos indígenas da Amazônia.

Os posseiros lutam numa ponta contra a expropriação que os gera, e na outra, contra o jagunço, gendarme de plantão do latifundiário especulador e grileiro das terras indígenas. Não lhes é dado sequer a possibilidade de serem senhores de seu vir a ser. Matam os posseiros, seus defensores e seus seguidores. Matam a possibilidade de criação e recriação do espaço liberto da produção familiar. Matam/destroem o território liberto das posses livres e das terras de trabalho da Amazônia retirante, da Amazônia dos retirantes.

Mas da luta e da morte que atravessam esta conquista do território coletivo livre do índio, nascem, e se reproduzem as roças comunitárias e a produção coletiva do território liberto dos posseiros contra a sanha e a sina da expropriação e da proletarização.

Canudos, Contestado, Trombas e Formoso fazem parte da história das lutas pela terra e pela liberdade no campo do país. São memórias da capacidade de resistência e de construção desses expropriados na busca pelo espaço livre onde possam ser proprietários coletivos de um tempo descompromissado com o relógio capitalista. São também memórias da capacidade destruidora do capital e dos capitalistas perante o temor de uma destruição inevitável.

Inevitáveis e históricas, as ligas camponesas sacudiram o campo nordestino nos anos cinqüenta e sessenta. A violência do golpe militar de 64 sufocou o anseio de liberdade do morador sujeito dos latifúndios armados do Nordeste brasileiro. Caçaram e cassaram as lideranças dos camponeses em luta. Muitos "fugiram" fingindo, sumiram, foram assassinados. Mas mesmo assim a CONTAG - Confederação dos Trabalhadores da Agricultura - nasceu e não morreu.

Nos confins do sertão, na Amazônia, as lideranças camponesas se esconderam para não morrer. E vivos, voltaram em outro

tempo, para atuar nos sindicatos e organizar a resistência dos posseiros contra os empresários do Centro Sul, travestidos de grileiros rentistas.

O Estatuto da Terra era uma espécie de bandeira militar levada ao campo em luta para, através da guerra, impor a "paz na terra". Mais de 20 anos se foram e os militares não permitiram sequer que o Estatuto se tornasse Plano. A "Nova República" se incumbiu dessa missão histórica, mas se esqueceu de pedir a fiança do PMDB, do PFL, dos latifundiários, da UDR, enfim, esqueceu-se que para o Estatuto sair do Plano/papel para a realidade em reforma, havia o fosso controlado pelos especuladores rentistas. Aliás, mais que isto, o fosso estava controlado pela aliança entre os setores nacionais do capital internacionalizado do mundo, agora territorializados.

O número de mortos nos campos, pelas batalhas da terra, foi crescendo, dobrando. E se transformando qualitativamente. Não morrem unicamente os posseiros que ocupam as posses, morrem também as lideranças sindicais, aqueles que os apoiam e defendem: os padres, os pastores, os agentes pastorais, os advogados, etc.

Esta luta também chegou ao Congresso Constituinte. Os setores reacionários, proprietários/latifundiários/rentistas não abrem mão da necessidade de se implantar no campo o princípio legal considerado "injusto e ilegítimo" da "justa e prévia indenização em dinheiro da terra e das benfeitorias".

No entanto, se da violência nasce a morte, nasce também na vida. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é produto dessa contradição. A negação à expropriação não é mais exclusividade do retirante posseiro distante. Agora ela é pensada, articulada, executada a partir da cidade, com a presença dos retirantes a quem a cidade/ sociedade insiste em negar o direito à cidadania. Direito agora construído e conquistado na luta pela recaptura do espaço/tempo, perdidos na trajetória histórica da expropriação.

Acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. A terra que permite aos trabalhadores - donos do tempo que o capital roubou e construtores do território coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão - reporem-se/reproduzirem-se, no seio do território da reprodução geral capitalista.

Nos acampamentos, camponeses, peões e bóia-frias encontram na necessidade e na luta a soldagem política de uma aliança histórica. Mais que isso, a evolução da ação organizada das lideranças bóia-frias, abre novas perspectivas para os trabalhadores. Greves rurais na cidade

para buscar conquistas sociais no campo são componentes ainda localizados no campo brasileiro, sinal de que estes trabalhadores, apesar de tudo, ainda vivem e lutam.

No entanto, se o horizonte do campo no Brasil é contraditório na essência, é nessa contradição ou conjunto de contradições que se deve desenvolver a compreensão dessa realidade. Esta compreensão seguramente passa pela distribuição territorial desigual dessas contradições e movimentos. Talvez aí esteja um espaço para a participação dos geógrafos e da geografia: estudar o desenvolvimento econômico, social e político da sociedade em que se inserem.

Este momento do desenvolvimento do capitalismo é fundamental para o campo, pois as bases para sua industrialização estão lançadas, e o capital, feito rolo compressor, tudo esmaga na rota da acumulação e da sua reprodução ampliada. É nesta rota que entendemos os conflitos sociais e a luta pela terra no Brasil.

A ocupação recente da Amazônia é síntese e antítese desse processo violento. Se a abertura da posse pelo posseiro deriva da negação consciente à proletarianização. A colonização tem sido a válvula de escape das pressões que a concentração e o remembramento da terra traz consigo. A pressão que o capital faz “aqui”, libera parcialmente “lá”. Da pressão e contra pressão, nasceu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Um movimento camponês em pleno limiar do terceiro milênio.

Está posta pois, a necessidade urgente de compreendermos particularmente a luta camponesa pela terra, e no interior dessa luta é inegável que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ocupa lugar de destaque. O MST como o movimento social rural mais organizado neste final de século, representa no conjunto da história recente deste país, mais um passo na longa caminhada dos trabalhadores rurais brasileiros em sua luta cotidiana pela terra. Essa luta camponesa revela a todos interessados na questão agrária, um lado novo e moderno. Não estamos diante um processo de luta para não deixar a terra, mas sim, diante um processo de luta para entrar na terra. Terra que tem sido mantida improdutiva e apropriada privadamente para servir de reserva de valor e/ou reserva patrimonial às classes dominantes. Trata-se, pois, de uma luta de expropriados, que na maioria das vezes, experimentaram a proletarianização urbana ou rural, mas que resolveram construir o futuro baseado na negação do presente. Não se trata, pois, de uma luta que apenas revela uma nova opção de vida para esta parcela excluída da sociedade brasileira, mas revela muito mais, revela uma estratégia de luta

acreditando ser possível hoje, a construção de uma nova sociedade. Uma nova sociedade dotada de justiça, dignidade e cidadania.

Por estas razões, essa luta contraditória não excluiu nem mesmo o interior do no Estado de São Paulo, onde o desenvolvimento do capitalismo fincou sua mais espetacular expansão nas últimas décadas. Mesmo assim, ou por isso mesmo, é que parte dos trabalhadores proletarizados do campo e da cidade passaram a negar esta condição. E como produto desta negação, organizaram-se para lutar por um pedaço de terra, para poder reconquistar a perdida autonomia do trabalho. Reconquistada agora, nas experiências coletivas ensaiadas pelos campos conquistados na luta.

Assim, as transformações profundas que a agricultura brasileira tem passado nesse final de século XX revela suas contradições presentes no interior da estrutura agrária e revela sua componente contemporânea: a luta pela reforma agrária. Mais do que isso, revela a relação orgânica entre a luta pela terra e a conquista da democracia por esses excluídos. Conquista da democracia que se consuma na conquista da terra, de sua identidade camponesa, enfim, conquista da cidadania.

Assim, os estudos sobre o campo têm que dar passos na direção da teoria, e esta tem que ter como ponto de retorno os movimentos sociais. Ponto de retorno que deve procurar abrir novos horizontes para a luta dos Sem Terra, dos posseiros, dos colonos, etc. Esse processo permitirá que a consciência construída também, a partir da compreensão da espacialização da luta pela terra pelos diferentes rincões do país, certamente, irá contribuir para sua organização no plano nacional e por certo, internacional.

Se a mundialização da economia capitalista traz à tona novos sujeitos sociais e novas articulações, traz também à tona a luta de novos personagens sociais, basta olharmos para o México, e lá estão os zapatistas em luta. Com certeza a história não acabou, e muito menos a utopia.

O caminho teórico para o estudo da questão agrária e particularmente dos movimentos sociais no campo tem que ir além da chamada espacialidade diferencial. Tem que buscar no entendimento da luta, sua dimensão espacial. Móvel, movente, flexível, assim é a luta travada pelos camponeses. Por isso, é importante trabalhar com a noção de espacialização da luta. Os acampamentos, as caminhadas, as ocupações, são processos que fazem a luta mover-se pelo território apropriado privadamente pelos proprietários de terra e ou pelos capitalistas. É como se eles não estivessem em lugar nenhum e ao mesmo tempo estivessem em todos os lugares onde há

a necessidade de erguer uma bandeira de luta. São homens, mulheres, crianças que fizeram da opção pela terra uma luta cotidiana sem fim. Por isso eles brotam por todos os cantos cantando seus hinos de guerra. A sua luta espacializou-se, espacializando com ela a luta pela cidadania.

É preciso lembrar que para uma parte desses que não cessam a luta, a possibilidade histórica da realização da utopia já começou a se tornar realidade. Nós, com olhar de geógrafo, devemos mostrar a todos que a luta possibilitou o assentamento, e com ele o movimento de luta se territorializou. A territorialização camponesa, em particular, dos posseiros ou do MST, abriu a possibilidade para se renovar, e mais do que isso, se fortalecer, firmando alicerces, construindo as bases para continuar a luta. Abre possibilidades para edificar-se o território da liberdade e dos sonhos. Dos sonhos camponeses utopicamente re-construídos na proletarianização e na luta pela conquista da terra.

O campo brasileiro nesse final de século está marcado por dois processos contraditórios e distintos. De um lado, está a industrialização da agricultura, ou seja, o desenvolvimento da agricultura capitalista abriu possibilidade histórica aos proprietários de terras ou aos capitalistas/prorietários de terra para a apropriação do lucro e da renda capitalista da terra. É por isso que o capital, os monopólios se territorializaram. De outro lado, porém, está o processo de expansão da agricultura camponesa, onde o capital monopolista procura desenvolver liames para subordinar/apropriar-se da renda da terra camponesa, transformando-a, metamorfoseando-a em capital. Nesse caso, o capital, os monopólios não se territorializam, mas monopolizam o território marcado pela produção camponesa.

É através dessa lógica contraditória que uma parte dos geógrafos, procura entender a realidade agrária brasileira. Com isso poder-se-á dar mais um passo no caminho da necessária construção de uma teoria que dê conta da explicação geográfica dessa realidade. Desvendar o território pode e deve ser uma perspectiva científica para a Geografia.

Por isso insistimos: temos que aprofundar a diferença que nos move frente a essa luta de cunho teórico, e por isso reafirmamos que o território não pode ser entendido como equivalente, como igual ao espaço, como propõem muitos geógrafos. Nesse caminho, torna-se fundamental compreender que o espaço é uma propriedade que o território possui e desenvolve. Por isso, é anterior ao território. O território por sua vez, é um espaço transformado pelo trabalho, é, portanto, uma produção humana, logo

espaço de luta, de luta de classes ou frações de classes. Por causa de todas as relações que envolve, inscreve-se no campo do poder, sendo, pois, o lugar da luta cotidiana da sociedade pelo seu devir histórico.

Contraditoriamente, é na relação estabelecida entre prática e teoria, que os geógrafos também vão gestando caminhos para se entender o mundo. O capital mundializando-se, mundializou seu território. Produziu, construiu, transformou seu território. E qual foi o resultado desse processo? Uma pequena parte da humanidade apropriou-se de forma privada do mundo. O território capitalista confiscado historicamente no processo de sua construção, agora é contestado. A luta dos indígenas, posseiros, dos colonos dos Sem Terra são marcas visíveis dessa contestação. E mais do que isso, pequenas parcelas estão sendo retomadas pelos povos indígenas, pelos posseiros e pelos Sem Terra. Nelas estão semeando a utopia, reencontrando sua identidade, e se tornando cidadãos.

Assim, a luta camponesa pela terra tem se constituído em marca histórica deste século XX. Século, insistimos, por excelência de formação do campesinato brasileiro. Esta é base da compreensão que temos sobre a lógica do desenvolvimento capitalista no campo neste país. A incorporação da Amazônia no conjunto do país é parte destas contradições. O capital se move para reproduzir-se, mas para reproduzir-se é fundamental primeiro, ser produzido. É dessa lógica contraditória, que se opõem simultaneamente os grileiros e posseiros, os colonizadores e os colonos, os brancos da sociedade nacional e os indígenas.

Nosso objetivo maior é revelar aspectos dessas contradições em uma parte da Amazônia brasileira. O Norte de Mato Grosso é agora a parte do território eleita para revelar como se dá a formação e transformação contínua do território capitalista no Brasil. Sem embargo, é da formação territorial que falamos. Uma formação atual, histórica, móvel, movente. Uma formação onde a ação dos grileiros dos e nos aparelhos do Estado, arquitetam legal e ilegalmente, a construção/expansão do território capitalista sobre os territórios dos povos índios, e das posses livres dos posseiros. O caminho para se abocanhar os incentivos fiscais no Centro Sul, foi tornar cativo pela dívida, o camponês sem terra, que se tornou peão. A apropriação privada da renda da terra roubada aos índios foi possível porque os colonos com pouca terra do sul viram na fronteira longínqua a possibilidade histórica da reprodução da família camponesa proprietária de pouca terra. Enfim, a realização louca do enriquecimento rápido motivado pelo garimpo, levou camponeses sem terra a se tornarem vítimas da violência truculenta dos jagunços, bandeirantes da

modernidade. Isto para não falar da lógica do contrabando e das drogas que formam um tripé como o ouro (ou outros minérios) do garimpo. São, portanto, aspectos dessas contradições que esperamos revelar.

Assim, este trabalho é produto de um processo de pesquisa e de reflexão que foi nascendo na estrada e nos caminhos intrincados da teoria. Nasceu no interior dos textos que fui produzindo, ora impostos pela pressão da administração universitária cega, ora pela vontade de contribuir com a compreensão do campo brasileiro, ora pela necessidade de dar minha cota de participação na luta pela terra, realizada por esse campesinato; também pela vontade de oferecer aos alunos o produto das pesquisas e das reflexões.

Meus trabalhos, praticamente todos, estão presentes agora, sob a forma da reflexão que se acumula, se transforma e é transformado. A síntese que foi possível fazer revela a sistematização da base conceitual e fatural, no interior do turbilhão que representa a produção do conhecimento na Geografia e nos demais campos da investigação científica.

A primeira parte do trabalho contemplará a análise da Geopolítica e das políticas públicas voltadas para a região amazônica, e que fazem parte do conjunto de ações do Estado brasileiro na direção da inserção cada vez maior, da economia brasileira, no interior do capitalismo mundial.

A segunda tratará do estudo do processo de acesso a terra pública e/ou devoluta na Amazônia e a violência praticada contra os povos indígenas, os colonos, ribeirinhos e posseiros; das políticas públicas que viabilizaram o processo de abertura de grandes eixos rodoviários na região e a política de incentivos fiscais que permitiram a implantação dos grandes projetos agropecuários e de colonização privada no estado de Mato Grosso; o estudo dos projetos de colonização oficiais implantados pelo INCRA e pelo governo estadual; o estudo da problemática da destruição da natureza pelos projetos agropecuários e de colonização, que têm submetido a floresta a uma destruição sem precedente na história da humanidade.

E por fim, no conjunto do trabalho, ainda que timidamente, procura-se revelar a atualidade do debate teórico na Geografia e a possibilidade e necessidade da construção teórica nessa área do conhecimento.

Beba
Pois a água viva está na fonte
Você tem dois pés para cruzar a ponte
Nada acabou

Queira
E basta ser sincero e desejar profundo
Você será capaz de sacudir o mundo
Tente outra vez

Tente
Não diga que a vitória está perdida
Se é de batalhas que vive a vida
Tente outra vez

(“Tente” - Raul Seixas/Paulo Coelho/Marcelo/Motta)

PARTE I

1.A GEOGRAFIA E A AMAZÔNIA:

O Tema, a Região e a Produção Acadêmica

A Amazônia, neste final de século XX, tornou-se importante tema nos debates travados em escala mundial. Esta região tem sido cantada, contada, visitada, investigada por um número cada vez maior de pessoas que lá já estiveram, ou que lá, nunca pisaram. Brasileiros ou brasilianista têm se empolgado com o contraste entre a grandeza e a abundância com que a natureza dotou essa região em que vivem menos de 10 milhões de pessoas. A esse contraste de natureza global, deve ser incluído outro que é talvez, na atualidade sua faceta fundamental: a modernidade expressa de forma contraditória por uma Zona Franca de Manaus e seu parque industrial eletro-eletrônico; pela presença de civilizações indígenas (em geral violentadas); pela grilagem dos maiores latifúndios que a história da humanidade já presenciou e a luta, muitas vezes mortal, dos posseiros, colonos e retirantes pela terra de trabalho; pela beleza natural das matas e a sua destruição criminosa através de incêndios, produtos químicos etc., para a rápida formação de pastagens; e

pela guerra deflagrada pelas empresas de mineração e a sobrevivência teimosa dos garimpeiros.

A história desses contrastes, certamente é a marca fundamental da formação territorial dessa região, e tem entre si, um elo comum: a sanha com que os grupos econômicos têm se apoderado das riquezas naturais desse imenso "país" chamado Amazônia. A extração da borracha, em fins do século XIX e início do século XX, é apenas um exemplo dessa rapina, enquanto que o projeto Jari, o projeto Carajás e o projeto Sivam são aspectos da versão moderna desse processo.

Seguramente, o tema central desse livro não vai tratar da longa história de expropriação e saque a que essa região vem sendo submetida; procuraremos, isto sim, tratar apenas, de uma parte da chamada etapa moderna dessa história que, como todos sabemos, está marcada pela ação do Estado, controlado particularmente por governos militares, no processo de aprofundamento da inserção do país, no interior da economia capitalista mundializada.

Assim, o trabalho tem como objetivo central desvendar o processo de ocupação da Amazônia mato-grossense em todos seus níveis. Investigaremos, pois, os caminhos do acesso à titulação da terra; o comércio desses títulos e o envolvimento dos segmentos sociais que ocupavam o poder no Estado; os mecanismos de grilagem e corrupção que envolveram/envolvem as diferentes rotas de acesso à terra; um conjunto de informações sobre os projetos agropecuários e agro-industriais incentivados pela SUDAM e que, em grande parte constituíram-se em golpes contra o erário público; a implantação dos projetos de colonização privados e públicos. Por fim, trataremos com atenção, do processo de ocupação que passa pela violência praticada contra os povos indígenas, os posseiros, os garimpeiros, os colonos e os peões nessa porção da Amazônia brasileira.

Portanto, o tema central de investigação passa pelo necessário diagnóstico da situação atual das diferentes formas de assentamentos humanos na Amazônia brasileira no interior do processo contraditório de formação territorial ditado pela lógica capitalista de apropriação privada da terra e dos recursos naturais, e pela utopia camponesa da conquista da terra liberta. Esse processo, por sua vez, como se sabe, deriva da ocupação territorial da

fronteira amazônica, sobretudo, na última metade do século XX. Ele também esteve e está atravessado, marcado pela grilagem de terras, corrupção e violência. Violência contra a natureza, os povos indígenas, os posseiros, os garimpeiros, os colonos, os peões, enfim, contra os trabalhadores de uma forma geral, que para lá se dirigiram em busca do acesso à terra.

A principal linha de investigação que norteia o trabalho é de caráter geográfico e procura dar conta de dois processos de "corrida" pelo controle da Amazônia. O primeiro se refere ao monopólio da propriedade privada do solo, e o segundo envolve o monopólio sobre os recursos minerais do subsolo. Embora obedecendo à lógica de uma mesma estratégia geopolítica, eles têm características, temporalidade e territorialidade distintas.

Para dar conta desses dois mecanismos, procurar-se-á tratar, de um lado, a articulação entre as políticas territoriais do Estado (abertura de eixos rodoviários, incentivos fiscais, etc.) e a implantação dos grandes projetos agropecuários, de colonização e industriais como produto da lógica moderna da geopolítica de ocupação recente da Amazônia. E de outro lado, da estratégia desse processo e a geração da infraestrutura necessária ao acesso dos grupos econômicos nacionais e ou internacionais aos recursos minerais da região.

De certa forma, esse processo procura responder à lógica geopolítica da ocupação que está estribada na busca dos solos férteis pouco existentes na região, e nos mecanismos desencadeados pelo controle por parte de grupos internacionais, das pesquisas sobre recursos minerais existentes.

Esse estudo, portanto, parte do princípio geral de que a abertura das novas frentes de ocupação na Amazônia traz consigo o caráter contraditório da formação da estrutura fundiária brasileira. Ou seja, o processo que leva os grandes capitalistas a investirem na fronteira, contém o seu contrário, a necessária abertura dessa fronteira aos camponeses e demais trabalhadores do campo. Igual, simultânea e contraditoriamente, o mesmo processo que abre acesso aos recursos minerais da região aos grupos econômicos, recoloca a questão do acesso também por parte dos garimpeiros.

A Produção Acadêmica na Geografia e o Campo

No Brasil das últimas décadas, um grande número de conflitos, em geral sangrentos, tem acontecido no campo. Lideranças sindicais de trabalhadores, religiosos, advogados entre outros, têm sido cruelmente assassinados ao arrepio da lei. A justiça continua a ser a única ausente no campo brasileiro nos dias de hoje.

Tem-se procurado entender os processos geradores dos conflitos.

As greves no campo e nas cidades mostram que cidade e campo não podem ser compreendidos separadamente: estamos diante de greves de trabalhadores **do campo** que são feitas **nas cidades**. Movimentos de trabalhadores rurais sem terra caminham pelas estradas, acampam e lutam no campo, e na cidade marcham pela reforma agrária. A luta pela terra no campo só poderá ser feita e ganha na cidade.

A produção geográfica, felizmente, vem sendo submetida a uma crítica profunda, comprometida com a transformação do mundo. É pois, urgente que se produza uma geografia sobre o campo que possibilite o seu entendimento; ou, mais que isto, uma Geografia que possa servir de instrumento para a transformação do campo, e se possível também, da cidade.

O retorno

A chamada produção geográfica científica no Brasil nasceu, como sabemos, sob a crise mundial do modo capitalista de produção, que levou o mundo à Segunda Grande Guerra. Nasceu também, no que toca às particularidades econômicas do país, num período em que o bloco no poder alterava-se, e as classes dominantes, de origem agrária, perdiam sua posição hegemônica.

De certa forma, a geografia científica brasileira nasceu velha. Velha porque apegada ao pensamento político que deixava de ser dominante.

Foi essa a base material sobre a qual, em grande parte, a produção geográfica do país foi se edificando. E, como era óbvio, foram os estudos sobre o campo os principais daquela época. O capitalismo entrava em sua etapa monopolista em nível internacional e a formação social capitalista no Brasil agitava-se, procurando adaptar-se a essa nova ordem; mas a Geografia brasileira, de certo modo, ignorou durante muito tempo toda essa realidade. Por isso, nasceu velha, cheia dos valores do capitalismo concorrencial, que teimosamente mesmo depois, durante muito tempo, continuaram sendo aplicados em sua produção.

Por outro lado, a preocupação da Geografia em estudar o campo é tão antiga quanto a sua própria existência. Mas, no que consistiam esses estudos? Como todos sabemos, concebidos no seio da divisão do trabalho acadêmico, eles visavam à explicação da dimensão espacial dos fenômenos estudados, ou seja, desde cedo, as questões sociais não lhes eram pertinentes, as questões econômicas idem, e muito menos as questões políticas. Aliás, muitas vezes, vimos e ouvimos nos bancos escolares (no final da década de 60), vários professores defenderem a separação entre ciência e política. Tudo isso não era feito sem compromisso, seja consciente ou inconscientemente.

O que privilegiavam estes trabalhos? Nada mais, nada menos, do que as relações técnicas de produção. Estas eram, às vezes, explicadas em detalhes. O importante era explicar como, tecnicamente se fazia para produzir. E a Geografia que se dizia humana, esquecia-se, propositadamente das classes sociais assentadas na base desse modo de produzir. Importantes eram apenas, os sistemas agrícolas, se extensivos, intensivos, primitivos, modernos, com rotação entre terras ou com cereais. Toda a estrutura social edificada sobre o colonato, as relações sociais de produção que permitiam a exploração dessa massa trabalhadora, era, quase sempre, relegada a um segundo plano, quando não, esquecida intencionalmente.

As transformações sociais e políticas a que o país esteve submetido no pós-guerra abriram novas perspectivas à produção geográfica. E como sempre, nas crises da sociedade em geral, criou-se o espaço para que, sob o populismo, o debate político chegasse à Geografia. E é óbvio que esta intervenção dos geógrafos foi sobre a questão agrária. O prefácio do livro

“*Geografia Agrária do Brasil*”, de Orlando VALVERDE (que, por isso mesmo, ficou apenas no primeiro volume) constitui um marco político da produção geográfica sobre o campo. Lá está escrito:

“No decorrer da década de 1950, entretanto, os debates sobre a questão agrária brasileira, que se mantinha como bandeira de lutas e reivindicações das esquerdas, alcançaram o Congresso Nacional e a praça pública. **Urgia dar ao problema seu equacionamento científico e sem paixão. Aquilo que fora um compromisso moral com o meu mestre, passou a sê-lo com o povo brasileiro.**” (VALVERDE, 1964: 5). (Sem negrito no original)

Também naquela mesma época, Manuel Correia de Andrade escrevia “*A Terra e o Homem no Nordeste*” com um capítulo marcante dedicado às Ligas Camponesas. Era, sem dúvida alguma, outro marco político na produção geográfica sobre a questão agrária brasileira.

Nessa importante obra da Geografia em geral e da Geografia Agrária em particular, o compromisso social com a transformação também estava presente:

“Daí concluímos que estamos vivendo em um período crítico: **ou as reivindicações populares justas são atendidas e dá-se ao homem do campo condições de vida compatíveis com a dignidade humana ou a revolução prevista (...) será inevitável e a estrutura fundiária arcaica que aí temos ruirá, arrastando em sua queda tudo que nela se apoia.** Sua situação é tão difícil, suas condições tão precárias que a esta altura ninguém a defende, todos a atacam desde os comunistas até os católicos, divergindo apenas pela maneira mais ou menos rápida, mais ou menos radical de como planejam destruí-la.” (ANDRADE, 1964: 257). (Sem negrito no original)

Geógrafo de importância fundamental nessa mesma década foi Pasquale PETRONE, que escreveu em “*A Baixada do Ribeira*” que:

“A melhoria do sistema viário regional, especialmente a construção da BR-2, fez com que a Baixada do Ribeira começasse a chamar a atenção de capitalistas, principalmente com a aplicação de capitais na compra de grandes parcelas de terras. Ao lado dos capitalistas, outras pessoas estranhas à região, geralmente residentes em São Paulo, possuidoras de reservas relativamente modestas, passaram a aplicá-las na aquisição de terra.

O interesse pelas terras da região prendeu a atenção dos mais diferentes elementos: um “rei do café”, conhecido pelas extensas propriedades rurais que possui nos Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso; dois conhecidos homens públicos, tendo ocupado cargos da mais alta administração respectivamente de São Paulo e Paraná; o proprietário de conhecida empresa imobiliária, com sede em São Paulo; alguns pequeno capitães de indústria e comerciantes da praça de São Paulo três famílias

italianas, recém chegadas ao Brasil, dispendo de algum capital; gente de todas as profissões ...

O que se percebe é que na aquisição dessas terras há uma duplicidade de objetivos que em muitos casos se confundem. De um lado elas são adquiridas com a finalidade de esperar uma valorização rápida que em seguida possibilite, com sua venda, a obtenção de lucros bem superiores aos juros correspondentes ao capital empatado. Nesses casos as terras estão praticamente sendo consideradas como mercadorias em si.

De outro lado as aquisições são justificadas pelo interesse em implantar grandes lavouras em bases científicas ou mesmo criar invernadas. Neste caso confia-se que o capital aplicado seja compensado satisfatoriamente pelas possibilidades de mercados criadas com a melhoria das condições viárias.

Em ambos os casos se trata ... de iniciativas capitalistas..." (PETRONE, 1966,343,345)

Abria-se assim, no interior da Geografia brasileira a perspectiva de análise sustentada na crítica e na concepção dialética. Outros trabalhos desses mestres se sucederam. Foram fiéis ao seu tempo e fiéis, sobretudo, aos trabalhadores.

Foram nessas e outras obras, que nós geógrafos do final da década de 60 bebemos o saber geográfico produzido. E, talvez, aí esteja a raiz da contradição que levou hoje essa geração a colocar em questão parte da produção geográfica produzida. Talvez esteja aí a origem de certas ingenuidades e os pontos fracos de várias críticas, às vezes rudes, até com os próprios mestres. Entretanto, entendemos que tudo isso foi próprio desse tempo, da urgência e da grande velocidade das transformações sociais a que temos estado submetidos.

É fundamental também lembrar que o final da década de 60 foi rico em crises, quer em nível nacional, quer em nível internacional. E como produto dessa crise a que ninguém ficou imune, procurou-se avançar em direção a uma posição mais crítica na Geografia Agrária brasileira frente à questão agrária. Uns preferiram o "milagre brasileiro" e tiraram proveito, idolatrando-o ou procurando o caminho de uma ciência neutra, quantitativa, pragmática e engajada. Nós outros, preferimos ajustar contas com nossas consciências. Preferimos colocar as coisas no lugar. Preferimos o caminho da identificação de nossa produção com os interesses da maioria da população trabalhadora do país. E é esse quadro que tem se imposto a nós geógrafos desse país. Uns engajam-se no sistema, procurando desenvolver trabalhos que visem à sua "santificação científica"; outros se colocam do outro lado,

inevitavelmente contra o estado de coisas vigentes. Esse posicionamento de luta contra a dominação em todos os níveis coloca-nos a necessidade de compreender o desenvolvimento do modo capitalista de produção na formação social capitalista no Brasil.

O campo na atualidade

Entender o desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção na formação social capitalista significa entender que ele supõe sua reprodução ampliada, ou seja, que ela só será possível se articulada com relações sociais não-capitalistas. E o campo tem sido um dos lugares privilegiados da reprodução dessas relações de produção não-capitalistas.

Se, de um lado, o capitalismo avançou em termos gerais por todo o território brasileiro, estabelecendo relações de produção especificamente capitalistas, promovendo a expropriação total do trabalhador brasileiro no campo, colocando-o nu, ou seja, desprovido de todos os meios de produção; de outro, as relações de produção não-capitalistas, como o trabalho familiar praticado pelo pequeno lavrador camponês, também avançaram mais. Essa contradição nos tem colocado frente a situações em que há a fusão entre a pessoa do proprietário da terra e a do capitalista; e também frente à subordinação da produção camponesa, pelo capital, que sujeita e expropria a renda da terra. E, mais que isso, expropria praticamente todo excedente produzido, reduzindo o rendimento do camponês ao mínimo necessário à sua reprodução física.

Assim, estamos diante de dois mecanismos de monopólio do capital em relação à produção no campo. De um lado, o monopólio na produção, subordinando a circulação à produção. De outro, o monopólio na circulação, subordinando a produção à circulação.

O caso da agroindústria açucareira representa um dos exemplos mais avançados do desenvolvimento de relações sociais capitalistas de produção no campo.

O camponês produtor de uva, por exemplo, no sul do Brasil, subordinado às multinacionais de vinho é outro exemplo da subordinação da renda da terra ao capital. Isso também ocorre com produtores de ervilha, tomate, figo e outros produtos hortifrutícolas em relação à Cica, Paoletti, Peixe, etc. Encontramos, nesses casos, dois tipos de capitais atuando e monopolizando a circulação: um o industrial, como demonstram os exemplos citados, outro o capital comercial, atuando na intermediação entre os produtores e consumidores e tendo nos "Ceasas" seu *locus* privilegiado de atuação.

“É através do mercado que a mercadoria perde a sua individualidade, que ela se socializa. Ela só pode ser trocada quando o seu conteúdo se torna equivalente do conteúdo de todas as outras mercadorias, quando a substância da mercadoria, que é o trabalho, se socializa pela troca (...). Só uma força de fora do lavrador, uma força que atinja por igual todos os lavradores, é que pode levá-los a se unirem, a se verem como uma classe, uma força social. O capital é essa força que procura expropriar o lavrador, ou pelo menos submeter o seu trabalho, que procura divorciá-lo dos instrumentos de trabalho, da terra, que ao invés do lavrador trabalhar livremente para si mesmo, passe a trabalhar para ele, capital, como acontece com os operários. A união e a força dos lavradores do campo não vêm de dentro de sua condição social.” (MARTINS, 1980: 14/15).

É dentro desse processo de sujeição da renda da terra, que o capital entra no mundo do pequeno lavrador camponês, sitiando-o pela ação dos monopólios. Mas, é aí mesmo, que é gestado o movimento contrário, que leva à união desses trabalhadores enquanto classe. E a "liberdade de produzir" tem sido a bandeira empunhada por esses camponeses:

“É no campo, sobretudo entre os lavradores de base familiar, que se vive o confronto mais radical com os princípios da ordem vigente. Porque se abre diante deles um destino que o operário já não experimenta: o destino do desaparecimento, da proletarização, da perda de autonomia. E no campo, por exemplo, que se pode ouvir uma palavra raramente ouvida entre os operários urbanos: **a palavra liberdade**. É claro que ela não tem a conotação pequeno-burguesa e acadêmica à qual estamos acostumados. Por isso mesmo deve ser ouvida e entendida.” (MARTINS, 1980:15).

É no campo também, que parte dos trabalhadores pratica a "traição" às leis da ordem capitalista: o aumento do número de posseiros entre 1970 e 1985 é testemunho claro dessa realidade. Ocorre nesse espaço da reprodução uma contradição: a luta capitalista pela apropriação privada da

terra leva a um aumento do número de posseiros, que também travam a luta desigual pela conquista de um espaço para se reproduzirem.

O capital, interessado em sujeitar a renda da terra, primeiro estabelece a condição fundamental para fazê-lo: apropria privadamente a terra. Nesse processo, os posseiros têm travado lutas sangrentas contra o capital e seus asseclas. O objetivo dessa luta é livrar-se do destino de alguns de seus companheiros: se tornar assalariado; ser "bóia-fria". Primeiramente, o capital sujeita a renda da terra e em seguida subjuga o trabalho nela praticado.

O desenvolvimento das forças produtivas quer na direção da lógica do capital que produz e reproduz o trabalhador nu, o assalariado, o volante, o "bóia-fria", etc., quer na contradição intrínseca dessa lógica produzindo e reproduzindo o camponês, reflete, concretamente, o seu desenvolvimento desigual. E esse desenvolvimento desigual das forças produtivas, na formação social capitalista tem levado muitos autores a interpretações a nosso ver, equivocadas.

“Em certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou o que nada mais é do que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais aquela até então se tinha movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevive então uma época de revolução social.” (MARX, 1974: 136).

O desenvolvimento das forças produtivas, portanto, deve ser entendido em seu movimento contraditório, ou seja, a unidade deve ser uma unidade na diversidade. O capital já unificou, articulou estruturalmente, a sua reprodução ampliada. Hoje a articulação entre o capital industrial, o capital comercial e o grande proprietário de terras, tem no Estado a mediação da sua reprodução e regulação. A mediação e a regulação do Estado têm garantido todas as condições para o processo de desenvolvimento do capital. A ruptura no bloco dominante não pode, pois, ser buscada, ao menos teoricamente, pela insistência do debate sobre o campo sob o signo da transição feudalismo x capitalismo. Há que se situar o debate sobre a transição capitalismo x socialismo.

O caminho se constrói caminhando

Colocar, portanto, o debate da questão agrária sob o signo da transição capitalismo x socialismo, põe em questão a discussão sobre a democracia no socialismo. Nosso papel, nesse particular, constitui-se em ver e ouvir. Pois já é hora de entendermos que são os trabalhadores - os maiores interessados na transformação da sociedade - que devem falar. A nós geógrafos cabem uma tarefa talvez pequena na luta teórica: estudar, entender, compreender a luta pela terra, a luta armada pela terra. Como sabemos hoje o número de conflitos com vítimas já supera a casa dos cinco mil.

No centro das lutas tem estado a luta contra a apropriação privada da terra. O fim da propriedade privada da terra coloca em questão o fim a propriedade dos meios de produção:

“Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma **em terra de negócio, em terra de exploração** do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em **terra de trabalho** “ (MARTINS, 1980: 60). (Sem negrito no original)

A posse coletiva dos meios de produção tem sido colocada como urgente por significativa parcela do campesinato. A luta dos índios pela demarcação de suas terras a coloca como bandeira. A luta dos seringueiros pelas reservas extrativistas, a coloca como bandeira. A luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a coloca como bandeira. Numa palavra, a superação, a saída da crise esta sendo construída no próprio campo por vários grupos.

“É, por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir. ” (MARX, 1974: 136).

A luta pela propriedade coletiva dos meios de produção é passo fundamental no processo de luta contra os capitalistas e seus aliados, os rentistas. Mas os trabalhadores têm mostrado na prática que não basta apenas a propriedade coletiva, é preciso o controle, posse e administração coletiva desses meios de produção.

Em Guaraçai, interior do estado de São Paulo, um grupo de filhos de imigrantes japoneses recusou a saída capitalista da terra partilhada, e optou pela posse coletiva dos meios de produção. As assembleias mensais se constituem no órgão máximo de deliberação onde todos têm direito a voz e voto, da criança ao velho. Lá a liberdade de trabalhar, de produzir, é uma conquista. Lá certamente, o futuro já faz parte do presente.

Os seringueiros da Amazônia estão gestando nas reservas extrativistas a experiência coletiva do controle sobre a terra e sobre o trabalho que nela se dá. As cooperativas têm aberto a alternativa para que coletivamente o capital seja enfrentado na luta **pelo** e **no** mercado. A morte de líderes sindicais como Wilson Pinheiro e Chico Mendes abriu lugar para o avanço das lutas travadas nos confins da floresta. A aliança do Conselho Nacional dos Seringueiros com a União das Nações Indígenas, formando a Aliança dos Povos da Floresta, trouxe para os seringueiros seguramente o universo coletivo da sociedade indígena.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem feito da luta pela terra uma bandeira de defesa e de conquista da reforma agrária. Os acampamentos são verdadeiras escolas onde se discute a necessidade da produção coletiva nos assentamentos.

Enfim, o caminho a ser percorrido é longo, mas os exemplos a seguir já são muitos, e a necessidade da reflexão é antiga.

Não pretendemos cair na apologia, ou no caminho único. Mas de uma coisa temos certeza: a contradição que move a lógica do capital, certamente, é o móvel revelador do desenvolvimento desigual e combinado do campo brasileiro - este campo que ao mesmo tempo em que abre espaço para o avanço do trabalho assalariado, igual e contraditoriamente, abre, espaço ao avanço do trabalho familiar.

Entender essa contradição não é tarefa fácil, sobretudo quando estamos submetidos à "cegueira" de posições políticas apriorísticas, "urbanas", que mais servem para falar **do** e **no** "campus", como tem lembrado José de Souza MARTINS, do que explicar o campo.

Nesse sentido, um entre muitos outros recados deixados por MARX no último volume de "*O Capital*", seguramente ainda continua atual:

“Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários da terra, cujas respectivas fontes de rendimentos são o salário, o lucro e a renda fundiária, portanto, assalariados, capitalistas e proprietários da terra, constituem as três grandes classes da sociedade moderna, em que se baseia o modo capitalista de produção.” (MARX, 1984: 1123).

Assim, parece que o rumo só pode ser um. A necessidade da discussão da lógica que preside o desenvolvimento do modo capitalista de produção. Penetrar em seus segredos, vasculhar suas especificidades, talvez seja um recado antigo, mas ainda válido para se chegar a um caminho fértil. Assim, vasculhar a produção acadêmica sobre a Amazônia pode e deve ser o começo.

A caminho da Amazônia

Os estudos sobre a Amazônia têm ampliado gradativamente as possibilidades de conhecimento sobre a região. É assim que as obras de Orlando VALVERDE constituem referencial básico para os estudos sobre o processo recente de ocupação da Amazônia, sobre as formas de exploração dos recursos naturais frente aos projetos em implantação na área e das implicações contidas nestas propostas e também, sobre os problemas ecológicos e econômico-sociais produto do grande projeto Carajás e do projeto energético 2010.

Os trabalhos de Irene GARRIDO FILHA, discípula de VALVERDE, são de grande valia, pois seu objetivo principal visa mostrar "a invasão estrangeira" no controle das jazidas minerais da Amazônia, bem como suas atuações em outras frentes de ocupação econômica, tais como extração madeireira, agropecuária e industriais. Tem também, trabalhos importantes sobre a atividade garimpeira na Amazônia.

É nos trabalhos de Teodor SHANIN e de José de Souza MARTINS que reputamos fundamentais, e onde estão em parte o marco teórico para o nosso trabalho. Estes autores procuram apontar novos caminhos na discussão teórica sobre o campesinato, abrindo novas perspectivas para o estabelecimento de uma postura metodológica que permite conceber teoria e

prática como dinâmica da investigação sobre o campo. São trabalhos importantes também, para o entendimento do papel do campesinato no seio do desenvolvimento contraditório do capitalismo em geral, e em particular na Amazônia.

Octávio IANNI é outro autor no qual se destaca estudos sobre a luta pela terra, a colonização e a contrarreforma agrária. A importância dos trabalhos de IANNI está, sobretudo, no fato de recolocar a problemática da luta pela terra e da reforma agrária na região amazônica como questões de ordem política no campo. Tem contribuído com estudos fundamentais e profundos sobre a relação entre o Estado no Brasil e a ocupação na Amazônia no período da ditadura militar pós-64. IANNI desvenda com propriedade os elos entre os planos governamentais e os interesses do grande capital.

Cabe também lembrar aqui, o trabalho de Joe FOWERAKER que faz um estudo comparativo entre os processos históricos de ocupação no Mato Grosso, Pará e Paraná. O autor estuda a agricultura camponesa e o avanço das relações de mercado na região; estuda também a atuação do estado autoritário, do capital estrangeiro e da violência como resultado do desenvolvimento econômico na região amazônica.

Osny DUARTE PEREIRA é outro cientista que tem contribuído para a compreensão da relação entre o Estado e os grupos econômicos multinacionais. Tem um livro que é um autêntico documento sobre a história da entrega do minério de ferro brasileiro às multinacionais e o papel desempenhado pelos governos brasileiros, sobretudo os militares, desde o início do século até o final da década de 60.

Fernando Henrique CARDOSO e Geraldo MÜLLER também escreveram um livro sobre a Amazônia que se constitui em um trabalho importante, que procurou sistematizar e analisar, sobretudo, as políticas públicas implantadas na região até meados da década de 70. Trata-se, também, de uma obra que discute a questão da expansão das formas modernas do capitalismo na Amazônia brasileira.

Outro autor que estuda a Amazônia é Otávio Guilherme VELHO, especialmente seus escritos sobre as frentes de ocupação e o papel do capital e do campesinato na área.

O Centro de Estudos Migratórios tem também, um importante trabalho de análise dos movimentos migratórios no Brasil, que não só apresenta os dados recentes desse fenômeno, mas também procura explicar as causas fundamentais de seus movimentos.

Outros autores também são importantes para a compreensão do processo geral de ocupação da Amazônia, entre eles estão aqueles produzidos por José Renato SCHAFFER, Lúcio Flávio PINTO, Betty J. MEGGERS, Edilson MARTINS, Márcio de SOUZA e Shelton H. DAVIS que procuram mostrar as inúmeras formas de violência que a ocupação recente da Amazônia traz contra a natureza, os garimpeiros, os posseiros, os peões, os colonos e as nações indígenas.

Entre esses trabalhos, o de Shelton H. DAVIS, se trata de um livro de mais alta importância para o estudo dos processos recentes de desenvolvimento e a situação das nações indígenas em face destes processos. Uma denúncia profunda e reveladora do massacre cultural e étnico a que os povos indígenas estão submetidos, através do assalto às suas terras desencadeado pelos planos governamentais.

Outro autor é Lúcio Flávio PINTO, um apaixonado pela Amazônia, sua contribuição e análise dos processos de ocupação recente da Amazônia são fundamentais. Ele trata com segurança e clareza as muitas denúncias do saque que se faz das riquezas naturais da Amazônia. Além de discutir os grandes projetos da ditadura na região: Carajás e Jari.

Também são de importância fundamental os trabalhos de Aziz Nacib AB'SABER, Harold SIOLI, Jean TRICART, Phylip FEARNSIDE, J. MARQUES, J.M. SANTOS, E. SALATI, L.C.B. MOLLION, B. BECKER, L. LUTZENBERGER, entre outros, que por diferentes recortes da realidade vêm discutindo as questões relativas a unidade e diversidade do (s) ecossistema (s) amazônico (s), face aos desequilíbrios gerados pela interferência humana na região e as implicações geopolíticas deste processo.

Por fim, cabe uma menção particular ao trabalho de Golbery do COUTO E SILVA, pois se trata de uma obra controversa, mas importante para quem estuda o período da ditadura militar pós-64 no Brasil. Importante por revelar a ideologia presente na Escola Superior de Guerra e as múltiplas estratégias geopolíticas propostas para e pelos governos militares.

Cabe também anotar um rol de trabalhos que muitos autores têm escrito sobre a região e que constam da bibliografia. Dois, entre eles, devem ser ressaltados. Os textos de Dom Pedro CASALDÁLIGA, que revelam a realidade nua e crua da realidade do Araguaia Mato-Grossense e o lado poético desse bispo profeta de pés no chão. O outro é de Gilaene MORENO, tese sobre a apropriação capitalista da terra em Mato Grosso, que tive o prazer e a satisfação de orientar.

**Meu senhor, minha senhora...
Me pediram para deixar de lado toda tristeza
Para só trazer alegrias e não falar de pobreza
E mais,
Prometeram se eu cantasse feliz
Agradava com certeza.
Eu que não posso enganar,
Misturo tudo que vi
Canto sem competidor
Partindo da Natureza
Do lugar onde nasci
Faço versos com clareza
Arrima, pelo e tristeza
Não separo dor de amor
Deixo claro que a firmeza do meu canto
Vem da certeza que tenho
De que o poder que cresce sobre a pobreza
E faz dos fracos riqueza
Foi que me fez cantador.**

(“*Terra Plana*” - Geraldo Vandré)

PARTE I

2. A AMAZÔNIA E A GEOPOLÍTICA:

A internacionalização dos recursos minerais no Brasil - da ideologia das “fronteiras geográficas” à ideologia das “fronteiras ideológicas”

A história da Amazônia neste século XX é uma história de rapina, violência, conflitos e luta. É uma história em que os acordos foram sendo firmados para que o saque às riquezas minerais fosse legalizado. É uma história que se confunde com a história do país. Aliás, é parte da própria história do Brasil.

Há muito tempo, como se sabe, as riquezas minerais da Amazônia são cobiçadas pelos grandes grupos econômicos internacionais. O acesso a esses recursos, entretanto, faz parte da história contemporânea do país. Se até a Segunda Grande Guerra Mundial a corrida a seu controle e exploração foi lenta; no pós-guerra coube aos militares a tarefa de acelerar este controle e exploração, assim como sua conseqüente entrega aos grupos econômicos nacionais e internacionais.

O móvel desse processo acelerado desencadeado pelos militares brasileiros tem sua base na ideologia das "fronteiras ideológicas" do pós-Segunda Guerra. A guerra fria e a luta capitalista contra o comunismo

moldaram nas escolas militares norte-americanas, o ideário da tese da necessidade do controle das reservas de recursos minerais, sobretudo ferro e manganês. Os militares brasileiros fizeram a leitura geopolítica da ideologia norte-americana: **"O que não entregar aos Estados Unidos entregar-se-á à União Soviética."**

Nessa lógica, vários acordos militares foram sendo assinados com os Estados Unidos, e a interferência e ingerência norte-americana foi sendo uma constante no Brasil, nestes últimos 50 anos.

Entretanto, não foi necessária a intervenção direta para que os recursos minerais do país passassem para o controle dos interesses dos grandes monopólios internacionais. Os governos militares, sobretudo, mas não apenas eles, foram transformando em planos de desenvolvimento nacional brasileiro, a estratégia da exploração para exportação dos recursos minerais do país.

Este processo não foi feito à revelia da burguesia nacional; esta se aliou ao Estado ou aos estrangeiros na empreitada da internacionalização dos recursos minerais do país. Muitas vezes, fez e faz o papel de "testa-de-ferro", mas, hoje festeja a sua conversão em sócia dos grandes monopólios internacionais.

Empresas estatais, grupos nacionais e grupos estrangeiros formaram o tripé de sustentação do poder do Estado no Brasil.

E os trabalhadores? Sequer lhes foi dado o direito de saber a verdade dos planos governamentais.

Este deve ser o caminho, procurar desvendar o que estava por trás dos planos governamentais, sobretudo no pós-Segunda Guerra, no Brasil. Desvendando-os, entender a lógica da atuação governamental com relação à Amazônia.

O entendimento desta lógica de internacionalização dos recursos minerais do país e, portanto, da Amazônia, é de fundamental importância para o entendimento da situação geral do país e suas relações com o mundo capitalista.

A lógica do endividamento externo é a peia que ata e estabelece acordos para a exortação de riquezas minerais do país. Exportam-

se minerais e minérios para pagar a dívida e, para poder exportar mais, fazem-se novas dívidas.

A história desse processo desvendado, no que se refere às estratégias e planos de implementação, precisa ser discutida. Essa discussão e deslindamento tornam-se também importantes porque a maioria das abordagens na Geografia **"transformou em ensinamentos sobre a realidade da Amazônia os planos governamentais para a região"**.

Daí a necessidade do entendimento da geopolítica, sobretudo dos militares, em relação às riquezas do país. Estes estudiosos têm sido, neste particular, vítimas e cúmplices desta compreensão deformada sobre a Amazônia deste século. Os trabalhadores brasileiros, crianças ou adultos, não podem continuar sendo enganados com uma Geografia sobre a Amazônia que não existe.

A internacionalização dos recursos minerais no Brasil: da ideologia das "Fronteiras Geográficas" à ideologia das "Fronteiras Ideológicas"

A compreensão do processo de ocupação da Amazônia pelos governos militares pós-64 passa necessariamente pela compreensão do papel dos militares na história da República. De forma sintética, procuraremos informar nossos leitores a respeito de um conjunto de fatos fundamentais para o entendimento da estratégia geopolíticas dos militares brasileiros e das políticas territoriais do Estado, sobretudo, com relação ao acesso e controle dos recursos naturais do país.

Essa seqüência de fatos tem a ver com a história da exploração dos minérios no Brasil, tem a ver com o envolvimento dos EUA na política interna brasileira e tem a ver, sobretudo com o papel de uma fração da burguesia nacional que se associou aos grupos estrangeiros na exploração desenfreada das riquezas minerais do país.

Dos ingleses aos norte-americanos

Até o início deste século, apenas os ingleses (que exploravam ouro em Minas Gerais) tinham informações e controle das jazidas de minério de ferro de Itabira do Mato Dentro, em Minas Gerais. Em 1908, o Presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt, levantava a tese de que era fundamental para o parque industrial norte-americano o controle do abastecimento de matérias-primas. Criou, assim, a *Nacional Conservation Comission* que promoveu o inventário de todos os recursos naturais do próprio país e definiu como fundamental a realização do inventário das fontes de matérias-primas de todo o mundo. Dentro deste espírito, foi realizado o Congresso Internacional de Geologia em Estocolmo, em 1910, quando começou a chegar aos ouvidos dos grupos econômicos internacionais a existência de reservas de minério de ferro no Brasil, de certo modo, até então, um segredo inglês.

Como conseqüência da eclosão e do final da Primeira Grande Guerra e da divulgação internacional dos recursos minerais no Brasil, somados à hegemonia norte-americana no continente, grupos ingleses associaram-se a grupos americanos e fundaram a *Itabira Iron Ore Co.* para explorar minério de ferro no Brasil. Em 1920, o então Presidente Epitácio Pessoa assinou contrato com esta empresa para não só explorar o minério, como também construir siderurgias, estradas de ferro, portos, etc., gozando, para isto, de isenção de impostos de importação por 60 anos. Era a instituição, do que ficou caracterizado na história da República Velha, como o episódio das minas cativas da *Itabira Iron*. A legalização deste episódio, entretanto, arrastou-se até o final da década de 20, sendo que apenas em 1928 acabou aprovado.

Vargas ditador

Na década de 30, o Brasil foi tomado pelo movimento militar comandado por Getúlio Vargas e vivendo, como todo o resto do mundo, os efeitos da crise de 1929, buscou desenvolver um "projeto brasileiro de

desenvolvimento industrial", produto das novas alianças de classes e frações de classes no seio do poder no Estado. Nesse contexto, a consumação do Estado Novo e a promulgação da Constituição de 1937, de certo modo, congelaram o projeto Itabira, mas começaram a revelar ao mundo a outra face, a hegemonia e ingerência americana na América Latina.

O Código de Mineração de 1934 iniciava a preparação desta nova estratégia sob a falsa bandeira do "nacionalismo". Ele previa que, a partir de então, a propriedade do subsolo estava definitivamente separada daquela do solo e dependente da concessão do Estado, a exploração das minas. Estava iniciado o percurso que, aliando nacionalismo e estatismo, desembocaria na "santa tríplice aliança" dos anos pós-64.

Cabe lembrar também que, no pós-Primeira Guerra e particularmente pós-Revolução Russa, começava a ser gestada no seio do governo norte-americano a doutrina das "fronteiras ideológicas" em oposição/complemento à ideologia das "fronteiras geográficas".

Com a eclosão da Segunda Grande Guerra, a marcha do processo que levaria ao falso nacionalismo/estatismo foi se solidificando com a assinatura dos "Acordos de Washington", que curiosamente instituíram o monopólio estatal da borracha através do Banco da Amazônia, com a participação de 50% de capital norte-americano, e o monopólio estatal da exportação do minério de ferro, através da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, constituída em 1942. Como complemento fundamental do acordo, os preços das matérias-primas foram congelados.

Sobre esses acordos, escreveu Arthur BERNARDES em 1954 no prefácio do livro *Desnacionalização da Amazônia*, de autoria de Osny Duarte PEREIRA:

"Até aqui temos entregado nossas riquezas, nossas grandes riquezas minerais, ao estrangeiro. Eles é que se locupletam com os lucros de sua transformação. Ainda agora o minério de ferro, cuja exploração era ambicionada pela Itabira, pretensão essa por mim combatida, acabou sendo cedido aos Estados Unidos e à Inglaterra, num tratado para nós ridículo e humilhante.

Em relação ao valor econômico desse minério de ferro, basta dizer que o preço ajustado entre o governo brasileiro e os governos americano e inglês foi um preço fixo de Cr\$ 100,00 por tonelada de minério que fosse exportado pela Vale do Rio Doce.

Qual o prego, atual, do minério de ferro?

Dezoito dólares e cinquenta centavos é o preço corrente nos mercados por tonelada de minério de ferro, no momento atual.

O Brasil contratou por um preço fixo de 100 cruzeiros por tonelada, ao tempo em que realizou o célebre 'Acordo de Washington'. O resultado é que esses 18 dólares e 50 centavos deveriam equivaler a trezentos e poucos cruzeiros. Pois bem, são os estrangeiros que embolsam a diferença de 100 para 300 cruzeiros.

É essa a vantagem que traz o capital colonizador."

(BERNARDES, in PEREIRA, 1954, XVIII e XIX)

Na mesma raiz dos "Acordos de Washington" de Vargas estava o veio em que germinaram mais tarde a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), sua sucessora a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e a ação da estatal Cia. Vale do Rio Doce, na aliança com grupos multinacionais para exploração de minérios, sobretudo na Amazônia.

Mas voltemos à seqüência dos fatos que a nosso ver, ilustram este processo.

No bojo dos "Acordos de Washington" aceitos por Vargas estava inserida a permissão para que o Estado brasileiro montasse em Volta Redonda uma usina siderúrgica moderna, concessão esta, aliás, também com aparência nacionalista, pois mais uma estatal/nacional foi constituída: a Cia. Siderúrgica Nacional de Volta Redonda.

Na realidade estava sendo movimentada mais uma peça no jogo de xadrez desencadeado pelos norte-americanos, uma vez que a instalação de modernas siderurgias no Brasil, Chile e Colômbia fazia parte dos planos estratégicos do Pentágono para descentralizar o parque industrial norte-americano, de certo modo ameaçado ante o desenvolvimento pela Alemanha nazista das bombas "V-2", lançadas por foguetes de autopropulsão. Aliás, a Vale do Rio Doce por conta desses "acordos" prestou serviços aos aliados durante a Segunda Grande Guerra e para isso recebeu empréstimos em dólares do *Eximbank - Export & Import Bank of Washington*. Como conseqüência dos acordos, também, a CVRD acumulou déficit que se arrastaram até 1952.

Marechal Dutra presidente

Terminada a Segunda Guerra Mundial, segundo os ideólogos norte-americanos, era necessário o Brasil preparar-se para a Terceira Guerra Mundial, agora contra um "novo inimigo", o bloco socialista, liderado pela União Soviética. A queda de Vargas e a Constituinte de 1946 apenas encobriram a realidade dos fatos: estava em marcha a construção do ideário que desembocaria na doutrina das "fronteiras ideológicas". Ideário que acabou por garantir a hegemonia norte-americana no controle dos recursos minerais no Brasil e em praticamente toda a América Latina.

Osny Duarte PEREIRA no livro *Ferro e Independência* publicou dados fornecidos por Leo T. CROWLEY da *Foreign Economic Administration*, que acusavam, em 1945, uma forte dependência da indústria norte-americana em relação ao fornecimento de minerais estratégicos da América Latina (**quadro 1**), onde o Brasil, naquele tempo, já ocupava posição de destaque.

Quadro 1
IMPORTAÇÃO DE MINERAIS ESTRATÉGICOS
DA AMÉRICA LATINA PELOS EUA

MINÉRIOS	% do total importado pelo EUA em relação ao consumido pela indústria do país	% do total consumido proveniente da América Latina	% do total consumido proveniente do BRASIL	Principais fornecedores
Cristal de rocha	99,9%	99,9%	99,9%	
Tantalita	90,0%	65,8%	65,8%	
Estanho	99,9%	67,5 %	0,0%	Bolívia
Mica	95,0%	23,7%	23,7%	
Berilo	83,0%	70,0%	65,0%	México
Manganês	85,0%	21,2%	18,0%	Cuba
Tungstênio	62,0%	33,8%	10,0%	
Zinco	40,5%	22,8%	-----	México
Cobre	26,0%	24,2%	-----	Chile e México
Fluorita	9,4%	6,1 %	-----	México

Fonte: Pereira, 1967 :62

Este panorama pode ficar mais claro ainda, através das palavras do autor norte-americano John GUNTHER, que no livro *"Inside USA"* (traduzido para o português com o título *"O drama dos Estados Unidos"*) escreveu:

"Oitenta e cinco por cento da produção industrial dos Estados Unidos contém aço, sob uma forma ou outra, e quarenta e cinco por cento de todos os que percebem salários neste país devem ao aço o seu meio de vida, direta ou indiretamente. **No dia em que se descobriu minério de ferro no Brasil, a única fonte importante no hemisfério ocidental fora dos Estados Unidos, tornamo-nos uma nação imperialista. Nós não controlamos (1947) a produção brasileira, embora uma firma americana de minério seja grande proprietária no Brasil (Bethlehem Steel), mas não poderíamos permitir que qualquer outra nação a controlasse.**"

(GUNTHER, 1948 *apud* PEREIRA, 1967:54) (Sem negrito no original)

Foi nesse contexto que se deu a proibição de funcionamento dos partidos de esquerda por Dutra, e é também nesse contexto que, movido pela ideologia anticomunista deflagrada pelos norte-americanos, o então Marechal Presidente ampliou a subordinação da política mineral brasileira junto aos interesses norte-americanos, assinando em 1948 o "Acordo Intergovernamental Brasil - Estados Unidos". Através desse acordo, o Departamento Nacional da Produção Mineral DNPM, do Ministério da Agricultura, passava praticamente ao controle do *Bureau of Mines*, que estava autorizado pelo governo brasileiro a realizar, com recursos norte-americanos, estudos detalhados das regiões com ocorrência de minerais e minérios do estado de Minas Gerais. O *Mineral Trade Notes* incumbiu-se de fazer a divulgação entre os grupos econômicos internacionais, sobretudo norte-americanos, dos resultados das pesquisas. Até cargo de "**adido mineral**" foi criado na Embaixada dos Estados Unidos no Brasil.

Aliás, é conveniente esclarecer que antes mesmo de assinar este acordo, o Marechal Dutra havia, em 1947, concedido até o ano 2003 a exploração das jazidas de manganês do então território do Amapá à *Bethlehem Steel Co.*, através dos "testas-de-ferro" da ICOMI Indústria e Comércio de Minérios S/A (51% CAEMI - Azevedo Antunes e 49% Bethlehem Steel Co. - USA). Atualmente esta jazida foi esgotada integralmente e gentilmente, devolvida ao governo brasileiro.

Assim, enquanto este processo de associação dos interesses norte-americanos com grupos brasileiros ia sendo incentivado, consolidando-se no seio das Forças Armadas no poder do Estado brasileiro, o próprio Marechal Dutra incumbia-se de reprimir, com atos de terror, o movimento desfechado pela campanha "**O petróleo é nosso**". Este movimento era visto pela fração

militar que ocupava o poder como “**manifestação de simpatia ao comunismo**”.

Vargas presidente

Baseado em teses supostamente nacionalistas/estatizantes, Vargas retornou ao poder pelo voto direto, criou o monopólio estatal do petróleo e implantou a Petrobras em 1953, mas não alterou uma só vírgula do "Acordo Intergovernamental Brasil - Estados Unidos" assinado em 1948. Muito pelo contrário, antes, no seio da guerra fria, e em pleno 1952, assinou o "Acordo Militar Brasil - Estados Unidos", através do qual foram ampliados os controles norte-americanos sobre a economia brasileira, particularmente no que se referia às matérias-primas chamadas de valor estratégico, como, por exemplo, o minério de ferro. A partir de então, o minério de ferro brasileiro não poderia absolutamente ser comercializado com os países socialistas. Esse novo acordo trazia também, como consequência, a obrigação da Cia. Vale do Rio Doce de continuar a ser uma empresa dominada pelos interesses das siderurgias norte-americanas. Em contrapartida, os americanos concordaram em substituir o tabelamento do minério de ferro, imposto pelo acordo de 1942, que curiosamente o próprio Vargas havia assinado, por uma nova vantagem, obviamente favorável aos norte-americanos: a Vale do Rio Doce passaria a sofrer controle contábil e a *Cleveland Cliffs Iron Co.* de Ohio passaria a representá-la nos Estados Unidos. Essa representação adquiriu no governo Café Filho o caráter de exclusividade, ou seja, estava implantado o controle, por um monopólio privado, do fornecimento do minério de ferro da estatal brasileira. Mais um pingão de solda na aliança capital norte-americano/Estado/militares/fração da burguesia nacional "testa-de-ferro".

O governo JK

O governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira instalou-se em uma conjuntura irrequieta, com o esgotamento das reservas norte-americana e européia de minério de ferro, ao mesmo tempo em que aumentava a produção mundial de aço. Seu "Plano de Metas" propunha ampliar para dez milhões de

toneladas/ano a exportação brasileira de minério de ferro, sendo que esta ampliação deveria ser feita através de investimentos de capitais estrangeiros na Vale do Rio Doce. O *Eximbank* liberou o financiamento, porém, o minério de ferro deveria ser comercializado preferencialmente com os norte-americanos.

Entretanto, também durante o governo JK continuava a ser - gestado o movimento que acabaria por desembocar no golpe militar de 1964. Contribuiu para esse processo o fato de que, com a construção do Canal de São Lourenço entre os EUA e o Canadá, estava aberta a possibilidade de acesso por água, do minério de ferro brasileiro ao mercado siderúrgico dos Grandes Lagos norte-americano. Entre os "magnatas do aço" estava George M. Humphrey, ligado ao grupo Hanna, que chegou a Secretário do Tesouro dos Estados Unidos no período de 1953 a 1957. Ele, através da *The Hanna Mining Co.*, começou a abrir caminho para a quebra do monopólio da *Cleveland Iron* como representante única do minério de ferro brasileiro no mercado norte-americano. O primeiro passo foi vincular o empréstimo do *Eximbank* ao governo JK, feito através do embaixador Walter Moreira Sales, ao corte do fornecimento do carvão importado dos EUA pelo Brasil na *Eastern Fuel and Coal*, e a sua compra na *Pittsburg Consolidation Coal*, pertencente ao grupo *Hanna*.

O segundo passo foi realizar uma das "negociatas do século XX", através da compra da *Saint John Mining Co.*, de origem inglesa, que explorava ouro em Minas Gerais. Esse "negócio" foi feito, segundo PEREIRA, através do seguinte percurso:

“Humphrey associou-se ao grupo Model, que controlava a Cia. de Investimentos Roland & Stone, portador de 10% das ações da Saint John. O plano foi posto em prática, quando ainda ocupava o cargo de Secretário do Tesouro e através de outra negociata, maior que a precedentemente mencionada ... A Saint John Mining Co., em 1956, quando ainda era exclusivamente inglesa, deliberou explorar minério de ferro. *Tendo muito bem em conta aqueles requisitos indispensáveis para o êxito de exploração das minas cativas, sabia ser necessário meter os norte-americanos no negócio.* Para isto, tentou obter um empréstimo de 151 milhões de dólares no Banco Mundial, que o recusou 'por falta de garantias'. A *Saint John* recorreu então ao *Export & Import Bank (Eximbank)* dos Estados Unidos. O pedido não se achava perfeitamente instruído e o Diretor Sam Wanhg escreveu ao *Diretor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, na época o Dr. Lucas Lopes*, pedindo-lhe esclarecimentos. Os dados fornecidos... (pelo Brasil) mostravam que o negócio seria bom se fosse para americanos e não para ingleses. Somente quando estes concordaram em vender as ações correspondentes ao completo controle, à *Hanna Coal and Ore*, do

Secretário Humphrey, é que o empréstimo saiu, no *Eximbank*." (PEREIRA, 1967:93/4)
(Sem negrito no original)

Este processo demonstra que quando a *Hanna* iniciou sua estocada no Brasil, ela já dispunha de 151 milhões de dólares fornecidos pelo próprio tesouro americano para garantir o acesso às jazidas minerais, a qualquer preço, através de uma aliança com "testas-de-ferro" que ocupavam cargos públicos no Brasil, como, por exemplo, o Dr. Lucas Lopes (que mais tarde veio ocupar cargos na *Hanna* do Brasil).

Entretanto, como se sabe, a *Hanna*, ao comprar a *Saint John*, havia comprado uma mina de ouro e terras, uma vez que o subsolo constitucionalmente pertencia à União. Assim, a *Hanna* havia comprado 15.000 alqueires de terra no Vale do Paraopeba, a Cia. de Mineração Novalimense e a Mina de Ouro de Morro Velho. Sua estratégia era, através da Cia. de Mineração Novalimense, apoderar-se das jazidas de ferro contidas no subsolo das terras recebidas, e foi através de fraude no DNPM que ela buscou apoderar-se das jazidas do Vale do Paraopeba.

Por trás desta "negociata fraudulenta", como ficou provado mais tarde pelo relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito criada para apurar as ações da *Hanna* no Brasil, estava a empresa de advocacia administrativa CONSULTEC, organizada pelos membros da alta administração pública federal, entre os quais estavam Lucas Lopes (Presidente do BNDE), Roberto Campos, Mário Silva Pinto, Mauro Thibau, entre outros. Esta empresa foi contratada pela *Hanna* para preparar o "*Projeto Hanna*" (um projeto de orientação econômica e técnica para execução de um programa de exportação de minério de ferro). Foi esse mesmo Lucas Lopes que mais tarde veio a se tornar Diretor-Presidente da Cia. de Mineração Novalimense pertencente ao grupo *Hanna*.

Desse projeto constava a absoluta independência do proprietário da mina (como qualquer outro projeto de exploração de minas cativas), desde a extração e o transporte até o embarque em porto próprio. Em função disto, a Central do Brasil (ferrovia) deveria ter uma administração subordinada à *Hanna*, que se encarregaria de controlar sua operação de transporte. Em pouco tempo, vários diretores da Central tornaram-se

funcionários da *Hanna Company*, entre os quais o General Antônio Bastos, ex-membro do Conselho Nacional do Petróleo que, segundo PEREIRA,

"publicou matéria paga em *O Globo* de 24/06/1960, fazendo profissão de fé quanto ao monopólio do petróleo, mas afirmando que *em se tratando de minério de ferro, a entrega a Hanna não lhe parecia impatriótica*".

(PEREIRA, 1967: 1 10)

Armada a trama por dentro do próprio Estado brasileiro, com brasileiros à testa do grande negócio, o caso *Hanna* ganhou dimensão política após ter o Conselho Nacional do Desenvolvimento elaborado o famoso Documento nº 18 que era, como afirma Osny Duarte PEREIRA, *ipsis litteris* o "*Projeto Hanna*" elaborado pela CONSULTEC, e que por sua vez, foi assinado pelo Ministro José Maria Alkimin e por Juscelino Kubitschek. E quem foi o redator do Documento nº 18? Outro sócio da CONSULTEC, Mário da Silva Pinto, que era na época, nada mais nada menos, do que Diretor Geral do DNPM.

A partir do Documento nº 18, houve uma corrida dos grandes grupos econômicos para participarem da exploração do minério de ferro no Brasil, mas a *Hanna* ficava praticamente soberana no Vale do Paraopeba.

O governo Jânio Quadros

Já no governo de Jânio Quadros a situação mudou um pouco, pois, os grandes grupos norte-americanos que não haviam sido "contemplados" trataram de articular outra trama. Osny Duarte PEREIRA é claro na explicação:

"Quando circulou a notícia, nos Estados Unidos, de que Humphrey realizara, no Brasil, a negociata do século, apoderando-se de jazidas que valeriam bilhões de dólares, todos se interessaram em lhe dar uma rasteira. Saíram procura de um candidato suficientemente audaz e com probabilidades de se impor ao eleitorado brasileiro, para ganhar as eleições presidenciais e desalojar Humphrey do quadrilátero ferrífero.

Jânio Quadros *was the right man for the right place*. Nelson Rockefeller apoiou firmemente. Jânio, na fase da propaganda, declarava-se pública e reiteradamente, 'amigo íntimo de Nelson Rockefeller'...". (PEREIRA, 1967:141)

Eleito, Jânio procurou compor um ministério que, seguramente refletia a estratégia Rockefeller de "destruir" a *Hanna* no Brasil:

"Nos ministérios militares, a extrema-direita das Forças Armadas: Odílio Denis, Silvio Heck, Gabriel Griin Moss; na Pasta da Fazenda - Clement Mariani (Light - Grupo Morgan); na Indústria e Comércio - Arthur Bernardes Filho (Eletromar-Westinghouse); na Embaixada do Brasil em Washington - Walter Moreira Sales (Rockefeller) e o Ministério das Minas e Energia foi confiado a um então nacionalista, com carta branca - João Agripino." (PEREIRA, 1967:142)

Na realidade, esta visão "nacionalista" de João Agripino durou pouco, pois ele era uma espécie de "bode expiatório" de Jânio. Mais tarde ele se "notabilizou" por ser autor do Artigo 6º da Emenda Constitucional nº 9, que prorrogou o mandato do Marechal Castelo Branco.

Duas medidas foram suficientes para Jânio renunciar pressionado, segundo afirmava, pelas "forças ocultas" - os "testas-de-ferro" civis e militares que defendiam e defendem aqui a pilhagem das riquezas minerais do país. A primeira foi o envio ao Congresso do projeto de lei que disciplinava a remessa de lucros para o estrangeiro, e a segunda foi a anulação do registro das jazidas efetuado em favor da *Hanna*, voltando as mesmas para o patrimônio da União.

A América Latina, é bom lembrar, estava sendo sacudida por "ventos da libertação" que partiam de Cuba. O socialismo estava a pouco mais de 80 milhas do litoral norte-americano.

Jânio, dizendo não suportar a pressão, renunciou. Pressão daqueles civis e militares que, no exercício do poder no Estado, locupletavam-se com as "negociatas" com as empresas estrangeiras, tornando-se seus "testas-de-ferro". Assim, quatro dias depois de anular a concessão da *Hanna*, Jânio deixava de ser Presidente da República. Não havia mais dúvida de que as "forças ocultas" eram o produto do entendimento entre empresários nacionais e estrangeiros e os militares. Jânio, entretanto, tinha cumprido o "acordo": havia cassado a autorização da *Hanna*.

Jango e as conspirações

Superado o episódio da transição Jânio-Jango, tratou o novo Presidente João Goulart de governar, porém sem revogar ou implementar os atos de Jânio. A *Hanna* sem titubear ingressou com ação no Tribunal Federal

de Recursos contra os atos. As pressões se sucederam. Mas a justiça não acolheu a pretensão da *Hanna*.

No entanto, não houve força política para que o governo executasse a decisão do cancelamento. A *Hanna* continuou a explorar o minério de jazidas, agora da União.

Com a crise e os "boicotes" que se sucederam no governo Goulart, e diante da queda dos preços do minério de ferro no mercado internacional em mais de 40%, nasceu a alternativa do estabelecimento de um "entrepósito de minérios" no Mar Adriático. Jango convidou o então Presidente da Iugoslávia, Marechal Tito, para discutir o "plano". A partir das conversações, selaram um primeiro acordo para a criação de um grupo misto de "Cooperação Industrial e de Cooperação Econômica" entre a *Associação do Porto de Rijeka (Fiume)*, no Adriático, e a Cia. Vale do Rio Doce.

Esse episódio, mais a venda de minério de ferro à Hungria, foi motivo suficiente para que os grupos rivais norte-americanos e de outros países se unissem contra Goulart. Aliando-se aos "testas-de-ferro" brasileiros, iniciaram a campanha que acabou por desestabilizar o governo de Jango e que culminou com o golpe militar de 1964.

O golpe de 1964 e o retorno dos militares ao poder

Com o golpe militar de 1964, toda a equipe executiva do "*Projeto Hanna*" passou a ocupar postos de mando no governo do Marechal Castelo Branco: José Maria Alkimin - Vice-Presidente da República; Mauro Thibau - Ministro das Minas e Energia; Otávio Gouveia de Bulhões - Ministro da Fazenda, e Roberto Campos - Ministro do Planejamento e de fato chefe de todo ministério.

Golpes militares começavam a ocorrer em grande parte dos países latino-americanos na década de 60. Era uma espécie de resposta do imperialismo norte-americano aos movimentos "nacionalistas" e, sobretudo à tentativa de expansão da revolução cubana na América Latina.

Entravam em cena novamente os militares e a doutrina das "fronteiras ideológicas" que agora começava a ser posta em prática. O espaço

do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), fartamente utilizado pelos que conspiraram contra Jango, agora extravasava para as salas da Escola Superior de Guerra - ESG. A ESG, que por sua vez havia sido fundada em 1949 no bojo da guerra fria, estava escudada nos acordos militares Brasil-Estados Unidos de 1948 e 1953. Estavam, portanto, os militares brasileiros e os "testas-de-ferro" da burguesia de acordo com a "filosofia estratégica" dos Estados Unidos, que se preparando para uma eventual Terceira Guerra Mundial (e o episódio do bloqueio econômico de Cuba na crise dos mísseis soviéticos foi um desses momentos), pretendia colocar a seu serviço todos os recursos minerais dos países capitalistas. Na execução deste programa, os americanos procuravam atrelar o território da América Latina à economia norte-americana.

Foi nesse contexto que:

"Ressurgiu, em 1964, sobretudo na Escola Superior de Guerra, entre certos oficiais, a tese: **‘Entrega-se ao comunismo aquilo que não se entrega aos norte-americanos’**, sob o disfarce de uma doutrina de **fronteira ideológica**. Com isto, a ocupação da indústria, das minas, do comércio, da administração pública, por norte-americanos, assumiu ímpeto sem precedentes em nossa História. Dir-se-ia que o Sr. Roberto Campos, executor dessa doutrina, agia como verdadeiro quinta-coluna no seio do Governo Castelo Branco." (PEREIRA, 1967:209) (Sem negrito no original)

Uma vez no poder, o Marechal Castelo Branco mandou sustar a ordem de execução contra a *Hanna* através de seu Ministro Mauro Thibau (que como já afirmamos, era membro da CONSULTEC), até que o Supremo Tribunal Federal se manifestasse frente ao recurso interposto contra a sua decisão. Com a finalidade de facilitar ainda mais a mudança de decisão no curso da ação a favor da *Hanna*, o Marechal Castelo Branco se utilizou do Ato Institucional nº 2 para reformar o Supremo, aumentando o número de ministros e retirando as garantias da magistratura, dos parlamentares e, é bom que se diga, de todos os cidadãos brasileiros, além de instituir uma justiça especial para empresas estrangeiras.

A *Hanna* ampliou todas as concessões através de novos decretos de concessões e de contratos com a Cia. Siderúrgica Nacional (Volta Redonda), com a Central do Brasil e com o próprio patrimônio da União, portanto. Através desses novos acordos, a *Hanna* assumiu o controle do fornecimento do minério de ferro para a Cia. Siderúrgica de Volta Redonda

apoderou-se do cais de minério do Rio de Janeiro e passou a controlar, de certo modo, a Cia. Vale do Rio Doce.

Daquele momento em diante estava sendo selada, sob a guarda pretoriana dos militares no poder, a aliança entre os monopólios internacionais, as estatais e os "testas-de-ferro" nacionais, uma espécie de tripé que vem sustentando o poder no Brasil atual.

Segundo PEREIRA, o Marechal Castelo Branco fora informado por Roberto Campos de que o programa de ajuda norte-americana ao Brasil, visando a recuperação econômica e financeira, estava condicionado ao atendimento das pretensões da *Hanna*. O governo militar não vacilou e promulgou o Decreto nº 55.282 de 22/10/64, que estabelecia novas medidas destinadas a incrementar a exploração e a exportação do minério de ferro. Em 1966, assinou o Decreto nº 59.412 de 24/10/66, que concedia permissão à *Hanna* para utilizar a estrada de ferro da Cia. Vale do Rio Doce no transporte de seu minério e, em dezembro do mesmo ano, baixou o Decreto-Lei nº 83, que estabelecia novas normas para cobrança de taxas portuárias sobre mercadorias movimentadas em terminais ou portos de uso privativo. Por fim, assinou em 1967 o Decreto nº 11.227 de 28/02/67 e o nº 11.318 de 14/03/67, que consubstanciam o novo Código de Mineração, o qual trouxe como "inovação" a supressão da prioridade, antes assegurada ao proprietário do solo, no caso da exploração de jazidas minerais.

Segundo Osny Duarte PEREIRA, o golpe militar de 64 estava implantando a doutrina da "fronteira ideológica", em substituição à doutrina da "fronteira geográfica", e esta nova doutrina passava a constituir-se em um instrumento para pilhar as riquezas nacionais:

"O Governo Castelo Branco abdicou da soberania nacional, influenciando pelo pavor do comunismo que lhes inculcaram os oficiais norte-americanos engajados na Escola Superior de Guerra. Fizeram crer a um grupo de oficiais brasileiros ... que deveriam as fronteiras geográficas do Brasil ceder lugar a uma fronteira ideológica, muito mais importante. Assim, sob o pretexto de segurança das fronteiras ideológicas, correram, nos anos de 1964 a 1967, para a realização da maior pilhagem que os Estados Unidos jamais praticaram antes, fora de suas fronteiras. Chegaram a impor ao país uma constituição, em que o conceito de segurança nacional contido na defesa do território e das riquezas passou a ser o de segurança dos monopólios que se apoderaram de nossos recursos naturais, de nossas indústrias, de nossa economia, a título de defesa de fronteiras ideológicas." (PEREIRA, 1967:285/6)

Estava traçado, dessa forma, o processo de internacionalização da economia brasileira e de internacionalização do acesso aos recursos minerais. Foi por isso que o próprio Marechal Castelo Branco autorizou, em 1965, a realização de parte do levantamento aerofotogramétrico do país, pela *USAF-United States Air Force* - sem nenhuma concorrência pública. E, como se sabe, o *Bureau of Mines de Washington* passou a possuir todas as informações sobre a ocorrência mineralógica em território brasileiro.

Era, pois, no bojo dessa nova estratégia de dominação do país que o movimento militar de 64, baseado na doutrina da segurança nacional - **"segurança e desenvolvimento"** - pretendia:

"... inundar de civilização a Hiléia Amazônica, a coberto dos módulos fronteiriços, partindo de uma base avançada constituída no Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão. E - o segundo o eixo do grande rio."

(GOLBERY DO COUTO E SILVA, 1981) (Sem negrito no original)

Esta estratégia passou pela extinção da SPVEA e pela criação da SUDAM-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - como veremos adiante. Essas transformações na estruturação do chamado "desenvolvimento regional e desenvolvimento nacional", alimentado e alimentador da ideologia da **"segurança e desenvolvimento"** da Escola Superior de Guerra, passavam a ser planejadas dentro do e pelo próprio Estado através de seus planos de ação. Papel singular passava a ser desempenhado pelo então Ministro do Planejamento Roberto Campos, **"um árduo defensor da tese entreguista aos norte-americanos das riquezas nacionais"**.

Os planos governamentais do governo militar pós-64 seguiram o caminho traçado:

"... a política de desenvolvimento da fase revolucionária é deliberadamente calcada numa abertura para a economia mundial..." (IANNI, 1979:21) (Sem negrito no original)

O próprio documento de Roberto Campos confirmava a internacionalização da economia brasileira. Vejamos, pois o "Plano de Ação Econômica do Governo - 1964/66", uma espécie de primeiro plano do governo militar do Marechal Castelo Branco:

"A colaboração do capital estrangeiro não deve criar uma situação de inferioridade para a empresariado nacional, que será contemplado com medidas de apoio e particularmente de financiamento por parte das instituições oficiais.

A política de capitais estrangeiros configurada no Programa de Ação considera os recursos financeiros externos um meio para acelerar a desenvolvimento econômico do país. Idéias erradas em relação aos efeitos do capital estrangeiro levaram à criação de um clima hostil, contribuindo para o estancamento do seu influxo em passado recente (Governo João Goulart), depois da importante contribuição que teve para o desenvolvimento da economia nacional em anos anteriores e especialmente no período 1957/61 (JK e Jânio), em resposta a um tratamento legal menos restritivo. O atual governo (militar) pretende restabelecer as condições que tanto estimularam os investimentos diretos naquele período e, para tal fim, solicitou ao Congresso Nacional as modificações necessárias, já aprovadas, na Lei de Remessas de Lucros." (PAEG, - 1964:47) (Sem negrito no original)

O que o Sr. Roberto Campos queria dizer com "solicitou ao Congresso Nacional" na realidade significava a imposição ao Congresso Nacional de uma nova Lei de Remessa de Lucros, Lei nº 4.390 de 29/08/64, pois já tinha sido atravessada pelo decurso de prazo, aliás, o novo instrumento de pressão do Executivo sobre o Legislativo. Esta nova lei veio em substituição à anterior, Lei nº 4.131, que fora aprovada em 1962 pelo Congresso e sancionada em 1964 (janeiro), por João Goulart, que restringia e procurava controlar o capital estrangeiro no país.

Assim, apenas quatro meses após o golpe de 31 de março, os militares brasileiros disseram a que vieram na tomada do poder do Estado, pois a nova Lei de Remessa de Lucros previa a "abertura do paraíso tropical brasileiro" para as multinacionais:

"A Lei nº 4.390 (29 de agosto de 1964) não fixava limites à percentagem de capital registrado que poderia ser remetida como lucro. A única exceção era um limite de 8% à remessa de lucros de capitais investidos na produção de bens e serviços de luxo. Não se estabeleciam limites para a repatriação de capital, os lucros reinvestidos também eram legalmente tratados como capital original. Um outro incentivo permitia que as empresas estrangeiras tivessem reduzidos de 30% para 15% seus impostos sobre lucros, caso estes fossem destinados a um fundo para reinvestimento em instalações industriais. Além disso, qualquer maquinaria ou equipamento importado para a utilização em projetos considerados de interesse do desenvolvimento do país era classificado como investimento estrangeiro direto, ficando livre de impostos." (MOREIRA ALVES, 1984:75/6) (Sem negrito no original)

Maria Elena MOREIRA ALVES, que escreveu *"Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, foi clara na caracterização sintética deste novo

período do desenvolvimento capitalista no Brasil - a internacionalização da sua economia:

"O programa global da equipe econômica destinava-se a racionalizar a economia pela concentração do capital nas indústrias mais eficientes e pelo estímulo à penetração de capital multinacional mais moderno e produtivo. Ia-se assim ao encontro das premissas da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento no tocante aos efeitos do investimento multinacional: a melhor maneira de desenvolver o Brasil era transformá-la em área prioritária do investimento estrangeiro." (MOREIRA ALVES, 1984:76) (Sem negrito no original)

**Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais braços dados ou não
Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Caminhando e cantando e seguindo a canção**

...
**Os amores na mente as flores no chão
A certeza na frente, a história na mão
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Aprendendo e ensinando uma nova lição**

**Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer**

(“Prá não dizer que não falei das flores (Caminhando) ” - Geraldo Vandré

PARTE I

3. A AMAZÔNIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: As Políticas Territoriais do Estado

A análise das políticas públicas implantadas no Brasil, particularmente durante os governos militares pós-64, é fundamental para compreendermos a lógica do processo de inserção da região e do país no capitalismo mundializado. A mundialização do capitalismo no Brasil passa necessariamente por essas políticas.

DA SPVEA À SUDAM - A NOVA LÓGICA DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

Como já afirmamos, toda a construção da ideologia da segurança nacional gestada na Escola Superior de Guerra estava assentada nos acordos militares assinados entre o Brasil e os Estados Unidos, fundada na tese **"o que não se entregar aos Estados Unidos entregar-se-á à União Soviética"**.

Desta forma, durante os últimos vinte anos de governos militares, a economia brasileira foi alimentada por esta ideologia, que cimentou a aliança do tripé econômico-social que detém, hoje, a hegemonia política no país.

Para consolidar essa ideologia e essa aliança, os governos militares trataram de impor ao país a ideologia da **"segurança com desenvolvimento"**, ou seja, todas as estratégias do desenvolvimento capitalista estavam atravessadas de expedientes da ideologia da segurança nacional.

Nessa estratégia, coube lugar de destaque para à geopolítica da integração nacional, onde o desenvolvimento das três grandes regiões geoeconômicas brasileiras -- Centro-Sul, Nordeste e Amazônia era visto sob o ângulo de estratégias diversas: o Centro-Sul deveria ter o processo de industrialização solidificado e sua agricultura modernizada, além de participar do esforço nacional de "desenvolvimento do Nordeste" via industrialização; e da ocupação, via "Operação Amazônia", da região Norte do país. Muitos foram os planos para a consecução desses objetivos.

Os governos militares entenderam logo que, a viabilização da nova estratégia de desenvolvimento regional, só seria possível através da reestruturação dos órgãos de planejamento regional. Conseqüentemente, a SUDENE foi reestruturada e a SUDAM criada para suceder a SPVEA. As justificativas e os objetivos dessas novas políticas territoriais do Estado foram alinhados no governo do Marechal Castelo Branco, com a colaboração estreita do Ministro do Planejamento Roberto Campos:

As justificativas derivaram de uma concepção sobre a Amazônia como "vazio" a ser "rapidamente" ocupado:

"Os problemas com que se defronta o Nordeste emanam de fatores próprios, tais como as pressões sociais geradas em uma região de solo e clima adversos, onde se agita uma população de cerca de 25 milhões de habitantes. Já na Amazônia, os traços dominantes do seu meio físico estão contidos na exuberante cobertura florestal e no emaranhado de grandes rios que a cortam; excluído o Estado do Maranhão, a região é, quanto às dimensões geográficas, quase 4 vezes maior que o Nordeste, e seus escassos 3 milhões de habitantes não alcançam, sequer, a densidade demográfica de um por km².

Além dessas características regionais, a Amazônia ainda apresenta os seguintes aspectos que a tornam inconfundível no quadro geral do país:

- um imenso vazio demográfico que se oferece à atenção mundial como possível **área de reserva**, à medida que aumentam as justas preocupações com o fenômeno da explosão populacional;

- uma extensa área de fronteira, virtualmente desabitada, confinando com cinco países estrangeiros e dois territórios coloniais;

- o extrativismo vegetal, como forma ainda predominante de atividades econômicas." (Lei nº 5.173 de 27/10/66) (Sem negrito no original)

Os objetivos do plano trouxeram as matizes básicas das políticas a serem implementadas. A maior parte delas de caráter territorial:

“O anteprojeto de lei, em anexo, fixa, inicialmente, os grandes objetivos do Plano de Valorização contidos na promoção do desenvolvimento regional autosustentado e na integração nacional da Amazônia.

Estabelece, em seguida, a orientação básica que deve nortear os esforços para a conservação daqueles objetivos, assim concebidos:

a)- realização de programas de pesquisa e reconhecimento do potencial econômico da Região, com base para a ação planejada a longo prazo;

b)- *definição dos espaços econômicos suscetíveis de desenvolvimento planejado, com a fixação de pólos de crescimento capazes de induzir o desenvolvimento de áreas vizinhas,*

c)- *concentração de recursos em áreas selecionadas, em função de seu potencial e populações existentes,*

d)- formação de grupos populacionais estáveis, tendentes a um processo de auto-sustentação;

e)- *adoção de política imigratória para a Região, com aproveitamento de excedentes populacionais internos e contingentes selecionados externos,*

f)- *fixação de populações regionais, especialmente no que concerne as zonas de fronteira;*

g)- aumento da produtividade de economia extrativista sempre que esta não possa ser substituída por atividade mais rentável;

h)- ampliação das oportunidades de formação e treinamento de mão-de-obra e pessoal especializado necessário às exigências de desenvolvimento da Região;

i)- aplicação conjunta de recursos federais constantes de programas de administração centralizada e descentralizada, ao lado de contribuições do setor privado e de fontes externas;

j)- adoção de política de estímulos fiscais, creditícios e outros, com o objetivo de:

I- assegurar a elevação da taxa de reinversão na Região dos recursos nela gerados;

II- *atrair investimentos nacionais e estrangeiros para o desenvolvimento da Região.*

l)- revisão e adaptação constantes da ação federal na Região;

m)- concentração da ação governamental nas tarefas de planejamento, pesquisas de recursos naturais, implantação e expansão da infra-estrutura econômica e social, reservando à iniciativa privada as atividades industriais, agrícolas, pecuárias, comerciais e de serviços básicos rentáveis." (Lei nº 5.173 de 27/10/66)

Como se pode verificar, as justificativas baseavam-se no princípio de que, a solução para a área de tensão social - Nordeste - estava no estímulo ao processo migratório para a "área vazia" - a Amazônia. A estratégia do desenvolvimento passava a ser concebida como necessariamente concentrada, polarizada, sendo que a tarefa geopolítica da ocupação das fronteiras do país ficaria por conta das populações regionais. Papel singular foi deixado para a iniciativa privada. Esta deveria atuar em todos os setores rentáveis das atividades econômicas, ficando para o Estado aquelas atividades deficitárias, porém necessárias à política de desenvolvimento, uma espécie de "socialização dos prejuízos", comum nos Estados capitalistas.

Cabe ressaltar também, no seio da estratégia, o lugar garantido para o capital estrangeiro. Aliás, foi para e por causa dele e dos "testas-de-ferro" nacionais que o próprio golpe militar havia sido deflagrado. Estava, portanto, inserida, na lógica do endividamento externo, o "desenvolvimento" da região amazônica sob o signo militar da geopolítica da Escola Superior de Guerra.

Definida a estratégia, começou a ação. Foi deflagrada a "Operação Amazônia", consubstanciada na ideologia que serviu de lema ao Projeto Rondon, *"integrar para não entregar"*. Na realidade, a lógica da doutrina da Escola Superior de Guerra previa a passagem da geopolítica das "fronteiras geográficas" para a geopolítica das "fronteiras ideológicas", pois "era necessário entregar aos americanos para não entregar aos comunistas" (sic). Dessa forma, o lema "integrar" significava abrir caminhos, criar condições para que fosse possível a exploração dos recursos naturais pelos grandes monopólios multinacionais. O Estado autoritário e mesmo o atual, democratizado, criou todo um conjunto de políticas necessárias à implementação da internacionalização da economia brasileira e, por conseguinte, entregou, na acepção da palavra, e continua entregando de forma vil os recursos naturais do país. É por isso que o entendimento do lema do Projeto Rondon deve ser feito pela leitura de seu contrário, ou seja, "integrar para entregar".

Como se vê, o Projeto Rondon também fazia parte da estratégia pseudo-nacionalista através da qual, os militares tentaram

convencer a sociedade civil e particularmente a juventude brasileira, de seus planos desenvolvimentistas.

A "Operação Amazônia"

As intenções desenvolvimentistas dos governos militares com relação à Amazônia, foram iniciadas com a primeira "Reunião de Investidores da Amazônia", realizada através de um "cruzeiro" a bordo do navio Rosa da Fonseca, em nove dias de viagem pelo rio Amazonas (dezembro de 1966). Naquela reunião, definiram-se os interesses dos empresários do Centro-Sul e os objetivos da adesão empresarial ao projeto governamental: **“só investiria se o lucro fosse certo”**. O jornal Folha de São Paulo, de 16/4/67, na página 21 do Suplemento sobre a Amazônia, trouxe de forma objetiva esta concepção:

“... a opinião geral dos participantes da viagem, quando se chegou a Belém, era a de que se tinha conseguido **o milagre de redescobrir a Amazônia para as lideranças empresariais brasileiras, que despertavam, assim, não apenas para um dever de ocupação, mas, também, para oportunidades novas de bons negócios numa terra tão virgem quanto rica ...**

... o ministro João Gonçalves de Souza, idealizador da reunião e da viagem fluvial, dizia, no final, que o Rosa da Fonseca abrira perspectivas para o futuro, pois revelara ao capital nacional uma Amazônia cheia de oportunidades e fornecera aos governos estaduais e ao próprio governo federal indicações para uma política mais realista de ocupação da região.

Alguma coisa de novo acontecera, realmente, na Amazônia. E o governador Alacid Nunes, em fevereiro deste ano, após uma viagem em que percorreu o Centro-Sul à cata de investidores e investimentos, ficou surpreendido com os resultados concretos que obtivera. Falando sobre o assunto ao ministro João Gonçalves, dizia: *“você não imagina como o Rosa da Fonseca modificou as coisas. O que levo para o Pará, depois desta viagem, não são promessas, mas projetos objetivos e concretos. E até consegui arrancar algum dinheiro que estava destinado a investimentos no Nordeste”*.

Antes do governador Alacid Nunes, uma comissão do Estado do Amazonas andara pelo antigo estado da Guanabara, por São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul e, embora sem ter alcançado os resultados alardeados pelo governador do Pará, essa comissão pôde verificar que, graças à viagem do Rosa da Fonseca, os empresários do Centro-Sul acreditam, realmente, na Amazônia e estão dispostos a aplicar aí o seu dinheiro.

O que aconteceu de novo, com o Rosa da Fonseca, foi traduzido nas respostas a um questionário distribuído pelo MECOR- Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais entre os passageiros do navio:

- 1) Promoveu e facilitou relações entre autoridades e investidores;
- 2) proporcionou o intercâmbio de idéias e sugestões de ordem prática para resolver os problemas da Amazônia;
- 3) possibilitou a concretização a curto e médio prazo, de projetos e investimentos com capitais do Centro Sul;
- 4) foi uma oportunidade para identificar erros de perspectivas, de políticas e de processos;
- 5) criou nova mentalidade pioneira;
- 6) revelou ser possível somar os esforços públicos e privados num mesmo programa de trabalho; e
- 7) **consagrou a tese de que a ocupação da Amazônia deve ser feita por brasileiros.**

Estas respostas traduzem, de algum modo, a tônica dirigida em que decorreu a reunião do Rosa da Fonseca, marcada por uma frase de João Gonçalves no discurso de instalação: *'A Amazônia deve ter uma ocupação brasileira realizada por brasileiros, numa jornada em que caberá ao empresariado nacional a encargo maior. Isto é: a coragem empresarial foi sacudida pelo apelo ao pioneirismo patriótico, com as riquezas potenciais e a vastidão de terras servindo de isca.'*

E de todos os empresários que iam a bordo, quem melhor entendeu a mensagem foi o paulista Sérgio Cardoso de Almeida, logo no primeiro dia de viagem, quando ainda alguns estados e territórios tentavam atrair simpatias e interesse com a linguagem do patriotismo piegas. Voz rouca, bigode enchendo a figura atarracada, Sérgio falou como um paulista: *'Ao empresário interessa saber onde pode aplicar o seu dinheiro para ganhar mais dinheiro, pois essa é a maneira de atender à patriótica convocação de ocupação brasileira na Amazônia'*. A partir daí, os estados e os territórios passaram a entender os empresários, tornando-se, então, possíveis o diálogo e os negócios.

E surgia o otimismo que ajudaria a sepultar definitivamente a SPVEA, para que a SUDAM nascesse e crescesse sem medo de fantasias, sem compromissos com o passado, preocupada, apenas, em responder aos anseios do futuro."

(FOLHA DE SÃO PAULO, 16/4/67) (Sem negrito no original)

Portanto, foi por esta razão, entre outras, que os capitalistas que investiram na Amazônia, sobretudo em projetos agropecuários, ficaram sendo comumente chamados de **"paulistas"** pela população amazônica. **"Paulista"** é uma espécie de representante da "besta-fera". Aliás, deve-se ressaltar aqui que este ex-deputado paulista, Sérgio Cardoso de Almeida, da região de Araraquara, é um dos mais reacionários agricultores deste país, defensor intransigente da estrutura fundiária brasileira - quer dizer, dos grandes proprietários - e, por conseqüência, feroz combatente da reforma agrária. A sua frase é clara e objetiva quanto a seus interesses e à sua preocupação com o país, quer dizer, com os trabalhadores deste país: ***"Ao empresário interessa saber onde pode aplicar o seu dinheiro para ganhar mais dinheiro."***

É evidente que esta sempre foi a lógica do processo de expansão e reprodução do capitalismo, até aí, nenhuma novidade. Entretanto, camuflar a entrega das riquezas minerais, sobretudo da Amazônia, à aliança capital nacional/internacional sob o signo de um falso nacionalismo, é que se constitui na diferença.

Nessa estratégia geopolítica, o Estado autoritário fazia duas soldagens sociais fundamentais para a compreensão da Amazônia e do próprio Brasil pós-64:

- a primeira, soldava em nível interno os "aparentes" interesses contraditórios entre a burguesia nacional nascente e o capital estrangeiro; aliás esta contradição era o móvel dos movimentos nacionalistas na América Latina;

- a segunda, soldava em nível nacional os "aparentes" interesses contraditórios entre a burguesia industrial e a burguesia agrária, tornando latifundiários os "jovens empresários industriais" e o empresariado estrangeiro.

Essas duas alianças são fundamentais no processo de compreensão da internacionalização da economia brasileira e, conseqüentemente, da internacionalização da burguesia brasileira. Esta concepção liquidava de vez a tese do "nacionalismo" ou da própria "revolução burguesa nacional", pois esta transformação operava-se no seio de uma economia já mundializada.

Entretanto, o móvel ideológico do governo militar seria assentado sobre o falso nacionalismo da ocupação da Amazônia; na realidade estavam assentando-se as bases das alianças que marcaram esta etapa recente do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Assim, o processo de ocupação da Amazônia, pelo Estado autoritário pós-64, ficou selado na célebre "Declaração da Amazônia", o toque de clarim da "Operação Amazônia":

DECLARAÇÃO DA AMAZÔNIA

"Governo e homens de empresas do Brasil, reunidos na Amazônia sob a inspiração de Deus e norteados pelo firme propósito de preservar a unidade nacional como patrimônio, que receberam indiviso, conscientes da necessidade de promover o crescimento econômico acelerado da Região, como processo

indispensável, para atingir esse objetivo e a própria valorização do homem que a habita,

CONSIDERANDO: que a Amazônia constitui ainda em nossos dias, considerada no seu conjunto, um dos maiores espaços desertos do mundo e um desafio à nossa capacidade realizadora;

Que a Amazônia, com os seus cinco milhões de quilômetros quadrados correspondentes à cerca de sessenta por cento do território brasileiro, está a exigir a criação de condições para o seu povoamento;

Que, na hora presente, a ocupação e o racional aproveitamento desse espaço vazio, pelo Brasil, é um imperativo da própria segurança nacional;

Que as grandes distâncias que isolam os seus núcleos humanos, e a separam dos centros políticos e econômicos do País, constituem um repto à determinação nacional de efetivamente ocupar o grande território, e aproveitar sua potencialidade econômica igualmente grande;

Que os índices de evolução da economia regional, nos anos recentes, demonstram uma tendência espontânea à gradativa substituição do extrativismo, como setor principal por atividade economicamente mais produtiva e socialmente mais evoluída;

Que a conquista definitiva da Amazônia deverá ser conseguida de forma a também assegurar uma harmoniosa integração inter-regional;

Que alguns empreendimentos de infraestrutura, em especial no setor de transportes realizados na Região possibilitam o surgimento de algumas subareas de economia externas e de mercados significativos;

Que os estudos e pesquisas dos recursos naturais já realizados proporcionam desde agora um conhecimento mínimo indispensável para o progresso e desenvolvimento da área;

Que a expansão dos meios de treinamento às exigências do plano global dos programas e dos projetos;

Que as diretrizes, que as características, as prioridades e os planos de desenvolvimento para a Amazônia devem ser estabelecidos pelo Governo brasileiro, e que a ajuda externa pode e deve vir em caráter meramente complementar sob a forma de assistência técnica e financeira a programas ou projetos indicados e administrados por nós; e

Ainda o diálogo franco e aberto, e os debates objetivos e realistas a que se lançaram homens do Governo e investidores privados a bordo do navio Rosa da Fonseca no transcurso da semana que findou.

DECLARAM

1. sua adesão às recomendações da I Reunião de Incentivos ao Desenvolvimento da Amazônia;

2. sua determinação de conjugar esforços, recursos e atividade de trabalho no sentido de promover a completa integração sócio-econômica da Amazônia ao Brasil;

3. sua convicção de que a "Operação Amazônia" ora iniciada prosseguirá no tempo e com os meios necessários até atingir a completa consecução dos objetivos que a inspiram;

4. seu compromisso de mobilizar todas as forças vivas da Nação visando a atrair para a Amazônia empreendimentos de qualquer natureza indispensáveis ao seu desenvolvimento;

5. sua aceitação, enfim, ao desafio lançado e a resposta da sua presença para que a Amazônia contribua através de sua perfeita e adequada incorporação

da sociedade brasileira sob a sua soberania inalienável, para a solução dos grandes problemas da Humanidade."

João Gonçalves de Souza
Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais
Gen. Luiz Mendes da Silva
Governador do Território Federal do Amapá
Otávio Lage de Siqueira
Governador do Estado de Goiás
Pedro Pedrossian
Governador do Estado de Mato Grosso
Tte. Cel. João Carlos Mader
Governador do Território Federal de Rondônia
Iris Meimberg
Presidente da Confederação Nacional da Agricultura
Jorge Kalume
Governador do Estado do Acre
Arthur Cezar Ferreira Reis
Governador do Estado do Amazonas
Dijalma Tenório Brito
Pelo Governador do Estado do Maranhão
Cel. Alacid da Silva Nunes
Governador do Estado do Pará
Tte. Cel. Dilermando Cunha da Rocha
Governador do Território Federal de Roraima
Thomaz Pompeu de Souza Brasil Neto
1.º Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria na ausência do
Presidente
Belém, 11 de dezembro de 1966.
(FOLHA DE SÃO PAULO, 16/4/67, p. 23) (Sem negrito no original)

Os incentivos fiscais

Para colocar em prática esta estratégia de ocupação, o Estado lançou mão de uma política de incentivos fiscais que previa a criação do FIDAM (Fundo para Investimentos Privados do Desenvolvimento da Amazônia) e uma rearticulação e reestruturação do BASA (Banco da Amazônia S.A.).

Desta maneira, a estrutura de recursos financeiros carreados para a região amazônica seria proveniente do sistema:

SUDAM - FIDAM - BASA

1 - no mínimo 2% da renda tributária da União e 3% da renda tributária dos estados, territórios e municípios da Amazônia, dos recursos previstos no Artigo 199 da Constituição Federal;

2 - dotações orçamentárias e créditos adicionais provenientes de operações de créditos e juros de depósitos bancários, multas e emolumentos, lucros provenientes de serviços prestados;

3 - auxílios, subvenções, contribuições e doações de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

4 - sua renda patrimonial, além de todas as isenções tributárias gozadas pelos órgãos federais;

5 - contratação de empréstimos no país ou no exterior, dando como garantia seus próprios recursos, com total isenção de taxas e impostos federais;

6 - recursos do FIDAM originários:

a). da renda tributária da União;

b). das dotações plurianuais através do Plano de Valorização Econômica da Amazônia;

c). de doações e subvenções;

d). do produto da colocação das Obrigações da Amazônia emitidos pelo BASA;

e). dos recursos anuais do Fundo de Fomento à Produção;

f). dos depósitos provenientes da lei de incentivos fiscais em favor da Amazônia;

g). da receita líquida proveniente das operações efetuadas com recursos próprios.

Todos os recursos da SUDAM e FIDAM ficaram depositados no BASA, que se tornou assim o agente financeiro do sistema.

Além dos recursos enumerados, o sistema SUDAM-FIDAM-BASA recebia os incentivos provenientes das deduções tributárias consubstanciadas na política dos incentivos fiscais, que permitiam o desconto no imposto de renda devido por pessoas jurídicas em até:

- 75% do valor das Obrigações da Amazônia-BASA adquiridas e
- 50% do valor do imposto devido para investimentos em projetos agrícolas pecuários, industriais e de serviços básicos (energia, transportes, educação, comunicação e colonização), seguindo critérios de prioridades determinados pela SUDAM. (Sem negrito no original)

Estes incentivos poderiam chegar a 100%, caso os empreendimentos fossem instalados até 1974.

Foram também concedidas isenções tributárias para exportação de alguns produtos regionais e para importação de máquinas e equipamentos sem similares no mercado interno.

A concessão dos incentivos passou a ser decidida pelo CONDEL-Conselho Deliberativo da SUDAM, que tem a seguinte composição:

- superintendente da SUDAM;
- um representante de cada ministério;
- um representante do Estado-Maior das Forças Armadas;
- um representante do Banco do Brasil;
- um representante do BNDES-Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;
- presidente do BASA;
- superintendente da SUFRAMA-Superintendência da Zona Franca de Manaus;
- governadores dos estados e territórios da região;
- um representante dos trabalhadores rurais (CONTAG);
- um representante dos trabalhadores do comércio;
- um representante dos trabalhadores da indústria.

Fazia parte, também, da estratégia da "Operação Amazônia" a criação (em 1967) da SUFRAMA-Superintendência da Zona Franca de Manaus, autarquia ligada ao Ministério do Interior (Decreto-Lei nº 288 de 28/2/67). A atuação da SUFRAMA correspondia a uma área de 10.000 km² localizada na margem esquerda dos rios Amazonas e Negro. Seu objetivo era criar um centro industrial e agropecuário com a meta de integrar a Amazônia ocidental ao restante do país. O estímulo fiscal veio através da isenção de impostos (IPI-imposto sobre produtos industrializados; ICM-imposto de circulação de mercadorias; imposto de importação e exportação). Estavam, pois, criadas as condições para implantação na Amazônia de um "enclave de importação". Uma espécie de área internacional de produção dentro do próprio país, a estratégia da indústria mundializada no pós Segunda Guerra. O mesmo exemplo, do que ocorreram em Hong-Kong, Taiwan, Seul, Singapura, etc.

De qualquer forma, esta foi a contrapartida do Estado para que o empresariado nacional e estrangeiro aderisse à "Operação Amazônia", uma espécie de "galinha dos ovos de ouro" para localizar "o pote de ouro ao pé do arco-íris".

Como se pode ver, o empresariado aderiu à operação e desta adesão nasceram os processos de expropriação das terras indígenas, das terras dos posseiros, das florestas, dos recursos minerais, enfim, da Amazônia como um todo. Nesse processo de adesão do grande monopólio

capitalista situa-se também, a origem dos conflitos com os indígenas, com os posseiros e com os garimpeiros.

Foi, portanto, com esta adesão do empresariado, sobretudo do Centro-Sul, ao acesso à terra da Amazônia, que nasceu uma espécie de "contra-reforma agrária" dos governos militares em contraponto com ao movimento histórico deflagrado pelas Ligas Camponesas na luta pela efetiva reforma agrária no Brasil.

DA SUPRA AO IBRA: DA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA AO ESCÂNDALO DA VENDA DE TERRAS A ESTRANGEIROS

O final da década de 50 e o início da década de 60 foram marcados por um processo de organização/reivindicação dos trabalhadores rurais, sobretudo nordestinos, no país. Esse processo ficou conhecido com a criação das Ligas Camponesas, cuja luta pela terra e contra a exploração do trabalho no campo marcou significativamente sua ação.

Sua importância tornou-se ainda maior, quando no governo João Goulart, foi criada a SUPRA-Superintendência da Política Agrária, órgão governamental responsável pela implementação de uma política de reforma agrária no país. Desta política nasceram algumas desapropriações dos engenhos nordestinos, onde o Engenho da Galiléia foi o grande exemplo. Pouco antes de sua deposição pelos militares, o Presidente João Goulart havia encaminhado ao Congresso um projeto de lei que alterava o artigo da Constituição que previa indenização prévia em dinheiro para as desapropriações, passando a mesma a ser feita em títulos da dívida pública. Previa também, o projeto a desapropriação das terras situadas às margens das rodovias e dos açudes públicos federais, ou seja, o governo procurava se orientar pelo princípio de que **"o uso da propriedade está condicionado ao bem-estar social, não sendo a ninguém lícito manter a terra improdutiva por força do direito de propriedade"** (GOULART, apud BANDEIRA, 1977:164/5). (Sem negrito no original)

Com o golpe militar de 1964, o projeto de reforma agrária de Goulart foi liquidado e procedeu-se a uma verdadeira caçada às lideranças sindicais que militavam nas Ligas Camponesas. Com a repressão, todo o movimento refluíu e parte de seus participantes tiveram que fugir, mudar de nome, etc.

Entretanto, em função de um quadro de pressão social interna e, sobretudo externa coube ao primeiro governo militar - do Marechal Castelo Branco - ainda em 1964, a tarefa de assinar a lei que criou o Estatuto da Terra (Lei n. 4.504, de 30/11/64).

A realidade passava a mostrar que, uma vez desarticulada a organização popular dos trabalhadores, o Estado, através de sua estrutura burocrática, iria realizar a tão esperada reforma agrária. Ledo engano, pois foi o próprio Ministro do Planejamento do então governo militar, Roberto Campos, quem garantiria aos congressistas latifundiários que a lei era para ser aprovada, mas não para ser colocada em prática. A história dos 20 anos de governos militares mostrou que tudo não passou de uma farsa histórica, pois apenas na década de 1980, é que o governo federal elaborou o 1º Plano Nacional da Reforma Agrária - instrumento definidor da política de implementação da reforma agrária.

Com a criação do Estatuto da Terra, tratou logo o governo militar de extinguir a SUPRA e criar o IBRA-Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e o INDA-Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.

A CPI e o Relatório Velloso

O período de existência destes dois órgãos, IBRA e INDA, de 1964 a 1970, foi marcado por um processo intenso de corrupção, grilagens e venda de terras para estrangeiros. Aliás, este fato ganhou projeção nacional e internacional. Em nível nacional acabou desembocando, em 1968, na constituição, pelo Congresso Nacional, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as denúncias veiculadas pela imprensa.

O resultado da CPI, como se viu, foi a elaboração de um relatório - Relatório Velloso - e a comprovação do envolvimento de inúmeros brasileiros particulares e funcionários do IBRA e de cartórios públicos, na grande falcatura da venda de terras a estrangeiros, sobretudo na Amazônia:

"No momento ainda é muito difícil precisar-se, com exatidão, as áreas mais atingidas pelo problema que está sendo estudado.

Todos os dados obtidos até agora devem ser considerados apenas como dados parciais e muito tempo ainda se necessitará de trabalho paciente e metucioso, para que se possa ter uma idéia precisa da profundidade do problema. O trabalho se torna mais difícil pela evolução constante dos fatos, pois muitas áreas em nome de brasileiros já estão com negociações entabuladas para serem transferidas para propriedade de grupos estrangeiros e, em muitos casos, áreas já compradas por grupos estrangeiros ainda são mantidas em nome de seus antigos proprietárias e posseiros, com o evidente propósito de evitar a constatação de seus verdadeiros donos.

Ainda são poucos, no momento, os dados obtidos, principalmente os relativos aos estados de Mato Grosso e Acre e territórios de Rondônia, Roraima e Amapá, mas, apesar disto, as informações já obtidas formam um quadro geral que preocupa bastante. Assim podemos apresentar, ressaltando uma vez mais ser apenas um levantamento parcial, as seguintes áreas já ocupadas ou em vias de ocupação por grupos estrangeiros:

a) Estado de Goiás

1. São João da Aliança - grupo belga.....	36. 014 ha
2. Araguaina - não-identificado.....	23.368 ha
3. Tocantinópolis - Universal Overseas Holding.....	504.700 ha
4. Tocantinópolis - Cia. Agropastoril Água Azul	4.459 ha
5. Filadélfia - Chan Tun Jan.....	48.400 ha
6. Uruaçu - John Mauger.....	113.105 ha
7. Piacá - Henri Fuller.....	38.720 ha
8. Piacá - World Land Co.....	72.600 ha
9. Piacá - não-identificado.....	24.200 ha
10. Peixe - John Mauger.....	ignorada
11. Alto Paraíso.- Stanley Amos Selig.....	3.918 ha
12. Niquelândia. - Stanley Amos Selig.....	24.648 ha
13. Paranã - Stanley Amos Selig.....	12.100 ha
14. Ponte Alta do Norte - Stanley Amos Selig.....	1.305.000 ha

Neste estado, no momento, já se pode apresentar 3,5% de seu território em mãos de pessoas, ou grupos estrangeiros, devendo-se ressaltar que, no município de Ponte Alta do Norte, toda a sua área, 1.305.000ha, está em poder de Stanley Amos Selig, que vendeu nos EUA um total de 1.390.438ha em lotes nesse município, maior, portanto que a própria área do mesmo.

b) - Estado do Maranhão

1. Monção - João Inácio.....	534.336 ha
2. Turiaçu - João Inácio.....	406.074 ha
3. Carutapera - João Inácio.....	696.900 ha
4. Carutapera - João Inácio.....	150.000 ha

Neste estado ainda não foi conseguida nenhuma apreensão de documentos que comprovassem a venda destas áreas a estrangeiros, apesar do proprietário, João Inácio, grileiro já anteriormente mencionado, ser um dos principais intermediários em grandes vendas a grupos de outras nações.

c) Estado do Amazonas

1. Barcelos - João Inácio.....	418.280 ha
2. Ilha Grande - João Inácio.....	77.440 ha
3. Nhamundá - João Inácio.....	96.800 ha
4. Borba - João Inácio.....	239.040 ha
5. Manaus - João Inácio.....	778.800 ha
6. Novo Aripuanã - João Inácio.....	195.570 ha
7. Maués - João Inácio.....	29.040 ha
8. Itacoatiara - João Inácio.....	4.530 ha

É conveniente ser ressaltado que pelo menos as terras em poder de João Inácio, nos municípios de Borba e Manaus, foram adquiridas do Estado como terras devolutas, em flagrante choque com a Constituição do Brasil, pois as referidas áreas ultrapassam 1.000.000ha.

d) - Estado do Pará

1. Altamira - João Inácio.....	1.015.860 ha
2. São Félix - João Inácio.....	3.602.072 ha
3. Vizeu - João Inácio.....	390.040 ha
4. Paragominas - João Inácio.....	191.164 ha
5. Paragominas - John Davies.....	52.272 ha
6. Conceição do Araguaia - João Inácio.....	257.004 ha
7. Almerim.- National Bulk Carriers.....	1.250.000 ha
8. Tomé-Açu - Jamic.....	25.800 ha
9. Portel Melgaço - Georgia Pacific.....	400.000 ha
10. Melgaço - Robert Richard Morrow.....	40.658 ha
11. Portel - Currálinho - Breves - Anapu - Anajás - Bagre - Robin Hollie Mac Glow.....	400.000 ha
12. Açará - Jacob Klauss.....	ignorada
13. Itaituba - Arruda Pinto.....	300.000 ha
14. Currálinho - Gork Stinson.....	8.344 ha
15. Currálinho - Ed Kay Properties.....	1.659 ha
16. Currálinho - Missio Bay.....	632 ha
17. Portel - Hartzel Vinhard.....	576 ha

Deixa de ser incluída a relação de propriedades negociadas pelo grupo Nadyr Helou que no momento são objeto de investigações. Também é conveniente ressaltar que a maioria das terras em poder do grupo João Inácio, que perfazem um total de mais de 5.000.000ha, muitas delas foram adquiridas por requisição ao Estado, como terras devolutas, o que fere frontalmente o disposto na Constituição do Brasil.

e) Estado da Bahia

Neste estado, como já exposto anteriormente, as regiões atingidas são os municípios de Cocos, Correntina, São Desidério, Bom Jesus da Lapa e Formosa do Rio Preto. Perfazem estas terras um total de 5.600.000ha, distribuídas em 53 fazendas, sendo, portanto, a área atingida superior a 10% da área do estado.

f) Estado de Mato Grosso

Apesar das poucas informações obtidas até agora, devem ser grandes as áreas em poder de 50 grupos estrangeiros, já que possivelmente nesse estado, na década de 50, iniciou-se o processo de vendas de vulto a grupos externos.

As poucas informações relacionadas neste relatório já dão um total superior a 2.000.000ha, sabendo-se que muitos outros não estão ainda relacionados, inclusive o já citado Stanley Amos Selig, que também possui terras no município mato-grossense de Barra do Garças.

g) Território de Roraima

1. James Bryan Choate.....232.915 ha
2. James Wilmer Crews - Rio Tacutu.....ignorada
3. João Inácio - Pico da Neblina.....ignorada

h) Outros dados

É grande o volume de informações existentes nos diversos depoimentos prestados, bem como obtidas por esta CPI e pela Comissão de Investigação do Ministério da Justiça, necessitando ainda serem devidamente apuradas para posterior confirmação.

Pode-se acrescentar a estes dados a existência da venda de grandes áreas de terras no município de Aveiro, estado do Pará, território de Rondônia, na região de exploração de cassiterita e território do Amapá, principalmente na região da Boca do Amazonas.

No momento, já existe apurada a venda de cerca de 20.000.000ha a pessoas ou grupos estrangeiros, distribuídos pelos diversos estados e municípios mencionados e que, como facilmente se poderá constatar, excetuando-se as terras alienadas no estado da Bahia, as demais, em quase sua totalidade, encontram-se dentro da Região Amazônica."

(VELLOSO, apud GARRIDO FILHA, 1980:84/5/6/7) (Sem negrito no original)

Conforme se pode observar pelo que foi possível apurar pela CPI, cerca de 200.000 km² de terras brasileiras, a maioria na Amazônia (mais de 150.000 km²), estavam transacionados com grupos estrangeiros. Para ser mais realista, uma superfície superior a ocupada por muitos estados brasileiros, estava em poder de estrangeiros.

Esse processo lesivo aos interesses dos trabalhadores brasileiros pôde acontecer em função do uso de expedientes criminosos, que por si só poderiam vir a convencer a justiça do país à anulação das concessões. Isto pode ser observado pelas conclusões do Relatório Velloso na averiguação dos métodos e processos de aquisição de terras:

"É, uma constante, na venda de terras a estrangeiros, a presença do elemento nacional como intermediário.

Talvez uma das poucas exceções seja o Sr. Robin Hollic Mac Glow, cidadão americano, que intensamente se dedica, no Pará, à atividade de compra de vastas áreas para posteriormente vendê-las a compatriotas seus, com grande margem de lucro.

Pelas observações podemos agrupar os processos de aquisição de terras em três tipos diferentes:

a) Compra a antigos proprietários ou posseiros

Neste processo um intermediário entra em contato com o proprietário ou posseiro de determinado lugar, de interesse de um grupo, e propõe a compra do mesmo.

De um modo geral, o proprietário ou posseiro, sem recursos para explorar suas terras, com dificuldades em obter financiamentos e premido pelos impostos, principalmente os do IBRA, aceita com prazer a proposta, sempre feita com dinheiro à vista.

Este processo é repetido com todos os elementos da zona visada, que assim passa a ser propriedade de um grupo estrangeiro, apesar de muitas vezes, enquanto interessar, as terras ainda serem mantidas em nome dos antigos proprietários, o que dificulta em muito o levantamento de áreas do território nacional em mão de estrangeiros.

b) Requisição de terras devolutas aos governos estaduais

Neste processo o elemento nacional intermediário, geralmente com a conivência de funcionários dos Departamentos de Terras estaduais, requer em nome de pessoas, verdadeiras ou fictícias, individualmente, um grande número de lotes, cada um dentro das limitações constitucionais de modo a cobrir toda a zona cobiçada.

Após a obtenção dos títulos definitivos, de acordo com o interesse, ou não, do comprador, os títulos individuais passam, por meio de compra simulada, para o nome da pessoa ou grupo, nacional ou estrangeiro, interessado na compra daquela região.

Com isto é que se explica como vastas regiões de terras devolutas estaduais, apesar das limitações constitucionais, passam de um momento para outro a se constituir em enormes latifúndios em mãos de pessoas ou grupos nacionais ou estrangeiros.

Este processo foi usado em larga escala no estado de Mato Grosso, na década de 50, e foi usado, conforme demonstrado em informações colhidas por esta CPI, nos estados do Pará e Amazonas, o que explica grandes extensões desses estados em poder do grileiro João Inácio, requeridas como terras devolutas.

c) 'Grilagem'

Por intermédio deste processo todos os tipos de fraude são aplicados, desde escrituras falsificadas, aparentando documentos antigos, até títulos definitivos de compra de terras devolutas, também falsos.

Por intermédio desse processo o cidadão norte-americano Stanley Amos Selig conseguiu a posse de todo o município de Ponte Alta do Norte, em Goiás, e, por intermédio desse mesmo processo o seu intermediário, João Inácio, já tinha sob seu controle vastas extensões, em toda a Amazônia, prontas para serem transferidas para grupos nacionais ou estrangeiros.

Dentro da 'grilagem', verifica-se que, com o aproveitamento do que dispõe o Código Civil Brasileiro, que permite em seu artigo 134, parágrafo 2º, o uso da escritura particular para transações até NCr\$ 10,00, sistematicamente dão esse valor simbólico a todas as transações feitas, fugindo assim da escritura pública, e assim, de um modo geral, começando os 'grilos', isto é, através de um instrumento particular de compra e venda.

É uma constante nas operações desse tipo a venda de terras, sempre pelo total de NCr\$ 10,00, e sempre por intermédio de um instrumento particular, que posteriormente é registrado em um cartório, já mancomunado para isto.

Nesse processo de 'grilagem', conforme verificado por esta CPI em sua viagem a Porto Nacional, até o roubo de documentos antigos de velhas igrejas foi feito, sendo o papel em branco de livros de registros paroquiais roubado para ser utilizado na confecção de escrituras, em tudo semelhante à feita no século passado.

A técnica usada na fraude e no crime, por maus brasileiros, pode ser considerada quase perfeita e valendo-se dela é que muitos grupos estrangeiros estão hoje de posse de vastas extensões do território brasileiro,"

(VELLOSO, apud GARRIDO FILHA, 1980:87/8/9) (Sem negrito no original)

Agora, passados muitos anos, pode-se concluir que não se tratava de uma ação de "maus brasileiros" como o relatório demonstra, mas sim, de uma bem montada estratégia de permitir aos grupos internacionais e nacionais o acesso às riquezas naturais da região amazônica e do Brasil em geral.

Essa estratégia fazia parte da política posta em prática pelos governos militares que passaram a comandar e planejar este processo. A prova inequívoca deste, aparece evidenciada na estratégia que os grandes grupos econômicos nacionais e internacionais passaram a utilizar no Brasil para conseguir vantagens e favores: incluir em cargos de suas diretorias altas patentes militares.

É o caso de um dos maiores proprietários da Amazônia - Projeto Jari - que teve o "famoso" Major Heitor de Aquino Ferreira, que tantos cargos ocupou nos vários governos militares, como apontou SAUTCHUK et alli, em seu livro "Projeto Jari - A invasão americana", como diretor da empresa.

Assim, os governos militares procuravam encobrir a real intenção de seus planos com relação à internacionalização da economia brasileira. Por trás de uma falsa bandeira "nacionalista", foram entregando os recursos naturais do país, e a Amazônia era parte substantiva desse processo.

O caso SELIG

Dentre os casos de venda de terras a estrangeiros, dois ganharam dimensão política: o Projeto Jari e o caso dos norte-americanos

Stanley Amos Selig e Ben Selig, associados ao húngaro Arpad Szuecs e ao brasileiro João Inácio.

Como já pudemos verificar através de parte do Relatório Velloso, da CPI, este cidadão brasileiro (João Inácio) era possuidor de um total de mais de 11.600.000ha, e que o mesmo funcionava como "testa-de-ferro" de grupos multinacionais, como no caso do norte-americano Stanley A. Selig.

O caso SELIG ganhou a imprensa, sobretudo pelo seu caráter audacioso, pois o norte-americano e seus comparsas internacionais, através de João Inácio, passaram a exhibir títulos de propriedade de toda a superfície do município de Ponta Alta do Norte, localizado no norte do antigo estado de Goiás e passaram a vendê-los nos Estados Unidos. O Relatório Velloso revelou que:

"Até o presente foram levantadas as seguintes pessoas, firmas ou grupos ligados à venda de terras a estrangeiros:

a) João Inácio: brasileiro, atualmente foragido. Criou pessoas fictícias com os nomes de Demétrio Bueno de Almeida, White Martins Ferreira Bueno e Samuel Untiga e usando estes nomes apropriou-se de vastas areas nos estados de Goiás, Mato Grosso, Bahia, Maranhão, Pará e Amazonas e nos territórios de Amapá e Roraima.

Associados a João Inácio são conhecidos, no momento, Arpad Szuecs, húngaro naturalizado; Oswaldo Barroso, solicitador, que teve sua carteira cassada; Sebastião Peixoto da Silveira, ex-prefeito de Itapaci; Advogado Alfredo Melo Rosa, comissário da Policia Federal; Salomão Serwinsk, advogado; Maria Teresa Barreira, escritã de Ponte Alta do Norte e outros.

b) Stanley Amos Selig, The Investment American Co., The United American Co., Worldwide Investment Inc., Peter Brown, Jack Nunnaly e James Murph, que são firmas, grupos ou pessoas físicas norte-americanas que dominam vastas áreas do norte de Goiás, sendo que totalmente o município de Ponte Alta do Norte, onde adquiriram terras por intermédio de João Inácio, por meio de documentação de origem espúria.

Neste grupo, cumpre ressaltar que Stanley Amos Selig, proprietário e chefe da firma norte-americana 'Stanley Bros Real State Co.', desobedecendo a disposições legais brasileiras relativas à venda e divisão de loteamentos rurais, lesou mais de 3.000 compatriotas seus, vendendo-lhes ilegalmente terras, sendo que muitas delas inexistentes.

A má fé com que agia Stanley Amos Selig ficou perfeitamente constatada no seu depoimento perante esta CPI, no depoimento do Senhor Ministro da Justiça e também no depoimento de diversos cidadãos norte-americanos, por ele lesados, entre os quais os dos senhores George J. Pfeizer e Bois Melvin Smith."

(VELLOSO, apud GARRIDO FILHA, 1980:87/8/9)

A empresa SELIG BROTHERS REAL ESTATE CO., atuando nos Estados Unidos, fez um projeto de loteamento e venda de toda superfície

do município de Ponta Alta do Norte-GO, e através de propaganda, todos os norte-americanos eram convidados a adquirir terras no Brasil. O título da propaganda era: **“Convite para um encontro, aos pés do arco-íris, para dividir o pote de ouro.”** Ou seja, aquela parte da Amazônia era apresentada como um paraíso para negócios imobiliários, onde minerais brotavam à flor da terra à espera dos investidores norte-americanos:

"Sem igual! As maiores pechinchas do mundo em terras - imensas fazendas para agricultura ou pecuária - preços ao alcance de quase todo o mundo, 200 hectares por apenas US\$ 1.200,00.

Sem dúvida você já leu a respeito do Brasil, na América do Sul, em muitas revistas nacionais, como Forum, U.S. News and World Report, Reader's Digest, Popular Mechanics, Newsweek, Holiday, Look, Life, Time e National Geographic (todas publicaram artigos sobre as maravilhas do Brasil).

Agora, imagine-se num tapete mágico que o leva para uma terra estranha e pouco conhecida, sobrevoando rios, lagos, selvas, desertos e casas de taipa, enquanto você se encanta com um dos países mais belos e mais fascinantes do mundo. Você está agora no Brasil, na América do Sul. Está saindo da linda cidade do Rio de Janeiro e agora vai ver uma terra que promete tudo aquilo que se possa imaginar, cujas riquezas esperam apenas o homem e o tempo. Você pisará um solo extremamente rico, com recantos que parecem o Paraíso.

Você verá indicações de cristal de rocha, manganês, estanho e outros minérios. Milhares de imigrantes estão chegando neste país, à procura de fortunas, fazendo a cultivo de pimenta-do-reino, borracha, café e arroz, e como granjeiros.

Suas pesquisas revelarão que uma percentagem predominante das espécies vegetais do mundo aqui florescem. O solo apresenta ótimas qualidades para o cultivo da borracha, da poaia, do arroz, café, milho, mate, cana-de-açúcar, algodão, quebracho, abacaxi, laranja, banana, mandioca e feijão. De fato, você pode plantar o que quiser, que nasce."

(FOLHA DE SÃO PAULO - Suplemento Especial, 5/5/68, p. 4)

As mudanças (repressão) ocorridas no país, através do golpe militar de 64, eram exaltadas como sinônimo de democracia, onde o direito de propriedade é intocável:

"Milhares de imigrantes estão abrindo caminho para as terras virgens de um belo país, que fica quase além da compreensão. Franceses, italianos, poloneses, japoneses, americanos, alemães e outros, de todas as partes do mundo, estão desbravando esse interior imenso para fazer desse país uma das grandes nações industrializadas do mundo.

Muitas grandes empresas norte-americanas, como a Ford, a RCA e a General Motors, estão construindo fábricas no Brasil e revolucionando a indústria. O Brasil possui um presidente, democraticamente eleito, que dirige o Poder Executivo; o Poder Legislativo consiste num Congresso, democraticamente eleito, com Câmaras Alta e Baixa, como nos Estados Unidos. O sistema inteiro de Governo no Brasil é modelado

no norte-americano. A Constituição brasileira garante a proteção da legítima posse e do uso da propriedade privada."

(FOLHA DE SÃO PAULO - Suplemento Especial, 5/5/68, p. 84)

Ressaltavam-se também, as facilidades para que os investidores se tornassem mineradores:

"Junto com as terras que vendemos, você adquire todo direito à extração de minérios, sujeito ao Governo brasileiro. Existem certos regulamentos do Governo a respeito do assunto, segundo os quais uma empresa de mineração, organizada no Brasil, é obrigada a empregar uma maioria de operários de nacionalidade brasileira, e a registrar-se no Brasil (obviamente, a finalidade desses regulamentos é impedir que o capital estrangeiro explore de maneira prejudicial as grandes riquezas minerais do país). Para detalhes acerca da mineração, seria aconselhável consultar o Governo brasileiro."

(FOLHA DE SÃO PAULO - Suplemento Especial, 5/5/68, p. 85)

Em seguida, apresentavam-se para todos os projetos de loteamento: "New-Volta Farms", o "Ox Cart Farms" ou "Openrange Farm" - fazendas de 200, 500 e 1.000 hectares por apenas 6 dólares o hectare, como podemos verificar a seguir:

"Ox Cart Farms (Fazendas 'Carro de Boi'). 200 hectares por US\$ 1.200.

Apenas US\$ 6.00 por hectare.

Valor incrível."

(FOLHA DE SÃO PAULO - Suplemento Especial, 5/5/68, p. 85)

A empresa do Sr. SELIG procurava apresentar também todas as garantias com relação às "escrituras públicas", pela CPI, claramente demonstradas como falsas:

"Dentro de um prazo razoável, depois de ter pago suas terras, você receberá uma escritura, devidamente registrada junto ao Governo brasileiro, que provará que você é dono legal das terras. Nós prepararemos sua escritura e a registraremos em Ponte Alta do Norte e faremos tudo o que for preciso para completar a transferência da propriedade para seu nome, sem nenhuma despesa extra para você.

Quando sua fazenda estiver paga, você recebe a escritura; e desta constarão seu nome e endereço, para que o Governo brasileiro possa enviar-lhe os documentos relativos à arrecadação de impostos. Nos últimos anos, os impostos pagáveis sobre uma fazenda nossa de 200 hectares não têm ultrapassado o total aproximado de US\$ 2.00 por ano. Porém, é lógico pensar que esses impostos serão aumentados consideravelmente, por causa das imensas despesas governamentais que decorrem do esforço para abrir o vasto Interior brasileiro. Nós pagaremos os impostos relativos ao ano de 1966. Em nossas terras não há posseiros; e as escrituras dão a você toda a proteção. Não há nenhuma lei (como a 'homestead law' dos Estados Unidos) que obrigue você a morar em suas terras, nem a executar benfeitorias.

O Governo brasileiro tem uma lei - a lei 113 - que permite aos estrangeiros importarem ferramentas - e equipamentos agrícolas, sem pagar direitos alfandegários. O cidadão estadunidense pode obter um visto consular para entrar no Brasil."

(FOLHA DE SÃO PAULO - Suplemento Especial, 5/5/68, p. 85/6)

Procuravam também, os norte-americanos apresentar o governo militar brasileiro como exemplo de **"nação a receber de 'braços abertos' os futuros fazendeiros americanos sem ressentimentos nacionalistas"**:

"O Brasil, depois de anos de agitação interna agora tomou, finalmente, a medida imprescindível para atrair os investimentos americanos e de outros países. Os outros fatores sendo iguais, o Brasil estará, dentro em breve, seguindo o caminho que leva aos benefícios de uma economia em franca expansão

Há, no Brasil, uma lição para todas as nações.

Os governos brasileiro e norte-americano assinaram uma garantia de investimentos que protegerá os investidores americanos contra a revolução, a expropriação, a não-conversibilidade da moeda, e outros riscos comerciais que são típicos de uma economia instável ou emergente. O capital particular estrangeiro - a forma mais desejável - tem evitado o Brasil durante muitos anos, por vários motivos justos. Os investidores americanos, que normalmente teriam gasto seu dinheiro nesse país, têm dado preferência a outras nações latino-americanas, que ofereciam, ou pareciam oferecer, uma oportunidade igual em troca de um risco menor.

O Brasil tem tido uma série de governos efêmeros, que eram a favor dos Estados Unidos num mês e contra no outro. Alguns anos atrás um Governo desse gênero encampou e expropriou uma grande parte da propriedade americana existente no país. De outro lado, durante anos a fio a economia tem sido vítima de uma inflação ruinosa, que tem dificultado o desenvolvimento e contribuído para a carestia.

Por razões de política interna (o motivo é sempre esse), agitadores locais se aproveitaram dos problemas para criar um ressentimento contra os Estados Unidos, as companhias e os investidores americanos. O capital de investimento é psicótico e hipersensível; quando se sente indesejado, retira-se; e precisa ser constantemente lisonjeado e cortejado.

O regime atual de Castelo Branco parece ser estável, tendo já reduzido a taxa da inflação e recuperado a saúde da economia. O ressentimento antiamericano parece estar diminuindo. O ato oficial brasileiro, simbolizando a amizade e boa fé, produziu uma resposta imediata. O capital que vive atrás de oportunidade já esta procurando o Brasil novo."

(FOLHA DE SÃO PAULO - Suplemento Especial, 5/5/68, p. 86)

Outra novidade do projeto SELIG, eram as famosas "fazendas experimentais mundiais", que seriam "celeiros de produção mundial de alimentos", e que contavam com o apoio de um grande número de empresas e universidades dos EUA, além, obviamente, do governo americano, para levá-las adiante:

"FAZENDAS EXPERIMENTAIS MUNDIAIS

Perto das terras anunciadas neste folheto, possuímos 58.000 hectares reservados para o projeto Fazendas Experimentais Mundiais. Essa área está dividida em 282 fazendas, de pouco mais de 200 hectares cada uma; a parte restante, de 1.200 hectares, será utilizada como sede central. Nossas fazendas experimentais serão administradas por dois irmãos, Mr. Warren Bloom e Mr. C. L. Kelly Bloom, que atualmente dirigem a Companhia Charolais Rekistry International Inc., em Rockford, Illinois, e por Mr. Vernon Hammett, de Greenville, Mississipi. Os irmãos Bloom serão responsáveis pela pecuária, e Mr. Hammett pelo programa agrícola. Já estivemos em contato com o Ministério da Agricultura dos Estados Unidos, e com membros da USAID, com membros da Aliança para o Progresso, e com os responsáveis pelo Corpo de Voluntários da Paz. Esperamos conseguir que esses organismos cooperem com nossas fazendas experimentais.

É nossa intenção colocar na direção de cada fazenda de 200 hectares um aluno pós-graduado de uma Universidade Rural. A cada um desses homens forneceremos uma casa simples para morar e as ferramentas e a maquinaria de que precisa para trabalhar. A obrigação dele será a de executar experiências agrícolas em 10 hectares da sua fazenda; os restantes 190 hectares serão usados pelo agrônomo para o cultivo de produtos como frutas, verduras, capim, milho, trigo, centeio, sisal, soja, sorgo etc., e para a criação de gado charolais e de outros animais, de modo a serem obtidos os melhores resultados possíveis. Uma vez por semana as fazendas ficarão abertas para inspeção, a fim de que os fazendeiros locais e toda a população possam vê-las e falar com nossos agrônomos, para apreenderem melhores técnicas de lavoura e pecuária.

A Companhia Funk de sementes híbridas já nos prometeu sementes e outros tipos de ajuda para o desenvolvimento de nossas terras; mas, obviamente, precisaremos da ajuda de muitas e muitas empresas. Pedimos a cooperação do governo brasileiro nesse projeto.

Temos planos para uma escola primária e um ginásio, embora bastante rudimentares, e para lojas e uma espécie de armazém em nossa sede central.

O mundo está ameaçado por uma catástrofe iminente, a não ser que encontremos uma maneira de duplicar a produção atual de gêneros alimentícios. Estima-se que 5 milhões de pessoas ou mais morrerão de fome em futuro imediato se não for duplicada a produção de alimentos. Essa catástrofe mundial de vastas proporções pode acontecer qualquer dia. O presidente Johnson desfechou uma nova guerra contra a fome, no programa chamado Alimentos para a Liberdade. O Brasil é uma das maiores fontes potenciais que existem no mundo para suprir as deficiências de gêneros alimentícios, evitando, assim uma tragédia mundial. Temos os Voluntários da Paz, o programa chamado USAID e nossa Aliança para o Progresso, além de muitas outras agências funcionando no mundo inteiro, cuja finalidade é tentar evitar as catástrofes que, certamente, ocorrerão na Índia e em muitos outros países famintos.

As Fazendas Experimentais Mundiais que estamos tentando fundar ficarão nas proximidades das terras anunciadas neste folheto. Se conseguirmos levar nosso programa adiante como queremos, talvez possamos, futuramente, alugar algumas terras de clientes nossos."

(FOLHA DE SÃO PAULO - Suplemento Especial, 5/5/68, p. 86)

Dessa forma, a empresa do Sr. SELIG havia conseguido vender, nos EUA, conforme documentos enviados ao então presidente do

INDA, a quase totalidade de seus projetos, o que tornava o município de Ponte Alta do Norte-GO um grande projeto norte-americano da SELIG BROTHERS REAL ESTATE CO.

Entretanto, quando do episódio da CPI, o Sr. SELIG, sentindo-se "ofendido" pelo inquérito que apurava as fraudes ocorridas para a obtenção das terras, feitas, é bom que se diga, pelos "bons préstimos" de brasileiros (João Inácio, grileiro; Sebastião Peixoto da Silveira, ex-prefeito de Itapaci; advogado Alfredo Melo Rosa, comissário da Polícia Federal; Salomão Serwinsk, advogado; Maria Teresa Barreira Cavalcante, escrivã do cartório de Ponte Alta do Norte-GO; além dos proprietários do 5º Cartório de Ofício de Goiânia, etc.), escreveu carta à CPI onde mostrava sua "indignação" com os resultados das investigações:

"Acorde Brasil, não me embreme mais. Seus comunistas e seus esquerdista jogaram todo o possível tipo de sujeira e propaganda contra minha pessoa. Nos últimos oito meses eles atacaram a minha companhia e minha integridade. Eles o fizeram com jornais, pelo mundo inteiro. Publicaram artigos sobre fraude. Eles usaram de mentiras e táticas para me ferir sem darem, contudo, fatos concretos. Seu governo persuadiu a imprensa de que eu sou um tipo de vilão, e que meus títulos de terras são inválidos e que meus impostos territoriais não foram pagos e que minhas terras são habitadas por grileiros,- que a minha companhia vendeu 80 por cento do Brasil a americanos, que não se fez levantamento topográfico de minhas terras, nem estaqueadas ou demarcadas, que não vendemos nossas terras para convictos que pregam o controle da natalidade no Brasil, que a minha companhia e meus compradores exploram o Brasil em ouro, diamantes e urânio, que eu adquiri minhas terras por meios dúbios, que a minha companhia vendeu terras que não existem e que as mesmas não têm valor nenhum e que são localizadas e desconhecidas, no Brasil, onde é impossível o acesso; que os meus títulos de terras são pedaços de papel sem valor e que não sou registrado no INDA. Recentemente, escrevi ao presidente Arthur da Costa e Silva e pedi permissão para comparecer diante do Congresso brasileiro. Na minha última visita ao Brasil compareci, voluntariamente, ao IBRA, em seu Departamento de Taxas e no Departamento de Colonização, na CPI da Terra, sendo que o IBRA insistiu para que eu pagasse as minhas taxas de terras. O seu INDA me deu garantias de que as minhas terras seriam registradas. Durante sete horas e meia que eu perdi diante da CPI, fiquei convencido de que seu Governo apenas queria melhor entendimento do que o meu povo planejava fazer com as terras que fossem adquiridas. Nós delineamos nossos planos para 'fazendas experimentais'."

(FOLHA DE SÃO PAULO - Suplemento Especial, 5/5/68, p. 87)

O Sr. SELIG, de forma categórica, mostra o envolvimento de pessoas do governo militar neste processo de obtenção das terras, e que inclusive, contava com documentos e compromissos do IBRA e do INDA:

"Novamente, eu quero a amizade do seu país e não o seu ódio. Sob demanda do seu governo eu paguei 67.493,10 dólares americanos através do Banco Merchants National Banks & Trust Company - Indianópolis, Indiana e através do First National City Bank of New York, ao Banco de Crédito da Amazônia, como agente para o IBRA.

Tenho em meu poder, do seu governo o recibo destas taxas.

Seu governo está ciente de que durante os últimos anos eu tentei registrar a terra que tenho para a venda no INDA. Supostamente, o INDA está categorizado para ajudar as pessoas que desejam desenvolver as terras, com os necessários passes para a venda de terras no Brasil e, supostamente, registrar as companhias que se qualificam para tal. Pela sua admissão, você admite que não existem companhias aprovadas para vender terras no Brasil. É claro, em todos estes anos que tentei registrar no INDA, o seu país me encorajou e prometeu que tudo que necessito fazer é isso ou aquilo, mas no sentido da qualidade. Em todos esses anos, desde 1959, venho vendendo terras no Brasil, e o seu governo não tentou impedir. De fato, departamentos do seu governo têm registrado completamente muitas centenas dos meus documentos, reconhecendo, assim, os compradores genuínos das terras. Eu tenho um arquivo completo de toda a correspondência com o Sr. Genschow, do INDA, e em uma de suas cartas ele admire que nós temos uma boa situação das nossas terras. O seu governo está ciente de que fizemos tudo que era necessário para registrar as nossas terras."

(FOLHA DE SÃO PAULO - Suplemento Especial, 5/5/68, p. 87)

Ao que tudo indica a carta do Sr. SELIG mostrava que, na realidade, a venda de terras a estrangeiros não era um fato isolado e do desconhecimento do governo militar; muito pelo contrário, fazia parte de sua política de "chamamento" do capital internacional para investimentos no Brasil, feita pelo Ministro do Planejamento Roberto Campos, um defensor ardente dos interesses dos grupos internacionais no país.

O envolvimento do governo militar e a repressão

O jornal Folha de São Paulo, forneceu as pistas, para se entender este processo de envolvimento de órgãos e pessoas do governo militar nestes casos:

"A questão da venda de terras a estrangeiros, principalmente norte-americanos, muito divulgada e debatida na imprensa, no ano passado, será melhor compreendida através da amarração de uma série de fatos esparsos, mas que estão interligados por um fio comumente invisível.

Tudo se resume no seguinte. Grupos imobiliários norte-americanos, juntamente com sócios e testas-de-ferro brasileiros, adquiriram ou grilaram, isto é, legalizaram com título falso, imensas extensões de terras no Brasil, principalmente nos estados de Goiás, Pará e Amazonas. O grupo que se tornou mais conhecido pelo noticiário dos

jornais e pela desenvoltura do seu responsável é o de Stanley Amos Selig, e de Ben Selig, associados ao húngaro Arpad Szuecs e ao brasileiro João Inácio...

... O Juiz Anésio Rocha Brito, de Porto Nacional, alertou a polícia para o fato de João Inácio ter colocado um elemento de sua confiança no cartório do 1º Ofício Civil da cidade, em convivência com a escritã Maria Teresa Barreira Cavalcante. Esse elemento, o jovem Wilson Dias da Rocha, foi detido em Campinas, em novembro do ano passado, juntamente com um cofre contendo toda a documentação de João Inácio, que trabalhava, também, para vários outros grupos norte-americanos. A polícia federal buscava João Inácio, mas este conseguiu evadir-se. Até hoje, a polícia nada divulgou a respeito da documentação apreendida, que envolve mapas assinalados por códigos secretos, e até certidões de nascimento e casamento assinadas em branco. Outro cartório implicado nas negociações é o do 5º Ofício de Goiânia.

Até o momento, foram anotados os seguintes nomes de firmas que promovem, irregularmente, a venda de terras no exterior: Selig Brothers Real Estate Company, Colonizadora Norte-Mato Grosso Ltda., Comercial United Ltda., Imobiliária Ney Mendes Fonseca, Investment Corporation of America Inc., Imobiliária e Colonizadora Agrícola de Brasília Ltda., Colonização Terras 'Alvorada,' São Paulo-Paraná Ltda., Colonizadora Noroeste Mato-Grossense, Imobiliária, Santa Cruz Ltda., Jack W. Nunnally e Bahia Stampede."

(FOLHA DE SÃO PAULO - Suplemento Especial, 5/5/68, p. 63/4)

A matéria do jornal, em seguida, vai apontar e alinhar uma série de fatos de modo a confirmar o envolvimento governamental com o acontecido, pois a área mais procurada pelos norte-americanos era exatamente aquela que fora objeto de levantamentos efetuados, em 1964, por uma equipe do "Bureau of Reclamation", órgão do Departamento do Interior dos EUA, por solicitação da USAID e da CIVAT - Comissão Interestadual dos Vales do Araguaia e Tocantins. Ou seja, os norte-americanos contavam com material aerofotogramétrico para decidirem a escolha da área a ser ocupada, documentos estes existentes no seio dos órgãos de segurança nacional, secretos para os brasileiros, mas abertos para todos os norte-americanos nos Estados Unidos:

Outro aspecto grave dessa questão refere-se à utilização de fotografias aéreas e levantamentos aerofotogramétricos realizados pela USAF- a Força Aérea dos EUA - de acordo com permissão dada pelo Marechal Castelo Branco. Afirma-se que tanto os planejadores hudsonianos, como os grileiros do Norte de Goiás e de outros pontos da Amazônia, tiveram acesso àqueles documentos.

Além da permissão para os levantamentos, os norte-americanos contavam com os aviões U-2 e com os satélites artificiais. Inclusive, fotografias da USAF foram encontradas na documentação

apreendida na casa do grileiro João Inácio, sócio de Stanley Selig e de Arpad Szuecs, em Campinas.

Como pode se verificar, começava a aparecer parte da real intenção do governo militar instalado em 1964, pois, vinha a público a autorização fornecida pelo Marechal Castelo Branco à USAF para proceder ao levantamento aerofotogramétrico do país em 1965. O comando deste levantamento coube ao Major MARTINS STEWART que, baseado em São Paulo, contava com 10 aviões Lockheed Hercules e 60 aviadores (MOREL, E., 1984:70).

Aliás, o próprio Relatório Velloso deixou registrado o envolvimento no episódio do então embaixador brasileiro em Washington, Vasco Leitão da Cunha, envolvido na denúncia feita pelo Sr. Mac Glow, da Georgia Pacific, outro latifúndio na Amazônia brasileira (400.000 ha):

"Segundo o Sr. Mac Glow, em seu depoimento prestado em Belém perante a Comissão de Investigação do Ministério da Justiça, e na presença do relator desta CPI, esta diferença foi constatada em virtude de ter a Georgia Pacific, em fins de 1966 ou começo de 1967, obtido, por intermédio do embaixador do Brasil em Washington, cópias do levantamento aerofotogramétrico feito pela Força Aérea norte-americana, em cumprimento ao acordo entre o Brasil e os Estados Unidos...

... De acordo com informações colhidas junto ao Serviço Geográfico do Exército, que controla este tipo de atividades no território nacional, a região foi levantada pelo Serviço Aerofotogramétrico da Cruzeiro do Sul, por contato com o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, tendo a Companhia de Madeiras e Laminados (Georgia Pacific) comprado uma coleção, num total de 532 fotos."

(VELLOSO, apud GARRIDO FILHA, 1980:80 e 91)

Dessa forma, o Congresso Nacional, no ano de 1968, foi sacudido com grande número de denúncias, e o governo militar, através de mais um ato de força (Ato Institucional nº 5), no final do ano (13/12/68), fechou-o por tempo indeterminado, suspendeu garantias constitucionais e individuais, efetuou cassações, etc. O "bode expiatório" para o endurecimento do regime foi, nada mais nada menos, do que o autor do pedido da CPI para apurar a venda de terras a estrangeiros, o deputado federal **Márcio Moreira Alves**. Começava, neste episódio uma das fases negras da história do Brasil, debaixo de regimes militares violentamente repressivos.

A "legalização" do escândalo pelos governos militares

O resultado das investigações sobre as irregularidades apontadas pelo Relatório Velloso não foram adiante; ao contrário, produziu-se novamente a farsa de fazer a lei para moralizar, deixando, porém, a brecha para ratificar as irregularidades, tornando-as "legalizadas", ou, na pior das hipóteses, legalizáveis. O processo desfechado em termos legais, de fato, dura até hoje. O que significa dizer que a legislação abriu possibilidades para, mesmo nos dias atuais, grandes latifúndios serem transferidos para as mãos de grupos internacionais. Vamos percorrer a trajetória dessas leis.

Em 3 de junho de 1968, veio a público o parecer do Relatório Velloso. O deputado federal, Major Haroldo Velloso, eleito pela Arena, representava o controle militar na apuração dos fatos. Sua posição política diante dos novos rumos da economia brasileira baseava-se no fato de que **“o capital estrangeiro era benéfico ao desenvolvimento nacional”**; entretanto, seu relatório teve que revelar ao país o escândalo da venda de 20 milhões de hectares de terras a estrangeiros, a maioria delas na Amazônia, **“a ponto de identificar uma suposta tentativa de constituição de um cordão de propriedades, isolando a região do resto do país”**. (SAUTCHUK et alli, 1979:78.) (Sem negrito no original)

No segundo semestre de 1968, o Congresso Nacional negou a autorização para que o Supremo Tribunal Federal processasse o deputado federal Márcio Moreira Alves - a razão evocada foi **“ofensa grave à honra e dignidade das Forças Armadas”**. Na realidade, o deputado havia pedido, em discurso de 5 minutos no Congresso e que havia passado despercebido, inclusive, pela imprensa, o boicote da população aos desfiles de 7 de setembro daquele ano.

Em 13 de dezembro de 1968, o General Costa e Silva assinou o Ato Institucional nº 5. Na realidade, afirma-se hoje que o texto do ato já estava pronto desde julho de 68. (MOREIRA ALVES, 1985:130)

Na data de 30 de janeiro de 1969, o General Costa e Silva, com base no AI-5, assinou o Ato Complementar nº 45, onde ficava expresso que a aquisição de propriedade rural no território nacional só poderia ser feita por brasileiro ou por estrangeiro residente no país. Entendia-se por

estrangeiro residente no país aquele que possuísse permanência definitiva. Este ato complementar foi regulamentado pelo Decreto-Lei nº 494 de 10 de março de 1969, que definia parâmetros e critérios para o acesso à terra por estrangeiros, além de proibir a doação, posse ou venda de terras pertencentes à União ou aos estados. Ficava, inclusive, o governo com instrumento legal para desapropriar terras rurais em poder de pessoas estrangeiras.

Outra vez, ocorria a adoção de procedimentos legais com aparência "nacionalista", mas que, no fundo, revelavam e guardavam intenções, de fato, de não interferir no processo de entrada e apropriação dos recursos naturais do país pelo capital estrangeiro. Ao que tudo indica, estes atos visavam, antes de tudo, agradar e incorporar a chamada "facção nacionalista" das Forças Armadas ao processo de "endurecimento" da ditadura militar. Isto pode ser em primeiro lugar, verificado pelo fato de que a lei não tinha qualquer caráter retroativo. O que vale dizer, só passava a ter efeito legal a partir daquela data. E, em segundo lugar, a ditadura militar, em 10 de outubro de 1969, no mesmo ano, portanto, do Ato Complementar nº 45 (30/01/69) e do Decreto-Lei nº 494 (10/3/69), assinado pela Junta Militar, simplesmente excluía das disposições do Decreto-Lei nº 494 "as aquisições de áreas rurais necessárias à execução de empreendimentos industriais considerados de interesse para a economia nacional, cujos projetos tenham sido aprovados pelos órgãos competentes" (Artigo 1º, Decreto-Lei n.11 924 de 10/10/69).

Estava, portanto, aberta a possibilidade para que os projetos industriais da SUDAM, de propriedade de estrangeiros, por exemplo, ficassem fora dos novos quesitos da lei, o que quer dizer que poderiam controlar as áreas rurais que quisessem no país, desde que demonstrassem que eram necessárias ao desenvolvimento dos seus projetos. O Projeto Jari, de Mr. Daniel Ludwig, por exemplo, com seus mais de 5 milhões de hectares de terras, estava "salvo" da nova legislação.

Assim, atrás das medidas supostamente "nacionalistas", vinham medidas que procuravam garantir a continuidade do entreguismo das riquezas naturais do país. Era a economia brasileira internacionalizando-se, e

os militares brasileiros constituindo-se em peças fundamentais nesse processo.

Retomemos a seqüência das leis. Em 1971, em pleno governo do General Médici e com o Congresso Nacional castrado e ordeiro (majoritariamente Arena, à época em que era o "maior partido político do Ocidente"), a ditadura militar aprovou a Lei nº 5.709 (7/10/71), que passava a regular a aquisição de imóvel rural por estrangeiro residente no país ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil.

A Lei nº 5.709 consagrava, portanto, todas as restrições e aberturas para o capital estrangeiro chegar à propriedade da terra no Brasil, além daquelas formas famosas de associação com brasileiros "testas-de-ferro". E mais, ampliava as possibilidades de regularização das fraudes cometidas antes do Decreto-Lei de 10/03/69. Isto era possível porque a lei, ao contrário do Ato Complementar e do Decreto Lei, permitia inclusive que, se os estrangeiros tivessem adquirido terras antes de 1969, teriam um prazo para regularizá-las. Mais que isto, permitia ao presidente da República, através de decreto, autorizar a aquisição de terras por estrangeiros além dos limites fixados em lei, desde que fosse julgada prioritária face aos planos de desenvolvimento do país.

Enfim, a empresa ou a pessoa física estrangeira, pela lei, passou a poder adquirir até 10% das terras de um município. Ou, se quisesse, podia seguir o "conselho" do ex-ministro da Agricultura, Alysso Paulinelli, que quando ministro, em uma reunião com empresários estrangeiros em Salzburg, na Áustria, aconselhava estes grupos a burlarem a legislação brasileira, dizendo: *"Basta pegar dois municípios vizinhos, comprar 10% de um e 10% de outro."* (SAUTCHUK et alli, 1979:77) (Sem negrito no original)

Este procedimento na Amazônia significava adquirir nos municípios paraenses de Altamira (178.000 km²) e Itaituba (160.000 km²) nada mais nada menos de 33.000 km², ou seja, uma área maior do que os estados de Sergipe ou Alagoas.

Enfim, de certo modo, "legalizava-se o escândalo", pois, como já afirmamos, um dos escândalos era o Projeto Jari do Mr. Daniel Ludwig, cuja vinda para o Brasil originou-se de um convite feito pelo Marechal

Castelo Branco: *"Pode vir, Mr. Ludwig. O Brasil agora é um país seguro."*
(SAUTCHUK et alli, 1979:13) (Sem negrito no original)

Aliás, esta lei só foi regulamentada em 26 de setembro de 1974 (Decreto nº 74.965) já no governo do General Geisel, quando o país já se preparava para uma nova fase "pós-milagre". Entretanto, é bom que se reafirme, que o adiamento da regulamentação da lei só surgiu para que muitos escândalos fossem "legalizados" às custas dos "homens das multinacionais" no Planalto.

Um bom exemplo destes homens foi o Major Heitor de Aquino Ferreira; como já dissemos anteriormente, trabalhou para o grupo Ludwig no Brasil, de 1970 a 72, sendo apresentado nos documentos da empresa Jari Florestal e Agropecuária Ltda. como "acionista". Foi este mesmo major que foi trabalhar em 1972 na Petrobras, com o General Geisel, passando em 1974 a fazer parte do governo, sendo secretário particular do presidente da República, no governo do General Figueiredo, em 1979.

O país tinha vivido o episódio do "falso milagre", quer dizer, de um arrocho salarial dos mais profundos da história, aliado à maior expansão das multinacionais em território brasileiro, e tudo era euforia aparente.

Tudo indica, que o único "punido" nesse escândalo da venda de terras foi o "bode expiatório" chamado "Mr. Stanley Amos Selig", que terminou assassinado no estado americano de Indiana por um dos compradores que enganara (SAUTCHUK et alii, 1979:78) e cujas terras, segundo informações do cartório de Ponte Alta do Norte, foram passíveis de processos de anulação em 1976, por decisão da justiça.

O PIN, O RADAM, O INCRA E O PROTERRA: AS ESTRADAS, O LEVANTAMENTO DOS RECURSOS MINERAIS E A "CONTRA-REFORMA AGRARIA" DO ESTADO MILITAR

Os escândalos da venda de terras a estrangeiros e o endurecimento do regime militar vieram, no início, revestidos de um novo período de "falso nacionalismo". Aproveitando-se do clima emocional festivo

vivido pelos brasileiros depois da conquista do tricampeonato mundial de futebol no México, o governo militar lançou o Programa de Integração Nacional-PIN (Decreto-Lei nº 1.106 de 16/6/70). Neste programa, havia três decisões importantes a serem ressaltadas: a primeira referia-se à abertura de duas rodovias na Amazônia - a Transamazônica (ligando o Nordeste e a Belém-Brasília à Amazônia ocidental - Rondônia - Acre) e a Cuiabá-Santarém, ligando Mato Grosso à Transamazônica e ao próprio porto de Santarém, no rio Amazonas; a segunda medida foi a implantação, em faixa de terra de 10 km de cada lado das novas rodovias, de um programa de "colonização e reforma agrária" e o início da primeira fase do plano de irrigação do Nordeste; e a terceira medida referia-se à transferência de 30% dos recursos financeiros dos incentivos fiscais oriundos de abatimento do imposto de renda para aplicação no programa.

Com este programa, o governo do General Médici iniciou uma campanha ufanista atravessada pelo "falso nacionalismo" de que era necessário **"integrar a Amazônia para não entregá-la aos estrangeiros"**. Era o início das campanhas do Projeto Rondon: "Integrar para não entregar". Era, enfim, um período em que a sociedade foi massacrada pela propaganda feita pelos veículos de comunicação de massa (TV, rádio, jornais, revistas, etc.). Estas propagandas eram veiculadas de modo a encobrir a verdadeira intenção deste mesmo governo que era aquela de não interferir no processo de aquisição de terras por estrangeiros, ao contrário, alimentá-lo ainda mais, através da política dos projetos agropecuários. Estes projetos aprovados pela SUDAM passavam a interessar ao desenvolvimento econômico nacional e, portanto, não precisariam enquadrar-se na nova legislação sobre a venda de terras a estrangeiros. Dessa forma, os grupos estrangeiros poderiam adquirir quanta terra desejassem. Veja-se, por exemplo, a Suiá-Missu (em São Félix do Araguaia-MT) vendida para o grupo Liquifarm, com seus 450.000 ha oficialmente registrados no INCRA, sendo que outras fontes falam em sua superfície de 670.000 ha. Outro exemplo é a Cia. Vale do Rio Cristalino, que pertenceu à Volkswagen, com mais de 140.000 ha.

Por estes caminhos, o governo do General Médici começou a colocar em prática o chamado processo de integração da Amazônia ao restante do país que, na realidade, constituiu-se no processo de integração

para melhor permitir a entrega dos recursos nacionais da região aos grupos multinacionais.

O PIN, mais tarde, foi ampliado englobando novas estradas como a Perimetral Norte, Cuiabá - Porto Velho, BR-80, etc. Uma observação atenta aos municípios que apareceram no escândalo de venda de terras a estrangeiros, permite verificar que os novos eixos rodoviários na região passavam pela maioria deles.

Dessa forma, estava sendo cumprida à risca a estratégia de abrir o acesso aos recursos naturais da região aos grupos econômicos nacionais e internacionais, associados ou não. Esta intenção tem suas raízes, como já pudemos apontar no primeiro governo militar pós-64 - Marechal Castelo Branco - quando seu Ministro do Planejamento; Roberto Campos, encaminhou o chamado "Plano EUDES" (o engenheiro Eudes Prado Lopes, que trabalhava para a Petrobras na Amazônia, apresentou um projeto para a construção de uma barragem em Óbidos-PA, destinada a produzir 70.000.000 KW de energia hidroelétrica) ao *HUDSON INSTITUTE* nos Estados Unidos da América do Norte.

O Hudson Institute e o projeto dos grandes lagos amazônicos

Segundo VALVERDE, "este Instituto (HUDSON) era então quase desconhecido no Brasil", pois estava "basicamente vinculado ao planejamento estratégico do Pentágono, de onde lhe provém mais de 85% de suas imensas verbas" e era dirigido pelo Sr. Hermann Kahnn. (VALVERDE, 1980:108/9. Este trabalho foi publicado originalmente em 1971, na revista *Amazônia Brasileira em Foco*, n. 05.)

O jornalista JURACY ANDRADE, da Folha de São Paulo, e editor do Suplemento Especial sobre a Amazônia, publicado por aquele jornal em 5/5/68, descreveu da seguinte forma esta estratégia internacional solicitada pelo governo brasileiro ao HUDSON INSTITUTE:

"Lagos, terras e estrada: Segurança Nacional ou National Security"

"Segurança nacional (dos Estados Unidos) e ordem internacional constituem o lema do Hudson Institute: national security international order. Esse instituto norte-americano, instalado em Croton-on-Hudson - Nova Iorque é uma organização

privada, cujos principais clientes são os departamentos de Estado e Defesa dos EUA e a grande indústria daquele país. Dedicar-se a estudos e pesquisas nos campos da estratégia, da geopolítica e da futurologia (previsão científica do futuro)...

... Muitas decisões governamentais importantes, nos EUA, dependem das pesquisas analíticas de institutos como a Rand e o HI.

Abaixo do istmo do Panamá, o Hudson tornou-se mais conhecido do que a Rand, isto por causa dos estudos que fez sobre um sistema sul-americano de grandes lagos, estudos que não se sabe quem encomendou, mas que parecem interessar à segurança dos EUA e à sua ordem internacional. Esse sistema seria composto de sete lagos artificiais, dois dos quais interessam, diretamente, ao Brasil: um no rio Guaporé e outro no rio Amazonas. Todos os lagos do HI estão planejados para o que os hudsonianos chamam de área C do Continente área despovoada, sem expressão política, fácil de ser trabalhada, segundo eles.

Esse plano dos lagos, embora seja apresentado como visando ao desenvolvimento da área C - essencialmente a Amazônia - tem levantado suspeitas em meios oficiais e privados sul-americanos, principalmente brasileiros, por ser apresentado com uma certa nebulosidade, e encerrar contradições e lacunas. No caso do lago do rio Amazonas, praticamente toda a civilização criada no Estado do Amazonas e em parte do Pará seria destruída pela inundação, e o rio Amazonas teria sua boa navegabilidade atravancada por uma barragem. Uma vez criado um tal lago, grande parte da Amazônia ficaria ainda mais isolada do resto do Brasil.

Conforme Robert Panero, do HI, a Carretera Marginal de la Selva e o sistema de lagos, sobretudo o lago do Guaporé, se complementam. A Marginal de la Selva é uma rodovia idealizada pelo Presidente Belaunde Terry, do Peru, estudada por uma grande firma americana, e que tem recebido financiamento do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento. Quando pronta, ela se estenderá da fronteira colombo-venezuelana a Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia. Planos mais recentes prevêem seu prolongamento até a Argentina. Meios oficiais brasileiros olham tudo isso - lagos e estrada - como uma política norte-americana de isolamento do Brasil e de polarização do desenvolvimento num eixo Buenos Aires-Panamá. O loteamento de grandes áreas da Amazônia, por grileiros americanos, associados a brasileiros; as missões religiosas que em vez de pastores tem geólogos e outros especialistas; e o contrabando desenfreado que conta, inclusive, com campos de pouso clandestinos; toda essa movimentação é considerada como visando a um mesmo objetivo de alienação e internacionalização."

(ANDRADE, 1968:59)

Assim, o Hudson Institute, através de seu técnico, Sr. Robert Panero, apresentava, em 1967, a proposta do instituto para a "grande estratégia geopolítica da ocupação da Amazônia", através de um sistema misto de grandes lagos, rodovias e canais de navegação, que pode ser resumida nos seguintes projetos:

1. O projeto Chocó, ligando as bacias do Atrato e do San Juan, na Colômbia, tendo em mira duplicar o canal do Panamá.

2. O projeto Pimichin, ligando o Orenoco ao Rio Negro, na fronteira venezuelano-brasileira, de modo a permitir uma via navegável, entre aquele rio e o Amazonas, melhor que a do canal Cassiquiare (natural).

3. O projeto *Grande Lago Amazônico*, barrando o Rio-Mar num ponto que seria em Óbidos, em Monte Alegre.

4. O projeto designado vagamente pelo título *Regiões remotas do Leste da Bolívia*, visando a ligar os rios Guaporé e Paraguai.

5. O projeto *La Araracuara*, no Caquetá (chamado Japurá, no Brasil), barrando esse rio no sul da Colômbia, até às fraldas dos Andes.

6. O projeto *Amazonas Peruano*, barrando o curso médio do Ucaiáli, no Peru."
(VALVERDE, 1980:109)

Somado ao projeto dos lagos existia o projeto de construção da rodovia "Carretera Marginal de la Selva", de autoria do ex-presidente do Peru, Belaunde Terry, que visava a construção de uma estrada a partir de Arauca, na fronteira da Colômbia com a Venezuela ao norte, até Santa Cruz de la Sierra na Bolívia ao sul, passando pelo Equador e Peru. Este traçado seria marginal à selva, na área de contato com a Cordilheira dos Andes.

De certo modo, a estes projetos somava-se aquele nacional, do "sonho" da interligação da bacia do Prata e do Amazonas, acalentado pela Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, que era chamado como a **"rota da integração nacional - solução brasileira para a integração econômica e política da Amazônia no Brasil"**.

Também se somava a estes projetos mirabolantes o estudo do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis - DNPVN - do Ministério dos Transportes que, em 1967, apresentou uma proposta de tornar navegáveis a maioria dos rios brasileiros.

Inclusive, o Ministro José de Magalhães Pinto saudava assim a "epopéia da ocupação brasileira da Amazônia":

"A AMAZÔNIA E A INTEGRAÇÃO NACIONAL

A incorporação efetiva da Amazônia ao espaço econômico nacional é o grande desafio desta hora. Com ela lograremos acelerar o processo de desenvolvimento brasileiro e o de toda a América do Sul, ao criar condições mais favoráveis à integração latino-americana, pela eliminação do vazio econômico de grande parte do centro do continente.

São Paulo, que no início de nossa história contribuiu decisivamente para fixar os contornos de nossas fronteiras, está sendo chamado agora a dar - com as máquinas de sua indústria, com a experiência de seus técnicos e com as pesquisas de seus cientistas - o grande impulso à Amazônia brasileira e ligá-la definitivamente ao sul e ao leste do país.

A abertura de canais de interligação das bacias do Prata e do Amazonas, o aproveitamento múltiplo dos rios da Amazônia, a exploração de seus recursos naturais em consonância com os interesses do país representam um desafio ao esforço criador dos brasileiros, tão bem representado pelo povo paulista. As diferentes *ilhas* de

civilização e progresso, que têm caracterizado o nosso desenvolvimento, se reunirão, assim, num todo contínuo, o que permitirá, pela primeira vez, por a serviço do homem brasileiro a totalidade do vasto espaço geográfico do país."

(a) JOSE DE MAGALHÃES PINTO

(Mensagem do Ministro de Estado para o Suplemento Especial da Folha de São Paulo - 17 de abril de 1968.)

Dessa forma, estava a sociedade brasileira bombardeada por inúmeras estratégias geopolíticas para a ocupação da Amazônia, todas apontando para o "perigo" da internacionalização e toda a luta da sociedade, particularmente aquela encetada pela CNDDA - Comissão Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia, contribuíram para o debate entre as teses "internacionalistas" do Sr. Roberto Campos e aquelas "nacionalistas" postas como alternativas ao desenvolvimento da Amazônia. O geógrafo Orlando VALVERDE foi figura de destaque neste debate, e seu texto "Dos Grandes Lagos Sul-Americanos aos Grandes Eixos Rodoviários", republicado no livro *O problema florestal da Amazônia brasileira*, é exemplar. Foi neste trabalho, publicado em 1971, que VALVERDE deixou uma pista para se entender o real motivo da opção feita pelo governo militar do General Médici, pelas rodovias no Programa de Integração Nacional:

"O verdadeiro motivo para a construção (ou, pelo menos, para o início dos estudos) da Transamazônica foi, no entanto, a exploração do minério de ferro da Serra dos Carajás." - (VALVERDE, 1980:116.) (Sem negrito no original)

A integração como alternativa nacional/internacional

Na realidade, tudo indica que estava sendo arquitetada, nos bastidores do Estado autoritário, mais uma de suas estratégias para entregar os recursos minerais da Amazônia aos grandes grupos internacionais sem, entretanto, deixar que a sociedade civil percebesse, e de modo a tornar este fato quase irreversível. Para alcançar este objetivo, procurava-se anestesiá-la com "planos internacionais faraônicos" e que deveriam, de certo modo, ser combatidos, pois ameaçavam a "segurança nacional". O "combate" a estes "planos de internacionalização da Amazônia" deveria ser buscado através da "integração urgente" desta fração do território nacional às demais

regiões do país. Mais do que isto, era necessário colocar a região amazônica como "alternativa" para a solução de todos os "problemas nacionais", inclusive e principalmente, aquele, secular, da necessidade da reforma agrária. Foi nesse contexto que nasceu o PIN.

Para melhor entender esta interpretação vamos recapitular rapidamente alguns fatos importantes.

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que o General Golbery do Couto e Silva, na seção sobre a "Geopolítica do Brasil", do livro "*Conjuntura política nacional - O poder executivo & Geopolítica do Brasil*", apontava os rumos para ocupar a Amazônia: a **partir "de uma base avançada constituída no Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão centro-oeste, segundo o eixo do grande rio"**. Como se pode verificar, esta foi a direção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém.

Em segundo lugar, é preciso lembrar, também, que o Marechal Castelo Branco, a par das medidas voltadas para atender às multinacionais na questão do minério de ferro, havia autorizado a USAF a proceder ao levantamento aerofotogramétrico do país.

Em terceiro lugar, os estrangeiros (pessoa física e/ou empresas) estavam adquirindo terras no país, inclusive, respondendo a chamado do próprio governo, como foi o caso de Mr. Ludwig, convidado pelo Marechal Castelo Branco, e de outros grupos, convidados pelo Sr. Roberto Campos.

Em quarto lugar, o país assistiu à promulgação, em 1967, do novo Código de Mineração, que alterava a legislação vigente criando incentivo à aplicação de capitais privados na pesquisa mineral, e à descoberta, pela Cia. Meridional de Mineração, subsidiária da United States Steel Co., de minério de ferro na Serra dos Carajás e de manganês em Buritirama. Dessa descoberta, nasceu mais tarde a união entre a U.S. Steel e a Vale do Rio Doce para explorarem o minério de ferro de Carajás através da Amazônia Mineração S.A, tempos depois desfeita.

Shelton H. DAVIS apresenta, em seu livro "*Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*", este episódio:

"Em 1967, geólogos da U.S. Steel descobriram um imenso depósito de minério de ferro em 160 mil hectares na Serra dos Carajás, no Estado do Pará. Na época a legislação brasileira autorizava uma concessão máxima de 5 mil hectares por companhia. De acordo com notícias de periódicos econômicos, a U.S. Steel tentou contornar a legislação da seguinte maneira: obteve uma concessão para a subsidiária brasileira e registrou mais 31 concessões no nome de vários de seus diretores e empregados. O Ministério das Minas deu à U.S. Steel a primeira concessão, mas adiou durante quase dois anos uma decisão quanto às outras. Então, em 1969, a U.S. Steel anunciou que estava formando um novo empreendimento conjunto com a Companhia Vale do Rio Doce, estatal, para explorar suas reservas da Serra dos Carajás.

Em seguida a esse anúncio, o Governo brasileiro mudou novamente sua legislação na área dos minérios. Pela nova legislação, uma única companhia podia deter direitos sobre 50 mil hectares de terra e registrar mais 30 mil hectares em nome de outras subsidiárias. Isso teve grande efeito sobre as atividades de prospeção de minérios na bacia amazônica. Pela primeira vez, desde a II Guerra Mundial, o governo brasileiro começava a promover ativamente, em vez de limitar, o investimento externo nas riquezas minerais do país. Em consequência, a média anual de pedidos ao Governo brasileiro para a exploração de minérios pulou de 2 mil, em 1968, para mais de 20 mil em 1975." (DAVIS, 1978:61/2)

Também no bojo das medidas para o setor mineral, o governo militar criou, em 1969, a Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais - CPRM - vinculada ao Ministério de Minas e Energia, objetivando executar pesquisas e levantamentos básicos de geologia. Cabe lembrar também que a CVRD - Vale do Rio Doce - criou, em 1971, sua subsidiária DOCEGEO visando também à pesquisa mineral. Daí a descoberta de bauxita no Vale do Trombetas e outras regiões da Amazônia e da cassiterita, particularmente em Rondônia.

Em quinto lugar, para ir completando este quadro no qual interessa a questão da "descoberta" dos recursos minerais da Amazônia, o governo militar do General Médici criou, em 1970, a Projeto RADAM Radar da Amazônia - ligado ao DNPM - NME e incorporado ao PIN. Como se sabe, o RADAM tinha como objetivo proceder ao levantamento dos elementos básicos necessários a um planejamento racional do aproveitamento integrado dos recursos naturais da região amazônica. Foi também assinado durante o governo do General Médici um programa de cooperação entre o Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia e o Geological Survey, órgão do Departamento do Interior do governo dos Estados Unidos, para definirem 21 projetos geológicos e de mineração na bacia amazônica. Este conjunto de procedimentos

desembocou na elaboração, no governo do General Geisel, do programa dos pólos agrominerais e agropecuários da Amazônia, que era parte substantiva do II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento.

Assim, enquanto a sociedade civil ficava a "combater os projetos dos Grandes Lagos do **Hudson Institute**, transformado em verdadeiro "boi-de-piranha" pelos governos militares, aqueles que ocupavam o poder continuavam sua política de internacionalização, decorrentes das concessões no setor da mineração e no setor dos projetos agropecuários. Ou seja, os estrategistas da geopolítica da Escola Superior de Guerra sempre prepararam "boi-de-piranha" para encobrir as suas reais intenções. Primeiro foi Mr. Selig nos episódios da venda das terras, depois Mr. Hermann Kahn e seu projeto dos Grandes-Lagos. Outro "boi-de-piranha" foi o IBRA, que, criado pelo Estatuto da Terra para juntamente com o INDA promoverem a reforma agrária, pouco fez na década de 60.

O INCRA e a contra-reforma agrária

Os órgãos coordenadores da reforma agrária IBRA e INDA estavam envolvidos nos episódios da venda de terras a estrangeiros, e parte da concessão de recursos internacionais obtidos junto aos organismos financeiros mundiais vinha "amarrada" à necessidade de o governo brasileiro promover a reforma agrária, uma das razões dos focos de tensão no campo durante o governo João Goulart.

Entretanto, como não era real a intenção do governo militar do Marechal Castelo Branco de fazer a reforma agrária quando assinou o Estatuto da Terra, parte de sua implementação foi sendo adiada. Por exemplo, o GERA (Grupo Interministerial de Trabalho sobre a Reforma Agrária) só foi criado em 1969, quando uma missão da FAO - Food Agricultural Organization, órgão da ONU - Organização das Nações Unidas, visitou o Brasil. Deste encontro nasceu a sugestão de fusão do IBRA e do INDA em um único organismo para melhor implementar a reforma agrária.

Assim, nasceu o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, através do Decreto-Lei nº 1.110 de 09/07/70. Estava sendo arquitetada a outra parte do plano para a Amazônia. Era preciso levar

trabalhadores para que fosse possível implementar os planos da "Operação Amazônia", pois de nada adiantariam grandes projetos agrominerais e agropecuários em uma região onde faltava força de trabalho. A alternativa foi a mesma, empregada de há muito, em território brasileiro para suprir a falta de trabalhadores: lançar mão de programas de colonização.

A região nordestina, com uma estrutura fundiária concentrada, era foco permanente de tensão social, mas os interesses em jogo e no poder do Estado não permitiam qualquer alternativa de reforma agrária. Era necessário então **"fazer a reforma agrária do Nordeste na Amazônia"** ou, como preferia dizer o General Médici, **"vamos levar os homens sem terra do Nordeste para as terras sem homens da Amazônia"**. PIN e INCRA são peças deste jogo.

O Programa de Integração Nacional criou uma rodovia que nascia no Nordeste e cortava a Amazônia. Estava definida uma rota para a migração, que, aliás, já se processava para o Maranhão, Goiás, Pará e Mato Grosso, alterando, assim, parcialmente a rota dominante do fluxo migratório Nordeste-Sudeste, bem como criando outra frente de penetração na região centro-norte do Mato Grosso.

O PIN passou a ser programa especial no seio do Plano "Metas e Bases para a Ação do Governo" do General Médici, que era o embrião do futuro I PND, elaborado para o período 72/74, e que trazia os seguintes objetivos:

"1) Deslocar a fronteira econômica, e, notadamente, a fronteira agrícola, para as margens do rio Amazonas, realizando, em grande escala e numa região com importantes manchas de terras férteis, o que a Belém-Brasília e outras rodovias de penetração vinham fazendo em pequena escala e em áreas menos férteis.

2) Integrar a estratégia de ocupação econômica da Amazônia e a estratégia de desenvolvimento do Nordeste, rompendo um quadro de soluções limitadas para ambas as regiões.

3) Criar as condições para a incorporação à economia de mercado, no sentido da capacidade de produção e no sentido da aquisição de poder de compra monetário, de amplas faixas de população antes dissolvidas na economia de subsistência, condenada à estagnação tecnológica e à perpetuação de um drama social intolerável.

4) Estabelecer as bases para a efetiva transformação da agricultura da região semi-árida do Nordeste.

5) Reorientar as emigrações de mão-de-obra do Nordeste, em direção aos vales úmidos da própria região e à nova fronteira agrícola, evitando-se o seu deslocamento no sentido das áreas metropolitanas superpovoadas do Centro-Sul."

(PLANO DE METAS E BASE PARA AÇÃO DO GOVERNO, 1970-31)

Ao mesmo tempo, o PIN previa a colonização em faixa de 10 km ao longo das rodovias, implementada pelo INCRA. Nascia assim, na estratégia geopolítica da ocupação/exploração da Amazônia a chamada "**contra-reforma agrária do Estado autoritário**", pois passaram a denominar de "reforma agrária" os projetos de colonização implantados na Transamazônica pelo INCRA. (IANNI, 1979) (Sem negrito no original)

Estes projetos previam a estruturação de uma ocupação rural onde não haveria uma cidade como organizadora/comandante da área rural e, sim, seria feita uma seqüência de projetos que evoluiriam de agrovilas para agrópolis e destas para a rurópolis, que seria uma espécie de município sem cidade polarizadora.

Veja-se, por exemplo, como o INCRA concebia "teoricamente" este projeto:

"Para melhor atender às necessidades sociais, culturais e econômicas do meio rural, idealizamos três tipos de **Urbs** rurais: a **Agrovila**, a **Agrópolis** e a **Rurópolis**, formando uma hierarquia urbanística segundo a infra-estrutura social, cultural e econômica e tendo cada qual sua função específica. A **Agrovila** é um pequeno centro urbano destinado à moradia dos que se dedicam a atividades agrícolas ou pastoris e tem por finalidade a integração social dos habitantes do meio rural, oferecendo-lhes condições de vida em moldes civilizados. É um verdadeiro **bairro rural** ... Os rurícolas, quer sejam proprietários de terras ou simples empregados rurais, devem trabalhar no **lote rural de produção econômica** e residir no **lote urbano** na **Agrovila**, sendo que esse lote urbano poderá ter espaço suficiente para a formação de pomares, hortas e para criação de pequenos animais. Os lotes urbanos são destinados aos proprietários de lotes rurais econômicos e aos empregados rurais (principalmente quando têm famílias). Os empregados solteiros podem residir nos lotes rurais. . . . A **Agrópolis** é um pequeno centro urbano agro-industrial, cultural e administrativo destinado a dar apoio à integração social no meio rural. Exerce influência sócio-econômica, cultural e administrativa numa área ideal de mais ou menos 10km de raio, na qual podem estar situadas de 8 a 12 Agrovilas, que são comunidades menores e dela dependentes ... A **Rurópolis** é um pequeno pólo de desenvolvimento, o centro principal de uma grande comunidade rural constituída por Agrópolis e Agrovilas, distribuídas num raio teórico de ação de cerca de 70 a 140 quilômetros. A **Rurópolis** é um núcleo urbano-rural diversificado nas atividades públicas e privadas, possuindo comércio, indústria, serviços sociais, culturais, religiosos, médico-odontológicos e administrativos, não apenas de interesse local, mas sobretudo para servir à sua área de influência. Completa a integração os seguintes binômios: rural-urbano, agricultura-indústria, produção-comércio, dando apoio necessário ao desenvolvimento sócio-econômico da região." (INCRA, *apud* IANNI, 1979:61) (Sem negrito no original)

O Estado autoritário tinha a geopolítica como estratégia para todo tipo de ocupação na Amazônia, tentava-se, pois, incorporar ao plano de ocupação a estratégia do controle social.

Os colonos, ou parceleiros, recebiam um lote de 400 m de frente para as rodovias principais ou vicinais, por 2.500 m de fundo, ou seja, 100 ha de terra. Desse total, ele podia desmatar a metade, preservando a floresta na outra parte. Cada parceleiro tinha a possibilidade de pagar os lotes em um período de até 20 anos.

O projeto de colonização dirigida que na Transamazônica ficou "famoso" foi o Projeto Integrado de Colonização Altamira que, implantado como "experiência pioneira", estendia-se de Altamira em direção a Itaituba na Transamazônica. Ele continha a Rodovia Transamazônica como espinha dorsal e um conjunto de estradas vicinais abertas a cada 5km de distância com uma extensão de 10 a 12 km. Este projeto previu a distribuição de 2.973 lotes rurais aglutinados em 60 agrovilas e 6 agrópolis.

O projeto era produto do ufanismo reinante no país durante o governo do General Médici, até usina de açúcar e álcool estava prevista. Ele conheceu "seus dias de glória nos anos de 1971/72", quando cerca de 3.500 parceleiros foram assentados. Entretanto, o resultado dos primeiros anos foi revelando a verdadeira face das intenções do governo militar, já que estavam os colonos praticamente abandonados no meio da Amazônia. Em 1975, perto de 40% dos colonos já tinham deixado o projeto. (SILVA DIAS e CABRAL DE CASTRO, 1986:70/80)

A "federalização" das terras devolutas

A geopolítica militar movia mais duas pedras no tabuleiro da Amazônia. No dia 1º de abril de 1971, o General Médici baixou a Lei nº 1.164, que declarava "indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacional as terras devolutas situadas na faixa de 100 km de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal".

O que era inicialmente, o programa de abertura de "apenas duas rodovias" - Transamazônica e Cuiabá-Santarém - tornava-se um complexo projeto de implantação de rede rodoviária, somado ao controle por

parte do INCRA das terras devolutas na faixa de 200 km (100 de cada lado) dessas rodovias. Foi um verdadeiro confisco do controle das terras devolutas antes da alçada dos estados. Ao mesmo tempo em que o Governo Federal adquiria poderes pela nova legislação de terras, para autorizar o não cumprimento da dimensão dos módulos previstos em lei, quer para a empresa nacional, quer para a empresa multinacional. Estava, portanto, sob o controle do INCRA, a maior parte das terras da Amazônia Legal. Estas são as áreas expressas no decreto-lei que sofreu algumas alterações em 1973:

- I - BR-230 (Transamazônica) - Trecho: Estreito - Altamira - Itaituba - Humaitá na extensão aproximada de 2.300 km;
- II - BR-425 - Trecho: Abunã - Guajará-Mirim, na extensão aproximada de 130km;
- III - BR-364 - Trecho: Porto Velho - Abunã - Rio Branco - Feijó - Cruzeiro do Sul - Japim; na extensão aproximada de 1.000 km;
- IV - BR-317 - Trecho: Lábrea - Boca do Acre - Rio Branco - Xapuri - Brasiléia - Assis Brasil, na extensão aproximada de 880 km;
- V - BR-230 (Transamazônica) - Trecho: Humaitá - Lábrea, na extensão aproximada de 230 km;
- VI - BR-319 - Trecho: Manaus - Humaitá - Porto Velho, na extensão aproximada de 760 km;
- VII - BR-174 - Trecho: Manaus - Caracará - Boa Vista - fronteira com a Venezuela, na extensão aproximada de 970 km;
- VIII - BR-401 - Trecho: Boa Vista - fronteira com a Guiana, na extensão aproximada de 140 km;
- IX - BR-364 - Trecho: Cuiabá - Vilhena - Porto Velho, na extensão aproximada de 1.400 km;
- X - BR-163 - Trecho: Cuiabá - Cachimbo - Santarém - Alenquer - Fronteira com o Suriname, na extensão aproximada de 2.300 km;
- XI - BR-156 - Trecho: Cachoeira de Santo Antônio - Macapá - Calçoene - Oiapoque - Fronteira com a Guiana Francesa, na extensão aproximada de 912 km;
- XII - BR-080 - Trecho: Rio Araguaia - Cachimbo - Jacareacanga - Careiro, na extensão aproximada de 1.800 km;
- XIII - BR-010-226-153 - Trecho: Porto Franco - Paralelo 13 (no estado de Goiás), na extensão aproximada de 900 km;
- XIV - BR-010-230 - Trecho: Guamá - Carolina, na extensão aproximada de 600 km.
- XV - BR-070 - Trecho: Rio Araguaia - Cuiabá, na extensão aproximada de 470 km;
- XVI - BR-307 - Trecho: Cruzeiro do Sul - Benjamin Constant - Içana-Cucuí (fronteira com a Venezuela) e suas ligações com as localidades de Elvira (BR-411) e Caxias (BR-413), na fronteira com o Peru, sendo a extensão total aproximada de 1.750 km;
- XVII - BR-210 - Trecho: Macapá - Caracará - Içana-Mitu (fronteira com a Colômbia), na extensão aproximada de 2.450 km;

O PROTERRA, ou a "reforma agrária" para os latifundiários

A segunda pedra movida, no tabuleiro da Amazônia, pelos estrategistas da geopolítica do governo militar foi a promulgação do Decreto-Lei nº 1.179, de 6/7/71, também pelo General Médici que instituiu o "Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste - PROTERRA", com o "objetivo de promover o mais fácil acesso do homem à terra, criar melhores condições de emprego, de mão-de-obra, de fomentar a agroindústria nas áreas de atuação da SUDAM e SUDENE". Esta era a estratégia do programa:

"O plano inicial de distribuição de terras do PROTERRA, além de ser bastante original, restringe-se apenas a algumas das zonas da região consideradas como prioritárias para a realização da reforma agrária: Zona da Mata e a Agreste (33% das terras de Pernambuco); Zona do Brejo (15% da Paraíba) e Sertão de Quixeramobim, Senador Pompeu e Inhamuns, Zonas de Iguatu, Caririaçu e Chapada do Araripe (39% do Ceará).

Para todos os proprietários de terras com área igual ou superior a mil hectares, situadas nessas áreas, o governo deu um prazo de 180 dias - que começou em julho e terminou no fim de janeiro - para que apresentassem projetos de participação no PROTERRA, nas seguintes proporções: 20% do latifúndio com área de 1.000 ha; 30% para aqueles entre 1.000 e 3.000 ha; 40% para os de área entre 3.000 e 5.000 ha e 50% para áreas superiores a 5.000 ha. Isto é: o dono da propriedade fica encarregado de apresentar um projeto de venda e aproveitamento de uma parcela de suas terras - parcela que variará conforme o seu tamanho - escolhendo as terras que serão cedidas e as pessoas que poderão aproveitá-las. Apresentado o projeto ao INCRA, depois de aprovado, ele receberá uma 'prévia e justa indenização em dinheiro' pelas terras, que serão vendidas a pequenos agricultores pelo Banco do Brasil. O PROTERRA só atinge aquelas propriedades consideradas improdutivas, ou seja, o grande latifúndio que somente utiliza pequena ou nenhuma parcela para um cultivo racional. As chamadas empresas rurais, mesmo que tenham mais de 1.000 ha, não poderão sob nenhum motivo ser tocadas pelo programa.

Para aqueles proprietários que não aderiram espontaneamente, o governo acena com a ameaça de desapropriação, sendo o pagamento efetuado em títulos da dívida pública, resgatáveis num prazo de cinco a 20 anos.

Vencido o prazo dado pelo governo e acalmados os ânimos de alguns latifundiários que se assustam à simples menção de perder um centímetro de suas terras - fator secular de poder e riqueza na região - a percentagem de adesão ao programa foi boa, simplesmente porque o latifundiário pode ser acusado de tudo, menos de burrice: se o governo se propunha a pagar 'uma justa e prévia indenização em dinheiro', por terras que ele não estava usando e que ele mesmo escolhesse - por que então não escolher suas terras piores e vendê-las? Para que correr o risco de ter

parte das terras desapropriadas pelo governo e receber títulos da dívida ao invés de moeda sonante?" (OPINIÃO Nº 14, 5 a 12/02/73)

Os recursos para promover esta "reforma" eram provenientes de dotações orçamentarias, do PIN e do sistema de incentivos fiscais na proporção de 20% das aplicações. Estava assim amarrada e comprometida metade das arrecadações dos incentivos fiscais com a estratégia militar para a Amazônia e para armar outra alternativa, de modo a não promover a efetiva reforma agrária no país.

Como pode-se observar, o PIN, o INCRA e o PROTERRA formavam um esquema articulado nos bastidores do governo militar. Ou seja, criava o governo do General Médici um programa que simplesmente contrariava o Estatuto da Terra, que previa a desapropriação através de pagamento com "Títulos da Dívida Agrária - TDA". Entretanto, agora, através do PROTERRA, passava esta desapropriação a ser feita " **mediante prévia e justa indenização em dinheiro**" (alínea "a" do artigo 3). Estava estabelecido mais um elo da "contra-reforma agrária", ou seja, uma "reforma a favor dos latifundiários".

O que o país assistiu abismado, era mais um dos inúmeros "golpes" dados contra os trabalhadores brasileiros. De forma magistral, o jornal OPINIÃO, nas edições de nº 14 (5 a 12/02/73) e de nº 42 (27/08 a 03/09/73), revelou a opinião pública nacional o esbulho do PROTERRA, apresentado como "exemplo ao mundo de como se faz a **“reforma agrária”**, quer dizer, de como se enriquecem ilicitamente os latifundiários:

"... num almoço realizado no Rio no clube dos repórteres políticos, José Francisco de Moura Cavalcanti, presidente do INCRA, afirmou que o PROTERRA havia sido completamente vitorioso no Nordeste: **'pela primeira vez no Ocidente, graças a uma sábia política adotada pelo governo realiza-se uma reforma agrária com a compreensão de empresários e proprietários'**.

Mas, para muitos, não estava claro se a reforma agrária realmente havia-se iniciado, ou se os usineiros apenas haviam feito um grande negócio, permanecendo intocada a estrutura da propriedade da terra...

Em fins de julho do ano passado, quando o governo anunciou o início da execução do PROTERRA, dando um prazo de 180 dias para os proprietários de terra aderirem ao programa ou terem suas terras desapropriadas, o latifundiário e senador Paulo Guerra reagiu prontamente: disse que os latifundiários pernambucanos **'poderiam pegar armas para impedir a execução do programa'**. Na semana passada, um dia antes de o prazo legal se esgotar - 27 de janeiro - os filhos do senador Paulo Guerra e do ex-governador Cid Sampaio aderiram ao programa do governo. No mesmo dia, o usineiro José Lopes, grande proprietário de terras de Pernambuco

também aderiu ao PROTERRA, e declarou: 'Acabo de entregar 7.989 hectares de terra ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para fazer a distribuição. Essa terra eu herdei de meu pai e de meu avô. Nunca relutei em participar do PROTERRA, mas isso serve para provar que o usineiro pernambucano não tem a imagem que se pinta. Estamos, como sempre estivemos, dispostos a trabalhar com o governo...'

... Outros aderiram com entusiasmo, como o 'coronel' Chico Heráclito, de Limoeiro, que pôs à disposição do PROTERRA uma fazenda inteira que possuía no município de Amaraji. Havia algo no programa de reforma agrária do INCRA que fascinava os grandes latifundiários. Era justamente o fato deles se livrarem dos sitiantes e rendeiros que muito fizeram para valorizar suas terras, construindo benfeitorias, como casas de farinha, e a implantação de lavouras permanentes transferindo para o governo federal o ônus trabalhista dessa ocupação.

Além do mais, os latifundiários estariam vendendo terras ociosas que nunca encontrariam bom prego no mercado de venda de propriedades rurais. Tudo parecia ir muito bem, mas os técnicos do INCRA, ao estudarem a documentação apresentada para que fosse dado o parecer final de compra de terra, descobriram que a liberalidade estava demais.

'Dos 108 projetos encaminhados e nos 28 avaliados pelo Banco do Brasil, todos apresentavam irregularidades'. . .

'... Na Zona da Mata Sul de Pernambuco, há um ano um hectare de terra custava Cr\$ 200,00 e hoje, após se ouvir falar tanto nos financiamentos do PROTERRA, essa mesma extensão de terra teve seu preço elevado entre Cr\$ 800,00 e Cr\$ 1.000,00 por causa da especulação agrícola', disse o sr. Alfredo Coutinho, diretor da Companhia de Revenda e Colonização da Secretaria de Agricultura de Pernambuco...

... Os usineiros e latifundiários pensavam que o PROTERRA iria financiar importâncias maiores, por isso muitos inscreveram seus administradores e amigos pessoais no programa, na esperança de montarem pequenas empresas rurais. Alguns parceiros estariam colocando dois ou três nomes fictícios. Assim, o órgão financiador, sem meios de exercer uma fiscalização mais severa, colaboraria para que o proprietário pudesse saldar débitos com o próprio órgão, usando recursos do PROTERRA. . . " (Sem negrito no original)

O PROTERRA era, pois, parte significativa da estratégia do governo no sentido de apresentar ao mundo financeiro capitalista e à própria sociedade brasileira, que era possível fazer "reforma agrária" sem violência e sem a contrariedade dos latifundiários nordestinos.

A Guerrilha do Araguaia e o Carajás

Em 1972, o SNI - Serviço Nacional de Informação - "descobriu a guerrilha rural" que o PC do B - Partido Comunista do Brasil - começava a montar em 1970, na região norte de Goiás, divisa com o Pará. A decisão de implantar as condições para deflagrar-se a guerra popular na região amazônica veio através de uma decisão do partido, conforme se pode

verificar pelos documentos publicados em 1980 no livro “*Araguaia: o partido e a guerrilha*”, por Wladimir POMAR. O que se sabe, é que o exército realizou verdadeira manobra de ocupação militar da área, promovendo entre 1972/5 três campanhas que envolveram um total de mais de 20.000 homens.

"... As operações realizadas eram de caráter muito especial. Para começar, toda a região foi declarada zona prioritária para a Segurança Nacional. Os militares instalaram quartéis-generais nas cidades de Marabá, Itaituba, Altamira, Humaitá e Imperatriz. Abriram-se estradas na região para facilitar o movimento de tropas. Também foram construídos um aeroporto e um heliporto junto às cidades mais importantes. Cartões de identificação foram distribuídos entre a população local, e qualquer pessoa que não detivesse um destes era detida e enviada a áreas contíguas aos quartéis, que serviam de campos de prisioneiros. Depoimentos de residentes locais, de líderes da Igreja e até dos próprios militares participantes indicam que a tortura era amplamente utilizada contra camponeses e outros habitantes da região. Equipes especiais de interrogatório foram levadas ao local, ante a suspeita de que os camponeses apoiavam os guerrilheiros."

(MOREIRA ALVES, 1985:164)

No entanto, toda a operação desfechada pelo governo militar na região deve ser entendida, não apenas no seu sentido estritamente militar do combate à guerrilha, mas dos objetivos maiores com relação ao potencial econômico da região envolvida. Deve-se lembrar que nesta região ficam as reservas de minério de ferro da Serra dos Carajás e grande quantidade de projetos agropecuários subsidiados pela SUDAM. E mais, era uma das áreas onde ocorriam grandes escândalos e grilagem de terras.

Maria Helena MOREIRA ALVES procura sintetizar e mostrar esta questão:

“... Oficialmente, a repressão da população da região do Araguaia, justificada pela necessidade de combater a 'guerra de guerrilha' de 69 militantes, ainda é considerada segredo de Estado. Os militares recusam-se a fornecer informações ou uma explicação oficial sobre os acontecimentos da época.

Uma explicação pode ser encontrada, no entanto, pelo exame dos acontecimentos no contexto das várias premissas da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Em primeiro lugar, o estabelecimento de um **foco é o paradigma da estratégia de 'ação indireta' promovida pelo 'inimigo interno', podendo ter 'efeitos multiplicadores' sobre o inimigo potencial - no caso, os indígenas e camponeses** da região. Em segundo lugar, deve-se lembrar, em termos geopolíticos, que a região entre os rios Araguaia e Tocantins, chamada das planícies centrais, já fora considerada área vulnerável e vital para o controle e desenvolvimento da bacia amazônica. Para eliminar esta vulnerabilidade, impunha-se 'tamponar' as vias de penetração do comunismo internacional. Além disso a região em que ser implantou o pequeno foco do PC do B era crucial para os planos de desenvolvimento econômico do Estado. A especulação fundiária e a mineração haviam multiplicado o número de conflitos envolvendo a posse de terras na região; tais conflitos precisavam

ser controlados, promovendo-se a evacuação maciça dos camponeses. O **foco** era provavelmente uma justificativa útil para a ocupação militar da região, destinada a forçar a evacuação da população. A região está, atualmente sob controle permanente de dois batalhões de infantaria, localizados nas cidades de Marabá e Imperatriz. Somente o batalhão de Marabá tem 1.500 homens em base permanente, e está dotado de equipamento militar pesado.

A intimidação militar da população campesina não só prosseguiu como veio a assumir proporções alarmantes. Pelas planícies centrais e na bacia amazônica, assim como no vale do Rio São Francisco, os conflitos de terras tornaram-se um dos mais sérios problemas sociais e políticos do Brasil. Estudo realizado em 1981 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) concluiu que entre 1977 e meados de 1981 haviam-se manifestado '916 conflitos de terras, afetando 251.891 famílias e envolvendo 1.972.989 pessoas'. No mesmo período, cerca de 45 líderes sindicais rurais e agentes pastorais que trabalhavam com camponeses expulsos de suas terras foram assassinados; nenhum desses crimes foi investigado pela polícia.

Desse modo, os **focos** foram utilizados pelo Estado de Segurança Nacional para justificar a implantação de um vasto plano de controle político e social, baseado na ocupação militar da região, ampla mobilização de tropas e violenta intimidação da população em área de crucial interesse econômico." (MOREIRA ALVES, 1985:164/5/6) (Sem negrito no original)

A militarização da questão da terra

Em decorrência dessa estratégia geral, a questão agrária, no Brasil da década de 70, entra em rápido processo de militarização, como foi tratada de forma exemplar por José de Souza MARTINS em seu livro "A militarização da questão agrária".

É, portanto, nesse processo de envolvimento dos militares que é solicitada a criação de "Coordenadorias Especiais" em áreas consideradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacional, ouvida a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional" (Decreto-Lei nº 1.523 de 03/02/77). Estes atos, desembocaram em 1980, no INCRA na criação do GETAT - Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins, que se transforma no órgão promotor da regularização fundiária no sudeste do Pará, Tocantins e oeste do Maranhão.

Estes atos significaram praticamente a intervenção militar no INCRA e a transformação da condução da política de terras, pela estratégia geopolítica da "ideologia da segurança e do desenvolvimento". Este processo acentuou-se com a criação também do GEBAM - Grupo Executivo para a

Região do Baixo Amazonas que originalmente atuava apenas nos municípios de Almerim-PA e Marzagão-AP, área em que ficam situadas as terras do Projeto Jari. Estas coincidências mostraram a implementação da real intenção dos estrategistas militares: abrir caminho para o acesso do grande capital nacional e/ou estrangeiro - às riquezas da Amazônia.

É bom frisar que este processo de militarização da questão da terra no Brasil, e em particular na Amazônia, culminou em 1982 com a criação do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, entregue ao General Danilo Venturini que, acumulando a função de secretário do Conselho de Segurança Nacional, passava a coordenar as atividades do INCRA, além de planejar e coordenar a execução do Programa Nacional de Política Fundiária. Ou seja, como bem ressaltou MARTINS, estava criado o **"Quartel da Terra"**.

A Amazônia para o grande capital

É, pois, fundamental desvendar-se os liames da ação dos governos militares que culminaram nesta intervenção: para tal, torna-se necessário retornarmos à análise da ação do INCRA e da SUDAM, particularmente, na região, durante a década de 70.

Como colocamos anteriormente, o projeto de colonização do INCRA em Altamira, na Transamazônica, passado dois anos de sua implantação, revelava ao país que tudo não passava de um grande plano, não para os colonos (o INCRA dizia que iria "implantar 10.000 famílias até 72, 100.000 até 74 e atingir 1.000.000 em 1980") pois bem, no final de 1972, só haviam sido assentadas 3.872 famílias de forma precária e, a partir do mês de novembro daquele ano, o INCRA suspendeu o envio de agricultores para a região. O plano visava, isto sim, "forçar" estes colonos a iniciarem o processo de abertura da região para que fossem formando um "contingente de mão-de-obra à disposição do grande capital", que a partir de 1973 passou a ser oficialmente estimulado e convidado a participar da ocupação em grande escala, e em grandes áreas.

No fundo, ampliava-se e viabilizava-se a política proposta a partir da criação da SUDAM, sobretudo com relação aos projetos

agropecuários. Foi assim que, a partir do final de 1972 e em 1973, o INCRA "alterou" (na realidade, revelou sua verdadeira intenção) a orientação na política de colonização da Amazônia.

Novamente uma viagem entre "homens do governo e empresários do sul do país" na região é o marco das mudanças na política da ocupação. O jornal OPINIÃO nº 42 de 27/08 a 03/09/73 registrou este episódio:

"Uma viagem de três dias pela Amazônia de uma caravana integrada por três ministros (Planejamento, Interior e Agricultura) e 20 entre os maiores empresários sulistas que já investiram na região provocou o anúncio de grandes novidades. Um balanço dessa movimentada viagem mostra:

1 - Os 20 empresários, divididos, em dois grupos, um de colonização e outro agropecuário, decidirão em menos de 10 dias a compra de dois milhões de hectares no entroncamento das rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica, onde implantarão projetos ainda não claramente definidos, mas que aprioristicamente foram definidos pelo ministro Reis Velloso como dos maiores da região.

2 - Essa tendência à formação de grandes consórcios empresariais na Amazônia, aceita e estimulada pelo governo com propriedades médias em torno de 100 mil hectares, não ameaçará o equilíbrio ecológico, ao contrário do que se poderia supor, mas será justamente uma garantia à preservação de áreas verdes, além de significar a auto-sustentação, em termos econômicos, de uma estrada até agora de valor reduzido como a Transamazônica, segundo disse o ministro do Planejamento.

3 - Os três ministérios promotores da viagem criarão uma comissão que vai institucionalizar 11 áreas prioritárias para o desenvolvimento integral da Amazônia. São áreas situadas sempre na região de influência de estradas construídas ou a construir: Xingu, Juruena, Aripuanã, Rondônia, Araguaia, Tocantins, Altamira, Tapajós, Alenquer, Manaus e Amapá. Na mesma ocasião, foi distribuído aos empresários um documento elaborado pelo IPEA-Instituto de Pesquisas Econômicas do Ministério do Planejamento, onde já estão discriminadas as atividades básicas mais aconselháveis da região, com o objetivo de 'facilitar a atração de empreendimentos privados', mas com 'preferência acentuada pelos grandes empreendimentos'.

4 - O governo planeja investir, no biênio 1973/74, um bilhão de dólares na Amazônia no sentido de 'inaugurar uma fase nova, em termos de escala econômica, para os projetos da região amazônica', segundo Reis Velloso. A quantia é inteiramente recorde.

5 - Em função disso, abre-se uma nova era de ocupação da região. 'Até aqui - disse ainda Reis Velloso - a Transamazônica deu ênfase à colonização, com um sentido social que se voltou para o pequeno colono, mas agora devemos entrar na fase dos grandes consórcios'.

6 - Uma das justificativas para o ingresso nessa nova fase é aparentemente perturbadora: os grandes projetos, ao contrário dos pequenos, seriam essenciais 'para evitar desmatamentos indiscriminados e assegurar o equilíbrio ecológico da região', disse o ministro do Planejamento."

Até a proteção ecológica da região amazônica passava a fazer parte das justificativas para se "abrir" as terras da região aos grandes

grupos, como ficou evidenciado, quando o INCRA foi autorizado pelo Senado Federal a lotear a região em propriedades com mais de 30 vezes a dimensão expressa na Constituição Federal, que era de 3.000 ha para as terras devolutas.

A partir daí duas frentes de colonização foram redefinidas na Amazônia: a frente da Cuiabá-Santarém foi entregue aos empresários privados, que investiram preferencialmente no Mato Grosso, e a frente da BR-364 no então território de Rondônia, onde o INCRA mesclou projetos destinados a colonos e projetos destinados a médios e mesmo grandes fazendeiros.

Ao mesmo tempo, reforçou-se a tese de que o desenvolvimento da região tinha que ser assentado no grande capital privado nacional e multinacional, e a alternativa para estes, passava pela definição de um programa nacional de pólos de desenvolvimento. O território de ação da SUDAM, a Amazônia Legal, recebeu três programas de desenvolvimento: o Polamazônia, e parte do Polocentro e o Polonoroeste. Todos financiados pelos grandes bancos e organismos financeiros internacionais (BID - Banco Mundial, etc.).

O governo militar, não precisava mais justificar perante a sociedade civil nacional suas reais intenções de garantir o acesso das riquezas naturais da região amazônica aos grandes grupos nacionais e multinacionais; começava, pois, a definição e implantação concreta destes grandes grupos na região, através, agora, da ação planejada pelo governo militar do General Geisel.

OS PROGRAMAS POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO E POLONOROESTE:

OS PLANOS E A TERRITORIALIZAÇÃO DOS GRANDES CAPITAIS

O Estado autoritário, a par de sua política interna de repressão política no início da década de 70, foi paulatinamente

sedimentando a estratégia espacial de desenvolvimento, expressa na política das "fronteiras ideológicas".

O I PND

Nesse processo, coube ao I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972/4) consagrar este princípio gestado nas escolas militares norte-americanas e transferido para o Brasil através dos inúmeros acordos militares entre os dois países, durante e depois da Segunda Guerra Mundial.

Assim, no item referente à **"Estratégia e Grande Espaço Econômico"**, aparece formulado o princípio de **que "a estratégia de desenvolvimento regional consistira, especialmente, na política de integração nacional, em sentido amplo"**.

À Amazônia e ao Planalto Central estava reservado a estratégia dos pólos agropecuários e agrominerais, com dupla finalidade: abrir o acesso às riquezas naturais aos grandes grupos econômicos e reorientar os fluxos migratórios predominantes na direção Nordeste/Sudeste para Nordeste/Amazônia.

A Amazônia era vista, nos planos dos governos militares da década de 70, dentro do princípio **"integrar para desenvolver"**, e isto, como se sabe, tinha endereço certo, estava sendo concretizado o "sonho" internacional de tornar a economia brasileira, e a própria região amazônica, por conseguinte, mundializada. As pedras foram sendo colocadas uma a uma, agora eram os planos de desenvolvimento a apontarem o rumo da nau brasileira: aumento da participação da empresa estrangeira no esforço nacional de conquista de mercados e a associação a empresas de países desenvolvidos que já dispunham de mecanismos de comercialização de âmbito internacional.

Estes objetivos eram sedimentados por uma política externa estribada no endividamento crescente do país ao mercado financeiro internacional, interessado em investir aqui. Esses nós atados ao "cordão umbilical" nacional pelas agências financeiras mundiais eram vistos pelos governos militares como **"cooperação"**: -

"O aumento da cooperação dada ao país pelas agências financeiras internacionais - como o BIRD e o BID - contribui para manter no menor nível possível o endividamento pelos créditos de fornecedores em condições tradicionais. . . "

(I PND, 1972/4) (Sem negrito no original)

É importante ressaltar contrapartida do grande monopólio internacional que chegava ao país. Primeiro, oferece crédito para promover o desenvolvimento, depois cobra o juro, que deve ser pago com aumento das exportações. No caso brasileiro, o país, que teve no café seu principal produto de exportação, começava, do final da década de 60 em diante, a assistir à ampliação da exportação de minérios, sobretudo de ferro e de manganês. Começava a desenhar-se a lógica da dívida, ou seja, para abrir caminhos aos recursos minerais, emprestam-se dólares no exterior e, para pagar o juro, exportam-se estes recursos minerais.

Era esta a verdadeira intenção do lema **"integrar para desenvolver"**.

Como já afirmamos, agora não eram atos complementares editados, eram planos do governo. Metas, portanto, a serem alcançadas. Agindo assim, o governo militar obedecia à lógica da "ideologia da Escola Superior de Guerra" e, como se sabe, nem sequer perguntou à sociedade civil deste país se era isto mesmo que ela desejava.

O II PND

Veio o II Plano Nacional de Desenvolvimento, e o rosto do governo militar não precisava mais da máscara falsamente nacionalista, pois aprofundava-se ainda mais a internacionalização da economia brasileira e dos recursos naturais da Amazônia ao grande capital estatal/nacional e estrangeiro. Aliás, Francisco de OLIVEIRA escreveu certa vez de forma brilhante este quadro afirmando que o **"capital não tem pátria"**.

Portanto, ele, o capital internacional e internacionalizado, ocupava lugar de destaque no II PND, o plano de governo do General Geisel:

"Adoção de política clara e consistente em relação às empresas multinacionais e, em geral, no tocante ao capital estrangeiro.

A empresa estrangeira já mostrou, no Brasil, que pode trazer contribuição relevante ao crescimento. A presença mais operante, aqui e na economia

mundial, das empresas multinacionais, torna ainda mais importante a necessidade de definir nitidamente como deve situar-se a empresa estrangeira na estratégia nacional de desenvolvimento ...

O Brasil adota, no assunto, posição madura, programática e realista."
(II PNB, 1972/4) (Sem negrito no original)

Nesse contexto estava sendo sacramentado o acesso à terra amazônica pelas multinacionais. Estava, por exemplo, garantido e consonante com o "Plano de Governo", o Projeto Jari de Mr. Ludwig, aquele que a CPI de terras em 1968 não conseguiu apurar a área possuída, e que nem mesmo o INCRA conseguiu. Mas foi este mesmo Jari que foi visitado pelo General Médici e pelos ministros dos governos militares.

O POLAMAZÔNIA

O planejamento do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA, consistiu na estratégia do governo militar para "territorializar" os grandes monopólios na Amazônia.

Este programa tinha por finalidade "promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agro-industriais, florestais, em áreas prioritárias da Amazônia" (Decreto n. 74.607 de 25/09/74) estabelecendo quinze áreas prioritárias, a saber:

- I - Xingu-Araguaia**
 - II. - Carajás
 - III - Araguaia-Tocantins
 - IV - Trombetas
 - V.- Altamira
 - V - Pré-Amazônia Maranhense
 - VII - Rondônia
 - VIII - Acre
 - XIX - Juruá-Solimões
 - X - Roraima
 - XI - Tapajós
 - XII - Amapá
 - XIII - Juruena**
 - XIV - Aripuanã**
 - XV - Marajó
- (Sem negrito no original)

O POLAMAZÔNIA, como parte do II PND, previa a implantação do Complexo Minero-metalúrgico da Amazônia Oriental -

compreendendo o esquema integrado Carajás - Itaquí (minério de ferro e siderurgia), o conjunto bauxita - alumina - alumínio (Trombetas - Belém - São Luís) e inúmeros outros empreendimentos associados ao aproveitamento do potencial hidroelétrico da região Araguaia-Tocantins (São Félix e Tucuruí).

Foi assim, planejado o Projeto Grande Carajás, que soldou uma aliança entre as multinacionais do alumínio e o setor nacional correspondente, com as empresas estatais em aliança com o capital estrangeiro, primeiro norte-americano - U.S. Steel, e depois japonês NALCO - Nippon Amazon Aluminium Co.

Planejava-se também no II PND a chamada "Política de Desenvolvimento de Recursos Florestais e Uso Racional dos Solos da Amazônia" - objetivando, principalmente, transformar a exploração madeireira numa atividade planejada, institucionalizada e permanente. Tal política compreendia a racionalização da exploração madeireira da região, deslocando-se a ênfase para a exploração de florestas de terra firme (viabilizada pela construção dos novos eixos viários). Adotou-se o sistema de **Florestas de Rendimento**, condicionando-se os projetos às exigências de regeneração conduzida e reflorestamento ... (II PND - 1975/79).

Este programa, como se podia ver, tinha como meta abrir de vez a exploração das madeiras da região, tão devastada por grupos nacionais e multinacionais. Fazia parte dessa ação a Cia. Amazonas de Laminados - GEORGIA PACIFIC - que, com seus 400.000 ha de terras nos municípios de Portel e Melgaço no Pará, fazia parte do Relatório VELLOSO, e que, já naquela época, obtivera cópias do levantamento aerofotogramétrico feito pela USAF, através do embaixador do Brasil em Washington.

O POLOCENTRO

Ainda no seio das políticas territoriais do governo do General Geisel, nasceu o POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Decreto n. 75.320 - 29/01/75) - que atingia sobretudo as frações goiana e mato-grossense cobertas pelo cerrado na área da Amazônia Legal e no Centro-Oeste em geral e parte do Nordeste. Este programa visava à instalação nessa região de obras de infra-estrutura, sobretudo armazenagem,

estradas, etc., além da pesquisa de sementes para promover o plantio em massa de soja no cerrado. Ele funcionava como uma espécie de alternativa geopolítica da necessidade de abrandamento das tensões na estrutura fundiária do sul do Brasil, colocando para os colonos a alternativa da migração, que passou a se dar em direção a Mato Grosso, Goiás, Triângulo Mineiro, Tocantins, oeste baiano (além - São Francisco) Sul do Maranhão e do Piauí.

A esse programa estava relacionada também, de forma "secreta", a JICA - Japan Internacional Cooperation Agency, através dos acordos firmados com o governo de Minas Gerais através da CAMPO - Cia. de Produção Agrícola - fundada em 1979.

Quando o General Geisel, em 1974, visitou o Japão, firmou as bases de um programa de cooperação técnica e econômica para desenvolver a área dos cerrados. Em 1976, ainda em seu governo, foi firmado PRODECER - Programa Nipo - Brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola da Região do Cerrado - que, de certo modo, aplainava e definia a estratégia japonesa através de seu interesse no processo de "colonização" do cerrado. O objetivo visava a produção de arroz, e particularmente de soja, voltada para exportação, principalmente para o Japão.

O fato mais recente, com relação à esta questão do POLOCENTRO - PRODECER - JICA e a expansão da cultura da soja no cerrado, é o projeto que foi gestado, na década de 80, sobre a construção da ferrovia NORTE-SUL, que ligará o sistema ferroviário a partir de Brasília até a ferrovia Carajá - Itaqui, no sentido norte-sul no estado de Goiás e Tocantins, passando por Uruaçu, Gurupi, Estreito, Imperatriz até Açailândia, no Maranhão.

Esses são, portanto, outros projetos, parte dessa estratégia de "integração" que, na realidade, estrutura e abre a economia e o território aos interesses dos grandes grupos econômicos.

O POLONOROESTE

Outro grande projeto onde os interesses internacionais e do Estado estão presentes na Amazônia é o POLONOROESTE, concebido como programa de desenvolvimento regional integrado para ser implantado nas áreas cortadas pela BR-364 - Cuiabá - Porto Velho e financiado pelo Banco Mundial. Este programa procurou, além da abertura/pavimentação da rodovia, alimentar programas de colonização em Rondônia e de desenvolvimento e regularização fundiária em Mato Grosso. Cabe esclarecer que, em Rondônia, há a ocorrência da cassiterita, e grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros promoveram um grande projeto de substituição da lavra baseada no garimpo pela lavra mecanizada (Grupo Itaú, Paranapanema, Dramin, Brascan e Patiño-Englardt).

Dessa forma, o II PND, no que se refere à Amazônia, foi tornando plano do governo militar, aquilo que fora objeto da CPI, o escândalo da venda de terras a estrangeiros.

**Somos um povo de gente,
somos o povo de Deus.
Queremos terra na Terra,
já temos terra nos Céus.**

**Queremos plantar a roça
onde plantamos o amor.
Lavrador, a terra é nossa,
de um afã e um só Senhor.**

**Retirantes, chega o dia
de assentar o pé no chão:
com fé em Deus e teimosia
e a força da união!**

**...
Lavradores, vida nova!
Gente unida em mutirão!**

...

(“Somos um povo de gente” - D. Pedro Casaldáliga)

PARTE I

4. A AMAZÔNIA E A FRONTEIRA

Integrar para Entregar: a Internacionalização dos Recursos
Naturais da Amazônia

A história do Brasil, no pós Segunda Grande Guerra, está envolta pelo processo de internacionalização da economia brasileira. Este processo consentâneo com o desenvolvimento do modo capitalista de produção em sua fase monopolista promoveu a internacionalização dos recursos naturais do país sem que para tal fosse necessária a internacionalização jurídica do território ou fração do território nacional brasileiro.

Esta parece ser a grande estratégia geopolítica que atravessou a relação entre os grandes grupos econômicos sediados nos países industrializados do mundo capitalista e os governos, sobretudo militares, no Brasil.

A passagem de uma ideologia assentada nas "fronteiras geográficas" para a ideologia fundada nas "fronteiras ideológicas" foi o móvel

que comandou todo este processo. Entretanto, em muitos momentos da vida nacional, intelectuais e setores da esquerda foram jogados na rede da discussão das medidas nacionalistas, enquanto que o Estado foi cimentando sua estratégia, planejando e implantando a internacionalização dos recursos naturais, sobretudo os minerais.

Enquanto setores da sociedade civil denunciavam e lutavam pelo monopólio estatal do petróleo, o minério de ferro foi sendo vendido ao capital estrangeiro por uma estatal/multinacional - a Cia. Vale do Rio Doce, ou exportado diretamente, pelas multinacionais estabelecidas em Minas Gerais.

Uma pesquisa recente no organograma desta "estatal" revela que cerca de dezessete empresas, que fazem parte do grupo, estão associadas a grupos nacionais e, sobretudo, internacionais: norte-americanos, ingleses, japoneses, sul-africanos, alemães, espanhóis e italianos, etc. (OLIVEIRA, 1987: 48 e 49) Outro livro que mostra facetas desta empresa é "*Companhia Vale do Rio Doce - Uma investigação truncada*", do senador Severo Gomes, onde nem mesmo uma CPI conseguiu desvendar o processo de privatização dessa estatal e a conseqüente desnacionalização de mais uma empresa nacional. Muitos foram os dribles da estatal/multinacional para impedir a apuração dos fatos pelo legislativo nacional. No final, a conclusão da CPI só poderia ser uma: a história de uma investigação que não houve.

Essa empresa foi e está sendo um dos grandes artífices da execução da política de internacionalização dos recursos minerais do país. Ela tem sido o "para-choque" da presença e da defesa dos interesses dos grupos internacionais dentro do Brasil.

A sua proposta de privatização no governo atual, é pura e simplesmente, a convalidação de um processo interno da empresa, que cresceu, multinacionalizando-se, e externo que privatizada, tornar-se-á coerente com a política neoliberal, que consolida no plano nacional a aliança política e econômica do capital internacional e nacional. O Estado empresário apenas foi necessário quando o capital nacional nascente, e a geopolítica internacional necessitavam. Agora, removidas as razões, torna-se estranhamente extemporâneo. A sua defesa tem que ser feita no interior de

uma outra concepção de Estado, e promover uma reforma em sua estrutura interna. A meu juízo, a sua privatização já estava prevista e decidida a muito tempo. A questão, então é menos a Vale e muito mais os recursos minerais que ela controla.

Junto com a ação da Vale do Rio Doce, os governos militares foram alterando o código de mineração de modo a permitir que frações da burguesia nacional aliadas a grupos multinacionais, fossem travestidos de empresas nacionais, recebendo concessões de grandes jazidas de minérios pelo país e particularmente na Amazônia.

Foi nesse contexto que Daniel Ludwig, do Projeto Jari, através da Mineração Santa Patrícia Ltda., negociou parte das reservas de bauxita do Vale do Trombetas com a ALCOA. Outro caso ocorrido, foi a "aliança" entre o grupo Azevedo Antunes e a Bethlehem Steel, a Hanna, a Scott Paper, a Nippon Steel, a SKF e a Bruynzel. A conclusão é que, hoje, a British Petroleum e o grupo Brascan controlam mais de 10% das áreas de ocorrência mineral no Brasil (quase 200.000 km² área praticamente igual a do estado do Paraná). Os grupos controlados pelo capital estrangeiro ficam, no total, com o controle da ocorrência mineral em cerca de 38 % da área, ou seja, mais de 400.000 km². Esta área é superior a quase duas vezes a superfície do estado de São Paulo. Há também, as áreas com ocorrências minerais sob controle de grupos nacionais associados a grupos internacionais e aquelas, controladas pelas estatais, também associadas ao capital estrangeiro.

Foi assim que, enquanto a sociedade civil ficava discutindo (e tinha que fazê-lo), o plano dos Grandes Lagos do Hudson Institute, o escândalo de terras vendidas a estrangeiros da CPI e do Relatório Velloso foram "regularizados". Enquanto combatíamos (e tínhamos também que fazê-lo) o Projeto Jari, Carajás e o alumínio da Amazônia eram entregues aos grupos multinacionais.

A denúncia e a compreensão do processo de internacionalização dos recursos naturais da Amazônia e do Brasil como um todo, já estava presente em nosso livro "*Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*", que escrevemos com a intenção de torná-lo instrumento de conscientização.

Os estudiosos da Amazônia e os jovens universitários que foram ao Projeto Rondon cedo ou tarde tiveram que entender que seu lema não devia ser "Integrar para **não** entregar" e sim "Integrar para entregar", pois este é o quadro da realidade dos recursos naturais da Amazônia no final do século XX.

Os recursos naturais, principalmente minerais, da Amazônia estão internacionalizados, a economia brasileira está internacionalizada: é contra essa aliança - que o capital consolidou - que por certo os trabalhadores deste país terão que lutar. Ela é responsável pela presença dos grandes monopólios na Amazônia.

Como se sabe a história da Amazônia tem sido uma história de saque. Saque dos recursos naturais que a natureza legou, enfim, saque deste "celeiro do mundo".

Os grandes projetos lá chegaram. Estão se apropriando de tudo. Explorando tudo. Exportando tudo. A exportação é a palavra mágica que faz mover esse processo de exploração total. O "grande mago" dessa filosofia de internacionalização da economia brasileira - Delfim Netto - não cansou de repetir: "**Exportar é o que importa**". O eco dessa frase fascinou a burguesia nacional, soldou sua aliança com o grande monopólio internacional e abriu caminho para santificar as estatais voltadas para os setores da exploração mineral, sobretudo aliando os interesses da geopolítica do capitalismo, mundializado através dos Estados Unidos, e o "falso" nacionalismo brasileiro.

Este processo, no que toca à região amazônica, não pode ser contado sem a anuência, decisão e participação dos governos militares e seus estrategistas geopolíticos, que são seguramente os maiores responsáveis pela incorporação da Amazônia ao capitalismo mundial. Seu rastro tem sido o rastro da expropriação. Expropriação dos recursos naturais, minerais, florestais, dos solos, do trabalho dos trabalhadores, das nações indígenas. Tudo isto feito sem consulta à maioria da população do país. A tarefa de continuar esclarecendo os trabalhadores brasileiros sobre este processo é um imperativo na produção acadêmica do saber

Analisar estes grandes projetos e os grupos econômicos que estão expropriando os recursos naturais da Amazônia, é uma necessidade

imperativa. Ela pode revelar a corrida pelo subsolo que aquela região esta conhecendo em sua plenitude.

A Expropriação dos Recursos Minerais ou a corrida pelo subsolo

A expropriação dos recursos minerais tem sido, sem sombra de dúvida, a grande meta do capital internacional na região amazônica. Ele tem procurado se apoderar deles, de modo a garantir os chamados **"suprimentos estratégicos para os Estados Unidos e demais nações capitalistas desenvolvidas"**. Estamos assistindo a uma verdadeira corrida pela apropriação dos direitos de pesquisa e exploração do subsolo. Um estudo do CNPq sobre as concessões de alvará de pesquisa revelou que o direito de exploração e de pesquisa do subsolo brasileiro, está controlado por multinacionais do setor. **(Quadro 2)**

Como se pode observar, os grupos estrangeiros controlam mais de quarenta por cento dos alvarás de pesquisas concedidos pelo DNPM, praticamente, a soma das superfícies dos estados de São Paulo e Paraná. Entre estes grupos estrangeiros o consórcio British Petroleum/Brascan controla sozinho o equivalente à área do estado do Paraná. Deve-se chamar atenção, também, para o fato de que este consórcio detém o controle sobre uma área superior a aquela controlada pela CVRD, estatal do setor de mineração.

A observação atenta mostra que praticamente, toda área geologicamente propícia à ocorrência mineralógica, esta apropriada privadamente por grupos econômicos. Há inclusive áreas onde ocorrem superposições de pedidos de pesquisa. Regiões da Amazônia que até hoje não foram pisadas pelos não índios, estão sendo pleiteadas. A maioria das reservas indígenas daquela região está cobertas por concessões. É óbvio, que o Mato Grosso, praticamente inteiro, não escapa desse processo. Este mapa produzido pelo Instituto Socioambiental é instrumento poderoso de prova, do processo geral de aceleração da exploração mineral no Brasil. Faz parte do trabalho de monitoração das terras indígenas brasileiras.

É importante também, para situarmos a análise, verificar o

potencial mineralógico da região. O **Quadro 3** mostra de forma objetiva, a "corrida" pelos minérios da Amazônia no pós-64, pois cerca de 74% das descobertas concentram-se neste período (até 1980).

Outro aspecto extremamente importante contido nesse quadro é o fato de que, entre 1966 e 1970, cerca de 22% das descobertas foram feitas unicamente pelas empresas internacionais ou pelos seus "associados" brasileiros. Isto evidencia, de forma clara, a relação entre a "integração da Amazônia" e a concessão feita pelos governos militares dos recursos minerais aos grandes grupos multinacionais/nacionais/estatais.

QUADRO 2 - QUEM CONTROLA O SUBSOLO BRASILEIRO

grupo	empresas	nº de áreas	Km2
Capital estrangeiro 40,4% *			413.556
BP/Brascan.....	112.....	4.642.....	192.958
Anglo/Bozzano.....	54.....	1.527.....	51.067
Arbed/Broken Hill.....	23.....	1.626.....	29.902
Samuel			
Hill/TireasuryValley/Dunson.....	20.....	422.....	25.720
BRGM.....	5.....	140.....	11.799
Outros.....	264.....	4.472.....	102.110
Capital Nacional Privado 32,0%.*			327.396
Paranapanema.....	31.....	876.....	66.741
Monteiro Aranha.....	32.....	547.....	41.759
Brumadinho.....	36.....	841.....	40.572
Best.....	10.....	438.....	39.292
Barber e Giorgino.....	09.....	355.....	30.827
Outros.....	521.....	5.984.....	108.205
Empresas Estatais 27,6% *			283.076
CVRD.....	34.....	3.764.....	168.780
CPRM.....	1.....	1.547.....	58.894
Sistema Estadual de Mineração.....	71.....	2.475.....	36.123
Petrobras.....	5.....	206.....	10.832
BNDES.....	14.....	649.....	6.220
Outros.....	17.....	206.....	2.227
TOTAL.....100,0%.....			1.024.028

* % em relação ao total de km2. Fonte: Folha de São Paulo - 14/04/87-,A-32-CNPQ.

Além disso, é fundamental se entender que estas descobertas só apareceram, após a autorização pelos governos militares da realização dos levantamentos aerofotogramétricos do país, particularmente aquele feito pela USAF.

QUADRO Nº 3 - Principais descobertas minerais na Amazônia

Ano	Denominação local	Substância mineral ...	Descobridor
1612...	Gurupi (PA, MA).....	Ouro.....	Garimpeiros
1855...	Calçoene (AP).....	Ouro.....	Garimpeiros
1912...	Maú-Tacutú (RR).....	Diamante.....	Garimpeiros
1915...	Alto Solimões (AM).....	Linhito	
1937...	Araguaia-Tocantins (PA).....	Diamante.....	Garimpeiros
1937...	Tepequém (RR).....	Diamante.....	Garimpeiros
1941...	Serra do Navio (AP).....	(1)Manganês.....	Mário Cruz/Grupo CAEMI
1952...	Rondônia (RO).....	Cassiterita.....	Garimpeiros
1955...	Médio Amazonas (AM, PA).....	Salgema.....	PETROBRAS
1955...	Nova Olinda (I-NO-2-AM) (AM).....	Óleo-gás.....	PETROBRAS
1958...	Médio Tapajós (PA).....	Ouro.....	Garimpeiros
1963...	Tropas (Tapajós) (PA).....	Cassiterita.....	Garimpeiros
1966...	Sereno (PA).....	(1)Manganês.....	CODIM (Union Carbide)
1966...	Trombetas (PA, AM).....	Bauxita(2).....	Grupo ALCAN
1967...	Carajás (PA).....	(1)Ferro.....	Meridional (USA)
1967...	Buritirama (PA).....	(1)Manganês.....	Meridional (USA)
1968...	Morro do Felipe (AP).....	Caulim.....	Jari (Grupo Ludwig)
1969...	Maraconai (PA).....	(1)Titânio.....	CODIM (Union Carbide)
1969...	Mairicuru (PA).....	(1)Titânio.....	Meridional (USA)
1970...	Velho Guilherme (PA).....	Cassiterita.....	IDESP/PROMIX
1970...	Mocambo (PA).....	Cassiterita.....	PROMIX
1970...	Paragominas (PA).....	Bauxita(2).....	Grupo RTZ
1970...	Capim (PA).....	Caulim.....	CPRM/Mendes Júnior
1971...	Azul (Carajás) (PA).....	(1)Manganês.....	AMZA (Grupo CVRD)
1971...	Quatipuru (PA).....	Cromita.....	DOCEGEO (Grupo CVRD)
1972...	Jabutí (Paragominas) (PA).....	Bauxita(2).....	DOCEGEO(Grupo CVRD)
1972...	Almerim (PA).....	Bauxita(2).....	DOCEGEO (Grupo CVRD)
1973...	Almerim (PA).....	Bauxita(3).....	DOCEGEO (Grupo CVRD)
1973...	Onça-Puma (PA).....	(1)Níquel.....	Grupo INCO
1974...	Itamaguari (PA).....	Gipsita.....	CPRM
1974...	Antônio Vicente (PA).....	Cassiterita.....	DOCEGEO (Grupo CVRD)
1974...	Vermelho (Carajás) (PA).....	(1)Níquel.....	AMZA (Grupo CVRD)
1974...	Bahia (Carajás) (PA).....	(1)Cobre.....	DOCEGEO (Grupo CVRD)
1974...	N5 (Carajás) (PA).....	Bauxita(2).....	AMZA (Grupo CVRD)
1975...	Seis Lagos (AM).....	(1)Nióbio.....	Projeto RADAMBRASIL
1975...	Surucucu (RR).....	Minerais radioativos.....	Projeto RADAMBRASIL
1975...	Surucucu (RR).....	Cassiterita.....	Garimpeiros
1976...	MMI (Carajás) (PA).....	(1)Cobre.....	AMZA (Grupo CVRD)
1976...	Andorinhas (PA).....	Ouro.....	DOCEGEO (Grupo CVRD)
1976...	Juruá (I-JR-1-AM) (AM).....	Gás.....	PETROBRAS
1976...	Amapá (I-APS-1-OB) (AP).....	Gás.....	PETROBRAS
1976...	Amapá (I-APS-21) (AP).....	Óleo-gás.....	PETROBRAS
1977...	Salobo (Carajás) (PA) (PA).....	(1)Cobre.....	DOCEGEO (Grupo CVRD)
1979...	Camoá (Paragominas).....	Bauxita(3).....	DOCEGEO (Grupo CVRD)
1980...	Pará (I-PAS-9) (PA).....	Óleo-gás.....	PETROBRAS
1980...	Serra Pelada (PA).....	Ouro.....	Garimpeiros

(1) Minério de (2) Metalúrgica (3) Refratária Fonte: SANTOS, 1981:13

A ocorrência mineralógica na Amazônia apresenta-se relativamente concentrada, o que de certo modo permite a definição de áreas que constituem verdadeiras províncias mineralógicas. Entre elas estão: o Amapá (manganês, ferro, ouro, caulim, cassiterita e columbita), Roraima (ouro, diamante, urânio, tório, cobalto, molibdênio, titânio, tantalita e columbita), Vale do Tapajós (ouro, diamante, cassiterita, bauxita, manganês e ferro), Vale do Trombetas (bauxita, cobre, tantalita, columbita, calcário e chumbo), Serra dos Carajás (ferro, manganês, ouro, cobre, bauxita, níquel, cassiterita, tungstênio, zinco, cobalto, molibdênio, tântalo, amianto, carvão mineral e urânio), Paragominas (bauxita ouro), Rondônia (cassiterita e ouro) e Mato Grosso (cassiterita, ouro e diamante).

A Mineração Taboca S/A, do grupo nacional PARANAPANEMA, além de atuar em Rondônia, explora cassiterita nas minas de São Francisco, no município de Aripuanã no estado de Mato Grosso.

A região da Serra dos Carajás, no Pará (sem dúvida alguma, é a principal província mineralógica da Amazônia), foi descoberta em 1967 pela Cia. Meridional de Mineração (subsidiária da UNITED STATES STEEL Co.). Inclusive, a questão da presença cada vez maior das multinacionais no setor da mineração ganhou os microfones do Congresso Nacional e das entidades de defesa da Amazônia. O governo militar rapidamente, além de continuar permitindo a "entrada livre" das multinacionais no setor, criou a DOCEGEO, subsidiária da Vale do Rio Doce dedicada à pesquisa; a CPRM - Cia. de Pesquisa de Recursos Minerais - ligada ao Ministério das Minas e Energia, também destinada a efetuar pesquisas e levantamentos básicos de geologia, e o RADAM - Radar da Amazônia, que efetuou levantamentos aerofotogramétricos da região. Em decorrência desse fato, as descobertas de novas jazidas na Amazônia, após 70, foram feitas por empresas estatais ou por garimpeiros.

O Programa Grande Carajás foi formulado a partir do documento "Amazônia Oriental - Um projeto nacional de exportação", elaborado pela Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, empresa estatal que, praticamente, é o elo estatal/nacional no processo de formação das multinacionais. Esta empresa, nascida no seio do acordo militar entre o Brasil

e os Estados Unidos, quase sempre controlada por militares, tem atuado principalmente nos setores de pesquisa, produção e transporte de minério, sobretudo do ferro. Seguramente, é hoje uma das maiores do mundo no setor. Sua estratégia tem sido aquela de associar-se com multinacionais nos grandes projetos, de modo a passar, para o país, uma espécie de "ar nacional" a empreendimentos que, na realidade, visam a atender as necessidades dos países industrializados capitalistas.

Dessa forma, o Programa Grande Carajás, se constituiu numa espécie de grande plano do governo militar para a Amazônia oriental. Uma parte expressiva do plano de internacionalização dos recursos naturais da Amazônia.

Assim, a multinacional/estatal Vale Do Rio Doce, está associada ao capital internacional de muitos países do mundo. Forma uma grande multinacional com mais de quinze empresas subsidiárias, e constituiu-se numa espécie de articulação das estatais/multinacionais, um elo interno da articulação do capital internacional na etapa monopolista do capitalismo. Ou seja, corresponde à expressão "nacional/militar" da mundialização da economia brasileira no interior do capitalismo mundial.

É esta empresa multinacional que tem a responsabilidade de coordenar todo o Programa Grande Carajás, concebido, como um programa de exportação dos recursos naturais da Amazônia.

Este programa envolveu o Projeto Ferro Carajás sob o controle da Vale, que está exportando 35 milhões de toneladas de minérios de ferro sob a forma primária ou ferro-gusa. Este projeto incluiu também a construção da Estrada de Ferro dos Carajás, numa extensão de 890 km, ligando a Serra dos Carajás ao porto de Ponta da Madeira, em São Luís do Maranhão. Compreendeu também a construção do porto da Ponta da Madeira - Itaqui - com possibilidade de receber graneleiros de até 280.000 toneladas de porte bruto. Foi construído também, para dar apoio ao projeto, o núcleo urbano de Carajás, estimado para inicialmente abrigar 10.000 habitantes. Esta cidade está localizada próxima à região da jazida, a 200 km de Marabá. O projeto previu também a construção de uma variante ferroviária interligando as jazidas de Paragominas.

O Projeto Ferro Carajás teve um custo previsto de 3,6 bilhões

de dólares e o principal comprador do minério de ferro é o consórcio japonês liderado pela MITSUI STEEL.

Somado e articulado ao projeto do ferro foi implantado também o "projeto dos polos de alumínio", que visou a articular as jazidas do Vale do Trombetas com todo o complexo do Grande Carajás. Como se sabe, as jazidas de alumínio da Amazônia são significativas, pois equivalem a pouco menos de 1/6 das reservas mundiais. São sete os polos amazônicos do alumínio: Trombetas, Paragominas, Almerim (Jari-Paru), Carajás, Barcarena, São Luís e Tucuruí.

Para viabilizar o projeto a Eletronorte construiu a usina hidroelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins, com capacidade prevista para a geração de 7.920.000 KW. Operando desde 1984, teve investimentos de 5 bilhões de dólares. A barragem da usina tem projetado sistema de eclusas, que permitirá a navegação no Tocantins - Araguaia.

A usina de Tucuruí é peça chave para os polos amazônicos do alumínio, pois são grandes consumidores de energia elétrica. Em decorrência disso, já foram firmados acordos que poderão significar sensíveis prejuízos à Eletronorte e ao país, pois o sistema ALBRAS-ALUNORTE e ALUMAR pagará tarifas subsidiadas, tendo como teto 20% do preço internacional do alumínio. Isto quer dizer que, como este mercado é cartelizado; o país, através da Eletrobrás assumiu a dívida internacional para a construção da usina, vai bancar, além dos juros e serviços dos empréstimos internacionais, o fornecimento de energia elétrica para estes grupos internacionais (sistema ALBRAS-ALUNORTE 600.000 KW e ALUMAR 620.000 KW).

Contando com esse benefício o projeto ALBRAS-ALUNORTE vai exportar a produção de alumínio (320.000 toneladas/ano) e de alúmina (800.000 toneladas/ano). Este projeto está localizado em Barcarena (PA), próximo a Belém, e é de propriedade dos seguintes grupos econômicos: ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A. (CVRD 51 % e Nippon Amazon Aluminium Co. - NALCO - 49%) ALUNORTE - Alúmina do Norte do Brasil S.A. (CVRD - 60,8% e Nippon Amazon Aluminium Co. - NALCO - 39,2%).

A Nippon Amazon Aluminium Co. - NALCO - é um grande conglomerado japonês, onde está presente o OVERSEAS ECONOMIC

FUND, órgão do governo do Japão associado a 33 empresas japonesas, incluindo cinco produtores de alumínio, dez "trading companies", dezesseis empresas consumidoras e um banco privado.

É através desses acordos firmados pelos governos militares que o Brasil está garantindo o abastecimento de matéria-prima do parque industrial do alumínio do Japão. A partir desse acordo, o Brasil ficará sem a matéria-prima (bauxita), sem a alúmina, sem o alumínio, ainda pagará a conta da energia elétrica barata (subsidiada através da Portaria nº 1654, de agosto de 1979, do Ministério das Minas e Energia), e se não bastasse isso tudo, ainda terá que arcar com os custos sociais e ecológicos da poluição dessas indústrias.

Completando a exploração do alumínio existe o Projeto ALUMAR pertencente às multinacionais ALCOA - Alcoa Alumínio S.A. - empresa norte-americana e maior produtora mundial de alumínio (60%) e BILLITON-SHELL, que produz 2 milhões de toneladas/ano de alúmina, sendo 60% para exportação e 40% para ser transformado em alumínio (400.000 toneladas/ano). Neste consórcio há também a participação da Camargo Corrêa com ações sem direito a voto. A Camargo Corrêa implantou também um projeto integrado de silício metálico em Tucuruí. Outras empresas também estão presentes no projeto: a KAISER (multinacional) e a RIOTINTO ZINC, através da Mineração Vera Cruz com a participação da CVRD em Paragominas.

O custo total do projeto Grande Carajás foi orçado em cerca de 62 bilhões de dólares. Com as taxas de juros internacionais na casa de 5%, requer um total anual de mais de três bilhões de dólares para pagá-lo. Então, a pergunta que se põe é a seguinte: haverá retorno ou só procurar-se-á aumentar ainda mais as amarras da dívida externa?

Uma análise no balanço de divisas projetadas pelos quatro projetos minero metalúrgico aprovados pelo Programa apresenta a verdadeira realidade da inserção do país no capitalismo mundial. No período que vai de 1996 até o ano 2000 o projeto possibilitará um saldo total de 5,579 bilhões de dólares o que equivale à uma média anual de 1,115 bilhão anual. É evidente que esse saldo é menor que a metade do juro que país pagará pelos empréstimos internacionais que contraiu para alavancar o projeto. Isso

sem a incorporação do pagamento do principal da dívida e os juros eventualmente não pagos.

Então, qual é a explicação para esse acordo?

Esses são os mecanismos do comércio exterior e de endividamento externo para poder aumentar as exportações para pagar a dívida. Essa, é a lógica básica da etapa monopolista do capitalismo internacional, ou seja, o país, para pagar a dívida, deve exportar seus recursos naturais, e, para que possa explorar estes recursos para exportar, tem que fazer novas dívidas, que por sua vez servirão para pressionarem os preços dos recursos naturais para baixo, garantindo assim para os países industrializados capitalistas o suprimento estratégico de matérias-primas para o futuro.

É essa a consequência da implantação da política do **"exportar é o que importa"**. É essa a consequência concreta do ponto de vista econômico, dos acordos militares com os Estados Unidos. É, essa a consequência da estratégia do **"desenvolvimento com segurança"** dos governos militares para internacionalizar os recursos naturais da Amazônia, sem necessariamente, terem que aceitar a internacionalização territorial, geográfica, portanto, da Amazônia.

O melhor exemplo deste fato é o que ocorreu com o manganês da Serra do Navio, que está hoje estocado no deserto de Nevada, nos Estados Unidos. Na Serra do Navio, no Amapá, só restou a cava de onde o minério foi extraído.

Aliás, desde 1982, o governo vem pressionando no sentido da transferência das jazidas de Carajás para as multinacionais, e agora, propõe a privatização da CVRD. O preço comentado fica entre 10 e 12 bilhões de dólares, igual, portanto à avaliação do patrimônio da estatal, não fazendo parte da avaliação, as reservas minerais. Comenta-se que estas estão avaliadas em 3,7 trilhões de dólares. É possível que acabem "de graça" nas mãos dos grupos econômicos que venham assumir o controle da empresa, completando assim, a corrida pelo subsolo ou, o processo de internacionalização da economia brasileira.

Os Garimpeiros e a luta contra as empresas de mineração

A Amazônia detém hoje a maioria das áreas garimpeiras do país, e elas são sobretudo de ouro e diamante. A população garimpeira do Brasil é estimada em mais de 300.000 pessoas, sendo que 80% desse total está na Amazônia. As principais regiões garimpeiras na Amazônia são:

- Chuinó, Cotinjo, Maú, Santa Rosa e Tepequém em Roraima
- exploração de ouro e diamante;
- Lourenço no Amapá - garimpo de ouro;
- Macacos e Montes Áureos na divisa MA/PA; Tapajós, Cumaru e Serra Pelada são as áreas de extração do ouro, no estado do Pará;
- Parauari, Amana e Médio Madeira são áreas de exploração do ouro no Amazonas.
- Alta Floresta, Peixoto de Azevedo, Poconé, Poxoreo, Torixoreo, Alto Paraguai e Juína correspondem a áreas de exploração do ouro e do diamante.

Essas regiões garimpeiras são oficialmente responsáveis por 25% da produção de ouro. Entretanto, estima-se que, em função do ouro desviado do controle oficial, esta participação chega a 85% do total nacional.

Contraditoriamente, os garimpeiros representam de certa maneira, o modo individual de exploração na mineração, antagônico, portanto, em relação às empresas do setor. Assim, o maior problema enfrentado pela população garimpeira da Amazônia é a pressão exercida pelas empresas de mineração para que elas assumam a exclusividade da exploração mecanizada do ouro e do diamante. O **quadro 4** mostra essa ação.

Essa substituição tem sido conflituosa. Os conflitos em Serra Pelada têm sido frequentes, levando os garimpeiros a se organizarem, formando cooperativas. Embora o Major Curió tenha sido eleito deputado federal pelo estado do Pará, com votação massiva em Serra Pelada, é constante a violência física das forças de segurança das mineradoras, ajudadas pela polícia militar, na expulsão dos garimpeiros.

QUADRO N° 4
Áreas reservadas ao garimpo de ouro e empresas de mineração com projetos de exploração do ouro na região

UF	Áreas Reservadas ao garimpo de ouro	Empresas com projetos em operação na área ou no Estado	Empresas com projetos programados na área ou no Estado
PA.....	Serra Pelada..... Tapajós Cumaru	Andrade Gutierrez Mineração Gradaús Oca Mineração Brasinor	Andrade Gutierrez Min. Ouro Norte Parapanema Min. Rodoférrea Propará Brasinor CPRM
MT	Peixoto de Azevedo Cabeças Zé Vermelho	Thomin Brasminas Min. Porto Estrela	Engemil Eluma Mineração Metamat Thomin
RO	Rio Madeira I Rio Madeira II	Min. Brumadinho	CR Almeida
RR	Tepequém	Codesaima	Codesaima

Fonte: CONAGE, 1984:21

O norte de Mato Grosso é uma das regiões garimpeiras que conheceu e continua conhecendo verdadeiros massacres contra os garimpeiros. Um dos exemplos desta violência está "acobertada" nos projetos de colonização da INDECO, do Sr. Ariosto da Riva. José Renato SCHAEFER, em livro publicado conta passagens dessa violência marcada pelo signo do sangue e pelo sadismo bárbaro, registrado pela CPT de Mato Grosso:

"... a CPT, ouvindo demoradamente colonos e garimpeiros da área e também garimpeiros expulsos pela polícia e jagunços de Ariosto da Riva, presidente da Indeco, colheu os seguintes dados: os colonos nada têm contra os garimpeiros, pois na área onde moram não existe garimpo. A garimpagem estava sendo feita em área não colonizada. Inclusive alguns colonos sofreram ameaças e repressões por terem acolhido garimpeiros corridos e espancados pela polícia e jagunços. Desmentem também que garimpeiros tenham faltado com o respeito as famílias dos colonos.

Grande parte dos garimpeiros expulsos de Paranaíta está no garimpo do Peixoto, situado na rodovia Cuiabá-Santarém, BR-163. Inúmeros deles foram ouvidos. Eis aqui, em resumo, o que passou: receberam um aviso para desocuparem a área por etapas. Isto é, aproximadamente 30 pessoas por vez. Na medida em que saíam da mata, eram apanhados por um grande número de jagunços e alguns policiais fardados. Eram obrigados a entregarem todo o ouro que possuíam ao delegado de polícia de Sinop, José César Conte, e entrarem na fila; os documentos pessoais eram queimados

sob o pretexto de que documentos do Maranhão e outros estados não valem no Mato Grosso; em seguida eram obrigados a se despirem e deitarem de bruços. Os que não obedeciam, apanhavam ou morriam ali mesmo. Qualquer movimento bastava para levar uma rajada. Quase todos os garimpeiros (cerca de 3.500) foram torturados pelos bandidos. Em alguns introduziam o cano do mosquetão ou outros objetos no anus, outros eram pendurados pelos pés (muitos até morreram), outros eram obrigados a manterem relações sexuais com os próprios companheiros. As mulheres eram violentadas na presença dos maridos pelos policiais e jagunços. Chegou-se ao ponto de colocar gasolina na vagina e em seguida atear fogo. Davam coices de mosquetão nas mulheres grávidas. Dificilmente alguém escapou sem ser espancado. Depois da carnificina eram carregados numa tombeira. O embarque procedia da seguinte maneira: um dos companheiros, que havia sido surrado até sair sangue e cujas costas foram esfregadas com sal, era colocado diante da tombeira. Este obrigatoriamente tinha que ser usado como degrau pelos demais companheiros, pulando-se com os dois pés em cima dele para o embarque. Em seguida eram despejados na beira do rio Teles Pires, na travessia da balsa da Indeco.

Calcula-se em 300 o número de mortos conforme depoimento dos garimpeiros. Quem caminha naquelas matas não raro encontra cadáveres já praticamente decompostos. E diga-se que no mês de novembro um grupo de garimpeiros encontrou 18 cadáveres amontoados, mortos recentemente. Isto significa que a matança naquela região ainda não chegou ao fim." (SCHAEFER, 1985:150/1)

Quando tratarmos da ocupação do norte de Mato Grosso e particularmente, da colonização promovida em Alta Floresta, Paranaíta e Apiácas, voltaremos à essa violência.

A Expropriação dos Recursos Florestais

A expropriação dos recursos florestais insere-se em outra corrida na Amazônia, a corrida pelo solo. Esta por sua vez, também está presente na expropriação nos projetos agropecuários e de colonização.

O processo de exploração das florestas da Amazônia vem de longo tempo. Serrarias têm acompanhado a ocupação das diferentes frentes de penetração na região.

Entretanto, este fato ganhou dimensão de projeto nacional com o II PND, quando foi planejada para a Amazônia a chamada "política de desenvolvimento dos recursos florestais", com ênfase na "exploração racional da madeira das florestas de terra firme", o "decantado" sistema de **floresta de rendimento**. Segundo o professor Orlando VALVERDE, em seu livro "O Problema Florestal da Amazônia Brasileira", esta tese foi apresentada em

1972 - em pleno "milagre brasileiro" - pela Diretora do Departamento de Recursos Naturais da SUDAM, Clara PANDOLFO, e serviu de base para o II PND. (VALVERDE, 1980: 18).

Segundo a "tese PANDOLFO", poderiam ser implantadas na Amazônia doze "**florestas regionais de rendimento**", conforme relação presente no **quadro nº 5**.

Estas florestas, no total, somariam uma superfície total de 39 milhões de hectares ou 390.000 km². Uma superfície, portanto, superior àquela ocupada pelo estado do Piauí, para não dizer maior do que a Noruega, Finlândia, Itália, etc.

Ainda segundo VALVERDE, que tem sido um verdadeiro "soldado civil" na defesa da Amazônia, apontava o relatório PANDOLFO a possibilidade de exploração de um volume médio de madeira comercial da ordem de 178m³ por hectare, quase o dobro, portanto, do rendimento obtido nas florestas de várzea que estariam na casa dos 90m³ por hectare.

QUADRO Nº 5
Áreas prioritárias para exploração florestal, segundo C. Pandolfo

Floresta Regional de Rendimento (nº)	Localização		.Área
	Estado	Municípios	(em 1.000)
1.....	Acre.....	Sena Madureira, Feijó e Tarauacá.....	6.292
2.....	Amazonas.....	Fonte Boa, São Paulo, Olivença e Benjamin Constant.....	6.727
3.....		Coari, Tefé, Eirunepé e Lábrea.....	8.785
4.....		Humaitá e Manicoré.....	5.189
5	Pará.....	Prainha, Pto. de Moz e Altamira.....	619
6.....		Oriximiná e Faro.....	1.773
7.....	Amapá.....	Amapá, Macapá, Oiapoque e Calçoene.....	1.538
8.....	Pará.....	Portel.....	1.193
9.....		Itaituba.....	2.197
10.....		Paragominas.....	1.565
11.....	Maranhão.....	Pindaré-Mirim.....	726
12.....	Pará.....	S. Félix do Xingu.....	2.649

(VALVERDE, 1980: 19)

Todo o processo de exploração seria financiado pelo governo federal, através de sua política de incentivos fiscais, que também arcaria com as obras de infra-estrutura viária e de navegação, de modo a permitir acesso

e escoamento da madeira dessas **"doze florestas de rendimento"**.

Essas verdadeiras "capitanias hereditárias" seriam entregues às grandes empresas nacionais e estrangeiras. Com isso, segundo PANDOLFO e o II PND, fração significativa da Amazônia seria alienada, em nome do "desenvolvimento", aos interesses do capital nacional/ internacional (quer dizer, multinacional), sem que ao menos os brasileiros da própria região soubessem.

O Plano PANDOLFO, tem sido combatido no Brasil e no exterior. VALVERDE e a CNDDA - Comissão Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia - não têm se calado frente a ele. Este é um plano que as vezes, os órgãos do governo procuram ressuscitar.

Aliás, o próprio VALVERDE aponta o trabalho de MEGGERS e EVANS, onde aparece a relação entre a localização dos grupos linguísticos indígenas no Brasil e os chamados refúgios florestados da América do Sul.

A distribuição das reservas indígenas mostra claramente que em nome do "progresso, desenvolvimento e segurança", as nações indígenas são colocadas, quando o são, em reservas "escolhidas a dedo", nas piores áreas da Amazônia. O melhor exemplo disto é a nação Nambikwara que vivia nas florestas do Vale do Guaporé, no Mato Grosso, mas teve sua reserva demarcada nos cerrados de solos pobres da Chapada dos Paresi.

A exploração da floresta amazônica, como já dissemos, vem sendo feita há muito tempo. E o capital estrangeiro, como se sabe, tem feito parte desta exploração expropriativa.

A produção madeireira e o capital estrangeiro

A produção de madeiras em metros cúbicos no período de 1975 a 1992, aumentou em cerca de 88%, passando de 28.156.819m³ em 1975, para 53.067.737m³ em 1992. Neste mesmo período, a participação da Amazônia Legal passou de 8.061.104m³ para 41.598.485m³, o que significou um aumento de 416%. O estado de Mato Grosso por sua vez, no período de 1980 a 1992 conheceu um crescimento da exploração madeireira de 467%. No **quadro nº 6** está os dados referentes aos anos desse período.

A participação da Amazônia no total da produção nacional de

madeira nativa tem aumentado sensivelmente, passando de 28,6% em 1975 para 78,4% em 1992, ultrapassando, pois, a metade da produção nacional.

Este aumento da produção tem trazido consequências sérias, que vão desde o desmatamento sem controle, até o não cumprimento da legislação florestal, que começa pelos próprios técnicos do IBAMA, que "não veem" a derrubada massiva de árvores. A legislação prevê para a Amazônia a necessidade da preservação de 50% das matas.

O capital estrangeiro, no que se refere ao setor madeireiro e florestal em geral, já se faz presente de algum tempo para cá, pois foi através da compra de empresas nacionais que o setor estrangeiro foi estendendo seus tentáculos na Amazônia.

Quadro nº 6 **Produção de Madeira Nativa - Mil M3**

ANO	BRASIL-total	Amazônia	%	Mato Grosso
1975	28.156	8.061	28,6	1.304 (*)
1980	36.211	14.487	40,0	460
1981	35.595	14.758	41,5	510
1982	36.983	16.284	44,0	610
1983	38.618	17.950	46,5	870
1984	39.924	19.590	49,4	951
1985	42.884	22.320	52,0	1.104
1986	44.670	25.136	56,3	1.527
1987	45.744	27.097	59,2	1.399
1988	52.850	34.945	66,1	1.900
1989	65.850	52.146	79,2	1.660
1990	97.515	83.679	85,8	1.899
1991	46.232	34.562	74,8	2.875
1992	53.068	41.598	78,4	2.608

(*) Inclui o Mato Grosso do Sul

Fonte: IBGE

As áreas de concentração da atividade madeireira estão sobretudo em Rondônia, onde opera forte setor de laminados, em Cuiabá (MT), em Manaus (AM) e particularmente no Pará, mais precisamente na foz do rio Amazonas.

Segundo GARRIDO FILHA, na Amazônia localizam-se os seguintes grupos multinacionais:

1)- Eidai do Brasil Madeiras S/A e a Maracacuera Florestal S/A com sede em Belém-PA; são de propriedade da EIDAI Co. Ltd., que é a maior fabricante de

madeiras compensadas no Japão.

2)- Brumasa-Bruynzeel Madeiras S/A - localizada em Macapá-PA, pertence à BRUYNZEEL NV, empresa holandesa com filiais em vários países e especializada em materiais de construção que atua na Amazônia com participação da ICOMI, e conseqüentemente da Bethlehem Steel Co.

3)- Superfine Madeiras S/A de Macapá-AP, pertence à TOYO MENKA, empresa japonesa que opera no setor da indústria têxtil.

4)- Cia. Amazônia Madeiras e Laminados, localizada em portela, e Madeiras Gerais S/A - MAGESA - localizada em Breves-PA, ambas de propriedade da GEORGIA PACIFIC Co., empresa de nacionalidade norte-americana que possui cerca de 400.000ha de terras, exploradas no município paraense de Breves e Almerim; ao que se sabe, é uma das maiores produtoras de madeiras compensadas do mundo.

5)- Jari Florestal e Agropecuária Ltda. com sede em Almerim-PA, opera no setor madeireiro e pertence à UNIVERSE TANKSHIPS INC. através da Entrerios Comércio e Administração Ltda., de Daniel Ludwig, que através do Projeto Jari desmatou uma área da Amazônia para reflorestá-la numa extensão projetada de 200.000 ha.

6)- Amazonas Timber Ltd., localizada em Manaus-AM e pertencente ao grupo econômico alemão ocidental Hans & Johannes.

7)- Atlantic Veneer de Mato Grosso S/A Indústria de Madeiras, localizada em Cuiabá-MT e de propriedade da Atlantic Veneer Co. dos Estados Unidos.

8)- Banakoba Ltda., em Belém-PA, pertence à Caribbean das Bahamas.

9)- Lawton Madeiras da Amazônia Ltda., opera no Pará e é de propriedade da Lawton Lumber Co. Inc.

10)- Madeiras Asturgal, localizada em Mauná-PA, de Elena Murillo Padila, da Costa Rica.

11)- Madeiras Gerais S/A- MAGESA, localizada em Breves-PA e em Macapá-AP e pertencente à DET OSTASIASTIKE KOMPAGNIE A.S. da Dinamarca,

12)- Tinove S/A Indústria e Comércio de Madeiras em Manaus-AM, que pertence à STARKO da Suíça

(GARRIDO FILHA, 1980: 50/52/57)

Dentre todos os empreendimentos na área florestal, destaca-se o **Projeto Jari**, implantado pelo multimilionário norte-americano Daniel Keith LUDWIG. Até o início dos anos 80, detinha o controle direto do projeto através da empresa Entrerios Comércio e Administração Ltda., que era, por sua vez, controlada pela UNIVERSE TANKSHIPS INC. (empresa com sede na Monróvia-Libéria, na África). Este projeto está implantado na foz do rio Amazonas, parte no município de Almerim-PA e parte no município de Marzagão-AP, e tem como sede Vila de Monte Dourado.

LUDWIG esteve entre os estrangeiros envolvidos no "escândalo sobre a venda de terras a estrangeiros", apurado pela CPI da Câmara Federal e constante do Relatório VELLOSO. Entretanto, obteve toda a proteção necessária dos governos militares pós-64, pois foi "visitado" pelo

General Médici em 1973 e pelo General Geisel em 1976, além de ter recebido frequentes visitas de ministros de Estado.

Estudiosos do Projeto Jari, PINTO, GARRIDO FILHA, SAUTCHUK et alli, em seus livros sobre o projeto, apontavam que a área ocupada pelo projeto variava de 1.632.000ha (INCRA 1977), para 3.654.421ha (SUDAM 1969). Embora o Jari, até então, só tivesse conseguido regularizar perante a lei 372 mil hectares. Oficialmente, quando da “nacionalização” do projeto, no início da década de 80, o governo atendendo exigência expressa dos novos proprietários, reconheceu que o Projeto Jari tinha a propriedade de 4.601.056 ha (Jari Florestal e Agropecuária Ltda. 2.918.829ha em Almerim-PA e Cia Florestal Monte Dourado 1.682.227ha em Almerim-PA e Marzagão-AP).

Essas terras "santificadas" pelos governos militares para o Projeto Jari (equivalente a 46.010,5 km²) tornaram-no certamente o maior latifúndio da história da humanidade. Uma propriedade privada maior que aquela ocupada por nove estados norte-americanos (New Hampshire, Vermont, Massachusetts, Rhode Island, Connecticut, New Jersey, Delaware, Maryland e Hawai); maior que muitos países tais como: Dinamarca, Suíça, Bélgica, Países Baixos, Albânia, El Salvador, Haiti, Israel e etc.; maior que a soma da área ocupada por mais de 2 milhões de propriedades rurais no Brasil; e é maior também, que a área ocupada pelos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Alagoas e Sergipe.

Em 1981, sob o pretexto de que o governo brasileiro (do General Figueiredo) não autorizava a construção de uma grande usina hidroelétrica particular em suas terras, Mr. Ludwig, resolveu "abandonar" o Projeto Jari nas mãos do governo brasileiro. O governo militar do General Figueiredo tomou a decisão de assumir as dívidas e repassar o projeto para um grupo de empresários brasileiros liderados pelo Sr. Augusto Trajano de Azevedo Antunes - tradicional sócio das multinacionais que operam no setor da mineração. Este empresário brasileiro possui empresas associadas à BETHLEHEM STEEL, HANNA, SCOTT PAPER, NIPPON STEEL, SKF, BRUYNZEL, entre outros grupos internacionais, e como já era sócio também de Mr. Ludwig no projeto da AMCEL através da ICOMI, foi, **coincidentemente**, convidado para dirigir o projeto. Entre os demais

convidados pelo Ministro Antônio Delfim Netto para o "banquete do Jari" estavam o Bradesco, Itaú, Unibanco, Banco Nacional, Bamerindus, Banco Mercantil de São Paulo, Banco de Crédito Nacional, Atlântica-Boa Vista, Sul-América, Andrade Gutierrez, Camargo Correia, Construtora Norberto Odebrecht, Constran, Vilares, Monteiro Aranha, Eluma, Ometto, João Fortes, Gomes de Almeida Fernandes, Mendes Júnior e Ipiranga.

Esses empresários passaram a formar a Companhia do Jari, empresa que passou a controlar o Projeto Jari. No final de tudo, ainda houve brasileiros que afirmaram, através dos meios de comunicação, que "Mr. Ludwig perdeu dinheiro no Projeto Jari". Na realidade, o Projeto Jari não foi "nacionalizado" como muitos disseram e acreditaram. A Companhia do Jari tornou-se uma nova multinacional. Foi mais um passo na estratégia militar do "desenvolvimento com segurança", multinacionalizando a economia brasileira através de um ato aparentemente nacionalista.

A Expropriação nos Projetos Agropecuários

O processo de implantação/expansão dos projetos agropecuários na Amazônia fazia parte das conclusões obtidas após o chamamento do governo militar de Castelo Branco aos grupos econômicos nacionais/internacionais e que se consubstanciou na "Operação Amazônia". A transformação da SPVEA em SUDAM fez parte deste processo. A definição da política de incentivos fiscais foi a "pílula dourada", atrás da qual, grandes grupos econômicos, sobretudo do Centro-Sul, correram.

Assim, a implantação dos projetos agropecuários na Amazônia tem também que ser entendida como uma das estratégias dos governos militares, no sentido de patrocinarem o acesso à terra na região, pelos grandes grupos econômicos.

Este processo de acesso à terra, conforme demonstramos através do Relatório VELLOSO, sempre esteve atravessado por grilagens, emissões de títulos duvidosos, falsos, como se tudo fosse uma "história de faz de conta". Conseqüentemente, na origem, a grande maioria desses títulos é falsa na emissão, pois nunca se informou os órgãos competentes de que

nessas terras havia índios ou posseiros. O processo de ocupação vai, portanto, estar marcado pelo confronto entre estes personagens na luta pela demarcação de seus territórios.

Muitas foram as promessas feitas pelos pecuaristas da Amazônia (que se organizaram na "Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia", hoje apenas "Associação dos Empresários da Amazônia"), dentre elas aquela de que, com os projetos agropecuários, Belém seria transformada no maior porto exportador de carne do mundo, superando, pois Chicago - EUA.

Esses empresários investiram nesta empreitada da ocupação da Amazônia pela pata do boi. O resultado atualmente, é no mínimo melancólico. Pois, o rastro deixado por este processo foi quase sempre marcado pelo sangue. Sangue derramado das nações indígenas e dos posseiros. Sangue derramado dos peões, no trabalho de "abertura da mata".

Este processo foi e continua sendo marcado, pois, pela violência e pela morte. A fundação e organização da União Democrática Ruralista (UDR) é parte significativa no presente, desta chacina patrocinada pelos governos militares, e depois pelo governo "civil" da "Nova República".

Os projetos agropecuários no início da SUDAM

Os paulistas, como são chamados estes empresários na Amazônia, começaram a chegar à região no final da década de 50 e começo da década de 60, e, principalmente, após o chamamento do governo militar de Castelo Branco. Os primeiros projetos agropecuários aprovados pela SUDAM datam de 1966, e entre eles destacam-se os projetos da: Cia. de Desenvolvimento Sul do Pará - CODESPAR, localizada em Barreira do Campo, no município de Santana do Araguaia (PA); Cia. Agropastoril do Araguaia (Fazenda Santa Fé), também localizada no mesmo município de Santana do Araguaia; Cia. Agropecuária Nazareth, em Conceição do Araguaia (PA); Agropecuária Suiá-Missu S/A, localizada no antigo distrito de São Félix, município de Barra do Garça (MT), hoje município de São Félix do Araguaia (MT).

Em 1967, foram aprovados para implantação, os projetos da:

Arrossensal Agropecuária e Industrial S/A, em Nortelândia (MT); Mutum Agropecuária S/A, em Diamantino; Cia. do Desenvolvimento do Araguaia - CODEARA, no município de Luciara (MT), hoje parte pertencente ao município de Santa Terezinha (MT) e etc., entre tantos outros.

Quem eram essas empresas, quem eram estes senhores "paulistas", que chegaram antes e depois, com o apoio do governo militar para botarem o boi nas terras dos posseiros, das nações indígenas da Amazônia?

Esta é uma pergunta que precisa começar a ser respondida, para que não fiquemos com a impressão de que foram apenas os grandes investidores estrangeiros que "aplicaram" na Amazônia.

A CODESPAR -- Cia. Desenvolvimento Sul do Pará

Em primeiro lugar, a CODESPAR foi adquirida em 1964 pelo grupo Lunardelli, que desenvolveu na região outras fazendas: Fazenda Acapu S/A e Agropecuária Bacuri S/A. Estes empreendimentos eram administrados pela EMBRACO - Empresa Brasileira de Colonização e Administração S/A (AMAZÔNIA nº 25, 1977: 25). Este grupo está hoje presente também no sul do Pará, em Santana do Araguaia, no distrito de Campo Alegre, como participante do Frigorífico Atlas S/A, um verdadeiro empreendimento multinacional, do qual participavam:

- Atlas (República Federal Alemã) = 29%
- Volkswagem (República Federal Alemã) 20%
- Plambeck (República Federal Alemã) 5%
- Rio Dourado (Brasil) = 17%
- Supergasbras (Brasil) = 16,5%
- Bradesco (Brasil) 5%
- Lion (Brasil) = 2,5%
- BCN (Brasil) = 2,5%
- G. Lunardelli S/A Pecuária e Agricultura (Brasil) 2,5%

(Fonte: Atlas Financeiro do Brasil - 1ª Edição 1981)

Este projeto foi possível de ser implantado porque a Volkswagen também implantou projeto agropecuário nessa região do sul do

Pará: a Cia. Vale do Rio Cristalino - Agropecuária, Comércio e Indústria, com área de 140.000 hectares, vendido alguns anos atrás.

Pois bem, este grupo paulista esteve envolvido em questões de títulos de terras "falsificados", conforme retratou Lúcio Flávio PINTO:

"Aberto o precedente pelo Governo Federal, os governos estaduais sentiram-se apoiados nas tentativas já feitas ou a realizar para a regularização de imóveis com titulação viciada. A lei que criou o Instituto de Terra do Pará (ITERPA), em 1975, permitia a recompra de áreas com titulação irregular. Como a lei era ampla e ambígua (ao contrário da 005, que estende os benefícios apenas às transcrições feitas irregularmente nos cartórios), referindo-se vagamente a 'irregularidades anteriores a 15 de junho de 1964', ela permitia que imóveis com títulos anulados anteriormente pelo próprio Governo paraense, por terem sido falsificados, pudessem vir a ser 'recomprados', apesar da declaração oficial sobre a plena nulidade da titulação.

Com essas facilidades legais, o empresário Jeremias Lunardelli, que se diz proprietário de várias áreas no Pará, fez uma hábil manobra para conseguir a legitimação de uma área de 8.772 hectares no município de Conceição do Araguaia, de terras extremamente valorizadas. Em fins de 1975, quando a Secretaria de Agricultura processava a venda dessas terras a Alimênio Mariano da Silva e Miriam Moema Rodrigues Domiciano, ele protestou contra a transação declarando-se legítimo proprietário das duas glebas, mas sem apresentar os títulos de propriedade durante os três meses em que o processo ficou parado devido ao protesto. Nesse período foi criado o ITERPA, novo responsável pelas questões fundiárias do Estado, e, sem examinar a documentação de Lunardelli, o órgão admitiu que ele pudesse recomprar a terra que dizia ser sua.

Já com o ITERPA comandando o processo Lunardelli reconheceu que seus títulos de propriedade eram irregulares, mas explicou que só constatara as irregularidades depois de adquirir a área e ocupá-la. O empresário queria beneficiar-se do artigo 88 da Lei do ITERPA, que permite aos possuidores de títulos anulados requererem a compra das mesmas áreas em condições especiais. Os títulos de Lunardelli, contudo, não eram nulos devido a uma expedição irregular, mas simplesmente porque o Governo jamais vendera a ele os lotes e não expedira o título, que fora 'fabricado'." (PINTO, 1980:20/1)

MUTUM, ARROSSENSAL E NAZARETH

Outros grupos e empresários paulistas entraram na região: Herbert Levy e José Aparecido Ribeirão através da Mutum Agropecuária, e Camargo Corrêa através da Arrossensal. João Lanari do Val foi outro empresário a implantar projeto agropecuário na Amazônia, através da Companhia Agropecuária Nazareth, na região de Araguaia no sul do Pará. As terras, como se sabe, eram área de perambulação dos Kaiapó, da aldeia de Gorotiri:

"Durante a incursão na floresta, os integrantes da expedição temiam o possível aparecimento de indígenas. E realmente, enquanto faziam os trabalhos de observação, toparam **com um** grupo de dez nativos, da aldeia de Gorotiri. 'Mas minha primeira impressão -- recorda ele - foi de que os índios ficaram com mais medo de nós do que nós deles.' E não houve qualquer problema, pois, as mulheres desse grupo indígena falavam português, o que facilitou sobremaneira os entendimentos. Elas haviam passado pelas missões religiosas de Conceição do Araguaia e algumas sabiam até escrever. Mais tarde, Lanari do Val ficou sabendo que todas as índias nascidas nessa tribo iam para a missão e só voltavam para a aldeia na puberdade, para casar e procriar.

Assim, o primeiro contato com os indígenas foi amistoso, e só mais tarde ele chegou a ter um problema, quando um grupo de nativos prendeu alguns de seus agrimensores. Após conversações que Lanari manteve com o próprio cacique da tribo e o chefe do então SPI - Serviço de Proteção ao Índio, o problema foi resolvido."

(AMAZÔNIA N." 21, 1976:8)

A Comunidade do Divino Pai Eterno e a MANAH

Localizada no povoado de Barreira do Campo, no município de Santana do Araguaia (PA), esta a "Comunidade do Divino Pai Eterno", um grupo de posseiros que passou a ficar "ilhado" no meio das terras que diziam ser de propriedade da MANAH S/A, Fazenda Suçupara - com 65.000ha aproximadamente de área. (CARVALHO, 1980: 13)

Mesmo pressionados pelos jagunços e pistoleiros da Fazenda, e pela própria polícia, acabaram resistindo:

"Mais tarde, preparamo-nos para ir à roça, três quilômetros mata adentro. E era como se estivéssemos nos preparando para uma guerra. Os homens, todos com suas espingardas de caça, os cartuchos no bolso. Um ou outro com um rifle de repetição. Junto, no mesmo ombro, a foice ou o machado.

- Nossas roças são feitas de mutirão, junto com todo mundo. E quando nós vamos, ficam as mulheres e as crianças aqui, mas sempre ficam também alguns homens tomando conta, armados. Nós vamos sempre em grupo grande, de muitos homens, porque senão é perigoso. Quando nós estávamos roçando eles nos assombraram demais, querendo impedir nós de roçar. Então, enquanto uns trabalhava, sempre ficavam três homens em cada cabeceira do eito, sem fazer serviço nenhum, mas trabalhando mais do que qualquer outro, porque estavam guardando a vida dos outros.

Para chegar ao roçado há várias trilhas que os posseiros usam alternadamente, sem nenhuma ordem, para dificultar a ação dos pistoleiros. Mas, mesmo assim, enquanto caminhamos todos prestam muita atenção em qualquer movimento na mata.

- Ali mesmo, conta João Cearense, bem onde tem aquele pé de pau alto, anteontem me atocaiaram. É um erro andar sozinho, mas o lugar é perto, daqui até as casas não dá nem trezentos metros, por isso eu vim. Aí o tiro comeu, arrancando uma folharama pertinho de mim. Me lancei no chão depressa, bem ali, me aprumei, aponte a vinte e meti fogo no rumo de onde tinha vindo o tiro. Dei fogo médio desses

de pegar, e o chumbo velho saiu arrancando o mato e decerto uns bagos acertaram, porque um deu um grito e correram, eu vi que eram dois homens. Aí eu peguei o facão e corri atrás, gritando: aqui tem homem, seus safados, f. da p., te pego na unha! Mas eles meteram o pé no verde mesmo." (CARVALHO, 1980:12)

Lutaram por pouco mais de 800 ha de terra, resistiram à bala aos ataques dos pistoleiros, e conseguiram a terra para continuarem a fazer progredir esta comunidade de mais de 60 pessoas.

A multiplicação dos conflitos

O processo de ocupação pelo boi na Amazônia, como se procurou mostrar com vários exemplos, decorreu da forma pela qual os projetos agropecuários foram implantados, particularmente no período em que mais violentamente o regime militar governou o país.

Naquele período, as empresas, para poderem aplicar o incentivo fiscal, passaram a adquirir títulos de propriedade de terras, que obedeciam à lógica da "grilagem legalizada". Ou seja, um "procurador" obtinha-os através de procurações passadas por pessoas que, às vezes, nem sabiam o que estavam assinando ou, então, até recebiam certa quantia em dinheiro para assinarem; e, mesmo em época de eleição, aproveitava para oferecer títulos de terras para quem votasse nos "candidatos do governo". De posse desta procuração, o "procurador" dava entrada no órgão governamental competente e obtinha em nome de terceiros, os títulos de propriedade de terras devolutas. Como se sabe, anexava ao processo duas declarações sabidamente falsas: uma, de que nas terras solicitadas não havia índios, e outra, de que não havia posseiros. Com os títulos em mãos, diga-se de passagem, com todo o "falso levantamento de divisas" feito por profissionais habilitados (engenheiros civis, arquitetos, agrimensores, etc.), passava a oferecê-los aos grupos econômicos do Centro-Sul do país, isto quando não foram estes mesmos grupos que executaram o processo de grilagem sobre essas terras e obtiveram os títulos por esse caminho. Nesse aspecto, o caso da CIVA é exemplar.

Quando da chegada para a implantação desses projetos, a terra estava ocupada por índios ou posseiros. Aí está a origem dos conflitos

pela terra na Amazônia. Estes grupos econômicos passaram a contratar jagunços e pistoleiros para expulsá-los, no caso dos posseiros, e contra os índios os genocídios passaram a ser registrados. Como o caso internacionalmente conhecido do "massacre do paralelo 11", quando um grupo de pistoleiros fortemente armados chacinaram toda uma aldeia dos Cinta-Larga. Ou quando, através do fornecimento de açúcar envenenado, mataram índios "Beíço-de-Pau", do rio Arinos, e Rikbaktsa, do rio do Sangue.

Também os peões sofreram a violência do processo de implantação desses projetos agropecuários na Amazônia. Os "peões" são os trabalhadores contratados, pelos empreiteiros de mão-de-obra ou pelos "gatos", para realizarem o trabalho de desmatamento.

Esta alternativa foi apontada pelo próprio Lunardelli, um dos empresários que têm o projeto agropecuário no sul do Pará - CODESPAR - como sendo a única forma possível de se conseguirem trabalhadores:

"Um dos primeiros: onde encontrar pessoal disposto ao trabalho de desmate? Tivemos que apelar para os *gatos*, que periodicamente iam até Goiás buscar machadeiros e os levavam para a fazenda. As dificuldades eram enormes porque o trabalhador era instável e quase nunca ficava muito tempo na fazenda. Muitas vezes, para conseguirmos novos machadeiros, tínhamos que pagar a pensão em que esses trabalhadores ficavam hospedados em Goiás, além de um bom salário, naturalmente' - conta Lunardelli."

(AMAZÔNIA Nº 25, 1977:25)

Exemplos, como este, passaram a se multiplicar pela região e a peonagem passou a ser a relação de trabalho típica das agropecuárias na Amazônia, particularmente no que se refere ao trabalho de derrubada da mata, já que o plantio do capim em geral, se faz de avião. Esse tipo de relação de trabalho muitas vezes se utiliza da violência, uma vez que os "gatos" submetem os peões à condições desumanas de trabalho, além de lhes cobrarem desde a viagem até a comida por preços exorbitantes, de modo a prendê-los pela dívida. Murilo CARVALHO conta em seu livro "Sangue da Terra" uma passagem que ilustra essa violência:

"Décio Felipe esteve foragido uns tempos, em 1970, quando a Polícia Federal invadiu a Codeara para soltar cerca de 1.200 trabalhadores que estavam escravizados, sem poder sair da mata, morrendo de maleita, guardados por pistoleiros comandados por Décio. Segundo a própria polícia, dezenas de corpos foram encontrados, enterrados em covas rasas, trabalhadores que morreram de doenças ou foram mortos

por pistoleiros durante as derrubadas." (CARVALHO, 1980:68)

Ao lado da violência que sempre acompanha a peonagem, ou "escravidão branca", como alguns preferem chamar, a estrutura de trabalho nas empresas agropecuárias na região amazônica pode ser observada pelo esquema de funções e posições, bem como de formas de remuneração, fornecido pela Equipe Pastoral da Prelazia de São Félix do Araguaia, e presente no trabalho "*O peão entrou na roda, ô pião*", no quadro nº 7.

É, pois, neste contexto, onde índios, peões e posseiros têm sido perdedores, que o processo de organização desses setores tem recomeçado, visando a defender os interesses desses sujeitos sociais.

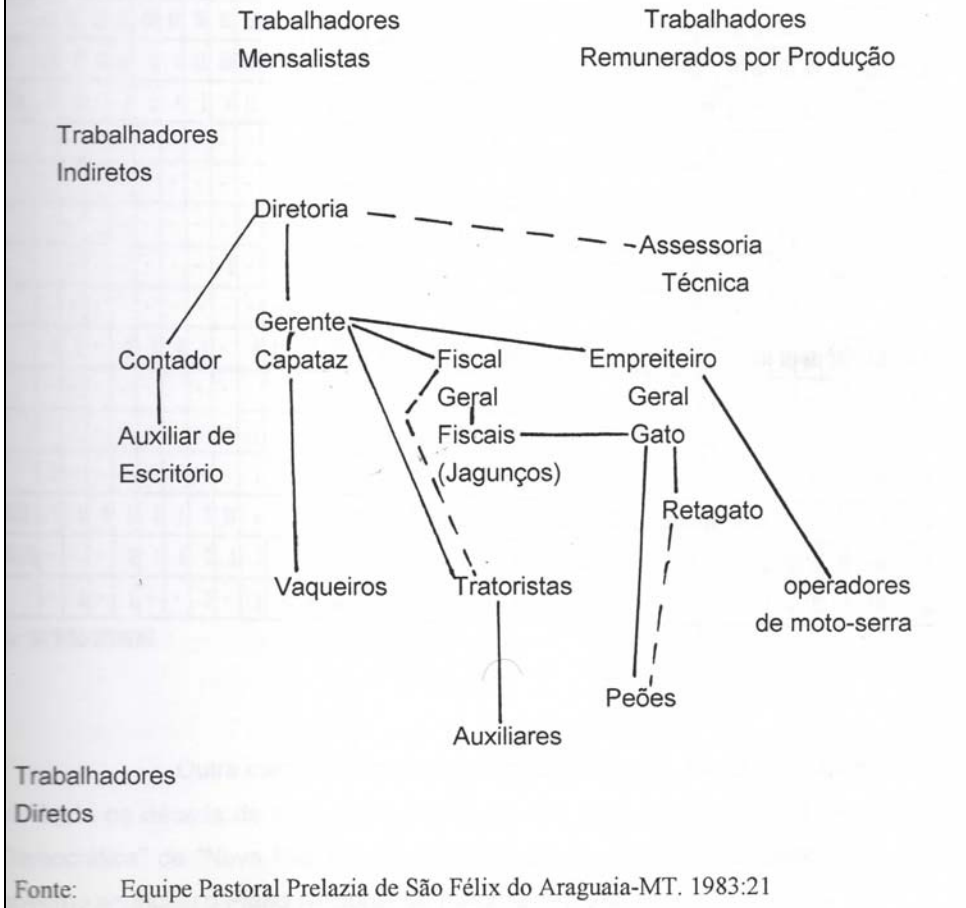
Assim, as nações indígenas fundaram a UNI - União das Nações Indígenas - visando a garantir um elo de unidade entre os povos na defesa intransigente de seus direitos. O CIMI - Conselho Indigenista Missionário - tem representado o apoio da Igreja da Teologia da Libertação aos povos indígenas. A CPT - Comissão Pastoral da Terra - é outro elo da Igreja da Caminhada, que, nascida dos conflitos na Amazônia, não tem poupado esforços na defesa dos posseiros e demais trabalhadores nas terras amazônicas.

Entretanto, o nível de organização e consciência foi aumentando entre os povos dessa região e, conseqüentemente, a violência foi crescendo e mudando qualitativamente.

Nos últimos trinta anos, mais de 2.050 trabalhadores foram assassinados no campo, conforme pode ser observado no **quadro 8**. Desse total, cerca de 52% dos assassinatos ocorreram na Amazônia, concentrando-se sobretudo no Pará, Maranhão, Mato Grosso e Goiás. O estado de Mato Grosso respondeu por cerca de 8% do total (162 mortes).

QUADRO Nº 7

Esquema de funções, posições e formas de remuneração numa empresa agropecuária da região amazônica



Quadro nº 8

BRASIL: MORTOS EM CONFLITOS NO CAMPO

1964 - 1995

	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	TOTAL	%
BRASIL	14	5	0	13	4	6	13	23	19	29	22	39	44	51	37	66	91	131	58	96	123	222	302	152	184	66	79	49	46	52	47	41	2.051	100,0
AMAZONIA	5	3	-	3	1	4	1	1	11	16	15	35	13	17	19	37	50	26	37	44	60	98	103	98	66	33	49	30	22	34	33	33	1.077	52,5
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	10	-	4	-	-	-	-	-	29	1,4
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	5	0,2
AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	1	1	1	1	3	5	-	2	-	-	-	-	-	17	0,8
RO	-	-	-	-	-	-	1	-	-	4	-	-	2	1	3	1	2	1	-	2	2	27	19	2	2	2	2	1	-	1	2	10	85	4,2
AM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	3	3	7	14	3	1	1	-	-	1	-	35	1,7
PA	4	3	-	3	1	4	1	-	3	14	10	5	9	6	6	15	34	15	20	30	29	59	93	35	20	12	20	14	13	19	12	14	523	25,5
TO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	1	2	1	1	5	-	2	16	0,8
MT	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	1	4	3	5	2	8	5	4	2	4	11	11	51	7	4	9	10	-	1	4	5	4	162	7,9
MA	1	-	-	-	-	-	-	1	2	-	26	1	4	9	11	0	3	14	9	17	22	8	12	7	6	8	13	7	5	8	3	205	10,0	
NORDESTE	9	1	0	6	2	1	7	21	6	3	1	1	8	9	7	15	10	66	14	32	36	29	47	24	27	12	10	10	14	9	6	5	464	22,6
C/SUDESTE	-	-	-	3	1	1	2	1	1	3	2	1	22	15	7	14	20	32	6	18	25	91	66	25	10	8	10	3	6	5	3	3	404	19,7
SUL	-	1	-	1	-	-	3	-	1	7	4	2	1	9	4	-	11	7	1	2	2	4	6	5	1	13	2	6	4	4	5	-	106	5,2

Fonte: CPT/MIRAD/CONTAG/MST

ORG.: OLIVEIRA, A.U.

Outra característica do **quadro 8**, é que ele revela o aumento da violência na década de 80 e, particularmente, nos anos do governo da "Aliança Democrática" da "Nova República". E isto aconteceu, justamente depois que o governo anunciou o Plano Nacional de Reforma Agrária

O **quadro 9** revela os conflitos de terra no Brasil, em 1995, e, como se pode ver, a Amazônia é responsável também por cerca de 30% desses conflitos. Pará, Maranhão, Mato Grosso e Goiás lideram as estatísticas. O Estado de Mato Grosso respondeu por 8% (33) do Brasil e 26% da Amazônia. Respondeu também pela maior extensão das terras envolvidas em conflitos, mais de 660 mil hectares, com mais de cinco mil famílias envolvidas.

Quadro nº 9
CONFLITOS PELA TERRA - 1995
Violência contra Posse e Propriedade

UF	Nº	Hectares conflitivos	Famílias envolvidas	Famílias vítimas de expulsão	Vítimas de despejo judicial	Vítimas de ameaça de despejo	Vítimas de ameaça de expulsão	Vítimas de destruição de casa	Vítimas de destruição de roça	Vítimas de destruição de pertences
BR	441	3.250.731	63.565	1.146	12..832	13.300	2.114	1.112	1.589	770
AZ	126	2.214.297	18.159	468	1.305	4.517	833	652	401	657
RR	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
AP	2	200.571	23	-	-	-	-	-	-	-
AC	4	22.400	200	1	-	-	-	1	-	1
RO	15	481.115	3.512	-	500	270	163	506	-	500
AM	5	450.000	72	-	-	-	72	-	-	-
PA	38	331.703	6.708	88	90	1.733	592	33	81	113
TO	9	19.248	314	-	63	16	-	63	-	30
MT	33	661.766	5.233	362	300	2.498	147	12	-	13
MA	20	47.494	2.097	17	352	-	4	47	320	-
NE	147	201.470	18.963	360	2.927	1.592	511	293	988	112
CSE	129	777.043	18.810	318	7.498	5.705	767	167	200	1
Sul	39	57.921	7.633	-	1.182	1.486	3	-	-	-

(*) Não há dados disponíveis
Fonte: CPT

AZ=Amazônia Legal

CSE=Centro-Sudeste

Neste quadro das estatísticas da violência na Amazônia, nem mesmo a Igreja tem ficado fora, pois, o número de assassinatos de padres tem aumentado na região. Entre eles, destaca-se o assassinato do padre João Bosco Penido Burnier, na delegacia de policia de Rio Bonito (MT), pelo soldado Ezy Ramalho Feitosa, da Policia Militar do estado do Mato Grosso, com uma bala "dundum" (proibida pela Convenção de Genebra) de seu revólver calibre 38.

Outro exemplo, ocorreu em 15 de julho de 1976, no mesmo ano do assassinato do padre João, em Rio Bonito/Cascalheira, foi assassinado o padre Rodolfo Lunkeiben, missionário salesiano da colônia indígena de Meruri, no leste mato-grossense. A colônia foi atacada por 62 fazendeiros armados e liderados pelo fazendeiro João Mineiro. No mesmo massacre, foi assassinado o índio Simão Cristino e outros quatro Bororo ficaram feridos. O motivo da violência: os "fazendeiros" tinham adquirido terras da reserva que estava sendo demarcada pela FUNAI. Quem vendeu? O chefe Bororo Lourenço Rondon, é quem explica:

O prefeito Valdon Varjão (depois deputado federal), de Barra do Garça, possui um cartório e comanda a grilagem. Já vendeu milhares de hectares de terras que não são dele." (MARTINS, 1979:94)

Nesta década, pistoleiros assassinaram o padre Ezequiele Ramin na fazenda Catuva em Aripuanã (MT), próxima a Cacoal-RO, e o padre Josimo Tavares da Silva no Bico do Papagaio. Os índios viram, também, vários de seus líderes serem mortos, dentre eles Marçal Guarani e Ângelo Cretã. A Amazônia tem visto seus rios e as terras serem regadas com o sangue daqueles que lutam por seus legítimos direitos.

Os padres Aristides Camiou e Francisco Gouriou foram presos e condenados (10 e 15 anos, respectivamente) pela Auditoria Militar, juntamente com outros três posseiros acusados de insuflarem a resistência armada dos posseiros em São Geraldo do Araguaia, no Pará. Rivaldo CHINEM conta, em detalhes, este absurdo no livro *"Sentença - padres e posseiros do Araguaia"*. Dom Luciano Mendes de ALMEIDA, ex-presidente da CNBB, escreveu sobre o episódio no prefácio do livro de CHINEM:

"Nos dias 21 e 22 de junho de 1982, na sala da Auditoria Militar de Belém, permaneci sentado e imóvel, sempre atento durante todo o julgamento. Creio que nesse processo que vai se tornando cada vez mais misterioso, há desde o início um equívoco. Qual é a questão de fundo?"

Aparece em primeiro plano o violento tiroteio de 13 de agosto em São Geraldo do Araguaia. Dias mais tarde, os padres são acusados de terem incitado os posseiros à emboscada.

A região do Araguaia tem sido cenário de muitas mortes violentas que, infelizmente, nem mereceram ser apuradas em inquérito. Na mesma área, Raimundo Ferreira Lima, o 'Gringo', casado com dona Oneide Lima e membro da comunidade católica, foi assassinado por pessoas conhecidas e que ainda hoje vivem impunes. As tensões entre foreiros e posseiros, entre invasores e peões, continuam a derramar sangue no Araguaia. É óbvio que os conflitos já existiam antes de os padres chegarem a São Geraldo e tudo isso é muito grave."

(ALMEIDA apud CHINEM, 1983:13)

É assim que o grande capital do Centro-Sul, nacional e multinacional, está abrindo a Amazônia para a sua reprodução. Não há lugar onde a violência não se faça presente. E os governos, militares ou não, têm ficado ao lado dos grupos capitalistas, na sua defesa intransigente que, gradativamente, faz da Amazônia um território para o capital e não para o povo brasileiro.

**Cheguei na beira do porto
onde as ondas se espaia
as garças dá meia volta
e senta na beira da praia
e o cuitelinho não gosta que o botão de rosa caia, ai ai**

**Ai quando eu vim de minha terra
despedi da parentaia
eu entrei em Mato Grosso
dei em terras paraguaia
lá tinha revolução
enfrentei fortes bataia, ai ai**

**A tua saudade corta
como aço de mavaia o coração fica aflito
bate uma, a outra faia
e os óio se enche d'água
que até a vista se atrapaia, ai ai**

(“*Cuitelinho*” recolhido por Paulo Vanzolini)

PARTE II

5. A "MARCHA PARA O OESTE" CONTINUA...

O QUADRO HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO
RECENTE DO NORTE MATOGROSSENSE

Historicamente, a colonização no Brasil tem se constituído na alternativa escolhida pelas classes dominantes para evitar, simultaneamente a necessária reforma estrutural do campo e, ao mesmo tempo, suprir-se de força de trabalho para seus projetos na fronteira.

Dessa forma, a abertura das novas frentes de ocupação na Amazônia sempre trouxe consigo este caráter contraditório da formação da estrutura fundiária brasileira no interior da lógica do desenvolvimento capitalista. Assim, o processo que leva os grandes capitalistas a investirem na fronteira contém o seu contrário, a necessária abertura dessa fronteira aos camponeses e demais trabalhadores do campo.

Quer através dos projetos de colonização oficial ou particulares, ou mesmo simplesmente através da abertura das posses, os camponeses e demais trabalhadores procuram, ainda que conjunturalmente, romper com o processo de expropriação a que estão submetidos. Abrem luta

contra tudo e contra todos na caminhada pela reconquista da terra para o trabalho livre.

Nesse aspecto estrutural, o Estado e o capital privado sempre deram as mãos. O capital privado, através da venda da terra aos camponeses, procura, por um lado, realizar, extrair a renda da terra e, por outro, simultaneamente, ir formando os "viveiros de mão-de-obra" para seus projetos de exploração capitalista da terra. O Estado, por sua vez, tem ficado com a tarefa de buscar conter as tensões sociais e, nesse processo, tem feito dos projetos de colonização "válvula de escape" das áreas de tensão social. Assim tem sido historicamente a "marcha para o Oeste" e a colonização na fronteira.

Entretanto, nesta etapa recente da ocupação da Amazônia encontramos uma característica específica que se expressa no corte monopolista do processo. Isto quer dizer que, o processo de ocupação recente trás consigo novas formas de atuação. Não estamos diante a lógica ditada pela disputa livre no mercado, dos interesses privados. Processo esse que comandou por exemplo, a ocupação territorial do interior paulista e paranaense. Tipicamente concorrencial, ele imprimiu a lógica da produção da mercadoria café nessas frações do território capitalista no Brasil. O campo de certa forma, era produzido e construído primeiro. A cidade igualmente de certa forma, era produzida construída na esteira da lógica imposta ao campo de produção da mercadoria internacional café. Assim, o campo de certo modo, precedeu a cidade, ainda que a interação entre ambos, seja marca histórica das diferentes regiões do Brasil. Na Amazônia, na atualidade, o processo tem a característica da fase monopolista do capitalismo. Estamos agora, diante da lógica ditada por uma ação de monopólios privados ou públicos, não há mais disputa no e pelo mercado. Há tão somente a imposição dos monopólios. A mercadoria que comanda o processo de ocupação é a propriedade privada da terra. Assim, a produção da cidade, de certa forma precede o campo, ainda que propagandisticamente, o campo possa estar sendo vendido primeiro. São as cidades que se impõem na Amazônia mato-grossense. É a lógica dos monopólios privados que se instauram e determinam a lógica do campo. Não se trata aqui de determinismo clássico, mas da ação dos fundamentos da lógica dos

monopólios. Portanto, a história transformou-se, é outra. Logo, a geografia desenhada na ordenação territorial produzida também é outra. Isso acontece porque a economia brasileira ingressou na era dos monopólios, internacionalizou-se, mundializou-se.

A economia brasileira que se internacionalizou nos últimos 30 anos, passou a requerer da agricultura a elevação das taxas de produtividade, e o aumento do poder de competitividade, e a fronteira não era portadora das condições para conter estes atributos. Por isso, que a chamada modernização do campo começou nas regiões que comportavam os mesmos. Pois, para que isto fosse possível, ocorreram transformações nas relações de produção e de trabalho. O trabalho assalariado (bóia-fria) expandiu-se pelo país todo, ao mesmo tempo que aumentou a produtividade do trabalho familiar decorrente do avanço tecnológico.

Contraditoriamente, o campo brasileiro do final dos anos 50 e início dos anos 60 estava sendo sacudido pelos movimentos populares de luta pelo acesso á terra. Do Nordeste ao Sul, os trabalhadores rurais faziam da luta, seu instrumento de conquista da terra que estruturalmente o desenvolvimento capitalista no campo lhes tinha negado.

Os governos militares procuram "administrar" esta contradição e, ao mesmo tempo, aprofundá-la. Reprimiram os movimentos populares e deram todo apoio aos investimentos incentivados no campo. Transformaram, neste processo, os grandes capitalistas nacionais ou internacionais em grandes latifundiários através do programa de incentivos fiscais da SUDAM para os projetos agropecuários na Amazônia.

As políticas territoriais foram elaboradas e implantadas para dar apoio a este processo tais como: PIN - Programa de Integração Nacional com a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá - Santarém), Proterra, Polamazônia, Polocentro, Polonoroeste, entre outros. A construção do território capitalista, sob a lógica dos monopólios, produziu frações territoriais, regiões distintas na Amazônia brasileira. O norte mato-grossense é portador desta diferença histórica. O interesse e a lógica do monopólio privado impuseram-se antes de tudo. É por isso que cada parte daquela imensa região, tem "dono". Sinop é do Enio Pipino, Alta Floresta do Ariosto da Riva, Matupá dos Ometto, Juara do Zé Paraná, etc. É, pois, desse norte

mato-grossense que estamos tratando. Essa grande região pode ser observada no quadro que trás, com uma certa atualidade cartográfica, o estado de Mato Grosso.

A grande região “norte” do estado de Mato Grosso, pelos diferentes processos que já analisamos, vem se formando como uma grande região, tipicamente caracterizada pela presença de grandes projetos agropecuários; por áreas de posseiros regularizadas ou não pelo INCRA; por projetos particulares, privados de colonização; e pela presença expressiva de reservas indígenas. Essa grande região conta também, com a atuação diferenciada das instituições que formam a sociedade civil. Na região Nordeste, aquela do Araguaia, a ação dinâmica da Prelazia, que através de seu bispado, marca a história recente daquela região. Trata-se, pois, de uma área singular no conjunto da própria Amazônia brasileira. O confronto de classes está ditado pelas ações contraditórias dos monopólios representados pelos projetos agropecuários e pela ação quase sempre desesperada dos peões e posseiros. A igreja da libertação não titubeou e assumiu publicamente, local, regional, estadual, nacional e internacional a defesa dos segundos em relação aos primeiros.

Na região centro/norte do estado, na área de ação da Cuiabá-Santarém, a lógica que se impôs foi aquela da articulação entre as empresas de colonização particulares e os colonos. A lógica da colonização impôs-se como determinante histórico. A expansão da cultura da soja mais recentemente, trouxe consigo novo componente para parte sul desta região, mas não alterou a lógica anterior, aduzindo a ela, a componente da mercadoria mundial soja.

Na região Noroeste do estado, quis a história recente, que se caracteriza como uma espécie de síntese. Lá como em nenhuma outra região as áreas indígenas costuraram um apoio internacional contraditório com Banco Mundial, e tem conseguido a demarcação de suas terras praticamente coincidindo com seus territórios tradicionais. Esta marca, tem lhe garantido uma presença expressiva na região. Mas nessa região estão também os latifúndios agropecuários e os projetos de colonização artífices junto com as elites políticas dominantes do estado, de um dos maiores escândalos da venda de terras indígenas do próprio estado. Colonos e garimpeiros marcam

seu extremo norte. A sul, no cerrado domina a soja e os maiores produtores do próprio país. É domínio da monocultura de exportação.

A região oeste, ainda que tenha a participação antiga da ocupação pecuarista tradicional e a colonização da década de 50, tem nos projetos agropecuários sua marca típica. Possesiros e garimpeiros, lutam para se imporem como sujeitos sociais expressivos nessa área.

Assim, o estudo do processo histórico da ocupação dessa imensa área coberta ao norte, principalmente, pela floresta Amazônica e a sul pelos cerrado marcam o grande norte do estado Mato Grosso, através dos projetos agropecuários financiados pelos incentivos fiscais concedidos pela SUDAM, revela por exemplo no Araguaia, que estamos diante da mais extensa área desmatada na região e que tem apresentado baixos resultados econômicos, face a vasta destruição do ecossistema e a pouca rentabilidade e produtividade das atividades agropecuárias implantadas. Este processo trouxe também, para a grande região em geral, o aprofundamento da concentração fundiária.

Em contrapartida, encontramos também, inúmeros enclaves de posseiros que praticam uma agricultura camponesa em áreas de posses, que tem gerado conflitos pela terra, que às vezes, sofrem a intervenção do governo, visando regularizá-las. A grande região, neste processo de ocupação recente, conheceu também, a presença de projetos de colonização implantados por empresas privadas e/ou cooperativas de colonização. Estas áreas ocupadas por uma agricultura camponesa têm se mostrado mais rentável e equilibrada do ponto de vista, de sua sustentação ecológica. Além, é evidente, de apresentar melhor distribuição da propriedade da terra e da renda, formando na região prósperos centros urbanos.

Soma-se a estas características gerais, a presença do garimpo de ouro e diamante que trás à tona, conflitos e contradições entre os agentes sociais que dominam, e estabelece novas inter-relações e papéis novos qualificando e requalificando papéis anteriores. É assim, que colonizador vira proprietário de garimpo, políticos tradicionais viram também, donos de garimpo. Latifundiários seguem o mesmo caminho. Enquanto isso, posseiro e colonos viram garimpeiros, trabalhadores dos garimpos.

Dessa forma julgamos pois, ser importante neste momento, entender o processo histórico de ocupação desta porção da Amazônia brasileira, pois assim, poderemos realizar uma necessária avaliação destas diferentes formas de assentamentos humanos, tendo em vista, inclusive, propostas futuras de políticas de assentamentos que permitam um desenvolvimento mais justo e equilibrado socialmente desta região, face sobretudo, às pressões nacionais e internacionais decorrentes do significativo aumento do desmatamento da Amazônia.

O quadro histórico

Historicamente, a colonização no Brasil tem se constituído na alternativa escolhida pelas classes dominantes para evitar, simultaneamente a necessária reforma agrária no campo e, ao mesmo tempo, suprir-se de força de trabalho em seus projetos econômicos extrativistas, agropecuários ou de exploração mineral, na fronteira.

Assim, a abertura das novas frentes de ocupação na Amazônia sempre trouxe consigo este caráter contraditório da formação da estrutura fundiária brasileira, ou seja, o processo que tem levado os grandes capitalistas a investirem na fronteira contém o seu contrário, a necessária abertura dessa fronteira aos camponeses e demais trabalhadores do campo.

Através da abertura de posses ou através dos projetos de colonização pública e/ou privada, os camponeses e demais trabalhadores procuram, ainda que conjuntamente, romper com o processo de expropriação a que estão submetidos no campo brasileiro. Abrem luta contra tudo e contra todos na caminhada pela reconquista da terra para o trabalho livre, camponês.

Nesse aspecto estrutural, o Estado e o capital privado sempre atuaram conjuntamente. O capital privado, através da venda da terra aos camponeses, tem procurado, por um lado, realizar, extrair a renda da terra, revelando assim, seu caráter rentista. Atuando dessa forma, possibilita a ampliação da base territorial da produção camponesa que é em geral

subordinada pelo capital monopolista que atua controlando a circulação desta produção. Simultaneamente, vai formando para o futuro, os verdadeiros "viveiros de mão-de-obra" para seus projetos de exploração capitalista da terra. O Estado, por sua vez, tem ficado com a tarefa de buscar conter as tensões sociais geradas por este processo contraditório de ocupação e, nesse processo, tem feito dos projetos de colonização e de regularização fundiária, verdadeiras "válvulas de escape" das áreas de tensão social.

É evidente, que esta etapa recente da ocupação da Amazônia contém uma característica específica que se expressa no corte monopolista do processo. A intensificação da internacionalização da economia brasileira nesta última metade do século XX, como já afirmamos, passou a requerer da agricultura a elevação das taxas de produtividade, de modo a melhorar seu poder de competitividade no mercado mundial. Isto só foi possível, devido às transformações nas relações de produção e de trabalho: o trabalho assalariado (bóia-fria) expandiu-se nos estabelecimentos médios e grandes, ao mesmo tempo que aumentou a produtividade do trabalho familiar decorrente do avanço tecnológico, nas pequenas unidades camponesas.

Contraditoriamente a esse mecanismo geral que intensificou o movimento migratório rural-urbano, o campo brasileiro do final dos anos 50 e início dos anos 60 foi sacudido por movimentos sociais, populares, de luta pelo acesso á terra. Da região Nordeste à região Sul, os trabalhadores rurais fizeram da luta, seu instrumento de conquista da terra que estruturalmente o desenvolvimento capitalista no campo estava lhes negando.

Os governos militares pós-64, procuraram "administrar" esta contradição e, ao mesmo tempo, aprofundaram-na. Reprimiram os movimentos sociais e passaram a dar todo apoio aos investimentos privados no campo. Transformaram, neste processo, os grandes capitalistas nacionais e/ou internacionais em grandes latifundiários, através do programa de incentivos fiscais da SUDAM, nos projetos agropecuários da Amazônia. É por isso, voltamos a repetir que esta região apresenta atualmente, os maiores latifúndios que a história da humanidade em todos os tempos já registraram.

A história dessa ocupação começou na década de 40, no governo Vargas. Conhecida como "Marcha para o Oeste", a política oficial de ocupação do Centro-Oeste e Amazônia, pelo Estado brasileiro, contou com a

primeira expedição na região do Araguaia, a "Expedição Roncador-Xingu". Esta por sua vez, estabeleceu um conjunto de posto de contato com os povos indígenas da região, através do SPI - Serviço de Proteção ao Índio. Dessa epopéia participaram os irmãos Villas Boas, que depois tornaram-se importantes na luta pela implantação do Parque Nacional do Xingu.¹

Coube, entretanto, à Fundação Brasil Central, entidade governamental que depois se transformou em SUDECO- Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, a tarefa de organizar o processo de ocupação de toda aquela região. O primeiro passo, em 1940, foi organizar a ocupação através de pequenos sítios de mais ou menos 10 ha, em torno do povoado de Xavantina velha, povoado situado na margem direita do rio das Mortes. Esta ocupação, praticamente, foi tomada pelos funcionários da própria Fundação, não conhecendo nenhuma expansão.

A partir de 1945, particularmente, a região Nordeste (Araguaia) passou a ser mais ocupada por camponeses posseiros, migrantes de Minas Gerais, Goiás, e de estados nordestinos. Em geral, seguindo os rios foram se instalando em suas margens, fazendo surgir povoados, chamados de patrimônios.

Com a chegada dos grandes fazendeiros do Centro Sul, a partir da década de 60, e com as políticas públicas da SUDAM, a região se tornou um verdadeiro "barril de pólvora", com a presença de inúmeros conflitos entre índios, posseiros e os grileiros de terras.

Um trovador popular da região, ZÉ DILUCA, traduziu em poema parte da história dessa ocupação:

"Havia até desmantelo
entre índio e posseiro.
Índio com índio brigava
porque índio é guerreiro,
mas tudo se agasalhava
no rico chão brasileiro
e vem a revolução:
desceu do céu um avião
trazendo o fazendeiro.
O índio virou sorvete

¹ VILLAS BOAS, O. e VILLAS BOAS, C. - "A Marcha para Oeste"- Ed. Globo- Rio de Janeiro - 1994

derreteu, sumiu de vista,
posseiro caiu na estrada
com o trabuco do paulista.
A mata virou juquira
e a roça virou pista
na hora que nós reclama
bate em nós e ainda chama
de invasor e comunista..."²

As políticas territoriais do Estado brasileiro

Como já procuramos demonstrar, um conjunto de políticas territoriais foram elaboradas e implantadas para dar apoio a este processo de ocupação recente da Amazônia. Entre elas encontramos: a criação da SUDAM e da política de incentivos fiscais; o PIN - Programa de Integração Nacional com a construção das rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém e BR-080 (futura Brasília-Manaus), Cuiabá-Porto Velho, Porto Velho-Manaus, Manaus-Boa Vista e Perimetral Norte; o PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste; e o programa de implantação de pólos de desenvolvimento (POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO, POLONOROESTE, etc.).

A criação da SUDAM, sem dúvida, constituiu no eixo principal da política do Estado brasileiro para a região Amazônica. Ela nasceu da transformação da SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, e passou a ter como objetivos principais: a adoção de uma política de incentivos fiscais e creditícios visando a atração de capitais nacionais e internacionais para a região; concentração dos investimentos em áreas selecionadas; definição de espaços econômicos suscetíveis de desenvolvimento planejado. A atuação da SUDAM se fez via criação de um fundo de investimentos (FIDAM) e da ação do BASA - Banco da Amazônia S/A. Foi assim, através da SUDAM, que grandes grupos econômicos investiram em projetos agropecuários na região do Araguaia mato-grossense.

² DILUCA, Zé "Peleja das piabas do Araguaia com o tubarão *Besta Fera*: a história de um povo que se liberta" _ Livro de literatura de cordel distribuído em São Félix do Araguaia-MT

O PIN foi outro programa governamental a alimentar as políticas territoriais do Estado na grande região norte de Mato Grosso. A abertura da rodovia BR-080, ligando à BR-163 Cuiabá-Santarém, abriu novas áreas à expansão dos projetos agropecuários, mas trouxe também, problemas graves com relação aos povos indígenas, pois a mesma cortou o Parque Nacional do Xingu, praticamente, dividindo-o em dois. O brasileiro Shelton H. DAVIS registrou em livro este episódio:

"... o Governo brasileiro revelou que uma estrada ligando a pequena cidade isolada de Xavantina à colônia de Cachimbo em Mato Grosso (BR-080) deveria passar por um trecho de 40 quilômetros na parte Norte do Parque Nacional do Xingu. Originalmente, os mapas do Governo mostravam que essa estrada passaria fora dos limites do Parque. O novo plano exigia uma invasão territorial do mesmo.

O plano de construção da BR-080 chocou os irmãos Villas Boas e produziu uma onda de protesto em todo o Brasil. Vários brasileiros de projeção discordaram das novas prioridades da FUNAI e alegaram que a BR-080 poderia facilmente ser planejada para contornar o Parque Nacional do Xingu. Esses críticos afirmavam que a estrada acabaria com a bem-sucedida experiência indigenista que os irmãos Villas Boas haviam lutado para criar nos últimos 20 anos. Orlando Villas Boas declarou à imprensa brasileira que 'os caçadores de propriedades virão com a estrada, e o Parque será definitivamente invadido e perdido'.

Altos funcionários da FUNAI responderam a esses protestos alegando que o Parque era uma 'falsa experiência' que estava bloqueando 'o progresso e desenvolvimento do Brasil. A rodovia Xavantina-Cachimbo, segundo a nota, seria um 'elo terrestre vital para o desenvolvimento e a segurança do país' e 'levaria os índios a uma participação mais intensa na economia nacional.

O presidente da FUNAI, General Oscar Jerônimo Bandeira de Mello, resumiu a importância da construção da BR-080 com as seguintes palavras:

'O índio não é cobaia, nem propriedade de meia dúzia de oportunista. Não se pode deter o desenvolvimento do Brasil por causa do Parque Nacional do Xingu.'

No final de 1971, operários começaram a construir a rodovia Xavantina-Cachimbo. Um dos principais grupos afetados por essa estrada era a tribo Txukahamãe, povo de língua gê que habitava a parte mais ao norte do Parque Nacional do Xingu. Durante anos, os irmãos Villas Boas haviam cultivado a amizade dos chefes Txukahamãe, advertindo-os para o perigo das doenças transmitidas pelos colonos, e tentando convencê-los a ficar dentro das fronteiras do Parque. Quando ele foi invadido pela BR-080, os Txukahamãe dividiram-se em duas facções. Um grupo, conduzido pelo chefe Raoni, seguiu o conselho dos Villas Boas e mudou sua aldeia para mais perto do Posto Diauarum. Outro grupo, chefiado por Krumari, mudou-se para perto dos trabalhadores e da estrada.

Em novembro de 1973, o Jornal do Brasil informava que uma epidemia de sarampo, transmitida pelos trabalhadores da estrada, havia atingido o grupo de Krumari." (DAVIS, 1978:85/87)

Quanto aos programas de pólos de desenvolvimento, a grande região é área de atuação de quatro programas: Polamazônia,

Polocentro, Polonoroeste e na atualidade mais pelo Prodeagro. Entretanto, foi o Polamazônia um dos que mais recursos carregou para a área, uma vez que criou vários pólos de desenvolvimento agropecuário, o Xingu-Araguaia, Juruena e Aripuanã. Em ação conjunta, governos federal e estadual, procuraram melhorar as rodovias da região tais como a BR-158 que liga Barra do Garça com o sudeste do Pará, aliás, outra área de grande concentração de projetos agropecuários. A Cuiabá - Santarém, BR-163, que foi praticamente, interrompida no sul do Pará pelos militares que controlam a base militar do Cachimbo. A BR-364, e a 070, que comandam a ligação com Rondônia. A BR-080, que interliga como já referimos, a BR-158 a BR-163. E o conjunto das rodovias estaduais de ligação BRs com as demais localidades do Estado, particularmente a Estrada da Baiana, ligando a BR-163 a Porto dos Gaúchos e Juara e a Nova fronteira que ligou Tangará da Serra ao Aripuanã.

Um dos comandantes militares que dirigiram a construção da BR-163, fala da epopéia com consciência da ideologia que comungava:

“Citando a "Nova Geopolítica Brasileira", do General Golbery, com quem diz concordar -"neste aspecto", apressa-se em lembrar -, o Cel. Meirelles diz que com a Caiabá-Santarém "Mato Grosso perdeu o seu alto grau de continentalidade", rompendo com um secular ciclo de estagnação que transformava a região Norte do então uno Estado num quintal abandonado. Ao garantir uma próxima saída para o mar - de uma distancia de três mil quilômetros para o Porto de Santos, para 700 desde centro geográfico da região Colider, até o porto de Santarém -, a BR-163 não só teria motivado um repentino processo de ocupação, mas oferecido a maturidade para que o Norte suportasse a divisão (e a criação do Estado de Mato Grosso do Sul) sem sofrer traumas maiores. ” (CORREIO VARZEAGRANDENSE, ANO 1, Nº 49, 1984:10)

A geopolítica militar continua

A geopolítica militar na Amazônia continua a desenvolver projetos na atualidade. Entre eles, um afeta de forma direta a região norte do estado de Mato Grosso, trata-se da Base Militar do Cachimbo. A Base Militar do Cachimbo, tudo indica, tem um campo de testes nucleares, embora o Estado Maior das Forças Armadas procurasse sempre negar o fato, afirmando ser o local destinado à realização de " ensaios de materiais e

equipamentos para desenvolvimento do poder aeroespacial, no interesse da segurança nacional". (FOLHA DE SÃO PAULO — 09/8/86; p.9)

Como todas as informações a respeito são de absoluto sigilo; entretanto, a reportagem da Folha de São Paulo de 08/8/86, p.6, levantou a hipótese de que as instalações subterrâneas lá construídas, são **"casas e cisternas que pelas suas características se prestam a testes nucleares de diversos tipos e ao armazenamento do lixo atômico de usinas"**.

A Base Militar do Cachimbo está localizada no sul do Pará, próxima da divisa com Mato Grosso no trecho da rodovia Cuiabá-Santarém.

Outro projeto de certa forma, vai interferir na região de uma forma geral é o SIVAM. Este projeto Sistema de Vigilância da Amazônia, tem como tarefa principal monitorar (observar e controlar) os 5,2 milhões de quilômetros quadrados da Amazônia. Trata-se de um projeto militar preparado pela Secretaria de Estudos Estratégicos - SAE e pelo Ministério da Aeronáutica, e é parte integrante de um programa mais amplo denominado SIPAM-Sistema de Proteção da Amazônia. Também os Ministérios da Justiça, Comunicações, Meio Ambiente e os dois outros militares, da Marinha e do Exército, estão oficialmente envolvidos no projeto.

Ele constitui-se de uma rede integrada de telecomunicações baseadas no sensoriamento remoto, que processará imagens obtidas por satélites e sensores instalados em aviões. As informações ficarão armazenadas em banco de dados sediado em Brasília que operará interligadamente com três centros de vigilância a serem instalados em Manaus-AM, Belém-PA e Porto Velho-RO.

Entre os objetivos explicitados pelo governo para o projeto, está, em primeiro lugar, o controle do tráfego aéreo (a região é a única área do país ainda não coberta totalmente pelo sistema Cindacta). Depois, aparece o controle de atividades ilegais tais como, o tráfico de drogas, contrabando, vôos clandestinos e atos "hostis", o mapeamento de bacias hidrográficas, jazidas de minérios e outros recursos naturais; e é lógico, cuidar da proteção ambiental na região (atuando no combate ao desmatamento, queimadas e mineração ilegal).

Nesse sentido, quer na pesquisa mineral que certamente afetará os povos indígenas, quer no controle ao desmatamento e às

queimadas que são típicas dos projetos agropecuários, por certo, a sua implantação vai ter influência em geral no estado.

Outro projeto que tem interferência na região é o PRODECER - Programa de Desenvolvimento do Cerrado, assinado pelo General Geisel em 1974, e visa tornar agricultáveis os 60 milhões de hectares de cerrado do Brasil central. Essa produção de grãos, soja e arroz, principalmente, vai ser escoada para o Japão. A JICA-Japan International Cooperation Agency é a intermediária desse acordo por parte do governo japonês. O Estado de Mato Grosso é parte importante desse programa governamental.

Em nível estadual, o Prodeagro - Projeto de Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso - é um projeto do governo estadual, está voltado para realizar investimentos em diversos setores, no valor aproximado de 270 milhões de dólares em 5 anos. Os recursos financeiros vieram, 75%, do Bando Mundial a título de empréstimo. O governo estadual e o federal entram eqüitativamente, com os outros 25%. Fundamentalmente, o projeto visa articular a necessidade de desenvolvimento com a exigência da preservação dos recursos naturais. Papel importante nesse projeto tem o item referente à proteção e controle das áreas indígenas e o combate a qualquer alternativa de implique na necessidade de desmatamento. É o programa de governo atualmente em Mato Grosso.

Portanto, a influência da geopolítica no estado, está longe de se constituir apenas uma componente histórica, ao contrário, continua viva na política federal e mesmo estadual.

Os Migrantes Caminham...

A Migração Interna no Estado de Mato Grosso

O estado de Mato Grosso ocupou posição privilegiada no processo de ocupação da Amazônia, pois foi contemplado com recursos de praticamente todos os programas governamentais. Por isto, constituiu-se em área preferencial para a implantação de projetos de colonização privada do país. Calcula-se que mais de 90% dos projetos particulares de colonização estejam no estado.

Mas, onde foram estes empresários dos projetos de colonização privada buscar "clientes" para comprarem terras no norte mato-grossense?

A resposta: no Centro-Sul do Brasil, onde as transformações nas relações de produção via "modernização" da agricultura, abria a necessidade histórica de novo processo migratório para os filhos de camponeses destas regiões.

Os dados sobre migração interna mostram que 57% dos migrantes da década de 70 que foram para o Mato Grosso, eram provenientes do Centro-Sul do país, especialmente do Paraná que contribuiu com mais de 21% deste contingente (97.000 pessoas). No total, mais de 456.000 pessoas migraram no e para o estado de Mato Grosso. Este processo migratório fez com que a população do estado crescesse 86% entre 1970 e 1980 e tenha, hoje, uma previsão de crescimento entre 1980 e 1990 de mais de 90%. Dessa forma, a migração interna tem no estado de Mato Grosso uma de suas bases de atração. Pelo Censo Demográfico de 1980, de um total de 632.000 pessoas não naturais do município onde moravam, mais de 72% estavam lá há menos de 9 anos.

Esta é mais uma característica do corte monopolista do atual processo de colonização: o deslocamento rápido de grandes contingentes populacionais. A maioria das empresas de colonização aproveitou-se e montou escritórios de representação no Sul do país, sobretudo no norte e oeste paranaense (Maringá, Cianorte, Umuarama, Assaí etc.).

A evolução da população total no Estado do Mato Grosso atingiu em 1º de setembro, segundo os resultados do Censo Demográfico de 1991, um total de 2 027 231 habitantes. Em 1980, era de 1.138.691, nesse período, a população do estado aumentou aproximadamente 1,8 vezes o seu total. Em 1991, o Censo apontou a taxa de crescimento de 5,38%. O ritmo de crescimento da população urbana, entre 80/91, foi 7,73% e na área rural foi de apenas 1,04%. (**Quadro 10**) A taxa de crescimento do estado, entre os dois últimos Censos, ficou acima da taxa da Região Centra Oeste que foi 3,01% e da taxa do País, 1,93%.

O Estado do Mato Grosso no contexto do país, em 1980, ocupava a vigésima segunda posição entre os demais estados, concentrando 0,96% da população total. Em 1991, a sua participação na população nacional passou para a décima nona posição (1,38% da população total).

**TABELA 1 POPULAÇÃO NAS DATAS DOS RECENSEAMENTOS
GERAIS E TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL: 1980-
1991**

DATAS DOS RECENSEAMENTOS GERAIS	POPULAÇÃO RESIDENTE	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL %
TOTAL 01/09/1980 01/09/1991	1.138.691 2.027.231	5,38
URBANA 01/09/1980 01/09/1991	694.952 1.485.110	7,73
RURAL 01/09/1980 10/09/1991	483.739 542.121	1,04

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População. Censos Demográficos.

O crescimento demográfico alcançado em 1991, em termos absolutos foi de 888 540 habitantes, correspondendo a um acréscimo de 78,03%. Confirmando a tendência observada na década de 80, o Censo de 91 revelou a continuidade do processo de urbanização que já vinha ocorrendo no estado. O acréscimo de 830.158 habitantes na população urbana, ou seja, 126,75% em relação a 1980, resultou no aumento da taxa de urbanização, que passou de 57,52%, em 1980, para 73,26%, em 1991. Esse incremento foi basicamente em consequência de três fatores: o próprio crescimento vegetativo nas áreas urbanas, a migração, sobretudo no próprio estado, para a área urbana e com incorporação de áreas antes rurais como urbanas.

O rendimento médio dos chefes de domicílios, apresentou em relação a 1980, um declínio de menos 21,50%, sendo que em termos gerais no Brasil essa queda foi menos 24,38%. O rendimento médio do estado foi 3,06 salários mínimos contra 3,90 em 1991. Esses dados mostram o processo de perda do poder aquisitivo da população brasileira e de Mato Grosso.

Assim, em termos gerais o Mato Grosso acompanha a tendência geral da urbanização. E revela o caráter concentrador da população e da renda.

Dessa forma, em termos gerais, a história recente da grande região norte de Mato Grosso, é na base, a história das aberturas de estradas e sobretudo, a história dos sujeitos sociais que vieram formar as frentes de expansão e pioneiras modernas, de um lado e de outro, mais especificamente a história dos povos indígenas que habitaram todo o estado, e suas respectivas articulações com as políticas territoriais do Estado.

DECLARAÇÃO SOLENE DOS POVOS INDÍGENAS DO MUNDO

**"Nós, Povos Indígenas do mundo, Unidos
numa grande assembléia de homens sábios,
declaramos a todas as nações:**

**Quando a terra-mãe era nosso alimento,
quando a noite escura formava nosso teto,
quando o céu e a lua eram nossos pais,
quando todos éramos irmãos e irmãs,
quando nossos caciques e anciões eram grandes líderes,
quando a justiça dirigia a lei e a sua execução,**

**Aí, outras civilizações chegaram!
com fome de sangue, de ouro,
de terra e todas as suas riquezas,
trazendo em uma mão a cruz
e na outra a espada.**

**Sem conhecer ou querer aprender
os costumes de nossos povos,
nos classificaram abaixo dos animais
Roubaram nossas terras e nos levaram
para longe delas,
transformando em escravos
"os filhos do sol"**

**Entretanto, não puderam nos eliminar,
nem nos fazer esquecer o que somos,
porque somos a cultura da terra e do céu,
Somos de uma Ascendência milenar
E somos milhões,
E mesmo que nosso universo inteiro seja destruído
NÓS VIVEREMOS
Por mais tempo que o Império da Morte!"**

**Conselho Mundial dos Povos Indígenas
Port Alberni - 1975**

PARTE II

6. A GRILAGEM E A TOMADA DAS TERRAS INDÍGENAS

OS TERRITÓRIOS ÍNDIOS NO NORTE MATO-GROSSENSE

Desde tempos imemoriais, diferentes povos indígenas habitam a área ocupada pelo atual Estado de Mato Grosso. Muito antes da ocupação portuguesa do Brasil, esses povos nem sempre pacíficos, construíram seus territórios, desenvolveram organizações sociais criando culturas e formas próprias de viver e trabalhar a terra. Mas, o processo de expansão e construção do território capitalista no país, instaurou uma luta sangrenta de destruição dos territórios imemoriais desses povos. Esses povos que sobreviveram, tem historicamente, resistido às agressões sistemáticas da sociedade nacional. Portanto, possuem o direito, aliás garantido pelas Constituições, de continuar existindo como sociedades e culturas, nas terras que são a base de existências.

A história da ocupação e da colonização do Brasil e de Mato Grosso em particular, tem sido uma história marcada pela discriminação, violência, escravização e extermínio de povos indígenas. Não são poucos, os casos de chacinas, genocídios, etnocídios contra os povos indígenas. Trataremos de vários deles neste capítulo do trabalho, como exemplos

trágicos desta história sangrenta, temos o "Massacre do Paralelo 11º" (em 1963, na região do rio Aripuanã, todos os índios de uma aldeia Cinta-Larga foram assassinados por jagunços pagos por seringalistas; o envenenamento de um grupo de dezessete índios Tapayuna nas margens do rio Arinos (foram encontrados mortos, depois de haverem ingerido arsênico misturado ao açúcar; a remoção criminosa dos Xavante de Marãiwatsede do vale do rio Suiá Missu em São Félix do Araguaia; o contado destruidor dos trabalhadores que construíram a Cuiabá-Santarém no norte do estado, com os povos "gigantes" Panará (também denominados Kreen Akarore) entre tantos outros.

Mesmo assim, a despeito de todas as violências a que foram submetidos, os povos indígenas têm conseguido sobreviver. Uns resistem lutando para continuar vivendo seus modos de vida. Alguns continuam fugindo enquanto podem, do avanço das frentes de expansão, embrenhando-se em regiões de difícil acesso, mantendo-se isolados. Outros, como estratégia de luta pela sobrevivência, adaptam-se à novas situações, coexistindo com a sociedade envolvente.

Os povos indígenas formam uma das muitas clivagens da modernidade. Resistindo e lutando organizam-se em associações; reúnem-se em assembléias regionais e nacionais; reivindicam seus direitos; intercambiam entre si, no estado, no Brasil todo, e com outros povos dos demais países americanos; abrem cada vez mais espaços na política partidária, nos meios de comunicação e nas agendas internacionais.

Sua existência é também, responsabilidade da sociedade brasileira e mundial. Por isso, é necessário estabelecer com esses povos relações baseadas no conhecimento e respeito à sua diversidade cultural, às suas formas de organização sócio-econômicas à sua dignidade como povos livres.

A Constituição Federal de 1988 assegurou-lhes importantes dispositivos que garantem legalmente o direito à organização social e cultural próprios, e a garantia e o pleno usufruto das terras que habitam. O art. 231 deixou explícito, pela primeira vez, que "são reconhecidos aos Índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens".

Dessa forma ficou consignado na Constituição Federal:

"... a manifesta intenção dos constituintes de projetar para o campo jurídico normas referentes ao reconhecimento da existência dos povos indígenas e a definição das pré-condições para a sua reprodução e continuidade. Ao reconhecer os direitos

originários dos povos indígenas sobre as terras tradicionalmente ocupadas, a CF incorporou a tese da existência de relações jurídicas entre os índios e essas terras anteriores à formação do Estado brasileiro.

De outra parte, foi garantido o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes nas terras tradicionalmente ocupadas pelos índios (parágrafo 2, art. 231). Ficou também explícito que no caso de aproveitamento dos recursos hídricos e de exploração mineral em terras indígenas é necessário a prévia audiência das comunidades indígenas afetadas e a autorização do Congresso Nacional (parágrafo 3, art. 231). Esta prévia audiência das comunidades indígenas afetadas por projetos hidrelétricos ou de exploração mineral constituiu-se numa inovação legislativa, destinada a assegurar a sua relativa autonomia. Trata-se aqui de reconhecer que essas populações têm o poder de vetar tais projetos, ou seja, o Estado não pode simplesmente decidir e impor como fazia até recentemente.

Não se deve esquecer, também, que **"as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios..."** (parágrafo 2, art. 231) integram **"os bens da União"** (item XI, art. 20). Ou seja, os índios não são proprietários das terras que ocupam no sentido que normalmente damos a propriedade. Eles não podem individual ou coletivamente dispor dessas terras para venda ou para garantir, por exemplo, uma transação comercial.

A CF assegurou ainda aos povos indígenas o direito à educação, reconhecendo a utilização das línguas nativas e dos seus próprios processos de aprendizagem (art. 210, parágrafo 2), e a proteção às suas manifestações culturais (art. 215, parágrafo 1).

Em princípio, pois, com a CF de 1988 os povos indígenas que vivem no território controlado pelo Estado brasileiro passaram a ter reconhecidos os seus direitos fundamentais enquanto sociedades diferenciadas. ”

(SANTOS, in SILVA et GRUPIONI (org.), 1995:88) (Sem negrito no original)

No Brasil, a Amazônia constitui-se na atualidade, no último reduto das "terras sem males" indígenas. Entretanto, é preciso mostrar que o processo através do qual o capital, historicamente, foi promovendo, segundo a sua lógica, a ocupação e a incorporação da Amazônia ao seu raio de ação, passou e passa pelo processo de inserção do país no capitalismo monopolista mundial. Um capitalismo internacionalizado, mundializado, e que, inevitavelmente, internacionalizou, mundializou a economia brasileira.

A Amazônia internacionalizou-se, sem que fosse necessária a sua transformação em território internacional. Os militares que governaram o país neste século XX, legaram aos brasileiros do final do século, uma Amazônia, cujas riquezas naturais a cada dia que passa, não pertencem mais à maioria dos trabalhadores do país.

Legaram uma Amazônia do grande capital nacional mundializado, onde o Estado, através das estatais, e depois com a privatização, realizou a soldagem dos interesses capitalistas monopolistas, quer em nível nacional ou internacional. E isto foi feito à revelia da maioria

dos brasileiros, foi feito de forma repressiva, massacrando, muitas vezes, as vozes que se erguiam.

Em nome do "desenvolvimento com segurança", as nações indígenas foram sendo dizimadas, seus territórios invadidos, saqueados e os grupos indígenas violentados, "cercados" e confinados em reservas e parques.

A constituição do território capitalista no Brasil foi, portanto, produto da conquista e destruição do território indígena. Espaço e tempo do universo cultural índio foram sendo moldados ao espaço e tempo do capital. O ritmo compassado do tic-tac do relógio no seu deslocar temporal nunca foi a marcação do tempo para as nações indígenas. Lá, o fluir da história está contado pelo passar das "luas" e pela fala mansa dos mais velhos registrando os fatos reais e imaginários.

Talvez, estivesse aí o início da primeira luta entre desiguais. A luta do capital em processo de expansão, desenvolvimento, em busca de acumulação, ainda que primitiva, e a luta dos "filhos do sol" em busca da manutenção do seu espaço de vida no território invadido. A marca contraditória do país que se desenhava podia ser buscada na luta pelos espaços e tempos distintos e pelos territórios destruídos/ construídos.

A Amazônia e o Mato Grosso Índios

A luta das nações indígenas e a sociedade capitalista européia primeiro, nacional/internacional depois, e mundializada hoje, não cessou nunca na história Brasil. Os indígenas, acuados, lutaram, fugiram e morreram. Na fuga deixaram uma rota de migração, confrontos entre povos e novas adaptações.

A Amazônia é seguramente seu último reduto. Mas a uma parte da sociedade brasileira insiste na sua capitulação. O Banco Mundial concede recursos para a demarcação de suas "prisões". As "reservas" indígenas, frações do território capitalista para aprisionar o território liberto indígena, são demarcadas para não serem respeitadas. Novamente espaços e tempos distintos são produtos da luta desigual do/e no território. O espaço liberto e o tempo lunar do índio são novamente sacudidos pelo tempo do relógio e pelo espaço-prisão do capital. Tal qual no passado, esta luta continua, com um único derrotado: o índio, e com ele uma fração da humanidade.

Mas os "filhos do sol" não se calaram, a constituição da União das Nações Indígenas - UNI - foi uma resposta índia à destruição branca. Este novo caminho não está sendo construído sem sangue. Outrora, este continente americano foi seu território, hoje a Amazônia é um pouco do que restou de um dos maiores genocídios da História mundial. A Amazônia índia é uma das contradições modernas da Amazônia brasileira.

Dos 5 milhões de indígenas que ocupavam o Brasil à época do descobrimento, cerca de 220.000 ainda lutam teimosamente para sobreviver. A grande maioria está na Amazônia; calcula-se que mais de três quartos lá habitam.

No Acre são os Kaxinauá, os Apurinã e os Kulina. No estado do Amazonas, na área dos rios Jutai, Juruá e Purus, próximo com a fronteira peruana, estão também os Kulina e os Apurinã, além dos Kanamari, Jamamadi, Deni, Paumari, Katukina; na área do rio Javari; são os Marubo, Mayoruna e outras tribos arredias; no nordeste do Amazonas estão os Tucano e muitos outros; na área do rio Solimões, os Ticuna e os Miranha. No Norte do Amazonas e Roraima estão os Yanomami, Makuxi, Wapixana, Ingarikó e os Waimiri-Atroari. No sudeste do Pará estão os Kayapó, Parakanã, Suruí e Arara. Na área do Tapajós e Madeira são os Munduruku, Mura e Sateré-Mawé. No Amapá e norte do Pará encontram-se os Galibi do Viça Vaça, Waiwai, Karipuna e Palikur. No Tocantins os Xerente e Krahó. No Maranhão, os Guajajara, Canela Rankokamekra, os Gavião (Pukobyé), os Urubu-Kaapor e os Guajá. Em Rondônia, os Cinta-Larga, Pakaá Nova, Suruí, Zoró e Gaviões.

No Mato Grosso, particularmente, a oeste estão os Suruí, Zoró, Gaviões Arara, Rikbaktsa, Enauenê-Nauê (Salumã). Nambikwara, Paresi, Umutina e Irantxe; no centro os Bakairi; no norte os Kayabi, Apiaká e Panará (Kreen-Akaroré), no sul os Bororo; no Parque do Xingu, os Txukarramãe, Kayabi, Kamayurá, Kuikuru, Kalapalo, Suyá, Txikão, Trumai e Juruna no leste mato-grossense, os Xavante, Karajá e Tapirapé.

Mas, como a Amazônia índia vê a invasão branca? Daniel Matenho CABIXI, índio Paresi, tem sua versão:

"Pelas minhas viagens por este Brasil afora, foi muito comum ouvir termos pejorativos com respeito à pessoa do índio. Termos tais como índio brabo, índio bicho traiçoeiro, índio bicho nojento, etc. Constatei também que quando o índio passa a ter convivência mais direta com a sociedade envolvente, não se ajustando a esta sociedade, passa a ser taxado de índio pinguço, índio bagunceiro, índio vagabundo, índio preguiçoso, etc. De tudo isso pude deduzir duas coisas: no primeiro plano

cria-se a imagem do índio como ser inferior, sem cultura, de estranhos costumes. No segundo plano criam-se atitudes de repulsa, desconfiança e desprezo pelo índio.

Se formos analisar os fatos históricos, desde o descobrimento do Brasil, constatamos que a imagem criada sobre o índio, como também o desprezo pelo índio, obedeceram e obedecem a uma ideologia colonialista e de dominação que joga com a narração dos fatos históricos segundo seus interesses para perpetuar circunstâncias tais como eles apresentam, deturpando a autenticidade histórica. Tanto assim é que na ocupação do atual território nacional, houve sucessivas guerras aos índios. Guerras de extermínios e massacres justificados pelas chamadas 'guerras justas', 'entradas' e 'bandeiras'. Auxiliaram a destruição dos povos indígenas as doenças e epidemias nunca dantes conhecidas pelos índios. A espoliação e roubo das terras indígenas se processou sob o pretexto de serem 'quistos sociais e improdutivos', que em nada colaboramos para a grandeza do país. Isto é uma acusação tão antiga como atual. Além disso tudo o índio não rende votos, não tem influência política e não possui poder aquisitivo. Essas e outras razões são causas que justificam o descaso total pelo problema que afeta as populações indígenas. Notamos este descaso numa porção muito grande da opinião pública (estes por desconhecerem a verdade dos fatos), das autoridades constituídas e principalmente da FIJNAI. Este órgão governamental está liderado por uma ideologia etnocêntrica de dominação, quando não, é pressionado por forças econômicas, o que vem 'justificar', sua omissão ou conivência que pouco ou nada fazem em nosso favor.

As características dos primeiros contatos da sociedade nacional com as sociedades tribais são as mais diversas possíveis, pois vão desde ataques guerreiros entre civilizados e índios e vice-versa, até as chamadas frentes de pacificação. Superadas as primeiras crises de contato as sociedades tribais passam gradualmente a manter relações com a sociedade maior. Nesse processo de relações mútuas, nós (os índios) passamos a conhecer os usos, hábitos e costumes dos civilizados. Por outro lado, os civilizados trazem consigo aquela barganha de conceitos etnocêntricos e complexas emaranhados de ideologias e, por se acharem superiores, passam a discriminar a nossa forma de ser. Desprezam e sobrepujam nosso costume e hábitos.” (CABIXI, 1984:10)

O mapa elaborado por Maurilio P. Barcellos procurou reconstruir os territórios imemoriais dos povos indígenas do Mato Grosso. Mostra de forma clara o conjunto dos territórios dos povos que ocupavam as terras hoje sob jurisdição daquele estado. Nestes territórios havia uma espécie de síntese cultural do país, os quatro grandes troncos lingüísticos - Tupi, Macro-Jê, Aruak e Karib - se fazem presente somados aos às outras isoladas ou não classificadas. Nações guerreiras e nações pacíficas travaram relações de todos os tipos. Os Tapirapé viveram dias terríveis com as invasões Kayapó para “roubarem” suas mulheres. Os Xavante tiveram que se tornar errantes pois a migração foi durante longo tempo a estratégia da sua própria sobrevivência. Hoje, nas danças os povos do Xingu simbolizam a guerra travada entre os povos, o Javari é um exemplo (uma dança de guerra dos índios Panhetá, que os Trumái trouxeram para o Parque).

A história da sua formação e ocupação é na realidade o processo de destruição destes territórios imemorais para construção contraditória do território capitalista. Uma história, repetimos, onde só tem havido um perdedor os povos indígenas.

Esta história do processo de ocupação do norte mato-grossense, assentado na abertura dos projetos agropecuários e nos projetos de colonização privados e oficiais, teve sua base na grilagem das terras.

A maioria dos povos indígenas do estado teve suas terras griladas e tomadas à força pelos grupos econômicos e especuladores que, lançando mão de documentos falsos (certidões ou declarações atestando a não existência de índios e ou posseiros), foram obtendo títulos de terras dos vários governos do estado do Mato Grosso. Qualquer pesquisa elementar nos documentos de titulação de terras daquele estado (ainda hoje) atesta a imensidão de documentos falsos presentes nos processos. Entretanto, o ponto alto do expediente da grilagem das terras indígenas está na figura do procurador. Este, munido de procurações muitas vezes falsas, obtinha títulos de áreas contíguas, burlando assim a Constituição Federal que impedia a venda sem prévia autorização do Senado de área superior a 10.000 ha (1946), 3.000 ha (1967) e 2.500 ha (1988).

Entretanto, em 1973, o governo mato-grossense incumbiu-se de pedir autorização ao Senado Federal para vender 2.000.000 de hectares de terras no Aripuanã, um município sabidamente indígena. Este é um dos muitos episódios das falcatruas existentes no Mato Grosso, pois era cláusula contratual que se a empresa que adquirisse as terras não implantasse no prazo de 5 anos (até 1978, portanto) os referidos projetos, as terras, voltariam para o patrimônio público. Entre as empresas que adquiriram terras estavam: Rendanyl (depois Otsar) 1.000.000 ha; Indeco (Ariosto da Riva) 400.000 ha; Colniza (grupo Lunardelli) 400.000 ha; e Juruena (João Carlos Meirelles) 200.000 ha. Destas, apenas a Indeco implantou projeto de colonização em tempo hábil. As demais, ao contrário, pouco ou nada fizeram. Entretanto, as terras não retornaram ao patrimônio público. Inclusive, durante o governo do general Figueiredo, as terras da Otsar passaram para a Cotriguaçu numa operação fraudulenta visando posterior repasse para a multinacional Sharp (o famoso episódio da queda do ministro Amaury Stabile - funcionário e acionista daquela multinacional). Com o tempo, a referida quantia de um milhão de hectares foi sendo remanejada e acabou assim redistribuída: 400.000 ha com a Cotriguaçu, 400.000 ha com a Juruena de João Carlos Meirelles e 200.000 ha com a Indeco de Ariosto da Riva.

Griladas as terras, passaram os "Bandeirantes do século XX", como se autodenominam, a iniciar seus projetos privados agropecuários e de colonização.

Assim, os povos indígenas foram sendo destruídos com a tomada de seus territórios e, gradativamente, tiveram que marchar para o confinamento das reservas e parques. Entre os genocídios e etnocídios de nações e povos foram se sucedendo, o capital foi aprisionando os indígenas no espaço-prisão das reservas através da apropriação violentas de seus territórios.

As Terras e os Territórios Indígenas

"Homem e natureza são casados. Formam o único casamento indissolúvel. Rompido esse casamento, o homem tomba num exílio feito de poeira amarga e estéril" Noel Nutels

“Chegar perto de um índio, da cultura do índio, exige mudança radical de perspectiva. Como se o olho passasse a ver pelo lado oposto - para dentro, no inconsciente.

Entender o índio, entender sua cultura - e respeitá-los - , implica despirmo-nos desta nossa civilização. Porque o encontro com o índio é um mergulho em outro espaço e outro tempo.

Um espaço aberto, amplo, de céu e terra, Sol e Lua, água e fogo. Um espaço colorido e pródigo, povoado em harmonia (ainda que às vezes turbulenta na aparência) por animais, vegetais e minerais. E espíritos.

Um tempo prodigiosamente mais lento, que permite o luxo de consumir meses para polir o arco ou aguçar a flecha. Convida a desfiar os dias na tarefa de dar à palha o entrelaçado perfeito da esteira ou do teto. Confere à cerâmica a forma exata fantasiada nas tintas da imaginação.

Tempo para o índio varar noites dançando, até que lhe sangrem os pés. Tempo para receber o filho que nasce e despedir o ancestral que morre. Tempo para rir e chorar, cantar e dançar, plantar e colher.

Mas é preciso revirar os olhos e afugentar velhos conceitos, para de fato enxergar. Abrir os ouvidos ao silêncio. Curtir o detalhe, perceber a minúcia, a sofisticada simplicidade, quase sempre fruto de uma tradição milenar que passa de boca a ouvido, mão a mão, geração atrás da outra.

E preciso reabrir portas fechadas dentro de cada um de nós. Reencontrar a simplicidade perdida, a inocência, a solidariedade. A cor e a música.

Nesse reencontro, detalhe a detalhe, risco a risco, surgirá o corpo do homem, em sua plenitude, plantado no coração da natureza. Vivendo a utopia e contemplando o mistério. ” (NOVAES, 1985-17/22) (Sem negrito no original)

Os povos indígenas possuem o direito histórico sobre suas terras. Mas, no entanto, a história da ocupação/colonização do estado Mato Grosso, sobretudo no pós 60, significou para essas nações, o cerco, a deportação, massacres, a dizimação por epidemias, além de outros prejuízos de ordem cultural e social. Não foram poucas as declarações por parte dos diferentes governos de que representavam um entrave ao desenvolvimento econômico implantado. A revista Esquema em 1983 trouxe estampada como manchete a frase: **“Para Custer e Roberto Cruz (na época deputado pelo PDS) índio bom é índio morto”** (ESQUEMA, 1983)

Com esta concepção os governos foram expropriando suas terras para depois entregá-las às empresas agropecuárias e de colonização. Transferiram grupos indígenas sem levar em conta suas tradições culturais. Transformou seus territórios em áreas de garimpagem ou mineração. Cortou-os com estradas para viabilizar os empreendimentos de grupos nacionais e multinacionais. A terra assumida como mercadoria passou a comandar a lógica do processo. A propriedade privada é seu instrumento de validação jurídica.

Esta concepção obviamente tem entrado em choque com a concepção que as sociedades indígenas têm de território. É seu espaço geográfico e histórico, com sua cobertura vegetal característica, suas espécies medicinais, suas fontes de matérias-primas, seus frutos, raízes, sua fauna, seus pássaros e peixes, suas cabeceiras, córregos e rios, e com seus lugares sagrados, moradas de espíritos e divindades culturais. É o espaço no qual, durante milênios, cada povo indígena ensaiou seus movimentos, seus gestos, suas expressões culturais e seu ritmo de vida, enfim construiu sua história. (OPAN, 1987:8)

Dessa forma, terra comporta uma definição jurídica, ou seja, é o lugar onde se dá a produção, onde há o trabalho agrícola e o uso do solo. As sociedades indígenas têm sua concepção muito próxima daquilo que é caracterizado como habitat indígena.

Território indígena é, portanto, **“um espaço da sobrevivência e reprodução de um povo, onde se realiza a cultura, onde se criou o mundo, onde descansam os antepassados. Além de ser um local onde os índios se apropriam dos recursos naturais e garantem sua subsistência física é, sobretudo, um espaço simbólico em que as pessoas travam relações entre si e com seus deuses. Há que se ressaltar, ainda, que a apropriação de recursos naturais não se resume em produzir alimentos, mas consiste em extrair matéria-prima para a construção de casas, para enfeites, para a fabricação de arcos, flechas, canoas e outros e, ainda, em retirar as ervas medicinais que exigem determinadas condições ecológicas para vingarem.**

Para que um povo possa sobreviver e se reproduzir, necessita de muito mais terras do que as que utiliza simplesmente para plantar. E é justamente esse espaço da sobrevivência, com tudo que ela implica, que denominamos território. E o território indígena tem uma particularidade: o de ser coletivo e pertencer igualmente a todo o grupo. Não existe a propriedade privada entre os índios. Todos têm acesso à terra, e esse acesso é efetivado através do trabalho e de ocupação de fato de uma determinada porção do território tribal. Os grupos indígenas também têm diferentes formas de concepção de seu território. Alguns, fundamentalmente sedentários, estabelecem fronteiras definidas. Outros, como é o caso dos povos Jê do Brasil Central, têm (ou tiveram) suas fronteiras em constante expansão em função de atividades guerreiras, ou da caça e coleta. ” (FERNANDES, 1993:81) (Sem negrito no original)

Essa concepção é comum entre os povos indígenas da América como se pode observar pelas palavras do cacique Seatie, do povo Duwamish, respondendo ao presidente Franklin, dos Estados Unidos, em 1855, sobre uma proposta de compra de suas terras:

"(...) Como podes comprar o céu, o calor da terra? Tal idéia nos é estranha. Nós não somos donos da pureza do ar ou do resplendor das águas. Como podes comprá-la de nós?"

"(...) Toda essa terra é sagrada para meu povo. Cada folha reluzente, as praias arenosas, cada véu de neblina nas florestas escuras, cada clareira todos os insetos a zumbir são sagrados nas tradições e na consciência do meu povo."

"(...) Sabemos que o homem branco não compreende nosso modo de viver. Para ele um torrão de terra é igual ao outro porque ele é um estranho que vem de noite e rouba da terra aquilo que necessita. A terra não é sua irmã, mas sua inimiga, e depois de sugá-la, ele vai embora (...)". (OPAN, 1987:8/9)

AS NAÇÕES INDÍGENAS EM MATO GROSSO: "GRILAGEM" E EXPROPRIAÇÃO DOS TERRITÓRIOS

Na análise sintética que faremos das diferentes nações indígenas presentes no estado de Mato Grosso, agruparemos estes povos tomando por referência sua localização. De forma geral, ela contempla a lógica histórica que preside uma certa regionalização daquele espaço.

O SUL E O CENTRO MATO-GROSSENSE

Na região sul e centro mato-grossense, estavam as terras imemoriais das nações Bororo e Bakairi.

Os Bororo

Os Bororo são povos indígenas que pertencem ao tronco lingüístico Macro-Jê. O território Bororo localizava-se na porção sul do atual estado de Mato Grosso, tendo como referência o rio Taquari a sul, o rio Araguaia a leste, o rio das Mortes a norte, e, a Bolívia a oeste.

Bororo é o nome como os não índios sempre os identificaram. A palavra Bororo em sua língua significa, entretanto, pátio, praça, aldeia. A palavra indígena que utilizam em sua língua para se identificarem é **Boe** (= gente). Porém, quando falam o português, autodenominam-se também Bororo, de certo modo incorporando a palavra utilizada pelos não índios. São conhecidos também como Coxiponé, Coroados, Porrudos, Cuiabá ou Bororo-Ararivá. Uma parte desta nação, os Bororo Ocidentais eram formados por dois grupos os Bororo da Campanha (alto Paraguai e fronteira com a Bolívia) e os Bororo Cabaçais (rio Cabaçal e Jauru) ocupavam no passado, toda a margem leste do rio Paraguai. Praticamente foram extintos no final do século XIX; pois contatados pelos não índios, serviram aos bandeirantes como guias de mato e/ou incorporaram-se como trabalhadores nas fazendas da região. Já os Bororo Orientais, aparecem nos relatórios dos presidentes da província de Cuiabá, até o final do século passado, como "bárbaros de vida errante", "indomáveis", etc. Eram considerados uma ameaça permanente aos não índios que estavam ocupando as regiões próximas à Cuiabá e particularmente à ligação entre Goiás e Mato Grosso. Como os Bororo lutavam defendendo seu território, eram organizadas bandeiras com o objetivo de atacá-los, o que gerava novos contra-ataque. Nestes episódios tinham crianças e mulheres capturadas que eram distribuídas às famílias cuiabanas e provavelmente para trabalhar como escravos.

"... Acaba ela (a bandeira) de regressar, trazendo 14 índios que foram apreendidos, sendo três índias adultas, cinco menores do sexo masculino e seis do feminino... em consequência disso tratei logo de mandá-los vestir, brindá-los com algumas quinilharias, e dar-lhes o cotidiano sustento... e foram distribuídos por

casas de famílias que melhor tratamento e educação possam dar-lhes ... (Arquivo Público do Mato Grosso, 1856:74 citado in OPAN, 1987:57/58)

A história dos Bororo nestes dois últimos séculos está marcada pela resistência contra a tomada de seus territórios pelas frentes de expansão capitalista, fossem elas extrativistas, pastoris e/ou agrícolas. Sua pacificação se deu no final do século XIX, através de uma verdadeira “rendição”:

“O Alferes Antônio José Duarte, que durante inúmeros anos perseguiu os Bororo, arregimentou no ano de 1886 algumas índias Bororo que viviam em Cuiabá, para acompanharem-no em uma expedição com o objetivo de estabelecer relações pacíficas com os Bororo, uma vez que o uso da força sempre se mostrou infrutífero. Os filhos dessas mulheres foram mantidos como reféns na capital elas sem outra alternativa, foram obrigadas a convencer seu povo a depor as armas e fazerem uma aliança com os brancos.

Depois da "pacificação", parte dos Bororo foram reunidos em duas colônias militares, a de Tereza Cristina (Rio Prata e Rio São Lourenço) e a de Isabel (na foz do Piquiri). Para manter a “ordem” do aldeamento, foram destacados cerca de 30 praças para cada colônia. O resultado desta convivência “pacífica” é a promiscuidade das mulheres Bororo com os soldados e o fornecimento gratuito de bebida alcoólica para os homens. Para moralizar estes costumes e convertê-los ao ideal do trabalho capitalista, são chamados os salesianos. Novamente as táticas “civilizatórias” fracassam.

Quando da passagem de Rondon pelo vale de São Lourenço e Rio das Garças, os Bororo ainda se encontravam em guerra com os brancos. Rondon, por métodos persuasórios consegue definitivamente dominar a animosidade dos Bororo com relação aos brancos, graças ao aprendizado da língua e de um aparente respeito pelos seus padrões culturais.” (OPAN, 1987:58/59)

O território Bororo foi quase que integralmente tomado no início deste século, e o povo Bororo teve que passar a viver em aldeias com pouquíssima terra. Passaram a conviver com a presença dos salesianos em Meruri e Garça, enquanto que em Tereza Cristina e outras áreas, com interferência do Serviço de Proteção ao Índio e depois da Fundação Nacional do Índio.

Seu território tradicional ficava assim, a disposição da sanha latifundiária como muito expressa o texto a seguir:

“... a zona habitada por eles tornou-se livre de perigos e nela surgiram e surgem importantes fazendas e centros demográficos como Guiratinga, Poxoreo, Alto Araguaia, Torixoreo, Barra do Garças, Tesouro... (ALBISETTI e VENTURELI 1962:220-221)

Os Bororo conheceram uma forte depopulação neste século até a década de 70 deste século. A nação Bororo contava no final do século

XIX segundo os salesianos em 1907 com aproximadamente 4.000 pessoas. Com a “pacificação” e com a intensificação do contato a população total caiu para cerca de 1.000, em 1935, e para 626, em 1979. Nas décadas de 80 e 90, os Bororo passaram a conhecer um pequeno crescimento populacional, chegando 738 pessoas, em 1987, e a 938 em 1992. (ISA, 1996:673)

“A nação Bororo está dividida em duas metades exogâmicas: os ECERAE (= os fracos) e os TUGAREGE (= os fortes). Cada metade consta de quatro clãs, e cada clã de dois ou mais sub-clãs ou famílias. Esta estrutura se reproduz na localização das casas nas aldeias e acampamentos, na colocação das pessoas na casa central (BAITO ou BAIMANAGEJEWU) e no pátio (BORORO), na colocação das cestas funerárias no cemitério (AROE EIAO), assim como em toda a maneira de pensar e de agir Bororo. No âmbito de toda a nação Bororo os membros de cada um dos oito clãs formam uma fraternidade, pela qual se reconhecem e se aceitam como membros da mesma família, onde quer que se encontrem. Dentro de cada clã há uma comunhão de bens culturais (nomes, cantos, rituais, pinturas, enfeites, seres da natureza) que só podem ser usados pelos membros desse determinado clã, a não ser que este direito seja participado a outras pessoas em pagamento (MORI) por favores recebidos. Os filhos fazem parte do clã da mãe para efeitos de nomeação e herança cultural (sistema matrilinear). As relações sociais funcionam na base da troca de pessoas e mútua prestação de serviços basicamente entre as duas metades exogâmicas.” (CIBAIKARE E ETUA, 1990:7/8)

A cultura Bororo é extremamente rica em rituais. Dentre eles, destaca-se pela complexidade e duração, o funeral. Chega inclusive, a durar até dois meses.

Os funerais são momentos e espaços de novas alianças e de reforço da coesão tribal. Nesses momentos os Bororo que estão separados em diferentes categorizações sociais, suplantam as oposições e unem-se em papéis complementares. A complexidade dos funerais Bororo expressa também de certa forma, a crise esses povos vêm passando desde que entrou em contato com os não índios. Após a pacificação esses ritos foram exacerbados devido às pressões da sociedade envolvente, à perda de seu território, à dificuldades na obtenção dos alimentos, ao aumento mortalidade causada por epidemias, etc. Talvez aí esteja a uma das explicações do porquê passaram a adotar também o nome Bororo, que na sua língua designa o pátio onde são feitos os ritos funerários, o lugar onde sempre lembram a morte. A morte lenta que tem se abatido sobre esta sociedade.

Os Bororo organizam-se sócio territorialmente em aldeias circulares, cortadas pelas duas metades exogâmicas e cerimoniais orientadas pelo eixo leste-oeste. Partes da cultura Jê, sempre tiveram sua economia voltada para a coleta e caça. Porém, neste século, cada vez mais têm que se

voltar para a agricultura, contrariando totalmente hábitos ancestrais. Atualmente vendem artesanato nas cidades vizinhas às reservas, quando conseguem recursos para complementar as necessidades advindas do contato com a sociedade nacional. Têm também participados com certa resistência de projetos desenvolvimento comunitário impostos pela FUNAI. Portanto, distantes da sua cultura, este órgão tem insistido na implantação de projetos pecuários e agrícolas (cultura do arroz).

O território Bororo ficou reduzido às terras formadas pelas áreas: Perigara, no Pantanal, com 10.074 ha; Tadarimana, no município de Rondonópolis, com 9.785 ha; Meruri, a 50 km de General Carneiro, com 82.301 ha; Sangradouro anexo à área Xavante, Jarudore entre Poxoreo e Rondonópolis, com 4.706 ha; Tereza Cristina situada entre Rondonópolis e Santo Antônio do Leverger, com 34.149 ha nas margens do Rio São Lourenço.

A Área Indígena Tereza Cristina tem uma história digna de registro. Criada pelo Marechal Rondon há um século, em 1895, ainda não teve sua demarcação terminada. Neste século, sua área foi reduzida em dois terços. Mesmo assim, sofre problemas sérios de invasões.

“Dos 25.694 ha, três quartos estão invadidos por fazendas. O fazendeiro José Pinto já perdeu três processos na FUNAI e inexplicavelmente continua ocupando a área. José Roberto de Figueiredo Ferraz, recebeu certidão negativa da FUNAI em 1975, de 2.057 ha, no centro da reserva de Gomes Carneiro. Essa terra foi vendida para Licinto Arantes, que tem a intenção de lotear a fazenda para pescadores, o que trará conseqüências incalculáveis para os Bororo desta área. A mais recente invasão é a da Fazenda Canaã, de posse do deputado Moisés Feltrin, que pretende desmatar uma área das terras indígenas e já instalou serrarias e galpões no local.” (OPAN, 1987, 61/62)

O deputado que já ocupou cargo de presidente da CODEMAT e da Assembléia Legislativa do Estado, entretanto, em entrevista ao Jornal do Comércio de Cuiabá, de 24/04/92, negou a acusação, mas a verdade acabou vindo à tona:

“INVESTIGAÇÕES CONFIRMAM DENÚNCIAS CONTRA FELTRIN”

“As investigações sobre a denúncia de que o deputado Moisés Feltrin estaria se utilizando de terras indígenas Bororo constataram que se o deputado, de fato, não invadiu a área demarcada, ele anexou 900 ha de terras de ocupação tradicional dos Bororo sob a falsa justificativa de que se tratava de "terras devolutas". Segundo o missionário Mário Bordignon, que participou das investigações, esses 900 ha, situados entre a fazenda Coroadó, de Feltrin, e as terras Bororo, são terras tradicionalmente utilizadas pelos índios para caça e coleta de frutas. Com a ocupação ilegal, parte da área foi desmatada, cercada e dentro dela construída a sede da fazenda.

O missionário esclarece também que o deputado teve contribuição da FUNAI para forjar um mapa no qual essas terras aparecem como parte de sua propriedade. No entanto, levantou-se que este mapa contrasta escandalosamente com o mapa oficial da propriedade, que está registrado no 5º Cartório de Ofícios de Cuiabá em nome de seu filho.

Mário Bordignon informou também que já está em curso uma nova proposta de demarcação para a AI Tereza Cristina, inclusive com laudo antropológico já concluído. A nova proposta agrega a nascente do córrego que abastece a AI, que estava sob a posse ilegal de outro fazendeiro, Licínio Guimarães. Com a vitória dos Bororo de Tereza Cristina sobre o latifundiário José Pinto, em maio de 94, a nova proposta de demarcação e as descobertas sobre a apropriação de terras tradicionalmente utilizadas pelos índios por parte de Moisés Feltrin, os Bororo esperam reparar parte da perda de seu território tradicional para fazendeiros locais. (ISA, 1996:680)

Em 13 de maio de 1994, a justiça de Mato Grosso, portanto, também decidiu pela reintegração de posse das terras reclamadas pelos herdeiros de José Pinto, aos Bororo de Tereza Cristina. Como se não bastasse, estes já graves problemas, os Bororo da Área Indígena Tereza Cristina vão enfrentar outro, decorrente da implantação próxima da Área, do traçado da ferrovia Ferronorte.

Os Bakairi

Os povos indígenas Bakairi que ocuparam no passado a porção central do Estado de Mato Grosso nas nascentes dos rios Arinos e Teles Pires, vivem atualmente em nas reservas denominadas Santana (35.471 ha), no município de Nobres, e Pakueran (61.405 ha), no município de Paranatinga. Falam língua que pertence à família Karib. Em 1995 somavam um total de 570 índios, sendo que na AI Santana 155 índios e na AI Pakueran 415 índios. Suas terras não têm conhecido problemas com invasões, e estão demarcadas desde meados da década de 80.

Os Bakairi acreditam que o a região da confluência do rio Verde e o Pakueran (Paranatinga ou Teles Pires), onde está localizado o salto "Sawãpa", lugar sagrado sempre invocado em seus rituais míticos. Nessa região à margem direita do Paranatinga viviam os Bakairi. Entretanto, em decorrência das brigas internas e das inúmeras pressões de grupos rivais como os Nambikwara, Tapayuna e principalmente, os Kayabi migraram em várias frentes. Uma parte foi em direção ao córrego Santana, onde está a AI Santana. Outra parte subiu o rio Paranatinga, onde está também hoje a AI Pakueran. Uma terceira parte, a maior, foi para os rios Tamitotoala-Batovi e Kulisevu, afluentes do alto Xingu. Exploradores, viajantes, e cronistas têm

registros dos Bakairi, nessa região, muito embora esses não estabelecidos contatos com os demais.

Desde o século XVIII há registros históricos do contato dos Bakairi com os não índios. Estiveram presentes na condição de escravos nas minas de Mato Grosso depois na extração da borracha e na pecuária. No início deste século, seringalistas instalaram barracões de seringa no interior da reserva de Santana que havia sido criada em 1905. Seu objetivo era a ordenação da ocupação e exploração de seringais nativos.

Os Bakairi de Santana que, em 1884, somavam 55 indivíduos, passaram a trabalhar compulsoriamente na extração da borracha, sofrendo todos os tipos de violência típicos dessa atividade econômica. Foram, inclusive, proibidos de falar a sua língua. Tal situação permaneceu até a década de 70 deste século, quando os Bakairi conseguiram expulsar estes invasores de sua área e quando os seringalistas que se instalaram em área contígua venderam a propriedade para paulistas que nela passaram a desenvolver a pecuária intensiva. Somente em 1965, foi criado o Posto Indígena Santana, mas seus funcionários se aliaram aos seringalistas, em nada alterando a situação que viviam os Bakairi dessa área. O Summer Institute of Linguistics, a partir de 1968, se faz presente, de forma intermitente. Da mesma forma, os missionários da Missão Anchieta, a partir da década de 70. (OPAN, 1987: 79/80)

Após a expulsão, os Bakairi tiveram que continuar ainda, a vender sua força de trabalho aos latifundiários da região e a fazer suas roças, pois havia pouca caça e peixes na área da reserva. Na atualidade, estão se dedicando apenas às atividades internas à reserva, pois como estavam na área de influência da BR-364, tiveram projetos de desenvolvimento comunitário financiados pelo projeto Polonoroeste. Receberam trator, caminhão, implementos agrícolas e cabeças de gado. Estes projetos favoreceram a aldeia mais populosa vizinha ao Posto, o que acabou gerando conflitos entre facções da mesma aldeia. O motivo, também neste caso a FUNAI não levou em consideração os fundamentos da cultura Bakairi.

Esta parte dos Bakairi em decorrência do contato com os não índios apresenta atualmente certo desequilíbrio populacional quanto divisão por sexo e por idade e um maior número de casamentos com não índios. Outras conseqüências do contato são: não falam mais sua língua nativa diante os não índios, conhecem certo abandono dos rituais marcam o início da puberdade. Entretanto, preservam várias características recorrentes aos demais em nível da ordenação social e continuam a realizar um único ritual o "batizado do milho", que é de extrema importância para aquele povo.

O outro grupo que viva às margens do Paranatinga foi reduzindo-se em função de

“... fortes epidemias de sarampo, somavam, em 1884, 22 pessoas. Trabalhavam como guias, remadores, construtores de canoa em expedições de STEINEN (1884/1887) - assim como em outras que passaram a explorar a região do Xingu e o Teles Pires - restabelecendo-se, através delas, as relações entre estes e os Bakairi que passaram a viver em tempos anteriores às margens do Tamitotoala-Batovi e Kulisevu. Nessa ocasião os Bakairi, que viviam nesses afluentes do Xingu somavam cerca de 326 pessoas. Usavam, como os demais xinguanos, machados de pedra.

A partir de então o governo passou a pôr em prática um plano de ação que visava atrair todos os povos xinguanos para o Paranatinga, colocando nesse local "brindes" para atraí-los. Foi com esse objetivo que se demarcou a reserva e fundou-se um posto indígena. Mas somente os Bakairi migraram definitivamente para esse local, tendo a última delas ocorrido em 1923.

As epidemias, somadas às confrontações com os Xavante, que tiveram lugar nesse processo migratório, resultaram em uma perda na população significativa, extinguindo-se aldeia inteira. Ao chegar em Paranatinga, reordenaram-se em várias aldeias. Além de seus roçados, passaram a trabalhar compulsoriamente nas “roças do posto”, na transformação de produtos (mandioca em farinha, cana em rapadura e açúcar de barro, etc.) para o sustento do mesmo e dos “xinguanos” que aí vinham em busca de bens que não produziam. Trabalharam também como tropeiros, perfazendo o caminho Posto-Cuiabá-Posto, transportando "brindes" e mercadorias. Do Posto também partiam tropas para outros pontos da região, destinados à “atração e domesticação” de outros povos indígenas. É o caso dos Postos Indígenas Pedro Dantas, José Bezerra, Kulisevu (atual Marechal Rondon), Pirineus de Souza e Major Libanio Coloizerecê. Movimento de tropas que decaiu apenas como próprio declínio do SPI.

Os Bakairi participaram também na "atração e pacificação” dos Xavante que alcançaram a região do Batovi, sendo que uma parcela destes chegaram a viver na reserva Pakueran (conhecida por Simões Lopes, um dos nomes anteriores do Posto), tendo sido criado no interior dela o PI Paraíso para prestar-lhes assistência. Na década de 70 esses Xavante se retiraram da área.

Além de funcionários do SPI, fizeram-se presentes missionários da South American Indian Mission, a partir da década de 20, buscando convertê-los ao protestantismo. Estes, somente na década de 60 se retiraram da área, por pressão dos Bakairi, segundo os mesmos afirmam.

Em 1942, por ordem do SPI, as diversas aldeias foram aglutinadas em uma só, junto à nova sede do posto, localizada próximo à confluência do ribeirão Azul com o Paranatinga, onde ainda hoje se encontra o Posto e a aldeia Pakueran. Esse sistema de exploração da força de trabalho Bakairi declina juntamente com o SPI. A esse período os Bakairi se referem como o "tempo da escravidão", marcado pelo trabalho forçado, pelo exílio compulsório (não raro em terras de grupos rivais), pelo rígido controle de suas vidas, pelos castigos aplicados aos "infratores" da ordem imposta. (OPAN, 1987: 79/80)

As décadas de 60 e 70 vão se caracterizar-se pela forte presença de missionários na reserva, marcadas pela presença de missionários do Summer Institute of Linguistics e da OPAN. Já na década de 80 foram também incluídos na no projeto Polonoeste, e receberam da FUNAI sob a forma de projetos de desenvolvimento comunitário, tratores,

caminhões, implementos agrícolas. Mais uma vez a pobreza dos solos, a falta de orientação técnica, e pragas de gafanhotos levaram ao fracasso as lavouras mecanizadas. Como o grupo anterior a “incompreensão” da FUNAI de sua cultura, acentuou também, as frissuras que o grupo já apresentava.

Em 1982, culminando um processo de acirramento de conflitos, uma parcela da população partiu e fundou nova aldeia em outro ponto da reserva. Por não aceitar a interferência do chefe de posto em suas vidas, estes foram alijados de seus direitos com relação aos recursos Polonoeste. Recorreram então à OXFAM, que financiou dois pequenos projetos negociados pelos próprios Bakairi.

No início da década de 80, os Bakairi conseguiram colocar na chefia do posto, um Bakairi que era funcionário do setor de saúde da FUNAI. Começa um período marcado pela ausência de funcionários não índios na área, por luta pela terra e pelo fracionamento da aldeia Pakueran. No final de 1986, a figura do chefe de posto é substituída por um conselho de líderes das aldeias ("caciques") assessorado por uma "secretaria", ocupada por um índio Bakairi, funcionário da FUNAI.

Esta parte do povo Bakairi, continua com seus xamãs atuantes presidindo inúmeros rituais que praticam (o “sadyre” (furação de orelha), o iskuygâde, o Kapa, o “batizado do milho”). Contudo, dirigem-se à cidade de Paranatinga para batizar seus filhos, pois consideram esse costume absorvido dos não índios, importante para a convivência interétnica. Atualmente nenhuma missão atua na reserva, pois não recusam ingerências externas.

O NORTE MATO-GROSSENSE

O norte mato-grossense engloba os territórios das nações Apiaká, Kayabi, Tapayuna, Panará (Kreen Akarore) e grupos isolados.

Os Apiaká

Os Apiaká são povos que falam a língua Tupi. Seu território ficava entre o curso médio e baixo dos rios dos Peixes, Arinos, Juruena e Teles Pires. Os primeiros contatos com os não índios são do início do século XIX. Os Apiaká sempre foram amigáveis com os viajantes que circulavam por esses rios. Inclusive, índios Apiaká serviram de guias de navegação nesses

rios. Há divergências entre as estimativas da população (uns indicam 2.500, outros 16.000 índios), que se distribuíam em várias aldeias formadas por uma ou mais casas grandes. Embora praticassem a pesca, a caça, e coleta, já possuíam uma agricultura razoavelmente desenvolvida.

“As relações de paz com a sociedade nacional perduraram até o início do século XX, quando uma parte do grupo se retirou para o centro afastando-se da margem dos grandes rios, evitando contato. Os demais sofreram um massacre por parte dos coletores de impostos do norte do Estado de Mato Grosso, sobrevivendo apenas 37 indivíduos. Desde então não puderam manter seu modo de vida tribal. Miscigenaram-se com elementos de diversas etnias, integrando-se à economia nacional como tripulantes de embarcações, caçadores de peles, caucheiros, pescadores e seringueiros.” (OPAN, 1987:124)

Na atualidade não é possível a contagem da sua população, pois há um grupo arredio que vive isolado no extremo norte de Mato Grosso na área entre o Juruena e o Teles Pires. Outros estão dispersos de Cuiabá à Belém do Pará, com filhos originários de casamentos com outros povos. Um terceiro grupo estabeleceu-se na Reserva Indígena Apiaká-Kayabi com 109.145 ha, no município de Juara. Lá vivem em duas aldeias na margem direita do rio dos Peixes. No início dos anos 90, eram em número de 43 convivendo principalmente, na reserva, com Kayabi e Munduruku. Apenas alguns poucos, falam a língua Apiaká esporadicamente, e a maioria falam o português e o Munduruku.

“Os aspectos culturais que ainda se podem destacar referem-se a seu modo de vida em aldeia (retorno à aldeia após dispersão), incluindo o sistema de associação nas atividades, a distribuição de alimentos e outros bens que privilegiam aos parentes mais próximos. Aparentemente não têm chefe, mas a palavra dos ascendentes maiores é a que tem mais peso no que diz respeito ao destino do grupo. O mundo das representações continua sendo caracteristicamente indígena, apesar do intenso contato e da catequese terem imposto um comportamento diferente. Na educação destaca-se a liberdade, o respeito ao outro desde a infância. Seu modo de se relacionar é franco e direto. Não admitem o mando.” (OPAN, 1987:124/125)

Seu espaço na Reserva divide-se daquela dos Kayabi, apenas pelo rio dos Peixes. Os Apiaká têm se valido de recursos financeiros externos para realizar expedições à procura de seus parentes isolados. Desde 1978 lutam juntamente com os Kayabi, pela correção da demarcação da Reserva, para resguardar o salto do rio dos Peixes. Inicialmente opuseram-se ao projeto de construção da Usina Hidrelétrica do Salto, mas depois entraram em acordo com Kayabi. Embora os Kayabi tivessem concordado a instalação de um Posto Indígena na Reserva, para substituir em parte a Missão Anchieta, os Apiaká, ao contrário, aceitaram indenizações,

mas rejeitaram a proposta de assistência da FUNAI, exigindo a permanência da Missão Anchieta.

Os Apiaká desenvolvem também, um projeto pecuário com resultados satisfatórios e já contam, inclusive, máquinas para produzir farinha de mandioca.

Os Kayabi

Os Kayabi habitavam território compreendido entre as bacias do rio dos Peixes, afluente do rio Arinos e o rio Verde, afluente do Teles Pires, até o rio Peixoto de Azevedo. Fazem parte do tronco lingüístico Tupi e Até meados deste século, resistiram à entrada do não índio em seu território.

Nessa época, com a pressão dos seringalistas os Kayabi que habitavam próximo ao Teles Pires, não resistiram e pressionados pelos irmãos Villas Boas, a maior parte mudou-se para o Parque Nacional do Xingu e uma minoria acabou por se integrar nos trabalhos dos seringais como seringueiros. Já os Kayabi que ocupavam a região do rio dos Peixes, em função da intensificação da invasão dos não índios em suas terras optaram por reunir-se em aldeias próximas à altura do Salto. Entre os oitenta Kayabi que lá habitavam em 1966, apenas 30 concordaram em ser transferidos também, para o Parque do Xingu, por pressão dos irmãos Villas Boas, numa “operação de resgate”.

Na atualidade, há além dos índios Kayabi que estão no Parque do Xingu, cerca de 30 na reserva indígena Mundukuru no sul do Pará, enquanto que 135 Kayabi permanecem confinados em uma área ínfima de seu antigo território. A Reserva Indígena Kayabi. A área demarcada tem se mostrado insuficiente, primeiro em função da pressão exercida pelo avanço da sociedade nacional, e segundo, em decorrência de não terem acesso ao Salto dos Kayabi no rio dos Peixes. Desde 1966, os Kayabi lutam pela correção na demarcação da área, exigindo a inclusão do Salto, que é considerado um lugar sagrado na cultura Kayabi. Em 1984, experimentaram uma experiência nova. O aumento da pressão pela construção da usina levou-os, juntos com os Apiaká, a solicitarem o apoio das entidades e povos indígenas em sua luta. Por mais de dois meses representantes de quatorze nações indígenas permaneceram na região do Salto em atitude de resistência.

“... estourou em Mato Grosso a revolta dos Kayabi e Apiaká, no município de Juara, norte do Estado, cerca de 750 quilômetros da capital. Eles protestam contra a

construção de uma usina hidrelétrica, de capacidade para 30 mil KWA, no rio dos Peixes, que corta as duas reservas. Para ser mais exato, no Salto Kayabi, lugar sagrado nas lendas dos índios e numa área, que eles ocupam antes mesmo dos registros históricos disponíveis aos incrédulos.

Os índios Kayabi e Apiaká entraram mesmo em "pé de guerra" ... lá chegaram cerca de 32 índios de onze tribos do Estado, dispostos a colaborar com a luta deles, nem que fosse preciso empunhar bordunas, arcos e flechas, pois havia insignificante número de armas de fogo. “ (CORREIO DE MATO GROSSO, 1.985:13)

Após a manifestação de defesa de seu território, os Kayabi inicialmente acabaram cedendo e entregando o Salto Sagrado à CEMAT em troca de indenização, ampliação e demarcação da reserva. Mas, embora tivessem assinado um acordo, rapidamente, mudaram de posição e têm exigido junto com os Apiaká, que a área do Salto seja reconhecida, demarcada e respeitada, impedindo-se, pois, a construção da usina hidrelétrica. A razão deveu-se ao fato de que a CEMAT alegou não possuir recursos para a construção da obra.

“A presença de Raoni na reunião das lideranças indígenas dará grande força ao movimento deflagrado para impedir a construção da Hidrelétrica do Salto Kayabi, que, segundo o governador Júlio Campos, distribuiria energia elétrica a 13 municípios da região noroeste de Mato Grosso. A proposta governamental esbarrou na decisão dos índios Kayabi, de lutar pelo cancelamento da usina que, se construída, acabaria com seu mais sagrado ponto - o salto onde morreu um pajé que teria mais tarde se transformado em serpente - e contribuiria ainda mais para a lenta violação de seus direitos sobre a terra. O Salto está dentro da região que secularmente pertenceu aos Kayabi e incluindo-o na parte de ampliação solicitada pelos índios. ” (JORNAL O DIA,1.985:5)

De forma similar aos Apiaká, têm recebido recursos para desenvolverem projetos voltados para a criação de gado, para a horticultura e para transportes fluviais. Completam estas atividades com a agricultura, a coleta e a caça.

Exceto os Kayabi que conheceram educação alienígena, os mais idosos continuam a falar a sua língua, a cantar o lavotsi e a praticar a pajelança.

Os Panará

Os Panará denominados pelos Txukarramãe de Kreen Akarore fazem parte do tronco lingüístico Jê. Seu território ocupava as terras ao norte do rio Peixoto de Azevedo, no extremo norte do Estado de Mato

Grosso, até as cabeceiras do rio Iriri e a Serra do Cachimbo no sul do Pará. Foram durante muito tempo, tido como os “temíveis” índios gigantes.

Os Panará ocupavam toda a bacia do Peixoto de Azevedo, a serra do Cachimbo e as cabeceiras do Iriri e do Ipiranga, uma região de mata cerrada irrigada por um mosaico de pequenos rios e córregos. Evitavam os cursos d'água maiores, como o Teles Pires, e assentavam suas aldeias às margens dos igarapés, interligando-as por extensa rede de trilhas no mato na qual espalhavam *tapiris*, isto é, acampamentos temporários para armazenar caça, pesca e a coleta de castanha, frutas, conchas de mexilhões e penas. Em seus territórios, plantavam milho, batata, cara, banana, mandioca, abóbora e amendoim. Os homens também pescavam e caçavam. Antas, paras, jacus e mutuns, entre outros, eram abatidos com arco e flecha e borduna.

Caçadores, pescadores, agricultores e coletores, os Panará tinham por costume ocupar extensas áreas e explorá-las de maneira sustentável, em função da baixa densidade populacional, da tecnologia rudimentar e inofensiva empregada e da familiaridade com os ecossistemas.” (ISA, 1996: 602)

Em 1950, os irmãos Villas Boas tinham avistado várias aldeias dos Panará e em 1967, foram vistos perto da base militar do Cachimbo no Sul do Pará.

“Durante a década de 50, porém os irmãos Villas Boas sentiram não haver motivos para fazer contato com a tribo, e assim, durante muitos anos, os Kreen Akarore foram deixados em paz em seu território tribal.

A primeira tentativa séria de contato com a tribo ocorreu em 1967, quando um pequeno bando Kreen Akarore foi visto perto da Base Aérea de Cachimbo. A presença dos índios causou uma onda de histeria no pessoal militar da base, e uma esquadrilha de caças vasculhou a selva à procura da tribo. Essa atitude deixou Orlando Villas Boas furioso. Ele explicou que o medo dos militares diante dos índios era totalmente infundado. Os Kreen Akarore aproximaram-se da base por curiosidade, como indicava o fato de estarem acompanhados por mulheres e crianças, e haverem deixado arcos, flechas e cestos numa das extremidades da base. Foi citada na época a seguinte declaração de Orlando Villas Boas:

Basta gritar “índio!” e todo mundo enlouquece. Os *civilizados* atiram. Voam de avião sobre a selva toda. Um brigadeiro é fotografado atrás de uma metralhadora.

Diante de uma situação tão delicada, em 1968 os irmãos Villas Boas viram-se obrigados a fazer sua primeira expedição em busca da tribo Kreen Akarore. Inicialmente, a FUNAI lhes deu apoio para essa expedição, mas quando ficou claro que um contato pacífico seria difícil e levaria mais tempo do que se pensava, o Governo brasileiro cortou os fundos para a expedição. O resultado foi o fracasso dessa primeira tentativa. Em 1970, os Kreen Akarore haviam recuado para as profundezas da floresta de Cachimbo e queimado seus campos e aldeias.

O início da construção da estrada Cuiabá-Santarém, em 1971, deu o impulso final para o contato com a tribo Kreen Akarore. Novamente, a FUNAI recorreu a Orlando e Cláudio Villas Boas para dirigirem a expedição. “ (DAVIS, 1978:96/97)

O fracasso da primeira expedição de contato fracassou em 1968/69, deixou seqüelas que causaram doenças e fome entre os Panará,

pois eles tinham começado a abandonar suas roças. Com o início da construção BR-163, rodovia Cuiabá Santarém e da BR-080 Brasília Manaus, em 1972/73 os irmãos Villas Boas acompanhados de índios Suyá e Txukarramãe, promoveram a "pacificação" dos Panará, em seu território originário, no rio Peixoto de Azevedo, afluente do Teles Pires.

“Quando dei por mim já estava no meio da aldeia. Um grande e pesado silêncio envolve tudo. Os gigantes não atacam, mas não se mostram. Esconderam-se na mata. ... Ute-í encontra **uma borduna de um metro e setenta**. É pesada, forte. A borduna tanto serve para a guerra como para o descanso: os índios apoiam o queixo nela, para descansar. Para apoiar o queixo numa borduna de um metro e setenta é preciso ser um homem de dois metros de altura. Segundo a tradição em várias tribos, depois de cometer um ato de violência, o índio é indigno de sua borduna. Abandona-a no local do crime. O crime, no caso, estava visível: **as bolas, os aviõezinhos de brinquedo e as bonecas que jogáramos de avião haviam sido esmagados a golpes de borduna!**

Outro índio encontra **um machado de pedra - um seixo pontiagudo e cortante preso num cabo de madeira**, um instrumento do homem das cavernas. Diante da peça rara, Orlando e Cláudio decidem trocá-la por um machado de aço com o cabo cheio de enfeites. Encontramos também **uma zagaia, antiquíssimo instrumento de caça e de guerra**. Em torno da aldeia há **uma plantação de mandioca, abóboras e milho**. Eles voltarão para colher o milho. É certo que estão próximos, em três dias os índios da expedição os localizariam. Mas os Vilas Boas não têm pressa, é preciso dar tempo para que eles raciocinem, aceitem ou não as nossas ofertas.” (REALIDADE, p.55)

Assim, a "pacificação" tinha sido decidida nos gabinetes dos militares em decorrência dos cada vez freqüentes encontros violentos entre índios e não índios. Afinal, a base aérea da FAB de Cachimbo havia sido construída dentro do espaço de perambulação, caça e coleta no território Panará.

“Em julho de 1972, 2 070 trabalhadores e 347 veículos já estavam na região. Os índios espionavam e fugiam. Em maio, flecharam um trabalhador. Foi ai que os vírus atingiram as aldeias, como um raio seco. Os Panará começaram a morrer, com tosse, dor pulmonar e febre. *"Iam caindo e morrendo"*, disse o chefe Akè Panará. *"Morreu todo mundo pelo caminho."* (ARNT, 1996:39)

Entre 73 e 74, os Panará que eram mais de 220 no primeiro contato, ficaram reduzidos a menos da metade de sua população, e os poucos sobreviventes esmolavam na beira da rodovia Cuiabá-Santarém. Em 11 de janeiro de 1975, iniciou-se seu deslocamento para o Parque do Xingu. Dos 220 à época da "pacificação", 79 foram embarcados de avião para o Parque, foram abrigando-se sucessivamente nas aldeias Kayabi, Txukarramãe e Suyá.

“Assim, em janeiro de 1975, um C-47 da FAB levou 79 sobreviventes trôpegos, em duas viagens, para o Parque do Xingu. Foi assustador. Eles mal entendiam o que estava acontecendo. *"A gente ficou se abraçando, chorando de medo"*, conta Yokrè Panará. *"Eu tremia, apavorado"*, diz Teseya Panará ... *"Eu vim no segundo avião. Nós entramos e ficamos nos segurando, firmes. Tapei a cara com a mão e fiquei com medo de olhar para baixo. A gente chorava de medo. **Quando chegamos, não entendi nada. Os Txukarramães e o chefe deles, o Raoni, nossos inimigos, estavam lá, nos esperando. Muito estranho.**"* Disse Krikati. (ARNT, 1996:39 e 45) (Sem negrito no original)

Os Panará estavam extremamente enfraquecidos, doentes e não manifestavam nenhuma vontade de continuar a viver. Em 1976, estavam reduzidos a 64 índios. Com muita dificuldade, e em função de uma assistência particular, os Panará passaram a se recuperar da agonia e da desestruturação social. Nas quatro casas do Suyá Missu puderam se reorganizar segundo a lógica dos clãs tradicionais; dos Jê, e passaram cada vez mais revelar os traços culturais característicos de uma sociedade Jê. As mudanças na administração do Parque a partir de 1984 permitiram um maior fortalecimento desse grupo. Transferiram-se então, para um novo local, construindo uma nova aldeia, ao norte da BR-080. A população aumentou em número para 83 índios.

“A principal crítica dos Panará ao seu novo habitat é a "falta de terra boa" para a agricultura. Steve Schwartzmann explica que, a mente, os índios "habitavam uma região de terra firme, propícia a agricultura, onde havia fartura de caça e de peixe em córregos e igarapés acessíveis sem uso de canoa, e com grande ocorrência de espécies de frutas nativas de considerável peso na alimentação como castanha-do-pará, açaí, cacau selvagem, cupuaçu e buriti. Dali foram deslocados para uma área de várzea, "onde qualquer trânsito entre novembro e abril é impossível sem canoa ou barco, menos a pesca". Além disso, sendo o Xingu uma área de transição ecológica entre os cerrados do sul e do leste e a floresta tropical e fechada para o norte e oeste, a não incidência de frutas nativas comuns no Peixoto de Azevedo representava na dieta dos Panará significativa perda de teor protéico.” (ISA, 1996:604)

As mudanças se faziam sempre na direção do retorno ao seu território tomado. Mudaram 7 vezes, rumo ao rio Peixoto Azevedo. Em 1989, fixaram-se na aldeia do rio Arraia onde reconstruíram sua identidade.

“Retomar o Rio Peixoto de Azevedo, passou a ser uma idéia fixa desde que os Panará voltaram a sonhar. No Peixoto eles tinham castanha-do-pará, açaí, cacau, cupuaçu, buriti, batata, cará, banana, milho, mandioca abóbora e algodão. Havia muito peixe e caça, queixada, macaco, jabuti jacu e mutum. E mel.” (ARNT, 1996:41)

No início da década de 90, começou o trabalho de volta. Em 1991, vão de ônibus rever seu território. Mas encontram no lugar da maior aldeia a cidade de Matupá, construída pelo grupo paulista OMETTO. Em vôo de avião viram o que o garimpo que alastrara na bacia do Peixoto, tinha deixado somente rastros de destruição. **“Os não índios tinham comido a terra dos Panará”**, afirmavam os índios indignados no filme “O Brasil Grande dos Índios Gigantes de Aurélio MICHILES em 1995. Do Peixoto vão para as cabeceiras do rio Iriri no sul do Pará também parte de seu território, e lá escolhem o lugar para começar a volta. Doze Panará iniciam o trabalho para construção da nova aldeia. Estavam decididos a retornar ao seu território.

“É kranqüilo!”, diz Kreton, confundindo os “k” da língua Panará: *“Aqui em Nacypotire vai ser Tranqüilo”*. Kreton, Kokè e Akè foram os primeiros a constatar, de avião, em 1991, que havia um pedaço intacto nas antigas terras, nas cabeceiras do Rio Iriri. Eram uns 500.000 hectares, a quinta parte dos 2,5 milhões que tinham antigamente. O restante fora ocupado por 23 cidades. O Peixoto de Azevedo, coitado, virou um lamaçal.” (ARNT, 1996:42)

“Nova expedição partiu em fevereiro de 1994, quando cinco Panará voaram até a Área Indígena Menkragnoti, na margem do Iriri, identificando, depois de dois dias de viagem por canoa, o lugar chamado **Inkô Tumsi** (Lagoa Grande), onde justamente haviam decidido construir, em 1968, nova aldeia, que seria privilegiada por grande: fartura de peixes. Ali também encontraram terra boa para fazer roça e iniciaram, então, os preparativos para se instalar. O grupo foi reforçado por outro, maior, que chegou ao local dois meses depois. Fizeram roças, construíram malocas e começaram a abrir uma pista de pouso.” (ISA, 1966:605)

Ainda em 1994, entram com ação declaratória reivindicando área de 488.000 ha nos municípios de Garantã do Norte-MT e Altamira-PA, e conseguem o despacho reconhecendo a ocupação.

“Em 1994 também, deram um passo gigantesco: doze guerreiros voltaram ao Iriri e construíram a primeira maloca da aldeia de Nacypotire. Em dezembro, a FUNAI reconheceu a Área Indígena Panará. E, no último dia 1º de novembro, o Ministério da Justiça decretou a posse permanente dos panarás sobre 495 000 hectares de terra.

“Em outubro de 1995, com a pista de pouso da nova aldeia e uma estação de radiofonia em funcionamento, um grupo de 50 Panará entre homens, mulheres e crianças - mudou-se, iniciando o regresso definitivo. Foram feitas várias viagens com apoio de um pequeno avião da FUNAI, entre o Posto Piaraçu, no PIX, até a nova aldeia no Iriri. Acompanhados por um chefe de Posto da FUNAI, as famílias Panará passaram a se dedicar à ampliação das roças, aguardando o retorno dos demais que ficaram no PIX. Logo enfrentaram um surto de malária Apesar da presença de um grileiro no limite oeste e a perspectiva de invasões de madeiras na próxima estação seca, os gigantes Panará continuam firmes na convicção de consolidar a volta para casa.” (ISA, 1996:606)

“Hoje, as famílias estão voltando **Nacypotire** já tem dez casas. ... são 75 Panará no Rio Iriri e 99 no Rio Arraias, no Xingu, esperando para se mudar. Mas a aldeia nova precisa de uma boa roça, para sustentar todos, e que só poderá ser testado na próxima estação seca, em maio de 1997. Ninguém quer ficar no Xingu. ” (ARNT, 1996:42)

Kôte filha de Krampè, nascida em 14 de agosto de 1996, é a mais nova Panará e a primeira a nascer na aldeia de **Nacypotire**. Krampè tem esperança de que, no Iriri, seu povo volte a ser forte e poderoso, como antigamente. *"A gente aprendeu muito sobre os brancos. Tem não índio bom e não índio ruim, como os Suya e os Kayapó. O problema é que são muitos."* (ARNT, 1996: 44)

Em meados do mês de março deste ano de 1997, voltaram antes, e esperam, definitivamente para parte de seu território tradicional no vale do Iriri. Lá poderão de novo, cultivar o sagrado ritualizando novamente suas vidas:

"Se você buscar o que para nós parece religião, não acha. Eles acreditam que a aldeia dos mortos fica sob a terra e que eles, de vez em quando, "puxam" os vivos. Mas também há mortos no céu. As estrelas são panarás que se foram: as pequenas, os homens; as grandes, as mulheres. Para eles, um dia, uma panará pariu uma sucuri, que foi esquartejada pelo marido. Dos pedacinhos nasceram os brancos. É por isso que há tantos brancos no mundo. ” (SCHWARTZMAN, 1996:41)

Mas, a presença de um grileiro no limite oeste e a perspectiva de invasões de madeireiras na próxima estação seca, conforme já previam em 1995, começou a ser combatida antes, pois a FUNAI e o Núcleo de Direitos Indígenas - NDI começaram a agir.

“Em setembro de 94, a FUNAI constituiu um Grupo de Trabalho para proceder à identificação da área, mas, durante a viagem de cinco dias rio Iriri acima, constatou-se, não distante da nova aldeia dos Panará, a existência de um grupo de pistoleiros a serviço de fazendeiros e políticos influentes que, além de armas, estava equipado de motosserras e tinha como meta grilar as terras. ” (ISA, 1996:605)

Já, o NDI encaminhou representação ao Ministério Público Federal, solicitando a instauração de inquérito civil público para coibir processo de grilagem de terras federais reivindicadas pelos Panará. Esta representação envolve um grupo de dez pessoas, a maioria políticos de Garantã do Norte e Peixoto Azevedo.

O OESTE MATO-GROSSENSE

Os Paresi

Os Paresi são um povo que pertence ao tronco lingüístico Aruak. Entretanto, se autodenominam Halíti (gente, povo) e reconhecem outra classificação onde se dividem em Waimaré, Kozárini, Warére e Káwali. Estes subgrupos com dialetos distintos, habitavam territórios contíguos, mas com limites bem definidos. A partir do século XIX passaram a ser denominados, indiscriminadamente, como Paresi.

Seu território ficava nas cabeceiras dos rios Arinos, Sangue, Papagaio, Juruena e alto Paraguai, no centro-oeste do estado de Mato Grosso. Esta região do divisor de águas da bacia amazônica e paraguaia, é composta por um chapadão arenoso que recebeu o nome deste povo índio. Os diferentes grupos ocupavam as seguintes áreas distintas: os Waimaré na região dos rios Verde, Sacre e Papagaio; os Kozárini o divisor de águas dos rios Juba, Cabaçal, Jauru, Guaporé, Buriti, Juruena; os Kazíniti no vale do rio Sumidouro (afluente do Arinos) e no Sepotuba (afluente do Paraguai).

As relações entre os Halíti e a sociedade envolvente vêm do final do século XVII. Bandeirantes paulistas caçadores de índios e a exploração da mineração estão no início dessa história. Em 1723, Antônio Pires de Campos, preador de índios, escreveu um relato sobre o que chamou de “Reino dos Paresi. Eles formavam um povo numeroso, e eram tidos como “agricultores incansáveis, pacíficos e de fácil trato”. (CAMPOS, 1.862:443).

Depois do período áureo da mineração, a região dos Paresi foi tomada por levas de migrantes a procura e extração da seringa e da poaia. Este período foi marcado por tensão e violência:

“As relações entre seringueiros e índios foram marcadas por situações de extrema violência, como a que resultou no incêndio da aldeia Koterecô-suê, hoje conhecida como Aldeia Queimada, e aquela em que trabalhadores índios dos seringais do Bacaval foram assassinados. “ (OPAN, 1987:65)

No início do século XX, a Comissão Rondon ao instalar uma nova linha telegráfica ligando Mato Grosso ao Amazonas, cortou seu território. Os Paresi sofreram as conseqüências deste fato em nível da sua organização territorial e social. Grupos dispersaram-se se afastando de seus territórios originais, em decorrência dos novos valores e padrões de socialização introduzidos. (COSTA, 1985:229-236).

Os Paresi conhecem desde a metade deste século, a presença de missões religiosas em suas aldeias. Entre eles estiveram os jesuítas da Prelazia de Diamantino, a missão Anchieta e as agências protestantes da América do Norte, South American Indian Mission (SAM) e Summer Institute of Linguistics (SIL). A SAM foi expulsa pelos Paresi, devido a interferência daqueles missionários em suas vidas.

De uma forma geral as aldeias Halíti são de baixa presença demográfica, tendo entre 6 e 60 índios cada. Na área da reserva vivem na atualidade pouco mais de 800 Paresi distribuídos em 23 aldeias. Como vivem em região típica de cerrado, os Paresi estabeleceram suas aldeias próximas às cabeceiras dos rios, onde encontraram solo mais propício para as roças, particularmente de mandioca brava. Além de serem exímios caçadores, três aldeias (ao norte da reserva), extraem seringa que junto com o artesanato (arco, flecha, colar, pulseira, bola, rede, corda), vendem na região.

De uma forma geral, cada aldeia Paresi, é composta por duas casas comunais, denominadas **híti**, e por uma pequena casa onde guardam as flautas sagradas, usadas nos rituais. Em termos ideais, as **híti** com forma elíptica, situam-se em oposição nas extremidades do pátio da aldeia. Têm duas portas nas extremidades uma voltada para o nascente e outra para o poente. Cada uma é ocupada por um grupo doméstico com três gerações.

”A aldeia é uma unidade socialmente significativa na sociedade Paresi; seus moradores formam um grupo social específico, cujas relações são marcadas pela solidariedade. Classificam-se como **"parentes verdadeiros"** e obedecem a uma série de direitos e obrigações. **Cada aldeia possui um líder, cuja habilidade principal é manter a coesão do grupo, além da administração das atividades de subsistência e organização dos rituais.** A chefia é transmitida de pai para filho, preferencialmente o primogênito.

Cada aldeia conserva sua autonomia política e econômica, e possui direitos exclusivos sobre os recursos do seu território, embora desenvolvam, entre si, uma vigorosa interação, expressa pela cooperação nos trabalhos, como os de derrubada para a abertura de uma roça, na hospitalidade e prodigalidade. ” (OPAN, 1987:67/68) (Sem negrito no original)

Somente nas décadas de 80 e 90, é que os Paresi estão tendo suas terras demarcadas, pois, a partir anos 60, seu território foi rasgado pela BR-364 Cuiabá-Porto Velho. Os conflitos entre os Paresi e os fazendeiros que começaram se estabelecer em suas terras, foram se acentuado com a vinda de grande número de migrantes do sul do país.

Em 1991, foi homologada RI Pareci com área de 563.586 ha no município de Tangará da Serra, onde faz divisa, a leste com a fazenda Itamarati Norte de propriedade de Olacyr de Moraes. Também, no ano de 91,

foi homologada a área da AI Utariti com uma superfície de 412.304 ha no município de Campo Novo dos Parei e a AI Formoso com 19.749 ha também em Tangará da Serra. Em 1993, foram homologadas as áreas das AI Estivadinho com 2.032 ha em Tangará da Serra e AI Juininha com 70.537 ha em Pontes e Lacerda. Em 1995 foi homologada a AI Figueiras no município de Barra dos Bugres com 9.858 ha. Estão ainda em processo de demarcação as AI Capitão Marcos/Uirapuru no norte do município de Vila Bela da Santíssima Trindade e AI Estação Parei em Diamantino e Nova Marilândia.

À luta dos Parei pelo reconhecimento de suas terras, somam-se a dura realidade de extensas famílias que migraram para as cidades a partir da década de 40. Em geral, são sobreviventes de grupos Parei que tiveram seus territórios invadidos por seringueiros e poaieiros. Gravitarão o tempo todo, em torno das estações telegráficas, têm irmãos, primos, tios, nas aldeias. Muitos conservam o nome Parei: Zonoizô, Zonoicê, Kanazuê, Korezokerô, Ari Zoré, Zoazokoerô, Enoré.

“Os Parei estão em constante estado de alerta e já anunciaram que irão até as últimas conseqüências e não deixarão a área em que vivem na Estação Rondon, município de Diamantino/MT. O clima é tenso na área, pois a qualquer momento a Justiça decidirá sobre a retirada e os Índios comunicaram à FUNAI que só sairão da Estação Rondon, mortos. Apesar da Área ser de 3.600 ha, os índios só ocupam 300 ha.” (ISA, 1996:596)

Se não bastassem os problemas ligados à demarcação de suas terras, os Parei vêm enfrentando pressões para abrirem suas áreas para o cruzamento de rodovias. Aproveitando-se da divisão interna os fazendeiros que plantam soja na região, rasgaram nas terras indígenas uma estrada ligando Itamarati Norte à Sapezal. Agora, querem implantar o projeto do DER estadual da MT-235 (São José do Rio Claro - Comodoro) que neste trecho, ligará Campo Novo dos Parei à Sapezal. Agora, os índios não querem sofrer o revés da outra estrada:

Índios Parei protestam contra mais uma estrada que pode cortar sua área ... os silvícolas exigiram imediatas providências por parte do Ministério Público no sentido de embargar a implantação da rodovia MT-235, ligando Campo Novo dos Parei a Sapezal, que corta a Reserva Indígena Utariti. A implantação da rodovia - conforme a FUNAI - já conta com sinal verde do governador Jaime Campos. *"Nos inteiraremos sobre a realidade da coisa, se realmente o governo do Estado alocou perto de Cr\$ 40 milhões para a obra ...O prefeito de Campo Novo dos Parei deseja a rodovia para encurtar 35 quilômetros no trajeto atual pela rodovia Nova Fronteira. Não há um amparo legal nisto. A área é de domínio e posse das comunidades indígenas. E a União não autorizou..."*

Parte do trecho que pode ser cortado pela futura rodovia MT-235 já está parcialmente desmatado, para desgosto dos índios. O desmatamento pode ser visto nas margens dos rios Papagaio e Sacre, e os índios temem seu prosseguimento célere e a conclusão da futura rodovia. *"Vamos lutar contra. Não permitiremos. Querem tomar nossos direitos. O não índio não quer índio em paz, sossegado. Se autoridade nas tomarem providências, nós tomaremos ...* desabafou o cacique João Arezomáé - João Garimpeiro. (JORNAL DO DIA 17/05/91)

Os Umutina

"De que nos serve tanta farinha e roupa se morremos de moléstias que vocês nos passaram. Agora que todos morremos você diz ser nosso amigo, por que não nos curam?" (Palavras de Boepá Umutina aos funcionários do SPI - Revista do Museu Paulista, N.S. Vol. XIII- 1961/62, citado por SCHULTZ)

Os povos Umutina são uma ramificação da grande nação Bororo. Pertencem à família Otukê do tronco Jê. É possível que a separação do grupo se desse em função de que uma parte dos Bororo que vieram da Bolívia subiram o rio Paraguai perdendo o contato com os demais que desceram o rio. Os Umutina avançaram mais para o norte, subindo o rio Sepotuba e dominando as regiões do rio Bugres e Alto Paraguai.

O índio Pedro Kupooonepá, Chefe do PI Umutina afirma que os Umutina se autodenominavam "Balotiponé" e que a denominação Umutina foi dada a eles pelos Paresi. Na língua Paresi "Imuti" quer dizer gente branca ou civilizada. Os Umutina são os índios que têm a pele mais clara no Brasil. São também, conhecidos como "barbados" em função de terem barbas. Ou então, usam postilhas que fazem de pelo de macaco bugio ou de cabelos das mulheres da tribo. O ritual do culto aos mortos é uma de suas manifestações culturais mais importantes. Pintam-se com jenipapo e carregavam nas costas couros de animais, pois segundo suas crenças eles encarnavam os espíritos de seus mortos.

Os Umutina conheceram os primeiros contatos com os não índios, ainda no século XVIII. Mas foi com corrida ao extrativismo seringa e da poaia que se fixaram definitivamente na região. Em função das invasões que sofriam, os Umutina abandonaram as aldeias próximas do rio "Xopo" (Bugres) e do rio "Laripó" (Paraguai).

A fundação da cidade de Barra dos Bugres associadas aos preços internacionais da poaia exportada para a Europa, comerciantes passaram a financiarem grupos de poaieiros para praticar chacinas contra os

índios. Essa tensão durou até o começo do século XX, quando Rondon promoveu a chamada “pacificação”.

As terras dos Umutina só foram homologadas em 1989. A Al Umutina situada no município de Barra do Bugre e Alto Paraguai, tem 28.120 ha. As terras estão limitadas pelos rios Paraguai e Bugres até a confluência deste último, e por uma linha seca ao norte de 12 km de extensão. Possui córregos com margens ocupadas por matas de buritizais e campos de sapé com "oásis" de babaçuais. Durante a estação chuvosa (novembro/abril) uma parte da reserva fica inundada.

A população da Al Umutina, no início da década de 90, era de 284 índios. Desse total, cerca de uma centena são Umutina. Os demais são mestiços, Paresi, Kayabi, Irantxe, Terena e Nambikwara que foram trazidos ainda pelo SPI, quando diminuiu a população Umutina. Os índios praticam a agricultura, pecuária, pesca, caça e extrativismo (ipecacuanha). O projeto Polonoeste e atualmente o Prodeagro financiam projetos agrícolas da FUNAI na aldeia.

Os Nambikwara

Os Nambikwara conhecidos como Cabixi tinham um território com mais de 5 milhões de hectares localizado na porção noroeste do estado de Mato Grosso e sul de Rondônia. Ocupavam o Vale do Guaporé e parte da Chapada dos Paresi. No início do século XX, calcula-se que os Nambikwara tinham uma população de seis a dez mil índios. Hoje, alguns grupos que formam os Nambikwara, estão reduzidos a poucas pessoas. A população, no começo da década de 90, era de 885 índios.

Os primeiros contatos com os não índios vem do início do século XVIII. Tal e qual os demais povos indígenas que ocupavam essa região do Estado, os Nambikwara conheceram os primeiros contatos na época da mineração e depois no extrativismo da seringa e da ipecacuanha. Mas foi na década de 70 deste século, que sofreram uma invasão esmagadora de seu território. Essa invasão foi feita com conivência da FUNAI e com os incentivos fiscais da SUDAM no Vale do Guaporé.

Os Cabixi foram vítimas de um grande golpe que precisa ser registrado. No oeste do Mato Grosso, a nação Nhambiquara sempre ocupou as terras do Vale do Guaporé; entretanto, foi tão grande a sanha destruidora de grupos econômicos paulistas, que se julgavam donos daquelas terras, que a reserva foi inicialmente, demarcada apenas na área do cerrado da Chapada

dos Pareci. O povo Nambikwara foi arrancado de suas terras no vale e transferido para a reserva no cerrado.

Isso aconteceu sob a luz da Constituição Federal do país, que é expressa nesse particular, quando afirma serem as terras indígenas patrimônio inalienável da União, não podendo, pois, os indígenas ser retirados de suas terras. Entretanto:

"Os grupos que voltaram para casa encontraram fazendeiros raivosos. Os Hahaintesus (Nambikwara) reconstruíram a maloca a 50m do campo de aviação, na fazenda Zillo-Lorenzetti. As casas foram cercadas de arame farpado, para proteger os índios das vacas - ou as vacas dos índios? O administrador da fazenda chegou a pulverizar semente de capim, de avião, nas derrubadas Nambikwara, para o capim afogar suas roças. Outros grupos viram o gado invadir e destruir suas plantações.

Na fazenda Vale do Guaporé, o administrador Max Mosman deu ordens para que a equipadíssima enfermaria recusasse atender a duas índias que chegaram com pneumonia. Morreram." (CARELLI e SEVERIANO, 1980:18)

O extermínio provocado pelos fazendeiros dos projetos agropecuários da SUDAM, não se restringia apenas ao arame, às doenças:

"Nas aldeias do Sararé, os bosques de mangabeiras foram destruídos certo dia por uma ventania que arrastou nuvens de TORDON 155-BR, poderoso desfolhante produzido pela DOW QUÍMICA, famoso como 'agente laranja' da Guerra do Vietnã. O agente havia sido jogado de avião para desmatar a área. E só deixaria de ser usado em 77, com sua proibição oficial.

Em lugar do perigosíssimo TORDON 155-BR, passaram a usar o muito perigoso TORDON 101-BR. Ficaram também freqüentes as epidemias de desintéria, cansada pela contaminação dos rios." (CARELLI e SEVERIANO, 1980:17) (Sem negrito no original)

Assim, os estoques de produtos químicos empregados na Guerra do Vietnã, e produzidos pela multinacional DOW QUIMICAL, passaram a ser empregados, também no extermínio das nações indígenas, na destruição da floresta Amazônica. Não é demais lembrar que o General Golbery do Couto e Silva, o estrategista da geopolítica dos governos militares responsáveis pelo golpe de 1964, foi um dos altos mandatários dessa multinacional.

Os governos militares, com financiamento do Banco Mundial, foram mais além com seu plano de extermínio da nação Nambikwara (a mesma nação que colaborou com Rondon na extensão do telégrafo até Rondônia), e projetaram o traçado da rodovia asfaltada entre Cuiabá e Porto Velho, a BR-364 como é conhecida, para simplesmente, cortar as aldeias no Vale do Guaporé:

"O novo traçado passará lambendo as reservas dos Hahaintesus, Alantesus e Wasusus. Pior ainda, passará bem por cima de uma maloca do Sararé e vai atropelar os Alakatesus e Waikusus." (CARELLI e SEVERIANO, 1980:21)

Assim, de forma profética, esses brilhantes autores explicam a sabedoria índia:

"O Banco Mundial, sem dúvida, é outra generosidade - afinal, somos todos cristãos: os banqueiros dão dinheiro para a estrada desde que os fazendeiros preservem os índios e a ecologia. Será? Sobreviverão os últimos Nambikwara? Ou serão até suas relíquias arqueológicas destruídas, com suas pinturas gravadas nas rochas, trituradas na betoneira? Esta história sórdida ainda não terminou.

A profecia do povo de Etreka reza que, se a mão branca profanar a morada dos espíritos, acabará o mundo. O mundo Nhambiquara com certeza." (CARELLI e SEVERIANO, 1980:21)

Os Nambikwara têm, provavelmente, três línguas diferentes, com inúmeros dialetos. Vivem dispersos e não aceitam morar em grandes aldeias. Sua mobilidade se explica pela natureza de sua estrutura social. Praticam a caça, pesca, coleta e cada família possui sua roça própria pois os membros de cada aldeia estão unidos pela obrigação de partilhar comida. Na sociedade Nambikwara as mulheres cuidam do fornecimento e preparação dos alimentos de origem vegetal, enquanto que os homens cuidam daqueles de origem animal matéria animal. Assim, a sobrevivência impõe a necessidade do casamento.

As facções internas que formam a sociedade Nambikwara têm funções econômicas e políticas importantes e em geral têm pouca duração. Por exemplo, aquelas formadas por genros e sogros se desintegram quando morre o sogro - o elo de ligação. Já, as facções formadas por irmãos que permanecem mesmo depois da morte do pai, só podem continuar na terceira geração, se a primeira e a segunda conseguem ter muitos filhos e retê-los em casa. Assim, como isso ocorre raramente a maioria das facções Nambikwara não ultrapassam em geral, duas gerações.

O processo de formação, mudança de composição, cisão, desaparecimento, das facções marca a vida política desses povos. O auto-interesse é o princípio regente de cada facção, e isso os leva ter que conviver sem atritos, embora o conflito seja componente potencial na sociedade. Quando eles ocorrem, as facções separaram-se, pois assim, cada pode ter um lugar para fazer suas roças e área para caçar. Com a facção dividida, ambas, passam a se constituir em lugar de visita da outra.

Outra hipótese ocorre quando há caça suficiente e terra para plantar próximo da aldeia, neste caso, facção maior permanece e a facção menor funda outra aldeia em outro lugar. Mas, se os recursos próximos da aldeia estão se esgotando, as duas facções fundam novas aldeias. Por exemplo, uma aldeia abandonada há anos, pode ser lugar para se construir uma nova aldeia, se a mesma tiver areia branca para dormir, água nas proximidades, trilhas ligando outras aldeias e capoeiras fáceis de derrubar. Dessa forma, surgem as aldeias fundadas pelas facções dissidentes que vão crescer até que outras facções se formem e se separem, ou desapareçam quando os recursos necessários ao grupo se esgotarem. Ou então, são recuperadas quando os recursos se restabelecem.

Além dessa componente econômica e sócio-política de forte implicação territorial, a religião também influi no padrão de uso da terra. Os Nambikwara crêem que a alma é a imagem do outro no olho, que só some após a morte. Por isso, como seus restos mortais são sempre enterrados no pátio da aldeia, as aldeias que os contém são lugares sagrados. Onde quer que haja um Nambikwara enterrado é considerado aldeia, mas, onde não há ninguém enterrado não é aldeia, mesmo que aí vivam muitos Nambikwara.

A escolha de lugar para a aldeia torna-se o compartilhamento com os espíritos de todos os outros que tiveram seus corpos enterrados aí. Mesmo quando não é área tradicional dos grupos, elas contêm os espíritos desconhecidos de seus antepassados. Sempre que alguém morre longe de uma aldeia, o corpo é levado para ser enterrado em lugar onde há terra boa, onde roças futuramente possam ser feitas.

Em termos políticos, como o grupo que mora em uma aldeia é uma grande família e como praticam a ética da partilha de toda comida entre todos, manda quem mais partilha. Para tal, normalmente é um membro da facção dominante, que seja bom trabalhador e bom caçador. Como na língua Nambikwara a palavra cacique significa “o hábil” e os subordinados “parceiros”, o cacique não manda por direito, mas por habilidade.

Assim, os Nambikwara têm uma cultura que garante igualdade econômica, equilíbrio com o meio ambiente e um sistema político que garante a todos os homens, igual acesso ao poder, desde que esses líderes sejam homens hábeis. Para preservá-la, apropriam-se de um território que possibilita a convivência com situações de existência de situações que incluem muitas aldeias pequenas e temporárias.

A história da demarcação das terras Nambikwara, como já apontado no início, é uma história de saques. O Vale do Guaporé, a área

mais densamente povoada por esses povos foi irregularmente liberada às empresas agropecuárias, mediante expedições de certidões negativas pela FUNAI. Para que fosse possível a ocupação do território Nambikwara, tentam sem êxito transferir os índios do vale para uma reserva na área de campo na Chapada. Se não bastasse esse grave problema, o governo modificou o traçado original da BR-364, fundamentalmente para favorecer os latifundiários que se instalavam no vale. O novo traçado da rodovia construída com recursos do Banco Mundial; cortou as terras que eram território Nambikwara no vale, simplesmente, ignorando-as. Somente depois da construção da estrada e de seu asfaltamento, é que as áreas Nambikwara no vale foram demarcadas, limitando totalmente a ocupação de seu espaço tradicional no vale.

Com as pressões e denúncias internacionais de pessoas e entidades ligadas à causa indígena, o Banco Mundial destinou recursos através do Polonoroeste que deveriam ser repassados via FUNAI, os índios Nambikwara. Entretanto a FUNAI criou uma ajudância administrativa em Vilhena que, juntamente com a infraestrutura dos postos e a contratação de funcionários absorveu a maior parte dos recursos. As demarcações só aconteceram quando o banco internacional praticamente obrigou o governo brasileiro a fazê-lo:

“Dentro de 60 dias o Exército deverá concluir a demarcação da reserva indígena do Vale do Guaporé, conforme informações da Ajudância de Vilhena, representação da FUNAI na região. E uma área de 243 mil hectares, localizada no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, na divisa de Mato Grosso com Rondônia. ... A demarcação, no entanto, foi praticamente imposta pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, como parte do contrato de alocação de recursos ao desenvolvimento do Polonoroeste - Programa de Desenvolvimento do Noroeste Brasileiro. Além da construção da BR-364, o governo brasileiro se obrigara também ao cumprimento de duas cláusulas: plano de colonização ao longo da BR e Programa de Apoio às Comunidades Indígenas, sendo considerado como prioridade a demarcação e o registro da reserva. “ (CONTATO, 1984:34)

As áreas indígenas Nambikwara foram então, homologadas e demarcadas nas décadas de 80 e 90. No vale do Guaporé estão: Al Lagoa dos Brincos com 1.845 ha em Vila Bela da Santíssima Trindade, onde estão os Nambikwara Negrote; Al Pequizal com 9.886 ha também em Vila Bela, ocupada pelos Nambikwara Alantesu e Erihatansu; Al Sararé com 67.420 ha em Mirassol D'Oeste, onde estão os Nambikwara Katitawlu, Kulanhasu, Qualitsu, Sayulikisu e Uaihlatisu; Al Taihantesu com 4.700 ha em Comodoro, ocupada pelos Nambikwara Wasusu. Na área da Chapada estão: Al Pirineus

de Souza também em Vila Bela, com 28.212 ha, onde vivem os Nambikwara Sabanê, Manduka, Mamaidê, Idalamare, Llaklore e Tawandê; RI Nambikwara nos municípios Comodoro e Pontes e Lacerda, com 1.011.961 ha, onde vivem os Nambikwara Kithaulu, Halotesu, Sawentesu, Wakailitesu; e a AI Tirecatinga localizada em Campo Novo dos Parei, com 130.575 ha ocupada pelos Nambikwara Halotesu, Sawentesu e Wakalitesu. Ainda resta concluir o processo de identificação, demarcação e homologação da área indígena denominada Picina no município de Pontes e Lacerda.

Mesmo tendo suas terras parcialmente demarcadas, os Nambikwara, vivem na atualidade dois problemas igualmente graves. O primeiro refere-se à ação de madeireiros e o segundo, o garimpo em suas terras.

Quanto a ação dos madeireiros, eles fizeram do recém-criado município de Comodoro seu quartel general. Corrompem parte dos índios e retiram madeira de lei - mogno e cerejeira - em proporções incalculáveis:

Calcula-se que nesta região tenha saído recentemente cerca de 10.000 a 15.000 m³ de mogno. A própria BR-364 tornou-se um corredor para escoamento de madeira, pois ela cruza AI Vale do Guaporé duas vezes nas proximidades rio Novo e do Córrego Dois Irmão. Ao preço atual de madeira de lei, os já arrecadaram cerca de 60 bilhões de cruzeiros (2 milhões e cem mil dólares) e em troca presentearam os Alantesu com um Jeep e 100 milhões de cruzeiros (US\$3.577); Os índios do PI Nambikwara ganharam um caminhão Mercedes Bens ano 72, e mais 200 milhões de cruzeiros (US\$ 7 mil) em forma de, caderneta de poupança e bens de consumo. ” (ISA, 1996:585)

A FUNAI calcula que no mínimo 2,4 mil m³ de madeira nobre, como o mogno e a cerejeira, são roubados diariamente. Segundo a FUNAI, pelo menos dez grandes empresas extraem madeira da Área. Calcula-se a existência de 300 caminhões, 50 tratores e 20 skidders - um tipo de trator usado para colocar foras nos caminhões, no local. (ISA, 1996:584)

Como conseqüência da tensão que passou a existir no Vale do Guaporé, os Nambikwara passaram a enfrentar os madeireiros:

“Um grupo de Nambikwara flagrou, no dia 28 de agosto de 1992, vários homens roubando madeiras de lei em seu território, próximo à cidade de Comodoro. Houve troca de tiros, mas ninguém saiu ferido. Os índios, em represália, queimaram caminhões e tratores que estavam na mata, informou, no dia 31 de agosto, Marcelo Santos, administrador da FUNAI em Vilhena.

Segundo Marcelo, ele e um grupo de índios passavam no trecho em que a BR-364 corta a AI Vale do Guaporé e ouviram o barulho de máquinas. Pararam e foram em direção aos madeireiros. Naquele momento, os pistoleiros abriram fogo contra a caminhonete, onde estavam apenas as mulheres e crianças. Os índios responderam e os pistoleiros fugiram.

Uma hora depois do confronto, cinco carros de passeio lotados de pistoleiros chegaram ao local. O madeireiro tentou convencer os índios a liberarem os equipamentos, mas foi repellido. ” (ISA, 1996:584)

O clima de violência e impunidade, que ronda essa região vizinha entre Mato Grosso e Rondônia, conheceu inclusive ameaças dos madeireiros a quem quer que tentasse ser solidários com os povos indígenas:

“... madeireiros circulam em Vilhena ameaçando de morte os que são solidários com os índios. Ela acusa os governos federal, do Mato Grosso e de Rondônia de omissão: *"Não existe IBAMA, nem Polícia Estadual ou Federal"* (ISA, 1996:584)

Essa situação gerou mais violência, a manchete “MADEIREIRAS E JAGUNÇOS AMEAÇAM ÍNDIOS NO VALE” é uma prova desta:

“Os índios Manairisu, que vivem no vale do Guaporé estão correndo risco de vida. A denúncia é de Antônio Pedroso de Assis, administrador regional da FUNAI em Vilhena, que encaminhou ao delegado da PF, no Mato Grosso, um comunicado pedindo a realização de uma operação na área. Ele teme que os índios venham a ser massacrados pelos madeireiros que atuam na região.

Os funcionários da FUNAI prenderam duas pessoas, suspeitas de serem madeireiros. Os índios acompanharam a ação dos servidores da FUNAI e localizaram dentro da Reserva vários equipamentos e caminhões. Dois caminhões foram incendiados, o mesmo acontecendo com uma carregadeira e um skinder. Fora da Reserva foram encontrados outros três caminhões carregados com madeira, dois deles, segundo relato do administrador, da empresa Transcon, localizada em Comodoro. Foram detidos Edson Simionato e Ronei Mazutti.

Quando buscava apoio externo, transferindo para fora da aldeia os presos, a equipe da FUNAI foi surpreendida por uma caminhonete da fazenda Vacaria. Segundo Antônio Pedroso de Assis, eles foram barrados por Osvaldo Simionato, pai de um dos detidos e que, acompanhado por dez pistoleiros armados, tomou todos como prisioneiros. Outra pessoa entrou em ação, também de caminhonete, o ex-prefeito de Comodoro, Waldir Mazutti que portando uma metralhadora expulsou do local o grupo e tomou os prisioneiros dos funcionários da FUNAI. ” (ISA, 1996:586)

O envolvimento dos políticos locais tem sido constante nas lutas contra os povos indígenas em Mato Grosso. Às vezes, a justiça lhes é favorável, mas revela as posições e o envolvimento dos políticos de Comodoro com a questão:

“Em uma decisão inédita em todo o país, a Justiça Federal do Mato Grosso condenou no dia 09/08/93, o madeireiro Marco Antônio Bogaski a indenizar a comunidade indígena Hahaintesu por todos os danos e prejuízos causados pela exploração ilegal de madeira dentro de seu território.

O madeireiro é invasor assíduo da AI, já tendo sido flagrado diversas vezes por funcionários da FUNAI, do IBAMA e PF cortando madeira de lei, principalmente mogno, de reservas indígenas. Em tais confrontos, ele chegou a ameaçar de morte índios e funcionários da FUNAI, com disparos de tiros contra mulheres e crianças

índias, conforme consta de processo criminal intentado pela Procuradoria da República em Mato Grosso contra o madeireiro. Neste processo, a Procuradoria da República afirma que o madeireiro **"não hesita em desmatar todo o território indígena", e que tem agredido e ameaçado os índios, "portando armas ostensivamente e bradando: quanto mais a FUNAI denunciar, mais madeira eu tiro"**. (ISA, 1996: 586)

“A juíza Maria Divina Vitória, da 3ª Vara Federal de Cuiabá, condenou nesta semana o madeireiro Amilton Antônio Pompermayer a pagar uma indenização de cerca de US\$ 200 mil (Cr\$20 milhões) à comunidade indígena Hahaintesu que vive na AI Vale do Guaporé. Pompermayer, irmão do prefeito de Comodoro, invadiu e retirou ilegalmente da Área, 1.800m³ de mogno e cerejeira, desconsiderando regras constitucionais e legislações específicas. ” (ISA, 1996:587) (Sem negrito no original)

A intensificação da luta entre índios e a empresas madeireiras, inevitavelmente provocou a morte entre as partes:

ASSASSINADO PEDRO MAMAINDÊ

“O chefe dos Nambikwara da AI Vale do Guaporé, conhecido como capitão Pedro Mamaindê, foi assassinado, ontem, com um tiro de espingarda a queima roupa desferido por Sebastião Pareci quando retornava à aldeia de barco pelo rio Cabixi de Baixo, dentro da Reserva. ... Ainda com vida, capitão Pedro foi encontrado pelos seus filhos e revelou a identidade do seu agressor, Sebastião Pareci, filho de um índio da tribo Pareci casado com uma Nambikwara, que fugiu da aldeia para a cidade de Comodoro, onde se juntou a um grupo de Nambikwara do Campo que executa serviços de segurança e pistolagem para madeireiros da região. Esse fato reforça a suspeita de que o crime tenha sido encomendado.

Capitão Pedro tinha cerca de 65 anos de idade e era conhecido como líder tradicional e intransigente na defesa dos direitos territoriais do seu povo e contra a exploração dos recursos naturais por terceiros. Transferidos da sua área tradicional no vale do Guaporé, na década de 70, os Mamaindê retomaram suas terras em 1980, liderados pelo capitão Pedro. Reconstruíram sua aldeia sobre a sede da fazenda de gado de Antonio Morimoto (deputado federal por RO). Tiveram sua área reconhecida pelo governo federal em 1981 (com extensão de 242.593 La), demarcada fisicamente e homologada em 1985.

Em setembro de 92, outro Nambikwara, Simeão Negarotê, também foi assassinado, encontrado morto dias depois de um conflito com pistoleiros de madeireiros de Comodoro. (ISA, 1996:586)

NAMBIKWARA MATAM MADEIREIRO

“Os Nambikwara da Área Sararé flagraram e entraram em confronto com um grupo de madeireiros que saqueavam seu território na tarde do dia 23 de dezembro passado. No tiroteio morreu no local o operador de máquinas da Prefeitura Municipal, Milton Luiz Comes. Outro peso foi ferido gravemente. Segundo José Pereira de Miranda Filho, funcionário da FUNAI em Vilhena, logo depois do confronto, a oito km da divisa da Reserva com a fazenda Canachue, os índios quebraram os vidros de quatro caminhões e tentaram incendiar a máquina de esteira. Porém, acabaram fugindo depois que perceberam a chegada de mais ou menos 40 homens fortemente

armados, liderados pelo madeireiro Aparecido Reis, de Pontes e Lacerda. Os jagunços chegaram com a intenção de massacrar os índios", contou Miranda. ISA, 1996:590)

À medida que a luta ganha contornos profundamente políticos as garras daqueles que assaltam as riquezas das reservas indígenas, vão aparecendo e junto com elas, a teia que envolve 'parte dos políticos mato-grossenses:

“A PF prendeu em flagrante, ontem, o assessor e sogro do deputado José Augusto Curvo (PMDB-MT), Gerard Jean Trechaud, que tentou subornar o chefe do Departamento do Patrimônio Indígena, Odenir Pinto de Oliveira. O assessor foi detido quando assinava um cheque no valor de R\$ 40 mil, para que o dirigente da FUNAI interrompesse a fiscalização contra madeireiros no vale do Guaporé. Na tentativa de suborno ... gravada à distancia por agentes da PF ... o assessor disse que o deputado estava interessado em suspender por um mês a fiscalização nas madeireiras. Esse prazo seria suficiente ... para que as empresas arrecadassem recursos destinados a financiar a campanha de José Curvo. Além da FUNAI, o assessor revelou que fariam parte do esquema um delegado da PF e o superintendente do IBAMA em Mato Grosso, Hilário Mozer, que teria sido indicado para o cargo pelo deputado. sogro do parlamentar prometeu, além do "sinal" de R\$ 40 mil, outros US\$ 300 mil em espécie até setembro e mais US\$ 300 em dezembro. “ (ESTADO DE MATO GROSSO, 02/08/94)

O garimpo é outro grave problema vivido pelos Nambikwara. Desde a década de 80 que os garimpeiros rondam a região do vale do Guaporé. Pontes e Lacerda é uma espécie de seu quartel general. Nem mesmo as terras dos Nambikwara escaparam da “fome” do ouro e da destruição trazida pelos garimpeiros:

“Aproximadamente 1.800 garimpeiros, com 225 dragas, estão no córrego Água Suja, com a AI Sararé. Os garimpeiros estão desviando o leito do rio e invadindo a área dos Nambikwara. O córrego encontra-se com suas águas barrentas e totalmente poluídas por óleos e graxas, além do depósito em seu leito de resíduos provenientes da lavagem do cascalho que provoca o entupimento do canal e fazendo com que as águas se espalhem, alagando uma parte da mata na margem esquerda, dentro da Reserva.

Enormes crateras abertas na margem do córrego, bem próximo ao canal, poderão vir a serem inundadas e se tornarem focos de disseminação de doenças. A poluição sonora provocada pelos motores afugenta os animais silvestres. Quem faz essa denúncia é o chefe de Posto Indígena Sararé, através de relatório à Administração Regional da FUNAI em Vilhena. ” (ISA, 1996:588)

Ultrapassa a dois mil o número de garimpeiros ilegalmente instalados às margens do córrego Água Suja, no limite da AI. No local já existem botequins, farmácias e um bordel. No dia 1 de outubro, cem Nambikwara, de sete aldeias, armados e pintados para a guerra, foram interpelar os garimpeiros. No entanto, os índios deram meia volta diante do grande número de garimpeiros. ... O córrego Água Suja deságua no rio Sararé, que é usado pelos índios. Os dois estão contaminados pelo mercúrio usado no garimpo. (FSP, 06/10/91)

Neste caso também, os conflitos tornam-se elemento do cotidiano indígena:

“Novo conflito entre garimpeiros e índios pode ocorrer nos próximos dias. Isolados numa aldeia no vale do rio Sararé, na divisa Mato Grosso e Rondônia, os Nambikwara estão separados apenas pelo leito do rio de um acampamento de garimpeiros interessados em invadir a Reserva, já demarcada pela FUNAI. Revoltados com o extermínio dos cardumes de peixes pelo mercúrio, pela destruição da mata ciliar e pelo assoreamento causado pela mineração, os índios atravessaram o rio no dia 19 deste mês e tentaram destruir o acampamento.

Os garimpeiros, dos quais cinco mil ocupam área de lavra pertencente à Mineradora Santa Elina, do grupo British Petroleum, revidaram no dia seguinte invadindo a aldeia fortemente armados e dispostos a intimidar os 15 índios adultos que zelam pelos outros 44 velhos, crianças e mulheres.” (JORNAL da TARDE, 20/01/92)

Até mesmo os funcionários menos graduados da FUNAI, acabavam denunciando sua impotência face, o envolvimento político do governador do estado com a questão:

O administrador da FUNAI em Vilhena, Marcelo dos Santos, denunciou a invasão da Reserva dos Nambikwara, por seis mil garimpeiros. Marcelo disse que os invasores estão armados e procuram ouro a seis km da aldeia, habitada por 65 pessoas, sendo 12 homens, 12 mulheres, crianças e adolescentes.

Marcelo informou que há 40 dias está pronto um plano de expulsão dos garimpeiros, que ainda não foi executado por falta de verbas. Ele acusou o Ministério da Justiça de não ter "vontade política" para proteger a Reserva Indígena e de não ter liberado os recursos, no valor de Cr\$ 180 milhões, para custeio das despesas com a operação de retirada dos garimpeiros.

O administrador acusou ainda o governador do Mato Grosso, Jayme Campos (PFL), de ter feito um acordo com as lideranças dos garimpeiros para que eles permaneçam na Reserva procurando ouro durante os próximos 60 dias. Marcelo disse que "cem garimpeiros chegam por dia na Reserva e que cerca de 400 dragas de mineração estão instaladas, jogando mercúrio nas águas e nos peixes do rio Sararé". (JORNAL do COMÉRCIO, 26/03/92)

Repetindo o que fizeram com a questão da exploração da madeira, foram à justiça, para que o governo cumprisse sua responsabilidade, retirar os garimpeiros das terras indígenas:

“Os Nambikwara conseguiram uma importante vitória na defesa de suas terras e riquezas naturais. O juiz federal Mário Cesar Ribeiro concedeu medida liminar favorável aos interesses indígenas, determinando que a FUNAI, IBAMA e União Federal, acompanhados pela PF, retirem imediatamente os garimpeiros ilegalmente instalados na Al Sararé.” (ISA, 1996:588)

“Ameaçada de ter prisão decretada por não cumprir ordem judicial que determina a retirada dos garimpeiros da Área Sararé, a presidente do IBAMA, Maria

Tereza Pádua, anunciou o envio de uma missão de técnicos para comandar a desocupação da Área. O IBAMA repassou cerca de C\$ 60 milhões para a Superintendência do órgão no Mato Grosso cobrir os gastos com a saída dos garimpeiros.

Assessores de Pádua revelaram que há uma certa dificuldade em conseguir a colaboração da Superintendência da PF. "O governo do estado também não vem ajudando muito", comentou um dos assessores. Segundo eles, a retirada dos garimpeiros não ocorreu porque o governador de Mato Grosso fez um acordo com os garimpeiros, prorrogando a permanência deles na Área. A desobstrução da Área foi exigida pelo Banco Mundial para liberar o financiamento do Prodeagro. (JORNAL DO BRASIL, 24/04/92)

A ação dos povos indígenas cada vez mais organizadas ganhou fórum internacional, construíram alianças, que produziram uma situação no mínimo surrealista, os governos brasileiros passaram a ser pressionados sistematicamente pelos organismos financeiros internacionais a solucionarem os problemas indígenas. Com o governo de Mato Grosso, não foi diferente

Ameaçado de perder o financiamento de US\$ 204 milhões do BIRD para o Prodeagro, o governador Jayme Campos enviou, no dia 6 de maio, carta à FUNAI em que promete iniciar, a partir do dia 10 do mesmo mês, a operação de retirada dos garimpeiros da Área Sararé. **Durante reuniões em Washington com representantes do BIRD, o governador Jayme Campos foi surpreendido com a notícia de que o Banco adiou a aprovação do empréstimo até a retirada dos garimpeiros da AI.**

Em carta ao BIRD, as entidades ambientalistas norte-americanas EDF e WWF, juntamente com 13 ONGs indigenistas brasileiras, denunciaram ao Banco o acordo feito pelo governador com os garimpeiros. Durante a reunião, as ONGs ambientalistas americanas exibiram um vídeo mostrando os danos ambientais causados pelo garimpo na AI (poluição com mercúrio e assoreamento dos rios), o desmatamento de mais de 200 ha de floresta e entrevistas em que lideranças garimpeiros informavam que receberam garantias de que poderiam continuar no local. “ (JORNAL do COMÉRCIO, 07/05/92) (Sem negrito no original)

Além de obrigar, os técnicos do Banco Mundial vieram testemunhar o cumprimento da “ordem”

“Especialistas do BIRD estão na Área Sararé para verificar se os garimpeiros foram realmente expulsos das terras dos Nambikwara. Técnicos do governo mato-grossense garantem que a retirada dos garimpeiros foi coroada de êxito. Com relação aos estragos causados, os assessores estaduais lembram que já existem recursos na ordem de US\$ 7 milhões destinados no projeto inicial do Prodeagro para recuperação das áreas degradadas pelos garimpeiros. (A GAZETA, 30/05/92)

Mas, as contradições e a determinação do saque às terras indígenas de Mato Grosso, não têm cessado. Porém, junto cresce também a

luta dos índios e daqueles lhes são solidários. Nessa guerra sem fronteira, a violência passa a atingir também os funcionários da FUNAI:

“Na Reserva Sararé, entre os dias 27 de abril e 03 de maio de 1993, na região do garimpo aconteceu grave confronto, no qual dois garimpeiros foram mortos pelos índios, 18 foram presas e autuados pelos funcionários da FUNAI, e quase uma centena deles fugiu pela mata. Há que se denunciar novamente a Polícia Militar do estado de Mato Grosso, responsável pela barreira instalada no rio Sararé, pois ela permite e facilita essas invasões, pois seus homens, ali lotados, recebem ouro como suborno. Um dos policiais chegou ao ponto de, com uma motocicleta, ir até o garimpo anunciar aos garimpeiros a chegada da equipe da FUNAI

“... A BR-174/364, entre as cidades de Pontes e Lacerda e Comodoro, é território ocupado pelos madeireiros Nenhum funcionário desta Administração pode circular nas cidades de Pontes e Lacerda e Comodoro, como também no distrito de Nova Lacerda, literalmente cidades sem lei. É de conhecimento geral que todas as autoridades das referidas cidades são madeireiros ou parentes próximos de alguns deles, de prefeito a vereadores, e os que não o são, caso talvez dos policiais e agentes do IBAMA, estão a soldo desses dilapidadores do patrimônio público. ” (ISA, 1996:589)

“Mais de 40 garimpeiros armados fuzilaram, no dia 11/10/95, um funcionário da FUNAI de Vilhena. O conflito aconteceu na Al Sararé, quando Antonio Pedroso de Assis, 37 anos, juntamente com outros seis técnicos da FUNAI, fazia vistoria naquela região. Os outros integrantes da equipe conseguiram fugir sem sofrer nenhum ferimento. De acordo com o chefe do Posto da FUNAI de Vilhena, Benoni Rosa de Oliveira, a equipe estava fazendo a operação juntamente com o grupo de índios, quando foi vítima de uma cilada feita pelos garimpeiros. (ISA, 1996:593)

Esta realidade vivida pelos Nambikwara, revela muito bem a situação geral, em maior ou menor escala, de todas as nações indígenas em Mato Grosso.

Os Myky

Os Myky um povo indígena classificado como grupo isolado, pois não faz parte de nenhum dos grandes troncos lingüístico. Embora tenham aprendido o português com os Irantxe, continuam a falar sua língua Myky. Esse povo se desmembrou dos Irantxe, não se sabe exatamente a quanto tempo, por isso suas línguas apresentam apenas diferenças dialetais. Os Myky têm mantido praticamente integral sua cultura, costumes tradicionais, festas e rituais. Suas alimentações fartas provem de suas roças familiares, complementada pela caça e pesca.

O povo Myky teve seu primeiro contato em 13 de junho de 1971, quando ainda usavam machado de pedra lascada. Seu território está localizado no oeste de Mato Grosso, a poucos quilômetros do rio Papagaio e

pouco mais de 50 quilômetros da cidade de Brasnorte, município a que pertence suas terras. A Al Menku com 47.094 ha de superfície foi demarcada, após conflito com fazendeiros, e homologada somente no ano de 1987. Em 1971 Os Myky que eram em 1971, época do primeiro contato, 22 pessoas, aumentaram para 36 em 1986 e 58 em 1994.

A Missão Anchieta que foi a responsável pelo contato em 1971, mantém, desde 1975, presença constante a este povo. Gradativamente foi introduzindo entre eles o machado, faca, anzol, linhada, panela de alumínio, sabão, roupa, remédios, barco a motor, Toyota. Introduziu também, a cana-de-açúcar, árvores frutíferas e a criação de galinhas em caráter de complementação. Continuam a utilizar o arco e a flecha, fazem artesanato peculiar, fiam e tecem o algodão para confecção das redes. Plantam os produtos necessários à sua alimentação: milho, feijão, cará e batata. A partir de 81 passaram a extrair seringa para vender somando à venda de seu artesanato, reforçando a autossuficiência econômica.

“A mitologia conta a origem da humanidade como a de um povo que estava dentro de uma grande pedra. Nela a humanidade estava “como pedra”, deitada, dormida. Um dia, os homens resolveram sair da pedra e conhecer o mundo lá fora. Foi o acordar da humanidade, o sair da pedra, do estático, a tomada de consciência e o começo de uma caminhada. Por isso na língua Myky, a mesma palavra designa dois conceitos de "caminho e de “história”. A mitologia revela, pois, a consciência de uma história ancestral o povo Myky está no caminho, da "casa da pedra" para a “casa de cima”, onde os mortos permanecem vivos, acompanhando o trajeto dos parentes aqui na terra. A "casa" e o “caminho” são, portanto, os dois grandes símbolos culturais Myky e a presença do Absoluto e do Eterno é sacramentalizada na “jéta”, cujo canto ritualiza a vida.” (OPAN, 1987:90)

Os Irantxe

Os Irantxe formam também, um povo de língua classificada como isolada. Autodenominam-se Myky e vivem em área de cerrado localizada no município de Brasnorte, à margem direita do rio Cravari, por isso são também chamados de Myky do Cravari.

As primeiras referências sobre os Irantxe são da primeira década século XX. Mas, apenas no final da década de 40, estabeleceram contato mais permanente com os não índios, depois que suas terras foram invadidas seringueiros. Pressionados pelos seringueiros de um lado e por outros povos indígenas como os Tapayuna e Rikbaktsa, acabaram por se abrigar na Al Utariti, onde a Missão Anchieta mantinha diferentes grupos

tribais. Essa opção acabou por permitir uma reversão no processo de redução da população.

Em 1968, Utiariti é desativado e os Irantxe vão ao Uaporé - aldeia do capitão José. Depois dos problemas com os seringueiros no passado, são os projetos agropecuários incentivados pela SUDAM, que iram bater de frente com os Irantxe. Em 1970, a gleba Agropecuária Membeca passou a cortar a reserva Irantxe com uma estrada que foi embargada pela FUNAI. Em 1971, o fazendeiro Mauro Tenuta, com trator de esteira arrasa as malocas construídas pelos novos Irantxe, transformando a aldeia num monte de escombros. (PIVETTA E BANDEIRA, 1993:30) Em 1974, foi a fazenda Membeca que jogou desfolhante químico o "agente laranja" nas margens do rio Cravari matando os peixes. (ARRUDA,1983:88)

“Por volta dos anos cinquenta, os Irantxe se viram imersos num período de turbulência, sob a égide da violência. Os Tapayuna, seus inimigos circunstanciais, invadiam sistematicamente seu território, provocando perdas e insegurança.

Além dos Tapayuna, os Rikbaktsa também ameaçavam a segurança e estabilidade da sociedade Irantxe, cada vez mais acuada em seu próprio território. As doenças e os encontros letais com seringueiros adensavam o temor dos Irantxe, infundindo-lhes medo e fragilizando sua organização social.

A violência se configura como principal mediação das relações de contato, violência que se torna característica das relações em nível da disputa pela terra e em nível de controle sobre o trabalho nas atividades extrativistas.

Por volta de 1950 os Irantxe perambulavam, em estado de contínua prontidão, numa permanente disposição beligerante, nos interflúvios dos rios Cravari, Sangue, Papagaio e Verde, fugindo da ameaça do território conflagrado. Nesse momento, os seringueiros que abriam suas "estradas" na região estavam, ' sob o enfoque da luta pela terra, mais interessados em encontrar uma forma mais eficiente de controle da população indígena, o que os levou a conduzir os Irantxe para Utiariti, na tentativa de colocá-los sob a tutela da Missão Anchieta, garantindo a disciplinação das relações de contato em direção à pacificação dos conflitos, no sentido da garantia da sociedade envolvente e do interesse de seus agentes dominantes.

Os Irantxe, por sua vez, cansados de tão longo período de lutas, de tantas pelejas e tanto desassossego, viram na Missão a possibilidade de aliança, de permanência em segurança e ali ficaram. “ (PIVETTA E BANDEIRA, 1993:11)

As conseqüências do período que abandonaram suas terras apareceram imediatamente depois de voltarem para as matas:

“Quando voltaram para a mata, demandando seu território, seus filhos permaneceram sob a custódia da Missão, na escola de Utiariti. Só muito mais tarde perceberam o custo étnico do descanso, da trégua de lutas oferecida por Utiariti. Sua permanência na Missão facilitou a ocupação do seu território, rapidamente cortado por cercas de propriedades privadas, por fazendas agropecuárias. Quando voltaram, chegaram como intrusos e indesejáveis em sua própria terra e foram rechaçados com

violência, cada vez que tentaram retornar para suas áreas de coleta, de caça e de pesca, para seus mortos, para seu espaço ancestral.

Em 1968, com seus filhos foram para a área onde residia um patricio seu - Tapurá - no Uaporé e ali se estabeleceram. Seus filhos, porém, já não tinham condições de continuidade do fluxo da memória da cultura e do território tribal. Seus filhos, sob o impacto da ação educativa da escola de Utiariti, foram culturalmente afetados pela sociabilidade do contato, mediado pelo projeto de integração missionária, diverso do projeto do Estado tão somente em alguns aspectos humanitários da relação, mas idêntico em sua finalidade subordinante, em seu conteúdo de dependência e controle. ” (PIVETTA E BANDEIRA, 1993:12)

Sua população era de 250 índios em 1994, porém, mais da metade são índios resultantes de casamentos intertribais (mulheres de origem Paresi, Cinta-Larga, Kayabi e Rikbaktsa. O território Irantxe ainda não foi totalmente demarcado, embora a Al Irantxe demarcada e homologada em 1990, tenha 46 790 ha e está localizada na margem esquerda do rio Cravari. Entretanto, o território tradicional onde viveram, morreram e estão enterrados seus antepassados esteja situado à margem direita do Cravari.

Em 1968 foi criada a Reserva Irantxe, mas os Irantxe em sua reserva não se encontravam em sua terra, nem se encontravam a si mesmos como povo. A cultura tribal fora profundamente afetada pela sociabilidade do contato e os Irantxe, com o saber que lhes restava, não conseguiram produzir seus meios de vida, porque o seu sistema adaptativo não se ajustava ao meio ambiente da reserva, experimentando a cada ano níveis cada vez mais críticos de subprodução.

A reserva, em vez de garantia de reprodução da vida, passa a ser, ela própria, um mecanismo de pressão dissociativa sobre os Irantxe. Sob o impacto da fome, os seringais e as fazendas se tornam cada vez mais atraentes como possibilidade de trabalho para obtenção dos meios de vida e dos bens industrializados, intensamente desejados. Os Irantxe vão aos poucos se integrando à economia, como mão-de-obra, submetidos à toda sorte de violência, incluindo a coerção física. ” (PIVETTA E BANDEIRA, 1993:12/13)

Mesmo assim, os Irantxe continuaram a praticar uma economia de auto sustento com roças trabalhadas pelas famílias nucleares. Nelas plantam arroz, mandioca brava e mansa, feijão, cará e cana-de-açúcar. Complementa a alimentação a carne de caça e peixe. Em suas terras predomina o cerrado de porte médio e a terra é pobre, provocando a necessidade de abrirem novas roças todo ano. Gradativamente os bens industrializados se incorporaram aos costumes Irantxe (roupas, instrumentos para o trabalho agrícola, óleo, sal, fósforo, lanterna de pilha, sandálias de borracha, café, açúcar, sabão, anzol, linha de pesca, fumo, relógio, bicicleta, etc.) que procuram adquirir com recursos obtidos da venda da borracha extraída nos seringais da área indígena. O processo de aculturação vivido, a

partir dos contatos, cada vez mais permanente com a sociedade envolvente levou os Irantxe a assimilarem os hábitos da cultura nacional, tais como: o traje, a religião católica, a dança aos pares, a música sertaneja cantada e acompanhada ao violão e a língua brasileira regional. Agora, apenas os mais velhos falam a língua Irantxe.

“O horror do ataque inimigo, a iminência da morte emerge agora, simbolicamente, nos mecanismos sub-reptícios de desagregação e morte cultural.

Os Irantxe foram, ao longo desse doloroso percurso de contato, tomando consciência de si como grupo étnico em situação de alteridade, sob constante pressão desagregadora. Como toda consciência é intencional, os Irantxe iniciaram um processo de reconstrução étnica, elegendo a terra como foco de produção simbólica do grupo, enquanto sujeito político coletivo.” (PIVETTA E BANDEIRA, 1993:13)

Nem mesmo esse perfil integrado aos costumes da sociedade envolvente, permitiu os Irantxe se calarem. O desejo do retorno tem marcado as manifestações de sua vontade. O retorno à suas terras tradicionais é a palavra de ordem na luta pelo território expropriado. A voz Irantxe não se cala, e continua falando forte expressa em documento firmado em 1992:

“Aldeia Cravari, 30 de novembro de 1992

Queremos a nossa terra de volta.

*Nós povo Irantxe, queremos voltar para
nossa Terra entre o rio Cravari e o rio
Sangue onde estão as roças antigas
e cemitérios dos nossos pais, nossa mata
porque nós não somos povo do cerrado
mas da mata.*

*Nossa terra vai do rio Membeca,
linha seca para oeste até o rio Cravari
seguindo por baixo até a barra do rio
do Sangue com o rio Cravari.*

*Essa é a terra onde estão
os cemitérios de nossos pais, onde
nascemos e onde queremos viver com
nossos filhos e netos.*

*Essa nossa terra é a nossa vida, vamos
lutar até voltar para lá.*

*Mataram todos nossos antigos no Tapuru, nossa
aldeia, incendiada com mulheres e crianças
dentro, como escreveu Rondon e conta
XINUI, único vivo ainda vivo do massacre.*

*Fomos expulsos mas vamos voltar.
É dever do Brasil, das autoridades nos
ajudar a voltar para nossa terra.*

(assinam o documento 75 Irantxe)

(PIVETTA E BANDEIRA, 1993:9/10)

Apesar de um século de luta, violência e medo, a luta para não ver seu território expropriado, contraditoriamente, produto da trajetória histórica desse povo, nesse século XX, emerge no final como centro da luta pela reconquista simultânea da terra e da cultura, certamente, lhes abrirá novos horizontes:

“Tipificando o território tradicional como eixo de interlocução étnico política, passaram a ritualizar as conversas sobre as tradições culturais do grupo e sobre sua terra, ressignificando o papel dos velhos, dos jovens líderes e dos mediadores com a sociedade de classe. Todos foram envolvidos no processo de luta, no conjunto dos itinerários, de resgate do território tradicional.

Milhares de quilômetros foram percorridos em busca de membros do grupo que se encontravam fora da reserva, para que participassem do processo, para ouvirem e também serem ouvidos. A construção política da identidade Irantxe, em situação de contato, foi ao mesmo tempo substância e finalidade do processo.

Os Irantxe se articulam, articulando o próprio discurso étnico, referido no discurso social da cultura tribal em situação de contato, em processo de constituição e reconstituição constantes, sob o influxo da dinâmica das relações de alteridade.

Várias reuniões foram realizadas, fornecendo material para construção da coletividade Irantxe. Dissensões, rixas, invejas, mágoas, alegrias, informações, conhecimentos, toda sorte de detalhes do ser Irantxe foram sendo por eles recolhidos e reelaborados no sentido da construção da identidade política Irantxe, como sujeito coletivo eticamente diferenciado, em luta por seus direitos, pela conquista da cidadania.” (PIVETTA E BANDEIRA, 1993:13/14)

OS POVOS TUPI-MONDÉ

Os povos indígenas Tupi-Mondé, com afinidades lingüísticas e culturais comuns, são formados pelos Gavião (ou Digöt), Suruí (Paíter), Zoró (denominados de Cabeça-Seca), Cinta-Larga, Arara do Guariba (desaldeados), Salamã (ou Sanamaika: extintos) e Mondé (dispersos). Seus territórios estão nas bacias dos rios Aripuanã, Roosevelt e Guariba (afluentes do rio Madeira).

Nem mesmo os desdobramentos que sucederam à implantação e funcionamento da linha telegráfica implantada pela Comissão Rondon, não alcançou de imediato os povos Tupi que habitavam a norte dela. Os grupos Tupi-Mondé dessa forma, puderam conservar num relativo isolamento até fins da década de 20, vivendo apenas contatos eventuais com seringueiros, castanheiros ou caçadores-de-peles. Esse quadro durou até o momento que aquela região começou a ser tomada pelo extrativismo. Com o seu avanço pelos rios Aripuanã e Roosevelt, começaram a ocorrer as hostilidades.

A história dos povos Tupi-Mondé do noroeste de Mato Grosso, desde os primeiros contatos, esteve marcada pela violência. Em 1928, o peruano Dom Alejandro Lapas, seringueiro que dominou o alto rio Aripuanã desde o início do século e "fundador" da vila de Aripuanã, ordenou o massacre de uma aldeia de índios "Iamé" (Cinta-Larga) consumado por um grupo de seringueiros chefiados por Júlio Torres. (DAL PÓZ, 1984). Nas décadas de 50 e 60, essas operações de extermínio denominadas "limpeza de área" atingiram proporções alarmantes, e quase resultaram no completo extermínio de todas as aldeias Cinta-Larga localizadas na região entre os rios Juruena e Aripuanã. Entre esses genocídios está o Massacre do Paralelo 11, promovido pela empresa Arruda Junqueira & Cia, teve repercussão internacional, provocando uma onda de denúncias sobre práticas de genocídio de índios no Brasil.

Inicialmente, os índios de dessa região (vales do Aripuanã e Roosevelt) eram todos chamados de Cinta-Larga, porque usavam uma faixa de entrecasca de árvore ao redor da cintura. Esta população indígena chegou a cerca de 5.000 índios; suas aldeias foram descritas como verdadeiras "cidades de palha".

O território tradicional ocupado pelos povos Tupi-Mondé, a muito tempo, faz limites com os territórios de outros povos indígenas. Entre eles, estão no Norte, os Tupi-Ramarama (Ramarama, Arara, Urumi, Ntogatid); no Oeste, os povos de língua Tupi-Kawahíb (Telharim, Parintintin, Uru-eu-wau-wau); no Leste, os Rikbaktsa (Canoeiros); e no Sul os Nambikwara e os Enawenê-Nawê (Salumã). As relações dos Tupi-Mondé com esses vizinhos sempre foram conflituosas: Essas relações intertribais marcadas por guerras e alianças, visavam definir a extensão dos territórios dominados por esses povos. Os conflitos estavam também, presentes entre os povos Tupi-Mondé, que tinham territórios vizinhos. Mesmo no interior de cada povo, a distribuição espacial dos grupos e aldeias expressa a trama das relações políticas entre eles, ainda que alianças eventuais, sob a forma de intercassamentos, viessem atenuar estes conflitos permanentes.

Entretanto, a partir dos anos 60, os atritos intertribais passam para um segundo plano, pois invasão crescente dos territórios indígenas, decorrente da expansão econômica sobre Mato Grosso e Rondônia. A conclusão da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho) trouxe também a chegada de grande número de garimpeiros e empresas de mineração, que sob certa proteção dos governos militares, invadiram e saquearam as terras ocupadas povos indígenas. Os conflitos eclodiram em todo noroeste mato-grossense.

Grileiros, posseiros e companhias colonizadoras passaram a disputar com os índios a posse e/ou propriedade da terra. Os governos do Estado de Mato Grosso alienaram de forma ilegal e indiscriminada extensas glebas de terra. A existência e presença dos povos indígenas que habitavam aquelas terras era simplesmente, ignorada. Assim, o próprio Governo era o centro do saque ao território indígena. Esse quadro fez com que a estrutura fundiária já repleta de irregularidades, tornasse cada vez mais complexa e tensa.

O “Massacre do Paralelo 11” foi sem dúvida alguma, aquele que revelou o caráter bárbaro do processo de expansão capitalista na Amazônia.

“No início da década de 1960, grandes companhias imobiliárias brasileiras começaram a se interessar pelas terras da região do Aripuanã. Uma delas era a firma de borracha Arruda e Junqueira, que mantinha muitos postos no território de Rondônia.

Em 1963, um homem chamado Francisco de Brito, que trabalhava para a Arruda e Junqueira, organizou um bando de garimpeiros e pistoleiros para expulsar os Cinta-Larga de suas terras. De acordo com relatos desse incidente, que mais tarde ficou conhecido como o “Massacre do Paralelo Onze”, Brito alugou um avião para atacar as aldeias dos Cinta-Larga. No momento do ataque, os Cinta-Larga estavam em meio a um importante cerimonial. Parece que ao meio-dia o avião com Brito e seus capangas chegou à aldeia dos Cinta-Larga e jogou pacotes de açúcar sobre os índios. Em seguida, o avião deu uma rasante e começou a dinamitar a aldeia. Ninguém sabe exatamente quantos índios foram mortos nesse ataque. Alguns, porém, escaparam, e outra expedição foi organizada para exterminar a tribo.

Os detalhes sangrentos dessas tentativas de extermínio dos Cinta-Larga, assim como a rápida e infrutífera investigação do massacre pelo Governo, foram descritas no artigo de Norman Lewis, “Genocídio - de Fogo e Espada a Arsênico e Balas, a Civilização Extinguiu Seis Milhões de Índios”. (Norman Lewis, “Genocide—From Fire and Sword to Arsenic and Bullets, Civilization Has Sent Six Million Indians to Extinction”, *Sunday Times*, Londres, 23 de fevereiro de 1969). Um dos aspectos mais esquecidos da descrição do “Massacre no Paralelo Onze”, por Lewis, foi sua sugestão de que valiosos depósitos minerais poderiam ter sido o motivo principal da tentativa de dizimação da tribo. Lewis escreveu que a tragédia dos Cinta-Larga ‘era a de que depósitos de metais raros estivessem sendo descobertos na área. Não estava claro que metais eram esses. Foi imposto um gênero de silêncio de segurança, só esporadicamente atravessado por vagas notícias sobre as atividades de companhias americanas e européias, e sobre o contrabando de cargas dos mesmos metais raros para os Estados Unidos.’

Lewis baseou essa insinuação no registro dos depoimentos de duas testemunhas do caso dos Cinta-Larga. Uma delas era Ataíde Pereira, que fez parte da segunda expedição de Brito contra os Cinta-Larga, e que contou os detalhes dessa expedição a um padre jesuíta chamado Edgar Smith. Lewis citou assim o relato de Pereira sobre a expedição:

Levamos seis semanas para achar os Cinta-Larga e uma semana para voltar... Chico (apelido de Brito) encontrou alguns minérios e os levou de volta para agradar à companhia. O fato é que os índios estão em terras valiosas e nada fazem com elas.

Eles têm um jeito de descobrir a melhor terra para plantar e também estão ali todos aqueles minérios valiosos. É preciso convencê-los a ir embora, e se nada mais resolver, então terá que ser pela força.

A segunda testemunha citada por Lewis foi um padre chamado Valdemar Veber. Parece que, em 1964, o padre Veber depôs perante o inspetor de polícia de Cuiabá, Mato Grosso, o qual estava conduzindo uma investigação oficial sobre o caso dos Cinta-Larga. Em seu depoimento, citado por Lewis, o padre Veber teria dito:

‘Não é a primeira vez que a firma Arruda e Junqueira comete crimes contra os índios. Várias expedições foram organizadas no passado. Essa firma age como fachada para outras empresas interessadas em adquirir terras, ou que planejam explorar os ricos depósitos minerais existentes nessa área.’

Ao longo dos últimos anos da década de 60, começaram a se acumular provas de que grandes depósitos de cassiterita ... haviam sido descobertos em Rondônia.” (DAVIS, 1978:106/108)

Em entrevista ao Jornal dos Municípios de Juara de 30/08/88, o Padre Antônio Iasi, jesuíta, na época atuando na aldeia Kayabi, voltando a denunciar os responsáveis pela chacina, contou detalhes do episódio chamado por ele de “Chacina do Paralelo 11”.

A firma **Arruda Junqueira & Cia** que explorava o látex nas margens do Juína Mirim, através de um de seus chefes, conhecido por Chico Luís, comandando expedição de seringueiros, com a finalidade de colherem poaia, ou seja, ipecacuanha e minério. Esta expedição encontrava-se bem municiada, com metralhadoras e mosquetões, além da cobertura aérea, de onde recebiam informações: onde se encontravam, o que iam encontrar pela frente e alguns perigos que ameaçavam à expedição.

A certa altura, Chico Luís reunia a expedição e revelava aos expedicionários a real finalidade. Como estavam distantes de recursos, não tinham outra alternativa, a não ser, concordar com o chefe. A finalidade principal era a captura de índios. Quem não aceitava a tarefa, poderia regressar, só que através do rádio, Chico Luís informava à firma que aquele expedicionário já sabia do segredo da expedição, quando não era dado cabo ao camarada ali mesmo.

Quando ficaram sabendo da real finalidade da expedição, um expedicionário que revelou depois em depoimento, que ao sair, na manhã seguinte, daquele ponto de apoio deram em cima de um grupo indígena, que se encontrava a margem oposta. No depoimento, disse que mais adiante, encontraram um rancho e ouviram choro de criança. Um membro da expedição tirou o revólver e, quando ia disparar contra a inocente criatura o companheiro disse “*não mata, leve-a aos padres*”. O assassino retrucou: “*se padre quiser a criança que venha buscar aqui*”, matando-a imediatamente. A sina da mãe foi mais horrível. Amarraram-na de pernas para cima e a esquarteraram.

A referida ação criminosa teve grande repercussão, só que até a presente data, os responsáveis continuam impunes, apesar das inúmeras denúncias formuladas. Apenas um expedicionário foi preso, sendo condenado a 11 anos de prisão. Na ocasião do julgamento do único preso, que se chamava Ramiro Costa, nem se fez menção aos mandantes da chacina. Ramiro Costa foi indultado no final de 84. ... O Padre Antônio Iasi, afirma categoricamente que os mandantes e autores intelectuais e financeiros da chacina conhecida como "Chacina do Paralelo 11" é a firma Arruda

Junqueira & Cia. O julgamento de Ramiro Costa aconteceu em Cuiabá, no ano de 76, após 4 anos de prisão. Ramiro desmaiou no local do julgamento e foi levado imediatamente para o pronto socorro. A sessão continuou e a sentença veio com 11 anos de prisão ao “único” participante da chacina, lembra o Padre. (CIMI, 1998)

Assim, os conflitos entre índios e os integrantes das frentes de expansão na região, sucediam-se com extrema violência. Os ataques indígenas a vilas, a invasão de seringueiros e de garimpeiros em terras indígenas, ganharam destaque na imprensa nacional. Em 1965, os Cinta-Larga surpreenderam os habitantes da vila de Vilhena-RO. Desarmados, cerca de 60 índios acamparam nas proximidades do posto telegráfico, trocaram presentes e assistiram a uma partida de futebol. Contudo, um ano depois, uma nova visita dos Cinta-Larga resultou em várias mortes. (OPAN, 1987:104/105)

As ocorrências desses fatos levaram o Serviço de Proteção aos Índios - SPI, a estabelecer a “pacificação” os Cinta-Larga. Em 1966, teve início estas operações que se revelaram sem coordenação e insuficientes num contexto de invasão generalizada dos territórios indígenas por garimpeiros e colonos, e pelas empresas de mineração (com alvarás de pesquisa concedidos pelo DNPM). Estas, inclusive, participaram diretamente das expedições da FUNAI, financiando-as. São os casos das expedições realizadas em 1968, por FIUZA; MEIRELLES e PERET.

Omissões, desacertos e conivência do órgão indigenista foram desastrosos para os povos indígenas. Um exemplo desse desastre o método de “pacificação” empregado pelos sertanistas Francisco e Apoena Meirelles contra os Suruí. Ele serviu de “ponta de lança” para resolver os problemas dos empreendimentos econômicos e da sua convergência com a geopolítica dos governos militares. Como consequência, a população Suruí, estimada inicialmente em 500 índios foi reduzida à metade três anos após os primeiros contatos com os sertanistas da FUNAI, dizimada pelas epidemias de gripe e sarampo, e mesmo assim, suas terras estavam irremediavelmente invadidas (CHIAPPINO, 1975).

Este processo geral de pressão social fez com que outros grupos Tupi-Mondé enfrentassem situações mais prementes, que os levaram a estabelecer contatos amistosos com a sociedade envolvente iniciativa dos próprios índios. Os Gavião que habitam o igarapé Lourdes, afluente da margem direita do rio Ji-Paraná, em Rondônia, em 1953, se aproximaram voluntariamente de uma turma de caucheiros. Em 1969, os Cinta-Larga, após vários ataques e alguns reveses, confraternizaram-se com garimpeiros às

margens do rio Roosevelt. Em 1977, os Zoró foram ao encontro dos peões da fazenda Castanhal, às margens do rio Branco (afluente do rio Roosevelt), onde os sertanistas da FUNAI foram visitá-los.

A política indigenista oficial baseada fundamentalmente, na lógica dos fatos consumados mostrou-se completamente inerte e lenta para promover a necessária proteção àquelas comunidades indígenas. Nem mesmo a transformação de algumas sedes de garimpo em postos da FUNAI, como PI Roosevelt e PI Serra Morena, são suficientes para demonstrar o contrário. Assim, as conseqüências funestas foram a disseminação entre os povos indígenas, das gripes passaram a contrair, e que talvez, tenha sido responsável pela morte de mais da metade da população Tupi-Mondé. Na maioria das áreas indígenas o índice de mortalidade, em especial a infantil, ainda é muito alto. A precariedade da assistência à saúde torna a malária uma doença endêmica, e a tuberculose antes desconhecidas pelos índios, estão disseminando-se.

Entretanto, na atualidade a questão mais grave, para os vários grupos Tupi-Mondé, refere-se ao controle de suas terras contra a invasão das madeiras e garimpeiros. O Programa Polonoroeste acelerou o fluxo de migrantes em direção ao noroeste de Mato Grosso e leste de Rondônia, e viabilizou a implantação de vários projetos agropecuários e de colonização. Em geral, a maioria desses projetos estava respaldada por títulos de terra precários e certidões irregulares da FUNAI. Este conjunto de fatos, certamente, coloca em risco a integridade dos territórios indígenas remanescentes e a sua própria existência. (CULTURAL SURVIVAL, 1981)

As primeiras ações governamentais para demarcação das terras indígenas dos povos Tupi Mondé, vieram depois de 1967, após a criação da FUNAI. Em 1968, inicialmente um decreto governamental interditou uma área com cerca de 3,6 milhões hectares, localizada entre a margem direita do Roosevelt e a esquerda do Juruena. O objetivo era permitir à FUNAI os trabalhos de "pacificação dos grupos Cinta-Larga e Nambikwara". Em 1969, outro transformou esta área no Parque Indígena Aripuanã. Mesmo assim, nada era definitivo, pois FUNAI tinha 2 anos ainda, para apresentar "projeto de redução" da área reservada. A exposição de motivos do referido decreto, deixava evidenciada que o ato tinha como objetivo principal, o controle das jazidas minerais. A estratégia consistia em retirar e proibir as ações dos garimpeiros autônomos, protegendo os índios, mas em seguida a FUNAI firmaria convênio para a sua exploração com as grandes empresas de mineração. Dessa forma, a FUNAI prestava contas ao Banco Mundial, mas

ao mesmo tempo, garantia o controle dos recursos minerais aos grupos privados nacionais ou internacionais.

“ ‘A área do Parque Indígena Aripuanã possui um dos mais ricos depósitos de estanho do mundo, e há grandes companhias nacionais e internacionais de mineração ansiosas para entrar nele. Não estão dispostas a esperar cinco, 10 ou 20 anos enquanto os índios são contatados, pacificados e preparados para a integração em nossa sociedade. O Brasil está tentando acelerar o processo de contato com os índios, mas não sabemos para onde ir.’ (Eduardo GALVÃO, antropólogo brasileiro, citado em "Progress, Indians Collide in Brazil", *Los Angeles Times*, 26 de abril de 1973).

Em seu relatório para a Aborigines Protection Society (APS) de Londres, Edwin BROOKS, René FUERST, John EIEMMING e Francis HUXLEY descreveram a séria ameaça aos índios que resultava da ausência de uma política territorial coerente por parte da FUNAI. O relatório da APS observava que o sistema de reservas da FUNAI tendia a diminuir as terras indígenas e ameaçava a integridade biológica e cultural das tribos. Pela lei, lembrava o relatório da APS, OS parques e reservas indígenas pertenciam ao Governo brasileiro como parte do chamado Território Indígena e não podiam ser vendidos ou arrendados pela FUNAI. Além disso, muitas tribos nem sequer viviam em parques e reservas indígenas bem definidos, e estavam sendo expulsas por companhias agrícolas e de mineração interessadas em conquistar a posse das terras dos índios. "A não ser que se faça cumprir uma lei salvaguardando suas terras de origem", escrevia a equipe da APS em 1973, **‘os índios serão varridos pela frente de avanço da colonização e da exploração econômica’**. ” (DAVIS, 1978:105/106)

Shelton DAVIS apresentava a problemática com argumentos irrefutáveis, errou parcialmente, apenas quando disse que os recursos minerais ficariam com empresas nacionais ou estatais, o tempo e a prática do neoliberalismo, liquidou com essa possibilidade:

“O mais significativo, segundo CHIAPPINO, é que na época de sua despedida do Brasil não havia indícios de que a FUNAI houvesse criado uma política para proteção dos recursos e das terras dos índios. Ao contrário, os colonos e as companhias de mineração continuavam a invadir o Parque Indígena Aripuanã. Vários campos de pouso haviam sido construídos na área. A escassez de caça estava chegando a um ponto crítico. De acordo com CHIAPPINO, a existência de tais condições era um resultado lógico das políticas de terras e de arrendamento da FUNAI. (Jean CHIAPPINO, *The Brazilian Indigenous Problem and Policy: The Aripuanã Park*, International Work Group for Indigenous Affairs - Copenhagen/Genebra, 1975, pp. 13-18).

No fundo, os Cinta-Larga e os Suruí eram apenas os primeiros grupos indígenas a sentirem os efeitos do novo *boom* de mineração que estava ocorrendo em toda a Bacia Amazônica. Em fevereiro de 1972, por exemplo, *o Engineering and Mining Journal*, luxuosa publicação mensal da indústria internacional de mineração, trazia um artigo intitulado: **‘A Bacia Amazônica - Nova Província Mineral para os Anos 70’**. De acordo com esse artigo, **mais de 50 corporações internacionais já estavam envolvidas em projetos de desenvolvimento de mineração na Bacia Amazônica, atraídas pelos incentivos fiscais, pela estabilidade política do Brasil e pela ajuda**

do Governo brasileiro à prospecção. Entre as companhias presentes na Amazônia brasileira naquela data estavam a Bethlehem Steel Corporation, a U.S. Steel Corporation, a Aluminum Company of Canada, a Kaiser Aluminum Company, a Reynolds Metals, a Rio Minto Zinc Corporation, a Union Carbide Corporation, a International Nickel Company, e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a maior empresa estatal de mineração do Brasil. O artigo do *Engineering and Mining Journal* afirmava:

‘A Bacia Amazônica do Brasil, virtualmente impenetrável e intocada pela tecnologia moderna, está hoje entrando em cena como uma das mais promissoras províncias minerais não - desenvolvidas do mundo... Embora a maioria dos grandes empreendimentos de mineração provavelmente vá terminar sob o controle brasileiro, estatal ou privado, as companhias estrangeiras em geral estão ávidas por qualquer fatia do bolo que puderem conseguir’. ” (DAVIS:1978:116/117) (Sem negrito no original)

Os Suruí

Os Suruí autodenominam-se Paiter, que quer dizer “Gente” ou “Nós Mesmos”. Entre os povos Tupi-Mondé, os Suruí e os Cinta-Larga foram os primeiros conhecerem o processo de atração da FUNAI. A partir dos postos Sete de Setembro, Roosevelt e Serra Morena no Aripuanã-MT e da Base do Riozinho, na Br-364, em Rondônia os sertanistas da FUNAI, comandados pelos sertanistas Francisco e Apoena Meirelles, começaram seu trabalho.

É evidente que mesmo assim, que a área localizada entre a BR-364 e a margem esquerda do Roosevelt, território habitado pelos Suruí e não incluído no decreto, passaram a ser invadidas, sobretudo a partir de Rondônia. Desde 1971, mesmo advertidos pelo INCRA, FUNAI e Governo de Rondônia, a Cia Itaporanga de propriedade dos irmãos Melhorança, vendia terras situadas no interior dessa área dos povos Suruí. Inclusive, de forma acintosamente a empresa chegou a instalar sua sede ao lado de uma das aldeias Suruí, no município de Espigão D’Oeste-RO.

“No caso Suruí, desde 1971 há venda ilegítima de terras pelos irmãos Melhorança, através da Companhia Itaporanga (ver por exemplo, o Relatório da Comissão Permanente de Inquérito da Terra de 19775, ou notícias como as de O *Estado de São Paulo*, de 25-8-72, *Jornal do Brasil*, de 4-12-71, de 30-8-72 e de 19-11-72). A cessão de terras "por boca» aos Melhorança, pelo Governador do Território, data de 1966 (*Jornal do Brasil*, de 30-12-72). Um dos Melhorança, embora muito jovem, foi durante um tempo "prefeito" da Vila de Espigão do Oeste. Esta vila foi envolvida em sangrento massacre, segundo a CPI da Terra de 1977, por parte do Secretário de Segurança Pública do Território, em vingança pessoal contra os irmãos Melhorança. Não podendo investir contra os titulares da Itaporanga, espancou os colonos inocentes, inclusive mulheres e crianças. Um fato como esse reflete o clima

em que se dá a apropriação de terras - e onde os índios vão perdendo a mata que sempre ocuparam.” (MINDLIN, 1985:133)

Em 1974, no final do ano, novos atos governamentais alteraram as áreas reservadas, e redefiniam políticas de assentamentos. Através de decreto a FUNAI, interditou temporariamente, duas áreas, uma à oeste, incluindo a área os rios Ji-Paraná e Roosevelt, e a outra, entre o rios Aripuanã e Juruena, com o objetivo de promover a “pacificação” dos índios Cinta-Larga, Suruí, Arara, Gavião e Rikbaktsa. Outro decreto reduziu a área original do Parque Indígena Aripuanã a um terço. Sua exposição de motivos sugeria uma política de transferência de todos os povos indígenas para o interior do Parque, uma vez concluídas as atrações pela FUNAI. A atuação da FUNAI sempre se fazia de forma tardia, e inclusive numerosos posseiros que haviam entrado na área indígena, armaram-se e chegaram a interromper a demarcação das terras que a FUNAI fazia.

“O último grupo de guerreiros da Rondônia, já fazendo a paz. Guerreiros dos anos 80, ainda, os Suruí, que na luta pela terra haviam matado colonos em 1976 e tinham sofrido o assassinato do índio Oréia no mesmo ano. Em 1981, mataram duas pessoas (jovens colonos da vizinhança), provavelmente pela última vez. Na região como um todo, de agora em diante, os massacres haviam passado a ser de outro tipo.

Assim, os Suruí, por exemplo, vivem encostados ao projeto de colonização Ji-Paraná, para o qual perderam, na verdade, metade de suas terras em 1976, ano em que a área indígena, de 220.000 hectares para cerca de 300 índios, foi demarcada. O Parque Indígena do Aripuanã, destinado aos índios Suruí e Cinta-Larga, havia sido criado em 1969, compreendendo uma área interditada no ano anterior. O Parque foi reduzido à metade em 74 e diminuído outra vez em 76, numa ilustração clara da dificuldade de defender o território indígena na região.

O primeiro contato pacífico dos Suruí com a sociedade brasileira deu-se em junho de 1969, quando visitaram o acampamento Sete de Setembro da FUNAI, fundado no dia sete de setembro de 1968 (daí a origem do nome da principal aldeia Suruí, o Sete de Setembro, contígua ao Posto. O nome Suruí da aldeia é Nambekó-dabadaqui-ba —“O lugar onde os facões foram pendurados”).

Os índios só passaram a morar de forma permanente no Posto em 73, quando, atingidos por epidemia de sarampo, vieram buscar assistência médica. Cerca de um terço da população continuou a morar fora da área indígena, perto da vila de Espigão do Oeste, mudando em 1977 para outro Posto da FUNAI criado então, a Linha 14.” (MINDLIN, 1985:23)

Os conflitos entre índios e invasores, provocando mortes em ambos os lados, continuaram até 1981. Nesse ano, em decorrência de decisão do Tribunal Federal de Recursos, os colonos foram retirados das terras dos Suruí, após negociações frustradas entre a FUNAI e o INCRA. Em 1983, foi finalmente homologada a demarcação da AI Sete de Setembro, com terras nos municípios de Cacoal-RO e Aripuanã-MT com 247.870 ha. Esta

área foi resultado de sucessivas reduções do território Suruí e representa menos da metade do território tradicional. Com a redução parte das terras deste povo indígena foram cedidas a grileiros e posseiros que adentraram quanto puderam na área indígena, com a conivência dos órgãos governamentais. A população indígena Suruí era em 1992, 586 pessoas, a maioria concentrada na porção sul da reserva.

Os Suruí ao lado de praticarem atividades econômicas tradicionais roças, caça, coleta, etc., tornaram-se em parte pequenos produtores de café para o mercado, aproveitando os cafezais abandonados pelos colonos retirados pela FUNAI. Essa nova prática econômica levou muitas famílias indígenas, inclusive, a se mudarem para os lotes que continham cultura de café. Uma vez as terras demarcadas e a novidade da renda monetária, obtida com a venda do café, os Suruí passaram a reorganizar seu modo de vida. Como conseqüência dessas transformações, a presença cada vez maior do dinheiro e de bens da sociedade envolvente, acabaram por criar problemas profundos na sociedade Suruí. A entrega aberta das madeiras de lei aos madeireiros foi uma delas

“Quando os Suruí retiraram os invasores na década de 80, apesar dos desmatamentos, prejuízos redução de território herdaram milhares depõe de café (cultura explorada pelos invasores) que ainda lhes renderam algumas safras.

No entanto, quando permitiram a retirada da madeira de suas terras em 1986/87, foram rapidamente superados pela velocidade com que a madeireiras conseguiam consumir a madeira comercial do território. Como a AI Sete de Setembro é limitada por linhas secas, os exploradores se dividiam pelas linhas e aldeias e se subdividiam em caciques. Chegou-se ao cúmulo de uma mesma aldeia ser explorada por diversos madeireiros e destes discutirem a concorrência entre si, e de até jovens e mulheres terem seus madeireiros particulares.

A parte do território Suruí que poderia ser mais integra - a divisa com os Zoró - há anos vem sendo explorada, a ponto dos Zoró reclamarem e pedirem o reabrimento de picadas entre as duas Áreas.

Pudemos constatar que as madeireiras não apenas retiravam madeira como também destruíam e retiravam os marcos de cimento (mais ou menos dois metros de comprimento) e as placas de demarcação, dificultando enormemente o trabalho de reavivamento.

Existem estradas no Suruí que adentram a AI Zoró mais de 30 km e, pela inexistência de placas e marcos, muita madeira Zoró foi retirada como sendo Suruí. Isso só acirra uma briga histórica entre os dois grupos.

Dá para se estimarem cerca de cem km de estradas que dão acesso às aldeias e Postos (parte sul). No entanto, este número chega a 400 km quando se soma as estradas ao norte/leste/oeste e as linhas que se encontram com a divisa da. Caatuva. Os carregadores, infelizmente, são incontáveis, há uma estimativa que para cada km de estrada (trafegável) existem aproximadamente três km de carregadores.

O auge da madeira durou pouco no Suruí, principalmente 88/89/90. Pode-se estimar que nesse período chegaram a retirar 20.000 m³/ano, hoje a exploração deve se dar por volta de oito mil m³.

Os Suruí, como medida de fiscalização acabaram se concentrando ao sul da Área, percorrendo o restante para caçadas, pescarias e expedições. O norte e o leste da AI começaram a ser alvo de investidas de madeireiras que roubavam madeira indígena até chegar ao ponto dos próprios índios permitirem a exploração. O resultado é que, apesar de "venderem" eles não conseguem fiscalizar e nem medir, pois a madeira é retirada por Ji-Paraná, estrada da fazenda Castanhal, atravessando a AI Igarapé Lourdes/PIN Nova Colina, onde vivem as Gavião. ” (ISA,1996:569)

O envolvimento dos Suruí com os madeireiros, com a complacência da FUNAI e até mesmo com a participação direta de funcionários, somada à participação conjunta dos Cinta-Larga, chegou ao ponto de assumirem pública e politicamente a defesa desses madeireiros que operam na área indígena. Passaram a realizar manifestações públicas como bloqueio de rodovias:

INDIOS FECHAM PONTE PARA LIBERAR MADEIRA

Dezenas de Cinta Larga e Suruí, fecharam durante horas a ponte sobre o rio Riozinho, em Riozinho, a 12 km de Cacoal, no dia 12/07/93, interrompendo o tráfego na BR-364, numa forma de protesto contra a apreensão, pela Polícia Federal, de dez caminhões transportando madeira retirada da Área Indígena e que havia sido comprada dos próprios índios. Segundo o chefe Cinta-Larga Pio, um dos líderes do movimento: *"A apreensão dos caminhões vai gerar fome entre os índios, que estão abandonados pela FUNAI"* (ISA, 1996:566). (Sem negrito no original)

A nova lógica do dinheiro e dos bens industrializados da sociedade nacional, no interior da cultura Suruí está provocando o abandono de práticas tradicionais de obtenção da alimentação. E mais do que isso, tem gerado relações de dependência e subordinação.

O ano de 1991 foi marcado por acidentes, capotamentos e também pelo fato dos madeireiros não cumprirem os acordos feitos com os índios. Em 1992, os Suruí perceberam que, apesar de ainda restar um pouco de madeira, as ofertas já não eram tão vantajosas. Hoje as madeireiras já não correm atrás dos índios e sim o contrário, pois a distância das madeiras abaixa o preço delas. O mogno rareou e as outras espécies saem praticamente de graça. ...

As roças de alimentação e subsistência foram diminuindo durante o auge da madeira e ainda não conseguiram recuperar a subsistência da população. Por isso, em alguns períodos, a falta de alimentos chega à miserabilidade. Eles vêm sendo orientados na formação de pomares domésticos para equilibrar a alimentação.

Existem ainda algumas malocas, mas os Suruí, hoje, residem basicamente em residências de madeira, modelo regional/Rondônia ... os Suruí, com a escassez de dinheiro e de madeira, começaram a perceber que não vão ser sustentados infinitamente com bolachas e refrigerantes pelas madeireiras. ...

Através da exploração da madeira, não apenas a economia indígena foi alterada, mas as relações sociais: a alimentação, a subsistência, as festas e até mesmo a cocaína entraram no rol do consumo. ” (ISA,1996:569)

Esse processo de deterioração das relações sociais entre os Suruí nesta década de 90 está trazendo para a sociedade problemas que nem mesmo a sociedade envolvente tem conseguido resolver: a questão das drogas.

A Polícia Federal e a FUNAI em Porto Velho investigam a utilização de estradas dentro da Área Indígena dos Suruí, próxima a Cacoal (520 km ao sul de Porto Velho), como rota de narcotráfico. A suspeita de que a Área está já servindo como passagem de drogas para traficantes, veio na semana passada com a descoberta de um Suruí viciado em cocaína.

Segundo Samuel Cruz, os traficantes ou pessoas interessadas em retirar madeira ou ouro da Reserva, podem estar viciando os índios. Ele diz também que as estradas abertas com a retirada de madeira, permitida pelo cacique, podem estar sendo usadas pela "conexão Cacoal" para passar cocaína para o Mato Grosso. A Reserva faz divisa com o estado.

Itabira não concorda com a entrada da Polícia Federal dentro de sua Reserva. Mas os outros chefes das aldeias estão querendo as investigações. Eles não estão gostando do comportamento de que trocou a cabana por uma casa de alvenaria e serve-se de um motorista para se locomover num carro modelo Santana. (FSP; 19/08/93 - ISA, 1996:568)

“O narcotráfico em Rondônia já está atingindo as populações indígenas que são utilizadas para o transporte da pasta de coca, em troca de dinheiro ou mercadorias de consumo. A informação foi dada no dia 8 de agosto, na CPI da Internacionalização da Amazônia, pelo presidente da FUNAI, Sidney Possuelo.

Segundo o indigenista, este fato já foi constatado por agentes da FUNAI em Cacoal' cidade do deputado Jabes Rabelo, especialmente nos Suruí. ***Trata-se de um problema grave, pois percebemos que os traficantes usam os índios para burlar a Polícia***", comentou. (O Dia, 09/08/91 - ISA, 1996:568) (Sem negrito no original)

Os Cinta-Larga

Os Cinta-Larga, assim denominados porque usavam uma faixa de entrecasca de árvore ao redor da cintura, tinham seu território tradicional no alto curso dos rios Roosevelt, Guariba e Aripuanã. Os vales destes rios são caracterizados pela existência de solos férteis e um subsolo rico em minérios. É evidente, que na esteira da lógica da ocupação territorial capitalista desta parte da Amazônia, estes recursos naturais provocaram o interesse de garimpeiros, aventureiros, empresários e empresas de mineração. Entre esses sujeitos sociais estavam como era de se supor, pessoas que ocupavam cargos nos governos estadual e federal.

Em meados dos anos setenta uma conjugação de interesses econômicos e políticos atuaram no sentido de criar a desinterdição das áreas reservadas aos índios no noroeste do Estado de Mato Grosso. A corrida parecia não ter fim, estimulada que foi pela “omissão” com que a FUNAI tratava a questão. Este órgão não completado ainda os contatos com os grupos indígenas isolados, e nem mesmo completados os levantamentos mínimos que permitissem definir a real ocupação e extensão territorial dos povos Cinta-Larga. Órgão governamental sujeito às mais diferentes pressões políticas, a FUNAI cedeu às pressões, desinterditando parte das terras.

Em 1976, através de um decreto declarou sem efeito parte da interdição anterior do final dos anos 60, e determinou que os índios ficassem apenas com uma pequena extensão de terras às margens do rio Aripuanã - Al Serra Morena - onde se localizava a frente de atração da FUNAI. Este ato provocou o efeito jurídico que levou a FUNAI a conceder certidões negativas sobre essas terras, apesar da evidência da sua presença em toda a região. No mesmo embalo, o governo de Mato Grosso aproveitou para promover a abertura da estrada AR-1 ligando Vilhena aos núcleos de Fontanilhas e Aripuanã. A abertura da estrada viabilizou a implantação do projeto de colonização de Juína pela Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso - CODEMAT, no limite dos territórios tradicionais dos Cinta-Larga e Rikbaktsa.

As aldeias Cinta-Larga do rio Vermelho, por exemplo, ficaram em meio a esse verdadeiro campo de batalha. Sem opção para os poucos sobreviventes, ficaram fadados à caminhar pelas estradas, ou irem buscar ajuda nos acampamentos da CODEMAT e da empresa de mineração - SOPEMI, exatamente as que promoviam o saque total de suas próprias terras. O final dessa história, tem se repetido com a maioria dos povos indígenas de Mato Grosso: os índios que sobreviveram, foram transferidos para a sede do PI Serra Morena.

“Aimoré afirma que tem de pagar uma parte da despesa com dinheiro tirado de seu próprio salário. Faltam medicamentos, o transmissor está enguiçado há muito tempo, de sorte que todos os postos se acham completamente isolados do mundo. Aimoré fala em abandonar a FUNAI, em expor à imprensa as suas dificuldades.

Apenas uma quinta parte dos índios Cinta-Larga mantém contatos intermitentes com os quatro postos. Aimoré explica a necessidade urgente de se tentar uma expedição no Rio Tenente Marques, a fim de se instalar mais um posto de atração. O Parque Indígena de Aripuanã é uma zona interdita, com cerca de trezentos quilômetros por duzentos. Seria necessário exercer uma vigilância constante e custosa para impedir qualquer infiltração da colonização. Por falta de dinheiro, nada se pode fazer. Ora, os índios não estão nem por sombra pacificados, e é sempre possível um confronto com os colonos.

Uma coisa me desperta a curiosidade: é a nova estrada BR-174, cuja construção foi confiada à CODEMAT, Companhia de Desenvolvimento de flato Grosso. De acordo com o projeto, essa estrada cortava a área indígena, mas a FUNAI conseguiu a modificação do traçado. A construção dessa rodovia não terminou. Atualmente, ela sai de Vilhena para alcançar a Fazenda Fontanilha, ao longo da orla oriental do Parque de Aripuanã. Inicialmente, deve chegar à jovem cidade de Aripuanã, situada ao norte, depois cortará a Transamazônica para ir diretamente a Manaus. Cerca de duzentos quilômetros de Vilhena, a SOPEMI, empresa multinacional de prospecções geológicas, com participação francesa, executa trabalhos em procura de diamantes.

Imagino ser muito difícil essa empresa não estar fazendo suas prospecções na zona interdita. Com efeito, travei conhecimento, em Brasília, com um dos engenheiros franceses que trabalham na empresa. Minha intenção era apenas a de filmar o trabalho dos garimpeiros, mas, para minha surpresa, enfrentei uma negativa categórica, e perguntei, com toda a franqueza, se a SOPEMI não estava fazendo prospecções também em território indígena. O engenheiro me respondeu que, mesmo se isso fosse verdade, ele não diria. Confessou-me apenas que, às vezes, os índios saíam do parque, atraídos pelo acampamento dos exploradores, e estes lhes davam vestimentas, em troca de objetos de seu artesanato. O engenheiro me mostrou, então, um magnífico colar que conseguira. Era sem sombra de dúvida um colar Cinta-Larga. O que me pareceu estranho, foi o fato de ter o engenheiro feito uma descrição precisa do conjunto do parque indígena, mencionando cada posto, cada curso de água, esclarecendo que as aldeias ficavam sempre a dois ou três quilômetros dos rios. Não podia haver dúvida de que ele sobrevoara freqüentemente a região, e isso com um fim determinado, em face das distancias e das despesas com os vôos para tais observações.

Aimoré afirma categoricamente: a SOPEMI encontra-se realmente atuando na BR-174, mas de modo algum pode entrar no parque indígena. Comunico-lhe minha intenção de fazer um filme sobre os garimpeiros. Infelizmente, ele retruca, não conhece ninguém na região de Riozinho; devemos procurar em outros rumos. ” (CHAPELLE, 1982:41)

Em 1977, outros dois decretos desinterditaram área entre os rios Roosevelt e Ji-Paraná. Estava aberta a porta via Espigão d'Oeste, por onde se faria uma verdadeira invasão das terras dos Cinta-Larga, dos Suruí e dos isolados Zoró. Grupos empresariais privados, latifundiários como o Condomínio Lunardelli, conseguiram forçar a liberação de certidões negativas e declarações da inexistência de povos indígenas nessas terras. Quem tinha o poder de proteger, usou-o contra os próprios índios, razão única de sua existência como órgão indigenista governamental. Estes atos jurídicos permitiram que se formassem verdadeiros corredores de penetração que viabilizaram o domínio e o controle de vastas extensões territoriais, pelos latifundiários e grupos empresariais.

O próprio governo estadual de Mato Grosso decidiu pedir autorização ao Senado da República, para vender áreas superiores ao máximo permitido pela Constituição Federal. Dois milhões de hectares de terras sabidamente indígena foram alienadas a grandes latifundiários do

centro sul do país. Desmatamentos, retiradas de madeiras, pastagens extensas, picadas e estradas de garimpos, fazendas e colonizações, numa invasão sem precedentes, expropriaram/transformaram instantaneamente o território indígena. Consumada a implantação das vias penetração, ocorreu a implantação dos empreendimentos agropecuários: Cia. Vale do Rio Roosevelt, Condomínio Lunardelli, Fazenda Castanhal, Fazenda Muiraquitã, etc. Todos sem exceção, encravados em terras tradicionalmente indígenas.

Em 1979, uma portaria da FUNAI, definiu a Área Indígena Aripuanã, a norte do Parque Indígena, com o objetivo de abrigar os grupos Cinta-Larga que habitavam as cabeceiras dos rios Branco e Guariba. Curiosamente, em 1974, esses índios Cinta-Larga foram "pacificar" a população branca da vila de Aripuanã, onde na época, funcionava o Núcleo Pioneiro Humboldt, da Universidade Federal de Mato Grosso. Entretanto, foram desgraçadamente surpreendidos pela "morte que estava no ar", a gripe. Como só poderia acontecer não foi prestado atendimento necessário e urgente. Entre os 69 Cinta-Larga que lá chegaram, 31 voltaram para as aldeias disseminando a epidemia, enquanto que, os outros 38 morreram nas proximidades da própria vila de Aripuanã.

Essa portaria baixada pela FUNAI em 1979 tinha importantes incorreções:

“A Portaria 562/N/79 apresentava graves incorreções: ignorando a real ocupação indígena, reconheceu apenas parte das terras ocupadas por estes Cinta-Larga, ficando desabrigadas as aldeias do rio Guariba. **Por outro lado, a FUNAI omitia-se quanto ao resguardo das terras indígenas, permitindo que o Garimpo Ouro Preto funcionasse quase ininterruptamente de 1978 a 1984.**

Constituída por vários grupos autônomos, distribuídos pelo território que lhes restou (PI Aripuanã, AI Serra Morena, AI Roosevelt e AI Aripuanã), a sociedade Cinta-Larga é uma sociedade de caçadores. O interesse pela aventura da caça conforma singularmente seu modo de vida, ainda que os produtos cultivados e coletados sejam a base da dieta alimentar. Os grupos patrilineares possuem grande mobilidade, cada um formando sua própria aldeia; as aldeias se espalham, afastando-se umas das outras, de maneira a garantir uma relação adequada entre os recursos naturais e os hábitos de consumo. Nas proximidades da casa estão as roças, os caminhos de caça, pesca e coleta. **É como se cada aldeia possuísse um território próprio, ainda que não exclusivo, em média com um raio de 30 km, que é percorrido pelos caçadores.** Outras formas de ocupação, entretanto, vêm surgindo nos últimos anos, relacionadas as novas atividades econômicas, como cortar seringa ou garimpar (JUNQUEIRA (1985)). (Sem negrito no original)

Para atender a população ... Cinta-Larga, existem seis postos da FUNAI: Serra Morena, Tenente Marques, Roosevelt, Quatorze de Abril, Capitão Cardoso e Ouro Preto. As terras indígenas a despeito dos recursos financeiros repassados pelo Programa Polonoeste, não estão garantidas: há várias invasões e algumas indefinições comprometedoras. As empresas de mineração já vasculharam toda a

região noroeste, e há 119 Alvarás de Pesquisa, concedidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), incidindo nas terras de posse permanente dos índios Cinta-Larga, Zoró, Suruí, Gavião e Arara (CEDI/CONAGE, 1986). A parte sul do Parque Indígena está invadida por fazendas. Em meados do ano, índios e funcionários da FUNAI embargaram grande quantidade de toras que o Grupo Rossetti vinha serrando nas cabeceiras do Tenente Marques. Na AI Serra Morena os índios enfrentaram a construção de uma usina das Centrais Elétricas Mato-grossense (CEMAT), que interromperá o curso do rio Aripuanã e alagará parte de suas terras. (OPAN, 1987:111/112)

Vítimas desse processo expropriativo, e não encontrando na sociedade envolvente procedimentos que lhes resguardassem a vida e, sobretudo suas terras os Cinta-Larga reagiram.

“No final de 1985 os Cinta-Larga do Roosevelt revoltaram-se e obrigaram vários fazendeiros a desocupar suas terras. As fazendas dominavam parte considerável da Área Indígena, tendo devastado milhares de hectares de florestas com a complacência dos órgãos oficiais. No mesmo sentido o ataque dos Cinta-Larga em março de 1986, que resultou na morte de dois garimpeiros, vinha responder à emboscada sofrida pelo índio Capitão nas proximidades de sua aldeia - na região entre o meridiano 60° e o rio Guariba, limite oeste da AI Aripuanã (Equipe Indígena da Diocese de Ji-Paraná, 1986).” (OPAN, 1987:112)

Apoiados por entidades da sociedade civil e indigenistas parte de lideranças indígenas Cinta-Larga passou, depois desses episódios, buscar saídas para se evitar novos conflitos. Em 1987, uma caravana de líderes Cinta-Larga, Suruí e Arara do Aripuanã foi a Brasília, encontrando-se com ministros, funcionários da FUNAI e imprensa, visando exigir **“a redelimitação da AI Aripuanã, com a inclusão das aldeias do rio Guariba, a homologação das áreas já demarcadas em fins de 1985 pelo Departamento de Serviços Geográficos do Exército, e a retirada de todos os invasores, reassentando, porém, os posseiros pobres em áreas indicadas pelo INCRA.”** (OPAN, 1987:113) (Sem negrito no original)

Os poucos frutos dessa luta dos povos Cinta-Larga, foram colhidos com as homologações das demarcações de suas terras. Assim, controlam na atualidade o PI Aripuanã com 1.603.246 ha, nos municípios de Juína-MT e Vilhena-RO; AI Aripuanã com 750.649 ha, nos municípios de Juína e Aripuanã; AI Roosevelt com 230.826, nos municípios de Juína e Espigão D'Oeste-RO; e AI Serra Morena com 147.836 ha no município de Juína. Entretanto, a população Cinta-Larga diminuiu muito em relação ao final dos anos 60, em 1993, eram 643 índios.

“A indigenista Inês HARGREAVES realizou uma viagem de levantamento da situação dos índios habitantes do grande Aripuanã, durante o período outubro 92 a março de 93. Em seu relatório encaminhado FUNAI, a indigenista registra o

preocupante decréscimo populacional dos Cinta-Larga. Em censo realizado por ela em 1989, os Cinta-Larga somavam 849 indivíduos, no início de 93, foram recenseados 643 índios. *"A natalidade nesses anos reduziu em 30% e o crescimento foi negativo"*. O relatório destaca a esterilidade das mulheres em idade fértil e o grande número de abortos. Nos PI 14 de Abril e Roosevelt, os índices de aborto chegam a 50%; de cada 10 mulheres que engravidam, cinco não completam a gravidez e dessas cinco crianças que nascem, talvez três ultrapassem a fase crítica de 0 a 5 anos. ” (ISA, 1996:564/565) (Sem negrito no original)

As transformações estruturais que o povo Cinta-Larga passou a conhecer derivavam da violência com que o saque às riquezas naturais passava a ser feito pela sociedade envolvente, e a aparente impotência da FUNAI, os índios procuraram uma saída:

“A principal atividade econômica da AI Roosevelt é a madeira e algumas pesquisas minerais. Os Cinta-Larga começaram a explorar madeira depois que em 1984/85 flagraram e apreenderam grande quantidade de madeira furtada no PI 14 de Abril pela Comexmad e não conseguiram sua indenização, e nem mesmo vender a madeira apreendida, já que a Madeireira ficou como fiel depositária e acabou retirando toda a madeira. A FUNAI não se empenhou nem fiscalizou e, em seguida, promoveu uma série de contratos feita pelo ex-presidente da FUNAI, Romero Jucá, que selecionou as grandes áreas com potencial madeireiro.

Os índios criaram, em 1989, a **Associação Pamaré**, que tem como **objetivo "trabalhar pelo desenvolvimento e bem-estar dos Cinta-Larga"**. Como não conseguiram criar nenhum projeto alternativo, vêm tocando a Pamaré a custo da madeira e de inúmeras iniciativas mal sucedidas de garimpo e pesquisas em suas terras.

É comum o fato de um madeireiro não cumprir com suas obrigações e não pagar os índios e, em seguida, voltar a explorar a Reserva. Para isso utiliza-se de uma matemática que não é controlada. Nela, os índios estão sempre devendo. Os madeireiros controlam tudo, e como não existe fiscalização, também não pagam corretamente.

Estima-se que saíram 25.000 m³ anuais de mogno só na AI Roosevelt, além de outras espécies. Nos últimos cinco anos (88/93), saíram 125.000 m³. ” (ISA, 1996:565) (Sem negrito no original)

O resultado deste expediente utilizado pelos madeireiros e a violência contra os índios, acabou sendo igualmente, a manifestação violenta dos indígenas. O que também, foi usado, de forma macabra, como elemento de pressão dos não índios de Juína, contra os próprios Cinta-Larga:

“ÍNDIOS MATAM CINCO E CAUSAM TENSÃO EM JUÍNA

O técnico indigenista Eudes Cardoso de Araujo, da FUNAI, divulgou, no dia 04/03, a posição oficial da FUNAI sobre o episódio ocorrido no dia 03/02/91 na AI Serra Morena, que culminou com a morte de cinco pessoas. Segundo Eudes, chefe da equipe que visitou o local do crime, os Cinta Larga encontraram uma picada dentro da Reserva que levava ao local onde estavam as cinco pessoas. Como os índios tentaram amarrar os invasores, houve um princípio de agressão que culminou com o

assassinato. Apesar das vítimas alegarem estar no local a mando da Prefeitura de Juína, Eudes Cardoso informou que o fazendeiro Valter Damiani, que possui terras na divisa da Reserva, confessou ter contratado as pessoas para derrubada de madeira.

As declarações de Valter Damiani foram consideradas pela FUNAI um tanto duvidosas porque não se faz derrubada em época de chuva. Eudes Cardoso acredita ter havido interesse na área para o desenvolvimento da atividade garimpeira, já que aquelas terras são consideradas ricas em ouro. Por outro lado, ele relata episódios chocantes envolvendo a morte de índios, o que teria contribuído para aumentar a fúria dos Cinta-Larga durante a prática do crime.

Os problemas na Área Serra Morena iniciaram em 1986 com a extração indiscriminada de madeira comandadas pelo então presidente da FUNAI, Romero Jucá, e pelo superintendente do órgão em Cuiabá, Nilson Campos Nogueira, e com a poluição do rio Aripuanã causada por 400 garimpeiros localizados na divisa da Área Indígena, que causou a morte dos peixes e doenças na pele. "Os índios fizeram uma série de solicitações a Brasília para acabar com o garimpo e tomar providências contra a derrubada de madeira", disse Eudes.

Os crânios dos mortos, todos da mesma família, dois homens e duas mulheres (o corpo de um jovem não foi localizado) foram expostos em praça pública na cidade de Juína, causando muita tensão na cidade. ” (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 05/03/91 - ISA, 1996:565)

A questão da exploração de madeira em área indígena, arrasta-se e gradativamente revela mais sua teia de articulação política e a desorganização e desestruturação dos serviços públicos iniciados no governo Collor. A situação vivida pelos Cinta-Larga, portanto, não é diferente daquela vivida pelos demais povos:

“O fim do projeto Polonoroeste coincide com o período de falência dos serviços da FUNAI, de 86 em diante, e o assédio dos madeireiros. Melhor do que roubar a madeira indígena é pagar por ela quantias irrisórias, sem medição correta, e ainda ser considerado "amigo" pelos índios. Os madeireiros passaram a bancar tudo: carros, comida, hospitais, medicamentos, aviões, hotéis, festas, noitadas, viagens etc. Tudo isso a troco de madeira. Dá para estimarem 10.000 m³ por ano a exploração de Serra Morena, acumulando, nos últimos cinco anos mais de 50.000 m³ de madeira nobre abatida. Os madeireiros são os mesmos há anos. E continuam ampliando suas atividades sem nunca terem sido molestados. Outras serrarias estão entrando em acordo com os índios, principalmente para aproveitamento de forquilhas e madeira branca. (ISA, 1996:566)

Outro problema que também atinge os Cinta-Larga, refere-se à exploração mineral e seus problemas ambientais. Ela traz consigo, contradições inimagináveis a qualquer pesquisador. Em primeiro lugar, soldou uma triste aliança entre os Cinta-Larga e um dos líderes dos garimpeiros que haviam invadido a área indígena:

“Os garimpos e pesquisas na AI Roosevelt vêm seguindo o roteiro dos primeiros garimpeiros que aí chegaram para explorar. **A realidade é tão contraditória que os**

Cinta-Larga já recorreram aos garimpeiros da equipe do Raul Espanhol (primeiro invasor do Parque Aripuanã, que abriu pistas de pouso que hoje são Postos da FUNAI). Em 1988, eles instalaram as primeiras balsas de diamantes no rio Roosevelt. Para os índios, até agora, isso não resultou em nenhum lucro, a não ser especulação e prejuízo.

No PI 14 de Abril, é recente a iniciativa de procura investimentos de madeireiros e empresários para custear a mineração de cassiterita. Isto pode resultar num empreendimento incontrolável e sem parâmetros, já que o rio 14 de abril atravessa as Áreas Cinta-Larga e Zoró.

As águas do Roosevelt ainda estão limpas e saudáveis, somente porque ainda não encontraram uma mina de diamante ou um veio de ouro que seja comercialmente compensador.

Quanto ao rio 14 de abril, seu leito vem sendo revirado na exploração de cassiterita e a falta de tecnologia - lagoas de decantação, retroescavadeiras pode resultar num grande desastre ecológico. ” (ISA, 1996:565) (Sem negrito no original)

Em segundo lugar, ainda com relação às contradições que envolvem a exploração mineral pelos Cinta-Larga, a presença nas áreas indígenas da empresa que ordenou e financiou o “Massacre do Paralelo 11”. Os Cinta-Larga, agora estão convivendo com seus próprios algozes. E se só isso não bastasse, as obras construídas pelo estado servem de caminho para aumentar ainda mais a invasão garimpeira das áreas indígenas. Para os povos indígenas tem sobrado apenas o desastre ecológico e a morte.

O garimpo é a atividade econômica que mais tem poluído e lesado sócio-financeira e ambientalmente a comunidade Cinta Larga de Serra Morena. Esta também foi a primeira atividade invasora do território cinta larga na década de 60/70 (garimpos Raul Espanhol Arruda e Junqueira), que culminou no tristemente famoso massacre do Paralelo 11°.

Apesar dos conflitos índios x garimpeiros serem constantes e violentos, estes sempre utilizavam de suborno e aliciamento de lideranças como forma de garantir sua permanência na Área Indígena.

E foi em troca dos presentes e suborno que os garimpeiros conseguiram fazer as primeiras pesquisas minerais na região, na época em que região era explorada pela SOPEMI (mineradora francesa/sul-africana).

Por volta de 86/87, efetivou-se a invasão da região, acrescida pela intensa movimentação nos canteiros da UNE Juína (CEMAT), encravada na quina da AI Serra Morena, alagando potencialmente terras indígenas no Parque Aripuanã. Esta obra deu acesso às regiões nunca pisadas por não-índios. Com a ponte atravessando o rio Aripuanã e evidenciando os limites das terras indígenas, fomentou-se entre os garimpeiros a invasão da região. Foram levadas de garimpeiros, vindos de todos os cantos do Brasil e, até mesmo, bolivianos, que não invadiram somente o Parque Aripuanã, mas também a mineradora SOPEMI e terras de particulares. Os garimpeiros, espertamente e orientados, não se fixaram na margem esquerda e sim na margem direita (fazendo acordos ilusórios com os proprietários) e todos igarapés e pequenos rios formadores da cabeceira do Aripuanã.

Os garimpeiros, nestes sete anos, conseguiram exaurir os recursos com ganância, poluindo e assoreando o rio Aripuanã e, por conseguinte, o rio Madeira, inviabilizando muitas outras atividades e até mesmo a sobrevivência rio abaixo.

A AI Serra Morena é totalmente atingida e prejudicada pela poluição; altíssimo índice de morbidade e mortalidade diretamente ligado ao garimpo; desestruturação na vida social. ” (ISA, 1996:565/566)

Entretanto, também de forma contraditória, os Cinta-Larga têm reagido a todo este estado de coisas. Contra o não cumprimento de acordos com o Estado, invadiram obra de usina hidroelétrica:

“Revoltados por não terem recebido indenização da empresa Centrais Elétricas Mato-grossenses - CEMAT, quase cem Cinta Larga invadiram o canteiro de obras da usina hidrelétrica de Juína, a 900 km a nordeste de Cuiabá, no estado do Mato Grosso, divisa com Rondônia - em construção há oito anos em 200 ha da Área Indígena Serra Morena.

Segundo a Superintendência Regional da FUNAI em Cuiabá, uma equipe da Polícia Federal retornou no dia 28/02/91 da região informando que os índios desocuparam o canteiro, mas exigem uma nova delimitação de suas terras, que serão alagadas com a construção da barragem, sob pena de voltarem à ocupação e destruírem equipamentos.

O acordo feito entre os Cinta-Larga e a CEMAT previa que a tribo receberia indenização em dinheiro, uma Pick-up, a construção de uma estrada de 20 km, além de escolas e enfermarias. O diretor de operações da CEMAT, Oassamu Okadam, disse ontem que a empresa já cumpriu todos os itens do acordo e se negou a dar qualquer esclarecimento. A atual Diretoria da CEMAT, em fim de governo, não tem interesse em renegociar acordos anteriores.

A FUNAI não soube informar quais as condições exigidas pelos índios para deixar o canteiro de obras da hidrelétrica que gerará, para o noroeste de Mato Grosso, 20 MGW de energia e alagará 180 ha circunscritos ao rio Aripuanã. (O Liberal, 01/03/91 - ISA, 1996:565)

Contra as ações da polícia e o cumprimento da lei e da justiça, contraditoriamente, manifestam-se a favor de quem os explora: os madeireiros/

“ÍNDIOS MARCHAM PARA SOLTAR MADEIREIROS

Mais de 50 Cinta Larga e Suruí estavam na tarde do dia 9 de julho a 30 km de Espigão do Oeste, onde **pretendiam invadir a Delegacia de Polícia e libertar 13 madeireiros autuados em flagrante por furto de madeira em Reserva Indígena. Os índios estavam indignados, já que os madeireiros presos os alimentavam com falsas ilusões, presenteando os tuxauas com carros do ano, televisões, vídeos, antenas parabólicas.**

No final do mês passado, policiais federais lotados em Vilhena, cumprindo determinação da Justiça Federal, prenderam e autuaram em flagrante os madeireiros Jonas Alves da Cruz, Nivaldo Matizei, Elias Henrique Lopes, Alderi Brizola Nunes, Eliazer Pinto Vieira, Mauricio Borlazenko, Mauri Borlazenko, Osneri José Ferraz, José Bernardino de Lima, Natal Chaelarde, Luiz Etelvino Medeiros, José Mário de

Fatias, José Rodrigues de Macedo, que foram levados para a Delegacia de Espigão do Oeste e recolhidos no xadrez à disposição da Justiça.

Os madeireiros eram acusados de retirar da Área Indígena dos Cinta-Larga e Suruí, milhares de toneladas de madeira de lei, o que constitui crime, embora tivessem a convivência dos índios.

Depois de uma semana que os madeireiros foram presos, os índios resolveram se organizar e invadir a delegacia de Espigão do Oeste, iniciando a caminhada com arco, flechas e tacapes.

Assim que soube da resolução dos índios, o delegado de Espigão do Oeste, temendo cenas sangrentas, providenciou a retirada e transferência dos presos para a delegacia de Vilhena. ” (O ESTADÃO - RO, 10/07/93 - ISA, 1996:566) (Sem negrito no original)

Os madeireiros em meio a essas contradições reinam e delapidam o patrimônio natural das áreas indígenas Cinta-Larga. Seus nomes e áreas de atuação são conhecidos de todos. É como se vivêssemos uma hipocrisia total, ou melhor, global:

“O PQ Aripuanã é a terra indígena de maior quilometragem de estradas abertas por madeiras, nos últimos anos, na região.

Na margem esquerda do rio Eugenia, o madeireiro Zé da Mercantil desde 1988 tem o controle absoluto de toda a madeira do Aripuanã. Foi ele quem fez 150 km da estrada principal, fora os cerca de 400 km de carregadores e picadas. Dai saíram cerca de 20.000 m³ de mogno, o que soma cerca de 100.000 m³ em cinco anos, fora os que foram roubados pelo Rosseti, nos anos 86,87 e 88, e o que o madeireiro Roberto Carlos vem explorando na margem direita do rio Eugênia, entre o rio Amarelinho, o Aripuanã e o Eugênia. Deste local vem saindo 15.000 m³ por ano (últimos três anos); somente a estrada que possibilita esta exploração tem 250 km. O grande explorador, aí, é o maior intermediário de mogno Moacir Cruzetta, de Vilhena. É ele que compra de Roberto Carlos. ” (ISA, 1996:566/567)

Mesmo diante de todas estas questões complexas e complicadas que envolvem os povos Cinta-Larga, há setores da sociedade brasileira que tem procurado atuar o sentido de defender os povos indígenas ou na pior das hipóteses, fazer cumprir os preceitos constitucionais que de certo modo protegem esses povos. Estes atos de defesa, por mais absurdo que seja, têm que ser movidos contra o próprio governo (federal e estadual), que insistentemente não cumpre as leis com relação aos povos indígenas:

“A PF começou a ouvir esta semana as pessoas envolvidas no inquérito que apura as irregularidades na autorização e assinatura de um acordo firmado entre a CEMAT, FUNAI, comunidade Cinta-Larga e OPAN, para a construção da UHE de Juína, no rio Aripuanã.

No acordo, a CEMAT se comprometia a indenizar os Cinta Larga, com intervenção da FUNAI fornecendo dez mil litros de óleo diesel, dois barcos, um motor de popa, uma bomba d'água, uma moto-serra, freezer, caminhonete e pagamento em dinheiro no valor de 27 milhões de cruzeiros reais, em 12 parcelas.

Também ficou acertado que a CEMAT providenciaria, com a máxima urgência, a regulamentação da obra junto ao Congresso Nacional. Contudo, até agora nenhuma providência foi tomada neste sentido.

Percebendo as irregularidades do contrato, o Ministério Público Federal entrou com uma ação civil pública para tentar paralisar a construção da usina, mas foi em vão.

Quando o processo começou a caminhar a obra já estava pronta e inaugurada. Agora o procurador da República em Mato Grosso, Roberto Cavalcante, está pedindo uma perícia para apurar o prejuízo que Reserva Indígena teve com a inundação de 195 ha. Segundo Cavalcante, o cálculo ambiental é bem maior do que o simples valor de mercado da Área sendo necessário um laudo mais amplo para se levantar as dimensões exatas do impacto ambiental cultural, e depois transformar em uma indenização. A Procuradoria também quer saber de que forma a CEMAT fez o pagamento da indenização e para quem. Para o procurador da República, tanto a União como a CEMAT "assinaram um atestado de burrice" ao alegar que já foi paga a indenização dos índios, baseado em um acordo totalmente irregular.

Além de estar questionando a legalidade do acordo, o procurador disse que "é um absurdo" a União sendo proprietária das terras dos índios, e a FUNAI, a quem cabe a tutela destes, admitirem que pelos consideráveis recursos aplicados na construção não houve nenhum prejuízo aos indígenas, que a bacia de reservatório da usina atingiu apenas uma parte insignificante da Reserva, e que foram tomadas todas as cautelas para proteger o meio ambiente e preservar os interesses dos índios." (A Gazeta, 03/12/94 - ISA, 1996:566)

Na atualidade, os Cinta-Larga vivem dilemas e problemas que lhes têm sido impostos pela sociedade envolvente, que torna difícil prever seu futuro no interior dessa lógica de ação capitalista. As questões que envolvem a extração ilegal da madeira e a exploração mineral pelos garimpeiros misturam-se a outros componentes de alto risco. Como os Suruí, não estão sequer conseguindo escapar do envolvimento com as drogas, agora tornada instrumento de subjugação desses povos indígenas:

Dezenas de Suruí e Cinta-Larga, na região de Aripuanã, estão consumindo cocaína há cerca de três anos. **A droga vem sendo distribuída nas aldeias por fazendeiros, garimpeiros madeireiros interessados em tirar proveito da dependência do consumo. Depois de viciar os índios, os traficantes "empresários" condicionam a entrega da cocaína à autorização para em de madeira ou exploração de atividades minerais** A denúncia foi confirmada esta semana pelo procurador da República em Mato Grosso, Roberto Cavalcante, que diz "ser extremamente preocupante" essa situação, porque a FUNAI encontra-se totalmente desaparelhada sem condições de resguardar as áreas a própria sobrevivência dos Suruí e Cinta-Larga.

A exploração dos Cinta Larga e Suruí é confirmada pela ADR da FUNAI em Cuiabá. De acordo com o administrador Ariovaldo José dos Santos, **a distribuição de cocaína começou a ser feita a "uns dois ou três anos", quando aventureiros passaram a cobiçar com mais intensidade a madeira e o ouro existentes na Reserva.**

A FUNAI não tem conhecimento oficial de tráfico em outras áreas indígenas do MT, apesar de saber que a venda de madeira vem sendo feita em praticamente todas. (O ESTADO DE MATO GROSSO, 06/12/92 - ISA,1966:568/569) (Sem negrito no original)

Talvez, no noroeste de Mato Grosso, estamos assistindo apenas um aspecto do processo de deterioração das relações sociais na sociedade brasileira. Parece que a produção/tráfico/consumo das drogas esta impondo onde quer que se queira sua lógica perversa. A questão agora e saber-se quem está lucrando com tudo isso no país, ou então, o aviso dado pelo procurador da República em Mato Grosso, inevitavelmente será realidade em todo Brasil:

“O procurador da República em Mato Grosso, Roberto Cavalcante, afirma que somente o reaparelhamento dos órgãos de fiscalização poderá conter a "onda" de exploração das reservas indígenas em Mato Grosso. Cavalcante enviou, em setembro de 92 ofício ao Coordenador de Defesa dos Direitos da População Indígena (CODID), Wagner Gonçalves, denunciando a extração ilegal de madeiras nobres em Áreas Indígenas no norte do estado e fazendo sugestões para acabar com o problema.

"Estamos perto de instalar aqui, em plena Área Indígena, uma nova Colômbia", alerta o procurador. (O ESTADO DE MATO GROSSO, 06/12/93 - ISA,1966:569) (Sem negrito no original)

Os Zoró

Os Zoró, povo Tupi-Mondé, ocupam a região formada pelas terras localizadas entre a margem esquerda do rio 14 de Abril e Roosevelt, e a margem direita do rio Branco (ambos Branco e 14 de Abril são afluentes do Roosevelt). O sobrevôo sobre suas aldeias feito, em 1968, pelo sertanista Francisco formam as primeiras informações sobre os Zoró. É também dessa mesma época, os primeiros contatos com os seringueiros e garimpeiros. Estes por sua vez quando eram surpreendidos pelos Zoró, fugiam assustados e deixaram para os índios os primeiros objetos de metal.

Os índios Zoró, estimados em cerca de 800, foram, em 1976, ao encontro dos peões que trabalhavam na fazenda Castanhal, localizada às margens do rio Branco. Apenas, no final do ano seguinte, uma expedição da FUNAI, chefiada por Apoena Meirelles, foi para a sede da fazenda contatá-los. Neste mesmo final de ano, a imprensa informava os brasileiros que os Zoró haviam contraído uma epidemia de gripe. Em 1978, a FUNAI promoveu a vacinação de cerca de 400 índios, quando se calculou que viviam em quinze aldeias. As informações disponíveis atualmente dizem que eram 257

em 1992. Vivem, como outros povos indígenas recém-contatados violento e acelerado processo de depopulação e de descaracterização cultural.

Em 1978, após sofrer ataque dos Suruí, seus inimigos seculares, os Zoró temendo novos ataques, abandonaram suas aldeias, e foram atraídos para o posto indígena Igarapé Lourdes, que também presta assistência aos índios Gavião em Rondônia. Nessa área foram fortemente influenciados por missionários catequistas norte-americanos da Missão “New Tribes”. Esta influência religiosa somada à subordinação rígida aos funcionários da FUNAI, e principalmente, por estarem vivendo desterritorializados, os Zoró foram abandonando gradativamente o seu modo de vida e rituais tradicionais.

A área indígena Zoró interdita por decreto, em 1978, representava apenas uma parte de seu território tradicional, onde realizavam suas expedições de caça e coleta. Mesmo assim, no início dos anos 80, a FUNAI promoveu sua transferência para uma área localizada na porção noroeste de seu próprio território tradicional. Nessa nova área a FUNAI instalou um posto indígena, construiu casas, e começou a implantar um programa de roças comunitárias. No final dos anos 80, depois de passado uma dezena de anos do primeiro contato, os índios Zoró estão concentrados numa pequena vila, com igreja, ruas, farmácia, um pequeno campo de pouso, almoxarifado, estação de rádio e prédio ocupado pelos funcionários da FUNAI. Vários Zoró se converteram do ponto de vista religioso, e inclusive se dizem “crentes”, e freqüentam no templo os cultos dominicais. Passaram também, a ser chamados de “peões” pelo funcionário da FUNAI, fato esse que revelava o modelo da política indigenista implementado pela FUNAI, mesmo durante o governo da “Nova República”.

“Nos fins da década de 70, o então presidente da FUNAI, Gal. Ismarth de Araújo, permitiu a construção de uma estrada que corta a área interdita de sul a leste, a fim de atender a interesses da Cia. Vale do Rio Roosevelt e outros grupos empresariais que se instalavam na região. No início, o trânsito pela estrada era controlado por uma porteira localizada nos limites da área indígena; nos últimos anos, a estrada veio permitindo o acesso de invasores que passaram a desmatar o território indígena. **Mas se antes os Zoró promoviam a vigilância de suas terras, aproveitando as expedições de caça e coleta, com a implantação das roças comunitárias deixaram de fazê-lo. Proteger o território passou a ser impossível, já que deviam trabalhar de segunda a sexta-feira, em tempo integral, nas grandes roças organizadas pela FUNAI. Sábado passou a ser o único dia livre para as atividades individuais, pois os domingos eram guardados para os cultos e orações ensinados pelos missionários norte-americanos.** Em resumo, a FUNAI permitiu a construção de uma estrada em suas terras, não exerceu o controle de suas fronteiras, não procurou impedir o ingresso e o estabelecimento de milhares de

invasores (o levantamento realizado em fins de 86 indicou mais de 2.000 pessoas), e impôs aos Zoró um novo tipo de ordem social que impossibilitou este povo de exercer, por conta própria, a proteção de seus domínios territoriais. ” (OPAN, 1987:115) (Sem negrito no original)

Os Zoró, pouco a pouco, perceberam que somente eles poderiam retomar o controle de suas terras. Em agosto de 1985, um grupo de Zoró armados de arco e flecha, prenderam 3 invasores, e FUNAI, negociou com os índios sua liberação em troca da promessa da retirada total de todos haviam se estabelecido na área Zoró.

Passado um ano, e não cumprida a promessa, os Zoró passam a viver um momento dramático com a continuidade da presença de milhares de posseiros e grileiros, responsáveis pela derrubada de dezenas de milhares de hectares de floresta. O recurso encontrado foi preparar-se para a guerra decididos a retirar a qualquer custo, os invasores de suas terras (SILVA, 1986a, 1986b).

Anos antes, inclusive, um relatório feito por um grupo de trabalho formado pela FUNAI/INCRA/INTERMAT, concluiu que havia 79 invasões na AI Zoró. Em 1986, este número passou para mais de mil. Um povoado denominado Paraíso da Serra, foi implantado no interior do território Zoró, contando com a moradia da maioria dos invasores, duas serrarias em pleno funcionamento e outra em construção, bar, restaurante, escola, máquina de arroz, alambiques e o que é mais curioso, postos do IBDF (atual IBAMA) e da Secretaria Estadual da Fazenda.

Os Zoró foram à luta, pois, finalmente compreenderam que somente eles poderiam e deveriam vigiar e proteger seu território. Suas terras tinham apenas sido interditadas por decreto em 1978, e fisicamente delimitadas pelo DSG do Exército no final de 1985. Com a mudança de atitude dos índios o funcionário da FUNAI rapidamente solicitou sua transferência para local da aldeia. As notícias veiculadas pela grande imprensa nacional, passaram a estar relacionadas às possibilidades eminentes de conflitos armados na AI Zoró. As lideranças Zoró, por sua vez, passaram a pressionar a FUNAI. Mesmo assim, a articulação madeireira, grileiros e posseiros buscava intimidar e bloquear as ações dos índios.

As pressões levaram a FUNAI a acionar a Polícia Federal para retirar grileiros, posseiros e garimpeiros da área indígena Zoró. A homologação da demarcação só veio em 1991, ficando estabelecido que a AI Zoró teria 355.789 ha de superfície no município do Aripuanã. Mesmo assim,

como não se completava o processo de retirada dos invasores, os Zoró decidiram, em 1991, irem à Brasília denunciar a realidade vida:

“Os Zoró denunciaram ao presidente da FUNAI, Sydney Possuelo, as pressões que estão sofrendo por parte de posseiros e madeireiras interessadas em retirar ilegalmente madeiras da Área Indígena. A Área dos Zoró chegou a ser invadida por 70 famílias de colonos que são usadas pelas madeireiras que atuam em Mato Grosso.

"Não viemos a Brasília de brincadeira" - disse Apeti. "A caça em nossa terra está cada dia mais longe e eu não quero ver o meu filho passando fome, porque a nossa floresta acabou". Os índios disseram que têm sofrido ameaças por parte de posseiros que não querem deixar a Área. Mesmo com a operação que está sendo realizada pela PF e a FUNAI ainda existem na Área dezenas de famílias.

Foi denunciada, ainda, a existência de estradas, cortando a Área Indígena, que são utilizadas por duas agropecuárias instaladas nas imediações da Área Zoró: o Condomínio Lunardelli e o Grupo Peralta. (CORREIO BRASILIENSE, 31/10/91 - ISA, 1996:564)

Nem mesmo as promessas feitas pelo governo em Brasília, possibilitou a consecução da retirada de todos os invasores da AI Zoró. Somente no ano seguinte, novamente por imposição internacional feita pelo Banco Mundial, o governo de Mato Grosso mobilizou-se para a retirada. A própria Assembléia Legislativa que, por pressão política, havia, de forma absurda e equivocadamente, transformado em distrito o povoado de Paraíso da Serra, tinha voltado atrás e revogado o ato. As manchetes da imprensa revelavam, mais uma vez, a contradição vivida por índios e pela sociedade brasileira.

“ÁREA É DESINTRUSADA POR PRESSÃO DO BIRD

O Banco Mundial impôs como condição para liberar US\$ 272 milhões do PRODEAGRO, que serão investidos em Mato Grosso nos próximos cinco anos, a expulsão das 300 famílias de colonos que invadiram a Área Indígena Zoró, no município de Aripuanã, noroeste do MT. Os representantes dos índios e o governador do estado, Jaime Campos (PFL), celebraram o termo de reintegração de posse da Área.

A operação de retirada dos invasores, que mobilizou 25 policiais militares, acabou no início de agosto. As famílias foram transferidas para a localidade de Espigão do Oeste e para a gleba Lontra, um assentamento agrícola preparado pelo governo. Para evitar o retorno, o governador Jayme Campos disse que deverá manter um posto policial, durante pelo menos um ano, no local.

A reintegração da Reserva Indígena é uma reivindicação antiga dos índios que entraram na Justiça e tentaram retirar os invasores à força. A Assembléia Legislativa do Estado revogou, no ano passado, a criação do distrito de Paraíso da Serra, que havia sido criado onde os colonos se instalaram dentro da Reserva. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 06/08/92 - ISA, 1996:564) (Sem negrito no original)

A indigenista Maria Inês Saldanha HARGREAVES enviada especial da FUNAI para fazer um balanço da realidade vivida pelos Zoró, escreveu, em 1993:

**“A VIDA DOS ZORO, SOCIOS MENORES DA EXPLORAÇÃO
MADEIREIRA**

Os Zoró, que resistiram às pressões durante anos, sem assistência nem transportes para os doentes e influenciados por seus vizinhos Suruí e Cinta-Larga, se dividem e cedem às madeiras.

Após a retirada dos invasores, no segundo semestre de 92, a única, porém grave irregularidade, é a atividade de exploração madeira. **Para se entender o que está acontecendo nos Zoró, é preciso pensar o antes e o depois da era madeira.**” (HARGREAVES, 1993 - ISA, 1996: 562) (Sem negrito no original)

Assim, HARGREAVES passa a narrar como o povo Zoró vivia em suas terras antes do que chamou de “era madeira”:

“Antes das madeiras, a infra-estrutura existente nos Zoró era basicamente fruto do esforço próprio, individual e coletivo. As casas eram em estilo seringueiro, mas feitas por eles próprios; o caminho e as pontes ligando à fazenda Castanhal eram limpos e mantidos por eles; as roças derrubadas em conjunto por todos os homens para fazerem as plantações; a caminhonete D20, de tão gasta, chegou num momento que não tinha mais conserto. Só comprando outra e, para isso, o dinheiro obtido do esforço Zoró não era suficiente. Nesse período, os Zoró ficaram mais de dois anos sem carro e assistência, andando e transportando doentes a pé e de carona nos 188 km de distância entre a aldeia e Ji-Paraná.

Os vizinhos Suruí e Cinta-Larga, já há alguns anos na exploração da madeira, desfilavam com Toyotas do ano e os Zoró imploravam uma carona. Isso foi dando um sentimento de revolta e inveja nos Zoró, sem precedentes.

Essa diferença marcante foi fermentando, e quando ameaçaram fechar a estrada do Condomínio Lunardelli em maio de 92, perceberam que com pressão e dureza conseguiam o que queriam. O acordo com os fazendeiros não foi tão vantajoso para os índios, mas serviu de estímulo aos Zoró.

Foi montada uma barreira na divisa dos estados de MT e RO, que também é divisa da AI Zoró e municípios de Aripuanã e Espigão d’Oeste, para dar apoio e segurança aos funcionários da FUNAI, PF, CODEMAT e INTERMAT que trabalhavam na desintrusão da AI Zoró. A atuação desta barreira foi positiva, apesar da precariedade das instalações e apoio. Foi previsto que, mesmo após a retirada dos invasores, a barreira ainda seria mantida por um período, para evitar reinvasões. (HARGREAVES, 1993 - ISA, 1996:562) (Sem negrito no original)

Completada ação governamental para a retirada dos invasores, o cotidiano Zoró, passava a revelar o outro lado perverso da realidade vivida por esses povos indígenas do noroeste do estado de Mato Grosso. HARGREAVES escreveu estremecida com o que presenciou, pois, apenas os madeiros ficaram com a permissão dos índios.

Sistematicamente a Polícia Florestal deixa passar pela barreira, os caminhões de madeira com autorizações sabidamente falsas:

“Chega a ser chocante a realidade: no mesmo dia em que foi retirada a última família de invasores da AI Zoró, em agosto de 92, estavam entrando os primeiros madeireiros, com a permissão dos próprios índios.

Como já existe uma estrada principal de 70 km (Condomínio Lunardelli) com pontes, Fueiros e ramais com mais de cem km (Peralta), os mesmos madeireiros que já exploravam os Suruí e Cinta-Larga entraram para arrasar. Não tiveram custos para abrir as estradas, há mogno de qualidade, os índios servem de mateiros, ensinando os locais mais densos; a medição é feita pelos próprios madeireiros; o preço é 20 dólares o m³ - 1/5 do preço dos Sindicato dos Madeireiros de Pimenta Bueno. E não existe nenhum constrangimento com a fiscalização, já que a FUNAI se retirou da barreira, o IBAMA se nega a fiscalizar na estrada e a Polícia Florestal de MT ainda abaixa o correntão da barreira e recolhe uma autorização manuscrita pelos madeireiros se auto autorizando a entrar e retirar a madeira Zoró através da barreira.

Os Zoró estão hoje com uma frota de seis veículos. O primeiro carro que adquiriram foi em agosto de 92, quando fizeram um acordo com o madeireiro Sebastião Fiorotti, vulgo “Caixa D'água”, da Magral - Madeira Gralha Azul, que lhes rendeu uma F 1000 em troca de mil m³ de mogno (na verdade saíram três mil m³). O madeireiro, espertamente, não transferiu o carro para os Zoró; posteriormente, alegando dívidas dos índios, tomou a F1000 de volta. Esse acordo serviu de isca para outros madeireiros negociarem com os Zoró. ” (HARGREAVES, 1993 - ISA, 1996:562/563)

A consequência direta desse processo de relações clandestinas com os madeireiros está de um lado servindo aos interesses capitalistas, e de outro, trazendo para o interior da sociedade Zoró problemas cada vez mais graves envolvendo seu futuro como povo indígena:

“O censo realizado em 1992 contou 237 pessoas na aldeia Zoró, além dos 20 que vivem na AI Igarapé Lourdes com os Gavião. O crescimento da população Zoró é lento e delicado. É grande o número de abortos, interrupção de gravidez e de mulheres em idade fértil que não mais engravidam. Das doze mulheres grávidas em março de 1992, apenas sete terminaram a gestação e mesmo assim houve, recentemente, a morte de um recém-nascido. É por essa matemática que o crescimento populacional passa a ser negativo e influencia bastante nas expectativas de crescimento populacional, já que as mulheres férteis estão perdendo a fertilidade.

Existe uma população de velhos e adultos maduros como não se vê nos Gavião, nos Cinta-Larga e nos Suruí. Por isso, alguns valores também estão preservados. ” (HARGREAVES, 1993 - ISA, 1996:563)

Estas novas relações sociais e econômicas, impôs uma divisão na sociedade Zoró, cujas consequências são imprevisíveis. É possível, que os Zoró que estão vivendo na Barreira, rapidamente se diferenciem daqueles que ficaram na aldeia, motivos não estão faltando:

“A sociedade Zoró se dividiu: metade foi para a barreira e a outra metade ficou na aldeia; sem dúvida que quem ficou na aldeia está melhor situado pois tem roças e, apesar de também participarem na atividade madeireira, não ficam tão expostos como o pessoal da barreira que, em novembro de 1992, dentre 120 pessoas, 80 tinham diarreia diariamente, agravada pela falta de água.

A vida na "Barreira" é tudo o que existe de indesejável: não há roça nem malocas, somente casas 6 x 5 de madeira e Eternit; só consomem mercadorias; há uma rotatividade tremenda pela quantidade de caminhões diários, e com isso, as doenças, principalmente a diarreia e a gripe, ficaram incontroláveis; não há liderança tradicional. Para a Barreira foram basicamente os jovens, que fazem os contratos com as madeireiras.

Além disso tudo, a vida é medida pela quilometragem diária das caminhonetes. A maior atividade física atualmente é subir numa Toyota e ir até a serraria do madeireiro e aguardar o pagamento. Às vezes, ficam horas e até dias na porta dos madeireiros. Os índios construíram quatro casas na Barreira, uma garagem com apartamentos para os motoristas, banheiros, poços, instalação para motor e distribuição de luz, e uma escola. Além disso, os Zoró compram alimentos e sustentam seus funcionários: o medidor de madeira, empregada, e até mesmo os guardas florestais da barreira que pegam carona, churrasco e refrigerantes.

Toda essa infra-estrutura foi implantada em menos de um ano de exploração da madeira, e já estão comprando gado para ocupar os quase 50.000 ha de pasto que estavam nas posses dos colonos. A FUNAI não possui nenhuma infra-estrutura, não tem funcionários, não construiu nenhum cômodo e somente o aparelho de radiofonia pertence ao órgão indigenista, já que a bateria foram os índios que reformaram.” (HARGREAVES, 1993 - ISA, 1996:563)

Dessa forma a barreira criada pela luta dos Zoró contra as invasões de diferentes sujeitos sociais, agora se torna o locus da corrupção quer indígena quer dos funcionários dos vários órgãos governamentais envolvidos com os povos indígenas. Os madeireiros por sua vez, nem se preocupam com o crime que estão cometendo, e deixam por escrito a prova do crime na Barreira com a própria polícia florestal. E mais, lembram sempre que têm “acerto” com o governo estadual para não serem “molestados”. A conivência mútua é talvez, o mais novo instrumento que os grupos capitalistas “reinventaram” para saquear as riquezas das áreas indígenas, e com o saque, destruir gradativamente o povo Zoró.

“Hoje a Barreira não cumpre sua função. Apesar da presença dos policiais, a autoridade de uma barreira militar não é respeitada. As autorizações que os madeireiros fazem para si mesmos e entregam aos policiais militares (à paisana, de short e sem camisa) para adentrarem na AI Zoró, são a prova incontestável. Tudo isso acontece com a anuência dos "caciques" e, desde novembro de 1992, aí não existe mais qualquer funcionário da FUNAI, não há mais fiscalização do IBAMA, nem dentro nem fora da Área Indígena, e os madeireiros arrotam que estão lá "ajudando a comunidade", que pagam o IBAMA e que têm um "acerto" com o governo de MT para não serem molestados.

Somando-se as “auto autorizações” dos madeireiros (muitas foram extraviadas), chega-se a 1.200 entradas, o que dá uma frequência de 13,3 caminhões por dia. Na prática esse número se manteve nos 30 caminhões diários. Estimo que mais de 15.000 m³ foram retirados só em 1992 na Al Zoró. O tamanho das esplanadas confirma tal estimativa.” (HARGREAVES, 1993 - ISA, 1996:563)

Os poucos mais de 355 mil hectares que formam a reversa indígena Zoró, vai sendo esquadrihada pela ação dos latifundiários e dos madeireiros. Seus nomes são conhecidos em todo país. Estão cortam estradas e carreadores a preços de mogno e cerejeira. Com esta ação articulada envolvendo fazendeiros/madeireiros e os Zoró, Cinta-Larga e Suruí, vão se consumando a preparação para o saque das riquezas do subsolo dessas terras. Por certo, os povos indígenas são o elo frágil dessas relações e os únicos a perderem.

“Os Zoró possuem um território totalmente esquadrihado por estradas, carreadores e picadas dirigidas para a exploração de madeira. A Barreira dista 145 km de Cacoal, depois são mais 70 km até a balsa (leste/oeste). Existe um ramal de estradas para a fazenda dos Peralta, com mais de 100 km, cortando a Al Zoró de norte a sul; com isso, a impressão que se tem é que **o território Zoró foi esquadrihado em quatro pedaços.** Só que na verdade, existem ainda mais 250 a 300 km de carreadores e picadas abertas para retirada de madeira.

Os Zoró conseguiram que os fazendeiros/madeireiros abrissem um caminho ligando a aldeia Borborey à Barreira e mais a reforma dos 28 km entre a aldeia e a fazenda Castanhal. Este ramal só é trafegável na seca, o que tem causado muita reclamação dos Zoró, pois para percorrer cerca de 80 km, gasta-se mais de um dia de viagem, devido a atoleiros e pontes mal feitas. Os madeireiros se arvoram na manutenção e abertura de estradas e justificam assim a retirada de mais metros cúbicos de madeira: "para pagar a estrada". (HARGREAVES, 1993 - ISA, 1996:5623) (Sem negrito no original)

Os Arara do Aripuanã e os Arara do Guariba

Os povos Arara do Aripuanã e do Guariba habitavam territórios nos vales desses dois rios do noroeste de Mato Grosso e fazem parte do grupo lingüístico Tupi, mas não da família Mondé. Autodenominam-se "Yugapkatã".

A primeira versão sobre os primeiros contatos dos Arara do Aripuanã com não índios, aponta que eles ocorreram no ano de 1923, no vale do rio Branco (afluente do Aripuanã) com o seringalista Olegário Vela. Estabeleceram com ele relações amistosas, passando a partir de então, a extrair seringa e caucho. Com a decadência da atividade, estes índios mudaram-se gradativamente para as margens do Aripuanã. No final dos anos

50, eram em número de aproximadamente 50 índios, quando decidiram “adotar” o sobrenome Vela do primeiro não índio que conheceram. (HUGO, 1985). Uma grave epidemia ocorreu na década de 60, dizimando a maioria dos mais velhos e boa parte dos adultos e crianças. Os que escaparam com vida desse episódio, uma parte teria, aos poucos, se deslocado para as cidades de Aripuanã e Cuiabá em Mato Grosso; Manaus, Humaitá e Matá-Mata no Amazonas; e Ariquemes em Rondônia. Outra parte continua habitando as localidades de Campo Grande, Pacutinga e Pimentas, nas margens do rio Aripuanã.

A segunda versão, sobre os primeiros contatos, informa que eles teriam sido atraídos pelo seringalista Alejandro Lopes utilizá-los na extração do caucho e da seringa e na coleta da castanha. A partir do momento que o seringalista deixou essa região, eles se dispersaram, uns se deslocando para o rio Branco (afluente da margem esquerda do Aripuanã), outros foram para Manaus, acompanhando a esposa do seringalista Valentina Lopes. (OPAN, 1987)

O outro grupo dos índios Arara ocupava uma região nas cabeceiras do rio Guariba. Eram considerados com "índios mansos". Os primeiros contatos deste segundo grupo foram feitos pelo seringalista Pedro Adolfo, a partir de uma combinação entre dois fatores: primeiro, o seringalista havia deixado presentes nas trilhas por onde passavam os índios, e segundo, como relatou Guilhermina, uma velha índia Arara, os próprios índios foram ao encontro do seringueiro, porque eram constantemente atacados pelos Cinta-Larga e Zoró. Cerca de 300 índios foram levados pelo seringalista para a localidade Alegria, onde trabalharam na extração da seringa, em uma área que ia da colocação Soledade ao igarapé Poção. Depois da morte do seringalista, o seringal passou para Antônio Aleixo de Moura, que expulsou os Arara da área. Aqueles que haviam escapado do sarampo e da varicela, uns deslocaram-se para os seringais próximos, e outros retornaram para as matas. (OPAN, 1987)

Os dois grupos Arara, embora com uma história comum de dispersão imposta pelos não índios, continuam reconhecendo-se enquanto etnia distinta da população branca da região onde vivem. Contudo, têm enfrentado dificuldades para se assumirem enquanto tal, pois são freqüentemente vítimas dos preconceitos sociais. Mas, procuram conservar vivos vários aspectos da sua cultura, inclusive alguns utilizam a língua indígena. Estão, em geral, inseridos nas camadas mais pobres da população, quer habitem o beiradão do Aripuanã quer habitem os núcleos urbanos. Os

primeiros Arara, ainda são seringueiros, via de regra, alcançando preços baixos pela sua produção e tendo que pagar preços elevados pelas mercadorias que têm que comprar. O trabalho da família nas roças tem garantido produção voltada para o próprio consumo de mandioca, macaxeira, milho, cana-de-açúcar, fava e frutas. Mantém, ainda, a prática da pesca feita com arco e flecha e que desempenha papel relevante na alimentação cotidiana.

Desde a década de 80, ambos os Arara do Guariba e do Aripuanã, tem sido ameaçado de expulsão das terras que ocupam. As agropecuárias e as empresa de colonização têm apoderado de grandes glebas na região, através de expedientes, em geral viciados. De posse desses títulos, pressionam os povos que habitam as terras que os latifundiários entendem serem “suas”, expulsando-os, pois de uma maneira geral, possuem somente títulos precários. Em 1984, esse processo começou a aparecer de forma violenta, quando duas famílias Arara que habitavam área próxima à foz do rio Canumã foram expulsas e suas casas e pertences queimados, por pistoleiros e pela PM local, (Valdez, Manoel, 1984).

A abertura da estrada ligando Aripuanã a Panelas, no projeto de colonização Filinto Müller, passa pela localidade de Bom Sucesso. Neste lugar fica a sede do latifúndio de Marinho Brandão, que tem estimulado a ocupação daquela área, e que, inevitavelmente, passou a pressionar os índios e seringueiros que lá moravam. Era mais uma vez, a aliança latifundiários grileiros e os governantes de Mato Grosso, na tomada das terras indígenas:

“Na década de 80, o então governador do Mato Grosso, Júlio Campos, através do Instituto de Terras do MT, loteou e vendeu as terras dos Arara que foram obrigados a abandonar a área.” (JORNAL DO BRASIL, 26/11/92)

Essa pressão e violência que os Arara passaram a sofrer levaram-nos a se organizarem para lutar pelos seus direitos. Decididos a garantir suas terras a qualquer preço, aliaram-se com outros índios para a defesa comum da causa indígena. A tensão tomou conta da região, e o conflito entre índios e jagunços era eminente, sobretudo depois que o Ministro da Justiça assinou a portaria declaratória da área indígena, autorizando a FUNAI a proceder a sua demarcação:

“O Ministro da Justiça, Mauricio Corrêa, assinou, no dia 26/11/92, portaria declarando Área Indígena Arara do Rio Branco, no município de Aripuanã-MT, com uma extensão de 122.000 ha, de posse indígena e determinando a demarcação pela FUNAI. As lideranças indígenas preparavam-se para entrar na área que vinha sendo

disputada também por fazendeiros da região, que contrataram pistoleiros para impedir os índios de retomar a posse de sua área de ocupação tradicional.

Caciques Cinta-Larga e Nambikwara, juntaram-se aos Arara para enfrentar os jagunços e enviaram carta ao diretor da PF, delegado Amaury Galdino, solicitando o envio de agentes federais para evitar conflitos.

Apesar do clima de tensão existente na AI, a Polícia Civil de Aripuanã e Juína não tomou providência para impedir as ameaças e agressões dos pistoleiros. A Delegacia da FUNAI, atendendo solicitação do chefe indígena José Rodrigues Arara, solicitou a intervenção do delegado federal Rivaldo da Silva, de Vilhena, para que as ameaças fossem apuradas, mas o delegado negou-se a atender o pedido, alegando que o caso era da competência da Polícia de Cuiabá. (JORNAL DO BRASIL, 26/11/92 - ISA-1996:564)

A área da reserva indígena teve apenas, a metade da área que foi interdita pela FUNAI:

“Grileiros e índios poderão entrar em conflito armado. A notícia que a AI Arara do Rio Branco, interdita há cinco anos, será finalmente demarcada, alegrou os índios e irritou os grileiros que ocupam boa parte da Área. Lideranças das cerca de 160 famílias de Arara que viviam espalhadas pelo "Nortão" começaram a reunir-se há algumas semanas em Aripuanã e estão dispostas a entrar na Área "de qualquer jeito".

O clima na cidade é de tensão, já que as informações dão conta que os grileiros e jagunços estão bloqueando o caminho de acesso à Reserva e tentarão impedir que os índios ocupem suas terras. O administrador regional da FUNAI em Mato Grosso, Arioaldo dos Santos, confirmou que o Ministério da Justiça, publicou no Diário Oficial a portaria que destina; área aos Arara e outros índios isolados e estabelece seus limites, o que permitirá a demarcação da Reserva.

Arioaldo explicou que apenas 120 mil dos 242, mil ha da área interdita pela FUNAI foram transformados em Reserva Indígena. "O restante da área será destinado ao assentamento das famílias dos posseiros legítimos, ou seja, daqueles que estão naquela região desde antes da interdição", disse. ” (A Gazeta, 27/11/92 - ISA, 1996:564)

A queixa dos políticos locais de Aripuanã, imediatamente, ganhou as páginas da imprensa, na defesa óbvia dos interesses dos latifundiários, que sabidamente se apropriaram de títulos de terra em área indígena:

O prefeito de Aripuanã, Darcy Vaz, por telefone, criticou a decisão do Ministério da Justiça em criar a Reserva para os Arara. Vaz disse que a notícia "foi muito mal recebida e contrária profundamente a população de Aripuanã". O prefeito argumentou que a Reserva irá bloquear uma das principais estradas de ligação entre a sede e as comunidades do extremo norte do município, principalmente a do Projeto de Colonização Filinto Müller. O prefeito negou ainda que os brancos que estão na Área sejam "grileiros", garantindo que em sua maioria possuem documentos de propriedade das terras. Conforme o prefeito, os índios é que estariam se armando para tomar a Área à "força". Ele sugeriu que a FUNAI leve junto com a portaria do ministro "uma

ordem judicial de despejo" para que a retirada dos brancos da Área Indígena seja feita de "forma pacífica e não à custa de tiros e flechadas". (A Gazeta, 27/11/92)

Assim, em 1992, a AI Arara do Rio Branco, foi delimitada e declarada de posse permanente, para abrigar perto de 160 índios Arara do Beiradão como são atualmente chamados, em uma superfície de 122.000 ha, no município de Aripuanã. Embora, em 1995, reserva tenha sido oficialmente demarcada, o clima de tensão e ameaças continuava no final de 94:

“O CIMI de MT denunciou que mais uma vez os direitos dos índios estão sendo desrespeitados. No dia 01/11/94, funcionários da FUNAI, índios e missionários foram impedidos por um senhor conhecido por Luís Almeida de chegarem à AI Arara do Rio Branco. Foram usadas grossas correntes e até jagunços armados para impedir o acesso à Área.

Este bloqueio foi um protesto contra os índios, que não querem que o prolongamento da estrada corte ao meio a área reservada para eles. Foi aberto um inquérito pelo delegado de Polícia de Aripuanã contra os índios e missionários, alegando que eles são os responsáveis pelos incidentes.

A situação na região de Aripuanã está cada vez mais tensa. Eudes Neponuceno, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que apoia os índios, vem recebendo ameaças de morte. (O Estado do Mato Grosso - 13/11/94 - ISA, 1996:564)

Os Rikbaktsa

Os povos Rikbaktsa pertencem ao tronco lingüístico Macro-Jê. São os habitantes imemoriais da bacia do rio Juruena, na região norte noroeste do Estado de Mato Grosso. Ocupavam um território que se estendia ao sul até a barra do rio Papagaio, ao norte até o Salto Augusto, a oeste até o rio dos Peixes e a leste até o rio Aripuanã. Suas aldeias estavam, principalmente, na margem direita do rio Juruena, no trecho entre rio Papagaio o rio Arinos. A norte da foz Arinos, ocupavam as duas margens do Juruena.

A palavra Rikbaktsa quer dizer: **Rik**: pessoa, ser humano; **ba**: reforço; **tsa**: plural, os seres humanos. Também são denominados Erikkaktsa, e chamados regionalmente por Canoeiros do Mato Grosso.

“Tornaram-se conhecidos a partir do final da década de 40, quando opuseram resistência armada à frente extrativa de borracha, que começava a penetrar suas matas. Com muitas mortes de ambos os lados, a guerra com os seringueiros, iniciada no rio do Sangue, estendeu-se para o rio Juruena e para o rio Arinos, durando cerca de 10 anos. Frente à omissão do Serviço de Proteção ao Índio, a pacificação começou a ser

empreendida em 1956 pelo Pe. João E. Dornstauder, da Missão Anchieta, contando com apoio financeiro de seringalistas, sendo finalizada em 1962.

Durante e logo após a pacificação, epidemias de gripe, sarampo e varíola dizimaram 75% de uma população estimada em 1.200 pessoas. Depopulados enfraquecidos, perderam a maior parte de suas terras, sendo gradativamente e a contragosto transferidos para uma área de 79.935 ha, cerca de 10% de seu território original, entre o rio do sangue e o rio Juruena, oficializada como Reserva Indígena em 1973. ” (OPAN, 1987:121/122)

Como garantia de que os índios teriam a área de matas fora da reserva propriamente dita, o governo federal criou a Reserva Florestal de Juruena, incluindo a área compreendida entre o rio Arinos e o rio Juruena. Mas, mesmo assim, em decorrência das pressões políticas, os índios acabaram concentrados na reserva Erikpatsa:

“Em 1961, foi criada a Reserva Florestal do Juruena, abarcando imensa região dentro da qual se encontrava o território Rikbaktsa. O decreto que a criou garantia aos índios a posse e o usufruto de todo o território que ocupavam. Apesar disso, a reserva Rikbaktsa, criada em 1968 num triângulo entre o Rio do Sangue e o Rio Juruena, área escolhida pela Missão Anchieta e aceita pela FUNAI sem nenhum estudo antropológico, compreendia apenas 10% de seu território tradicional. **No mesmo ano, com autoridade concedida pela FUNAI, a Missão interditou a área do Japuira e área do Escondido. As pressões da mineradora Silex no Escondido, e de fazendeiros no Japuira,** aliados às dificuldades de assistência nessas áreas mais distantes foram as justificativas da Missão para tentar atrair os arredios transferindo num primeiro passo os do Escondido para o Japuira e em seguida todos eles para a reserva. ” (ARRUDA - CEDI, 1986:315) (Sem negrito no original)

Portanto, durante o processo de concentração dos Rikbaktsa na Al Erikpatsa, em área pertencente ao atual município de Brasnorte, vieram também, várias famílias que habitavam a Área do Posto Escondido, que fica localizada entre o rio Juruena e o rio Aripuanã, mais precisamente na grande curva do Juruena, no norte do estado de Mato Grosso.

“Apesar do processo de genocídio e deculturação que sofreram a partir do contato com a sociedade brasileira, os Rikbaktsa mantêm seu sistema de parentesco, o qual organiza a estrutura social em duas seções patrilineares exógamas, uma associada à arara amarela e a outra à arara cabeçada, ambas com divisões clínicas internas. Mantêm grande arte de suas práticas rituais, de seu conhecimento da natureza, dos usos medicinais das plantas, enfim, de seu patrimônio cultural. Incorporaram inúmeras mercadorias e utensílios produzidos pela sociedade envolvente, com a qual mantêm relações comerciais, obtendo renda monetária com a produção e comercialização da borracha e do artesanato (a sua arte plumária é das mais belas entre os grupos tribais conhecidos). Sua dieta básica, porém, provém da caça, pesca, roçados e coleta, praticadas para o consumo interno. ” (OPAN, 1987: 122)

A preocupação com o processo “civilizatório” levou os índios a deixarem de reivindicar o retorno a seus territórios. Dessa situação aproveitaram-se os governos federal e estadual para titular irregularmente, as terras constitucionalmente pertencentes aos Rikbaktsa:

Até meados da década de 70, a Missão insistia na implantação de um modelo de vida e trabalho segundo os moldes "civilizados" e não demonstrou preocupação com o reconhecimento do território Erikbaktsa; eles tampouco tiveram ajuda da FUNAI para fazer valer seus direitos sobre a terra. Pelo contrário, com base na planejada transferência compulsório dos Erikbaktsa da Área do Escondido, atividade combinada entre a FUNAI e a Missão Anchieta, é que foi emitida em 1974 uma Certidão Negativa a favor da Companhia de Desenvolvimento do Mato Grosso-CODEMAT, permitindo ao estado do Mato Grosso a venda de terras da região em concorrência pública, em lotes de 200 mil ha, ignorando-se propositadamente a presença indígena.” (ARRUDA, 1994 - ISA, 1996:580)

A década de 70 foi marcada pela retomada do processo de luta e defesa de suas terras pelos Rikbaktsa. Nesse período, tiveram que retomar as armas como caminho para expulsar os invasores que começavam a penetrar na área da reserva:

“Atendidos diretamente pela Missão Anchieta, pouca ajuda tiveram os Rikbaktsa da FUNAI para fazer valer seus direitos sobre a terra. Em 1975, se não fosse a firme reação dos índios, a prefeitura de Aripuanã em combinação com fazendeiros da região teria conseguido construir uma estrada por dentro da reserva. Os picadeiros já haviam avançado 10 km por dentro da área e os rapadores 4 km. Em 1978, tiveram que expulsar, numa ação armada, os ocupantes de uma das ilhas do Rio Juruena, pertencentes à reserva, depois de esperar por três anos que a FUNAI tomasse alguma providência contra os invasores. A ampliação da reserva por sua vez e antiga reivindicação dos Rikbaktsa. Pelo menos desde 1980, segundo consta nos arquivos da FUNAI; esse órgão tem conhecimento de que os índios caçam, pescam e coletam fora da área demarcada e reivindicam a ampliação da reserva no caso da possível extinção da Reserva Florestal do Juruena. A não desativação da reserva florestal até a presente data não impediu sua ocupação crescente e predatória por fazendeiros, ameaçando o usufruto das terras indígenas garantidas no seu decreto de criação.” (ARRUDA, 1986 - CEDI, 1986:315)

Em 1993, a população Rikbaktsa era de 720 índios, sendo que 690 habitavam a Al Erikpatsa e 30 Al do Escondido. Conheceram nos últimos dez anos, expressivo crescimento populacional, pois em meados da década de oitenta eram cerca de 550 índios. O processo de ocupação da região onde vivem, pelas empresas agropecuárias e pelos núcleos de colonização, com o conseqüente desmatamento massivo, começou a ameaçar espaço adjacente à área da primeira reserva. Este fenômeno teve como efeito a escassez da caça, pesca, e do espaço para formação das

roças e para a coleta de produtos naturais. Em meados da década de 80, passaram a empreender uma luta pela recuperação das áreas do Japuira e Escondido, ainda intactas e parte de seu território.

“Desde o início, a Reserva criada em 1968 se mostrou insuficiente para um grupo cuja economia se baseia na agricultura itinerante caça, pesca e coleta. A taquara para pontas de flecha e a madeira mais apropriada para confecção de arcos só existe na Área do Escondido, assim como várias plantas de uso medicinal, certas espécies de aves, como o mutum carijó e o gavião real, cujas penas são a base para certos ornamentos usados nos rituais, e até mesmo as pedras que, colocadas sobre o fogo, servem para assar os variados tipos de beijús. Boa parte da população atual sobrevivente da época do contato nasceu e cresceu na Área do Escondido onde, ao lado dos recursos naturais necessários para a reprodução de sua vida sócio-cultural, localizam-se vários cemitérios e locais de acontecimentos míticos. "Só lá é que a mata é completa", dizem os Erikbaktsa. ” (ARRUDA, 1986 - CEDI, 1986: 315)

Em meados da década de 80, os índios aproveitando-se da presença de um grupo de trabalho criado pela FUNAI para elaborar relatório sobre a área do Japuira, os índios Rikbaktsa foram para a área e tomaram a sede da fazenda que Luís Tavares dizia ser sua, em plena área indígena. Levaram os empregados da agropecuária para Juruena. A empresa, por mais surrealista que possa parecer, tinha projeto agropecuário aprovado pela SUDAM em plena reserva florestal e indígena:

“Em 1984, além da caça, pesca e coleta, os Rikbaktsa iniciaram a ocupação definitiva do Japuira, abrindo raças e estradas de seringa, ao mesmo tempo em que enviavam carta à FUNAI (29.10.84) expondo as dificuldades que vinham enfrentando e renovando suas reivindicações. No mesmo mês, a FUNAI enviou um representante à área, o qual confirmou a situação descrita na carta e relatou a fixação dos índios na parte sul da área do Japuira. Diante disso, o órgão de proteção aos índios prometeu enviar um GT, formado por técnicos da FUNAI, INCRA, INTERMAT e representante da Missão Anchieta para fazer a identificação das áreas reivindicadas. O GT, depois de várias protelações, foi formado apenas sete meses depois, aprofundando nos índios a descrença na atuação da FUNAI. Quando finalmente o grupo de trabalho se deslocou para a área do Japuira, cerca de 30 líderes Rikbaktsa seguiram na sua esteira e, a 8 de maio de 1985, tomaram posse do retiro e da sede da Fazenda São Marcos, retirando pacificamente seus oito empregados e levando-os juntamente com todos os seus pertences até à vila do Empreendimento Juruena, cerca de uma hora de barco, Rio Juruena abaixo. O proprietário Sr. Luís Tavares, havia-se beneficiado do campo de pouso, das árvores frutíferas, das derrubadas e do pasto preexistentes no posto da Missão e na aldeia, por ocasião da transferência compulsória dos índios em 1972. Tudo isso virou capital da empresa, benfeitorias no projeto aprovado pela SUDAM, apesar de se localizar em área indígena e dentro da reserva florestal. Todo o resto da área estava desocupado, as outras fazendas eram apenas empresas de papel. ” (ARRUDA - CEDI, 1986:316)

As pressões políticas e policiais próprias do regime militar de então, passaram a atuar no sentido da retirada à força, dos índios de suas próprias terras. O governo estadual de Mato Grosso, do Sr. Júlio Campos, cuidou de agir diretamente sobre a unidade regional da FUNAI em Cuiabá. O latifundiário que se sentia lesado tratou de constituir advogados e prometer banho de sangue se “sua propriedade” não fosse devolvida:

“Logo após a retomada do Japuira pelos índios, e enquanto a proposta de demarcação dessa área e da área do Escondido, feita pelo GT da FUNAI, tramitava em Brasília, avolumaram-se as pressões e manobras para se conseguir a expulsão dos Rikbaktsa do Japuira.

Já no dia 13 de maio, cinco dias depois da retomada da área, o Secretário de Segurança Pública do Mato Grosso, Sr. Oscar Travassos, em contato telefônico com funcionário da 5.a DR da FUNAI em Cuiabá, ameaça usar força policial para a retirada dos índios. Os advogados da Cotriguaçu e da Fazenda São Marcos, por sua vez, fazem várias visitas ameaçadoras à 5.a DR procurando o "incitador" dos índios entre os participantes do GT que fez a identificação das áreas. Ameaçam "derramar sangue " se a FUNAI não retirar os índios. Em Brasília, vários parlamentares, com dossiês preparados por tais advogados, com informações incorretas e distorcidas, pressionam o chefe do DPI e a Presidência da FUNAI. ” (ARRUDA - CEDI, 1986:316)

Não tardou, e o funcionário Célio Horst, especialmente designado pela presidência da FUNAI, arquitetou um plano diabólico, dizendo ter sido preso, seqüestrado etc. e conseguiu requisitar a PM de Mato Grosso para retirada dos índios de suas próprias terras. A operação militar montou um clima de guerra contra os índios, que anos antes tinham protagonizados os Cinta-Larga no filme sobre o Massacre do Paralelo 11. Os índios são mantidos presos, o mesmo acontecendo com o padre Balduino. No final, fazendeiros e policiais festejaram a vitória sobre os índios. O Ministério do Interior, oficialmente agradece a “ação exemplar na defesa” do funcionário da FUNAI:

“A ‘Operação Juruena’

Protagonistas de Avaeté, filme de Zelito Viana que retrata a destruição e massacre de toda uma aldeia Cinta-Larga acontecido em 1963, os Rikbaktsa não podiam acreditar que viram no dia 31 de julho. A cena era muito semelhante às filmagens das quais participaram em 1984. Primeiro viram os aviões, dois deles sobrevoando em círculos a sede da fazenda. Logo ouviram os motores dos barcos descendo rio. Um bem grande com cerca de 30 soldados, outros das menores também cheios de policiais. Ao todo 47 soldados, armados para uma guerra, fuzis, metralhadoras, bombas facas. No comando, o tenente Altair Magalhães, especializado em luta antiguerrilha nas selvas.

Os índios resolvem parlamentar. O cacique Rafael e Arlindo que, desarmados, esperava que os policiais saltassem dos barcos, são logo derrubados no chão, revólver

na cabeça, metralhadora nas costas, mãos e pés abertos. Amarram uma corda com três voltas no pescoço de Arlindo. Perguntam: "E aí, estão com medo morrer?" Ao mesmo tempo, outros policiais derramavam gasolina no capim e ateavam fogo. O cacique Intsimy, o velho Tapema, Luís e outros, tiveram que correr mais de dois km desviando do fogo para não morrerem queimados.

Sob a ameaça das metralhadoras apontadas para sua cabeça, o cacique Rafael é obrigado a ir desarmando os outros, índios, que sem resistência se entregam. Alguns fogem para o mato. Amontoaram uns 30 índios na casa da sede, onde ficaram presas 18 horas, fazendo suas necessidades fisiológicas sob a mira dos soldados. ... No retiro da fazenda, onde concentravam as mulheres e crianças, a cena repetia-se. ...

O padre Balduino, que no mesmo dia vinha chegando com uma família de índios, é interceptado e revistado pela polícia que o leva ao Empreendimento Juruena para converse com o delegado da FUNAI. Rafael vai junto mas, ao se aproximarem da sede da fazenda, passam Rafael para outra voadeira. Este se preocupa e, ao perguntar o que vai acontecer com o padre, é ameaçado de morte pelos policiais. Padre Balduino foi algemado, até o empreendimento Juruena, de noite, através de um dos mais encachoeirados e perigosos trechos do rio. Se o barco vira, o que não é raro acontecer, estaria morto.

No dia seguinte, pela manhã, aterrissam no Japuira dois aviões, mais soldados, Célio Horst (enviado da FUNAI) e dois fazendeiros, Mário Tenuta (fazenda Tucaná, fora da área) e Luís Tapares (fazenda São Marcos).

A relação das armas apreendidas pela polícia inclui 15 armas de fogo, 12 delas tão antigas e usadas que sua marca era ilegível, quarenta e quatro arcos e 551 flechas.

No mesmo dia, os arcos e flechas são generosamente distribuídos por Célio Horst entre os policiais e pessoas da vila do Empreendimento Juruena, durante a copiosa "cervejada" promovida pelo fazendeiro Luís Tavares para comemorar o sucesso da operação Juruena.

Padre Balduino é levado preso para Cuiabá, onde presta depoimento, sendo solto poucos dias depois. O processo contra ele encontra-se arquivado por falta de provas.

Os índios, além de expulsos de sua terra, ficam sem suas armas de caça, lanterna, redes, diversos utensílios e um barco de alumínio, tudo apreendido "legalmente". Voltam para a reserva, atravessando 40 km de selva, desarmados. ” (ARRUDA - CEDI, 1986:318/319) (Sem negrito no original)

“No dia seguinte, o Secretário-Geral do MINTER, Maurício Vasconcelos, em nome do Ministro Ronaldo Costa Conto, envia telex ao Secretário de Segurança Pública de Mato Grosso, Desembargador Luís Oscar Travassos, agradecendo pelas providências tomadas.

O Secretário de Segurança Pública de Mato Grosso envia telex ao Ministro da Justiça, informando sobre o atendimento à solicitação do MINTER; que determinava que fosse dada proteção a Célio Horst, relatando os gastos concernentes à missão do antropólogo da FUNAI. ” (ARRUDA - CEDI, 1986:318)

As denúncias sobre a Operação Juruena saem na imprensa estadual e nacional, e os índios constituem comissão e vão pessoalmente à Brasília para reivindicar direitos e denunciar as violências praticadas pela PM mato-grossense e a farsa produzida pelo funcionário Célio. De repente, num

passa de mágica, a FUNAI muda de orientação e passa a defender os indígenas:

As denúncias pipocam imediatamente na imprensa de Mato Grosso, Brasília, São Paulo e outros estados. Diversas entidades e personalidades públicas protestam contra a Operação Juruena, digna dos piores anos de ditadura. Uma comissão formada por 12 liderança Rikbaktsa desloca-se, para Brasília para reivindicar seus direitos e denunciar a violências de que foram vítimas.

Depois do fato consumado, a direção da FUNAI parece ter mudado de posição: a 5 de agosto, **o então presidente de FUNAI, Gerson Alves, envia ofício ao Governador do Mato Grosso, Júlio Campos, confirmando a irregularidade das fazendas e o direito dos índios. A Superintendência da FUNAI declara nos jornais ser favorável às reivindicações indígenas.**

A 13 de agosto, a presidência da FUNAI determina a instauração de uma Comissão de Sindicância para “apurar as responsabilidades do incidente ocorrido na área indígena Rikbaktsa, envolvendo índios e policiais, tendo em vista que os primeiros denunciam as agressões sofridas por parte dos segundos”.

Esta Comissão, presidida pelo indigenista Odenir Pinto de Oliveira, reúne substancial documentação relativa à Operação Juruena, incluindo as cópias dos rádios, telex e ofícios expedidos, os depoimentos de todos os envolvidos, e os documentos constantes nos inquéritos policiais instaurados formando um dossiê bastante completo e elucidativo, que serviu de base a esta matéria. Infelizmente, antes que pudessem apresentar suas conclusões e as responsabilidades fossem aparadas, a Comissão de Sindicância foi desfeita e seu Presidente demitido pelo novo Presidente da FUNAI, Álvaro Villas Boas, na sua primeira semana de exercício no cargo, em setembro de 1985.” (ARRUDA - CEDI, 1986:319) (Sem negrito no original)

Mais uma vez, entra em cena a pressão internacional. Antropólogos da equipe de avaliação do programa Polonoroeste, vão ao Ministro da Justiça expor o problema. Mas o fazendeiro, com respaldo do governo de Mato Grosso, e desafiando a lei, continuou a derrubada da floresta. No final do ano de 1985, a presidência da República cria a reserva do Japuira, mas a do Escondido fica para depois.

“A 14 de setembro, os antropólogos da equipe de avaliação do Polonoroeste, Betty Mindlin e Mauro Leonel Jr., acompanhados do Deputado Federal Márcio Santilli e da delegação de índios Rikbaktsa, em audiência com o Ministro Interino da Justiça e Secretário-Geral do Ministério da Justiça, Dr. José Paulo Cavalcanti Filho, encaminham um documento denunciando “o uso ilegal e arbitrário da polícia contra a minoria indígena em favor de grileiros”: Esse documento é também enviado ao Ministro do Interior e da Justiça solicitando “o envio imediato da Polícia Federal para a proteção das terras e da Comunidade Indígena Rikbaktsa”:

Isto não foi feito e, segundo informações dos regionais, o fazendeiro Luís Tavares abriu uma estrada através da fazenda Tucaná, de propriedade de Mário Tenuta, alcançando o Rio Juruena bem em frente da sede da Fazenda São Marcos, no Japuira. Colocou uma balsa permanente neste trecho do rio, através da qual transportou aproximadamente 500 novas cabeças de gado para dentro da área indígena. Abriu outra estrada ligando a sede ao retiro, montando uma

serraria em cada um desses locais. Contratou cerca de 80 novos peões, ampliando seu domínio e exploração predatória da área.

A Comissão de lideranças Rikbaktsa fica em Brasília por quase quatro meses, batalhando diariamente nos corredores da burocracia estatal o reconhecimento de seus direitos. Por fim, a 28 de novembro de 1985 o Presidente José Sarney assina o Decreto n.º 92.011 criando a área indígena Rikbaktsa Japuira. A área do Escondido foi prometida para mais tarde e até agora totalmente esquecida. Com essa vitória sofrida, parcial, os Rikbaktsa voltaram enfim para as aldeias, levando a boa nova.” (ARRUDA - CEDI, 1986: 319) (Sem negrito no original)

A Al Japuira foi, portanto, oficializada através de decreto em 1985, demarcada no final de 1986, e homologada em 1991, com 152.509 ha no município de São José do Rio Claro. Mesmo assim, os latifundiários insistiram em desrespeitar a lei, e continuaram a manter a invasão da área indígena. Conclusão óbvia, os índios passaram a reagir na defesa das terras que tinham recuperado lutando:

“Pelo menos 12 brancos estão sendo mantidos como reféns, há três dias, pelos Erikbaktsa. ... O que sabemos é que o fazendeiro João Conte telefonou no dia 3, pedindo que tomássemos providências, temendo que os índios matassem os reféns” ... desde a demarcação da Área dos Erikbaktsa em 1985, há registro de conflitos com os fazendeiros que teimam em permanecer na área reconhecida de domínio exclusivo daqueles índios.

Dois índios estiveram em Cuiabá no dia 26/08/92, juntos denunciaram ao procurador Roberto Cavalcante que fazendeiros residentes na cidade de Juara estavam retirando ilegalmente madeira da Área.

Relataram também que eles estavam mantendo gado dentro da terra deles e que os líderes mais velhos mandavam avisar que, se até o início de setembro eles não saíssem, a guerra seria declarada. ... Os fazendeiros não acreditaram nas ameaças dos índios e permaneceram, e, na quarta feira passada, segundo a informação que chegou a Cuiabá, os guerreiros Erikbaktsa surpreenderam os peões - entre os quais estaria um fazendeiro - e estão mantendo como reféns. (JORNAL DO BRASIL, 05/09/92 - ISA, 1996:594))

A ação dos índios visou única e exclusivamente, garantir o direito que a lei lhes confere. Soltaram os reféns com a condição de que o fazendeiro se retirasse da reserva. O fato curioso, é que os índios é que estão desempenhando os papéis que deveriam ser da FUNAI, da Polícia Federal, enfim, do Estado. Mas como a visão de mundo que os índios têm, não foi construída sobre a sociedade capitalista brasileira. Eles procedem como cidadãos de seu próprio “estado”, o estado da nação Rikbaktsa.

“Os Erikbaktsa libertaram as 12 pessoas que mantinham como reféns desde o dia 02/09/92. A libertação do fazendeiro João Alberto Conte e 11 peões foi condicionada ao compromisso dos fazendeiros da região em desocuparem, num

período de 60 dias, parte Reserva dos índios em Juína e que é usada para pastagem de milhares de cabeças de gado.

O fazendeiro João Alberto Conte declarou que os índios não usaram de violência contra os reféns. As pessoas foram seqüestradas quando estavam no pasto localizado dentro da Reserva Indígena. Segundo o fazendeiro, o seqüestro foi rápido e durante quase dois dias, junto com os 11 peões, ele caminhou aproximadamente 40 km dentro da mata. (A Gazeta, 09/09/92 - ISA, 1996: 594)

Nem mesmo a ação mais radical tomada pelos Rikbaktsa, um ano antes com os fazendeiros, foi suficiente. Trataram de construir alianças políticas no interior da sociedade envolvente, e foram a Cuiabá, denunciar madeireiros que continuavam a invadir a área indígena:

Os Erikbaktsa, Antonio e Gerson, que vivem na AI Japuira, no município de São José do Rio Claro, acompanhados da deputada Serys Slhessarenko (PT), protocolaram ontem, na Procuradoria da República em Mato Grosso, denúncia de retirada ilegal de mogno e cerejeira de seu território no mês de julho. Os índios também relataram ao procurador Roberto Cavalcanti que os Erikbaktsa mais velhos se reuniram na semana passada e deram prazo até setembro para os fazendeiros retirarem gado da Área e pararem com o roubo de madeiras, caso contrário partirão para o confronto armado. Os índios informaram ainda que todos os anos, no verão, os madeireiros entram na Área à noite para roubar madeiras. (JORNAL DO BRASIL, 27/08/93 - ISA, 1996:594))

Com luta os índios estavam conseguindo manter a AI Japuira, entretanto, a área do Escondido por sua vez, continuava sem providências legais, apesar da constatação oficial (GT da FUNAI, portaria no 1.859/E de 18/04/85) da ocupação Rikbaktsa, da ocupação de três famílias de índios Apiaká e dos vestígios da ocupação de um grupo de índios isolados. E mais, a empresa Cotriguaçu Colonizadora do Aripuanã S/A, aquela do escândalo da venda autorizada pelo Senado e que envolveu o Ministro Amaury Stábile (da Sharp), apresentava-se com detentora de 1,6 milhões de hectares dentro da área indígena do Escondido.

“Por sua vez, na área do Escondido, também reivindicada pelos índios, segundo o relatório do GT, não há benfeitorias nem ocupação de brancos. É habitada por três famílias Apiaká desde 1962. Há também fortes indícios de ocupação de índios arredios nas proximidades das cabeceiras do córrego Cristóvão, dentro da área. A empresa "Cotriguaçu Colonizadora do Aripuanã S/A", que detém o título da propriedade de uma região de 1.000.000 hectares, dentro da qual se encontra a área do Escondido, teve seu pedido de certidão negativa da existência de índios negada pela FUNAI, em janeiro de 1985, pela constatação de ocupação indígena no local. ” (ARRUDA - CEDI, 1986:316)

Para os Rikbaktsa, o Escondido era parte integrante de seu território, pois, não só retiravam daquelas matas parte do que necessitavam, mas lá também, têm enterrados seus ancestrais:

“Desde o início, a Reserva criada em 1968 se mostrou insuficiente para um grupo cuja economia se baseia na agricultura itinerante caça, pesca e coleta. A taquara para pontas de flecha e a madeira mais apropriada para confecção de arcos só existe na Área do Escondido, assim como várias plantas de uso medicinal, certas espécies de aves, como o mutum carijó e o gavião real, cujas penas são a base para certos ornamentos usados nos rituais, e até mesmo as pedras que, colocadas sobre o fogo, servem para assar os variados tipos de beijús. Boa parte da população atual sobrevivente da época do contato nasceu e cresceu na Área do Escondido onde, ao lado dos recursos naturais necessários para a reprodução de sua vida sócio-cultural, localizam-se vários cemitérios e locais de acontecimentos míticos. "Só lá é que a mata é completa", dizem os Erikbaktsa. “ (ARRUDA, 1994 - ISA, 1996:579/580)

Além de ser, portanto, parte do território indígena, o Escondido era área com presença, ainda de índios arredios:

“Na época da "pacificação" essa área era ocupada pelos Erikbaktsa, desde tempos imemoriais, pelos Apiaká que chegaram em 1962 e por algumas colocações de seringa da empresa Conomali, nas proximidades do córrego Cristóvão. As colocações foram logo abandonadas, ficando apenas os Apiaká e os Erikbaktsa. Com a transferência desses últimos, restaram os Apiaká, ocupando de modo permanente a barra dos córregos do Dico, do Escondido e Santarém. Os Erikbaktsa mantiveram a ocupação sazonal.

Porém, de 1975 em diante, teve-se também notícias da presença de índios desconhecidos nessa área. A Missão Anchieta já realizou duas expedições por terra à sua procura, tendo encontrado vestígios evidentes de sua existência: trilhas cortadas à maneira indígena, utensílios domésticos etc. Há alguma possibilidade de que sejam remanescentes dos Erikbaktsa, que se mantiveram arredios, fugindo das epidemias.

Na década de 80, agora já com o apoio da Missão Anchieta, os Erikbaktsa continuaram sem sucesso suas tentativas de recuperar o território do qual foram desalojados.

Ao longo destes anos, em várias oportunidades os índios enviaram à FUNAI documentos nos quais relatavam as dificuldades que enfrentavam e renovavam suas reivindicações sobre as necessidades de identificação da Área do Escondido.

Em função da presença permanente dos Apiaká, das grandes excursões sazonais dos Erikbaktsa e das notícias sobre índios arredios, a Cotriguaçu pediu em 1984 uma nova certidão negativa da existência de índios, que foi indeferida pela FUNAI (Parecer nº 10/AESP/95, constante no Processo FUNAI 2013/85, folha 171), tendo em vista a ocupação indígena da área.

Em 1985, os apelos dos Erikbaktsa encontraram eco na equipe de avaliação do componente indígena do Polonoroeste e, finalmente, na FUNAI. Pela Portaria 1859/E de abril de 1985, foi constituído o primeiro Grupo de Trabalho para identificar e delimitar as Áreas reivindicadas pelos índios; a do Japuira e a do Escondido.

A Área do Japuira foi decretada em 1985, mas em virtude de manobras políticas e jurídicas de vários fazendeiros com títulos sobre a Área, esta só foi demarcada em 1988. Apesar da demarcação, ela ainda continuou sendo ocupada por algumas

fazendas de gado no seu limite sul até meados de 1992, quando foi afinal totalmente desocupada pelos invasores.

A Área do Escondido, por sua vez, foi delimitada em 1985, ocasião em que o Grupo de Trabalho constatou a completa ausência de brancos no interior da Área identificada. Desde esta data a AI do Escondido passou a constar em todos os mapas do estado elaborados dali em diante. Apesar disso, entretanto, nenhuma providência foi tomada para seu reconhecimento definitivo e demarcação. ” (ARRUDA, 1994 - ISA, 1996:

O início da década de 90, também foi pródigo em apresentar posições surrealistas por parte dos latifundiários e governantes mato-grossense. Agora, para que ninguém mais deixasse de duvidar de suas intenções e políticas, assumiram publicamente, desconheciam a área indígena do Escondido e que os índios estavam “usurpando propriedade alheia”:

As empresas Cotriguaçu Colonizadora do Aripuanã Ltda., Juruena Empreendimentos de Colonização Ltda., Construtora Andrade Gutierrez S/A, Indeco Integração, Desenvolvimento e Colonização S/A e o Governo do Estado do Mato Grosso alegam desconhecer a Área Indígena do Escondido e acusam o povo Erikbaktsa de tentativa de usurpação de propriedade alheia. A má fé demonstrada por estas empresas e pelo governo estadual parece encontrar apoio no próprio governo federal, o qual protela há muitos anos a demarcação deste território indígena, enquanto a invasão e devastação gradativa de suas matas vai se consumando.

A área ainda não foi demarcada apesar da ocupação imemorial dessa região pelo povo indígena Erikbaktsa estar fartamente documentada, de ser reivindicada pelos índios desde a década de 1970, da FUNAI já ter delimitado a AI do Escondido duas vezes (1985 e 1992), de haver fortes indícios da presença de um grupo indígena arredio no mesmo local, dos conflitos já ocorridos e da permanente tensão que vigora na região. ” (ARRUDA, 1994 - ISA, 1996:579) (Sem negrito no original)

No processo de luta pela demarcação da reserva do Escondido, os Rikbaktsa passaram a adotar diferentes estratégias. A primeira e mais importante, foi a consolidação da ocupação. A segunda, demarcar a posse com a colocação de placas declaratórias (terra indígena), na foz dos rios do interior da área. Mas, empresa colonizadora, diga se passagem, uma cooperativa na origem, não só não respeitou como também, passou a adotar a estratégia mais comum na fronteira: uso de jagunços -“patrulhas do rio” - para pressionar e assassinar aqueles que ocupam as terras. A violência levou os poucos Apiaká que habitavam a área do Escondido a uma retirada igualmente, estratégica:

Ao mesmo tempo em que consolidavam a ocupação do Japuira, os Erikbaktsa tentavam estabelecer-se de modo mais permanente no Escondido. Ainda em 1985,

abriram uma roça grande próxima à foz do córrego do Dico, na margem esquerda do Juruena, nas proximidades da maloca de Severino Apiaká. Além disso, afixaram placas, em que declaravam a área como território Erikbaktsa, na barra de todos os córregos. **Mais tarde estas placas foram retiradas a tiros por homens armados da Cotriguaçu e substituídas por placas da empresa, numa ação orientada por seu diretor, o Sr. Uchôa, conforme o testemunho dos Apiaká.**

Os Erikbaktsa, ameaçados pelas "patrulhas do rio", passaram a limitar-se nos últimos anos a visitas anuais para a coleta de taquara para pontas de flechas e outros recursos importantes, em grupos pequenos e cautelosos, à espera do andamento do processo para o reconhecimento oficial de seus direitos.

Os Apiaká, por sua vez, sofreram fortes pressões para se retirarem da Área, sem nenhuma garantia de poder continuar na terra que ocupavam há 25 anos com a concordância e apoio dos Erikbaktsa **As pressões se intensificaram em setembro de 1988, quando Severino Apiaká foi assassinado por desconhecidos, crime envolto em mistério até hoje.** Logo após, com a continuidade das pressões por parte da Cotriguaçu, os Apiaká se retiraram refugiando-se primeiro na AI Apiaká-Kayabi, no rio dos Peixes e, depois, fixando residência permanente na aldeia Pitsikozo, no rio Arinos, junto com os Erikbaktsa. (ARRUDA, 1994 - ISA, 1996:580) (Sem negrito no original)

A Cotriguaçu alegando ser a única proprietária das terras, além de englobar a área indígena do Escondido, implantou o garimpo chamado Juruena em seu interior desde 1988. Tratou de, via influência de políticos estaduais, propor e a Assembléia Legislativa criou em 1991, o município de Cotriguaçu. Toda esta ação tinha como objetivo criar situações de fato, para consolidar o direito que julgavam deter. E mais, tentou transferir para o INCRA a área no interior da reserva indígena, criando uma situação conflituosa de fato entre colonos, INCRA e FUNAI. Mas a realidade do ponto de vista do direito era outra. Havia provas evidentes do conhecimento oficial por parte da empresa de que as terras do Escondido eram indígenas:

“A empresa Cotriguaçu Colonizadora do Aripuanã Ltda. detém o título de propriedade de um milhão de hectares de terra, dentro dos quais se localiza o garimpo Juruena (situado a 45 minutos de voadeira de limite norte da Área do Escondido, o garimpo Juruena abrigava em 1988 cinco mil garimpeiros e duas mil prostitutas), que lhe paga renda, e a Área Indígena do Escondido. **Declara haver comprado essa área do governo do estado de Mato Grosso em concorrência pública em 1974. Em associação com a empresa Juruena Empreendimento de Colonização Ltda., Construtora Andrade Gutierrez S/A e Indeco Integração, Desenvolvimento e Colonização S/A, a empresa Cotriguaçu empreendeu, após a delimitação da Área em 1985, a invasão do território indígena, onde localizou o município de Cotriguaçu, criado em 1991, com seu primeiro prefeito empossado em 1993. Vendeu, então, inúmeros lotes na área invadida, além de tentar transferir ao INCRA uma área de cem mil ha para colonização incidente 90% na Área Indígena.** O INCRA, ao ser notificado pela Procuradoria Geral da República que a área pertencia aos índios solicitou à Cotriguaçu a retificação dos limites.

A empresa certamente tinha conhecimento da presença e dos limites do território indígena: seu pedido de certidão negativa de presença indígena foi indeferido pela FUNAI em 1984; o coordenador do GT de 1985 mandou ofício ao diretor da empresa; a Área Indígena consta de todos os mapas do estado, inclusive os utilizados pelos órgãos dos governos estadual e federal; o INCRA não aceitou a localização da gleba que a Cotriguaçu lhe impingia por ser pública e notória a ocupação indígena, a ponto de motivar a notificação da Procuradoria Geral da República.” (ARRUDA, 1994 - ISA, 1996:581) (Sem negrito no original)

ARRUDA em sua análise sobre os acontecimentos que envolveram a criação da AI do Escondido, revela estranheza de que a empresa Cotriguaçu detenha títulos de propriedade de um milhão de hectares. A explicação é simples: trata-se de mais um entre muitos escândalos na alienação de terras indígenas no estado de Mato Grosso, em entra parte deste trabalho tratamos desta questão. A situação geral na região, não se alterava nos primeiros anos da década de 90, enquanto isso a colonizadora procurava aumentar sua área de influência política. Os índios não vendo sinal de solução chegaram a se preparar para o conflito, quando a FUNAI criou grupo de trabalho para analisar o problema e propor soluções:

“No início de 1992, respondendo a inúmeras manifestações dos Erikbaktsa (cartas, envio de representantes a Vilhena, Cuiabá e Brasília) que denunciavam a crescente invasão da área, a FUNAI formalizou um termo de anuência aos limites definidos em 1985 que apresentado aos índios, foi discutido e assinado por eles.

A demarcação, entretanto, não foi feita na estação seca como era esperado, provavelmente em função do *lobby* das empresas invasoras. A empresa Cotriguaçu procurou caracterizar a presença dos Erikbaktsa como invasão de sua propriedade, em ofícios enviado à FUNAI e às autoridades governamentais, tendo sensibilizado os prefeitos dos municípios mais próximos, parlamentares e o próprio governador do estado do Mato Grosso.

Os Erikbaktsa, desencantados com a morosidade dos processos legais e com o que consideraram a falta de empenho dos órgãos competentes, propunham-se em 1992 a reocupar a Área Escondido, tendo resolvido enfrentar a possibilidade de conflitos com os invasores.

A instituição do novo Grupo de Trabalho (Portaria 1759/92 de 20/11/92) alterou essa disposição dos índios, que resolveram esperar um desenlace legal e pacífico da situação de quase conflito. ” (ARRUDA, 1994 - ISA, 1996:581)

Os levantamentos realizados pelo grupo de trabalho mostram uma das maiores, não a única, farsas construídas pelos políticos de Mato Grosso. A empresa de colonização e o governador do estado, Sr. Jayme Campos, informavam à FUNAI que mais de 70% da área já estavam ocupadas com estradas, agrovila, escolas rurais e evidentemente colonos. A realidade era outra. Apenas uma área de pouco mais de 70.000 ha,

localizada na porção sul, havia sido ocupada. Estava desmascarada mais uma “farsa” típica de uma parte dos políticos estaduais.

“A viagem do Grupo de Trabalho à Área desmentiu em boa parte afirmações dos diretores das empresas de colonização e do governador do estado, os quais alegavam uma ocupação já consumada de mais de 70% da Área Indígena. Em carta enviada à FUNAI em janeiro 1993, o governador afirmava existir uma rede viária de 650 km, uma agrovila (além da vila de Cotriguaçu) e 20 escolas rurais funcionamento dentro da área reivindicada pelos índios.

O Grupo de Trabalho constatou que a colonização dentro da Área Indígena, apesar de ter atingido cerca de 70 mil ha, concentrou na região ao sul do picadão que marca o limite norte da empresa Juruena Empreendimentos de Colonização Ltda. Nesta área encontrava-se a sede do município de Cotriguaçu, ao redor da qual se concentrava a ocupação real, cuja densidade ia diminuindo cessando totalmente ainda antes de se atingir o picadão. A agrovila, escolas e a exagerada rede viária supostamente existentes estavam fora da Área do Escondido, cuja maior parte se encontrava preservada ainda não atingida pelos projetos de colonização e nem pelas madeiras que atuavam no município. (ARRUDA, 1994 - ISA, 1996: 581)

A Cotriguaçu passou a mudar de tática, marcando reuniões intermináveis, para ganhar tempo, fazer marketing político em Cuiabá, e poder ampliar área desmatada, tentando criar sempre situação de fato. Mas, a consciência e a sabedoria política dos índios, mesmo perdendo parte de suas terras, reconheceram a situação crítica vividas pelos pobres colonos enganados pela empresa. Tomaram então, a iniciativa de propor a mudança na área a ser demarcada, excluindo da mesma, a parte sul já ocupada com a colonização e desmatamentos. O grupo de trabalho entregou seu relatório, que foi aprovado em 1994:

“Em 16/12/92, o Grupo de Trabalho, representantes indígenas e o administrador geral da Cotriguaçu, Sr. Uchôa, reuniram durante a viagem do grupo à Área. Nessa reunião, administrador da empresa reconheceu ter causado prejuízo a direitos territoriais indígenas e fez uma proposta de compensação em terras adjacentes, a ser discutida numa próxima reunião em Cuiabá, no dia 18/01/93.

Os índios levaram a proposta para discussão nas aldeias. Reafirmaram seus direitos e reivindicações sobre toda a área delimitada em 1985, mas estavam dispostos a avaliar a proposta apresentada pela Cotriguaçu, já que compreendiam o problema social que adviria remoção da população já assentada na Área Indígena. ...

A situação mostrava-se bastante negativa em face da continuidade da estratégia da Cotriguaçu, claramente apoiada pelos representantes do governo estadual, de prolongamento indefinido das conversações enquanto a invasão e desmatamento da Área se expandiam. Na avaliação dos índios, outro complicador era a devastação já realizada pela colonização e pelas madeiras, e os custos políticos, sociais e econômicos implicados na remoção dos habitantes da Vila de Cotriguaçu e de todos os ocupantes das propriedades rurais já instaladas. Não queriam, além disso, arriscar-se a adiar indefinidamente a demarcação da Área, que estava prevista para julho de 1993 e com verbas já destinadas pelo Prodeagro.

Frente a estes condicionantes os Erikbaktsa, embora tendo conhecimento de todos os seus direitos legais sobre a Área delimitada em 1985, e lamentando profundamente a perda, concordaram em dispensar de demarcação a parte já colonizada e devastada da Área delimitada, situada ao sul do picadão.

Assim, em fevereiro de 1993 o Grupo de Trabalho encaminhou o relatório de identificação e o memorial descritivo da Área Indígena do Escondido, com uma superfície de 169.139 ha ... muito menor, portanto do que a área de 275.100 ha delimitada em 1985.

O processo, entretanto, arrastou-se por tempo demasiado na FUNAI e a demarcação, novamente, não ocorreu na data prevista. Só um ano e meio depois, no Despacho nº 24, de 03/06/94, publicado no Diário Oficial em 06/06/94, o presidente da FUNAI aprovou o relatório de delimitação, encaminhando-o para o Ministério da Justiça. ” (ARRUDA, 1994 - ISA, 1996:581/582)

Enquanto aguardam os procedimentos jurídicos que legalizem suas terras, os Rikbaktsa, mesmo perdendo parte de seu território, passaram a reocupar seu modo, o Escondido de maneira a consolidar seu controle por aquela área. A colonizadora e as madeireiras criminosamente continuam ampliando a invasão:

“Os Erikbaktsa continuam esperando providências que garantam na prática os direitos constitucionais, enquanto as madeireiras e a colonização ampliam a invasão. Os representantes indígenas já fizeram várias viagens para Cuiabá, Vilhena e Brasília, tentando apressar o andamento do processo. Na estação seca de 1994, iniciaram uma tímida ocupação do Escondido, acampando em ilhas do rio Juruena e abrindo roças. Embora a terra do Escondido tenha constado por duas vezes do orçamento do Prodeagro, sua demarcação física não foi autorizada pela FUNAI, que aguarda a assinatura e publicação de portaria do ministro da Justiça. ” (ARRUDA, 1994 - ISA, 1996:582)

Os Enawenê Nawê (Salumã)

Os Enawenê Nawê, também denominados de Salumã, são um povo de língua Aruak. Enawenê Nawê, como se autodenominam, na sua língua significa “os que possuem o espírito”. Habitam o território localizado entre o rio Juruena e a Serra do Norte (MT). Esse território estende-se do rio Preto, ao norte, até a Reserva Nambikwara, ao sul; e dos rios Papagaio e Sapezal, à leste ao rio Doze de Outubro, à oeste.

As primeiras citações etnográficas, referentes a esses índios datam do século XVII. Em 1974, foram contatados por membros da Missão Anchieta. Eram na época pouco mais de cem índios, e desde 1977, tem recebido apoio da Missão e da OPAN. Os Enawenê Nawê vivem concentrados em uma aldeia principal e várias aldeias “secundárias”,

distribuídas pelo território. Este grupo indígena, essencialmente agricultor, fica submetido a contínuos deslocamentos, pois os solos da região são pobres. Como não consomem caça, têm na pesca (em geral coletivas) a base protéica de sua alimentação.

Em função da posição geográfica que lhes permitiu permanecerem por longo tempo, sem entrar em contato com frentes de expansão, tiveram garantido certa autonomia em relação aos não índios. O território que dominam é indispensável à sua sobrevivência, pois dela dependem quer para a prática da agricultura, da pesca, da coleta de frutos, mel, raízes e outros produtos alimentares e medicinais.

Em meados da década de 80, eram 168 índios, e em 1994, chegaram a 243. São um povo extrovertidos e festivos, agricultores e pescadores, e mesmo depois do contato com os não índios tem mantido de forma integral seu modo de vida. Na realidade, praticamente não exista o contato com os não índios, pois costumeiramente não se afastam de seu território, exercendo sobre o mesmo domínio total. Poucos produtos da sociedade envolvente foram introduzidos entre os índios (ferramentas - machados, facões, enxadas, etc. - e medicamentos básicos) o que tem permitido certo fortalecimento cultural do grupo. Todos falam apenas o seu idioma, e conhecem pouquíssimas palavras da língua portuguesa.

A contínua expansão dos latifúndios, das empresas madeireiras e das colonizadoras, tem levado a constantes invasões de seus territórios. A violência é praticada pela invasão arbitrária, daqueles que entram e tentam se estabelecer no território indígena.

“Estas invasões não têm sido impunes. Embora alheios ao poder e ao mundo ocidental, os Enawenê Nawê têm consciência dos limites de sua terra, que lhes é sagrada em todos os sentidos, e da necessidade de defendê-la a todo custo. Incidentes graves ocorreram na década de 80, cujo saldo são mortes trágicas que poderiam ter sido evitadas se houvesse uma demarcação efetiva e vigilância eficiente por parte das autoridades responsáveis pela questão. Requisitada desde o contato até hoje, a “Área Indígena Salumã” não está legalizada juridicamente, apesar dos repetidos esforços dos interessados na preservação desta cultura. Muitas e infrutíferas idas a Brasília já foram feitas, e sempre impecilhos são levantados, impedindo o decreto e homologação da área. Questões ilógicas como a da SEMA, que requisita uma parte do território deste povo para a criação de uma “reserva ecológica” (como se não fossem os índios os maiores preservadores do equilíbrio ecológico da região), dificultaram, a cada tentativa, de uma resolução definitiva para a questão. “ (OPAN, 1987:87/88)

Embora, os Enawenê Nawê continuem vivendo sua vida, em meio aos rituais festivos, permanecem atentos aos movimentos dos “civilizados” que os cercam, e deixam claro, que defenderão sempre o

território que lhes pertence secularmente, muito antes da chegada do homem não índio. Convivem pacificamente com seus vizinhos indígenas Nambikwara, Cinta-Larga, Rikbaktsa e Myky. Mas têm conhecido situações de violência, como aquelas que ocorreram entre 84 e 86, que resultaram em dez mortos. Em 1987, em represália a essas mortes, o missionário católico Vicente Canãs, que defendia os índios, foi assassinado. O religioso vivia desde 1977 com os índios, tornando um dos seus, o que lhe valeu um funeral segundo os ritos Enawenê Nawê.

O assassinato de Cañas fazia parte de uma estratégia daqueles que a todo custo tentam se apoderar das riquezas existentes em suas terras. Em 1991, o governo delimitou e demarcou a AI Enawenê Nawê, com 752.000 ha, nos municípios de Juína, Comodoro e Sapezal. Mesmo assim, a década de 90 tem sido pródiga em ações de invasão, mas os índios não recuam e a todo momento a ameaça do conflito paira no ar:

“Funcionários do IBAMA, que trabalham na Estação Ecológica do Iquê, denunciaram à OPAN a invasão de garimpeiros na AI Enawenê-Nawê. Segundo a OPAN, provavelmente no igarapé Canoas, a cerca de 20 km da aldeia. O indigenista da OPAN, Ednelson Souza Pereira, afirmou que os Enawenê-Nawê estão ameaçando matar os garimpeiros, caso os mesmos não sejam retirados imediatamente. A Administração da FUNAI em Vilhena, responsável pela Área, comprometeu-se em fazer hoje uma viagem em conjunto com a equipe da OPAN e um grupo de índios para verificar a denúncia de invasão. (Correio Brasiliense, 24/06/93 - ISA, 1996: 583)

Além dos garimpeiros, as empresas de mineração aparecem agora como os “novos” interessados no subsolo do território Enawenê Nawê. A Mineração Tabuleiro sozinha, bloqueou 70% do subsolo. Também os garimpeiros, continuam insistindo na invasão da área indígena, e os índios mantêm-se firmes da defesa do que lhes pertence. A história desses conflitos tem ceifado vidas de ambos os lados:

“Até 1985, a AI Enawenê-Nawê tinha apenas um requerimento de pesquisa mineral em seu interior, solicitada pela Mineração Noroeste. Esse quadro reverteu-se em 1991 e 1992 quando a empresa Mineração Tabuleiro requereu 70 autorizações de pesquisa mineral na AI. Isto representa a intenção do bloqueio de aproximadamente 70% do subsolo das terras dos Enawenê-Nawê. ” (ISA, 1996:583)

Os Enawenê-Nawê podem se armar e entrar em confronto a qualquer momento com os garimpeiros que invadiram suas terras. O alerta foi feito ontem pelo cacique Kawairi, durante reunião com representantes de órgãos como IBAMA, FUNAI, OPAN, CIMI, Prodeagro e PNUD. Há mais de 30 dias dezenas de garimpeiros invadiram parte da Reserva.

Essa não é a primeira invasão na Área. Em 94, 17 garimpeiros que se instalaram na Reserva foram expulsos e, em represália, assassinaram um funcionário do IBAMA que fazia a fiscalização no local. Outras invasões já tiveram desfechos trágicos na

Reserva Enawenê-Nawê. Entre 1984 e 1986, conflitos entre índios e invasores resultaram em dez mortos. Em 1987, em represália a essas mortes, o missionário católico Vicente Canãs, que defendia os índios, foi assassinado.

O cacique Kawairi informou que na área invadida próxima ao rio 12 de outubro, as roças estão sendo destruídas, e que os garimpeiros estão armados”. (Diário de Cuiabá. 02/09/95 - ISA, 1996: 583)

Índios Isolados

Os "índios isolados" são povos ou grupos indígenas que não mantêm contato direto com nenhum segmento da sociedade brasileira, e são chamados também de "índios arredios". Estes grupos, autônomos frente à sociedade nacional, mantêm este distanciamento da população envolvente, em geral através de um processo de fuga constante, dos não índios ou de grupos indígenas rivais.

Calcula-se que haja em Mato Grosso, pelo menos, oito grupos indígenas ainda sem contato. Muitos desses grupos são remanescentes de povos indígenas considerados extintos. Outros são frações de povos que ainda hoje resistem ao avanço sobre as últimas áreas virgens da Amazônia, que se separaram em função de cisões internas ou dispersões inesperadas cansadas pelas constantes fugas e guerras.

A condição de isolado desses grupos torna-os mais vulneráveis a situações de violência. Um exemplo, desses episódios, foi o massacre dos isolados Nambikwara do rio Omerê em Rondônia, em 1985. Eles foram exterminados a mando do proprietário da Fazenda Ivipitan. A ação tardia e complacente da FUNAI e os desmandos políticos convergiram para o seu extermínio.

Na atualidade, entre os vários grupos de índios isolados estão:

- os **Ariken**, desaldeados, tem sido vistos na área da Cachoeira Seringal, no município de Aripuanã-MT. A FUNAI, desde 87, já havia incluído em seu Plano de Metas, a necessidade do estabelecimento de contato com os Ariken. (ISA, 1996:543)

- os **Piripicura** são índios Tupi Kawahib, que receberam este nome dos Gavião do igarapé Lourdes. Eles têm sido localizados na área entre os rios Branco e Madeirinha, afluentes do Roosevelt, município de Aripuanã-MT. Em 1983, uma índia desse grupo apareceu na Fazenda Mudança, depois, passou a receber a visita de um índio velho. Em 1985, em uma expedição conjunta FUNAI/OPAN, encontram vários tapiris e algumas

malocas abandonadas. Segundo os participantes, dois índios desse grupo têm mantido contatos contínuos com a frente de atração criada pela FUNAI, que tem enviado através deles, brindes para o restante do grupo. (ISA, 1996:543)

- os **Yakarawakta** tem sido notados nos Igarapé Muriru e Pacutinga, entre os rios Juruena e Aripuanã, no município de Aripuanã-MT. Os Rikbaktsa têm dizem que já mantiveram contato com esse grupo de índios isolados, que foram denominados por eles de Yakarawakta, que quer dizer moradores do mato. Há indícios, a partir dos vestígios da alimentação, de que poderiam ser subgrupo dos Apiaká. Desde 1978 o jesuíta Balduino Loebens procura localizá-los. Um picadeiro da Cotriguaçu em 1984, afirmou ter encontrado esses índios. Loebens através de sobrevôo, em 85, localizou suas roças. Há também informações de que os Yakarawakta foram vistos na Al Escondido. (ISA, 1996, 578)

- os **Nambikwara** da Picina, tem sido vistos no município de Pontes e Lacerda-MT. A FUNAI, através de portaria, criou, em 95, um grupo de trabalho para realizar estudos de identificação desses índios e levantamento fundiário das terras onde vivem, para posterior delimitação. (ISA, 1996:578).

- os **Isolados do Bararati** vivem na área entre os rios Bararati e Maracanã, afluentes do Juruena, na divisa entre o Mato Grosso e o Amazonas. A FUNAI, já fez constar de seu Plano de Metas de 87, a presença desses índios na região. (ISA, 1996:578)

- os **Apiaká** têm um grupo que foi notado na área do rio Ximari e Matrinxã, ao norte do município de Apiacá, próximo à confluência dos rios Juruena e Teles Pires. Há informações de que se trata de um grupo de Apiaká, que depois da violência dos primeiros contatos, no início do século, deslocaram para o norte do estado afastando-se das margens dos rios principais.

O NORDESTE MATO-GROSSENSE

A região nordeste de Mato Grosso conservou até meados deste século, um conjunto de povos indígenas que caracterizavam a área como uma espécie de "encontro dos troncos lingüísticos". Nela se faziam presentes povos descendentes dos Tupi, Arawak, Carib e Gê. Seus territórios históricos estavam distribuídos pela região, conforme se pode observar pelo

mapa referente aos territórios históricos: na porção do centro para o norte estavam os Kaiapó, Juruna, Txukahamãe e Tapirapé; na área centro-sul, estavam os territórios dos Carajá, Xavante, Aweti, Matipuy, Txikão, Kuikure, Kamaiurá, Nahukuá, Waurá, Iwalapiti, Kalapalo e Trumáí. Estes povos após diferentes tipos de contatos foram sendo reunidos em reservas indígenas (Kaiapó no sul do Pará, Tapirapé em Santa Terezinha, Carajá em Luciara e Ilha do Bananal) e os demais exceto os Xavante foram instalados no Parque Nacional do Xingu (existente desde início da década de 50 e oficializado em 1961). Os grupos Xavante que viviam ao norte de seu território, a leste e sul, tal como os Kaiapó no Pará, os Tapirapé e os Carajá foram, entretanto, diretamente afetados pela implantação dos projetos agropecuários, e pela abertura de estradas na região.

Karajá

Os Karajá são povos indígenas do tronco lingüístico Macro-Jê. Autodenominam-se Inã, e estão divididos em três subgrupos: os Karajá, os Javaé e os Xambioá. O território Karajá está localizado nas margens do rio Araguaia, de Aruanã até Xambioá, numa extensão de cerca de 2.000 km, inclusive a Ilha do Bananal, em áreas dos estados de Mato Grosso, Pará, Tocantins e Goiás.

Os bandeirantes caçadores de índios, depois os garimpeiros, comerciantes, militares e missionários, estabeleceram os primeiros contatos com os Karajá desde meados do século XVIII. No século XIX, foram obrigados a se instalar na colônia militar D. Pedro II (Carretão) juntos aos Kayapó, seus inimigos tradicionais. Isto se deu em decorrência, dos constantes ataques promoviam aos povoados que se formavam em seu território. O governo por sua vez, realizava ataques “punitivos” visando “amansá-los”.

Em 1888, os Karajá eram 4 mil índios, e viviam com relativa independência em relação aos não índios. Um século depois, em meados da década passada, eram cerca de 1785 índios, subdividindo-se em 1225 Karajá, 500 Javaé, e 160 Xambioá, distribuindo-se em 18 aldeias. São índios que na estação das secas ocupam as praias do rio Araguaia, alimentando-se de peixes e tracajas. Enquanto que na estação das chuvas, vivem nas terras mais altas, onde cultivam suas roças, embora os peixes sejam a base de sua alimentação.

A cultura Karajá, na sua totalidade, gira em torno do universo do rio Araguaia. Segundo eles em tempos míticos, vivia um povo abaixo do leito do rio, e casualmente um homem descobriu a superfície. Nesse mundo, eles descobriram a luz, o mel e a morte, estampada no tronco ressequido de uma árvore. Por isso, que, a principal entidade de seu mundo espiritual é Aruanã e provem do rio e lagos adjacentes.

Embora o Parque Nacional do Araguaia tenha sido criado em 1959, abrangendo a Ilha do Bananal, apenas em 1971, foi criado o Parque Indígena Araguaia (1.395.000 ha, onde viviam, 1994, 2.250 índios), assegurando as terras dos Karajá e dos Javaé. Sua delimitação deixou as aldeias da margem mato-grossense fora do Parque. A área indígena Karajá da ilha do Bananal tem conhecido milhares de invasões de posseiros e fazendeiros que através da FUNAI "arrendam" as pastagens naturais existentes na Ilha. A esses problemas, somam-se os da pesca predatória, a invasão de turistas na Ilha, e o projeto de construção da Rodovia Transaraguaia, que cortaria a Ilha do Bananal no sentido leste-oeste.

No Estado de Mato Grosso há três pequenas reservas Karajá demarcadas, a Al São Domingos com 5.705 ha, em Luciara onde viviam no início da década de 90, 93 índios; a Al Tapirapé-Karajá com 66.166 ha em Santa Terezinha e Luciara, onde vivem 384 índios, entre os Karajá e Tapirapé; e a Al Aruanã II, com 586 ha no município de Cocalinho. No total, há na atualidade cerca de 1.900 índios Karajá.

Os Karajá da Al São domingos, após sua homologação em 91, passaram, a viver clima de violência e pressão, pois na área indígena haviam posseiros e grileiros. Como os órgãos competentes não se movimentavam para a retirada desses invasores, os próprios índios passaram a agir queimando suas casas. O clima esquentou, pois havia denúncias de que membros da PM e do Cartório estariam envolvidos nas invasões, e os veradores de Luciara, haviam incluído a área da Reserva no perímetro urbano da cidade.

“Os Karajá da Al S. Domingos, em Luciara (MT), estão em pé de guerra. Cerca de 180 índios - cem da aldeia e outros 80 de áreas vizinhas - estão armados, e deram um ultimato à FUNAI, Procuradoria da República, PF e IBAMA, para tentarem encontrar uma solução pacífica para o conflito com as 17 famílias de posseiros que ocupam a Reserva. Nos últimos dias, oito casas de posseiros foram queimadas. O administrador regional da FUNAI em S. Félix do Araguaia, Edson Beiriz, informou que a situação é preocupante e o conflito pode explodir a qualquer momento. Segundo ele, existem "pessoas poderosas" entre posseiros, e cita nominalmente o sargento Célio (sic), comandante do Destacamento da PM de Luciara que, sozinho, *"fez uma derrubada de 40 a 50 ha de mata e ainda colocou um soldado para plantar a terra*

como meeiro". Beiriz ainda acrescenta que não pode contar com os poderes do município. O atual prefeito de Luciara, Nagib Elias Guedes, e o prefeito eleito, Abi Roque de Lima, não são simpatizantes dos índios. Relata que eles chegaram a anunciar em público a intenção de construir um hotel na Área Indígena.

Demarcada desde 1988, a Reserva dos Karajá ainda não tem registro definitivo em cartório da cidade. Entretanto, o cartório já emitiu, após a demarcação, dois títulos de posse dentro da Área Indígena. Na época da demarcação a presença dos posseiros foi classificada como de "boa fé", e com direito a indenização pela União, o que nunca foi efetivado. Cansados de esperar, os índios resolveram dar início a uma operação própria de desocupação, ateando fogo em três casas. No dia seguinte queimaram mais cinco. ” (Correio Braziliense, 02/12/92 - ISA, 1996:653)

O clima de tensão aumentou com as denúncias de ameaças de morte contra o administrador da FUNAI em São Félix do Araguaia:

O administrador da FUNAI em S. Félix do Araguaia Edson da Silva Beiriz, denunciou ter recebido três telefonemas anônimos com ameaças de morte. *"Eles dizem que eu podia andar preparado porque estava mexendo numa caixa de abelha"*, disse Edson, que reclamou da falta de proteção policial e das hostilidades da PM. Outra reclamação de Edson Beiriz é sobre o silêncio absoluto do Cartório do 2º Ofício de São Félix em relação aos de ofícios encaminhados pela FUNAI, exigindo a certidão de registro da Área S. Domingos. Mas esse silêncio, segundo ele, explica-se pelo fato do proprietário do cartório ter parentes com posses dentro da reserva. (JORNAL DO BRASIL, 03/12/92 - ISA, 1996:653)

Imediatamente a FUNAI, providenciou o envio da Polícia Federal, à AI, a fim de dar garantias aos índios, que inclusive tinham tomado o vice-presidente da câmara de vereadores como refém.

Um grupo de policias federais chegou a S. Félix do Araguaia para seguir à aldeia S. Domingos e garantir a segurança da área durante a retirada dos posseiros que serão assentados no loteamento do INCRA, em Santo Antônio do Rio das Mortes. Segundo a administradora substituta da Administração Regional da FUNAI em S. Félix, Leila Maria Silva Rosa, a situação voltou a ficar tranqüila na Reserva depois que os índios libertaram o vereador Manoel Borges Barbosa, vice-presidente da Câmara de Luciara, que havia sido feito refém. O administrador titular encontra-se em Brasília onde foi tentar a liberação dos recursos necessários para a demarcação da Reserva e para a retirada definitiva dos posseiros da AI. ” (A Gazeta, 12/12/92 - ISA, 1996:653)

As autoridades municipais de Luciara, revelando um cinismo total, pois são declaradamente favoráveis a ocupação das terras indígenas, passaram a dar explicações que deveriam ter sido argumento legal suficiente para não terem agido como o fizeram. Mas é assim, em qualquer região de Mato Grosso, e no Araguaia, a questão é antiga, e envolve a tentativa de tomada das terras indígenas de todos os povos que lá habitam.

“Segundo o prefeito de Luciara, Nagib Quedi, os funcionários da FUNAI é que foram os responsáveis pela criação do clima de animosidade entre os Karajá de S. Domingos e a comunidade de Luciara. De acordo com ele, os funcionários, depois da criação oficial da Reserva, passaram a andar armados e a incentivar os índios a atacarem os posseiros. *“Os posseiros estão dispostos a saírem tranqüilamente da área desde que a FUNAI os indenize”*, explicou o prefeito. O prefeito negou também que o motivo principal da discórdia tenha sido gerada pela ampliação do perímetro urbano do município de Luciara. Quedi garante que não houve qualquer intenção dos vereadores em transformar a Reserva em bairro da cidade quando, durante a elaboração da Lei Orgânica do Município, ampliaram os limites urbanos da sede de Luciara num raio de 10 quilômetros a partir do centro da cidade. Segundo o prefeito, a lei não prejudica em nada os Karajá, uma vez que a Reserva foi criada por lei federal que é superior às leis municipais e estaduais. *“A animosidade entre índios e brancos foi criada pelo despreparo dos funcionários da FUNAI que foram designados para acompanhar a desobstrução da área”*, criticou Elias Quedi. (A Gazeta, 12/12/92 - ISA, 1996:653) (Sem negrito no original)

Mais recentemente, foi iniciada uma ação para demarcar a Al Lago Grande no município de Santa Terezinha, na divisa com o Pará, onde há um pequeno povoado com duas casas e cerca de 20 índios.

Os Tapirapé

Os Tapirapé como são mais conhecidos fazem parte dos Tupi, e autodenominam-se “Tapi'irãpe”. Seu território tradicional estendia-se pela região que compreende as cabeceiras do rio Tapirapé até a divisa do estado do Pará. É possível que chegassem a esta área em decorrência dos ataques freqüentes dos Kayapó e dos Karajá, seus inimigos tradicionais. Esses três povos, a séculos, sempre mantiveram relações, através dos raptos de mulheres e crianças.

“Os poucos Tapirapé que, no primeiro decênio do nosso século, foram vistos pelos brancos, eram, na maior parte, mulheres e crianças raptadas pelos Karajá. Krause - explorador do Araguaia em 1908 - conta que estes índios praticavam os raptos quando os homens da tribo se afastavam da família para ir comerciar com eles num banco de areia do rio Tapirapé.” (WAGLEY e BALDUS, 1970:45)

Acredita-se que no início deste século eram cerca de 200 índios, que após sucessivas epidemias, decorrentes do contato com a sociedade envolvente, foram reduzidos a 130, em 1935. E em 1947, eram apenas 51 índios. Em 1950, os Tapirapé foram levados pelo SPI para a área onde vivem atualmente na foz do rio Tapirapé.

Com a política dos incentivos fiscais da SUDAM, grandes grupos econômicos e financeiros, passaram a requerer terras em Mato Grosso, inclusive as terras indígenas. A Cia Tapiraguaia é um exemplo desse processo, pois se tornou "proprietária" da área habitada pelos índios Tapirapé. Estes por sua vez, cada vez mais pressionados pelo avanço dos grileiros e das grandes companhias agropecuárias, passaram a lutar pela demarcação de uma área que lhes garantisse a sobrevivência.

Após, mais de 20 anos de luta, em 1983, o governo federal através de decreto, destinou uma área de 66.166 ha aos Tapirapé e aos Karajá da aldeia próxima, criando a AI Tapirapé-Karajá. A maior parte da área fica inundada na estação das chuvas (novembro a maio) o que as torna impróprias para o cultivo das roças, de onde retiram a base de sua alimentação. Hoje esse povo tem cerca de 250 índios o que mostra a sua recuperação populacional de queda até a década de 50. Com esse crescimento, as terras da AI, são cada vez mais exíguas frente às suas necessidades.

Desde 1951, as Irmãzinhas de Jesus atuam na aldeia Tapirapé, o que contribuiu para a recuperação desse povo. Para coordenar a ação foi criada "Missão Tapirapé", que é integrada por missionários leigos que prestam assistência na área de saúde e educação. Há também, um posto da FUNAI na AI para atender os Tapirapé e os Karajá.

Os Tapirapé, estimulados pela Missão, retomam suas festas, e sua cultura, reintroduzindo, por exemplo, os rituais de iniciação. Recentemente, no final; do ano de 1993, os Tapirapé iniciaram uma luta para recuperar sua terra tradicional, a Urubu Branco, onde passaram. Mas a história dessa luta tem a ver com aquela travada pelos demais povos indígenas de Mato Grosso:

“Desde o início do século viviam no alto curso do rio que leva o nome da tribo, um afluente do médio Araguaia. O final da década de 40 foi o ponto alto dos ataques que recebia dos Kayapó Gorotire, Metuktire e Mekragnoti. Junto com doenças em caráter epidêmico, fizeram sua população despencar, em 1900, de 1.500 para pouco menos de cem, em 1947.

Os ataques dos Kayapó em 1947 fizeram com que o grupo se dividisse em duas aldeias que perderam o contato entre si. Julgavam que os demais haviam sido mortos. Uma parte deles foi reunida pela FUNAI, na aldeia junto à foz do rio Tapirapé do Araguaia, junto a um posto indígena, e a aldeia Karajá, no início da década de 50.

A outra porção dos Tapirapé permaneceu vivendo nas terras do Urubu Branco, numa distante aldeia situada ao norte, chamada de Xexotawa. Um novo ataque Kayapó, dessa vez à noite, fez com que esse grupo se dividisse em dois: Xexotawa e Xoatawa. Esse último permaneceu vivendo na serra do Urubu Branco.

Esses grupos, que no final resumiam-se a famílias e indivíduos, acabam fazendo contato pacífico com regionais, em épocas diferentes 1964 e 1970, sendo recambiados aos demais Tapirapé que viviam junto ao Posto. Além desses reencontros emocionantes entre parentes que se julgavam mortos há décadas, os Tapirapé, nesse período de recomposição populacional, experimentaram outros. Diversos membros do grupo, que haviam sido raptados pelos Kayapó, reataram contato com seus parentes dos quais foram afastados. Alguns voltaram para os Tapirapé, outros não conseguiram se adaptar e outros, ainda, permaneceram vivendo junto aos grupos em que haviam construído suas vidas.

Depois da década de 70 os Tapirapé, que pela primeira vez nas suas vidas viviam numa única aldeia, experimentaram forte movimento de recuperação populacional. Sua população total hoje é de cerca de 360 pessoas em duas aldeias. ” (TORAL, 1994 - ISA, 1996:662)

Ou seja, de novo a história repetiu-se:

“A história dos Tapirapé e de sua área tradicional não tem nada especial.

Parece a repetição de um velho tema da história de contato entre grupos indígenas e representantes da sociedade brasileira na Amazônia. Nele, um grupo indígena habitante de terras não inundáveis no alto curso de um rio secundário é forçado, por pressão de outros grupos indígenas e pelos efeitos de doenças, a aceitar o contato com representantes do governo, da Missão ou regionais. Segue-se, então, seu esperado e desastroso "descimento para o beiradão", ou seja, para o baixo curso do rio junto à sua foz no rio principal, promovido pelas agências de contato para o "melhor atendimento" ao grupo. Aí são aldeados junto aos representantes da agência de contato e/ou junto a outros grupos indígenas. Suas terras tradicionais são entregues à ocupação e sua população estiola até sua redução numérica ou extinção completa, em função de declínio populacional e da mudança de ambiente, perda de roças e do conhecimento sobre o território, além da mortandade provocada por novas enfermidades e pela falta de efeito do tratamento oferecido pelos brancos. Tal é o caso Tapirapé. ” (TORAL, 1994 - ISA, 1996:662)

Por isso que a demarcação da área indígena tem que ser entendida no interior dessa lógica contraditória, onde povos perdem seu chão, que apropriado pelos brancos, querem destruir qualquer lembrança passada. Os fazendeiros são na raiz a origem da oposição. Para lá foram sabendo que as terras eram indígenas. Acreditaram na mentira oficial dos órgãos de terra dos estados amazônicos. Portanto, não são inocentes, são comparsas de um mesmo crime. Os índios, ao contrário, apenas lutam para voltar para suas “moradas”:

“Os Tapirapé querem recuperar as terras onde enterraram os seus ancestrais. A Área Indígena Urubu Branco, antigo cemitério desse povo, está sendo utilizada como curral de engorda de gado, por fazendas que invadiram a área em meados dos anos 60, quando o governo, através de incentivos fiscais, motivava a expansão das fronteiras agrícolas do país. Atualmente, três fazendas ocupam parte da área reivindicada pelos índios: Fazenda Sapeva, Fazenda Reunidas Nova Amazônia e Fazenda Porto Velho.

No dia 13 de agosto o cacique Xywaeri José Pio, junto com quatro índios, esteve em Brasília dando início às negociações com o governo pela posse da terra. Entregaram um documento ao presidente da FUNAI e solicitaram à Procuradoria Geral da República apoio para a retomada da área. Atualmente os Tapirapé estão numa área distante 60 km de Urubu Branco, à margem esquerda do rio Araguaia, para onde foram levados pelo extinto SPI, que os alojou junto aos Karajá. Em todos esses anos os Tapirapé continuaram fazendo incursões anuais a Urubu Branco, mantendo um elo mágico de culto aos mortos. Apesar de não habitarem mais o local desde 1947, quando a aldeia sofreu um ataque dos Kayapó, continuaram a freqüentar a área, em caçadas periódicas, e dela retirando o taquari, para a fabricação de flechas. (Porantim, set/91 - ISA, 1996:664))

Na direção da lógica mítica, os índios foram até dialogar com os garimpeiros que estavam em suas terras:

“Um grupo de Tapirapé seguiu na semana passada para a região conhecida como serra do Urubu Branco, para tentar convencer os garimpeiros que estão trabalhando naquela área a saírem pacificamente do local, antiga sede do aldeamento e onde se encontra um cemitério dos seus antepassados ... Edson Beiriz, administrador da FUNAI na Regional do Araguaia, informou que os Tapirapé lhe prometeram que iriam em paz, mas manifestavam grande disposição em retomar suas terras.” (Correio Braziliense, 22/09/91 -ISA, 1996:664)

Diante de tantas evidências, de que aquelas terras pertenciam aos Tapirapé, a FUNAI, determinou para que fosse feita sua identificação e delimitação. Mandou, também, fosse verificado e levantado a titulação fundiária:

“O presidente da FUNAI, Dinarte Nobre de 31 assinou a Portaria nº 1.013/93, do dia 11/10/93 criando um Grupo de Trabalho Técnico para identificar e delimitar a AI Urubu Branco, nos municípios de Confresa, Porto Alegre do Norte e Santa Terezinha (MT) ... Juntamente com os estudos de delimitação o trabalho inclui o levantamento fundiário, que constará de vistoria das benfeitorias implantadas por não-índios nos limites a serem propostos, a natureza da ocupação, contingente populacional e conflitos existentes, mediante a identificação de domínios, levantamentos documentais em cartórios das certidões de registro e respectivas sucessórias. As despesas serão custeadas pelo Prodeagro.” (ISA, 1996:664)

Os grupos empresariais paulistas que mais se beneficiaram dos incentivos fiscais da SUDAM na Amazônia, sentindo-se “prejudicados”, apelaram como faziam durante o governo militar, aos quartéis, felizmente para os índios, os tempos são outros:

“Representados pela Lucrian - Administradoras e Negócios Ltda., com sede em S. Paulo, os empresários que se viram prejudicados com a demarcação da AI Urubu Branco enviaram, no dia 07 de fevereiro de 1994, ao almirante Mário César Flores, Ministro Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, uma carta

solicitando seu **"empenho pessoal junto ao presidente Itamar Franco e ao seu Ministro da Justiça, para que a FUNAI, como parte integrante do governo, tenha um mínimo de respeito à lei ao tratar com empresários sérios que há mais de 30 anos vêm se dedicando ao desenvolvimento da nova fronteira amazônica"**.

Esquecendo-se que os tempos mudaram, e que os quartéis não mais detêm o poder exclusivo de definir e/ou interferir no rumo das políticas públicas nacionais, a iniciativa dos empresários saiu pela culatra. No dia 10 de fevereiro de 94, o almirante Flores, através do Aviso nº 0042/GAB-SAE-PR, envia ao ministro de Justiça, Maurício Corrêa, o documento com o seguinte teor: "Senhor Ministro, encaminho a Vossa Excelência cópia de carta (fax) recebida do Diretor da Lucrion Administração de Bens e Negócios Ltda., pois o assunto não se insere na alçada desta Secretaria, já que a área não está na faixa de fronteira. Atenciosamente, (assina o ministro Mário César Flores) ". As empresas representadas são: Desfilaria Gameleira, Grupo IAP e Grupo Bamerindus, além da Prefeitura de Confresa. (ISA, 1996:664/665) (Sem negrito no original)

Não conseguindo seu intento junto aos quartéis, trataram de denunciar a nova "praga" da Amazônia, os ambientalistas, mas o eco só chegou a Cuiabá:

"Uma comissão formada por representantes de proprietários do município de Confresa esteve reunida com o deputado Lincoln Saggin, em busca de solução para garantia de propriedade de terras - cujos títulos foram distribuídos em 1960 pelo Interamat - que hoje podem ser desapropriadas em favor dos Tapirapé da aldeia Urubu Branco, naquela localidade.

... Para Saggin, as dificuldades existentes entre índios e proprietários se devem à manipulação de ambientalistas que procuram incentivar a resistência dos índios da aldeia Urubu Branco. " (O Estado de Mato Grosso, 05/03/5 - ISA, 1996: 665)

Entretanto, o levantamento realizado pelo grupo de trabalho que cuidou da demarcação das terras, mostrou um rosário de irregularidades destes títulos "voadores" emitidos pelo poder estadual, com um processo de obtenção atravessado por burlas à legislação. No passado, somente a voz combativa e solitária do bispo Casaldáliga, se ergueu contra esse estado de coisa:

"A origem dos títulos incidentes na AI Urubu Branco é uma só. São os grandes loteamentos promovidos em 1959 pelo Departamento Terras e Colonização do Mato Grosso (DCTMT) que alienaram, um só golpe, milhares de hectares em favor de proprietárias bem relacionados com o poder público e que nunca estiveram nos terrenos com que foram agraciados. Somente em três municípios do nordeste do Mato Grosso, em favor de particulares, foram assim expropriados posses, sítios, vilas e patrimônios de moradores regionais, um posto indígena, quatro aldeias indígenas e as terras que os Karajá e Tapirapé ocupam comprovadamente há pelo menos um século e meio, e os regionais há pelo menos cinquenta anos.

Com base nesses títulos irregulares deu-se início, na década de 70, a um violento processo de grilagem e especulação com as terras marginais ao Araguaia. Os novos proprietários das glebas tratavam de desalojar violentamente a população

regional e nesse contexto é que emerge a ação das Prelazias e dos bispos católicos. Ante um Estado que promovia a ocupação das terras do "povo", essas novas autoridades procuravam o espaço de suas circunscrições eclesiásticas, recentemente fundadas, junto aos reclamos da população subitamente privada de suas terras e direitos civis. ” (TORAL, 1994 - ISA, 1996:662/663)

Os Tapirapé conseguiram ver aceitos seus argumentos expostos na luta pela área indígena, a AI foi oficializada:

“A partir de Parecer (nº 104/DID/DAF/Funai 1431/94) efetuado pela antropóloga Ana Guita Oliveira, da FUNAI de Brasília, mais uma etapa vencida para o reconhecimento da AI Urubu Branco (157.000 ha). O presidente da FUNAI, Dinarte Nobre de Madeiro assinou despacho, nº 11/08/94, enviando ao ministro da Justiça para aprovação, o processo de demarcação, acompanhado da Minuta de Portaria Declaratória. ” (ISA, 1996:665))

Agora, os Tapirapé puderam voltar a viver em suas moradas, haverá tempo para re-construir os mitos e os sonhos:

“... no final de 1993, os Tapirapé passaram a viver novamente na área que denominam de Urubu Branco. A reocupação marca o ponto final de anos de reivindicações de reconhecimento territorial não atendidas pela FUNAI.

Eles pertencem à solidão das matas e terrenos planos entre a do Urubu Branco. Este é o terreno de um povo de agricultores que tentou passar incólume no último século, refugiando-se nos seus arredores. Dele nunca se afastaram, e mesmo quando reunidos AI Tapirapé continuavam a percorrê-lo anualmente em expedições rituais de caça e coleta.

Apesar das dificuldades e da necessidade de uma maior presença da FUNAI apoiando sua reinstalação no local, o clima na aldeia é ótimo. Foi reconstruída à maneira tradicional Tapirapé: um círculo de casas ao redor da takara, a casa dos homens. A colheita de milho de fevereiro parece ter sido um sucesso. A atual aldeia localizada lado daquela que foi incendiado e abandonada num ataque Kayapó. O Urubu Branco é a história da teimosia e do ritmo Tapirapé nesta terra. ” (ISA, 1996:663)

Ninguém melhor do que os próprios Tapirapé para, agora, registrar seu próprio sentimento e desejo:

"A comunidade TAPIRAPÉ tem vontade de ir no Urubu Branco, essa área os mais velhos nunca esqueceram porque primeiro, nossos antepassados habitavam lá; naquela aldeia tinha muita gente e vivia sempre feliz. As aldeias também eram muitas. Naquela região os Tapirapé conhecem quase tudo. Então os velhos não querem se esquecer daquela terra e não querem deixar as fazendas destruir os cemitérios dos avós, irmãos, pai, mãe que estão enterrados lá. Então nós estamos lutando por aquela terra, para voltar naquela terra de novo.

Porque aquela terra não foi vendida pelos Tapirapé; eles vieram abandonando aquela terra é só por causa da guerra do Kaiapó; se a guerra passava o índio

Tapirapé queria voltar de novo na aldeia Tapi'itawa, mas como só sobrou 40 pessoas não tinham coragem para voltar.

Então o governo aproveitou e vendeu para as fazendas e agora ele está falando que os índios Tapirapé estão querendo invadir o Urubu Branco. Estamos querendo é voltar naquela terra, onde primeiro nossos antigos moravam. Nós índios precisamos da terra, não para estragar as matas, não é para vender a terra depois de conseguir as demarcações. Lutamos para conseguir a terra para vivermos e produzir alimentos ali, para salvar as famílias. Agora os fazendeiros ficam invadindo a terra do índio e quando tomo a terra do índio fica um pouco de tempo depois vendem para outros fazendeiros, vendem para outro e a terra vai sendo vendida para todo mundo. Os índios nunca venderam uma terra para fazendeiros, nunca invadiram a terra da fazenda. Só lutam por causa da terra quando querem voltar naquela terra que é deles. ”, - Carta escrita por Josimar Tapirapé em nome da comunidade Tapirapé -” (ISA, 1996:664)

Os Xavante

Os Xavante são membros da grande nação Jê. Sua autodenominação é A'úwe. Vivem atualmente em seis reservas na porção leste do estado de Mato Grosso, na região do Araguaia.

No passado, os Xavante ocuparam territórios diferentes, pois face a sua resistência ao contato com os não índios, migraram enquanto conseguiram. Seu último território foi a área do rio das Mortes, outrora em parte território Bororo. Nos dois últimos séculos, permaneceram hostis para com os não índios e com qualquer tentativa de contato pacífico a ser estabelecido com eles. Entre 30 e 40, tanto o SPI como os Salesianos tentaram, sem resultados manter contatos com eles. Em decorrência da pressão que passaram a sofrer na área do rio das Mortes, os Xavante se subdividiram em três grupos, cada um experimentando diferentes formas de contato com a sociedade envolvente. Esses, também, acabaram por ter relacionamentos históricos distintos com o território ocupado. (LOPES DA SILVA, 1980). No início da década de 50, quando foram contatados, os Xavante eram estimados em cerca de 2.000 índios.

Em 1946, após muitos confrontos, os Xavante fizeram contatos pacíficos com agentes do SPI. Um primeiro está na atualidade habitando a Al Pimentel Barbosa e a Al Areões. O segundo grupo de Xavante foi para a missão Salesiana de Meruri no rio das Garças, já ocupada pelos Bororo, fugindo dos confrontos com fazendeiros e buscando livrarem-se das epidemias. O terceiro grupo em 1956 abandonou seu território na área do rio Couto Magalhães e procurou, também, vontade própria o Meruri. Outro grupo Xavante que ocupavam a região do rio Suyá Missu, foi também coagido a abandonar seu território tradicional. Suas terras foram transformadas em uma

grande empresa agropecuária, e os índios que não morreram depois do contato, foram retirados doentes, e transportados de avião para o Meruri.

Os Xavante foram os povos mais atingidos pela invasão agropecuária da Amazônia. Em seus territórios está a maior concentração de projetos agropecuários. A abertura de fazendas financiadas e incentivadas pela SUDAM se incumbiu do contato com os nativos e a consequência foi uma sucessão de genocídios e etnocídios. Entre estes casos, está aquele que envolveu a implantação da Agropecuária Suiá-Missu. Esta agropecuária de propriedade do grupo OMETTO (80%) e Ariosto da Riva (20%) começou a ser aberta em meados dos anos 60, e em 1972, foi vendida ao grupo italiano Liquifarm. Sua superfície era de cerca de 700 mil hectares, implantado integralmente dentro do território dos índios Xavante. Foram seus próprios proprietários quem contaram suas versões sobre as histórias referentes aos primeiros contatos com os índios:

"Perto da Suiá-Missu, entre o rio da Mortes e o rio Tapirapé, havia duas tribos de Xavante, índios caçadores que jamais haviam tido qualquer contato com o homem não índio.

O primeiro encontro com os indígenas partiu da iniciativa deles próprios. Os nativos foram até a sede da fazenda e, lá chegando, ficaram rodando o avião e rindo. Eles já haviam visto diversas vezes o aparelho em vôo, a baixa altitude. 'Provavelmente - diz Ometto - seguiram a direção do vôo, até encontrarem a sede da fazenda.'" (AMAZÔNIA Nº 24,1977:23)

Ariosto da Riva também contou parte dessa história da ocupação/ expropriação da fração do território Xavante:

"Para podermos fazer a abertura da estrada de São Félix, nas margens do rio Araguaia, numa extensão de 80 km, nós sobrevoávamos a aldeia todo dia, ao meio-dia, jogando presentes (sic) de modo a fazer com que eles não saíssem de lá. Enquanto isto abria-se a estrada até a sede da Suiá." (DEPOIMENTO AO AUTOR, 1985)

"O primeiro contato envolveu cerca de 80 funcionários, tudo na base de risadas e mímicas. Com o passar do tempo, os indígenas começaram a freqüentar constantemente a Suiá-Missu.

Mais tarde, toda a tribo (cerca de 150 índios) mudou-se para perto da sede, e lá se instalou por quase três anos.

Os empresários destinaram então uma área de 100 alqueires para que os nativos plantassem milho, arroz, abóbora e mandioca. Ometto recorda que mesmo com essas lavouras à disposição, os Xavante não deixaram de lado seus velhos hábitos de caçadores.

- Só que agora - diz Ometto - a caça não se destinava à subsistência, era simplesmente a manutenção do costume de um povo.

Para evitar eventuais desentendimentos com os índios, a direção da Suiá-Missu determinou que os colonos não freqüentassem o local onde os Xavante haviam se instalado.

Três anos depois a empresa sugeriu ao governo que os indígenas fossem transferidos para uma área ao norte da fazenda, com uma extensão de 10 mil hectares. Mas o então SPI (Serviço de Proteção ao Índio), hoje FUNAI (Fundação Nacional dos Índios), e a missão salesiana que trabalhava junto à aldeia, preferiram levá-los para a Missão de São Marcos, em Barra do Garças-MT." (AMAZÔNIA Nº 24,1977:23)

As informações obtidas na entrevista, que fiz com Ariosto da Riva, confirmam as colocações feitas por Ometto quanto ao primeiro contato, pois se tratava (o avião) de um objeto que os índios viram todos os dias durante bastante tempo.

Com essas e outras "façanhas", este grupo apoderou-se de uma das maiores propriedades de Mato Grosso, quase 700.000 ha. O bispo de São Félix, Dom Pedro CASALDÁLIGA contou esta história na sua versão verdadeira, juntando para tal, documentos referentes a notícias de jornais da época:

"A Suiá-Missu ao se estabelecer onde se encontra localizada defrontou-se com o problema da presença dos índios Xavante. Foram empregados diversos meios de aproximação com eles, procurando-se evitar um confronto direto. Quando o acampamento dos mateiros ficou pronto, os índios se aproximaram e se estabeleceram próximos ao mesmo." (JORNAL DA TARDE, 21/07/71 - CASALDÁLIGA, 1971:22)

"Mas esta presença ia-se tornando pesada. Cada dia era um boi que era morto para os índios. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 25/04/69 - CASALDÁLIGA, 11971:22)

Era necessário encontrar uma solução. Os índios não poderiam permanecer nas terras do latifúndio (sic). E a solução encontrada foi fácil: a deportação.

Os proprietários da fazenda procuraram a missão de São Marcos, de Xavante, e persuadiram os superiores da mesma a aceitarem nela os Xavante da Suiá. Isto acontecia em 1966. Os Xavante foram transportados da Suiá em avião da FAB, em número de 263, tendo morrido boa parte deles aos poucos dias depois de chegados a São Marcos, vitimados por uma epidemia de sarampo." (O ESTADO DE SÃO PAULO, 25/04/69 - CASALDÁLIGA, 1971:22)

"Mas os proprietários da Suiá, família Ometto, gostam dos índios...(sic). Após a deportação, doaram à missão um trator e a importância de Cr\$500,00 mensais, durante um ano, para auxiliar na manutenção dos mesmos..." (JORNAL DA TARDE, 21/07/71 - CASALDÁLIGA, 1971, 22)

Essa, porém, não é a versão publicada na imprensa, conforme se pode ver na reportagem publicada por 'O ESTADO DE S. PAULO' - em 25/4/69. Essa deportação foi presenciada por outros Xavante da região, conforme consta de notícia publicada por 'Última Hora' do Rio de Janeiro. O bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, Dom Pedro

CASALDÁLIGA, baseado nessas reportagens escreveu sobre a luta dos índios Xavante, para não deixarem suas terras:

"De notícia publicada pelo jornal 'ÚLTIMA HORA', do Rio de Janeiro:

'Dois índios Xavante estiveram ontem no Ministério do Interior para apresentarem denúncia: homens brancos estão invadindo a gleba Suiá-Missu, prendendo guerreiros e levando grande parte da tribo para local ignorado, em aviões.

Os guerreiros Xavante não falam português muito bem, mas contaram detalhes do que está ameaçando sua tribo, afirmando que os civilizados querem ocupar a gleba Suiá-Missu, na aldeia de São Félix, em Mato Grosso...

Suéter e Proper - os dois Xavante que vieram fazer a denúncia no Ministério do Interior - ... foram trazidos ao Rio pelo sertanista Francisco Meireles, para confirmarem que homens brancos estão atacando outros grupos de Xavante localizados na região, embarcando os homens em aviões, para local ignorado.

'O chefe Suretícu ainda tentou convencer os homens de que as terras que cobiçam pertencem aos índios. Sem condições de reagir pela forma, viu muitos dos seus serem postos nos aviões, para nunca mais voltarem.' ” (CASALDÁLIGA, 1971:100)

Também, quando o Ministro do Interior, Cel. Costa Cavalcanti, em abril de 1969, visitou algumas das aldeias dos Xavante, estes lhe pediram que providenciasse a devolução da terra que lhes pertencia. Afinal, anualmente os Xavante voltam para a sua terra, roubada pela cobiça latifundiária, para apanhar o Pati, árvore por eles usada na confecção dos seus arcos e flechas.

“... Um índio leu, em Sangradouro, para o Ministro Costa Cavalcanti, um discurso em português e em Xavante, sobre o problema de suas terras. Foi ouvido também pelos caciques, Apoena e Oribunan, que apoiaram suas palavras. Disse o orador que esperava do ministro providências para que fossem devolvidas suas terras 'vendidas por vários governos', e manifestou a convicção de que o ministro atenderia porque tem a 'força dos canhões'. A certa altura, disse o orador: 'Somos todos brasileiros. Nós, Xavante, chegamos primeiro.' E protestou contra a invasão de suas terras por estrangeiros e fazendeiros, que 'tem uma família só e põem fogo nas matas e nas terras, que são nossas; e nós somos muitos.'” (O ESTADO DE SÃO PAULO - 25/04/69 - CASALDALIGA, 1971:100)

Ainda como testemunha, da grilagem das terras dos índios Xavante pelos proprietários da Agropecuária Suiá-Missu (grupo Ometto e Ariosto da Riva), pois como é público no Brasil, pelo texto de todas as Constituições brasileiras existentes desde o Império, as terras ocupadas por povos indígenas sempre foram consideradas como patrimônio da União, não podendo então, ser apropriada privadamente, temos outras denúncias como prova de que as terras reivindicadas pela agropecuária era na verdade terra indígena:

"QUATRO VEZES MAIOR DO QUE A GUANABARA (antigo distrito federal), UM PAÍS ? NÃO, UMA FAZENDA.

Ficamos três anos abrindo a mata. Os Xavante estavam lá. Bravo, sem conhecer civilizado. Começamos jogando comida e presentes de um aviãozinho sobre a taba deles, todo dia. à mesma hora: carne seca, bala, rapadura, roupa, panos vermelhos, cobertor de pano vagabundo. Não podíamos dar coisas boas. Tudo isso para distrair a tribo e fazer os índios ficarem fixos no lugar onde jogávamos os presentes. Enquanto isto, Teles abria uma picada que saía de São Félix ... e fizeram o primeiro acampamento. Logo que os índios perceberam a formação do acampamento, foram-se aproximando. Vieram em grupos. Em pouco tempo, os índios haviam feito a sua taba em frente ao acampamento dos mateiros. E continuaram recebendo a comida das mãos dos civilizados (sic)" (JORNAL DA TARDE, 21/07/71 - CASALDÁLIGA, 1971:99)

A mesma prova cabal de que se estava oficialmente burlando a Constituição do país, é o texto da reportagem publicada em 'O ESTADO DE SAO PAULO', em 25 de abril de 1969, por Allen Augusto Dupré, enviado especial, por ocasião da reunião da Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia (AEAA) com o Ministro do Interior, Costa Cavalcanti:

"... Mas o que foi percebido nessa primeira viagem (afirmações do jornalista Allen Augusto Dupré) é que a fazenda abrigava duas tribos de Xavante que, anteriormente, nunca tiveram contato com a civilização (sic). E embora não sendo declaradamente hostis, não permitiam a passagem de ninguém além dos limites de seu território. Mas, à medida que a fazenda ia sendo habitada, os índios foram se aproximando. De início, saqueavam as plantações de milho e de arroz. Depois, entrando em contato com os brancos, passaram a viver às expensas destes. Já não roubavam, mas pediam. Recebiam todos os dias um boi - que exigiam que fosse entregue morto, pois não matavam.

Com o passar do tempo e com a estrada, esses índios foram deixando suas aldeias. Iam para São Félix, desciam o Araguaia ou iam para a Ilha do Bananal, do outro lado do rio. Hoje, Suiá-Missu já não tem índios para mostrar ou temer..." (ESTADO DE SÃO PAULO, 25/04/69- CASALDÁLIGA, 1971:99/100)

Entretanto, ninguém melhor do que os próprios povos indígenas, para narrar esse processo de contato com os grileiros, o cacique Xavante Mário Juruna conta de forma simples, mas profunda a epopéia de seu povo:

“Xavante antes, muitos anos, morava nas cabeceiras do Xingu, No Kuluene, no Batovi. A gente depois teve que andar até rio Araguaia, sempre fugindo dos brancos. E depois rio das Mortes, onde estamos hoje. Então Xavante fugiu muito. Agora Xavante não pode fugir mais. Xavante tá cansado de fugir... A caminhada do Xingu até o rio das Mortes ... durou muito. Índio foi sendo empurrado pelo branco ... Essa caminhada foi triste. Todo o meu povo fugindo...Nessa viagem tinha muito índio.

Mais de mil ... Muitos morreram ... Morreu muito. Principalmente os velhos, criança. Agora na minha aldeia tem 130 índios. Depois da caminhada foram as doenças dos brancos. Trouxe varicela, trouxe catapora, trouxe sarampo, trouxe cachumba, tosse e tuberculose ... Morreu muito Xavante naquele tempo. Quase acaba Xavante. Mais de mil Xavante. Mais de 1500 Xavante ... Nessa caminhada de Batovi até o rio das Mortes - (uma distância de no mínimo uns 900 km de mata virgem e cerrada) - a gente começava a seis horas a andar. Andava o dia inteiro, fugindo dos brancos. À noite fazia tapiri (casa), comia alguma caça que a gente matava de dia, e ia dormir. Sempre fugindo. Abandonamos roça, nossa maloca, nosso rio, tudo que Xavante tinha..." (MARTINS, 1978:208)

Em 1957, os salesianos mudaram os Xavante da Suya para São Marcos, em função de que as relações com os Bororo da Missão Meruri, eram tensas. São Marcos tornou-se uma área Xavante às margens do rio das Mortes. Os salesianos implantaram na nova área outra uma missão. Outros Xavante foram levados para Sangradouro, para uma área entre o rio das Mortes e o rio Sangradouro, onde foi criada outra área indígena. Estes Xavante continuam a ocupar uma área localizada em um território típica e tradicionalmente Bororo.

Ainda durante o começo da década de 50, outro subgrupo dos Xavante do rio Couto Magalhães migrou na direção do rio Paranatinga, dividindo-se por sua vez, em dois blocos. Um estabeleceu contato com a frente de atração do Posto Indígena de Simões Lopes (Bakairi), e o outro grupo foi mais para o oeste e manteve contato com os indigenistas do SPI no rio Batovi. Nesta área, foi criada depois, a Reserva Indígena Xavante de Marechal Rondon. Em 1974, os dois blocos, de Xavante iniciaram o retorno ao rio Kuluene, seu território tradicional, onde foi criada a área indígena do Kuluene. Em 1980, as áreas indígenas de Couto Magalhães e do Kuluene mais outras áreas de ocupação antiga dos Xavante, que já estavam invadidas pelos grileiros, sobretudo a Fazenda Xavantina, foram transformadas na Reserva Indígena Parabubure. Este grupo de Xavante caracteriza-se, pois, como um grupo que mesmo estabelecendo contato com SPI, acabou recuperando parte de seu território.

Os Xavante, de uma forma geral, têm questionado os limites das áreas que habitam. É um exemplo, os Xavante de Sangradouro, que após lutarem conseguiram recuperar e integrar na AI Sangradouro a área denominada Volta Grande. Esta área está separada das terras de Sangradouro pelo rio das Mortes e é área de caça dos Xavante. Na Reserva Indígena Areões, também ocorre processo semelhante, e duas novas áreas foram consideradas áreas indígenas. Mas, no caso dos Xavante de São Marcos tem sido diferente, pois com as terras estão nas mãos de

fazendeiros, suas expedições de caça, em geral geram conflitos com os não índios “vizinhos” da área indígena.

Os Xavante sempre foram caçadores e coletores, a lavoura do milho tem importância secundária em sua economia. As grandes aldeias Xavante têm o formato de uma ferradura. Eles subdividem-se em grupos menores que se afastavam da aldeia principal por longos períodos para caça e coleta. Estes grupos por sua vez, formavam aldeias provisórias, onde realizavam os rituais. Como as áreas indígenas demarcadas, não correspondem ao território tradicional, esta característica da cultura Xavante tem sido limitada, e os rituais limitados às aldeias mais tradicionais.

A FUNAI, durante os anos 70, desenvolveu projeto de plantio em grande escala, de arroz, visando forçar os índios na economia produtiva regional. Este projeto visava fundamentalmente, destruir o sistema tradicional da economia Xavante baseada na caça e na coleta. Ao mesmo tempo, o órgão tentava livrar-se das “despesas” trazidas pelos grandes contingentes de índios das reservas Xavante.

Os problemas advindos da monocultura do arroz levaram a FUNAI a passar a incentivar a diversificação de culturas, introduzindo, nas áreas indígenas a cultura da soja. Em algumas áreas, os Xavante têm ampliado a roça de toco, como alternativa às restrições impostas pelos fazendeiros, às suas expedições de caça e coleta.

Os Xavante têm como parte de sua cultura a prática da cisão das aldeias. É neste momento, que novos líderes estabelecem aldeamentos independentes, reproduzindo o sistema político do faccionalismo, tradicional na cultura Xavante. A FUNAI, tem se aproveitado desse sistema para incentivar as cisões através da viabilização do destino dos recursos e projetos. Assim, o número de aldeias tem aumentado. A população indígena Xavante também, tem crescido, passando de 3.405 índios em 1980, para 4.834 em 1984. Em meados da década de 90, os Xavante já eram mais de 7.100 índios. Este crescimento da população Xavante ocorre em função da situação de acomodação pós-contato, e à melhoria nas condições de saúde. Mas também, traz para a sociedade Xavante a consciência de a necessidade de ampliar suas áreas. Ao mesmo tempo, tem desencadeado processos diferenciados para retomada das terras pertencentes à seu territórios tradicionais.

Boa parte da cultura o Xavante continua praticamente intacta, embora, tenham incorporado inovações. Continuam correndo com suas toras de buriti e tornaram-se fanáticos jogadores de futebol e torcedores dos clubes

nacionais. Rádios e gravadores tornaram-se constante nos rituais e na vida cotidiana. Continuam também, a promover o ciclo de iniciação dos homens ritual que ocupa papel central na vida cerimonial Xavante. Na maioria das aldeias, os meninos, vivem um período de 4 a 5 anos na casa dos homens solteiros, onde recebem uma educação baseada na cultura tradicional. Passado este período de relativo isolamento, finalizam com uma elaborada cerimônia de iniciação, quando ocorre a perfuração das orelhas. Com as meninas, o processo de iniciação também continua calcado na cultura tradicional Xavante. A vida escolar já começa a fazer parte do cotidiano das crianças e certamente, gerará transformações na vida cultural desses povos, já que os Xavante são povos preocupados em não perder a sua identidade cultural e ao mesmo tempo, afirmar-se cada vez mais, como um povo livre.

Os Xavante estão distribuídos nas seguintes áreas indígenas: RI Areões com 218.515 ha, localizada no município de Água Boa; AI Areões I, com 24.450 ha, também, em Água Boa; AI Areões II, com 16.650 ha, também em Água Boa; RI Marechal Rondon, com 98.500 ha, em Paranatinga; RI Parabubure, com 224.447 ha, em Água Boa e Campinópolis; RI Pimentel com 328.966 ha em Nova Xavantina; AI Sangradouro/Volta Grande com 100.280 ha em General Carneiro, Poxoréu e Novo São Joaquim; RI São Marcos com 188.478 ha em Barra do Garças; e AI Marãiwatsede com 168.000 ha em Alto da Boa Vista.

É importante analisar ainda que rapidamente, a posição e opinião dos latifundiários, em geral grileiros, que fizeram da cidade de Barra do Garças seu quartel general. Primeiro, as manifestações por ocasião da criação da RI Parabubure, todas na direção contrária à concessão das terras aos povos indígenas.

“Dez fazendeiros do município de Barra do Garças, representando cerca de 100 outros, perderam na primeira quinzena do mês passado, no Supremo Tribunal Federal, o mandado de segurança impetrado contra o presidente da República, por haver criado através de decreto a reserva indígena no município de Barra do Garças, em 21 de dezembro do ano passado. A reserva, destinada aos Xavante dos rios Couto Magalhães e Kuluene, para os fazendeiros e empresários de Barra do Garças na verdade não tem nenhum sentido de beneficiar os índios.

Na verdade, esses mesmos fazendeiros que a princípio se revoltaram contra os índios, passaram a defendê-los quando perceberam que serão eles os mais prejudicados depois que as fazendas atingidas forem desativadas e ficarem entregues à própria sorte nos cerrados da reserva; **fazendeiros chegam a classificar a criação da**

grande reserva de Parabubure como "o crime mais vil e hediondo que está sendo cometido contra os Xavante"

Numa petição de 50 páginas datilografadas, o mandado de segurança lembra que o ex-presidente Médici incorreu em 1972 em idêntico equívoco e acabou revogando a criação da reserva de São Marcos, para que antes disso fosse feita a desapropriação das terras pertencentes a particulares na área.

- A quem interessa esse clima de tensão e instabilidade social? - indagam os impetrantes, depois de analisarem os efeitos negativos do decreto presidencial. Dezenas de pequenas propriedades rurais, de domínio e posse de agricultores de pequeno e médio porte que despenderam economias ou contraíram em préstimos no Banco do Brasil "acordaram sob esse inesperado pesadelo".

A acusação termina se voltando para; "um elemento da coordenadoria da Amazônia Legal, que prometeu devolve as terras da região do rio Couto Magalhães e a fazenda Xavantina aos índios até o mês de março". (CONTATO, março de 1980, Ano II, nº 10, p. 51) (Sem negrito no original)

Como se pode observar, é no mínimo curioso, com os latifundiários, sempre argumentam que irão, sempre no futuro, colocar as terras para produzir e gerar empregos, mas enquanto o futuro não vem, continuam latifundistas:

“A fazenda Xavantina à qual se referem os impetrantes do mandado de segurança tem uma área de 109.922 hectares, é a mais moderna da região da aldeia de Pimentel Barbosa. Já investiu de recursos próprios e financiados importância equivalente a um bilhão de cruzeiros "se computado o valor da terra e aplicada a correção monetária com base nas ORTNs", segundo o gerente da propriedade, Mário Seara.

-Um projeto dessa envergadura não pode ser desativado sem mais nem menos, defende Seara.

A Xavantina começaria a implantar este ano, dentro de sua área, um projeto fundiário financiado pelo Banco do Brasil, beneficiando 120 famílias do campo. A execução do projeto representaria a curto prazo, a produção de 600 mil sacas de arroz anualmente, sem contar que os parceleiros não correriam risco em vista de armazéns, secadores e grupos geradores instalados pela Xavantina. A mesma fazenda produziria ainda a partir de 1985, 3.500 cabeças anuais de gado para comercialização.

-Dá para uma pessoa de bom senso aceitar um absurdo desses? - pergunta Seara.

Em proporção semelhante à fazenda Xavantina, 100 outras propriedades foram expropriadas, porque alegam os prejudicados, "a FUNAI não paga em dinheiro as terras e nem dá outras".

Os reflexos da situação medem-se por situações como do ex-próspero fazendeiro José Weigert de Siqueira, hoje taxista em Barra do Garças, ou a de outros fazendeiros que se dedicam a fazer biscates na cidade. ” (CONTATO, março de 1980, Ano II, nº 10, p. 51

A conclusão a que estes setores da sociedade brasileira chegam é lapidar e revela suas articulações profundas com a estrutura de poder local e estadual:

"Dar mais terra aos Xavante não vai adiantar nada porque índio é indolente por natureza e nunca vai trabalhar. Eles precisam de terras que tenham caça e rios piscosos. E os cerrados são pobres em caça e pesca. Por isso os índios vão continuar necessitando dos alimentos que vivemos dando às tribos. Não adianta o pessoal de gabinetes refrigerados de Brasília ficar enfiando coisas na cabeça dos índios a realidade aqui nos cerrados é outra", - afirmam os fazendeiros.

... E são ainda os fazendeiros de Barra do Garças que afirmam "certamente esse grupo de trabalho vai se surpreender quando começar a fazer as contas do dinheiro que a Nação terá que desembolsar para pagar os produtores prejudicados com a criação da reserva de Parabubure".

Mas é **"uma comissão mista de alto nível, composta de elementos do Executivo, Legislativo estadual e federal e do Judiciário que poderia cumprir essa tarefa"**. Adverte o engenheiro agrônomo Maçao Tadano, ex-secretário de Agricultura de Mato Grosso, para quem **"a exploração em torno do índio tem partido de alguns pseudo-indigenistas, de outros oportunistas e grileiros manifestos, de intermediários em transações imobiliárias e, até, conhecidos através de denúncias, por elementos ligados aos próprios quadros da FUNAI como ocorreu em tempo não muito distante"**. (CONTATO, março de 1980, Ano II, nº 10, p. 51 (Sem negrito no original)

A maior parte dos políticos mato-grossenses tem tido posição similar no que se refere à questão indígena. Em geral são contra, quando não, querem também o fim da FUNAI, e absurdamente chegam a falar em expropriação feita pelo órgão. Ou seja, invertem o discurso, e colocam o grileiro como vítima dos índios. Como se os grileiros tivessem ocupado essas terras antes que os Xavante. Não satisfeito, faz os cálculos e encontra cerca de 300 ha de terra para cada indígena. Certamente, não é essa a área média das terras indígenas griladas em Barra do Garças:

"- Falar a respeito de Barra do Garças é um negócio muito sério. Daria para escrever um livro ...A afirmativa do Deputado Roberto Cruz, eleito pelo MDB e futuro Secretário do Governo Frederico Campos (PDS), ... São problemas de comunicações, estradas, preço mínimo insuficiente, **além das "expropriações" feitas pela FUNAI.**

- **A FUNAI é uma desgraça que precisa acabar.** Muito já se falou sobre isso, inclusive a grande imprensa. "Vamos continuar a falar até que a barbaridades cometidas pela FUNAI cessem».

A região do município de Barra do Garças, hoje se constitui de uma grande mancha de áreas indígenas, arbitrariamente espalhadas em sua superfície territorial. Consoante dados fornecidos pela FUNAI, para um território municipal de 77.849 km², temos distribuídos em 6 reservas e excluindo-se as formadas por Tapirapé e Parque Nacional do Xingu, uma área de 10.083 km². Como a população indígena constante é de 3.294 indivíduos, temos, pois, que a cada índio corresponde uma área de 3.061.000 m² ou 306,10 ha. (AGROESTE, março 1980:5/10) (Sem negrito no original)

A luta dos Xavante é longa e multidirecional, pois além de ter que combater os invasores, tem que combater a maior parte dos políticos. Mas, é nessa contradição da luta que a defesa das terras tem ficado apenas e tão somente, em suas mãos. É o caso dos Xavante da AI Areões, e via de regra têm total razão e direito:

“Índios Xavante tomaram conta da fazenda Santana no município de Água Boa (MT), expulsando o fazendeiro Augusto Nogueira Moraes. A invasão ocorreu no final de janeiro, mas somente agora foi revelada pelo fazendeiro, que está tentando sua reintegração, sob alegação de que a FUNAI agiu ilegalmente apropriando-se da fazenda, que está numa área limítrofe à AI mas não pertence à ela. Augusto também está tentando reaver na Justiça os bens que estavam na propriedade que os Xavante se apossaram.

Os índios alegam que invadiram a fazenda porque ela está em terras pertencentes à tribo e informam que ocorreram anteriormente vários atritos com o fazendeiro. De acordo com o superintendente da FUNAI, Odenir Pinto de Oliveira. A fazenda Santana está dentro de uma área de 12.000 ha pertencente aos índios.” (JORNAL DA TARDE, 07/03/91 - ISA, 1996:881)

Assim vão lutando os Xavante. Tomando as terras pela força se necessário, ou dialogando e ampliando o arco das alianças políticas. É certo que a área de São Marcos já não é suficiente para os índios que lá vivem. A realidade das áreas indígenas Xavante se impõe com determinante fundamental de sua luta. Há que retomar o território usurpado. Os Xavante de São Marcos estão prontos para a guerra:

“Um grupo de Xavante da Reserva São Marcos, em Barra do Garças (MT), chegou ontem a Brasília para conseguir o apoio de parlamentares e do presidente da FUNAI, Dinarte Nobre de Madeiro, para a revisão da demarcação da Área e a retirada dos posseiros. O vice-cacique, Antão Xavante, de 34 anos, garante que **se não for encontrada uma solução rápida para o problema, índios e fazendeiros podem entrar em conflito. "Muito índio vai morrer"**, assegura.

Antão Xavante explica que **a demarcação não contemplou toda a área utilizada pelos índios** e, além disso, **os posseiros estão estragando a terra. "O líder deles é conhecido como Ozimar e queremos conversar para resolver o problema da nossa terra, que é pequena e está "estragada"**, disse. (CORREIO BRAZILIENSE, 17/02/94 - ISA, 1996:688) (Sem negrito no original)

Entretanto, a questão que nesta década de 90, está mobilizando os Xavante, e a devolução de parte das terras da AI Marãiwatsede, pela multinacional italiana Agip. Pelos menos para estes Xavante a ECO 92, trouxe algum benefício. Certamente, a dívida foi paga por que apenas a recebeu. Os verdadeiros autores intelectuais da criminoso remoção dos índios na década de 60, é preciso continuar afirmando, são: os Ometto e Ariosto da Riva. Já estão mortos, mas a culpa histórica é do grupo

paulista e desse senhor que ganhou fama de “bandeirante do século XX”. Aliás, um título adequado, afinal os bandeirantes foram mesmo predores de índios.

Mas, a reprodução desse espírito de rapina, multiplica-se, neste país como a erva daninha em terra fértil. Bastou a FUNAI, iniciar o processo de demarcação das terras para os grileiros se levantarem:

O presidente da Funai, Sidney Possuelo, assinou no dia 20/01/92 a Portaria n° 9 constituindo GT "com a finalidade de proceder os estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Suiá-Missu, localizada no município de São Félix do Araguaia (MT), dos Xavante. (PIB/CEDI, a partir de DOU, 31/02/92)

Os “**defensores do povo pobre e sem terras**”, políticos locais incitaram invasão da Suiá-Missu. A verdade viria à tona, primeiro pela denuncia da divulgação de um croqui da propriedade em papel pessoal, carimbado e rubricado por um vereador, candidato a prefeito de Alto da Boa Vista. A segunda, estes senhores estão envolvidos na arrematação, em leilão, das terras com pastagem da Suiá.

“Incentivados pelo prefeito de São Félix do Araguaia, José Antônio de Almeida, o Baú, mais de dois mil posseiros de vários estados invadiram uma área de 170 mil ha da fazenda Suiá-Missu, pertencente à Agip do Brasil, devolvida no dia 10 de junho aos Xavante. A invasão da área foi incitada também pelo candidato a prefeito de São Félix, Miguel Milhomem (PFL), e pelo candidato a prefeito de Alto da Boa Vista (MT), Osmar Kalil Botelho Filho.

“***Isso aqui não é terra de índio***”, proclamou o prefeito Antônio de Almeida em comício realizado na localidade de Posto da Mata. Foi a senha que deflagrou a invasão das terras imemoriais dos Xavante. A invasão da área foi apoiada pelos fazendeiros da região, que não querem a volta dos índios a São Félix. ” (JORNAL DO BRASIL, 25/06/92, ISA, 1996:682) (Sem negrito no original)

A reação dos setores que firmemente apoiam os índios foi pronta e logo foram identificando os reais interessados em permitir a retomada da área pelos Xavante:

“O bispo de São Félix do Araguaia, dom Pedro Casaldáliga, em visita a uma das localidades de sua Prelazia, pediu intervenção federal para que se chegue a uma solução sem violência, pois os Xavante ameaçavam reagir contra os posseiros invasores. “***Os posseiros são apenas instrumentos dos latifundiários, usados para evitar que a área volte ao poder dos Xavante***”, alertou uma antropóloga do CTI que, ao lado da “Campagna Nord-Sul”, da Itália, comanda a luta para que as terras Suiá-Missu sejam devolvidas aos Xavante. ” (JORNAL DO BRASIL, 25/06/92, ISA, 1996:682) (Sem negrito no original)

O marketing político do prefeito de Alto da Boa Vista, está baseado na ameaça e na dura realidade de que o município recém-criado não tenha condições financeiras para se sustentar:

“O município de Alto da Boa Vista pode ser palco de uma verdadeira guerra civil nos próximos dias. Quem garante isto é o prefeito eleito do município, Aldecides Milhomem Siqueira, que reuniu a Imprensa ontem em Cuiabá. para protestar contra a possibilidade de' 180 mil hectares da fazenda Suia-Missú serem doados aos índios Xavante. O compromisso de doação foi feito durante a Eco-92 pela multinacional Agip, proprietária da fazenda.

Milhomem disse que a desapropriação total da área pretendida levará o município de Alto Boa Vista, recém emancipado de São Félix do Araguaia, a extinção. **Cerca de três mil pessoas estariam dispostas a defender o território "em qualquer circunstancia".** Os Xavante foram expulsos da fazenda na década de 50, quando a fazenda tinha 1 milhão de hectares e pertencia ao município de Barra do Garças. ...

O problema adquiriu contornos graves a partir do anúncio da doação da área da fazenda aos índios. A notícia, anunciada em junho. Acelerou a ocupação da área por centenas de famílias que haviam sido cadastradas pelo INCRA e aguardavam a desapropriação. **Entre posseiros novos e os que estão na área há anos vivem dentro da fazenda cerca de três mil pessoas, metade da população de Alto Boa Vista.** ” (ESTADO DE MATO GROSSO - 04/12/92 - CIMI - ANO 06 N° 03) (Sem negrito no original)

Para o prefeito de Alto da Boa Vista, não existe o direito constitucional dos povos indígenas em relação aos seus territórios. O discurso é similar a aqueles do tempo da ditadura. Em nome do progresso, quer dizer da sanha latifundista dos grileiros, os povos indígenas não podem reivindicar suas terras:

“Para o prefeito eleito de Alto Boa Vista, no entanto, analisar o direito de posse sem contextualizar o que foi feito na área nos últimos 40 anos é uma utopia. ***"Surgiram nesta mesma área inúmeras propriedades menores, a cidade de Alto Boa Vista, e milhares de sem-terra e garimpeiros, expulsos de outras regiões"***, argumentou Aldecides Milhomem.

Para o prefeito eleito, **alegar que os índios viveram ali e, portanto, tem direito assegurado sobre o local é uma grande demagogia.** A justificativa é de que dentro desta análise ***"todo o Brasil poderá ser considerado terra de índio"***. Milhomem acusou a FUNAI de fomentar a crise e classificou de tendenciosos os diversos processos instaurados na Justiça Federal para o retorno da área aos Xavante. ***"Até agora só o índio estava sendo ouvido"***, lamentou. ” (ESTADO DE MATO GROSSO - 04/12/92 - CIMI - ANO 06 N° 03) (Sem negrito no original)

A denúncia contra os políticos de Alto da Boa Vista, foi levado até a Justiça:

“O procurador da República em Mato Grosso, Roberto Cavalcante, porém, considerou "uma grande farsa" o que está ocorrendo na região.

Cavalcante chegou a oferecer denúncia de que posseiros teriam sido incentivados a invadir a fazenda Suia-Missú para inviabilizar o retorno dos Xavante. O pedido não foi acatado, mas Roberto Cavalcante continua sustentando que houve incitamento à ocupação, caracterizando uma série de irregularidades. (ESTADO DE MATO GROSSO - 04/12/92 - CIMI - ANO 06 N° 03)

Nesse processo contraditório que tem envolvido os povos indígenas brasileiros, mais uma vez o apoio internacional foi fundamental para a vitória Xavante. Esse apoio, além de político e ideológico, vem carregado de vontade do pagamento de uma dívida: o resgate da dignidade Xavante:

“A bancada verde do Parlamento italiano pediu ontem que se facilite o retorno dos Xavante para as terras da multinacional italiana Agip Petroli. **"Por causa de uma ação violenta dos posseiros brasileiros, os Xavante correm o risco de não poder regressar a seus territórios"**, afirmaram os parlamentares italianos em uma nota. O presidente da ENI, empresa que controla a Agip Petroli, anunciou a volta dos índios à fazenda durante a Rio-92. O líder do grupo parlamentar dos verdes, Francesco Rutelli, declarou que apresentará uma resolução à Comissão de Relações Exteriores no **sentido de ampliar o compromisso italiano com essas populações**. (CORREIO BRAZILIENSE, 27/06/92 - ISA, 1996: 682) (Sem negrito no original)

No jogo de braço político, os índios venceram parcialmente, pois a reserva poderia ser demarcada e a reação dos posseiros foi imediata:

“O ministro da Justiça, Mauricio Corrêa, assinou a Portaria n° 363, de 30/09/93, declarando "como de posse permanente indígena a AI Marãiwatsede, com superfície aproximada de 168 mil ha". A Portaria determina que a FUNAI promova a demarcação administrativa da Área.” (ISA, 1996:683)

“Depois de seis dias de bloqueio, a BR-158 foi desinterditada ontem no trecho próximo ao município de Canarana (MT). O bloqueio foi feito por invasores da fazenda Suiá-Missu em protesto contra a portaria ministerial que delimitou a área para uso exclusivo dos Xavante. O MPF acusa fazendeiros e políticos locais de incentivarem a invasão para evitar o retorno dos índios.” (JORNAL DO BRASIL, 11/10/1993 - ISA, 1996:683)

Como de uma forma geral o governo, tem sido lento na solução dos problemas relativos aos povos indígenas, decidiram ir para frente jurídica, resguardados os direitos dos posseiros de serem assentados em outra área:

“Apesar do ministro da Justiça ter declarado AI Marãiwatsede como terra Xavante e o juiz federal acatado uma Ação Civil Pública do MPF, determinando a sua demarcação e, apresentação de um projeto de reassentamento dos posseiros que ocupam a antiga fazenda Suiá-Missu, nada de concreto foi feito para garantir a

demarcação física. Diante da paralisia, estatal, os Xavante de Marãiwatsede entraram com uma, representação junto ao ME denunciando a situação e exigindo, o cumprimento da Ação Civil Pública julgada a seu favor. ” (ISA, 1996:679)

Assim, os Xavante vão somando-se aos outros povos indígenas de Mato Grosso, na luta pela retomada de seus territórios, costurando a aliança de forças em nível internacional, pois os governantes dos estados da Amazônia, são reféns dos organismos financeiros internacionais. Mato Grosso não é diferente, o Prodeagro recebe dinheiro do Banco Mundial. E os Xavante sabendo disso, ainda avisaram: agora os velhos caciques políticos do estado têm que se curvar à pressão internacional. Júlio Campos e Jonas Pinheiros tentaram barrar o retorno Xavante à Suiá, mas as contradições da inserção do país no capitalismo monopolista têm estado, pelo menos por enquanto, favorável aos povos indígenas da Amazônia. Por isso os Xavante guerreiros como antes, foram à luta e, quem diria, deram prazo aos governantes:

“Os Xavante darão um prazo de 20 dias ao governo federal para que sejam retomados os trabalhos de demarcação da Área Indígena. Caso não ocorra o reinício da demarcação, **eles escreverão um abaixo-assinado para que o Banco Mundial não libere dinheiro nenhum para projetos do estado.** "É por isso que já marcamos uma audiência com o governador Dante de Oliveira hoje. Vamos pedir que ele nos apoie e que interfira junto ao governo federal para que possamos retornar para as nossas terras", explicou o cacique Damião, que também **afirmou que o Banco Mundial já tinha liberado dinheiro para a demarcação da Área, mas que os senadores Júlio Campos e Jonas Pinheiro pediram a suspensão dos trabalhos.** ” (ISA, 1996:684) (Sem negrito no original)

PARQUE INDÍGENA DO XINGU

A área indígena conhecida por Parque Indígena do Xingu inclui o Parque propriamente dito, e a Aldeia Indígena Kapoto/Jarina. Há também, ao norte desta última, no limite com o Pará, Al Mekragnoti (a maior parte da superfície fica no Pará). O Parque Indígena do Xingu propriamente dito, portanto, está localizado na região nordeste do Estado de Mato Grosso ocupando uma superfície de 2.642.003 ha. Foi implantado em 1952, por proposta dos irmãos Villas Boas e oficialmente criado em 1961, no governo Jânio Quadros. O Parque é banhado no sentido sul norte pelo Rio Xingu, que, por sua vez, nasce da confluência dos rios Kuluene e Tanguro. É banhado, ainda pelos rios o Batovi, o Ronuro (e pelo seu afluente Von den Steinen)

Tuatuari e Kulisevu a sul; pelo rio Arraias (Manitsauá-Missu) a oeste; e pelo rio Suiá-Missu a leste.

No Parque do Xingu vivem 15 povos: Kamayurá, Kalapalo, Kuikuro, Mehinako, Waurá, Matipuy, Nahukwá, Txikão, Trumai, Aweti, Ywalapiti, Kayabi, Suyá, Juruna e Tapayuna. Os Txukarramãe (Kayapó Metuktire) ocupam a Al Kapoto/Jarina e os Panará (Kreen Akarore) deixaram o Parque onde viveram desde a década de 70. São ao todo, mais de 3.300 índios. Esses povos falam Tupi, Aruak, Karib e Jê, ou seja, aos quatro grandes troncos lingüísticos indígenas conhecidos no Brasil.

No Parque a FUNAI mantém cinco postos indígenas: Leonardo (homenagem a Leonardo Villas Boas, já falecido), na margem do rio Tuatuari, afluente do Kuluene, no Alto Xingu; Diauarum, também na margem do Rio Xingu, depois da foz do Suya; Vigilância, no ponto em que a rodovia BR-80 corta o Parque; Kretire, junto à aldeia Txukarramãe; e Jarina, ao norte ficam na Al Kapoto/Jarina.

O principal acesso ao Parque se faz através de avião, pode-se aterrissar em nos postos Leonardo, Kretire, Diauarum e Vigilância em pequenas pistas de terra. Por terra, o único acesso é pela BR-80, onde a travessia é feita por balsa controlada pelos próprios índios. Já por água, os acessos são muitos, mas o Xingu é o principal.

Os povos indígenas que na atualidade, habitam o Parque Indígena do Xingu ocuparam, no passado, territórios muito mais extensos do que o atual. Desde os primeiros contatos com não índios que subiram o rio Kulisevu, passando pelo o primeiro documento etnográfico do viajante e cientista Karl Von Der Steinen, no final do século XIX, e até os efeitos da Expedição Roncador-Xingu, na década de 40, os povos do Xingu conheceram uma elevada depopulação e deslocamentos que levaram à redução ou abandono desses territórios.

“Estão vivas na memória e na história dos índios xinguanos as lembranças da penetração violenta dos caçadores de escravos e de aventureiros pelo rio Kulisevu. Movendo-se para o norte, os brancos encontravam, até meados do século passado, muitas aldeias Bakairi, que iam do Paranatinga até o médio curso do Kulisevu, depois outras dos Nahukuá, até quase a boca do rio. Bakairi e Nahukuá falam línguas da família karib. Perto da boca do Kulisevu estavam aldeias Mehináku, de língua Aruak, Aweti e Kamayurá (de língua Tupi). Um pouco mais longe, entre Kulisevu e Tuatuari, viviam os Ywalapíti, outro povo de língua Aruak, e um grupo de Trumái, que fala uma língua não classificada.

Até o início deste século, todavia, os brancos não tinham ainda chegado a manter um contato direto com outros grupos da região dos formadores do Xingu, os Waurá (Aruak) próximo ao Batovi, à oeste, e os numerosos grupos de língua Karib, ao leste, situados às margens do rio Kuluene. Fala-se da região dos formadores do Xingu como um refúgio natural, onde o chapadão do altiplano central ao sul, e fortes cortadeiras e saltos do Xingu ao norte não facilitavam a penetração.

O alemão Karl Von Der Steinen explorou pela primeira vez o curso do Xingu, descendo, ele também, o Kulisevu e continuando depois descendo o Xingu até quase o salto Von Martius. Na sua última viagem (1887), Karl Von Der Steinen, além de reencontrar os Bakairi e os outros povos do Kulisevu, que já foram mencionados, manteve contato, já no Xingu, com os Juruna (de língua Tupi) e Suyá (de língua Jê). ” (OPAN, 1987:129/130)

No final do século XIX e início do século XX, os povos com línguas e culturas diferentes habitavam ininterruptamente, seus territórios localizados formadores do Xingu, do Ronuro ao Kuluene, do Paranatinga ao Xingu. Havia cerca de 38 aldeias e aproximadamente, uma população de 4.000 índios. Tanto a leste, quanto a oeste, desses territórios viviam outros povos, que mantinham contatos esporádicos e até mesmo hostis com os povos do Xingu. Entre esses povos vizinhos, desapareceram, em decorrência das doenças trazidas pelos não índios (principalmente gripe, tuberculose e sarampo). Foi o que ocorreu com os Yaramá, povo de língua Karib que viviam a leste do Kuluene, e os Kustenau, grupo Aruak que habitavam terras no rio Suyá Missu.

“Grande foi a mudança demográfica dessa região ao longo da história do contato. Os relatos dos exploradores que se sucederam a Von Der Steinen até os anos trinta já não falavam mais das aldeias Nahuquá e Bakairi do rio Kulisevu; os primeiros, reduzidos a pouco mais de uma dezena de indivíduos, tiveram que alcançar outro povo Karib no rio Kuluene, os Marijapei, para se juntar a eles. Os Bakairi se deslocaram para o Paranatinga. Outros povos dos formadores do Xingu tinham desaparecido ou se fundido com outras aldeias, como os Tsuva (Karib) e os Manitsauá (Tupi). Os Yawalapíti (Aruak) se desagregaram temporariamente como povo independente, e os Trumái continuaram sobrevivendo precariamente. Permaneciam, contudo, relativamente em paz os povos Karib do Kuluene. Isso somente até o início da década de quarenta, quando chega ao Alto Xingu a Expedição Roncador-Xingu, vanguarda do trabalho de colonização da Fundação Brasil Central (FBC). A expedição, liderada pelos irmãos Orlando, Leonardo e Cláudio Villas Boas, iniciava a penetração partindo dos postos da FBC em Aragarças e abrindo uma picada a oeste até alcançar o alto curso do rio Kuluene. Ao longo deste foram sendo abertos campos de pouso e postos avançados. Finalmente, em 1946, é estabelecido um núcleo central da FBC e a base aérea da FAB no local denominado Jacaré, quase na confluência do Kuluene com o Xingu, base militar até hoje existente no coração do Parque. A Expedição encontrou no seu caminho várias aldeias Karib, que entraram de imediato na área de influência e controle da FBC e da FAB: Kalapalo, Nararute, Kuikuru e Matipu-Nahuquá. Na passagem dos brancos, esses povos acabaram por ser vitimados

por sucessivas epidemias; os Naranute, reduzidos a uns poucos sobreviventes, foram integrados aos Kalapalo, então localizados em volta da boca do rio Sete de Setembro.

Com a criação, em 1946, do Posto Indígena Capitão Vasconcelos, mais tarde denominado de Posto Indígena Leonardo Villas Boas no rio Tuatuari, os irmãos Villas Boas inauguravam uma experiência de indigenismo que iria marcar a existência do Parque e uma tradição e ideologia da tutela oficial sobre as populações indígenas. O Posto Indígena Leonardo tornou-se o centro de assistência e de atração dos povos que habitavam a região dos formadores do Xingu ou do Alto Xingu como é geralmente conhecida. Ao prosseguir o trabalho de contato e pacificação dos povos indígenas situados mais ao norte, às margens do Xingu e de seus afluentes Suyá Missu e Manitsauá Missu, os Villas Boas criaram em 1948 o Posto Indígena Diauarum, destinado a assistir os Suyá (de língua Jê), os Juruna (Tupi) e, mais tarde, os Txukarramãe (Jê)

A conversão dos irmãos Villas Boas ao indigenismo protetor, e o interesse científico e humanista dos pesquisadores - naturalistas e etnólogos - do Museu Nacional do Rio de Janeiro, diante da riqueza cultural dos habitantes imemoriais do Xingu, levaram à elaboração de um anteprojeto para a criação do Parque Nacional do Xingu, apresentado e aprovado ao Presidente Café Filho e por ele aprovado em 1952, sendo a administração da futura reserva entregue ao Serviço de Proteção ao Índio. Somente dez anos depois, todavia, em 1961, o Decreto-lei 50.455 legalizava o Parque, com uma extensão muito menor do que aquela estabelecida na proposta inicial. ” (OPAN: 1987:130/132)

A década de 50 é importante para o Parque também, pelo fato de que o governo do estado Mato Grosso realizar, nesse período, um grande plano de loteamento e colonização no estado. Entregou às grandes empresas agropecuárias e para a especulação imobiliária praticamente, toda a área contida no anteprojeto de criação do Parque.

Com isso, a sua área foi sendo, sucessivamente alterada e reduzida por uma sucessão de decretos.

“O Decreto 63.082, de 16/08/68 eliminava uma estreita faixa acima de cachoeira Von Martius e acrescentava outra ao sul, para incluir os povos alto-xinguanos que tinham sido abandonados fora dos limites da reserva. A controversa construção da estrada BR-80 em 1971 significou uma pesada interferência na vida e sobrevivência dos Txukarramãe, povo Kayapó definitivamente contatado pelos Villas Boas em 1953. A estrada cortou seu território tradicional, provocou a divisão do grupo, levou doenças e uma longa série de conflitos entre brancos e índios. O Decreto 68.909 de 13/07/71 legalizou essa perda, excluindo do Parque as terras ao norte da BR-080, ocupadas pelos Txukarramãe de Jarina, e acrescentando uma faixa a sudoeste de terras pobres e não utilizáveis pelos índios do Alto Xingu. ” (OPAN, 1987:132/133)

Em 1978, foi feita a demarcação definitiva, a partir de então, o perímetro do Parque está visivelmente, limitado por um picadão de 20 metros de largura. A Área Indígena Jarina, também demarcada, ficou fora do Parque. Os Txukarramãe, com o apoio dos demais povos xinguanos,

desencadearam uma longa e demorada luta para recuperar seu território. Reivindicações e pressões fizeram parte de suas ações. Até 1984, foram necessárias iniciativas diplomáticas e agressivas por parte dos Txukarramãe, para defender suas terras contra a invasão de fazendeiros e madeireiros e para reconquistar suas posses imemorais garantidas pela Constituição. Nessa luta contínua, conseguiram interditar uma faixa de 15 km na margem direita do Xingu, da BR-080 limite norte da reserva. Essa área foi declarada de interesse social, para fins de desapropriação das propriedades particulares que aí tinham se instalado nessa faixa, após a construção da BR-080. Nesse mesmo ano, o governo federal declarou de ocupação indígena a área do Capôto. Esta também era uma antiga reivindicação dos Txukarramãe, pois, constituía-se em parte de seu território original.

A área atual do total do Parque é de 2.642.003 ha e da Al Kapoto/Jarina 634.915 ha, perfazendo um total de 3.276.918 ha. Para chegar a esta extensão, o ano de 1984 constitui-se em marco da luta povos do Xingu para assegurar a reintegração ao Parque das áreas indígenas localizadas ao norte da BR-080. Em função da morosidade no processo de demarcação e o aumento do número de fazendas ao longo do Xingu, os Txukarramãe, com o apoio dos Juruna, Suyá, Panará e Kayabi, decidiram recorrer à pressão. Tomaram a balsa que opera na travessia do Xingu na BR-80 e mantiveram como reféns os funcionários da FUNAI. Depois de longas e tensas negociações entre os índios e representantes do governo, foi assinado o acordo final, pelo então Ministro do Interior, Coronel Mário Andreazza. O acordo garantiu faixa de 15 km na margem esquerda do Xingu, a posse definitiva do Capôto, alternativas para que as estradas vicinais que ligam a BR-80 às fazendas passem fora dos limites do Parque, a administração da balsa pelos índios, e a imediata demarcação das novas fronteiras do Parque. Apenas em 1991, essas terras foram homologadas e registradas.

“Existem PIX dois agrupamentos indígenas principais ... a população está aumentando após um longo período de crescimento vegetativo que se seguiu a depopulação violenta que aconteceu até os anos setenta. O primeiro agrupamento, que gravita em volta do PI Leonardo, é constituído pelos povos tradicionalmente chamados de alto-xinguanos, que formam um sistema intertribal de relações de trocas matrimoniais e econômicas. Esses povos, embora mantendo cada um sua identidade marcada pelas diferenças lingüísticas, pelo território ocupado e por características culturais específicas, tem uma cultura comum: um mesmo sistema de parentesco, mesmas atividades materiais de subsistência, cerimônias e rituais, tradição oral, cosmologia. ... A margem do sistema alto-xinguanos estão os Trumái e os Txikão (Karib), parcialmente "xinguanizados", pois absorveram vários traços da cultura alto-xinguanos.

O segundo agrupamento do PIX, situado ao norte, é constituído por povos diferenciados, cada um com uma história e uma cultura específicas. ... eles também, conhecem uma retomada do crescimento demográfico após a drástica depopulação que acompanhou as fases dos primeiros contatos com os brancos.

O PIX tornou-se o refúgio de quatro povos que foram trazidos pelos irmãos Villas Boas para dentro das fronteiras em diversos momentos, entrando, assim, em contato definitivo com os povos que desde tempos imemoriais habitam o rio Xingu. São eles os Txikão, os Kayabi, os Kreen Akarore (Jê) e os Tapayuna 'Beicho-de-Pau'. ” (os Kreen Akarore deixaram o Parque em 1997) (OPAN, 1987:134/136)

Os irmãos Villas Bons ficaram na direção do PIX desde sua criação até 1973. Consideravam prioritário o isolamento dos índios para a preservação de suas culturas. Enquanto que deveriam passar por uma integração gradual e não traumática nas relações com a sociedade envolvente. Em 1973, eles deixaram o Parque, quando a direção e a maioria das funções administrativas e assistenciais foram ocupadas por não índios até 1984. A única exceção era a chefia do Posto de Diauarum. A crise de 1984 levou a uma mudança importante: Megaron, um Txukarramãe, foi o primeiro índio nomeado diretor do PIX e todos os demais Postos passaram a ser controlados pelos índios.

Os povos do Parque do Xingu continuam vivendo, fundamentalmente seu modo de vida, a maioria independente dos mecanismos do comércio e do mercado. A sobrevivência é garantida pelo trabalho na roça em moldes tradicionais, onde cultivam mandioca, milho, batata doce, amendoim, bananas, e pela pesca, caça e coleta. Os Txukarramãe, Kayabi e Suyá, do norte do Parque travam algumas relações com o mercado, pois vendem arroz, banana, e mel nos vilarejos próximos a BR-80. O artesanato é o mais antigo e explorado meio de articulação com o mercado das grandes cidades.

O grande problema enfrentado pelos povos do Parque Nacional do Xingu reside no processo acelerado de ocupação territorial das regiões vizinhas. Na porção leste está a frente formada pelos fazendeiros que insistem no processo de desmatamento para formação de pastagens. Particularmente, a área norte, no jovem município de São José do Xingu, também conhecido como São José do “Bang Bang”. A oeste os madeireiros gradativamente aproximam-se dos limites do Parque. Aliás, as estradas vindas de Marcelândia, Cláudia, Santa Carmem e Vera, já chegam à sua divisa. A sul; o problema está nas cabeceiras dos rios que formam o alto Xingu. Todos têm suas nascentes fora do Parque, e estão conhecendo o processo de desmatamento e formação de área de produção de soja, sobretudo em Canarana. A partir de 1993, com recursos da Rainforest

Foundation da Noruega e o Instituto Socioambiental desenvolvem um projeto de monitoramento por satélite dos limites do Parque, através do projeto "Fronteiras Parque Nacional do Xingu." Este projeto pioneiro, derivou do Programa Povos Indígena do CEDI, e constitui-se em instrumento poderoso de detecção de invasores em áreas indígenas.

As Sociedades Indígenas do Parque do Xingu A Região dos rios formadores do Xingu (Área do Uluri)

Os povos que habitam a região dos formadores do rio Xingu são também chamados de povos da área do "uluri", palavra Tupi que designa uma pequena indumentária feminina feita de entrecasca de árvore, usada pelas mulheres de todos esses povos. Isso quer dizer que todos compartilham de uma mesma organização social intertribal e de uma mesma cultura. Essa certa homogeneidade cultural, contudo, não elimina suas diferenças, pois se distinguem por falarem línguas diferentes, por ocuparem territórios tradicionais distintos e por terem contribuído ao acervo cultural comum com diferentes rituais e costumes. A rede de trocas decorre da convivência pacífica dos povos do Alto Xingu, e é antiga. Todos esses povos têm as mesmas formas de subsistência: cultivo da mandioca, coleta do pequi e pesca, sendo a caça uma atividade apenas complementar. Têm também, um mesmo sistema de parentesco, aldeias redondas com uma "casa dos homens" central, chefia não centralizadora, práticas xamanísticas desenvolvidas, reclusão pubertária como iniciação a vida adulta tanto para os homens como para as mulheres e um conjunto extremamente rico de cerimônias coletivas intra e intertribais.

Kamayurá e Aweti (Povos de língua Tupi)

Os Kamayurá, que habitavam no fim do século passado quatro aldeias com uma população total de quase 300 indivíduos, em 1955 ficaram reduzidos a uma única aldeia com 94 índios. Os Kamayurá voltaram a crescer lentamente, a partir dos anos 60, em meados da década de 90 eram pouco mais de 300. A aldeia atual está localizada a noroeste do Posto Leonardo, às margens da lagoa de Ipavu. São especialistas na confecção de grandes arcos pretos.

Os Aweti habitam uma aldeia de 93 índios, no médio curso do rio Tuatuari. Há também, Aweti casados com outros povos que vivem em outras aldeias do Alto Xingu, especialmente entre os Kamayurá. Os Aweti estabelecem relações com as fazendas localizadas no limite sul do Parque, quando trocam artesanato por bens manufaturados, sal e outros alimentos. Este contatos frequentes tem trazido ao grupo, epidemias de gripe e outras doenças.

Waurá, Mehináku e Yawalapíti (Povos de língua Aruak)

Os Waurá e Mehináku são exímios ceramistas, e fornecedores das grandes e tradicionais panelas de barro utilizadas em todo o Alto Xingu. Muitas das cerimônias alto-xinguanas parecem ser de origem Aruak. É possível que os Aruak fossem os primeiros povos a migrarem, em tempos antigos, para essa região, sendo seguida depois pelos grupos Tupi e Karib.

A aldeia Waurá está localizada na margem direita do rio Batovi, onde viviam em 1995, 226 índios. A aldeia Mehináku, tinha naquele mesmo ano 149 habitantes, e situava-se na margem esquerda do baixo curso do Kulisevu. O território original dos Waurá está na atualidade ocupado pelos Yawalapíti.

A história dos Yawalapíti é singular e, ao mesmo tempo, exemplar. Trata-se de um povo indígena que se reconstituiu na sua identidade social após sofrer depopulação, fragmentação e desaparecimento temporário enquanto povo distinto. Localizados em duas aldeias na confluência do Kulisevu e do Kuluene em 1887, em 1951, apenas 17 remanescentes eram reconhecidos pelos Villas Boas em diferentes povos do alto Xingu. Por iniciativa dos Villas Boas, aliada à decisão de um líder Yawalapíti, que conseguiu juntar novamente esses sobreviventes numa aldeia próxima ao Posto Leonardo, promoveu-se casamentos com mulheres Kamayurá, Kuikuru e de outros grupos Aruak. A aldeia Yawalapíti conta atualmente com 196 índios, e se caracteriza como uma espécie de microcosmo do alto Xingu, onde se falam línguas diferentes, porém a identidade Yawalapíti domina a maioria dos membros da aldeia.

KUIKÚRU, KALAPÁLO, MATIPU e NAHUKWÁ **(Povos de língua Karib)**

As aldeias Nahukwá há um século, eram numerosas e ocupavam parte do território tradicional Karib no rio Kulisevu. Os outros povos Karib, ocupavam o Kuluene, Sete de Setembro e Tanguro, rios que vão formar o Xingu. Os Nahuquá, em meados deste século, ficaram reduzidos a pouco mais de uma dezena, abandonaram o Kulisevu e, nos anos cinquenta, juntaram-se aos Marijapéi ou Matipu no Kuluene, com os quais formaram uma única aldeia. Nahuquá e Matipu continuam juntos, embora mantendo cada povo sua variante dialetal distintiva, em duas aldeias localizadas na margem direita do Kuluene e em 1995, eram 126 índios (64 Nahuquá e 62 Matipu).

Entre os Karib, os Kuikuru e Kalapalo são os únicos que mantiveram a integridade de sua identidade. São povos que absorveram remanescente Tsuva, Aipace e Navarute. Todos os povos Karib alto-xinguanos são conhecidos pela confecção de colares e cintos de caramujo, objetos que são de grande valor nas trocas indígenas. Esses povos também tiveram que abandonar seus territórios tradicionais e se deslocaram para o norte, pressionados pela frente de contato da Expedição Roncador-Xingu nos anos quarenta. Depois de excluídos dos limites sul do Parque, em 1961, foram atraídos para próximo do Posto Leonardo onde obtinham assistência à saúde e recebiam anzóis, munição, fósforos, facas, machados, etc. Os grupos Karib autodenominam-se por nomes que são compostos por um topônimo (nome de lugar), seguido pelo termo **ótomo**, “donos”. Assim, os Kuikuru são **Lahatuá Ótomo**, “donos de Lahatuá”, antiga aldeia abandonada no fim da década de sessenta; os Kalapalo são **Aihá Ótomo**, “donos de Aihá”, os Matipu/Nahuquá são **Marijapé Ótomo**, “donos de Marijapé”. Os Kuikuru eram em 1995, 335 índios, e ocupavam a margem esquerda do Kuluene, enquanto que os Kalapalo eram 326 índios com sua aldeia na margem direita.

Os Trumái

Os Trumái são povos que falam uma língua ainda não classificada nos grandes troncos ou famílias lingüísticos conhecidos. Os Trumái travam relações de convivência e de troca com todos os povos do alto Xingu, desde antes da chegada dos não índios. Mesmo assim, ocupam um

papel secundário no sistema integrado dos povos da área do “uluri”. Os Trumái são povos que foram “xinguanizados”. Embora conservem na sua tradição oral e na atividade da caça uma herança distinta, adotam traços e costumes da cultura alto-xinguana.

Afirmam ter vindo de longe, do Leste, e revelam características que se aproximam dos Karajá. Em 1884, o alemão Von Den Steinen os encontrou dispersos e fragilizados, provavelmente por doenças e guerras intertribais, na região da fóz do Kulisevu. Com o Parque, conseguiram erguer uma aldeia ao lado do Posto Leonardo, onde permaneceram até 1978. Fortalecidos, mudaram-se em seguida para uma área acima do ponto de origem do Xingu. Dessa aldeia, já se destacou na década de 80, um grupo familiar extenso que construiu outra aldeia a meio caminho em direção da base militar do Jacaré. Os Trumái eram em 1995, 89 índios.

Os Txikão (Povo de língua Karib)

Os Txikão são povos que ocupam a margem esquerda do Xingu, a norte dos Trumái. Eram em 1995, 214 índios que formam uma aldeia, cuja fartura em plantações e comida é conhecida em todo Parque. Os Txikão falam uma língua da família Karib, embora distante do Karib alto-xinguano e mais semelhante à aquela falada pelos extintos Yarumá e dos Arara.

A história dos Txikão é, também, exemplar em relação aos deslocamentos e sofrimentos vividos e pela força imposta na luta pela resistência e novas conquistas. Oriundos da região do rio Iriri, no sul do Pará, e depois, no século XIX, passando pelo Alto Tapajós, penetraram neste século, na região dos rios Ronuro, Jatobá e Batovi. Em decorrência de uma seqüência de guerras contra os índios alto-xinguanos e os ataques de seringueiros e madeireiros, que tentavam tomar seu território, viram-se reduzidos drasticamente. Em 1967, foram “pacificados” pelos Villas Boas e 56 sobreviventes são trazidos para o Parque.

Os Txikão em 1995 eram 214 índios, que agora convivem com seus antigos inimigos, dos quais incorporaram a técnica de processamento da mandioca com a esteira, o modelo da habitação e o corte dos cabelos. Continuam a manter sua cultura tradicional, adaptada mais à

vida terrestre do que à fluvial, praticando uma agricultura diversificada, muito diferente da quase monocultura dos povos do alto Xingu.

O Baixo Xingu

A região do Baixo Xingu constitui-se da área ao norte do PIX. É habitada por povos com cultura completamente distinta que vieram a conviver em territórios contíguos somente depois da criação do Parque.

Os Kayabi (Povos de língua Tupi)

Os Kayabi, são povos de língua Tupi, guerreiros originários da região dos rios Teles Pires e do rio dos Peixes, à oeste do Parque, na região central do atual estado de Mato Grosso. Depois de sofrerem contato violento com os seringueiros, foram "pacificados" em 1924. Os Villas Boas encontraram, em 1942, um primeiro grupo de cerca de 40 Kayabi, no rio Peixoto de Azevedo. Em 1950; foram convencidos a migrar para o Parque, o que ocorreu em seguida. Cinco anos depois estes povos estavam vivendo perto do Posto Diauarum. Duas outras levadas chegaram em 1966 e em 1970.

Os Kayabi do Parque (um grupo deste povo permaneceu no Teles Pires, no Pará, outros habitam hoje uma área no rio dos Peixes, em Mato Grosso, próximos dos Apiaká) conservam suas tradições; distribuindo sua população (em 1995, eram 655) várias malocas ao longo do Xingu e do Manitsauá Missu até a foz deste com o Xingu. As malocas são unidades domésticas - famílias extensas - que produzem tanto seu próprio sustento como o alimento básico usado para abastecer o Posto Diauarum.

Os Suyá e os Tapayuna (Povos de língua JÊ)

Os povos Suyá, são habitantes tradicionais do rio Xingu e de seu afluente Suyá Missu. Os Tapayuna ou "Beijo-de-Pau" são provenientes da região entre o rio Arinos e o rio do Sangue. Os Suyá conheceram seus primeiros contatos com Von Den Steinen em 1884, mas, só foram "pacificados" em 1959, pelos irmãos Villas Boas no vale do rio Suyá Missu, quando eram mais o menos 150 índios. Costumam lembrar que no passado travaram guerras com os Juruna e os Txukarramãe. No começo deste século,

quase foram dizimados num ataque dos Juruna, armados pelo seringalista Constantino Viana. Junto com os Suya, moravam mulheres Waurá, raptadas em incursões contra os povos do Alto Xingu. Essas mulheres introduziram entre os Suya, a cerâmica, técnica desconhecida por eles, e certas cerimônias características do Alto Xingu. A sua maneira, também os Suyá entraram em um processo de "xinguanização", mas, continuam mantendo-se como sociedade Jê. Adotam uma estrutura social complexa com grupos e metades cerimoniais, e um sistema típico de transmissão de nomes dos grupos Jê. Os Suyá habitam atualmente uma aldeia, que tinha em 1995, 213 índios, próximo da foz do rio Suyá Missu.

No Rio Suyá Missu acima está situada a pequena aldeia dos Tapayuna (58 índios em 1995), ou "Beijo-de-Pau", em função de seu característico disco labial usado pelos homens adultos.

As primeiras notícias sobre os Tapayuna, até os anos 40, eram dadas principalmente pelos seus rivais: Paresi, Irantxe, Rikbaktsa, Kayabi e Apiaká. Na região do rio Arinos, onde habitavam, com intensificação da exploração da borracha, desencadearam várias incursões contra os seringueiros e seringalistas que ousavam penetrar em seu território. Em 1957, os Tapayuna sofrem um genocídio, provocado por envenenamento com arsênico misturado ao açúcar, deixado à beira de um córrego em suas terras. O mandante foi um seringalista de Diamantino-MT, o resultado foi a morte de dezessete índios. Mas a dizimação não aconteceu apenas ao longo do Arinos. Com o avanço sobre as terras dos Beijo-de-Pau, através da abertura de estradas, as lutas se intensificaram. Em 1964, com o apoio de índios Irantxe e Paresi, o padre e antropólogo, Adalberto Pereira, da Prelazia de Diamantino, iniciou o contato pacífico com eles. Em 1967, os Tapayuna, cansados das guerras em defesa de seu território, estabeleceram relações amistosas com o índio Apiaká Cândido Morimã e o Carlos Ferreira, dois barqueiros do rio Arinos.

O padre Antônio IASI, tem informações de que os Tapayuna eram cerca de 140 índios na época dos primeiros contatos, embora, esse povo nunca permitiu que alguém alcançasse suas aldeias mais retiradas.

Em 1968, a FUNAI assumiu o trabalho de assistência aos Tapayuna através de João Américo Peret e sua equipe. Em 1969, Peret promove um encontro de uma equipe de jornalistas com estes índios. Nesse encontro, um jornalista estava com gripe. Este encontro teve dois resultados. O primeiro foram muitas fotos e reportagens que transformaram Peret em "pacificador dos ferozes Beijo-de-Pau". O segundo, os vírus da gripe levados

pelo jornalista, provocaram mais uma chacina, onde foram mortos mais de 100 "Beijo-de-Pau". Os responsáveis certamente foram Peret e a FUNAI.

Nesse mesmo ano de 1969, a FUNAI chamou o padre Antônio IASI para junto com os jesuítas de Diamantino, tentar recuperar a saúde dos que sobreviveram. Eram apenas 41 índios em situação deplorável. Não havia arcos, flechas, nem roças, enfim, não tinham forças nem para se levantar. Passados nove meses, em melhores condições, foram transferidos para o Parque do Xingu, onde passaram a viver com os índios Suyá. Esta transferência forçada transformou-se em uma catástrofe para os Tapayuna, pois embora os Suyá fossem de uma cultura próxima, a convivência imposta, reduziu-os na metade dos anos 80, a 31 índios. Em 1995, voltaram a conhecer um período de recuperação demográfica e já são 56 índios.

Os Juruna (Tupi)

Os Juruna conheceram os não índios já no século XVII, quando ocupavam, em conjunto com outros povos, um vasto território que se estendia da foz do rio Iriri ao rio Pacajá, no estado do Pará. Enfrentaram e foram combatidos pelos portugueses. Esses combates quase sempre violentos conheceram também, quase sem efeito, o contato dos jesuítas. A primeira estimativa da população Juruna, segundo os jesuítas, foi feita por volta de 1840. Na época eram cerca de 2.000 índios que viviam em 9 aldeias localizadas acima da foz do rio Iriri. Depois, em 1880, foi Von Den Steinen, que os encontrou mais a montante. Eram 230 Juruna vivendo em 5 aldeias.

Os Juruna continuaram a subir o Xingu, fugindo de seringalistas e dos Txukarramãe. Na década de quarenta deste século, foram "pacificados" por iniciativa dos Villas Boas. Quase chegaram à extinção. Nos anos cinqüenta, 37 Juruna viviam em uma única aldeia próxima à foz do rio Manitsauá Missu. Até a década de 80, cresceram chegando a 122 índios, distribuídos entre duas aldeias no mesmo território. Havia também, 23 Juruna vivendo entre os Suyá e os Kayabi.

Os Juruna autodenominam-se "Yudjá" e se reconhecem como parentes dos Shipaia e dos Arupaya (extintos) por falarem a mesma língua. A confecção feminina da cerâmica constitui no meio de troca para adquirir objetos da sociedade envolvente. Os Juruna no Parque tiveram que se adaptar forçosamente a uma vida relativamente sedentária e à convivência próxima com seus antigos inimigos. Na aldeia Juruna todos os grupos familiares são ligados pela solidariedade do consumo coletivo dos alimentos.

É exemplo disso uma "festa" que é marca distintiva desse povo no Parque do Xingu. A festa se desenrola em torno do "caxiri", bebida de mandioca fermentada. Os Juruna são "donos do caxiri", e são exímios canoieiros.

Os Txukarramãe (Jê)

Os Txukarramãe - ou Metuktire como se autodenominam - são um dos grupos em que se subdividem os Kayapó. As informações disponíveis revelam que, na primeira metade do século passado, os Kayapó expandiram-se, em grupos grandes e pequenos, do rio Tocantins para oeste e para o norte. Em 1953, foram "pacificados" pelos irmãos Villas Boas, quando cindiram dos Menkragnoti, dando origem aos Metuktire. Os Menkragnoti habitavam uma região conhecida como Capôto, localizada entre o rio Liberdade e as cabeceiras do rio Irii Novo. Depois de "pacificados", foram atraídos para o Parque, onde se estabeleceram na aldeia de Porori. Eram naquela época, cerca de 400 índios, em 1995, eram 575 índios.

Em 1972, a construção da BR-080 redefiniu os limites do Parque, e um grupo de Txukarramãe, liderado pelo cacique Raoni, deixou o Porori e transferiu-se para o Kretire, ao sul da estrada. Outro grupo, liderado pelo cacique Krumare, mudou-se para o rio Jarina, onde ergueram a aldeia que levou o mesmo nome. Entre 1973 e 1984, vários conflitos ocorreram entre os Txukarramãe e os fazendeiros. Em 1985, os Txukarramãe de Kretire e de Jarina reuniram-se na aldeia Pium, localizada próxima da confluência dos rios Jarina e Xingu.

A palavra Txukarramãe quer dizer "donos das bordunas", e esta denominação foi dada aos Metuktire, pelos Juruna, seus arquinimigos. Os Txukarramãe também vivenciaram a mudança de uma vida seminômade para uma condição de maior sedentarização, já que seu território tradicional foi parcialmente reduzido. São caçadores tanto quanto agricultores. Como sociedade de tipo Jê, a sociedade Txukarramãe se organiza por princípios complexos, em diversos planos de classificação: classes de idade, grupos residenciais formalizados, relações de parentesco cerimonial, casa dos homens, etc. A intensa vida ritual e os grandes ciclos das "festas" constituem um dos aspectos mais marcantes da sociedade Metuktire. Há anos, os Txukarramãe dizem que existem Kayapó "brabo" na região do rio Liberdade na divisa com o Pará. Já foram vistos vestígios próximo à cachoeira Von Martius, e três índios com cabelos compridos flecharam os Txukarramãe,

com uma flecha igual as dos Kayapó. Provavelmente são grupos de índios que ainda conseguem viver isolados nessa região. (ISA, 1996 Metuktire:599)

É dessa realidade, muitas vezes cruel, vivida pelos povos indígenas da Amazônia, que emergiu o poema canção *Ameríndio* de Marcos ARAUJO e Sidnei BENTO construído como tema incidental: Taman Riorré, dos índios Txukarramãe do Xingu:

E os rios de sua terra e
A alma de seus antepassados
Espelharam o rosto de seus filhos.
Senti o verde de seu cheiro e a
Água de seu silêncio.
E vi seus olhos distantes...
Vi em seus olhos um medo incerto.
Vi a lembrança apagada e a cultura adulterada.
E já não sabem se terão terra,
Se terão rios, se terão mandioca,
Se terão caminho, ao menos demarcado...
Gostaria de vê-los, todos num enorme Quarup:
Kayapós, Txukarramães, Kamayorás,
Pataxós, Krahós e Kayowás
Urús, Guarayos, Sirionós
Araucanos, Quechuas e Aimaras
Cantando sua alegria
Tirando a tristeza
do sangue dos velhos dias.
Índio é irmão, é gente, é puro
Mas, o sangue continua a correr
Nesses dias tão escuros,
se apagando a luz divina
Que ilumina as sendas dessas matas
... Sei que os deuses não os esquecerão
mas, nós, brancos, temos muito que aprender.

Ou então, poemas como este de Martin COPLAS, Pedro TIERRA e D. Pedro CASALDÁLIGA:

Eu sou América,
sou o Povo da Terra,
da Terra sem Males,
Povo dos Andes,
Povo das Selvas,
Povo dos Pampas,
o Povo do Mar...

Do Colorado,
de Tenachtitian,
do Machu-Pichu,

da Patagônia,
do Amazonas
dos Sete Povos do Rio Grande...

Eu sou Apache.
Eu sou Asteca.
Eu sou Aymara.
Eu sou Araucano.
Eu sou Maia.
Eu sou Inca.
Eu sou Tupi.

Eu sou Yanomami.
Eu sou Aymoré.
Eu sou Irantxe.
Eu sou Karajá.
Eu sou Terena.
Eu sou Xavante.
Eu sou Kaingang.

Eu, Guarani.
E é com canto Guarani
que todo o resto do Continente,
todos os povos do meu Povo,
cantam agora seu lamento.

Irmãos, vindos de fora,
se quereis ser irmãos,
escutai o meu canto!

Queremos escutar,
de coração aberto,
com a mão do remorso
sobre a ara do peito.
Queremos reparar
a História desta Terra,
massacre secular.

(COPLAS, TIERRA e CASALDALIGA, 1980:33/5)

Mas, certamente, é com a cultura indígena que todos nós não índios da chamada civilização ocidental temos que aprender. Aprender as lições sobre poder e organização política. Aprender as lições sobre a terra e o território. Aprender sobre a concepção una, total, de suas sociedades. Enfim, aprender, aprender e aprender, seguindo a lição:

“Em muitas nações indígenas brasileiras, a organização política é marcada pela ausência de delegação de poderes. Os indivíduos não delegam poder a ninguém. Por

isso, o chefe não manda, não tem poder, não dá ordens. É o representante da tradição, da cultura, depositário da experiência. Em geral, é o que mais sabe, o que fala melhor. E o que mais sofre. Mas não dá ordens.

Nesses grupos de relações igualitárias entre os indivíduos, a informação costuma ser aberta: o que um sabe, todos podem saber; ninguém se apropria da informação para transformá-la em poder político ou econômico.

Da mesma forma, a relação com a terra não costuma ser uma relação patrimonial. Embora o indivíduo tenha sua casa e sua roça, embora o grupo ocupe determinado “território”, a relação não é de propriedade individual, e sim coletiva.

Enquanto na força de sua cultura, esses grupos não costumam trabalhar para produzir excedentes comerciáveis. E sequer circula dinheiro entre eles.

Com todas essas peculiaridades, se ninguém delega poder, se ninguém se apropria da informação, se ninguém pode dar ordens, será impossível estabelecer repressão organizada. E sem repressão, não será possível a dominação de um grupo por outro grupo, ou de um indivíduo por outro grupo. Nestes tempos em que se questiona em todas as partes do mundo a organização e as funções do Estado, em que se proclama a necessidade de descentralizar o poder, de conferir autonomia aos cidadãos, que outra organização social pode permitir-nos uma visão mais moderna e estimulante? Que pode haver de mais instigante que uma sociedade onde cada indivíduo é educado para ser auto-suficiente? Um índio na força de sua cultura sabe fazer sua casa, sua rede, sua canoa, arco e flecha, esteira e objetos de adorno. Sabe caçar, pescar e fazer roça, não depende de ninguém para seu próprio sustento. Identifica no seu ambiente plantas e frutos úteis. Sabe cantar e dançar. Sabe tudo de que precisa. ...

A nossa civilização, disse Marilena Chaui, é “toda compartimentada, toda fragmentada, toda separada”. Enquanto isso, na sociedade indígena, “cada ato, cada objeto, cada instituição da sociedade é sempre uma unidade, e isso é que é fundamental na existência dos seres humanos e talvez nós tenhamos perdido inteiramente, justamente porque nós acreditamos na idéia do progresso. E que foi o progresso? O progresso foi a separação de tudo (...) O que a cultura indígena nos ensina é que o verdadeiro progresso é a presença disso que é fundamental, essa integração entre o sagrado e o profano, o humano e o divino, o humano e a natureza e as relações de liberdade, justiça, comunidade, igualdade entre os próprios seres humanos”.

“Se nós não aprendermos isso”, disse Marilena Chaui, “o Xavante terá razão: estaremos perdidos”. (NOVAES, 182/192) (Sem negrito no original)

Mas, é necessário também, compreendermos que esta é a face contraditória do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, neste final do século XX. MARTINS, de forma clara e objetiva, mostrou territorialmente esse processo:

"... o terreno vai sendo definido como se fosse constituído de faixas cada uma ocupada de forma social distinta e cada forma social em conflito com a outra. Caracteristicamente, no limite mais interior do território estão as sociedades tribais. No limite mais exterior está a sociedade capitalista plenamente constituída. Entre ambas, está o posseiro, que concebe a terra de modo completamente distinto do

capitalista, embora também esteja vinculado ao mercado como produtor simples de mercadorias.

Tradicionalmente, o posseiro operou como desbravador do território, como amansador da terra. A verdade é que, pressionado pelas empresas capitalistas interessadas em desalojá-lo de suas terras, foi freqüentemente utilizado para deslocar os grupos indígenas, para avançar sobre as terras deles, desalojando o índio porque desalojado pelo capital. No caso mais recente e atual da ocupação das novas regiões, como se dá na Amazônia, a verdade é que o capital amplamente estimulado pelo Estado, já avança, ao mesmo tempo, sobre terras de posseiros e terras indígenas.

Prefiro, por isso, não falar em zona pioneira. Estamos de fato diante de dois movimentos distintos e combinados de ocupação territorial, que ocupam de formas distintas e conflituosas entre si territórios via de regra já ocupados por sociedades tribais. Através do deslocamento de posseiros é que a sociedade nacional, isto é, branca, se expande sobre territórios tribais. Essa frente de ocupação territorial pode ser chamada de *frente de expansão*. Um segundo movimento é constituído pela forma empresarial e capitalista de ocupação do território - é a grande fazenda, o banco, a casa de comércio, a ferrovia, a estrada, o juiz, o cartório, o Estado. ~ nessa frente que surge o que em nosso país se chama hoje, indevidamente, de pioneiro. São na verdade os pioneiros das formas sociais e econômicas de exploração e dominação vinculadas às classes dominantes e ao Estado. Essa *frente pioneira* é essencialmente expropriatória porque está socialmente organizada com base numa relação fundamental, embora não exclusiva, que é a de compradores e vendedores de força de trabalho. Quando se dá a superposição da frente pioneira sobre a frente de expansão é que surgem os conflitos pela terra."

(MARTINS, 1980:74/5)

**Malditas sejam
todas as cercas !
Malditas todas as
propriedades privadas
que nos privam
de viver e de amar !
Malditas sejam todas as leis,
amanhadas por poucas mãos
para ampararem cercas e bois
e fazer da terra, escrava
e escravos os humanos !**

(*“Terra Nossa, Liberdade”* - D. Pedro Casaldáliga)

PARTE II

7. A EXPROPRIAÇÃO E OS ESCÂNDALOS NA AGROPECUÁRIA OS PROJETOS AGROPECUÁRIOS NO ESTADO DE MATO GROSSO

O processo de ocupação do grande norte mato-grossense pelos projetos agropecuários incentivados e financiados pela SUDAM, se fez, através da "grilagem" das terras indígenas, o que provocou verdadeiros etnocídios e genocídios das nações Tapayuna, Panará, Kayabi, Xavante, Tapirapé, Carajá etc., com procuramos demonstrar. A maioria dos povos indígenas tiveram suas terras "griladas" e tomadas à força, pelos grupos econômicos e especuladores. Estes lançavam mão de documentos falsos (certidões ou declarações atestando a não existência de índios e ou posseiros), foram obtendo títulos de terras dos vários governantes que ocuparam o poder no estado do Mato Grosso. Qualquer pesquisa elementar nos documentos de titulação de terras daquele estado (ainda hoje) atesta a imensidão de documentos falsos presentes nos processos. Entretanto, o ponto alto do expediente da grilagem das terras indígenas está na figura do procurador. Este, munido de procurações, muitas vezes falsas, obtinha títulos de áreas contíguas, burlando assim a Constituição Federal que impedia a venda sem prévia autorização do Senado de área superior a 10.000 ha

(1946) 3.000 ha (1967) e 2.500 ha (1988), criando desta forma, os gigantescos latifúndios na região.

Os povos indígenas foram sendo destruídos com a tomada de seus territórios e, gradativamente, tiveram que marchar para o confinamento das reservas e parques. Era o capital aprisionando os indígenas no espaço-prisão das reservas através da apropriação violenta de seus territórios.

Aliás, é conveniente deixar registrado que um grupo de fazendeiros do Alto Xingu entrou com processo judicial contra a União, visando conseguir indenização referente às terras do Parque Nacional do Xingu, que alegam serem propriedades privadas suas. Este processo traz laudo técnico falso assinado por dois peritos, através do qual procuram provar que na área do atual Parque Nacional do Xingu não havia índios, quando o mesmo foi criado.

É evidente que este processo mostra o lado perverso da tomada das terras indígenas no Brasil, mas também, deixa claro que a justiça brasileira, de uma forma geral, não tem atuado no sentido impedir a apropriação privada das terras indígenas, garantindo assim as mesmas, a seus legítimos donos.

Quando, isso ocorre trata-se de um golpe de sorte. Como ocorreu nesse processo envolvendo o Parque Nacional do Xingu:

“Saque contra a União

Governo e fazendeiros do Mato Grosso pedem indenização de US\$102 bilhões por desapropriação de áreas indígenas.

Podem chegar a US\$ 102 bilhões - pouco mais de um terço do PIB brasileiro - as 54 ações contra a União no Supremo Tribunal Federal, todas elas reivindicando indenização por desapropriações em áreas indígenas. Como há pelo menos mais 16 ações que ainda não chegaram ao STF, conclui-se que a soma seria suficiente para pagar toda a dívida externa do Brasil. **A União já perdeu duas ações, no valor de 6 milhões, pois os autores, de posse de títulos de terra concedidos pelo Estado de Mato Grosso, conseguiram provar que nunca existiram índios por lá - nem mesmo no Parque do Xingu.** Com essa jurisprudência, todas as demais ações teriam o mesmo destino, não fosse a Procuradoria-Geral da República. **Ela iniciou o combate a uma indústria de desapropriação indireta provando a óbvia falsidade dos laudos periciais, que instruem os processos.**

O argumento utilizado em toda as ações é similar. Alega-se que a União se apossou indevidamente de terras devolutas do Estado ao demarcar as reservas indígenas, e, portanto, deve uma indenização ao próprio Estado ou a quem dele tenha adquirido tais terras. Como a Constituição, desde 1934, diz que as terras devolutas onde haja índios são propriedade da União, elas só poderiam ser do Estado (e, portanto, vendidas a particulares) se provada a inexistência de posse imemorial indígena sobre as áreas em questão. Essa prova é dada por um laudo pericial pedido

pela Justiça a peritos por ela indicados, e determina a condenação da União a pagar ou não a indenização pedida.

Na primeira ação julgada, impetrada por Oswaldo Daunt, envolvendo 9.758 hectares em pleno Parque do Xingu, o laudo pericial declara que não há vestígios de índios na gleba. Citando o etnógrafo alemão Von Den Steinen (que visitou a área no século XIX), chega a dizer que, na verdade, todos os índios da região estavam entre os paralelos 13 e 14. Fora, portanto, do parque, criado em 1961. Segundo o perito Air Praeiro, os índios do Xingu teriam sido todos transferidos para dentro do parque após sua criação. **Isso significa que a União não era dona das terras, pois não havia índios.** Logo, o Estado podia vendê-las, e a União deve uma indenização. O mesmo argumento está em todas as outras ações relativas ao Xingu e às demais áreas indígenas. O azar dos autores da ação foi que o procurador da República, encarregado do caso, sabe alemão. E foi diretamente à fonte - o livro *Durch Central Brasilien* -, de Von Den Steinen. Descobriu que as informações do etnógrafo foram adulteradas. Na verdade, Steinen localiza índios desde 13°57'2" latitude sul (o que ainda ampliaria o limite do Xingu). Além disso, o procurador tem uma prova adicional: um mapa do Departamento da Aeronáutica Civil (DAC), de 1954, localiza índios entre os paralelos 14 e 9. O procurador, portanto, desmente o laudo pericial e suspeita das intenções dos que negaram a existência dos índios. As irregularidades dos laudos, entretanto, ultrapassam a falsidade de informações.

Há outras irregularidades. Ao estudar as ações, o procurador descobriu, por exemplo, que na de nº 265, também no Xingu, o lote sobre o qual se pleiteava indenização fora vendido pelo Estado em 64. Ou seja, depois da criação do parque. Além disso, a Procuradoria teve acesso a mapas oficiais do próprio Estado do Mato Grosso. Eles indicam que o Estado não só vendeu as terras do Parque do Xingu após sua criação, como o fez várias vezes. Os mapas indicam que há vários títulos para um mesmo pedaço de terra. No Xingu, há casos em que o Estado chegou a vender um terceiro andar do parque. Aliás, trabalho do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira informa que, em 54, logo após o início do movimento para a criação do parque, justamente porque havia índios lá, já 3/4 da área pretendida pelo Xingu estava vendida ou em processo de venda - pela primeira vez. A superposição de títulos significa que os autores das ações contra a União sequer podem afirmar-se como legítimos proprietários das terras em questão." (SENHOR, 1987: 42/44) (Sem negrito no original)

Esse processo certamente vai tornar-se clássico. A questão, a saber, é o que acontecerá aos falsários.

“A Polícia Federal estará encerrando ainda neste mês, de janeiro o inquérito o policial instaurado a pedido da Procuradoria da República para apurar as Irregularidades de laudos periciais assinados pelos peritos Air Praeiro Alves, Ainabil Machado Lobo e Jurandir Brito da Silva no escândalo que ficou conhecido como a "indústria da desapropriação". O procurador-geral da República calcula que podem chegar a 102 bilhões de dólares o total das ações contra a União no STF, soma essa suficiente para pagar toda a dívida do Brasil O procurador Ferreira Mendes vem provando a óbvia falsidade dos laudos. Investigando as demais ações ele descobriu que a grande maioria delas tinha como advogado dos autores o Sr. Armando Conceição, que hoje defende o estado de Mato Grosso contra a União em ações indenizatórias pela criação dos Parques Indígenas do Xingu e Aripuanã, o que o levou

a pedir inquérito policial contra o advogado. Sabe-se que o procurador Oderly Souza, que cuidava do caso foi substituído. **Ele disse ainda que o Estado de MT vendeu as terras do Xingu várias vezes. A maioria das ações contra a União, inclusive as do Estado deu entrada no final do governo Wilmar Peres, sucessor de Júlio Campos incentivando a que particulares como "Chiquinho" Scarpa, milionário paulista, pleiteia-se indenização sobre 78.981 hectares em terras compradas em 1975, 14 anos após a criação do Parque. ... "Coincidentemente, os laudos que negavam a existência de índios eram assinados, alternadamente, pelos peritos Air Praeiro Alves, Ainabil Machado Lobo e Jurandir Brito da Silva."** (JORNAL DO DIA - 24/01/88 -CIMI-RESENHA INDÍGENA ANO 02- Nº 10/88) (Sem negrito no original)

Há inúmeros casos de grilagem de terras em Mato Grosso. Outro, também ficou famoso. O grileiro que se passava por procurador, tomou uma lista telefônica de uma pequena cidade do oeste paulista. Retirou dela os nomes e endereços de pessoas lá residentes e preencheu as procurações e falsificou as assinaturas. Deu entrada do processo no órgão competente depois de "reconhecer" em cartório as firmas das pessoas que iriam adquirir lotes em um determinado município do noroeste de Mato Grosso. O processo tramitou e o órgão expediu os títulos em nome das pessoas que constavam do processo. O procurador, a partir de então, "comercializou" estes títulos com terceiros. O caso ficou conhecido como o "grilo da lista telefônica".

Despertado para o caso, procurei averiguar mais profundamente. Fui a tal cidade do oeste paulista para verificar se de fato aquelas pessoas cujos nomes deram origem aos títulos, de fato lá residiam. Qual não foi a minha surpresa quando entrei em contato com a primeira pessoa da lista. Ele ficou pasmo. Não queria nem acreditar que fosse verdade. Mostrei-lhes as cópias dos documentos e ele logo pediu para saber de outros nomes da cidade. Rapidamente, tínhamos reunido mais cinco pessoas que faziam parte da lista. Conclusão da história trataram de constituir advogado para resolver o caso. Em Cuiabá, há muitos casos sobre grilagem de terras. Uma advogada do INCRA entrevistada por mim usou uma expressão dificilmente vou esquecer, quando argumentando o tipo de pesquisa que fazia: **"o senhor é igual a aqueles cuiabanos que só vão ter terra em baixo da unha"**. A pesquisa sempre coloca ao pesquisador situações incríveis que servem de lições na vida futura.

A expansão dos latifúndios na grande região norte tem seu início na década de 50, pela região do Araguaia. Inúmeros processos de aquisição de terras devolutas ou públicas foram sendo desencadeados por grileiros travestidos de empresários imobiliários ou de fazendeiros, envolvidos

com a estrutura de poder no estado. Um exemplo característico desse processo, no início da década de 60, foi a CIVA - Companhia Imobiliária do Vale do Araguaia, empresa que atuava no comércio de terras, sobretudo em Cuiabá-MT e São Paulo-SP, longe, portanto, do vale do Araguaia. Sua atuação consistia em se apropriar de terras devolutas ocupadas, como se sabia, por índios e posseiros, através de expedientes sabidamente ilegais, e que para garantir suas ações contou com apoio de governadores do estado:

"... a Companhia Imobiliária do Vale do Araguaia (CIVA), pertencente a indústrias de São Paulo, recebe nos últimos dias do mandato do governador Ponce, do estado de Mato Grosso, títulos de propriedade de 1.300.000 hectares (um milhão e trezentos mil hectares) da região (do Araguaia) pelo preço de 15 (quinze) cruzeiros antigos por hectare..."

Nessa operação, o governador Ponce era, ao mesmo tempo, vendedor e comprador: vendedor como representante do estado de Mato Grosso e comprador como ... acionista da CIVA..."

Como diz o poema '**Nossa casa**':

*O que o povo não sabia,
que ele não podia imaginar
é que sua tranqüilidade estava a ponto de acabar.
Ele não sabia, não podia imaginar
que mesmo sua terra que com tanto suor
ele havia cultivado
era vendida às gentes do sul
que nunca tinham posto os pés aqui.
Ele não sabia, não podia imaginar
que sua casa, sua vendinha,
mesmo sua escola e sua igreja
tinham sido vendidas e compradas
por pessoas desconhecidas
como se fossem a floresta virgem."*

(DUTERTRE, CASALDALIGA e BALDUINO, 1986:24)

Assim, o processo de expansão dos latifúndios não levava em consideração os direitos constitucionais dos índios e dos posseiros sobre as terras que ocupavam. É evidente, que quando as empresas agropecuárias chegavam à região para formar suas fazendas, encontravam nas mesmas, índios e posseiros, como demonstraram com a Suiá-Missu, aí estavam criadas as condições para o conflito. Vários foram na região do Araguaia, os conflitos de terra entre latifundiários e seus jagunços contra posseiros e índios. Entre eles, destacou-se o que envolveu os índios Tapirapé e os posseiros de Santa Terezinha.

A CODEARA e os posseiros de Santa Terezinha

A Companhia de Desenvolvimento do Araguaia - CODEARA, de propriedade do grupo Banco de Crédito Nacional-BCN (família Conde) reivindicava o direito de propriedade de uma área de 200.000 hectares ao norte do rio Tapirapé na região do Araguaia. A empresa agropecuária, afirmava em 1966, ter adquirido a propriedade, que incluía, diga-se absurdamente, o povoado de Santa Terezinha e todas as benfeitorias feitas pelos seus moradores e as terras dos índios Tapirapé. O povoado de Santa Terezinha foi fundado por volta de 1920, sendo que em 1931, a prelazia de Conceição do Araguaia já havia construído, no povoado, igreja e escola. Inclusive, em 1965, os posseiros haviam fundado no povoado a Cooperativa Mista Agrícola do Araguaia, que já contava com 128 camponeses cooperados, que tomavam providências junto ao IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, para que todos os posseiros, já devidamente cadastrados, obtivessem os títulos de propriedade das terras.

"... começou a se equipar: um trator e uma máquina de beneficiar arroz que vinha poupar as mulheres do trabalho penoso do pilão. Em 1967 chegou da França, uma enfermeira, juntamente com um técnico agrícola japonês. Em 1968 a Cooperativa contava com 128 camponeses, e providências eram tomadas para que títulos de propriedade legais fossem concedidos aos agricultores recenseados pelo IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária)."
(DUTERTRE, CASALDALIGA e BALDUINO, 1986:26)

Entretanto, o vendedor dos títulos de propriedade da área, Sr. Michel Nasser, quando da transação com o BCN, deixou registrado por escrito, a existência de posseiros na área

"Em 1966 a Codeara adquire imensa área de mais de 200 mil hectares, incluindo nessa compra o povoado e as benfeitorias de seus moradores. O vendedor da área, Sr. Michel Nasser, ao realizar a transação, fizera constar, por escrito, a existência de posseiros. Caso eles ocupassem área superior a especificada no contrato, o vendedor reembolsaria aos compradores Cr\$ 8,00 por alqueire a mais ocupado pelos posseiros."
(MARTINS, 1979:67)

A CODEARA não respeitou os direitos constitucionais sobre a terra que os posseiros detinham e começou a pressioná-los expulsando-os de suas posses:

"A Codeara construiu sua sede numa área ocupada por um posseiro. Os empregados da fazenda - peões - iniciaram as derrubadas em terras ocupadas, com benfeitorias dos posseiros. Roças, sítios, frutas. Os posseiros reagiram e os peões, a serviço da Codeara, foram obrigados a não prosseguir.

Tem início os conflitos. Relatórios, denúncias, pedidos, e as coisas se arrastando sem pressa, feito jabuti no meio da selva." (MARTINS,1979:67)

A igreja, em Santa Terezinha, foi assumindo a defesa dos posseiros, e começaram gestões junto ao governo para que seus direitos mínimos fossem reconhecidos. A CODEARA, no entanto, passou gradativamente, a aumentar a pressão sobre os posseiros e, a cada episódio de defesa dos mesmos de suas posses, a empresa, aproveitando-se do período de repressão que o governo militar impunha ao país, fazia denúncias falsas aos órgãos de segurança. O clima de terror foi se implantando no povoado, e os posseiros cada vez mais se uniram para impedir que a empresa tomasse também os míseros 10.000 ha ocupados há dezenas de anos pelos posseiros. No entanto, a empresa do grupo BCN não abriu mão deles, nem mesmo sabendo que já havia apropriado de cerca de 200.000 ha das terras indígenas Tapirapé e de outras nações da região. De pressão em pressão, a CODEARA, passava ela mesma a "planejar" a cidade de Santa Terezinha como se esta fosse sua propriedade. Como consequência dessas ações, o conflito aberto instalou-se na área:

"Na área urbana o problema se repetiria com a Codeara, que elaborou um projeto de urbanização, alcançando casas em pleno perímetro urbano.

"Na área de propriedade da prelazia construíam-se escola e ambulatório. A Codeara, querendo fazer cumprir seu plano, a 10 de fevereiro de 1972, invadiu as construções com trator de esteiras e homens armados, entre eles o empreiteiro-geral Décio Felipe, até 1977 gerente das fazendas do Grupo Abdalla Zarzur, no rio das Mortes.

Um dos membros da equipe da prelazia fotografou a operação, foi agredido, e sua máquina jogada sob as esteiras do trator.

As pressões se acentuam. A Codeara aciona, por denúncia, as autoridades policiais. Um destacamento militar... desloca-se até Santa Terezinha. Dirigem-se à Codeara, e de lá, acompanhados por 10 funcionários da companhia, vão às obras e dão ordem de prisão aos pedreiros que trabalhavam na construção da escola e do ambulatório.

Trava-se uma discussão e tem início um tiroteio. Os funcionários da Codeara encontravam-se armados e os pedreiros reagem à invasão.

Os atacantes abandonam uma pasta contendo um telegrama assinado pelo então Secretário de Segurança Pública do Estado ... *'...Aprofunde informações respeito existência et distribuição armas pt Identifique et detenha líderes civis movimento vg removendo-os sede regional pt '*. Acompanhava o telegrama, uma relação dos que deveriam ser presos.

Após o episódio, que a imprensa do Sul noticiou sem o devido aprofundamento - estávamos no período da censura à imprensa, o mais obscuro de que se tem notícia neste país -, o próprio Secretário de Segurança, coronel Ivo de Albuquerque, comandando um batalhão de 80 homens, vem até Santa Terezinha a fim de 'averiguar os fatos'. Padre Jentel e seus colaboradores constavam na relação dos supostos líderes do movimento. Foi preso junto a seis outros posseiros levados para Cuiabá.

Com o apoio da Codeara, usando seus carros, muitas vezes seu rádio e outras vezes fazendo-se acompanhar de seus funcionários, vasculham a área à procura dos 40

posseiros, prendendo seis, que foram levados a Cuiabá. Nunca foram ouvidos. O restante viu-se na contingência de abandonar suas casas, e durante 105 dias permaneceram na clandestinidade, alimentando-se de carne de macaco e frutas silvestres.

A saga dessa gente, transformada em grupo de 'subversivos', jogada numa clandestinidade forjada, constitui um dos capítulos mais dramáticos da história do povo do Sertão, nos últimos 15 anos. Até porque não é um episódio isolado, ele se insere numa cadeia de violências, e já era por demais ostensiva." (MARTINS, 1979:68/9) (Sem negrito no original)

O "bode expiatório" do episódio foi o padre Francisco JENTEL, que, como se sabe, na medida em que os conflitos se aprofundaram mais tomava partido dos posseiros e não da CODEARA. Como esta o delatava aos órgãos de segurança e como estes órgãos sempre estiveram na área a serviço dos grandes grupos econômicos, acabaram prendendo e condenando o padre JENTEL a 10 anos de prisão, através do Tribunal Militar de Campo Grande (MT). Entretanto, os advogados do padre impetraram recurso ao Superior Tribunal Militar em Brasília, que desqualificou o processo declarando-se incompetente.

Neste meio tempo, Jentel viajou para a França e quando de seu retorno em 1975, foi preso em Fortaleza e expulso do Brasil, por decreto assinado pelo então Ministro da Justiça Armando Falcão, e pelo General Geisel. Motivo de sua expulsão: **"devido a atividades nocivas que exerceu no Brasil"**. Quais foram, na verdade, estas atividades? A defesa dos posseiros do Araguaia contra a sanha dos grandes grupos econômicos protegidos pelos governos militares, na expropriação das terras indígenas e de posseiros da Amazônia.

Alguns anos mais tarde, o padre Jentel morreu na França, a 10 de janeiro de 1979.

A luta dos posseiros não parou, e a cada ato de pressão correspondia a um novo ato de defesa, até que a prefeitura de Luciara-MT, em 1972, resolveu cumprir o ato de desapropriação de uma área de 2.446 ha, que a Câmara Municipal tinha aprovado em 1970, para implantar a área urbana do distrito. Pressões sucederam-se e, no final, 120 posseiros foram titulados com 100 ha de terra e a administração da área urbana do povoado de Santa Terezinha foi transferida para a prefeitura de Luciara-MT. No final dos anos 80 foi elevada à condição de município. Nasceram desse processo de luta em Santa Terezinha, as "roças comunitárias", uma forma de produção

coletiva entre os posseiros da área, sem que a propriedade da terra individual prevalecesse sobre os interesses da comunidade.

O Final da Década de 60 e os "Primórdios" dos Anos 70

Enquanto a sociedade civil brasileira era duramente reprimida pelos governos militares que se sucederam no poder nesse período, o Araguaia, o Mato Grosso e a Amazônia, de uma maneira geral, foram invadidos pelos grandes grupos econômicos através dos projetos agropecuários. O que ocorreu foi uma sucessão de violência e expropriação iguais aos casos que arrolamos anteriormente. Entre eles, ganharam destaque pela ousadia os seguintes casos:

O patrimônio de Porto Alegre do Norte e a FRENOVA

Um exemplo de violência contra posseiros foi o episódio provocado em 1970, pelos proprietários da Agropecuária Nova Amazônia S/A-FRENOVA. Estes instalaram-se no povoado de Porto Alegre do Norte, situado entre os rios Xavantino e Tapirapé, no município de Luciara-MT. Este povoado, naquela época, já contava com 35 famílias morando na sede e 180 na zona rural, e já contava também, com uma escola onde 120 alunos estudavam.

Em seguida, começaram a fazer pressões sobre os posseiros, alegando que toda a área inclusive do povoado era propriedade suas, porque dispunham dos títulos de propriedade, que haviam comprado "com os posseiros e tudo". A maioria dos posseiros estava na área, desde o final da década de 40 e início da década de 50, ou seja, estavam na terra há mais de 20 anos, o que pela Constituição Federal garantia-lhes o direito de posse sobre as terras que ocupavam para trabalhar.

Mas, os funcionários e capangas da FRENOVA pressionaram os posseiros para que vendessem suas benfeitorias e abandonassem o lugar. Muitos caíram na história dos proprietários, outros resistiram até os conflitos eclodirem. Naquele momento, a prefeitura de Luciara-MT procurou intervir, e sua proposta acabou por favorecer a agropecuária. Parte das terras do povoado (4.500 ha) foi desapropriada para a instalação do distrito urbano em 1970.

"O Sr. Prefeito Municipal, José Liton da Luz, acompanhado do mesmo advogado Olímpio Jaime, reuniu o povo de Porto Alegre em 30/7/70 e dispôs-se a 'defendê-lo', dizendo ser necessário que cada um colaborasse, dentro de suas possibilidades, para pagar o advogado que iria advogar sua causa. Os posseiros presentes à reunião entregaram mais de 170 animais, entre reses e cavalos, e grande soma em dinheiro ao prefeito. Prefeito e advogado apoderaram-se das doações dos posseiros e nenhuma providência tomaram na defesa dos mesmos. A 17/9/70, em sessão extraordinária da Câmara Municipal, foi aprovada a desapropriação de uma gleba de 4.500 ha, onde se encontra o povoado.

Apesar disso, os posseiros estão recebendo ordens do próprio Sr. Prefeito de abandonarem suas posses, entregando-as à FRENOVA. E mais. o Prefeito autorizou a fazenda a se apropriar do material escolar da escola de Porto Alegre, transferindo-o para a companhia. O que realmente aconteceu. Os funcionários da FRENOVA, após terem apanhado o material escolar, *derrubaram a escola do povoado*.

Os que, cedendo à pressão da companhia, vendem suas posses, são transportados em avião ou caminhão da empresa e abandonados à beira das estradas sem o menor recurso e amparo." (CASALDALIGA, 1971:18)

Parte dos posseiros acabou deixando a área, outros resistiram, e no final da década de 80, Porto Alegre do Norte emancipou-se, tornando município (1986), e as marcas da luta dos posseiros se fazem presentes nas margens das estradas e das águas verdes do rio Tapirapé.

O patrimônio de Serra Nova e a BORDON

O patrimônio de Serra Nova está localizado entre o rio das Mortes e a rodovia BR-158, no município de São Félix do Araguaia, em plena Serra do Roncador. No começo da década de 70, este povoado tinha mais de 120 famílias de posseiros, formando um total de mais de 800 habitantes. Serra Nova nasceu do mutirão:

"Serra Nova nasce em plena floresta amazônica, à base do mutirão, do machado e da força de vontade. Sem assistência. Sem apoio. Surgiu da necessidade do povo de se reunir, visto viverem isolados uns dos outros, há 6,8,10 e 12 anos, sem possibilidade de se encontrarem, de terem escola e outros benefícios que a união traz. Alguns deles já foram 'tocados' de outras posses até 6 vezes." (CASALDÁLIGA, 1971:18)

Os posseiros deste patrimônio passaram a enfrentar, no começo dos anos 70, a pressão da BORDON S/A - Agropecuária da Amazônia (empresa ligada ao setor frigorífico), que também se dizia proprietária das terras que os posseiros ocupavam há mais de 10 anos. A empresa passou simplesmente, a cercar as terras, utilizadas como roça pelos

posseiros e os conflitos foram inevitáveis. No final, a empresa teve que ceder uma pequena parte das terras aos posseiros.

O povoado de Santo Antônio e os grupos Zarzur e Abdalla

Ocupado, desde o começo da década de 60, o povoado de Santo Antônio do Rio das Mortes, passaram, com a chegada dos "paulistas", a serem pressionados para que vendessem suas benfeitorias no povoado. Eram os grupos econômicos sediados no centro sul do país, Abdalla e Zarzur, criando uma verdadeira armadilha contra os posseiros:

"No início, quando os Abdalla e Zarzur chegaram, tentaram seduzir os posseiros, oferecendo algum dinheiro pelas suas casas, desejosos de ocupar primeiro o povoado, para depois tomar as terras. A técnica era bastante simples: como todos os posseiros estavam agrupados no patrimônio, se conseguissem comprar as casas, eles ficariam isolados em seus ranchos e um a um, divididos, seria bem mais fácil expulsá-los. Conseguiram comprar algumas casas, que foram logo derrubadas e aproveitaram para cortar todas as árvores frutíferas que existiam nesses quintais. Mas os posseiros perceberam logo o estratagema em sua maioria recusaram-se a vender suas casas. A fazenda então mudou de tática. Contratou um novo capataz, o temido Décio Felipe, conhecido demais na região como o 'monstro da CODEARA'..." CARVALHO, 1980:68)

Ao cortar as árvores frutíferas, os latifundiários visavam eliminar possíveis provas materiais da presença dos posseiros na área. Por outro lado, implantando do terror, as empresas agropecuárias achavam que os posseiros amedrontados iriam embora. Mas, ao contrário, resistiram: com uma ação na justiça, através de advogado ligado à CPT - Comissão Pastoral da Terra conseguiram evitar a ação de despejo e, em seguida, acionaram a justiça, garantindo aos posseiros, por lei e direito, a terra das posses que ocupavam.

A reação dos posseiros: as roças comunitárias

Entre as várias formas de resistência dos posseiros à expulsão e a produção nas posses, estão as roças comunitárias. Nelas a terra era de uso comum e o que se dividia era o trabalho realizado. Mas também estas experiências conheceram fracassos:

"Uma parte das terras nas quais se realizou a experiência de Santa Terezinha era composta de lotes de propriedade de alguns dos participantes que as haviam

conquistado em 1972, depois de um longo período de lutas no qual, como posseiros, se defrontaram com uma empresa agropecuária chegada à região na década de 60. Além desses lotes, havia também um lote de propriedade do vigário de Santa Terezinha cujo papel foi decisivo na iniciativa de implantação da experiência, dela tendo participado o tempo todo como sócio e trabalhador, realizando diretamente as tarefas da produção e assumindo, naturalmente, a liderança do projeto. Foram também convidadas a participar da iniciativa, chamada "Grupos Experimentais de Desenvolvimento Agrário", famílias despossuídas de terra, embora uma das marcas do projeto em questão estivesse consubstanciada na regra de que só o trabalho investido seria computado para efeitos de retorno e redistribuição do produto realizado, não sendo prevista recompensa para os proprietários em função do uso de suas terras. Além da parte destinada ao suprimento de despesas familiares, estava previsto que uma parte do produto realizado se destinasse à aquisição de bens comuns e ao pagamento de dias de trabalho necessários contratados com trabalhadores de fora. Uma das motivações que, por parte da equipe religiosa católica atuante na área, levou à implementação desse projeto foi o fato de perceber que, tendo logrado manter seus direitos sobre a terra a duras penas, mesmo assim, logo depois da luta, uma grande parte dos lavradores se dispunha a vendê-la, abandonando a área. Através dessa iniciativa visava-se, portanto, colocar à disposição dos lavradores recursos advindos de agências financiadoras ligadas à Igreja, suficientes para fortalecer-lhes a capacidade de produção e organização, ampliando as suas possibilidades de se manterem no lugar, ao mesmo tempo dando aos sem terra condições de acesso à mesma. Além disso, o padre procurava 'unir o trabalho produtivo ao trabalho pastoral, objetivando conhecer, mais vivencialmente, a realidade do povo na sua luta pela sobrevivência, independentizar-se economicamente das lides pastorais e desenvolver uma discussão mais direta sobre a atividade produtiva.'

Depois de muitos impasses e tentativas de contorná-los, esta experiência iniciada por volta de 1976 não mais se sustentou, tendo o padre avaliado que ela havia redundado em "fracasso" não só no plano econômico como também político, em função dos muitos conflitos que gerou entre os participantes:

Os projetos de desenvolvimento agrícola se mostraram um fracasso. O objetivo que se intentava através deles era de serem experiências-piloto que pudessem desempenhar um papel modelar e que pelos seus resultados pudessem motivar todos os lavradores. Mas a prática evidenciou o contrário, mostrando que nossa proposta não foi correta, ou que, pelo menos não foi corretamente conduzida.

A proposta não foi aceita pela grande maioria contatada, proprietários ou não. Os fatores que levaram à recusa julgamos serem os seguintes: medo de contrair dívidas; desconfiança da proposta (alguns comentavam na rua que isso era 'uma fria' e que depois o padre iria ficar com as terras); não se querer envolver num trabalho comum porque cerceia a liberdade individual; os proprietários não receberem nada pelo uso da terra; os não proprietários imaginarem que, com seu trabalho, só estariam contribuindo para beneficiar a terra do proprietário e etc." (ESTERCI, 1984:40/2)

Os projetos agropecuários e os escândalos dos incentivos fiscais da SUDAM

Um grande número de empresas agropecuárias, passaram a implantar projetos agropecuários na Amazônia. Foram mais de 580 projetos, cuja maioria, aparece concentrada na região do Araguaia mato-grossense, paraense e do atual estado de Tocantins. Aliás, são os estados de Mato Grosso e Pará os principais em número de projetos agropecuários incentivados pela SUDAM, mais de quatrocentos, ou 72% do total. Depois aparece a porção leste do Pará (área de Paragominas), e, com menor incidência, o Amazonas, na área próxima a Manaus, em direção a Roraima e ao Pará. A distribuição espacial dos projetos incentivados pela SUDAM mostra claramente que a região do Araguaia mato-grossense, corresponde a uma das áreas de maior concentração destes projetos agropecuários.

O quadro referente à distribuição espacial dos projetos agropecuários na Amazônia Legal, era o seguinte:

Quadro 11
Distribuição do projetos aprovados pela SUDAM

Pará:	212 -	37%
Mato Grosso:	207 -	35%
Goiás:	52 -	9%
Amapá:	29 -	5%
Maranhão:	24 -	4%
Amazonas:	22 -	4%
Acre:	18 -	3%
Rondônia:	11 -	2%
Roraima:	<u>6 -</u>	<u>1%</u>
TOTAL:	581 -	100%

O total dos projetos incentivados pela SUDAM foi de 947 projetos, distribuídos entre os vários setores da economia da seguinte forma: 581 agropecuários, 40 agroindustriais, 274 industriais, e 274 projetos no setor de serviços. Desses projetos, a SUDAM registrava, no final da década de 80, 166 implantados (25%), sendo 94 agropecuários e agroindustriais, e 72 industriais e de serviços, sendo que cerca de 71% estavam em implantação e 4% haviam sido cancelados.

Estes incentivos fiscais significaram um total de 62.061.540 OTN (Obrigações do Tesouro Nacional), mais ou menos 15 bilhões de cruzados de maio de 1987. Os 4% dos projetos já cancelados significaram um prejuízo ao Tesouro Nacional de mais de um bilhão de cruzados, ou seja, 4.552.053 OTN. Isto tudo em valores históricos, ou seja, cruzeiros da época em que o incentivo foi concedido.

A questão referente aos incentivos, e que redundou num grande escândalo, tem origem na legislação a respeito do assunto que, até 1984, dizia que todos aqueles projetos que não cumprissem com as normas poderiam ser cancelados. Quando isso ocorresse, os responsáveis deveriam ressarcir o Tesouro Nacional pelos valores históricos, ou seja, a mesma quantia de dinheiro recebida através dos incentivos. Isto equivale dizer que não era imputada aos "golpistas" ou "falsários" a correção monetária sobre os valores incentivados.

Foi por esta razão, que a maioria dos grandes grupos econômicos, nacionais ou estrangeiros, criou suas agropecuárias, pois dessa forma podiam descarregar/desviar dinheiro do imposto de renda que deveria ser recebido pelo governo.

Na região do Araguaia mato-grossense, entre as empresas que tiveram seus projetos cancelados pela SUDAM, (e diga-se de passagem, nenhum proprietário desses projetos foi processado pela Procuradoria Geral da República) estão grupos nacionais e internacionais. Um caso que ganhou a imprensa de Mato Grosso pela sua ousadia foi o da DRURY'S Amazônica S/A - agroindústria que recebeu incentivo fiscal para implantar um projeto para produção de destilado de milho em Barra do Garça (MT), e que, pronto desde 1978, praticamente nunca entrou em funcionamento. A SUDAM, em 27/09/84, através da Resolução nº 6047, cancelou o projeto. Esta empresa pertence à multinacional norte-americana HEUBLEIN INC., do grupo I. R. REYNOLDS Industries. (CORREIO DE MATO GROSSO, n. 118, 1985:8/9)

Outro escândalo famoso, em Barra do Garça, de projeto implantado e que durante muitos anos não entrou em funcionamento, é o caso do Frigorífico SUDANISA, pertencente ao Frigorífico Três Passos do Rio Grande do Sul. Ele também ficou pronto em 1978 e até meados da década de 80, não havia entrado em funcionamento; e no final dos anos 80 foi vendido para a SADIA-OESTE, estando atualmente em funcionamento.

Mas, entre os projetos megalomaníacos, e que nunca foi implantado, está o da Agropecuária Suiá-Missu em São Félix do Araguaia.

Este projeto aprovado pela SUDAM desde 1966, foi vendido para o grupo multinacional italiano LIQUIFARM em 1972. Ele previa a construção de duas cidades: Liquilândia e Suiá. Em Suiá, seriam construídos um grande frigorífico e um aeroporto de porte internacional, por onde se escoaria a produção de carne do projeto para a Itália. Nada foi feito. Onde deveria localizar-se Liquilândia existe apenas um curral, e onde deveria localizar-se Suiá, está apenas a sede da fazenda. (AMAZONIA nº 26, 1975:8)

A área ocupada pelos projetos agropecuários e agroindustriais na Amazônia Legal como um todo foi de mais de 9 milhões de hectares, sendo que a média da área desses projetos era de 7 mil ha no Amazonas, 14 mil ha em Tocantins, 16,3 mil ha no Pará e 31,4 mil ha em Mato Grosso. O Mato Grosso, portanto, teve os maiores projetos em extensão, aprovados pela SUDAM.

O objetivo principal desses projetos era aumentar o rebanho bovino em 6,2 milhões de cabeças, criando para tal, um total de 36.600 empregos. A relação de bovino por área ocupada é em média de 1,5 por hectare, enquanto a média de trabalhador por área ocupada é de 1 trabalhador para cada 250 ha.

A apropriação da terra para a "pata do boi" foi sem dúvida alguma, o objetivo fundamental desses projetos agropecuários e agroindustriais na Amazônia.

A expansão pecuária no Araguaia mato-grossense

A implantação dos projetos agropecuários obedeceu a uma lógica ditada pelos mecanismos de acesso à terra. Em primeiro lugar, a terra estava ocupada que pelos índios, quer pelos posseiros. Portanto, quando os latifundiários chegavam para formar as fazendas, "descobriam" que a terra estava ocupada. Isto ocorria porque, o processo de obtenção da terra estava estribado na grilagem legalizada. Por esse expediente, aquele que se dizia proprietário, tinha obtido o título de propriedade, sem nunca ter pisado nas terras. O encontro com posseiros ou índio, significava que o conflito nascia da burla contínua da lei por quem, muitas vezes deveria cumpri-la sempre. A alternativa seguida passava ser então a violência. Inicialmente com o intuito de assustar, depois como necessidade "imperiosa" da sobredeterminação da propriedade privada da terra.

Nas décadas de 60, 70 e 80, uma importante frente de expansão de fazendas de gado formou-se nos municípios de Barra do Garça, São Félix do Araguaia e Luciara, no Mato Grosso. Como já se registrou, durante quase um século, essa imensa região, entre os rios Araguaia e Xingu, esteve praticamente fechada à expansão da colonização brasileira devido principalmente aos ataques dos índios Xavante. Depois de sua pacificação em 1946, uma corrente constante de posseiros deslocou-se para a área. A construção da Belém-Brasília acelerou essa onda de migração interna e, a partir da década de 60, grandes empresas do Centro-Sul do Brasil começaram a requerer terras na região, no programa de incentivos fiscais da SUDAM. No início da década de 70, viviam em Barra do Garça, São Félix do Araguaia e Luciara, mais de 60 mil pessoas, na maioria posseiros, trabalhadores agrícolas, e remanescentes das tribos Xavante, Carajá e Tapirapé.

Em 1970, essa parte de Mato Grosso se tornou uma das maiores áreas de concentração de projetos agropecuários do Brasil. No Sul do país, por exemplo, o tamanho médio das fazendas de gado era de 800 a 900 hectares de terra, e a maior fazenda cobria apenas 6 mil hectares. Em São Félix do Araguaia, somente a imensa fazenda Suiá-Missu cobria 695.843 hectares. (SMITH, 1971 e REALIDADE, 1971)

Entre 1966 e 1970, a SUDAM aprovou 66 projetos agroindustriais nos municípios de Barra do Garças, São Félix do Araguaia e Luciara (**quadro 12**). Entre os investidores nessa área estavam a maior empresa do setor frigorífico do Brasil, a BORDON, o proprietário da maior companhia de ônibus de São Paulo, o presidente do Banco Nacional de Minas Gerais, a grande empresa do setor comercial Eletroradiobrás, e David Nasser, um dos repórteres mais conhecidos do Brasil. No final de 1970, o montante de incentivos fiscais investidos apenas nesses municípios totalizavam perto de 300 milhões de cruzeiros.

Sob pressão dos agropecuaristas, o Governo construiu duas novas estradas cortando a parte Norte da região, uma das quais atravessava a porção norte do Parque Nacional do Xingu (BR-080). Na época dessa verdadeira invasão, um dos fazendeiros declarou à imprensa, referindo-se às pastagens potencialmente ricas da área, que o Parque Nacional do Xingu era o "filé mignon" do Brasil. (DAVIS, 1978)

A expansão da área de pastagens plantadas na região do Araguaia mato-grossense passou de 27.000 ha em 1960 para 161.700 ha em 1970, e alcançou 1.157.800 ha em 1980. Os últimos dados de 1990

informavam que a área total com pastagens plantadas era de 1.500.000 ha. Essa área com pastos plantados é bem inferior aos índices previstos nos projetos agropecuários, o que demonstra que muitos não realizaram seus investimentos na região.

Quanto aos dados do município de São Félix do Araguaia, tínhamos em 1970 uma área total de pastagens plantadas de 34.000 ha. Na década de 70, período de maior implantação dos projetos agropecuários passou em 1980 para 361.000 ha, que foram reduzidas em 1985, para 257.000 ha e para 240.000 ha em 1990. Essa diminuição demonstra que a pecuária no município, apresenta um comportamento oposto àquele em relação aos demais da região.

O rebanho bovino por sua vez, em 1970, no Araguaia mato-grossense (municípios de Barra do Garça e Luciara) era de 206.000 cabeças, o que representava 10% do rebanho total do estado (1.953.000). Em 1975, este rebanho regional chegou a 493.000 cabeças, ou seja, 15% do total do estado. Em 1980, passou para 1.091.000 cabeças, ou 21% do total. Em 1985, alcançou 1.345.000 cabeças, ou 21% do total. Em 1990, o rebanho já era de 1.958.000 cabeças, ou 22% do total.

Quadro 12
Projetos de pecuária aprovados pela SUDAM no Araguaia mato-grossense

Nome da fazenda (Cr\$)	Área aproximada (ha)	Incentivos fiscais
Agropecuária Suiá-Missu	695.843	7.878.000
Cia. de Desenvolvimento do Araguaia (CODEARA)	196.497	16.066.900
Agropecuária do Araguaia (AGROPASA)	48.165	7.122.208
Tapiraguaia Agrícola e Pecuária	21.923	2.519.404
Colonização e Representação do Brasil (COREBRASA)	52.272	3.130.000
Agropecuária São Francisco do Xingu	21.000	3.921.364
Agropecuária Guanabara	25.800	4.398.889
Agropecuária São José	19.915	4.960.318
Agropecuária "Santa Rosa"	19.360	3.968.033
Agro-Pastoril Nova Patrocínio ("Fazenda Porta da Amazônia")	26.817	3.083.467
Agropecuária Tapirapé ("Fazenda Tapirapé")	27.614	3.109.694
Buritizal Agropecuária	30.621	3.939.638
Porto Velho Agropecuária	49.994	6.193.496
Agropecuária Foltran	13.741	3.319.720
Agropecuária "Três Marias"	20.000	3.505.768
Tabaju Agropecuária	19.931	3.019.474
Urupianga Agropecuária	50.468	6.573.321
Rancho Santo Antônio	21.780	4.788.884
Pastoral Agro Pecuária Couto Magalhães	50.176	2.451.662
Agro Pecuária Duas Âncoras	23.005	4.191.575
Agro Pecuária "7 de Setembro Ltda."	18.582	2.025.620
Agro Pecuária Médio Araguaia (AGROPEMA)	11.370	1.487.426

_Quadro 12 (continuação)

Nome da fazenda (Cr\$)	Área aproximada (ha)	Incentivos fiscais
Cia. Agro Pastoral Sul da Amazônia	24.200	4.288.877
Joaçaba Agropecuária	9.744	1.417.255
Cia. Desenvolvimento Agropecuário de Mato Grosso (CODEMA)	26.824	2.342.725
Empresa Agropecuária Ema	8.952	1.514.838
Agropecuária Alvorada Mato-grossense (APAME)	29.703	4.332.496
Santa Luzia Agropecuária	4.930	1.959.037
União Gaúcha Colonizadora Agropecuária (SOGUACHA)	26.300	5.247.075
Fazenda Tanguro Agropecuária	33.562	2.149.072
Agropecuária Santa Silvia	39.574	3.028.000
Fazenda Nova Viena	29.503	4.718.377
Sociedade Agropecuária do Vale do Araguaia (SAPEVA)	72.567	6.208.686
Agropecuária Califórnia Comércio e Indústria (AGROINSA)	29.831	3.142.165
Agropecuária Duas Pontes	--	812.719
Agropecuária Nova Amazônia (FRENOVA)	--	4.872.318
Agropecuária Cocal	--....	4.235.909
Curuá Agropecuária	9.455	1.432.258
Noidori Agropecuária	--...	2.663.771
Elagro Pecuária	29.446	6.459.426
Pabreulândia Agro-Pastoral do Brasil Central	--	1.913.721
Nativa Agropecuária	--	1.593.654
Fazenda Nova Kênia	--	2.115.148
Agropecuária Brasil Novo	27.905	6.010.081
Agropecuária Planalto (AGROPLASA)	--	4.405.941
Agropastoral Barra do Garças	9.998	4.784.430
Agropecuária Tamakavy	24.999	5.144.623
Agropecuária Roncador	24.251	5.379.188
Agropecuária Colorado	5.413	1.526.140
Fazendas Associadas do Araguaia (FAASA)	10.000	1.413.288
Agropecuária São João da Liberdade	--	6.213.140
Agropecuária Rio Manso	--	2.307.809
Cia. Agrícola e Pastoral S. Judas Tadeu	--	5.955.380
Rio Fontoura Agropecuária	14.864	3.754.920
Tracajá Agropecuária	29.880	3.798.133
Independência Agropecuária	--	1.460.546
Sociedade Agropecuária Brasil Central	31.110	3.729.142
Agropecuária Tatuibi	19.936	5.973.970
Norte Pastoral Mato-grossense	--	5.881.454
Companhia Agropecuária Sete Barras	19.360	6.320.477
Companhia de Desenvolvimento Garapu (CODESGA)	9.000	3.207.265
Agropastoral Campo Verde	64.819	6.565.129
Companhia Agropastoral Aruanã (CIAGRA)	--	5.975.784
Colonizadora e Representações Brasileiras (COLBRASA)	24.969	6.774.833
Agropecuária Bela Vista	36.125	4.390.924
Agropecuária Remanso Açú	--	2.989.015

Fonte: SUDAM

O conjunto dos projetos agropecuários aprovados pela SUDAM, para o estado de Mato Grosso, tinha para 1985 a previsão de se

alcançar um total de 3.745.000 cabeças de gado bovino, distribuídos por uma área também total de 5.180.070 ha, portanto, uma distribuição média de um boi para cada 1,4 hectare. Entretanto, a soma total do rebanho em toda a região do norte de Mato Grosso, onde está a maioria dos projetos agropecuários que receberam incentivos fiscais, chegou em 1985 a apenas 2.390.000 cabeças, ou seja, 64% do previsto. Nem mesmo, em 1990, o rebanho total do norte mato-grossense em geral, chegou à previsão da SUDAM de 1985, pois alcançou 3.617.000 de cabeças. É verdade, no entanto, que a grande região norte mato-grossense era responsável por 41% do rebanho bovino do estado em 1990.

Já o município de São Félix do Araguaia, em 1980, tinha um rebanho bovino de 341.000 cabeças, passando em 1985 para 264.000 cabeças, e em 1990 para 283.000 cabeças. Como se pode observar, a expansão da pecuária no município de São Félix do Araguaia, não tem correspondência com o crescimento da região do Araguaia e muito menos com relação ao total do norte do estado e mesmo do total geral de Mato Grosso. Senão vejamos, enquanto que o crescimento do rebanho total do estado de Mato Grosso entre 1980 e 1990 foi de 67%, da região norte mato-grossense foi de 113% e da região do Araguaia mato-grossense foi de 79%, o município de São Félix do Araguaia conheceu um decréscimo em seu rebanho bovino de 17%. Estes dados são testemunha de um quadro de decadência desses grandes projetos agropecuários, que na realidade, tinham como objetivo fundamental a isenção fiscal e não a atividade econômica propriamente dita da pecuária de corte.

Este fato tem feito com que grandes empresas do Centro Sul vendam seus projetos agropecuários na Amazônia, como são os casos da Volkswagen no sul do Pará, e da Agropecuária Suiá-Missu do grupo Liquifarm em São Félix do Araguaia. Ou então, abrem projetos de colonização, retalhando a terra para revender (a preços sempre mais altos) para os colonos de outras regiões do Brasil.

O registro desses fatos por aqueles que os viveram, bem define o processo ocorrido, quer em texto, quer em versos populares:

"Os posseiros 'amansaram os gerais', há exemplo, os empresários diziam que 'amansavam a Amazônia': construíam estradas, demarcavam divisas de fazendas, expulsavam posseiros e dizimavam tribos de índios.

E o pasto? E o gado?

É inegável que foram produzidos; os dados sobre a devastação da floresta amazônica demonstram isso. Mas foi uma produção bem aquém das metas

estabelecidas. Na maioria das fazendas, de milhares de hectares, não chega a 10% a terra beneficiada.

“Os tubarões estão querendo
a terra para revender.
Eles querem fazer comércio
não plantam nem para comer.
Eu quero avisar
para todo mundo olhar
que é para conhecer.
As fazendas dos tubarões
nem uma delas presta.
Eles não plantam nada
só estão queimando a floresta.
Quem quiser saber do certo
venha olhar de perto
que a história é certa.”

(Zé das Trovas, lavrador da Prelazia de São Félix do Araguaia MT- in CEDI, 1983:12).

Por outro lado, o dinheiro dos incentivos fiscais acabou por ser destinado à implantação das agropecuárias, no custeio do jagunçado, e por fim, a menor parte, na pecuária para criação de apenas, uma parte do gado previsto nos projetos. A maior parte, foi desviada pelos empresários para suas empresas localizadas no Centro Sul do país.

Como não estavam destinados à atividade produtiva, uma parte destes latifúndios foram destinados à abertura de projetos de colonização. Foram divididos em pequenos lotes, e vendidos aos camponeses oriundos do Sul e Sudeste do país. Assim, novamente na história do Brasil, os camponeses amansam as terras, mas o dinheiro saiu dos financiamentos veio do não pagamento dos impostos. Os colonos em meio a toda sorte de dificuldades, passam a enfrentar os problemas das distâncias dos mercados. Os empresários que “aplicaram” nos projetos agropecuários ao contrário, não têm que se preocupar com a lucratividade da pecuária, pois o “lucro” vem da não aplicação do dinheiro, e sua destinação a outras funções.

As relações de produção e de trabalho nos projetos agropecuários

A região do Araguaia, o Mato Grosso e a Amazônia Legal como um todo, a partir da década de 60, passou a conhecer um novo processo de ocupação. A frente de expansão que caracterizava a maior parte de seu território, composta basicamente de posseiros provenientes de Goiás e de estados do Nordeste, passou a ter que compartilhar a presença de um novo personagem social. Não se tratava da vinda de apenas dos latifundiários tradicionais, mas os novos personagens sociais, que caracterizavam a nova frente, a pioneira, a capitalista propriamente dita, se constituíam de empresários do Centro Sul, grupos econômicos nacionais e/ou multinacionais. Esta ocupação representou uma expansão acelerada do capitalismo na região, através de projetos vultosos para o estabelecimento de projetos agropecuários. Linhas de crédito foram fornecidas pelo governo chegando a cobrir em muitos casos, até 70% do capital das empresas, através da política de incentivos fiscais da SUDAM, além da isenção de impostos e outras vantagens fiscais. Como contrapartida, as empresas agropecuárias e agroindustriais teriam um conjunto de deveres e obrigações tais como: ampliação e criação de novos empregos na região; formação de pastagens e criação de um determinado número de cabeças de gado, em prazo pré-estabelecido, no geral de 10 anos; e a construção de obras de infraestrutura para possibilitar o desenvolvimento regional.

Entretanto, a maior parte dessas co-responsabilidades ficaram apenas no papel. O que ocorreu de fato, salvo raras exceções, foi apenas e tão somente a ocupação das terras. A apropriação privada, através da grilagem legalizada, das terras indígenas e dos posseiros.

Na implantação desses projetos agropecuários os trabalhos foram realizados, em grande parte, pelos peões. Estes eram constituídos por trabalhadores vindos dos estados de Goiás, e do Nordeste. Vinham trabalhar nas empresas agropecuárias com a promessa de receberem salários e outras vantagens. Mas, de fato nunca conseguiam ver este dinheiro. Tratava-se pois, de uma relação de trabalho baseada na peonagem, ou seja, o trabalhador é contratado por um salário mas nunca chega a recebê-lo, pois desde a saída de seu lugar de origem, ele passa a contrair um dívida com o empreiteiro de mão-de-obra (o gato) que o contrata. Assim, na maioria das vezes, não consegue saldar esta dívida, ficando "preso" ao empreiteiro.

A contratação dos peões acontece obedecendo toda uma lógica interna dos projetos agropecuários. Em primeiro lugar, os proprietários ou administradores das empresas agropecuárias, que em geral têm suas sedes nas grandes cidades do Centro Sul do país, tomam a decisão de abrir uma determinada área de mata para formar pastagem. Em seguida, comunicam-se, também em geral por rádio, com o gerente da fazenda, que por sua vez informa o empreiteiro geral, colocando-o a par da decisão e encarregando-o de tomar as medidas necessárias. O empreiteiro geral procura então espalhar pelos povoados que "a fazenda tal vai tocar uma derrubada". Os primeiros interessados que procuram a sede da fazenda são os gatos, ou seja, os empreiteiros de mão-de-obra que vão tratar o preço e as condições para a execução do trabalho. Em geral, esses gatos já prestaram serviços anteriormente na fazenda ou então, são apresentados por pessoas conhecidas do empreiteiro geral ou do gerente da fazenda. São os gatos que vão se incumbir de recrutar os peões para trabalharem nas fazendas. Eles dirigiam-se então para os estados nordestinos, ou para Goiás e passavam a contratar os trabalhadores através de um grande número de vantagens. Os trabalhadores, em geral acabam acreditando em tudo o que é prometido, pois no Brasil, a legislação trabalhista praticamente ainda não chegou ao campo (embora haja leis desde 1962). Muitas são as histórias da trajetória desses peões de suas áreas de origem até os projetos agropecuários:

“Raimundo Cabeça nasceu às margens do Rio Itaueira, Município de Floriano, Piauí. Pequeno ainda percorreu com a família dois Estados: Maranhão e Goiás. Depois do sítio pronto, fruteiras dando frutos, chegaram os tubarões e a família saiu atrás de novos gerais, "caçando melhora". Raimundo está com 20 anos atualmente. Desde que se entendeu por gente começou a ajudar o pai na roça. Mas o que gostava mesmo era de vaqueirar. Nunca teve oportunidade de estudo e o jeito foi pegar na enxada. Depois passou a comprar relógios e revender. Em seguida partiu para gambiar: comprava, trocava ou vendia qualquer tipo de objeto - radiola, pulseira, camisa. De vez em quando voltava para a roça, em Goiás, onde o pai tem uma posse e algumas cabeças de gado. Fazia planos de sair para longe, ganhar muito dinheiro e um dia voltar com muita grana.

Tem um primo que há dois anos está no Pará trabalhando em fazendas.

Uma notícia que veio de lá, é que ele está bamburrando. Zé Piu, um companheiro seu, veio lhe avisar que tinha um empreiteiro na currutela, pegando gente para trabalhar em Mato Grosso, para fazer derrubada na mata. O serviço é maneiro e em dois meses o freguês tira uma boa bolada. Viagem, doença, tudo por conta da fazenda, que tem até hospital.

Para muitos, o convívio com a violência começa nos caminhos que os levam para as fazendas:

Sr. Supriano tem aproximadamente 40 anos. Recebeu dois mil cruzeiros que deixou com a família, mulher e 8 filhos, para fazer as despesas, enquanto vai se defender por outro meio. É o jeito. A situação está tão difícil - é arrendatário. Bota

roça na meia, na fazenda do patrão. E ainda por cima, tem que semear o capim. O gato tinha dito que a fazenda era perto, na divisa com Goiás. Já viajam há 5 dias. Viagem dura e custosa. O que ninguém está gostando é da brutalidade do gato e de seus bate-paus não perdem oportunidade para demonstrar que estão armados. Dois revólveres 38 e um Schimit 22. Pedro Maxirimba, que já foi inclusive professor, comenta que na derradeira pensão onde comeram, o dono lhe disse que iam "entrar em boca quente". Voltar agora, será que vale a pena? Com fé em Deus tudo vai dar certo. Talvez o dono da pensão esteja exagerando. (CEDI, 1983:14/15)

Segundo a Prelazia de São Félix, nas fazendas de pecuária de corte o número de trabalhadores permanentes para o seu funcionamento normal é muito pequeno. Por exemplo, uma propriedade de 50.000 ha com 15.000 ha de pasto formado, que tem uma média 10.000 cabeças de gado, utiliza em suas diferentes atividades mais ou menos 50 trabalhadores. Para cuidar do gado mantém duas dezenas de vaqueiros. Outra dezena de pessoas para fazerem pequenos consertos, construções e para cuidar da serraria, do armazém e da pensão. Alguns funcionários para a gerência e administração, e um pequeno número de operadores de tratores e máquinas, mais o farmacêutico, o professor e o mecânico. Além é óbvio, das respectivas famílias dos trabalhadores, quando as têm.

Os peões, por sua vez vão formar o conjunto dos trabalhadores temporários nos projetos agropecuários da Amazônia Legal. Seu trabalho será requisitado principalmente, na implantação das fazendas, na formação das pastagens, e em sua limpeza.

As relações de produção

Em geral, segundo o estudo publicado pelo CEDI, a formação de uma agropecuária inicia-se com a presença de um grupo reduzido de peões, que ajudam os técnicos que fazem o levantamento da divisas (o topógrafo ou um agrimensor). O trabalho dos peões consiste em fazer as picadas para a demarcação da fazenda. A picada é a limpeza de uma trilha feita na mata seguindo o balizamento das divisas ou demarcações de lotes. Neste trabalho os peões utilizam como instrumentos de trabalho a foice, o machado e o facão. Na região de São Félix do Araguaia existem dois tipos distintos de picada. Quando se trata da limpeza de uma faixa de mais ou menos 5 ou 10 metros de largura, denominam de picadão, em geral, é utilizada para a construção de cercas ou estradas. Já quando, a faixa desmatada tem entre meio e um metro de largura, chamam-na de picadinha.

Esta por sua vez, é feita para balizar o picadão ou para lotear a derrubada e a juquirá.

Realizados estes primeiros trabalhos, vão fazer outras aberturas na mata para a construção do campo de pouso e algumas casas da sede da fazenda. Esta etapa da formação das agropecuárias denomina-se abrir serviço. Em seguida passam a fazer as picadinhas para dividir a área da fazenda lotes. Assim, a propriedade fica preparada para a contratação das derrubadas.

A derrubada é a limpeza de uma área de mata para posteriormente se plantar capim. Este trabalho divide-se em duas etapas: primeiro corta-se com a foice o mato mais fino; depois se faz a derrubada das árvores com o machado ou com a moto-serra, ou mesmo outros instrumentos como correntão (correntes de algumas toneladas puxadas por dois tratores que trabalham em paralelo), ou por grandes tratores de esteira, etc. ... Após a derrubada, espera-se no mínimo um mês o mato secar, para a posterior queimada. Depois da queimada, semeia-se capim (em geral o colômbio, ou a braqueara) que formará o pasto.

A derrubada é um serviço duro e pesado, e pode ser de três tipos. A derrubada do cerrado que em geral não é serviço feito pelos peões, pois as fazendas preferem fazê-lo com tratores especiais. Nesses casos, a derrubada para os peões se restringe a locais onde os tratores não podem entrar como, por exemplo, na beira de córregos, em solo alagadiço, em áreas de muita declividade, etc. ...O aparadão ou aparado é a derrubada da mata onde tudo é cortado, deixando-se apenas, (muitas vezes nem sempre) as árvores proibidas de derrubar, ou algumas madeiras de lei. O aparadão é uma derrubada total e o capim é em geral, semeado de avião. Costuma-se deixar, de 500 em 500 hectares, faixas de 50 metros de mata. Já o raliadão ou raliado, ao contrário do aparadão, deixa-se certa quantidade de árvores sem derrubar, esparsas pelo pasto.

As derrubadas da mata variam de agropecuária para agropecuária. A área a ser desmatada em geral, é variada, por exemplo, pode ser de 500, 2.000 ou até mesmo 15.000 hectares de uma só vez, como foi o caso da Fazenda Pará, que envolveu cerca de três mil peões. Portanto, uma vez tomada a decisão sobre a área a ser desmatada, são contratados os técnicos que vão locar e demarcar os lotes de mata a serem derrubados. Estes lotes, via de regra, têm uma área de 25 hectares, mas podem ser de 10 ou 50 hectares. Os técnicos fazem o mapeamento da área e dos lotes, que

são numerados. Completado este trabalho as áreas de mata da fazenda estão prontas para serem derrubadas.

Inicia-se, então, o processo de contratação das derrubadas pelos empreiteiros (os gatos). Estes passam a disputar a escolher os melhores lotes, em função do tipo de mata e das distâncias com relação à sede da fazenda, pois terão que abastecer com alimentação os peões no local de serviço. Para uma derrubada de 500 hectares, por exemplo, são contratados cerca de 100 homens. As turmas de peões em geral, fazem seus barracos próximo a lugares onde tem água. Muitas vezes, estes barracos improvisados (cobertos de lona de plástico ou folha de banana brava, ou babaçu) situam-se longe do local do serviço da derrubada, o que os obriga a andar quilômetros entre um lugar e outro. Um dos peões contratados faz as tarefas de cozinheiro da turma, e cuida de levar a comida até o lugar do serviço. Às vezes, um outro peão ao auxilia e encarrega-se de transportar a comida, é chamado de boieiro. O pagamento do serviço de derrubada é feito por hectares de mata tombada.

Em geral, de janeiro a junho são realizadas as derrubadas de mata, e no mês de agosto, como o mato já está ressecado é feita a queimada. Em seguida, por sobre as cinzas, semeia-se o capim, que receberá as primeiras chuvas denominadas de inverno. É comum na região do Araguaia, utilizar na formação das pastagens vários tipos de capim. O capim mais usado é o colômbio, pois é considerado como aquele de melhor qualidade e próprio para solos de mata). Entre os demais tipos usados está a braqueara, o jaraguá (considerado como de qualidade inferior) e o gordura (que é pouco empregado). Para semear o capim, pode-se empregar processos diferentes. Por exemplo, pode ser semeado manualmente. Neste caso, o peão utiliza um saco a tiracolo e joga as sementes manualmente, é denominado de capim jogado. Por este tipo de trabalho o peão ganha por quilo de capim semeado, mas, em muitos casos as fazendas pagam pelo rendimento do capim nascido. Outro sistema utilizado é aquele em se planta o capim. Neste caso, em primeiro lugar, é feito o plantio da semente em uma área previamente selecionada, e dela transplantam-se com o uso da enxada, espaçadamente, as mudas. É chamado de capim de muda. O capim pode ser também, semeado de avião, forma que é muitas vezes, preferido pela rapidez da atividade. A forma de pagamento deste tipo de trabalho também é feito por área formada.

O fechamento dos pastos com cercas só é feito depois dos mesmos estarem formados, exceto aquelas que demarcam os limites da

fazenda. Na construção das cercas, apresentam-se três tipos de serviços: fazer picadas, tirar lascas para a cerca, e fazer a cerca propriamente dita, já com todo o material no local. Em geral, o trabalho de tirar lascas e mourões para as cercas, constitui-se em um serviço distinto e anterior à construção propriamente dita, das cercas e requer a contratação de uma empreitada particular. Nela, em geral, utiliza-se apenas o machado e ou a moto-serra. Quando a fazenda faz a empreitada da construção de cercas, ela encarrega-se de fazer através de outra empreitada o picadão, e de colocar no mesmo, o arame, os mourões e as lascas. As cercas, de arame farpado ou liso, são feitas com o emprego de cavadeiras, carretilha e ferramentas para prender e cortar o arame. Depois de prontas, fazem-se também os aceiros, que é a limpeza de uma faixa de um a dois metros de largura em cada lado da cerca, feita com o emprego de facão, foice e enxada. Os aceiros são faixas de segurança quando das queimadas de pasto. A remuneração pelo trabalho de feitura das cercas é feita de formas distintas, já que a tiração de lascas é paga por quantidade e os serviços de feitura da cerca propriamente dita são pagos por quilômetros construídos.

Com o pasto formado e com o passar do tempo, nascem nos mesmos a juquirá, que é a vegetação natural nascida no meio do capim, e que não é comida pelo gado. O gado, quando vai comer o capim, pisoteia parte da juquirá. Mas quando esta fica adensada, tem que ser feita a limpeza da juquirá. Este trabalho consiste em roçar (com foice) o mato, às vezes denso, que cresce com o capim nos pastos. Depois de roçada a juquirá queima-se novamente o pasto, e o capim renasce. Costuma-se dizer que com duas ou três juquirás, o pasto fica finalmente, formado, precisando apenas de algumas limpezas de tempos em tempos. No Araguaia existem também, diversos tipos e preços do trabalho de juquirá. Utiliza-se, por exemplo, e denominação juquirinha ou juquirá baixa, quando o mato é pouco, ou de juquirão ou juquirá fechada, quando o mato é de 2 ou 3 anos. A remuneração pelo trabalho da juquirá também é pago por hectare de área trabalhada. Quando nascem nos pastos ervas daninhas que podem envenenar o gado, as fazendas empregam também os peões para a extração dessas ervas. Elas são arrancadas manualmente ou através de enxadão ou enxada e a remuneração pelo trabalho é feita pela quantidade de pés arrancados ou por hectare. Algumas fazendas também empregam peões para colheita de sementes de capim, sendo o pagamento feito por quilo de sementes colhidas. É comum, as agropecuárias fazerem plantações de milho

e arroz para o consumo próprio, empregando-se nestes casos, os peões no plantio, colheita e ensacamento desses produtos.

As relações de trabalho

Ainda segundo o trabalho da Prelazia de São Félix, nas empresas agropecuárias existem dois tipos de remuneração dos trabalhadores. Aqueles que recebem por um período de tempo (em geral mensal) de realização de um trabalho, são os mensalistas. E aqueles que recebem por produção e são correspondentes ao chamado regime de empreitada.

Os trabalhadores mensalistas são contratados com carteira assinada e em tese, são amparados pela legislação trabalhista e pela legislação previdenciária rural gozando dos direitos a férias, décimo terceiro salário, indenização, aposentadoria, pensão, auxílio funeral, assistência médica, serviço social etc. Caso a empresa não cumpra a legislação em vigor, eles podem recorrer à Justiça do Trabalho, para fazer valer o cumprimento de seus direitos.

Entre os trabalhadores contratados como mensalistas está o gerente ou administrador geral, que exerce o papel central de administrar a agropecuária, segundo a orientação recebida da diretoria da empresa. Faz os contratos de trabalho, executa os despachos gerais, é responsável pelo dinheiro, distribui serviços e também os fiscaliza. Os impostos e a burocracia referentes à empresa ficam a cargo da diretoria. Outro trabalhador mensalista na fazenda é o contador. Ele faz os pagamentos, cuida da burocracia interna, e substitui o gerente quando necessário. Para auxiliar o gerente e o contador existe o auxiliar de escritório, que executa os serviços de datilografia e opera o rádio de transmissão.

Para cuidar da criação do gado, a fazenda tem o capataz, que é responsável pelo manejo do gado, e como chefe dos vaqueiros, coordena a vacinação e a inseminação artificial. A compra e a venda do gado, no entanto é competência da diretoria da empresa, que muitas vezes, delega esta competência ao gerente. Os vaqueiros compõem o conjunto dos trabalhadores que cuidam diretamente do gado. Eles cuidam de dividir o gado em pastos adequados, tratam das doenças, fazem vacinação e inseminação, a retirada de leite etc. Conforme o porte da fazenda formam pequenos grupos e estão espalhados em retiros.

Ainda entre os trabalhadores mensalistas estão os tratoristas e seus auxiliares. Trabalham com tratores de carreta fazendo transportes internos de mercadorias, material, estacas, arame para cercas etc. Os operadores de máquinas trabalham com motoniveladoras e variantes nas derrubadas de cerrado, limpeza de áreas, abertura de estradas, etc. ... Fora, nos povoados, às vezes, cuidam da compra de mantimentos. Para colaborar com os tratoristas, há os auxiliares, que os ajudam nas tarefas, efetuando carga e descarga de material, manutenção etc.

Na maior parte das agropecuárias, existem também, entre os mensalistas, os operadores de moto-serra. Estes trabalham no corte de madeira-de-lei para serraria e cerca, ou mesmo nas derrubadas de mata. Em geral a moto-serra é de sua propriedade, arcando ele mesmo com despesas de combustível e manutenção. É comum eles possuírem um conjunto de auxiliares, que ajudam nas tarefas de carga e descarga de material, manutenção etc.

Para controlar o trabalho dos peões a fazenda tem o fiscal geral, que fiscaliza e recebe os serviços empreitados pelos gatos (cerca, derrubada, juquirá etc.) e auxilia o gerente na distribuição de serviços aos tratoristas. Outro mensalista que cuida o trabalho dos peões é o empreiteiro geral. Ele é responsável pela distribuição dos serviços aos gatos. Embora seja contratado como mensalista, tira altos ganhos, na medida em que entrega a empreita ao gato a um preço menor que o estabelecido pela fazenda, ficando com a diferença.

Para garantir a peonagem, a fazenda mantém um conjunto de jagunços, que cuidam e formam o aparelho repressor das fazendas. Em geral são profissionais da violência e estão a serviço dos intermediários para possibilitar a super-exploração dos peões. Muitas vezes, aparecem nas fazendas de forma escamoteada, quando podem assumir o papel de "fiscal".

Já os trabalhadores remunerados por produção contratados por empreitada, ficam sujeitos a outro conjunto de relação entre diferentes leis. Porque "a empreitada é contrato de natureza civil. Consiste na execução de determinada obra, mediante pagamento de um preço previamente fixado. O empreiteiro pode contratar outras pessoas para ajudá-lo ou mesmo para realizar todo o serviço". Se o empreiteiro tiver alguma questão pendente com a fazenda, ela é resolvida no Foro Civil.

Do ponto de vista legal, as relações de trabalho contratadas entre o intermediário (gato) e seus empregados (peões), são regidas pela legislação trabalhista e previdenciária. Deve, portanto, o gato pagar aos

peões todos os direitos garantidos por lei como aqueles que têm os mensalistas, tais como férias, décimo-terceiro salário, indenizações, etc. Também, os próprios empreiteiros deveriam ser inscritos no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA).

Entretanto, nos confins dos sertões da Amazônia Legal, como em outras regiões do território brasileiro, pouco ou quase nada da legislação é posta em prática. O que ocorre atualmente, é que os peões acabam sofrendo as consequências da desobrigação trabalhista que a fazenda tem com relação ao gato.

Os gatos, ou empreiteiros cuidam da empreita de serviços que emprega mão-de-obra braçal. Em geral não trabalham na empreita, apenas funcionando como coordenadores das tarefas, fornecendo a assistência necessária para a realização das mesmas, tais como, ferramentas, alimentação, extraordinários (roupa, cigarro e etc.). Os gatos fazem um contrato escrito com a fazenda e se enquadram na categoria de trabalhadores autônomos.

“O peão pode ser caracterizado como aquele trabalhador rural braçal, que na atual situação trabalhista criada pelas empresas latifundiárias, trabalha no regime de empreitada, não tendo nenhum vínculo empregatício com a fazenda, tal como os gatos e os operários de moto-serra.

Os peões podem trabalhar sob dois sistemas de remuneração básicos, com o gato (ou sob subempreitada), ou em sociedade.” (CEDI, 1983:19)

A remuneração do trabalho com o gato é a forma mais comum. Como já descrevemos anteriormente, o empreiteiro geral empreita os serviços com os gatos e estes contratam os peões para executar o trabalho. Eventualmente, aparece mais um intermediário, que subempreita do gato, e que em alguns lugares é chamado de retagato. O gato assina um contrato escrito com a empresa agropecuária, no qual constam as exigências de execução da empreita, prazos, preço etc. É comum constar explicitamente a isenção de assistência médica aos peões, ficando as mesmas, apenas responsáveis pelo tratamento da malária. No entanto, o gato, de sua parte, faz somente um contrato verbal com os peões, sobre as condições de serviço.

“Em geral, distinguem-se dois tipos de contrato. O contrato tipo cativo é aquele em que é tratado um preço por hectare de serviço e os peões arcam com as suas despesas de alimentação, ferramentas e extraordinário. O grupo de peões tem que ter as "tralhas" (panelas, talheres, etc.) de cozinha, e um deles trabalha como cozinheiro. Mas, todas as mercadorias têm que ser compradas do gato, que por sua vez, é o único que tem autorização para comprar no armazém da fazenda. O outro tipo de contrato é

chamado de livre: Como diz o próprio nome, a remuneração do peão é livre de quaisquer despesas. O gato providencia a alimentação e leva a comida ao serviço. O preço do serviço pelo contrato livre é quase sempre a metade do estabelecido pelo contrato cativo. Em geral o gato determina uma certa quantidade de serviço para cada peão realizar, por exemplo, 5 hectares, na derrubada. Estes podem trabalhar individualmente, ou organizarem-se em grupos de 4 ou 6 homens para realizar uma área comum. Esses pequenos grupos de trabalho, tanto no sistema cativo, livre ou sociedade, são chamados de times. Sempre existe um representante do grupo, que é chamado de chefe do time." (CEDI, 1983:19/20)

Quando ocorre a contratação denominada em sociedade, o chefe do time faz o contrato escrito com a fazenda para o qual ele passa a exercer a função de empreiteiro, único, portanto, autorizado a retirar mercadorias, fazer acerto de contas etc. Entretanto, ele também trabalha diretamente na produção. O time faz rodízio para fazer a comida e o saldo é dividido equitativamente, a cada um cabendo pagar os seus extraordinários. Quando as "tralhas" de cozinha são de propriedade de apenas um dos peões, este recebe uma porcentagem adicional.

Em pouquíssimas agropecuárias, pode aparecer o pagamento por diária. Ela é outra forma menos comum de remuneração, pela qual o peão recebe por jornada de trabalho. É um sistema empregado em fim de empreita ou em pequenos serviços.

O aliciamento na contratação dos peões

Anunciada a derrubada e acertada a contratação da empreitada, "inicia-se o processo de recrutamento dos peões. O gato dirige-se ao povoado mais próximo da fazenda, ou aquele patrimônio onde ele está ciente de encontrar muitos peões ou ainda onde ele já tem a praça. Quando a demanda é grande os peões são arrebanhados em outros Estados ou regiões, com a cobertura das empresas.

O número de hectares que o gato pega para tocar serviço depende da experiência acumulada e principalmente do número de homens que ele tem capacidade de coordenar. Há gatos que chegam a supervisionar 200 homens. É claro que nesse caso ele conta com o auxílio de subempreiteiros. Pois bem, um gato precisa de 30 homens e está no povoado. Onde encontrá-los? Os pontos-chave são as pensões. Aí é que se hospeda o peão típico, o chamado peão do trecho. Sozinho no mundo há anos, solteiro ou separado da mulher e filhos, tendo deixado a família no Estado de origem, chega na maioria das vezes atraído por falsas propostas, e vai ficando.

A pensão é a casa onde ele passa a morar, temporariamente, enquanto não retorna às fazendas. Então, os companheiros e mesmo os donos da pensão, têm uma certa afeição para com ele. A pensão se constitui na família que ele não tem. Embora esse acolhimento dos proprietários das pensões, em primeira instância, esteja alicerçado em cima de interesses, nota-se, ainda assim, em muitas pensões, uma forte presença do fator humano. Isto, aliás, leva o peão a se hospedar sempre na mesma pensão.

O gato, às vezes, traz um dinheiro para aliciar o peão: paga sua despesa de pensão ou ainda lhe dá um adiantamento para gastos eventuais antes de partir. É o que se chama de abono. A partir daí o peão se coloca sob as rédeas do gato. ” (CEDI, 1983: 26/27)

"O abono é crucial no estabelecimento da relação, pois cria a dívida e, portanto, garante a imobilização do trabalhador no momento em que outras formas de coerção não têm condições de se exercer. Suponhamos, por exemplo, antes de se deslocar para o local de trabalho, mas, já depois de ter-se comprometido com um intermediário que outro lhe ofereça melhores condições. Nesta situação, só o abono pode restringir suas possibilidades de desistir do compromisso" (ESTERCI, 1979:125)

Além dessas dívidas, contraídas pelo pagamento das despesas da pensão e pelo abono, soma-se as despesas de viagem para a fazenda, que é incluída em seu salário final. As despesas com a sua manutenção durante o tempo que trabalha, também vão para a conta.

É importante ressaltar a importância da pensão como centro de recrutamento.

“A relação que o gato tem com o dono da pensão é decisiva. Dela depende levar ou não os peões. Se o gato paga a dívida de hospedagem e alimentação que o peão contraiu da pensão, ele se "apropria" do peão. Porém, isso não é o mais frequente. Em geral, o gato vem com pouco, ou sem dinheiro para abonar as dívidas dos peões. Ele retira o peão para pagar algum tempo depois. É como se ele comprasse o peão "fiado". Caso o gato não tenha credibilidade frente ao dono da pensão, a transação não se opera. A interferência do peão na transação é secundária, quando não desprezível. ” (CEDI, 1983:27/28)

"O que está em jogo é a perda, por parte do trabalhador, de sua condição de livre possuidor de sua força de trabalho: ele passa, através da dívida, de livre a escravo: de possuidor de uma mercadoria, a mercadoria" (ESTERCI, 1979:123)

Podem ocorrer casos “com determinados gatos ou fazendas, o dono de pensão pode fazer parte da máquina de recrutamento dos peões. Ao mesmo tempo em que um gato está à caça de peões, estes estão à caça dos gatos. Por isso, quando um gato, em geral conhecido, chega a um povoado, ele é logo procurado, muitos lhe implorando para serem levados. Conseguindo um mínimo de homens, após alguns dias, o gato contrata uma camioneta para levá-los até a fazenda. Às vezes o motorista, à semelhança do dono de pensão, ajuda no recrutamento dos peões.

Existem casos ainda em que comerciantes e polícia fazem parte dessa máquina. ” (CEDI, 1983:28)

Outros mecanismos de exploração dos peões

Os peões estão submetidos nas fazendas agropecuárias da Amazônia a um conjunto de mecanismos de exploração. Em geral, a legislação trabalhista e previdenciária não é cumprida pelas empresas. Assim, a evidência de não estar sendo cumprida, já dá uma dimensão da situação dramática em que os peões se encontram.

Quanto aos salários, a legislação diz que o salário contratual é aquele combinado entre o empregador e o empregado, quando este começa a prestar serviços. Nunca poderá ser inferior ao salário mínimo geral e a Lei não fixa limite máximo. Pode haver descontos, desde que o empregador forneça alimentação, habitação ou outras utilidades. Os descontos para os trabalhadores rurais correspondem a 22% em alimentação e 20% em residência.

Entretanto, “se os serviços são melhores remunerados, os salários oferecidos aos peões são totalmente arbitrários. Cada intermediário da empreita ganha o seu quinhão e, por fim, o preço final vai depender de quem oferece o trabalho. Muitos peões não recebem logo após o término do serviço, tendo que ficar esperando vários meses até que a remuneração prometida seja paga. Como as distâncias são grandes, quando se encontram em outras fazendas ou nos povoados, têm que gastar um certo dinheiro na condução para ir até as fazendas receber o que tem direito. Mas em geral, o que muitas vezes encontram é um conjunto de promessas: "O dinheiro ainda não chegou, volte aqui a 15 dias". Muitos deles desistem, pois as despesas com as viagens acabam não compensando.

Quando os peões resolvem ficar esperando pelo pagamento, as despesas de alimentação continuam correndo por sua conta, o que acaba diminuindo o saldo a receber. Nesta situação as fazendas fornecem um vale no qual consta a importância a ser recebida pelo trabalhador. Cientes de que determinados peões preferem ter algum dinheiro o mais imediatamente possível, certos gatos ou funcionários compram o vale desses trabalhadores, pagando um valor inferior ao do vale, muitas vezes, até mesmo a metade do seu valor.

É comum os gatos tirarem os peões da pensão e levá-los para a fazenda sem fornecer informações precisas. Chegando no local de trabalho é que o peão acaba se inteirando do preço e das condições do serviço. Mesmo que o trato não lhe agrade, a desistência se torna difícil devido ao isolamento, às distâncias, ao abono ou à falta de dinheiro para voltar. Muitas vezes acontece o pior aos peões, pois o gato que recebe todo o dinheiro da empreita, foge sem pagar os peões, e as fazendas em geral, procuram se isentar da culpa. Mas a legislação diz exatamente o contrário, ou seja, a fazenda é solidária com a dívida, pois “na subempreitada o empreiteiro principal é responsável solidário com o subempreiteiro pelas obrigações trabalhistas assumidas pelo mesmo. Assim sendo, os empregados do subempreiteiro poderão reclamar contra ele, contra o empreiteiro principal ou contra ambos. Quando o empreiteiro desaparece, os fazendeiros são também culpados, porque deveriam

escolher empreiteiros entre pessoas capazes, economicamente e moralmente, de cumprir suas obrigações. Se o empreiteiro não pode suportar os encargos da empreitada, o que existe, na realidade, é a burla à Lei, reconhecido o fazendeiro como responsável por todos os pagamentos devidos aos trabalhadores. (CEDI, 1983: 22)

Embora esta seja a base legal, o que ocorre é exatamente o contrário, os jagunços cuidam de fazer valer a ordem da fazenda, e os peões não recebem sequer aquilo que por direito tinham: o salário

Quanto a legislação que define a questão do tempo de serviço e os direitos trabalhistas dos peões, a situação é semelhante ao salário. Os peões não recebem nem dos empreiteiros (os gatos) nem das fazendas as gratificações legais (indenização férias, gratificação natalina e aposentadoria por tempo de serviço) referentes aos períodos que trabalham nas fazendas, embora o empreiteiro ou mesmo a fazenda, fossem obrigados a pagá-las

Outra burla à legislação trabalhista em vigor nas fazendas agropecuárias refere-se à duração de trabalho e ao descanso. A lei diz que a

“Duração do trabalho para os trabalhadores braçais é de 8 horas, podendo ser fixada em 6 horas ou menos. Diz também que o trabalho executado além dos limites fixados pela lei ou pela empresa é considerado hora extra. As horas extraordinárias devem ser pagas com um acréscimo sobre o valor da hora normal. Mas, o sistema de empreitada permite não serem observados os seguintes descansos: descanso entre duas jornadas de trabalho, que não pode ser inferior a 11 horas; descanso semanal, que é de 24 horas consecutivas; e o intervalo para repouso e alimentação. Devem ainda, ser observados os costumes e usos da região; repouso remunerado nos dias feriados civis e religiosos, quando nacionais ou municipais, e as férias. ” (CEDI, 1983: 22)

Como no serviço de empreitada, o empreiteiro tem que cumprir um prazo de tempo para a realização do serviço (imposto pela fazenda), ele pressiona os peões para que trabalhem o máximo possível. Aliás, o próprio caráter de remuneração por produção induz a isso.

No que se refere ao fornecimento de mercadorias e o funcionamento do armazém das fazendas, muito embora a legislação proíba a exorbitância nos preços e a obrigação de compra por parte do trabalhador, o que ocorre é a coação. Os textos legais afirmam que a empresa deve entregar as mercadorias a preços razoáveis, considerados em relação aos vigentes na região onde a fazenda está localizada. Considera-se, dessa forma como razoáveis, os preços que não ultrapassam a 10% dos valores dos preços vigentes nas cidades mais próximas. No entanto, há fazendas na região de São Félix do Araguaia, aonde os preços das mercadorias chegam a mais de 300% daqueles cobrados nos povoados.

“Como afirmam os peões, o gato ganha em cima do trabalho deles e nas mercadorias que fornece. Como o empregador é o único autorizado a retirar as mercadorias do armazém, ele impõe um novo acréscimo aos preços. No sistema cativo, o gato ganha nos gêneros de primeira necessidade e nos extraordinários. No sistema livre, a exploração se dá sobre os extraordinários e na qualidade da alimentação.

As despesas com transportes do povoado até as fazendas, embora sejam pagas pelos funcionários da administração, também são debitadas no saldo dos gatos, que por sua vez descontam do salário dos peões. Algumas fazendas aumentam para si essas despesas, mas sempre o transporte de saída é por conta do peão. As fazendas que ficam distantes, ou de precário acesso, chegam a transportar os trabalhadores de avião, fazendo com isso, aumentar ainda mais a dívida dos peões. Na época das chuvas, quando o transporte terrestre chega a ser interrompido a única saída é o avião, o que também, força o peão a continuar trabalhando na fazenda, sujeito às condições que lhe são impostas. (CEDI, 1983: 24/25)

Além desse conjunto de procedimentos que marcam todo sistema de coação dos trabalhadores nas agropecuárias, ocorrem outros mecanismos de exploração mais sutis. Por exemplo, embora a legislação diga que não podem ser descontados dos salários os vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao empregado e utilizados no local de trabalho, para a prestação dos respectivos serviços, os instrumentos de trabalho são comprados pelos peões, assim como roupas de serviço e calçados.

Outra burla ocorre com as medições dos serviços. Entre os serviços mais comuns estão a derrubada e a juquirá, como estes são quase sempre, contratados por medidas finais, que são na maioria das vezes, figuras geométricas irregulares, e como os peões recebem por hectare de área beneficiada, não têm como medir e calcular o salário correto a receber. Na realidade, o que acontece é o roubo na medição, erro intencional nas contas e um método aproximado de cálculo de área, amplamente empregado, fazendo com que sempre a área medida, seja menor do que a real.

“No inverno, época das chuvas, muitos dos serviços feitos pelos peões ficam impossibilitados de serem realizados além de criar dificuldades para a execução de alguns outros. Portanto, é a época do desemprego. Certas fazendas se aproveitam dessa situação oferecendo serviços a preços baixíssimos. Muitos aceitam as condições, praticamente a troca de alimentação, para não passarem fome.” (CEDI, 1983: 25)

O aparelho repressivo das fazendas

As condições trágicas e eminentemente conflituosas às quais os peões do trecho estão sujeitos só se mantêm graças ao uso ostensivo da força armada das fazendas. De caráter intimidativo e repressivo, ultrapassa os limites das fazendas e invade os povoados: no trabalho ou no lazer, o manto do terror é onipresente no cotidiano do peão.

"...a instituição da dívida só adquire plena eficácia, como mecanismo de imobilização, se tem a respaldá-la um contingente armado suficiente e adestrado para promover buscas e realizar capturas". (ESTERCI, 1979:129)

Já os peões que se rebelam contra a imposição de seus mandantes, reagem fugindo. Mas os jagunços iam a sua caçada. Nos anos 70 e 80, várias agropecuárias em Mato Grosso, Pará e Maranhão conheceram essa violência contra os trabalhadores.

"Calcula-se em 300 o número de trabalhadores mortos nas derrubadas da CODEARA (MT), até a intervenção da Polícia Federal, libertando 1000 peões que viviam em regime de escravidão". E mais adiante, no depoimento de um sobrevivente: "Da nossa turma tinha ido para CODEARA dois barcos cheios, saímos de São Félix 300 peões. Desses, pelo menos, uns sessenta desapareceram lá. Só da Bahia chegaram uns 400 baianos, e se sobrou uns quarenta foi muito, se acabou tudinho de maleita e maus tratos" (Movimento, nº 160, julho de 78)

"Essa situação, em parte abrandada nas áreas onde a frente pioneira já se instalou há um certo tempo, perpetua-se até hoje. O profissional desse aparato repressivo é o jagunço que age abertamente, embora as fazendas se recusem a admitir sua existência. Muitos jagunços têm na sua carteira de trabalho o registro: "fiscal de derrubada" ou "fiscal de divisa". Em determinadas fazendas, patrulhas de jagunços são incumbidas de vigiar os peões em serviço. Quando estes fogem, são perseguidos, trazidos de volta e punidos com espancamentos ou com a morte.

Além do jagunço, quase todo corpo de funcionários da fazenda se relaciona armado com os peões. Gatos e seus peões protegidos, os assim chamados bate-paus, são também protagonistas de represálias e matanças de peões. Cultiva-se sempre uma imagem de que os peões são violentos e traiçoeiros. A desconfiança dos trabalhadores indiretos frente aos peões faz com que aqueles se imponham através do uso de armas como artifício para criar uma relação de autoritarismo e desprezo.

Nos povoados é a política do Estado que exerce o terrorismo, prendendo e judiando arbitrariamente dos peões. Há casos de soldados que trabalham em combinação com raparigas e donos de cabaré para roubar o dinheiro dos peões. Já houve caso em que a polícia prendeu peões para "vendê-los" a empreiteiros. Quando solicitada pela fazenda, a polícia prontamente procura cumprir o seu histórico papel de defensora das classes dominantes.

Vale ressaltar que toda essa criminoso máquina, com igual violência, tem sido empregada na expulsão de posseiros e índios de suas legítimas terras. E, seguindo as leis do capitalismo, grupos de pistoleiros têm se chocado em disputas de terra

reivindicadas por duas ou mais fazendas, numa demonstração de que, no caso, as conquistas ainda são efetivadas na base da bala do revólver "38".

Lembramos ainda que nos casos considerados de "extrema tensão social" pelas autoridades, o Exército ou a Polícia Federal aparecem e, numa postura à "la Robin Wood", resolvem as questões, aparentemente e de forma imediatista, em favor dos fracos e dos oprimidos. É por isso que gozam de enorme reputação, particularmente entre os peões." (CEDI, 1983: 29)

A reação dos peões

O quadro vivido pelos peões permite verificar que eles são uma categoria de trabalhadores rurais mergulhada em condições muito adversas. O isolamento prolongado no trabalho, a alta rotatividade, a inexistência de raízes num determinado povoado, a marginalização social a que estão sujeitos, entre outros fatores, parece dificultar aos peões a busca de formas de organização para a defesa de seus interesses. Apesar disso, registram-se formas de resistência tanto individuais quanto coletivas.

Há casos em que o peão se revolta contra a exploração e submissão, e elimina fisicamente, num ato individual, seu opressor imediato: gato, jagunço ou gerente.

“Pode acontecer também que, quando uma fazenda vende mercadorias a preços excessivamente altos, atrasa os pagamentos sistematicamente e não dá nenhum tipo de assistência a seus trabalhadores, essas informações são passadas adiante e podem fazer com que ela tenha dificuldades de recrutar mão-de-obra.

Em termos de reações coletivas, registram-se casos de turmas inteiras de peões que, por não concordarem com o tipo de tratamento que recebem e com as condições de trabalho impostas pelo gato, abandonam a área de serviço, deixando-o inacabado. Ao sair sem repor o abono recebido, "dão o tombo no gato", deixando-o numa situação difícil, pois há prazos a cumprir, e buscar uma nova turma significa atraso e mais despesas.

Quando um gato foge com o dinheiro da empreita, acontece de os peões identificarem as fazendas como responsáveis. Há casos de centenas de peões cercarem a sede de uma fazenda, exigindo pagamento, sob ameaça de depredação e de morte para o gerente. Reações deste tipo são denominadas "greves" e têm tido êxito nos casos em que ocorreram. A ocorrência das "greves" levou as fazendas a uma nova prática: só depois de fazerem o acerto de contas com todos os peões é que os empreiteiros recebem a sua parte.

No trabalho, os peões costumam deixar o que chamam de "cobras": Calculam o percurso que o fiscal irá fazer na conferência do serviço, no momento de entrega, e deixam uma parte sem fazer, em local que o fiscal não consiga ver. É uma forma de resposta à exploração que sofrem.

As formas de organização para o trabalho também podem ser vistas como formas de defesa postas em prática pelos peões. Assim é que um grupo de trabalhadores pode eliminar a mediação do empreiteiro, constituindo um time ou sociedade, liderada por um dos companheiros, o chefe de time.

Podemos dizer ainda que o potencial de solidariedade interna dos peões é algo ainda a ser melhor investigado, mas ele aparece com muita clareza em casos de doença e nas horas de farrá, e nas dificuldades percebe-se um grau significativo de companheirismo entre eles. Apesar das contradições, o "ser peão" parece ser um fator de apoio e identidade. ” (CEDI, 1983: 29/30)

O Peão e a peonagem

É preciso deixar claro que na peonagem o peão não é um operário. O peão e o operário são diferentes em termos de relações de produção. O operário é livre possuidor de sua força de trabalho, enquanto que o peão, em função do adiantamento que recebe e que é deduzido do seu trabalho, torna-se cativo pela dívida, é o que se denomina “escravidão branca”.

Dessa forma, “o peão do trecho é usado fundamentalmente no momento de abertura das fazendas e, em menor escala, nos momentos de ampliação. Portanto, é um trabalhador episódico. De uma forma simplista, podemos afirmar que é um trabalhador que vai existir enquanto existirem fazendas para serem abertas. Por isso, o excesso de mão-de-obra é um dique que garante uma constante alimentação. A empresa rural não se importa se o peão do trecho morre ou não. Ao contrário a indústria precisa garantir a constante reprodução do operário.

Nas empresas agropecuárias os trabalhadores permanentes são os mensalistas (vaqueiros, tratoristas, funcionários da administração); como assalariados, estes se enquadram nas relações capitalistas típicas. Entretanto em contraste com as grandes massas trabalhadoras de peões, eles se constituem numa certa "aristocracia rural assalariada", dada a diferença numérica e os "privilégios" (privilégios apenas de terem assegurados seus direitos trabalhistas legais).

O significado do ganhar/gastar parece ser muito particular nas condições em que se encontra o peão. Dadas as condições de trabalho que lhe são impostas, cria-se a ilusão de que pode reparar as perdas engajando-se numa nova empreita. Por outro lado, se o gato ou o dono da pensão deturpam as contas em seu próprio benefício, se o empreiteiro subtrai alguns alqueires de mata derrubada do serviço que ele realizou, fica a indagação a respeito da possibilidade do peão exigir o que lhe é devido.

O fato é que, destituído de suas relações familiares, colocado numa situação em que as responsabilidades comuns ao campesinato são negadas, parece que a sua luta pela sobrevivência assume um caráter mais imediatista. Hoje compra roupas, rádio, relógio; amanhã vai para a mata apenas com a roupa do corpo e a energia que dispõe para o trabalho.

Toda essa estrutura habilmente montada empobrece o poder de decisão do peão. Como já citamos anteriormente, há situações em que ele fica totalmente privado de interferir no emprego para o qual é contratado. ” (CEDI, 1983: 31)

Os Projetos Agropecuários e o Desmatamento

A implantação do programa Polamazônia, Polonoroeste e Polocentro em meados da década de 70, significou, para os planos de ocupação da Amazônia, de um lado a desativação dos projetos de colonização ao longo da rodovia Transamazônica (e o incentivo via programa Polonoroeste, da colonização em Rondônia) e, de outro, uma nova ênfase nos projetos agropecuários. Dessa forma, o governo deixou de financiar "minifúndios", pois, a partir daquele momento segundo o Governo,

“esgotavam o solo, aceleravam a erosão e não aumentavam significativamente a produção agrícola. A partir de então, o Governo federal, através da SUDAM, passou a intensificar o financiamento das "empresas rurais", que, também segundo o governo, aplicariam técnicas mais avançadas, iam gerar empregos e forneceriam divisas ao país. A conjuntura internacional era propícia para tal política, pois a carne estava muito valorizada no mercado mundial, particularmente a carne magra, de gado zebu.” (VALVERDE, 1980:38)

A estratégia então era tornar o Brasil, em curto tempo, um grande exportador de carne. Então, uma faixa periférica, no sudeste da hileia amazônica, estendendo-se de Mato Grosso até a divisa entre o Maranhão e o Pará, foi a região escolhida para receber maior quantidade de incentivos fiscais, destinados à implantação de tais projetos.

Como já afirmamos,

“de acordo com as normas aprovadas pela SUDAM, as pessoas físicas ou jurídicas beneficiadas com esses incentivos fiscais se comprometiam, no contrato, a proporcionar aos trabalhadores e suas famílias assistência médica (em ambulatório ou médico visitante) a escola primária, além de instalar benfeitorias, como: casas de alvenaria, cercas, luz elétrica...

Os financiamentos eram pagos em quotas: a primeira para a derrubada e queimada; a segunda para a formação das pastagens, construção de cercas e demais benfeitorias, e a terceira para formar o plantel. É óbvio que o recebimento de cada quota dependeria da satisfação das exigências relativas a quota anterior. E a SUDAM, por meio de seus técnicos, cabia a fiscalizar o fiel cumprimento das normas.” (VALVERDE, 1980:38)

Esta região escolhida era, porém, pouco habitada. Tornou-se necessário trazer mão-de-obra de outras regiões.

“Essa atividade foi exercida indiretamente, por intermédio de empreiteiros, que ficaram conhecidos pelo apelido de "gatos". Toda uma rede de aliciadores precisou ser montada, e assim apareceram também os "subgatos", que foram procurar trabalhadores rurais em áreas onde a crise agrária (isto é, o açambarcamento de terras, antes ocupadas por posseiros) estava mais acentuada. A principal região em que esse processo se desenrolava, era o oeste do Maranhão; secundariamente, vinha gente do Piauí, do Nordeste e de outras partes (Goiás, Minas, Paraná, S. Paulo etc.).

No seu local de origem, os trabalhadores eram seduzidos por propostas mirabolantes, até serem colocados em caminhão e, depois de cuidadosamente vigiados em cada pousada, eram entregues na frente de trabalho. ... as despesas com transporte, manutenção e o pagamento de gatos e subgatos eram, desde logo, debitadas na conta do trabalhador recém-chegado. Tudo o de que ele precisava tinha que ser comprado na venda do empresário, porque, naquelas paragens longínquas, em regra não existia outro estabelecimento comercial.

A grande maioria dos contratos era verbal, ou seja, o trabalhador peão não tinha a carteira de trabalho assinada, e muitas vezes, nem qualquer contrato avulso. Por isso, não havia limites para a exploração de sua força de trabalho. Ele labutava de sol a sol, em condições de alimentação e de habitação que dependiam exclusivamente do dono ou do administrador da fazenda.

Os empresários dos projetos agropecuários não têm apenas o monopólio do comércio; tem também o da justiça, visto que todas as pendências com os trabalhadores têm sido resolvidas pela polícia privada, composta de capangas (ou "jagunços"), armados. Assassínatos, surras, e o uso de cárcere privado, embora proibido pelas leis brasileiras, tem ficado impunes. Ao contrário, quando os trabalhadores se unem e combatem os jagunços, a polícia estadual era chamada para impedir a "subversão".

Formado o pasto, implantadas as benfeitorias julgadas necessárias, os trabalhadores peões são despedidos em massa, sem qualquer indenização. Esgotados e, às vezes, sem dinheiro sequer para retornar à sua terra, estes trabalhadores seguem, em geral, para diante. Penetram na mata, onde se instalam com lavouras de subsistência, como posseiros, em terras aparentemente devolutas. A insegurança os leva a adotar um habitat nucleado ou mesmo concentrado, embora os roçados pertençam a cada família individualmente. Assim, surgiram e cresceram rapidamente grandes aglomerados de posseiros em toda a Amazônia, e na região do Araguaia em particular. Porto Alegre do Norte, Luciara, Santa Terezinha, São Félix do Araguaia, Alto da Boa Vista, Ribeirão Cascalheira, etc. (VALVERDE, 1980:38/39)

As autoridades municipais, estaduais e federais, têm agido com cumplicidade, quando grileiros alegam direitos sobre extensas glebas, falsificando documentos, como por exemplo, a declaração da ausência de índios e posseiros. Entre estes grileiros, estão os procuradores de empresas nacionais e multinacionais. Na região do Araguaia, particularmente, quando os grileiros chegam para ocuparem as terras ocorrem os conflitos contra os posseiros e os índios. A violência levou a Polícia Militar do estado de Mato Grosso, a criar um Batalhão da Selva, para intervir nos conflitos, via de regra, a favor dos grileiros.

Com a progressiva expansão espacial dos projetos agropecuários, contraditoriamente, ocorre também o aumento da área devastada pelos próprios posseiros. Existe, portanto, lembra VALVERDE, uma relação dialética entre grileiros e posseiros, já que estes últimos constituem, até agora, a força social quase única, oposta ao alastramento tranquilo das vastas pastagens, embora quase sempre derrotada.

Mais trágico ainda é a situação dos povos indígenas quando suas terras são invadidas. Os índios com flechas e bordunas e os jagunços com armas de fogo. O resultado do confronto é o massacre, envenenamentos, doenças, etc.

Assim, o conjunto das técnicas de desmatamento tem evoluído muito, na Amazônia. Enquanto que na década de 60, por exemplo,

“no projeto chamado Novo Paraná, no vale do rio Arinos, próximo de Porto dos Gaúchos-MT, cerca de 1.000 homens trazidos do ABC em São Paulo, derrubaram a mata, durante três meses e meio, usando apenas machado e foice. Para depois, num só incêndio, os restos da floresta ser consumidos e, após uma colheita de mandioca, plantar-se capim colônia, na região do Araguaia, outras técnicas foram empregadas. Os fazendeiros muitas vezes, preferem empregar moto-serra em suas derrubadas, especialmente porque aproveitam as madeiras de lei. O correntão é outra técnica mais intensiva de devastação. Como já apontamos, resume-se em uma corrente de 100 metros de comprimento, pesando 11 toneladas, presa em cada extremidade a um trator pesado. É empregado principalmente em terras de cerradão, matas de troncos finos ou matas secundárias e capoeirões previamente desbravados por posseiros. O dano ecológico provocado por esta técnica é mais destruidor. Geralmente, as árvores da floresta amazônica não têm raiz pivotante; apoiam-se em uma teia horizontal de raízes, de profundidade quase sempre inferior a um metro ou mesmo superficiais; uma ou outra espécie, num total inferior a 10% do número de árvores por hectare, se escoram em sapopembas (raízes triangulares, planas, verticais, ao redor da base do tronco) ou raízes adventícias. Todas essas árvores, quando derrubadas, levantam seu raizame, juntamente com alguns metros cúbicos de terra, até 5 ou 6 metros de altura. Desta forma, o perfil do solo fica inteiramente perturbado e vulnerável à erosão, quando sobrevêm as pesadas chuvas de verão, que sucedem à época das derrubadas e queimadas. Na região do Araguaia, somente em 1979, a Liquifarm Agropecuária Suiá-Missu S.A. fez derrubar a correntão, por empreitada, 20.000 hectares de mata do nordeste de Mato Grosso.” (VALVERDE, 1980:40/41)

Dessa maneira, "

"à medida que o tempo vai passando, o processo de devastação tem se acelerado, pois, a machado e foice, 6 lenhadores levam 6 a 8 dias para derrubar um hectare da mata de terra firme (conforme o porte da mesma), mas, com moto-serra, um homem derruba 1 hectare em 2 dias. Com o correntão, uma equipe de 5 homens pode derrubar 40 a 50 hectares de mata em um só dia. E usando-se desfolhante químico, um piloto de avião (tipo Ipanema) pode destruir cerca de 100 hectares de floresta, em meio dia de trabalho." (VALVERDE, 1980:41)

Em 1976, relatórios de técnicos do INPE divulgados, tratam da situação em que se encontravam os projetos agropecuários no nordeste de Mato Grosso, na faixa limitada entre os rios Araguaia (a E), Xingu (a W), das Mortes (ao S) e a divisa do Pará (ao N), englobando terras dos municípios de Luciara, São Félix do Araguaia e Barra do Garça.

“Dos 85 projetos financiados pela SUDAM, envolvidos por esse perímetro, 13 não foram detectados pelo imageamento e muito menos localizados na pesquisa de campo. Alguns outros não puderam ser visitados pelos pesquisadores do INPE, por causa da deficiência das estradas. Nos projetos cadastrados para efeito de incentivos fiscais da SUDAM, figuravam, entretanto, entre outras empresas famosas, tais como: Bordon S.A., proprietária de frigoríficos em Campo Grande-MS e Aquidauana-MS; Liquifarm Agropecuária Suiá-Missu S.A., pertencente à multinacional Liquifarm, com sede na Itália; Agropecuária Tamakavy, de propriedade do grupo Silvio Santos, proprietário estação de televisão; CODEARA - Companhia de Desenvolvimento do Araguaia, pertencente ao Banco de Crédito Nacional-BCN, e a Noidore Agropecuária, cujo proprietário ficou conhecido por ter "comprado" prisioneiros, na penitenciária de Cuiabá-MT, para levá-los para trabalhar em sua fazenda.

Ainda, segundo o relatório, a superfície total desmatada era de 760.359 hectares. Dos projetos financiados pela SUDAM, 84% situavam-se em terras florestais. Três categorias de pastagens foram estabelecidas pelos técnicos do INPE: a primeira, com predominância da cobertura de gramíneas; a segunda, com bons pastos, intercalados com outros de má qualidade; a terceira, ‘sem condição de pastoreio, onde domina a vegetação natural’. A análise, dos projetos demonstrou que somente dois, tinham 100% de suas pastagens na primeira classe; sua área desmatada era, porém, ao todo, inferior a 200 hectares, o que facilitava o controle da rebrota da vegetação natural. (VALVERDE, 1980;42)

Esta amostra revela um argumento a mais, que explica o caráter apenas especulativo, desses grandes projetos agropecuários. Por outro lado, o relatório anotou também que 45% das pastagens estavam subaproveitadas. A lotação média dos pastos era de 0,8 reses/hectare, relação que representa cerca da metade do suporte teórico ideal para a região. Ocorreu, no entanto, casos extremos de 0,1 cabeças/hectare. Ou seja, a criação do boi nunca foi o objetivo principal dos projetos agropecuários, mas sim, o desvio do dinheiro do imposto de renda das empresas que se diziam aplicar os recursos incentivados na região amazônica.

Com relação

“às instalações e às condições sociais dos trabalhadores, 87% dos projetos tinham energia de motor a óleo diesel ... O comprimento das cercas ficou, em média, 53% abaixo do estipulado nos contratos. 46% da mão-de-obra era temporária, recrutada por empreiteiros. Somente 42% dos projetos cumpriram as cláusulas contratuais com a SUDAM, no tocante às habitações: havia 4 a 7 casas de alvenaria por projeto, em média. O grau de instrução dos informantes era, em 56% dos casos, de nível escolar primário. Em 77% dos projetos não havia sequer escola primária. Os administradores não mostraram interesse algum na contratação de veterinários ou agrônomos. Em 63% dos projetos não havia qualquer dispositivo para assistência médica; os doentes eram atendidos em cidades próximas ou em propriedades vizinhas. Numa região em que as chuvas se concentram em cerca de seis meses e as estradas são precárias, os trabalhadores rurais ficam, na maioria, em completo desamparo, em caso de acidente ou doença.

Nas conclusões do citado relatório, os técnicos do INPE afirmam que apenas 50% das áreas desmatadas estão aproveitadas racionalmente. Esse é um retrato parcial de toda realidade amazônica. ” (VALVERDE, 1980:43)

No início de 1979, foi divulgado um novo relatório do INPE sobre área desmatada na região. Foram apresentados os seguintes dados: numa superfície total levantada de 55.200.000 hectares, tinham sido devastados, ao todo, 4.100.000 hectares, isto é, uma área equivalente à do Estado do Rio de Janeiro ou à da Suíça. Além disso, o relatório afirma taxativamente: ..."existem casos de desmatamento extremamente perigosos em relação ao equilíbrio ecológico da região “ (VALVERDE, 1980: 43)

Outros relatórios do INPE, mais recentes, cobrindo todas as áreas severamente desmatadas da Amazônia, tem mostrado o crescimento da destruição da cobertura vegetal na região. Os dados revelam a gravidade dos fatos: até o ano de 1975 (ou seja, desde o descobrimento do Brasil até aquele ano) foram derrubados 12 milhões de hectares da floresta. Deste total, 9 milhões de hectares são os chamados desmatamentos antigos, ou seja, anteriores às políticas dos incentivos fiscais da SUDAM, e 3 milhões de hectares foram devastados já sob incentivo governamental, ou seja, de 1966 até 1975. Em 1978, três anos depois, a área total desmatada chegava a 16, 7 milhões de hectares, o quer dizer que a área devastada pelos projetos agropecuários passou de 3 milhões para 7,4 milhões de hectares, num crescimento de 150%. Em 1988, dez anos depois, a área total desmatada chegou a 34,3 milhões de hectares, ou seja, a área dos projetos passou a 25,1 milhões de hectares, crescendo, pois, mais de 800%. Em 1990, os dados mostraram que a área total desmatada era de 41,5 milhões, o que queria dizer que área desmatada pelas políticas governamentais, chegava a 31,7 milhões de hectares, ou mais de 1.000% de crescimento em relação a 1975. Em termos globais, mais de 8% da cobertura florestal amazônica foi destruída em menos de 15 anos. E o ritmo de crescimento é que mais preocupa, pois ela passou de 2 milhões de hectares entre 1978 e 1988 para 2,6 milhões entre 1988 e 1989.

O estado de Mato Grosso não ficou fora deste processo destruidor da floresta, pois representava em 1990 o terceiro estado da região em desmatamento com mais de 8,4 milhões de hectares devastados. Em 1975 o estado tinha apenas menos de um milhão de hectares de cobertura vegetal alterada (922.000 ha), chegando em 1978 a 2,6 milhões de hectares, e em 1988 a 6,7 milhões de hectares. Assim, mais de 10% da superfície total do estado de Mato Grosso foi derrubada nestes 15 anos de implantação dos

projetos agropecuários, sendo que a maior parte dos mesmos está na região do Araguaia mato-grossense.

O resultado destes projetos já foi tratado anteriormente, mas é importante reafirmar as características principais dos mesmos: a baixa rentabilidade econômica e os baixos níveis de emprego. Para ilustrarmos, o projeto agropecuário da Companhia Vale do Rio Cristalino, de propriedade da Volkswagen, (VALVERDE, 1980:45) que possui 139.640 hectares no município de Santana do Araguaia-PA, empregando técnicas muito extensivas de pastoreio, resultam numa densidade de ocupação de 0,0001 trabalhador/hectare. Em relação ao rebanho bovino, foi criado um emprego para cada 1.727 animais. A lotação das pastagens também está um pouco abaixo do suporte teórico desejável para a região: 1,3 hectare.

Em 1979, a propriedade da Liquifarm Agropecuária Suiá-Missu S.A., o maior projeto agropecuário do estado de Mato Grosso, localizado em São Félix do Araguaia, tinha um rebanho de 100.000 bovinos em 200.000 hectares de capim colônia, o que equivalia a 0,5 reses/ha. (VALVERDE, 1980; 45) Já em 1992, este rebanho estava reduzido a 32.000 bois, e em 1993, a empresa abandonou as atividades, loteando e vendendo em leilão, as terras da fazenda. No ano anterior, 1992, assinou protocolo com a FUNAI, devolvendo parte das terras ainda com matas aos índios Xavante. Motivo alegado para sair da atividade agropecuária, o fim da política de incentivos fiscais.

Com a decisão tomada pela Agropecuária Suiá-Missu, os latifundiários do recém-criado município de Alto da Boa Vista (que se desmembrou de São Félix do Araguaia), incentivaram os sem terras a ocuparem a área destinada aos índios, e mais de 3.000 pessoas estão tentando fixar posses na área e um patrimônio chamado Nova Suiá já conta com mais 500 pessoas. O que quer dizer que mesmo freado o desmatamento com o fim dos incentivos fiscais, contraditoriamente, ele não diminuiu, pois outros segmentos sociais, na intenção justa de solucionar seus problemas de sobrevivência continuam abrindo posses nas áreas de mata da região. Os novos municípios que surgiram até o ano de 1996 é um bom exemplo deste processo de migração intensa na região.

De qualquer forma, este processo de desmatamento desenfreado como se sabe, decorre da forma de utilização da terra implantada na região e que está assentado no incentivo à pecuária extensiva.

A consequência direta deste processo tem sido o aprofundamento da concentração fundiária, repetindo na fronteira agora

ocupada, o caráter concentrador histórico da estrutura fundiária do país como um todo. Neste particular, é conveniente lembrar que na Amazônia brasileira estão os maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou. Contraditoriamente, o outro traço importante da estrutura agrária da região refere-se a realidade dos dados sobre a condição do produtor que revelam de forma inequívoca, o crescimento e participação significativa dos posseiros na história da ocupação da região.

Assim, as empresas agropecuárias e seus latifúndios formam a territorialidade oposta às posses dos posseiros, que desesperadamente lutam para encontrar um pedaço de chão na imensidão grilada das terras da Amazônia brasileira.

**Quanto mais ando mais vejo estrada,
mas se eu não caminho não sou é nada.
Se tenho a poeira como companheira,
faço da poeira o meu camarada.**

**O dono quer ver a terra plantada,
diz de mim que vou pela grande estrada
Deixem-no morrer não lhe dêem água,
que ele é preguiçoso e não planta nada.**

**Eu que plantei muito e não tenho nada,
ouço tudo e calo na caminhada.
Deixo que ele diga que sou preguiçoso,
mas não planto em tempo que é de queimada.**

(“Plantador” - Geraldo Vandré)

**8. OS LATIFÚNDIOS NAS MÃOS DAS COLONIZADORAS
PRIVADAS
OS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO RECENTES NO NORTE
MATO-GROSSENSE**

A colonização recente em Mato Grosso deriva simultaneamente, do processo de transformação na agricultura brasileira, e da lógica da mercadoria terra como instrumento gerador de riqueza. Deriva também, da necessidade de obter força de trabalho disponível, para tornar possíveis os projetos capitalistas de desenvolvimento. Deriva igualmente, da vontade predatória dos latifundiários, mais preocupados em viabilizar seus títulos de terra, ou seja, criar um mercado de terras. Deriva também, das contradições estruturais da agricultura camponesa no sul do Brasil, sem condição, de viabilizar a reprodução da família, sonha com o horizonte distante da terra farta. Enfim, deriva das políticas públicas que o estado brasileiro gestou nos últimos 30 anos.

É, portanto, da combinação contraditória destas causas estruturais que o processo de colonização deve ser explicado. Não se trata de privilegiar um em detrimento do outro, muito menos encontrar aquele determinante em última instância. O caminho deve ser aquele que permite o jogo flexível das causas.

Não há dúvida, e este trabalho procura testemunhar, que há uma lógica de desenvolvimento capitalista que impõe simultaneamente, o mundial, nacional, regional e local. Assim, é evidente que esta lógica geral

que desenvolve em Mato Grosso, por exemplo, a cultura da soja, ou o garimpo do diamante. Mas, é fundamental o entendimento da ação desencadeada pelas elites políticas cuiabanas. Como também, o é, o fascínio da utopia camponesa que torna o colono estradeiro, retirante.

Entretanto, o olhar do geógrafo busca compreender a dimensão territorial desses processos, sociais, políticos, econômicos, etc. O olhar do geógrafo abre a possibilidade de compreender as relações cidade campo nas diferentes temporalidades que a realidade impõe. E este olhar de geógrafo detecta o caráter monopolista do processo de colonização no norte de Mato Grosso. Detecta a transformação da cidade antes mesmo que a ocupação do campo se consolide. Mas não se trata da produção do campo pela cidade ou da cidade pelo campo. Trata-se da possibilidade de realização rentista da renda capitalista da terra. Realização essa que abre para os proprietários de terra a possibilidade de tornarem-se capitalistas. Numa palavra, a colonização é locus da produção do capital.

A característica monopolista deste processo gera territorialmente, um conjunto de inter-relações, que garante a construção e expansão do território capitalista contraditoriamente. Lado a lado estão os camponeses e os latifundiários. A necessidade de um viabiliza o desejo do outro. O campo ordena-se territorialmente esboçando estas contradições. O fato de grandes empresas industriais e financeiras terem investidos no estado, não permite por si só a interpretação de que o caráter industrial da produção da mercadoria dominou e aprisionou a agricultura e com ela o campo. Longe disso, certamente não há cálculo econômico que consiga saldo positivo nos investimentos realizados em projetos agropecuários. Entretanto, continua-se colocando a mata abaixo para plantar capim. Enfim, os colonos atenderam os apelos publicitários, e marcharam para o norte de Mato Grosso. A questão fundamental é que, a riqueza produzida, foi na direção da concentração, enquanto que a fração da maioria dos trabalhadores diminuiu.

Não se trata de realizarmos um estudo detalhado de cada projeto de colonização, mas sim da captura de seus elementos fundantes e de suas articulações territoriais na direção da formação de redes urbanas e certamente de regiões diferenciadas. De qualquer forma é preciso deixar claro que há muitos trabalhos sobre colonização em Mato Grosso, a bibliografia arrola boa parte deles.

Antes de qualquer outra coisa, é preciso esclarecer que o Mato Grosso concentra majoritariamente, a maioria das empresas privadas

de colonização do país. O INCRA autorizou cerca de 36 empresas privadas de colonização para operarem no estado de Mato Grosso. Estas empresas, através de caminhos de todo tipo no acesso à terra, querem via grilagem ou via aquisição e recebimento das terras a preços simbólicos. Os projetos de colonização são a marca histórica da década de 80 em Mato Grosso. De certa forma sucedem os projetos agropecuários da década de 70. Estas empresas de colonização implantaram mais de meia centena de projetos em diferentes porções do estado.

Apesar de todos os problemas sociais, financeiros e legais vivenciados pelos novos sujeitos sociais das regiões pioneiras da Amazônia, entre os projetos de colonização com certa dose de sucesso, em Mato Grosso estão aqueles realizados pela iniciativa privada. Praticamente, o norte do estado foi entregue aos grupos privados que desenvolveram seus projetos particulares. Assim, o Estado procurava simultaneamente, remover a sua responsabilidade de promoção da colonização assentando e sustentando por um período os colonos. Por outro lado, permitia aos proprietários de terra a realização da renda fundiária, e a sua conversão em capital. Talvez, essa região seja uma das mais exemplares áreas de produção do capital via metamorfose da renda da terra.

No norte de Mato Grosso, principalmente, cresceram dia a dia várias de suas principais cidades, como Sinop e Alta Floresta, ambas frutos de investimentos empresariais. Reprodução ampliada monopolista da produção da terra mercadoria. Versão moderna da colonização igualmente capitalista do Paraná e de Mato Grosso do Sul. Essas duas cidades têm servido de base para todos os empreendimentos do gênero em quase toda a região norte, em decorrência da franca ascensão do comércio e da facilidade na obtenção de recursos através dos organismos créditos oficiais (Banco do Brasil e Banco da Amazônia) e privados. Em função da posição e da lógica geopolítica estas duas cidades, cresceram e transformaram-se em capitais regionais. Serão certamente, exemplos capitalistas da expansão da fronteira agrícola brasileira.

As características da ocupação da Amazônia de Mato Grosso pelas frentes de expansão e pioneiras tem passado pela capacidade de improvisação e às vezes, “burlas” de seus empreendedores.

“Na mata, dizem eles pouco interessam exigências burocráticas, valendo muito mais a inventividade dos "empresários" e a força de que disponham para sustentar os projetos.

Traduzindo: **não houve, não há e dificilmente haverá em Mato Grosso qualquer projeto de colonização que não tenha esbarrado em delicadas questões de regularização de terra.** Em quase todos os casos, nas grandes, médias ou pequenas cidades formadas pela ação de empresários (ou "empresários") do setor, os colonos sofreram consideráveis momentos de pavor ao descobrirem que seus investimentos em busca de uma vida melhor estavam assentadas apenas em promessas, geralmente sem fundamento legal. Dentro desse contexto, surgiram verdadeiras "panelas de pressão" em plena selva ou cerrado amazônicos, aplacadas pela ação emergencial dos organismos federais de controle fundiário que, por sua vez, ao resolverem um problema, criavam outros.

A tecnocracia de Brasília foi definitivamente alijada desse processo de ocupação, sendo substituída pelos poderes da influência política. Quem tinha ou tem poder acaba vendo seu projeto se desenvolvendo, apesar das barreiras da ilegalidade. Quem não o teve ou não tem, simplesmente perde espaço.” (MATO GROSSO S/A, Ano 1, nº 3, p.13) (Sem negrito no original)

Assim a colonização vai deixando a sua marca na construção do território capitalista nesta porção da Amazônia. A formação territorial vai sendo produto da lógica contraditória da destruição dos territórios indígenas e aquela da construção imposta pelos projetos agropecuários e de colonização. Se o Araguaia mato-grossense tem a marca dos primeiros, os segundos são a marca do Centro, Norte e Noroeste do Estado.

É praticamente impossível dissociar Mato Grosso do entendimento do processo de colonização pelo qual este Estado tem passado de meados deste século em diante. Toda a vida tem girado em torno da ocupação pelos colonos de parte significativa das terras. Assim todos os benefícios tais como, o aumento da produção e os problemas decorrentes da defasagem da infraestrutura e do crescimento demográfico têm a mesma origem.

Em pouco mais de 20 anos, nasceram mais de 50 novas cidades na Amazônia mato-grossense. Isto ocorreu, de certo modo, como decorrente do estágio avançado da diferenciação social verificada na região Centro-Sul do Brasil. Nela tem ocorrido a expulsão de muita gente, pois, há aí o processo de concentração de terras - o latifúndio se fortalece ocupando as terras dos camponeses. E mesmo entre esses camponeses há o processo de remembramento decorrente da profunda diferenciação interna a que estão submetidos. Assim, não sobrou outra alternativa: a corrida para a Amazônia.

Não custa continuar insistindo que a esse processo estrutural da agricultura capitalista, juntaram-se as políticas territoriais do Estado. Os vários programas de apoio ao desenvolvimento agrícola, implantados pelo governo federal através da Sudeco e da Sudam (Mato Grosso faz parte das duas), com recursos altamente subsidiados à disposição dos produtores. Foram os programas ou projetos governamentais tais como: o Polocentro, o Proterra, o Pronazem e o Procal, o Probor, o Prodecer, o Polonoroeste e agora o Prodeagro. Todos de uma forma ou de outra procuravam garantir aos colonos interessados em ocupar a o Mato Grosso, toda uma gama de recursos e dispositivos técnicos inexistentes em outras regiões. Um exemplo: durante a vigência desses programas de incentivo, de fins da década de 60 até fins dos anos 70, os juros bancários mantiveram-se estacionados na casa dos 25% ao ano, isso em circunstâncias normais. Pelos programas aplicados em Mato Grosso, com os subsídios, esses juros não ultrapassavam a 10%, além de todo um conjunto de facilidades que, visavam servir de estímulo.

Todos esses programas eram desenvolvidos com recursos obtidos pelo governo federal junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID ou ao Banco Mundial. Eles representam hoje uma fatia significativa da dívida externa brasileira. Como já lembramos, na década de 70, o Estado de Mato Grosso foi o que mais cresceu em termos de população: o Censo de 1980 registrou um acréscimo populacional de 90% na área que sobrou para Mato Grosso, depois da divisão do estado em 1977. Ela foi rapidamente ocupada pelos sulistas e pelos estrangeiros, em função das riquezas minerais e principalmente, as facilidades incriveis na obtenção de terra e crédito para a produção. É evidentemente, que se gerou no estado, um contexto de "terra de ninguém". Este proporcionou também, o surgimento de problemas fundiários, muito deles ainda insolúveis, e que geraram violentos conflitos. Conflitos violentos que contribuíram em muito para disseminar e reforçar a imagem da violência na Amazônia brasileira. É óbvio que os povos indígenas foram as maiores vítimas desse processo.

Em termos gerais a colonização de Mato Grosso pode ser dividida em decorrência de características diferenciadas, pelas regiões que foram configurando-se naquela fração do território capitalista. A **Sul**, mais próximo aos centros desenvolvidos do país, surgiram as primeiras

experiências de colonização gaúcha, na região de Rondonópolis. A **Leste**, os gaúchos novamente investiram, com o surgimento de mais de uma dezena de cidades assentadas sobre os cerrados, compostas por colonos trazidos através das cooperativas e grupos colonizadores. O Leste compõe com o **Nordeste** mato-grossense a região do Araguaia. A Nordeste foi onde a colonização assumiu seus contornos mais violentos (é a área onde grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros instalaram os projetos agropecuários, expulsando, em muitos casos, índios e posseiros e possibilitando a emergência de uma liderança incontestável - por isso temida - do bispo da prelazia de São Félix do Araguaia, dom Pedro Casaldáliga).

No **Centro** do Estado ficam as colonizações mais antigas, quase todas seculares e com origem nas riquezas minerais. No **Oeste**, também uma região ocupada por grandes grupos agropecuários, a colonização ocorreu e ainda ocorre em função de estradas como a que liga Cuiabá, capital de Mato Grosso, a Porto Velho, capital de Rondônia. É uma das áreas menos povoadas, situação que começou a se inverter rapidamente com o asfaltamento da BR-364 (MT-RO), com recursos do Polonoroeste financiados pelo BID.

Finalmente, os extremos **Norte** e **Noroeste**, onde já se observam as matas fechadas da floresta amazônica, que vêm sendo ocupados rapidamente pelos colonos do Sul brasileiro, numa corrida em busca da expansão da fronteira agrícola nacional que guarda em si histórias fascinantes de pioneirismo, com traumas, vitórias e violência. É a região por excelência, onde hoje a ocupação se faz.

Este é um quadro sintético do norte de Mato Grosso, surgido desse processo que se expande a cada dia. Esta visão está calcada em um trabalho de pesquisas e viagens que consumiu mais de 10 anos. Trata-se de um trabalho que logicamente, não pretende ser definitivo ou completo, já que o universo da colonização é excessivamente amplo e em constante desenvolvimento. Os exemplos aqui tomados, as entrevistas e as informações gerais sobre projetos visam levar ao leitor a compreender o perfil desse novo panorama da realidade da Amazônia meridional brasileira.

Os Problemas Fundiários e as colonizadoras

Assim, a história dessa formação territorial passa no processo de ocupação de Mato Grosso muitas vezes, por sérias questões fundiárias causadas, na maioria delas, pela superposição dos lotes nos mapas topográficos preparados por "colonizadores" e grileiros que os arranjaram através da má-fé ou do suborno no órgão público competente. Assim é que passou a haver mais proprietários do que terra para ser ocupada. Aí está a origem dos conflitos fundiários existentes em todo estado.

Por isso, os colonos que planejam migrar para a Amazônia mato-grossense, têm que tomar todos os cuidados com os muitos trambiques fundiários, comuns nestes e em outros tempos. Em função dessa realidade o Estado procurou há décadas, criar mecanismos que permitam aos compradores de terras certificarem-se com antecedência da situação legal das áreas a serem adquiridas. Esses mecanismos puderam ser agilizados com a instrumentalização do Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat), para verificações constantes sobre a veracidade dos registros topográficos, e com a criação da Secretaria de Assuntos Fundiários, destinada a levar o governo a intervir mais diretamente nos casos problemáticos.

Muitos dos projetos de colonização apresentaram-se como sérios problemas quanto à veracidade jurídica dos títulos que atestavam o direito de propriedade, dando margem à ação dos chamados "grileiros" e ao surgimento de áreas de tensão onde os choques armados entre as partes se sucederam, deixando saldo de várias centenas de mortes. Partindo-se da premissa de que essas situações eram comuns nas regiões de avanço pioneiro, pouca coisa foi feita no sentido de evitá-las de fato, nos anos mais trágicos da ocupação (décadas de 60 e 70). Em muitos casos os próprios aparelhos do Estado, particularmente os órgãos policiais agiram repressivamente sempre em favor dos mais poderosos, abrindo espaço para que, muitas vezes, a justiça fosse deixada de lado em favor de benefícios ilícitos. Logicamente, a chegada dos pioneiros ao norte mato-grossense viu florescer, no pós 50, uma sociedade calcada nas inúmeras tensões sociais geradas em função da inércia dos órgãos governamentais, da extremada

ambição e falta de escrúpulos de muitos homens daquele estado ou dos que chegaram à aquela verdadeira "terra de ninguém".

Visando estabelecer mecanismos de controle sobre as terras do estado, o governo de Mato Grosso elaborou legislação pertinente e criou o Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso (DTC), com a explícita intenção de regularizar a emissão de títulos de propriedade sobre as terras consideradas devolutas, ou seja, terras sob a responsabilidade direta do próprio Estado.

De nada adiantou, pois, a corrupção estava presente no interior dos próprios órgãos do estado. Isto mostrava que o problema se apresentava muito mais complexo e o governo nem dispunha de instrumentos para seu controle e mesmo, não queria tê-los. Não havendo de fato esse controle, mas apenas de direito, os sistemas de registro acabaram se tornando, rapidamente, extremamente vulneráveis à ação dos grileiros. (MORENO, 1994)

O próprio ex-secretário de Assuntos Fundiários do governo de Júlio Campos, na década de 80, Nelson Réu, afirmava que não procedia a informação divulgada lá em Mato Grosso e no país como um todo, que, no início dessa ocupação recente, o Estado tinha vendido mais terras do que efetivamente possuía:

"Não. Não vendeu. O que pode ter feito é ter titulado mais terras do que havia de fato. Isso se deve principalmente ao fato de que antigamente, nos tempos do Departamento de Terras e Colonização, os processos eram poucos precisos". Segundo Reu, o sistema de registro de propriedade utilizado na época funcionava de forma bastante superficial: "Veja bem: a pessoa requeria a terra e essa requisição gerava, de imediato, a concessão de venda. Ou seja: a pessoa procurava a terra devoluta e ela mesma trazia para o governo de Mato Grosso os pontos de amarração de sua nova propriedade, os acidentes geográficos que serviam de divisa, tudo enfim que era necessário para o mapeamento topográfico à distância."

Feita a descrição da área pelo próprio interessado, que às vezes contratava topógrafos práticos dispostos a tudo, firmava-se então um compromisso entre as duas partes, ou seja, o governo e o interessado na posse: *"O Estado passava a acreditar nas informações que a pessoa trazia a ele, mas teoricamente essa pessoa passava a ser responsável por essas informações. Em tese, se um dos itens apresentados não fosse real ou mesmo qualquer uma das cláusulas do contrato firmado não fosse cumprida, o interessado perdia o direito pela área, que voltava a ser livre, sem qualquer direito a indenizações ou ressarcimento do que já havia pago ao governo."*

Depois disso feito, ainda conforme as informações do secretário de Assuntos Fundiários, fixavam-se as prestações a serem pagas e, **após o pagamento da metade do total, o governo fornecia o título provisório da área. Provisório porque, ainda em tese, o título caducaria se houvesse alguma irregularidade constatada.**

"Foi por causa dessa situação que houve muita superposição de terras. O governo não tinha, naquele tempo, recursos humanos e materiais para fiscalizar no local a veracidade das informações a ele fornecidas pelo interessado. A terra era uma só, mas com o andamento desse sistema de registro, muitos casos de dois ou mais proprietários para a mesma terra surgiram em poucos anos". (MATO GROSSO S/A, Ano 1 - nº 3 - p.7) (Sem negrito e grifo no original)

Sem receber uma avaliação que via de regra, nem sempre se ancorava nos preceitos jurídicos, quando estes casos chegavam à Justiça muita disputa e violência geravam e geram ainda hoje. São exemplos desses fatos os

“... casos de uma dupla titulação para a mesma terra ganhava o que primeiro tivesse chegado - isso desde que a terra continuasse inaproveitada por ambos os proprietários ou desde que ela estivesse sendo aproveitada pelo que chegou primeiro; o segundo interessado, isto é, o que chegou depois, somente ganhava o direito à área em questão se tivesse ocupado efetivamente a terra, que nesse caso estaria abandonada pelo primeiro litigante.

Os registros existentes no governo de Mato Grosso mostram que grande parte dos pioneiros que chegaram ao Mato Grosso nos tempos do Departamento de Terras e Colonização agiu corretamente quando do fornecimento de informações e, por isso, não sofreu depois a incerteza da propriedade real. Já os que omitiram dados importantes ou solicitaram indevidamente terras que já haviam sido registradas, geraram problemas que até hoje continuam em pendência judicial. É impossível de se definir quantos desses processos existem atualmente nas comarcas mato-grossenses, mas um levantamento preliminar mostra que há muitos, em todas as regiões do Estado.” (MATO GROSSO S/A, ANO 1, Nº 3, p.7)

Muitos foram os expedientes utilizados pelos grileiros, muitas vezes chamados de pioneiros pela imprensa e estudiosos de Mato Grosso, que imputaram golpes famosos na titulação das terras. Ainda segundo Nelson Réu:

“... um outro expediente muito usado pelos pioneiros que agiram de má-fé: a **comercialização do título provisório fornecido pelo DTC**: *"Isso era proibido por cláusula contratual, mas o governo não tinha como controlar o cumprimento efetivo desse item. Quando hoje nos chega alguém reclamando seus direitos sobre uma área comprada por procuração, por exemplo (aqui, uma explicação: venda por procuração ocorria quando, impossibilitado de vender o título provisório cedido pelo governo, sem poder fazer a transferência completa, o cidadão vendia a terra e passava uma procuração autorizando o "comprador" a tocar os trâmites junto a governo), nos já sabemos que se trata de alguém que foi enganado pelos aventureiros. Quem comprou a terra e hoje não encontra, logicamente procura o*

governo para responder por seu problema. Nós pedimos, então, que ele acione aquele de quem comprou a terra, e assim por diante, comprador por comprador, vendedor por vendedor, até que normalmente chegamos ao primeiro de todos. Localizado esse primeiro, responsável por todos os problemas, ele é então acionado pelo Estado. O primeiro, o aventureiro, logicamente nunca vem ao governo reclamar."

Houve muitos casos também de terras vendidas várias vezes, através do **sistema de procuração** - muita gente perdeu dinheiro em benefício de uns poucos aventureiros: *"É simples: de posse do título provisório, inegociável, o aventureiro vende a terra e fornece ao "comprador" uma procuração. Mais tarde, esse aventureiro pode muito bem retomar a terra sem que o "comprador" tenha qualquer direito, que o título continua no nome do primeiro, que pode agir assim várias vezes, impunemente, enganando os incautos e terminando, no final da história, como o legítimo proprietário da terra."* Durante esses 11 anos, de 66 a 77 prossegue o secretário de Assuntos Fundiários - *houve uma grande evolução tecnológica e o Estado passou a ter à sua disposição recursos como a aerofotogrametria e as informações vindas por satélite. Em 1977 foi criado o Instituto de Terra de Mato Grosso, o Intermap, e aí sim passamos a responder por todos os atos desse órgão que já contava, então, com melhores recursos para verificar a veracidade das informações que lhe eram trazidas."*

O novo processo: o interessado localiza a área, faz a solicitação ao governo e a área recebe, então, a visita dos técnicos credenciados pelo Intermap: *"É um pessoal que, embora não seja funcionário direto do governo, presta serviço. É um pessoal que não brinca em serviço, pois podem perder o credenciamento. Acabou a história de se fazer o levantamento topográfico das áreas requeridas sem se sair de cima da prancheta. Em vista disso, hoje já há segurança documental, além da garantia do satélite que, se acionado, pode verificar e provar a existência de uma casa que seja, em qualquer área do Estado".* (MATO GROSSO S/A, Ano 1 nº 3, p.7/8) (Sem negrito no original)

Assim, tudo indica que entre as causas da ação dos grileiros estava a forma pela qual o Departamento de Terras e Colonização cuidava dos registros. Mas é evidente que isto não era suficiente, pois muitas foram as ações perpetradas pelos políticos mato-grossenses para se apoderarem que imensas áreas daquele estado. O trabalho de Gislaene MORENO está repleto de exemplos recentes. E essa situação se complicou ainda mais a partir do momento em que o DTC foi extinto, em 1966, pois mesmo assim os casos de comercialização de terras inegociáveis legalmente continuaram de uma forma ou de outra.

“Depois de instalado esse quase caos fundiário em Mato Grosso, com o conseqüente surgimento de conflitos generalizados por todo canto do Estado, o **governo resolveu extinguir o Departamento de Terras e Colonização que, teoricamente, deveria funcionar como controlador da ocupação territorial, mas, na prática estava servindo como azeitador principal da gigantesca máquina de trambiques que havia sido montada na Amazônia mato-grossense.**

"O governo estadual descobriu, então que o método de acreditar sem checar nas palavras dos interessados o deixava à mercê dos aventureiros e por isso achou por bem fechar de vez o DTC" - historia Nelson Réu. A partir de 66 e até 77 - ou seja, durante 11 anos - nenhuma terra devoluta foi titulada pelo governo, "principalmente porque não havia nenhum órgão específico para tratar de assuntos fundiários". Durante esses 11 anos, os problemas foram se acumulando, sem que o governo respondesse legalmente pelos atos do extinto Departamento de Terras e Colonização. Foi em função desse alheamento oficial que se agravaram os inúmeros problemas, chegando ao extremo de desencadear verdadeiras guerras no interior. " (MATO GROSSO S/A, Ano 1 nº 3, p.8) (Sem negrito no original)

Assim, embora atualmente, possa haver garantias teóricas quanto à questão do registro de propriedade de terras, muitos colonos ou mesmo pequenos empresários rurais que investem em terras são vítimas de outro tipo de golpe. Os órgãos do governo sabem que há "colonizadoras" que vendem friamente, terras que não possuem em Mato Grosso para interessados em outras regiões do país. Trata-se do golpe da chamada **venda por protocolo**, muito similar a já antiga **venda por procuração**.

"Conforme os registros existentes na Secretaria de Assuntos Fundiários de Mato Grosso, não são poucos os casos de pessoas logradas nessa jogada, "a grande maioria delas composta por pequenos empresários agrícolas do Sul do país", segundo o secretário Nelson Reu. É que são esses pequenos empresários os que geralmente possuem recursos disponíveis para investimentos em mais terras: "Veja bem: o cidadão possui uma determinada área de terra lá no Sul, no Paraná, em São Paulo ou no Rio Grande. Então, chega a ele essa colonizadora "fantasma" e lhe oferece terra em Mato Grosso a um preço baixo (as terras daqui valem bem menos que as de outras regiões). O que esse empresário faz: acredita na documentação apresentada pela empresa, que na maioria das vezes nada mais é do que o simples protocolo de um processo que deu entrada no governo de Mato Grosso vende um alqueire de sua propriedade no Sul e acredita estar comprando vários alqueires aqui."

É o "**golpe do protocolo**", fruto da burocratização excessiva a que chegou o sistema governamental brasileiro. **Um protocolo, na verdade, não vale de forma alguma como documentação, principalmente porque simboliza apenas que o processo deu entrada no governo - não se sabe, portanto, se será ou não aprovado** (o governo, a partir da entrada do processo, põe em funcionamento todo aquele processo de verificação *in loco* da veracidade das informações fornecidas, que podem ser falsas e fornecidas apenas para a obtenção do protocolo).

Esse protocolo, mais algumas fotografias de uma região qualquer, informações falsas sobre produtividade, coisas assim, compõem as armas do crime. E pronto: dentro de algum tempo, esse empresário virá a Mato Grosso à procura de suas terras, não as encontrará e procurará o governo do Estado, buscando solução. Nasce aí, como tantos outros já nascidos, mais um problema fundiário que o governo dificilmente conseguirá resolver. " (MATO GROSSO S/A, Ano 1 nº 3, p.8) (Sem negrito no original)

O próprio Intermat tem informado sobre procedimentos a serem adotados para evitar-se novas vítimas desses golpes. Mas fazer a verificação dos muitos casos sabidamente de golpes no estado, isso jamais. Pois é quase certo que a maioria das elites políticas poderiam estar envolvidas nos golpes.

“O que fazer, então: primeiro, verificar junto ao Incra se a empresa vendedora está efetivamente registrada como colonizadora; segundo, entrar em contato com a própria Secretaria de Assuntos Fundiários do governo de Mato Grosso para verificar se a dita empresa, mesmo que exista documentalmente com colonizadora no Incra, apresentou um anteprojeto de colonização no Intermat (esse anteprojeto é básico para que as terras sejam liberadas para revenda aos colonos) e se esse anteprojeto foi aprovado. A própria Secretaria poderá fornecer maiores detalhes sobre a região e os aspectos legais a ela relacionados. Se não houver registro da empresa no Incra - ou mesmo se houve e não estiver registrado nenhum anteprojeto no Intermat - só há uma saída: chamar a polícia e deixar o resto com as autoridades.

Essa consulta ao governo do Estado pode ser feita através de um simples telefonema, um telex, uma carta, "de qualquer maneira" segundo o secretário Nelson Reu. Ele conclui: *o Estado não pode fiscalizar esse tipo de atividade. Quem tem que ficar atento e verificar todos os aspectos é o interessado, o comprador. Afinal, trambicagem não existe apenas no ramo fundiário, mas em todos os ramos. É preciso muita atenção para se evitar a proliferação desse tipo de atividade ilícita.*" (MATO GROSSO S/A, Ano 1 nº 3, p.8)

Dessa forma, muitos são os casos de problemas com a titulação de terras que envolveram aqueles que participam da corrida pelas terras na Amazônia mato-grossense. Essa corrida que mais parece com um acordar rumo ao desconhecido. Estava-se diante do agravamento das questões fundiárias no Centro Sul (Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina particularmente) e da visão de que na Amazônia, havia terra abundante e fácil, barata e fértil, distantes, mas compensadora. Estava colocada a contradição que acabou movendo os camponeses para a Amazônia. Estava o capital recriando as condições para a reprodução camponesa em terras distantes.

“As grandes e tradicionais empresas de colonização, acostumadas a fazer surgir uma cidade num simples estalar de dedos, descobriram o filão que estava à disposição nas terras mato-grossenses, ao singelo preço de arrojo e pioneirismo. Verdadeiras metrópoles amazônicas já existem hoje, cerca de 20 anos depois de deflagrado definitivamente o processo ocupacional, mas a história registrada entre o ontem e o hoje traz consigo muitos traumas e poucas alegrias, marcas cravadas no desbravamento da Amazônia, esta quase mitológica parte do mundo quase desconhecida.

E o mundo descobriu a Amazônia mato-grossense. Ao lado dos brasileiros mestiços, camponeses do Sul, os estrangeiros passaram a partilhar da penetração.

Primeiro foram os alemães, que aplicaram muito dinheiro no norte do Estado em terras e seringais. Depois, vieram os americanos, trabalhando com as riquezas minerais. E agora vêm os japoneses, numa grande leva migratória esperada para breve, da Japan International Corporation Agency, a fica, de olho no cerrado.

É uma história violenta, semelhante à folclorizada ocupação do Oeste americano, só que bem real aqui, no Oeste brasileiro. Foram muitos os que descobriram que as terras em Mato Grosso não eram tão fáceis como se imaginava de início e morreram na luta por ela. Uma luta que prossegue acirrada até hoje: Mato Grosso possui cerca de 150 pontos de conflito fundiário, enquanto a Justiça local pouco pode fazer porque não acompanhou, em momento algum, o crescimento verificado ao seu redor. Nesse mosaico de disputas desiguais - porque divide em dois lados o poder do dinheiro e a força da produção - agrupa-se um número de lavradores desterrados que já chega a 200 mil, todos eles, sem exceção, carregados para a Amazônia pelas levas migratórias que se tornaram diárias após o fenômeno colonização.

Os índios são outras das vítimas dessa penetração amazônica, como nas versões hollywoodianas do Oeste americano. A chegada dos fazendeiros sulistas inclui a terras indígenas, por maior controle que os governos estadual e federal digam ter sobre elas, na especulação imobiliária que definitivamente se instalou em Mato Grosso há anos. E nem mesmo os projetos de infraestrutura do governo, destinados a fornecer um mínimo de conforto aos pioneiros, respeitam as reservas indígenas. É o caso de estradas como a BR 364, que em seu novo traçado aberto para o esfalfamento (já em vias de conclusão) literalmente cortou ao meio as reservas dos índios Nambikuara, na região oeste do Estado.” (MATO GROSSO S/A, Ano 1 nº 3, p.9/10) (Sem negrito no original)

Os caminhos da colonização

Os povos indígenas foram os primeiros a enfrentarem, portanto, na região norte do estado a sanha avassaladora da tomada de suas terras. Os massacres são muitos como já procuramos mostrar. Apenas mudam os personagens da execução, quase sempre sumária destes povos. Em geral, as rodovias aparecem como verdadeiros caminhos da ocupação. A BR-163, rodovia Cuiabá-Santarém é um exemplo:

“As rodovias que ligam Cuiabá aos recantos mais afastados do Estado, em qualquer de suas regiões, são principais responsáveis por essa verdadeira "invasão" verificada no território amazônico. A principal delas, já conhecida como a "estrada dos colonos", a rodovia Cuiabá-Santarém, a BR-163, ao longo da qual se desenvolveram quase todos os projetos de assentamento de colonos do norte.

Aberta com o propósito de servir como corredor de exportação, ligando boa parte do país ao porto de Santarém, no Pará, na prática a BR-163 nunca chegou efetivamente a ser utilizada nesse sentido. A outra BR, a 364, que liga Cuiabá a Porto Velho (daí até Manaus pela BR-319), que se transformou, rapidamente, no mais viável caminho de exportação.

A BR-163 ficou, então, sendo a "estrada dos colonos".

Foi a partir dessa rodovia, que já se transformou na espinha dorsal do desenvolvimento de Mato Grosso, que surgiram cidades como Sinop, Colíder, Alta Floresta, Terra Nova, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Sorriso e Peixoto Azevedo. O próprio asfaltamento da BR-163, Sinop representará o peso final para que o panorama do norte mato-grossense se altere com muito maior rapidez, segundo preveem as colonizadoras.

A constituição rápida de uma malha viária em condições de tráfego permanente sempre foi considerada estratégica para a ocupação da Amazônia, segundo a ótica do governo federal. Tão estratégica que os executores dos projetos rodoviários são, pelo menos no início de qualquer implantação, os Batalhões de Engenharia e Construção do Exército. As empreiteiras entram sempre no trabalho de complemento ou aperfeiçoamento da malha já implantada.

Aberta a BR-163, começaram a surgir, então, os primeiros grandes núcleos de colonização. Há 10 anos surgia Sinop, cidade que levou o nome da mesma colonizadora que detinha em seu currículo a formação de grandes e importantes cidades durante a ocupação do norte paranaense. Antes disso, já existiam ocupações como Porto dos Gaúchos, localidade colonizada pela Conomali (Colonizadora Noroeste Mato-grossense S/A), que levou para uma clareira fértil, aberta às margens do rio Arinos, toda uma cultura oriunda da mescla brasileiro-européia do Sul do Brasil. Os primeiros passos de Porto dos Gaúchos já foram dados em meados da década de 50, quando ninguém previa a verdadeira explosão demográfica e cultural pela qual passaria aquela região, duas décadas mais tarde.

Para regiões como a de Porto dos Gaúchos foi fundamental a abertura da BR-163, pois esse caminho representou a redução das dificuldades de acesso que lhe eram impostas pela distância. Graças a essa melhora, Porto dos Gaúchos - cuja economia sempre foi baseada na produção de café e borracha - desmembrou-se em mais dois projetos: Novo Horizonte, que se desenvolve a passos rápidos, e Juara, que surgiu há 10 anos e atualmente é uma das cidades mais populosas e promissoras da região. Todo esse complexo colonizador tem duas opções de escoamento de safra e colonos: a própria BR-163, através do entroncamento de Sinop, e a chamada "Estrada da Baiana", que também desemboca na BR-163, só que já em seu final, nas proximidades do Posto Gil.

Sorriso também nasceu na esteira da produtividade descoberta no cerrado que margeia essa rodovia, diferente das demais colonizações por ser formado na maioria por colonos possuidores de recursos maiores. Sorriso graças à força da soja, já disputa, atualmente, o título de "capital da soja" com Nova Mutum, situado a cerca de 200 quilômetros de seu rival. As duas localidades expõem placas, à beira da BR-163, anunciando-se como capitais da leguminosa.

A "estrada dos colonos" abriu caminho, também, para a chegada do progresso a Peixoto Azevedo, este desenvolvido exclusivamente em função do ouro existente nos arredores do rio que lhe deu nome." (MATO GROSSO S/A, Ano 1 nº 3, p.9/10) (Sem negrito no original)

A outra rodovia que está servindo de via de ocupação para a colonização é a BR-070

Do outro lado de Mato Grosso, numa região onde predomina o cerrado baixo o solo arenoso que lhe é característico, caminho da colonização passa pela BR-070, que liga Cuiabá a Barra do Garças atravessando uma região que desde a safra passada está explodindo com o advento da soja. É uma região ocupada quase que totalmente por gaúchos, catarinenses e paranaenses, agricultores em suas regiões de origem.

Assim surgiu Primavera, ex-distrito de Poxoréo, nascida da aventura de alguns gaúchos que se desfizeram de suas propriedades no Sul e viajaram para as margens BR-070. Foi ali que, em 1976, o Ministério da Agricultura realizou seu primeiro campo experimental para avaliação de variedades de soja no cerrado. A diferença de Primavera em relação a outras colonizações é que ali houve uma ocupação praticamente espontânea, sem o respaldo uma empresa capitalizada por trás.

Foi no leste de Mato Grosso que surgiram os pioneiros projetos de colonização' embasados na produtividade do cerrado. Através da antiga Coopercol, hoje Coopercana, surgiram cidades do porte Canarana e Água Boa. Ainda hoje é grande a procura de terras naquela região, principalmente por gaúchos. (MATO GROSSO S/A, Ano 1 nº 3, p.9/10)

A região noroeste do Estado teve na abertura da rodovia "Nova Fronteira", com perto de 1.600 quilômetros de extensão, o terceiro eixo de colonização de Mato Grosso. Saindo de Tangará da Serra e estando projetada para chegar até as chamadas Minas de São Francisco (onde a mineradora Paranapanema executa há anos a extração da cassiterita em grande escala, sem que o governo local tenha controle sobre os tributos que eventualmente seriam gerados), a estrada da Nova Fronteira tem ramificações que atingem vários projetos de colonização já em franco desenvolvimento. São eles: Novo Diamantino, Brasnorte, Agrossan, Porto dos Gaúchos, Novo Paraná, Cidade Juruena, Cotriguaçu, Colniza, Juína e Aripuanã.

A Colonização e a Modernidade

Ao contrário do que se pode supor, o recorte moderno da sociedade brasileira mundializada está presente também na fronteira. É possível que possa parecer estranho, mas a contradição das imagens compostas pela presença simultânea da poeira que marca o período seco e da lama em que se transforma no período das chuvas torrenciais, contrasta com o comércio movimentado das cidades que se multiplicam com relativa facilidade. Essa nova realidade aparece agora, com o avanço pioneiro da

colonização, depois de mais de duzentos anos da rica marcha dos garimpos de ouro e de diamante, que produziram povoados, em geral pobres, no sertão de acordo com as descobertas. Hoje chegam com as frentes pioneiras os modernismos como a rádio FM e a televisão. É como se estivéssemos assistindo um vídeo clip, um tape compacto. Tudo aquilo que a sociedade moderna produziu em termos de progresso tecnológico, nas últimas décadas, chega também nas frentes pioneiras da Amazônia mato-grossense. Fala-se com a Bolsa de Chicago, ou assistem-se programas de TV via satélite. Parabólicas contrastam com falta constante de energia elétrica, mesmo que esta tenha que ser desligada à noite, pois os motores a diesel também o são. Aí aparece a engenhosidade e criatividade dos pioneiros, o pequeno gerador particular pode produzir a energia que permite o acesso da fronteira diretamente ao mundo.

Pude registrar em fotografia, a presença de uma antena retransmissora de sinal da parabólica, implantada no topo de um tronco de castanheira com cerca de 20 metros de altura em Juruena. As antenas parabólicas são verdadeiros símbolos para a venda de terras na fronteira.

Produto do mundo moderno, a lógica do acesso à tecnologia abre sua influência sobre as cidades e projetos de colonização de Mato Grosso. Elas também passam a viver os benefícios e os problemas urbanos das cidades brasileiras. Nessas cidades, agora, há pouco espaço para o colono tradicional, de poucos recursos. Isto graças à especulação imobiliária, que também se instalou nas zonas urbanas de cidades como Alta Floresta. Lá ou em Sinop um terreno na área central já tem custo elevado. Para o investidor de poucos recursos a alternativa é buscar novas áreas pioneiras no interior da própria fronteira. Isto tem feito brotar gradativamente a rede urbana das cidades principais: Paranaíta, Apiacás, Nova Monte Verde, Nova Bandeirantes, e Carlinda para Alta Floresta, ou Vera, Carmem, Cláudia, Itaúba, Sorriso, etc, para Sinop.

As colonizadoras privadas e seus projetos de colonização

Entre as colonizadoras em Mato Grosso, merece o primeiro destaque a Conomali - Colonizadora Noroeste Mato-grossense S/A. Propriedade dos irmãos Mayer de Santa Rosa - RS, colonizou a gleba Arinos com mais de 240.000 hectares e lá fundou a cidade de Porto dos Gaúchos. Porto dos Gaúchos ganhou importância por ter sido o primeiro projeto feito pela primeira colonizadora privada autorizada atuar no estado. Sua implantação trouxe à tona, muitos choques entre os colonizadores e colonos e os índios Tapayuna, os Beijo de Pau como são conhecidos naquela região. Como o acesso foi feito pelo rio Arinos, os barcos eram constantemente alvo das flechas dos índios. Defendiam seu território contra a invasão branca. Muitos foram mortos pelas balas ou chumbo grosso das armas dos brancos. Outros tanto envenenados com arsênico misturado ao açúcar. Os colonos pioneiros falam dessa história com reserva. Os colonos têm hoje no cultivo da seringueira uma importante fonte de renda.

“O fascínio exercido pela exploração da Amazônia não se restringe apenas aos brasileiros, pelo menos em Mato Grosso. E nesse contexto de colonização a participação estrangeira tem sido representativa. Os primeiros a chegar foram alemães, em meados da década de 50.

Em 1956, um grupo de alemães investiu muito dinheiro às margens do rio Arinos, implantando ali, sob os auspícios de uma empresa colonizadora, um povoado que viria a ser cidade e a se chamar, hoje Porto dos Gaúchos. Foi o primeiro esboço colonizador no norte de Mato Grosso, em plena selva, numa região totalmente inóspita e de produtividade até então duvidosa. De qualquer forma, através desse projeto de colonização os alemães plantaram aproximadamente três milhões de seringueiras - uma área que, em produção permanente, abasteceria boa parte das necessidades nacionais da borracha.

Essa borracha foi plantada pelos grupos germânicos Hévea e Brauco Arinos, representados no Brasil pelos pioneiros que avançaram pelo rio Arinos abaixo e escolheram o local para o assentamento. A partir de 64, o governo brasileiro iniciou um controle mais rígido sobre os investimentos estrangeiros em terras amazônicas e essa situação afastou os alemães de Porto dos Gaúchos. Os resultados são sentidos até hoje: o nível de vida no local, até então um dos melhores de todo o norte, decaiu de forma acentuada e todas as três milhões de seringueiras acabaram abandonadas.

Os sinais dessa investida alemã ainda estão lá, porém: Porto dos Gaúchos é uma cidade ocupada exclusivamente por descendentes de alemães, aos quais foi dada absoluta prioridade de assentamento e venda de terras pela colonizadora, a Conomali. São perto de 10 mil habitantes, quase todos louros de olhos azuis. Colonos de outras descendências são encontrados a 50 quilômetros dali, em Juara. E agora, a partir de 1983, os alemães voltaram para colocar em produção gradativa os milhões de pés de seringa abandonados há quase 20 anos.” (MATO GROSSO S/A, Ano 1, nº 3, p.10)

O trabalho dos pioneiros que construiu Porto dos Gaúchos, situado às margens do rio Arinos e a cerca de 750 quilômetros de Cuiabá no sentido norte, foi iniciado exatamente em 1956, quando um grupo de alemães ligados à Conomali, decidiu investir naquela região. Os primeiros técnicos e colonos, informam que a implantação do núcleo inicial foi difícil, principalmente por causa das dificuldades de acesso. O sistema de transporte utilizado era o fluvial, através do rio Arinos. Porto dos Gaúchos nasce, portanto do porto de atracamento construído defronte a uma pequena ilha, em uma das muitas curvas daquele rio.

Porto dos Gaúchos, é um autêntico reduto sulista com característica 'europeias', em pleno clima quente e úmido da Amazônia. A colonizadora, conforme testemunham os pioneiros, tudo fez para que a grande maioria dos colonos fosse, mesmo que de forma distante, descendente de alemães. Superados os problemas iniciais, Porto dos Gaúchos se firmou, na década de 60, como um município que recebeu grande afluência de capital sulista e estrangeiro. Era capital alemão, investido na compra de terras, que resultou em elevação do nível de vida. Mas depois veio a proibição da entrada de dinheiro estrangeiro no Brasil para a compra de terras, e a cidade viveu período de retração no nível de vida.

“Foi um choque: a grande produção de borracha, que era a principal riqueza de Porto dos Gaúchos, decaiu bastante em função do abandono de muitas áreas. Até hoje, por exemplo, cerca de 3 milhões de seringueiras estão praticamente largadas à ação do tempo, plantadas há 20 anos pelos grupos alemães Hévea e Brauco Arinos.

Em função das pressões política levadas a cabo a nível estadual, esses dois grupos estão reiniciando a exploração de uma pequena parte dessas seringueiras que já poderiam estar produzindo há mais de 15 anos. De qualquer forma, o novo alento dado à borracha da região nos últimos anos, com o plantio de novas áreas já em vias de início de extração, está fazendo com que a economia desse projeto de colonização se redimensione e ele passe a representar novamente uma nova opção para colonos, que começaram a chegar, numa reedição dos melhores anos da região. Tanto que um dos grandes fazendeiros de Porto dos Gaúchos implantou em sua propriedade a primeira usina de beneficiamento de látex de todo o norte de Mato Grosso, beneficiando aproximadamente 70 litros diários do líquido extraído de 20 mil seringueiras de sua fazenda.” (MATO GROSSO S/A, Ano 1, nº 3, p.24 e 37)

Uma grande parte dos colonos produzem as lavouras convencionais, como o arroz, o feijão, o milho e o café tipo **robusta**. A

pecuária é a outra atividade econômica de importância em Porto dos Gaúchos.

Concebidos como projetos de colonização voltados para os agricultores de menores posses, os demais projetos implantados naquela região, conheceram diferenças profundas em relação a Porto dos Gaúchos. Baseado em lotes menores nasceu Novo Horizonte do Norte, Tabaporã, o projeto São João, e principalmente Juara.

Assim, em Porto dos Gaúchos e particularmente em Juara, se vê, com maior intensidade, a histórica disputa entre as opções pela pequena propriedade, representado aqui por Juara e arredores, e o latifúndio, mais presente em Porto dos Gaúchos. As viabilidades de ambas as opções têm seus adeptos. De qualquer forma, talvez seja nesta região, onde se dê com maior clareza o choque entre as duas opções. Situadas a apenas 50 quilômetros de distância em plena floresta amazônica, Juara que nasceu na década de 70, tem pouco mais de 21 mil habitantes, está baseada na pequena propriedade e acessível aos colonos, particularmente paranaense. Já Porto dos Gaúchos, colonizada quase exclusivamente por alemães oriundos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tem grandes propriedades e apesar de ser mais antigos tinha uma população de apenas 4,5 mil habitantes em 1991. Mesmo Novo Horizonte do Norte que também se desmembrou de Porto dos Gaúchos já tinha uma população de 4,2 mil habitantes.

Juara, portanto, nasceu de um projeto de colonização comandado por José Pedro Dias, e vive principalmente da exploração madeireira, da produção da lavoura branca, e do café que tem também importância relativa. Curiosamente, Zé Paraná como é conhecido, foi funcionário da colonizadora Conomali de Porto dos Gaúchos. Saiu de lá e montou sua própria colonizadora (Zé Paraná Empreendimentos Imobiliários Ltda) para fundar Juara.

“COLONO VIRA COLONIZADOR

O sr. José Pedro Dias teve muita sorte e trabalhou muito quando chegou à Amazônia, há quase 30 anos. Veio para Mato Grosso investir no projeto Porto dos Gaúchos, no noroeste, e ali permaneceu durante muitos anos. Até que, há cerca de 10 anos, resolveu fazer a sua própria colonização. Implantou Juara, a 800 quilômetros de Cuiabá, hoje próspero município com mais de 20 mil habitantes.

Não há quem não conheça, ali, o José Pedro. Mais fácil ainda se for chamado pelo apelido que o tornou um dos homens mais conhecidos de todo o norte mato-grossense: Zé Paraná. *"Se eu puder, faço tudo de novo. A terra sendo boa e você trabalhando com gente de bem, mais a experiência que já tenho, acho que tudo isso faz com que eu tenha vontade de voltar a ser pioneiro e a colonizar outra região "* diz Zé Paraná. " (MATO GROSSO S/A, Ano 1, nº3, p.17)

A Incol - Imóveis e Colonizadora Ltda (família Briante) tem divulgado, em seus folhetos de propaganda, o fato de ter colonizado área superior a 1 milhão de hectares e fundado as cidades de São José do Rio Claro, Nova Maringá e Brianorte. Também tem difundido a cultura da seringueira como estratégia de uso agroflorestal da região. Com praticamente uma única ligação rodoviária com a BR-364, e sem uma rede mais densa de vias de circulação, aposta no futuro, sem ter certeza da rapidez de sua chegada. Com a articulação viária com a região da soja da BR-163 e de Tangará da Serra, redimensiona seu rumo no futuro.

A Colonizadora Sinop S/A de propriedade de Ênio Pepino (que ainda atua no norte e oeste do Paraná) implantou na gleba Celeste com 650.000 hectares no eixo da Cuiabá-Santarém, quatro cidades: Sinop, Vera, Santa Carmem e Cláudia. Implantou também uma usina para a produção de álcool de mandioca que nunca conseguiu atingir produção satisfatória. Estudos recentes mostram que se tratou de mais um escândalo dos incentivos fiscais. Com certeza, é um dos mais caros "monumentos" da cidade. (VIDIGAL, 1992) Sinop é inegavelmente, o centro urbano de maior desenvolvimento no centro norte do estado. Tem na indústria madeireira sua atividade econômica básica. São mais de dez quilômetros da BR-163, com serrarias e indústrias de laminados. Nessa região central do estado, a exploração madeireira e a colonização têm gerado novos municípios tais como: Itaúba, Marcelândia, União do Sul, Feliz Natal e Nova Ubiratan.

Sinop tem características especiais dentro do contexto da colonização de Mato Grosso. Sinop já é cidade polo de desenvolvimento, portanto, está em um estágio mais avançado de crescimento, entre as cidades pioneiras do norte do Estado, e é junto como Alta Floresta e Tangará da Serra, ponto de apoio para novos projetos na floresta.

A história de Sinop, situada a 500 quilômetros de Cuiabá, é curta: tem exatamente 23 anos, a serem completados em setembro de 97. De

qualquer forma, cheia de aspectos interessantes, nem sempre iguais aos de outros projetos de colonização que nasceram em Mato Grosso, tem um aspecto particular:

“... é Sinop, hoje, o ponto de apoio para surgimento de novos empreendimentos por todo o norte do Estado. Isto é qualquer colonização que se implante na área de influência da BR-163 tem obrigatoriamente que depender do apoio logístico de Sinop, um dos projetos de ocupação mais bem sucedidos da região amazônica ... Sua população, composta na maioria por gaúchos paranaenses e catarinenses - a maior parte representada, lógico, pelos paranaenses, já que a colonizadora foi a mesma que implantou Maringá e outras cidades, no norte do Paraná ... Sinop foi, aos poucos, definindo a sua vocação comercial e industrial para ser cidade de apoio a outras regiões, que antes dependiam exclusivamente de Cuiabá.

Por isso, entre residências e estabelecimentos comerciais ... já conta com todo o sistema de comunicação estruturado: emissora de rádio AM FM, televisão, telefone, telex, jornal etc. As esperanças de Sinop, porém, estão calcadas principalmente sobre uma usina de álcool carburante de mandioca, inaugurada cerca de três anos e que, apesar de já estar produzindo, não convence a todos sobre a sua viabilidade. Tecnicamente é viável, todos concordam. O problema é a produtividade do solo com relação à mandioca, segundo alguns.” (MATO GROSSO S/A, Ano 1, nº3, p.21)

Na gleba de 650 mil hectares de terra pertencente a Colonizadora SINOP, a estratégia para definição do loteamento foi mista. Foi planejado além dos lotes residenciais, as chácaras na área periférica com terrenos variando de 5 a 10 hectares e voltados exclusivamente para abastecimento de hortifrutigranjeiros. Na zona rural, os lotes tinham no mínimo 60 hectares, e projetados centros de convergência social, com igreja, escolas e outros equipamentos. Possuía uma população em 1991, de pouco mais de 36 mil habitantes.

A Indeco S/A - Integração, Desenvolvimento e Colonização, de propriedade de Ariosto da Riva (ex-sócio do grupo Ometto na Agropecuária Suiá-Missu), diz ter adquirido 500.000 ha da gleba Raposo Tavares em 1971 pelo preço de Cr\$ 15,00 o hectare (quantia esta que na época dava para comprar seis maços de cigarro de marca Hollywood). Além dessa área, adquiriu do governo do estado, 1973, outra área contígua a anterior com 400.000, por apenas Cr\$ 50,00 o hectare. Nesta área de quase um milhão de hectares implantou três projetos de colonização: Alta Floresta, Paranaíta e Apiacás. Alta floresta é um dos projetos de colonização mais badalados pela imprensa e por uma parte dos intelectuais. O discurso competente e inverso de Ariosto da Riva convenceu muita gente. Este discurso construído sobre a lógica da colonização, do desenvolvimento agrícola, da fixação do homem à terra, permite a qualquer pesquisador

estabelecer relações interessantes na interpretação daquele projeto de colonização. Penso que a contundência do discurso não tinha correspondência econômica para os colonos no cotidiano. No início da abertura dos lotes, a venda da madeira garantiu entradas monetárias que depois a produção agrícola não manteve. Por isso, durante a pesquisa, na longa entrevista que fiz com ele, fui a procura da lógica inversa do discurso. Não custou muito para perceber que o discurso competente da colonização e do trabalho na terra, tinha o seu contrário, no garimpo do ouro. Ele negou peremptoriamente, vinculação com o vil metal. Mas até os garçons dos restaurantes das cidades sabiam muitas histórias em contrário. O que é certo, é que enquanto o garimpo do ouro crescia a cidade explodia. Com a decadência do garimpo, no início da década de 90, Alta Floresta alcançou no censo um crescimento de apenas 15%. Sua população total foi de perto de 67 mil habitantes. Muito pouco para quem apresentou na década anterior os mais espetaculares índices de crescimento do país. Apicás há dois anos atrás, chegou a ter três imóveis fechados em cada quatro. Certamente, o ouro sempre foi o gerador principal da riqueza em Alta Floresta. Seu controle era monopolista, pois os colonizadores controlavam e por certo continuam controlando tudo. Nesta região localizada no extremo norte do estado, estão localizados também, dois outros projetos privados de colonização que se tornaram municípios: Nova Monte Verde e Nova Bandeirante.

Muitas são as histórias contadas por colonos de Alta Floresta, escolhemos duas. A primeira fala daqueles que progrediram:

“Com 70 anos de idade, Hideo Yamashita escolheu a região de Alta Floresta para executar seu maior projeto agrícola. Agricultor com larga tradição no café, Hideo saiu de Assis Chateaubriand, no Paraná ... rumo à desconhecida Amazônia. Gostou, se entrosou bem com a colonizadora de Alta Floresta (a Indeco) e resolveu ficar, após comprar um dos lotes modulares da zona rural de Alta Floresta. Não deu outra: em pouco tempo, o velho japonês, natural de Osaka, esqueceu completamente o Paraná e hoje já possui mais de quatro mil hectares. ” (MATO GROSSO S/A, Ano 1, nº3, p.17)

A segunda, fala dos que fracassaram:

“Neste último caso pode-se enquadrar o sr. Ernesto Roman e sua esposa Irma Ganhaci Roman, ambos de São José do Cedro, em Santa Catarina, que foram para a região de Alta Floresta em busca de terra fácil para plantar. Ernesto conta que veio a Mato Grosso sozinho, antes da família, e aqui comprou a posse de uma área de cinco alqueires nas proximidades de Alta Floresta. Voltou para Santa Catarina buscar a família: *"Nós tínhamos perdido tudo na enchente de 83, por isso o vislumbre de poder ter terra numa região onde não há enchente, não há seca, não há geadas, para nós era o mesmo que entrar no paraíso."*

Uma ilusão que durou pouco tempo: já quando voltava à Amazônia, trazendo mulher e cinco filhos (ao todo são 14, diz a mulher rindo), seu Ernesto foi surpreendido com a informação de que a terra que ocupava tinha dono e, portanto não poderia ficar. *"Foi um desconsolo"* - diz ele, quase desesperado. - *Ficamos sem ter o que fazer aqui, a milhares de quilômetros de qualquer amigo."*

O pior é que seu Ernesto havia investido todo o dinheiro que possuía, *"em torno de 300 mil cruzeiros"*, nos trabalhos em sua posse, além de uma parte dada ao antigo posseiro como sinal de compra de posse: *"Caí no conto. Agora, não sei o que fazer. Estou trabalhando na terra dos outros, como empregado, até conseguir me ajeitar de novo."*

De Santa Catarina, Ernesto e família dizem não querer nem saber como são as coisas lá: *"Nós vamos nem que seja a 10 mil quilômetros de distância, em busca de novas chances, mas não voltamos. Aquilo lá não é vida pra gente bem"* - afirma, lembrando as perdas a enchente de 83. (MATO GROSSO, Ano 1, nº 3, p.16)

Alta Floresta, projeto de colonização localizada a mais de 800 quilômetro de Cuiabá, no extremo norte do Estado, enfrenta problemas estruturais. Concebido como projeto de colonização, transformou-se em centro urbano de uma rica região de garimpos, como dizem lá no Norte, o ouro vence a lavoura.

O dilema cotidiano da agricultura e da mineração revela cada vez mais a todos que Alta Floresta, vive direta ou indiretamente em função da extração do ouro nas dezenas de frentes de garimpo. O garimpo avança enquanto que a agricultura, que é o principal objetivo dos colonizadores pioneiros, sofre as influências da crise nacional. Assim em função da crise da agricultura, muitos colonos ao invés de cultivar os campos, venderam ou arrendaram suas terras e vão para o garimpo, em busca da ideologia do enriquecimento fácil, que dificilmente se realiza, mas que continua atraindo levas de colonos.

Dois projetos de colonização drenam o maior fluxo de novos colonos, em Alta Floresta: Paranaíta distante cerca de 60 quilômetros, contando em 1991, com pouco mais de 12 mil habitantes; e Apiacás, mais distante, com 7 mil habitantes.

A contradição garimpo x colonização tem levado a empresa colonizadora, a aprofundá-la caminhando na direção das empresas mineradoras, que aliás, já estão em Alta Floresta. O problema é que a cidade já aprendeu a viver do ouro e por certo não haverá possibilidade de regresso. Falaremos sobre essa questão mais adiante.

Outra empresa de colonização que comprou terras, também a preço de Cr\$ 50,00 o hectare, pois o governo entregou-lhe 200.000 ha, foi a Juruena Empreendimentos S/C Ltda. Dirigida pelo fazendeiro paulista João Carlos Meirelles implantou na região noroeste do estado o projeto de colonização Juruena. Juruena se vangloria hoje de ser a primeira cidade amazônica a ir à busca do selo verde. Buscam alternativas no reflorestamento com essências nativas. Mas as distâncias e a péssima conservação das rodovias criam problemas restritivos sérios a seu crescimento.

Juruena também vive o problema do garimpo. Mas já viveu também os problemas da presença de empresa de mineração estrangeira:

“Os grupos norte-americanos, por sua vez, nunca se importaram muito em montar colonizações para respaldar a sua ação na Amazônia. Pelo contrário, sempre aproveitaram os projetos já existentes e em implantação para garantir-lhes o direito de exploração principalmente das atividades mineradoras. **Os casos são muitos (principalmente porque praticamente 40 por cento do ouro extraído em Mato Grosso é comprado por multinacionais) mas há pelo menos um que é exemplar.**

A entrada do capital norte-americano às margens do rio Juruena começou a ser pública a partir do início de 1984, embora os "gringos" - como são chamados pelos colonos da Cidade Juruena ... lá estivessem há pelo menos 18 meses.

A iniciativa de permitir a exploração do ouro pela Mineradora Jarinã, de origem americana, partiu do próprio dono da colonizadora, Meirelles, com a implícita intenção de evitar a dispersão dos lavradores para as frentes de garimpo, mais atraentes do que a agricultura. Antes de os garimpeiros ocuparem, portanto, o empresário achou melhor ceder a lavra, com a devida autorização do Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM - a uma mineradora multinacional, para o monopólio da exploração.

Em meados de 1983 chegou o equipamento da mineradora, instalado no grande canteiro de trabalho situado a 18 quilômetros da sede da Cidade Juruena, às margens do rio. Assustando os colonos, desacostumados a visões desse tipo na selva, chegaram nada menos que balsas americanas, destinadas à extra do ouro na água. E o escritório da Jarinã no local foi instalado em uma barcaça de desembarque de tropas, daquelas usadas pelos aliados na 2ª. Guerra Mundial, especialmente transportada para o coração do sul amazônico. ” (MATO GROSSO S/A, Ano 1, nº3, p.10) (Sem negrito no original)

Os colonos de Juruena já experimentaram os problemas advindos dessa associação entre latifundiários e empresas de mineração:

“O que tornou pública a presença norte-americanos no rio Juruena foi eclosão de um conflito entre eles e alguns fazendeiros sulistas que vieram para a colonização, em função da abertura de uma estrada ligando, em linha reta, a sede cidade Juruena ao canteiro de trabalho da Jarinã. Com autorização de João Carlos Meirelles, essa estrada de 18 quilômetros foi aberta pelos estrangeiros. Mas como cortava propriedades particulares, acabou sendo fechada por duas vezes pelos fazendeiros.

Munidos de intérpretes, os americanos vieram até Cuiabá ... solicitar a intervenção do Dermat a favor, no que acabaram mal-sucedidos. Segundo o Dermat, a estrada acabou realmente não sendo aberta naquele local, mas os "gringos" continuam lá, usando caminhos paralelos para o transporte seu ouro. ” (MATO GROSSO S/A, Ano 1, nº3)

O grupo Ometto, depois de vender a Agropecuária Suiá-Missu em São Félix do Araguaia para o grupo multinacional Liquifarm, implantou, através da Agropecuária do Cachimbo, o projeto colonização de Matupá em área superior a 250.000 ha no extremo norte do estado, no entroncamento da rodovia Cuiabá-Santarém com a BR-080. Uma cidade no centro da antiga aldeia principal dos índios Panará. Por certo, esta é a razão de seu nome. Boa parte do projeto de colonização de Matupá foi arrasada pela exploração garimpeira. Sofre junto com Peixoto Azevedo, a grande favela do garimpo que virou município (uma das maiores taxas de crescimento 38%), os efeitos da queda do preço internacional do ouro.

Matupá tem ganhado a imprensa nacional e internacional em função das cenas de barbárie que lá tem ocorrido envolvendo a linchamento pública de garimpeiros.

A Colonizadora Líder por sua vez, implantou os projetos de colonização que deram origem às cidades de Colider e Nova Canaã. Grilaram terras da União e venderam a colonos do sul do país três vezes mais terras do que possuía. Aos proprietários nada aconteceu, pois o INCRA tomou para si a tarefa de regularizar a titulação das terras. É hoje importante cidade do norte do estado, localizada em área com muitas pequenas propriedades.

“Caso típico dessa situação foi o verificado em Colider, cidade surgida sob os auspícios de um motorista de caminhão que, de repente, investiu-se de empresário do setor fundiário e vendeu terras que não eram suas, embora não tivessem donos declarados. Colider viveu momentos de tensão em fins da década de 70, quando se descobriu que a grande maioria de seus habitantes estavam ali assentados ilegalmente - ou seja, sem os títulos definitivos de posse da terra. Essa situação perdurou explosiva até que em 1982 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, do Ministério do Interior, viu-se obrigado a desapropriar para fins sociais a cidade inteira, que já naquela época despontava como grande fonte produtora de alimentos ... A intervenção do Incra na questão Colider acabou gerando, porém, um problema paralelo: a criação de um grande mercado de posse ilegal nos arredores do projeto, baseado na certeza de que o surgimento de situações de tensão certamente atrairia a ação governamental, da qual sempre sobra um saldo financeiro volumoso, que sai dos cofre, públicos.” (MATO GROSSO S/A, Ano 1, nº3, p.13)

O grupo Hebert Levy, através da Mutum Agropecuária Ltda, implantou no seio do cerrado mato-grossense, ao longo da Cuiabá-Santarém, o projeto Nova Mutum em área superior a 100.000 ha. Mutum como é conhecida desde o início desenvolveu a agricultura mecanizada. Produzindo arroz e soja, cresce solidamente.

Nova Mutum disputa com Sorriso e Lucas do Rio Verde a condição de capital mato-grossense da soja. Projeto de colonização localizado no quilômetro 254 da BR-163 é composto por agricultores já capitalizados que adquiriram lotes de 50, 250 e 500 hectares, quase sempre vendidos em pares.

“Segundo o diretor-presidente da Mutum Agro-Pecuária, José Aparecido Ribeiro *"nós já estamos com três anos de experiência no plantio de grãos nesta área, de arroz, milho e principalmente soja"*. A grande maioria dos colonos é proveniente do Rio Grande do Sul e do Paraná e a eles está sendo dada também a opção pela cultura da seringueira. Aproximadamente 360 mil seringueiras estão perto de entrar no período viável para extração. A pecuária da região também pode ser explorada, segundo os colonos, já existindo algo em torno de 20 mil cabeças de gado na área do projeto.

O distrito de Nova Mutum, que já conta com uma sede urbana que conta com razoável estrutura social, investe também na sua proximidade com as usinas de calcário do município de Nobres, distante apenas 100 quilômetros. Isso, mais as características da terra, garante uma boa produtividade, segundo conta um dos colonos pioneiros, Francisco Silva Cavalcante, de Cascavel (PR), que também trabalha como corretor: *"Eu só vendia terras, mas agora também estou plantando. Nós chegamos a tirar 69 sacas por hectare aqui, o que representa um índice de produtividade espantoso. No Paraná costuma-se colher 30 ou 35 sacas de soja por hectare plantado"* - diz ele. ” (MATO GROSSO S/A, Ano 1, nº3, p.39)

Depois de Nova Mutum e Lucas do Rio Verde, está a Colonizadora Sorriso Ltda implantando, em área também de mais de 100.000 ha, o projeto de colonização Sorriso, hoje município emancipado. A soja é sua produção principal, mas a suinocultura aparece como alternativa complementar.

Sorriso nasceu em meados da década de 70, sob a responsabilidade de um grupo de gaúchos às margens da BR-163, rodovia Cuiabá-Santarém. O ideal era um só: ampliar as fronteiras produtivas de seus empreendimentos particulares. Em função da crise, o caminho desses empresários se cruzou no cerrado brasileiro da BR-163.

A Colonizadora Feliz - formada pelos gaúchos que chegaram primeiro - começou, por volta de 1976, a realizar seus primeiros testes com a

variedade da soja mais adaptada à região, que passou a ser, desde então, a grande vedete desta colonização. Sorriso tem este nome porque dizem que seus colonos pioneiros enfrentaram o "sofrimento do desbravamento, sempre com um sorriso". Sorriso já se auto-proclamou capital da soja em Mato Grosso, além "capital dos investidores na sojicultura".

Exercendo influência na expansão da produção de soja no cerrado, está a ação dos japoneses do projeto JICA-Japan International Corporation Agency que atuam através do Programa de Desenvolvimento do Cerrado-PRODECER.

Encravada ao longo da BR-070, está Primavera do Leste. Nasceu espontaneamente à cerca de 250 quilômetros de Cuiabá, rumo leste. A produtividade alcançada nas lavouras de soja atinge níveis elevados, em torno de 40 e 50 sacas por hectare plantado. Ao contrário dos demais projetos de colonização de Mato Grosso, porém, Primavera não possui nenhuma colonizadora trabalhando com suas terras. Foi uma espécie de colonização espontânea que aconteceu lá, com a chegada de gaúchos que venderam suas terras no Sul e aplicaram parte do dinheiro que possuíam na lavoura do cerrado. A história, então, foi a mesma de outras regiões: primeiro o arroz, depois com a terra cansada e a chegada da soja. Em Primavera, o Ministério da Agricultura implantou, em 1976, o primeiro campo experimental de soja, selecionando as melhores variedades para o cerrado.

Primavera do Leste possuía em 1991 cerca de 12,5 mil habitantes. A especulação imobiliária com a terra é enorme na cidade, pois a diferença entre o preço médio de um hectare de terra no início de sua formação valia mais de dois mil por cento menos do que na atualidade. Essa explosão na especulação deveu-se, essencialmente, à alta produtividade da soja.

“Gaúcho dos bons, com sotaque e tudo Adevino Castelli teve uma sorte melhor embora tenha vindo a Mato Grosso nas mesmas circunstâncias do catarinense Ernesto Roman. Castelli veio e se alojou margens da BR-070, comprou um pedaço de terra, montou um posto de gasolina num entroncamento da estrada, a 40 quilômetros de Poxoreo, e fez nascer meio de improviso, a cidade de Primavera, um dos principais centros produtores de soja de todo o Estado.

"Nós tínhamos uma terrinha, lá. Eu era motorista de caminhão e conhecia bem esta estrada. Resolvi investir e dei sorte" - conta ele. De fato, Adevino abriu um hotel, vendeu, abriu outro e hoje está construindo, com recursos próprios, a estação rodoviária de Primavera cujos boxes deverá alocar a terceiros para a exploração do comércio. ” (MATO GROSSO S/A, Ano 1, nº3, p.16)

Primavera, Sorriso e Nova Mutum têm uma característica diferente quando comparados aos demais projetos de colonização: são compostos, sem exceções, por empresários agrícolas de outras regiões. Isso quer dizer que são opção para os desterrados sem capital. Como os lotes são maiores, as lavouras são extensas e mecanizadas e seus proprietários homens com experiência na agricultura nacional. Sorriso e Nova Mutum foram criados através de colonizadoras constituídas com o fim específico de criar duas novas cidades. Primavera, entretanto, é um exemplo típico de colonização espontânea com a presença de uma cidade média. Os três são economicamente fortes, graças à soja, que explodiu e ocupou cada hectare dos cerrados onde estão assentados esses sulistas.

Fundada pela Colonizadora Imobiliária Tupã, Tangará da Serra é uma das muitas cidades prósperas no norte mato-grossense. É tomada como modelo de colonização em pequenas propriedades em Mato Grosso. O município de Tangará da Serra nasceu no fim da década de 50, de um projeto levado a cabo pela Sociedade Imobiliária Tupã para a agricultura, através da compra das glebas Santa Fé, Juntinho, Esmeralda e Santa Cândida, em uma mancha de terra considerada das mais férteis. Tangará da Serra apresenta-se hoje como um dos municípios que mais se desenvolveram no Estado, estava com uma população de 33,5 mil habitantes.

“A opção pela divisão minifundiária da terra é explicada por um de seus executores, Wanderlei Martinez (que na época do início de Tangará era sócio-gerente da SITA), como o principal responsável pelo sucesso do empreendimento. A medição e a venda dos lotes rurais começaram por volta de 1958, quando começava a ocupação efetiva da terra com a chegada das dez primeiras famílias. Demarcados ao redor do centro urbano, os lotes mais próximos mediam um alqueire paulista e foram destinados à formação de chácaras, enquanto os seguintes tinham cinco alqueires, os mais à frente 20, 50, 100 -aumentando o tamanho à medida que se distanciavam da cidade, chegando ao módulo máximo de 500 alqueires.

A grande maioria dos lotes era pequena e podia ser comprada pelos colonos meeiros de café, do Sul, que ao fazerem uma boa colheita conseguiam dinheiro suficiente para comprar a sua própria terra em Mato Grosso.

“O lote pequeno facilitava a vinda dos colonos, que tinham prazo de carência e parcelamento da dívida assumida. Só assim o agricultor de baixa renda podia adquirir sua própria terra e muitos deles acabaram se transformando em fazendeiros absorvendo os lotes vizinhos ou mesmo comprando novas áreas, em lotes mais distantes”, diz Martinez.

Segundo ele, o modelo adotado para colonizar Tangará da Serra já havia dado certo em regiões paulistas como Marília, Dracena e Tupã.

Um dos maiores problemas enfrentados pelos colonos, inicialmente, foi a falta de estradas. *“Muita gente se assustava com dificuldades de acesso. As estradas ficavam intransitáveis nas épocas de chuva e ficávamos meses isolados”.* Graças a

essas dificuldades, muitos dos que chegaram a Mato Grosso acabaram voltando. Os que ficaram, viram o plano urbanístico de Tangará da Serra ser elaborado já em 1963. Quem ficou, não se arrependeu. E o caso de Leonardo Vendrame, atualmente comerciante instalado na cidade que chegou a Tangará há 16 anos, trabalhando no comércio de madeira: *"O homem tem no sangue vontade de buscar coisas novas"*, diz ele. *"Levamos seis dias para chegar de Rondonópolis até aqui. Nosso único meio de comunicação era um pastor protestante que morava em Chapada dos Guimarães e descia de avião no meio da avenida Brasil. Ele levava e trazia nossa correspondência, remédios, transportava doentes e a sua chegada sempre era uma festa."*

Vendrame concorda ter sido a opção pelo minifúndio a grande responsável pelo sucesso da colonização, pois *"era muito mais fácil de se instalar aqui"*. (MATO GROSSO S/A, Ano 1, nº3)

Tangará conta com a produção de café, arroz, milho, o feijão, o algodão, a banana e a soja, que é um dos produtos que se mostram mais viáveis às características do solo, na região. Além disso, um dos maiores empreendimentos agrícolas do mundo está implantado na Chapada dos Paresi: Grupo Itamarati. Além disso, estão sendo implantados na região mais dois projetos de colonização: Campo Novo dos Paresi e Sapezal.

Mudando para o leste, a Colonizadora Vila Rica de Minas Gerais implantou no extremo nordeste do estado, no vale do Araguaia, próximo à divisa do Pará, o projeto Vila Rica (hoje também município emancipado) com área superior a 100.000 ha. Trata-se de outro projeto de colonização relativamente bem-sucedido. Densamente ocupado, é provável que vá enfrentar problemas no futuro, em decorrência da fragilidade de seus solos.

As Cooperativas e a Colonização

A presença de cooperativas como empresas de colonização também é uma das características da ocupação do norte mato-grossense.

A primeira delas foi a Coopercol-Cooperativa 31 de Março Ltda, fundada pelo pastor luterano Norberto Schwantes em Tenente Portela - RS. Esta implantou projetos de colonização que deram origem às cidades de Canarana e Água Boa no cerrado do médio Araguaia mato-grossense. A cooperativa beneficiou-se da amizade do pastor com o então presidente general Geisel, que via no projeto de colonização uma resposta oficial

(capitalista) aos efeitos da guerrilha e da luta dos posseiros no vale do Araguaia.

Após a disputa entre um grupo de colonos pioneiros, liderados por Orlando Roewer, e o pastor pela hegemonia na cooperativa, Noberto Schwantes criou a Coopercana - Cooperativa Agropecuária Mista de Canarana Ltda, em Carazinho - RS, transferindo-a depois para Água Boa. Com o aumento da disputa política pelas cooperativas, o pastor abandona-as e cria em sociedade com o funcionário do INCRA na região, Sérgio Bertone, a sua própria empresa privada de colonização, a Conagro - Colonização e Consultoria Agrária S/C Ltda. Esta empresa colonizou na região mais de 200.000 hectares de terras. Produzindo arroz no cerrado conheceu processo de decadência na década de 70. As terras foram de certo modo concentradas depois da crise, e a expansão da soja garante rendas significativas, mas a pecuária voltada para a criação ganha expressão.

Com a tomada do poder na Coopercana pelo grupo liderado por Orlando Roewer, trataram de encerrar as atividades da Coopercol e ainda com a proteção governamental e após sucessivas crises e falências, o próprio governo federal chamou a Coopercana para dirigir e implantar o projeto de colonização de Terra Nova. Como se sabe este projeto visava assentar no norte mato-grossense (a 650 Km de Cuiabá no eixo da Cuiabá-Santarém), os colonos acampados que haviam sido expulsos da reserva indígena de Nonoai no Rio Grande do Sul. O projeto Terra Nova, implantado em área de mais de 200.000 ha, conheceu rapidamente problemas particularmente relacionados com a malária e com a distância dos centros consumidores do país. Assim, o projeto passou a se constituir numa espécie de marco para o processo de retorno dos gaúchos que foram transferidos do Rio Grande do Sul para o Mato Grosso. O início do processo de retorno, que já se manifestava em Sinop e Canarana, teve em Terra Nova o seu auge. Estudos recentes mostram que menos de 15% dos colonos pioneiros ficaram no projeto. Terra Nova do Norte tornou-se município, e recentemente Um de seus distritos também se emancipou: Nova Guarita.

“Há perto de dois anos, a região do Médio Araguaia, no leste mato-grossense, tornou-se motivo de preocupação para o governo e de quase desespero aos produtores locais. A região, que ao tempo da entrada dos primeiros colonizadores mostrava-se promissora, com o arroz de sequeiro alcançando recorde, dava a impressão de querer sepultar um dos mais importantes projetos de colonização que a iniciativa privada já iniciara no País: o da Coopercol, hoje Coopercana - Cooperativa Mista Agrícola Canarana Ltda, que trouxera nos anos 70 cerca de mil famílias de colonos catarinenses e gaúchos para a região.

A safra de arroz de sequeiro conseguida pelos colonos, que atingira a 5 por cento da produção nacional em 1979 - 320 mil toneladas - caiu para 180 mil toneladas apenas dois anos depois. Ao mesmo tempo, com os custos de produção elevando-se assustadoramente e os preços mínimos reais garantidos despencando, frente à inflação, o desalento dos produtores fazia prever o que já se chamava de "a falência do Médio Araguaia".

Mas houve saída, através da cooperativa, principalmente para seus associados. E, depois, para os demais produtores da região. A duras penas, a Coopercana conseguia movimentar em 1983, depois de três anos de iniciativa, a implantação de sua usina de beneficiamento de calcário em Cocalinho, às margens do rio das Mortes. Localizada a pequena distância das terras lixiviadas, "onde nem o mato crescia mais", a jazida de calcário permitia aos agricultores a recuperação do solo. Ao mesmo tempo, declarado região de emergência pelo governo, o Médio Araguaia obtinha crédito agrícola a juros suportáveis pelos produtores e com prazos razoáveis de pagamento.

A Coopercana foi criada em 1975 como um projeto da Coopercol, esta implantadora da colonização no cerrado do Araguaia. Portanto, empenhada na recuperação econômica do Araguaia. Se a realidade parecia negra, em 1981, havia motivos para isso. Os colonos estavam cientes, desde quando haviam chegado aos cerrados, que não poderia produzir arroz por muito tempo no mesmo solo.

Em 1977, a Coopercana, dois anos após sua criação, já começava a mover os pauzinhos para a produção de calcário em uma mina adquirida às margens do rio das Mortes, situada a 150 que metros das áreas de plantio. A partir de então, as dificuldades começaram superadas. Era preciso implantar uma estrada para se chegar à mina e, sobretudo, obter financiamento para a construção da usina de moagem. Quando tudo ficou resolvido, o ano de 1982 já corria. A iniciativa demorou a ser concretizada justamente porque a agricultura não estava crescendo conforme o previsto, resultando para a cooperativa na demora da liberação de financiamentos quando escasseavam os recursos próprios. ” (MATO GROSSO S/A, Ano 1, nº3, p.44/5)

No meio da primeira grande crise a cooperativa foi implantar outro projeto de colonização para o governo:

“Mas, conforme informação do diretor Sérgio Bertoni, foi com a emancipação política dos municípios de Canarana, Nova Xavantina e Água Boa que se tornou possível impulsionar de vez a cooperativa. Até então, a empresa se encontrava onerada com as diversas atividades administrativas prestadas aos núcleos de colonização: *"O interessante é que tivemos até que nos afastar da região, para vermos o corte definitivo desse cordão umbilical"* - confessa - *"Depois, sim, entramos novamente com a cooperativa agropecuária, e somente com as funções a ela pertinentes: produção e consumo"*

De 1975 a 1978, três anos depois de chegar a primeira leva de colonos, cerca de mil e 500 famílias foram assentadas no Médio Araguaia pela Coopercol e a Coopercana, sem contar com outras centenas que vieram com recursos próprios e instalaram grandes agropecuárias em todo o vale.

Apesar do grande êxito inicial, a Coopercana mergulhou em grande crise financeira. Precisou socorrer centenas de famílias gaúchas de posseiros, expulsas de áreas indígenas no Rio Grande do Sul, em 1978. Dispostos a aceitar o "convite" de implantação de novo projeto de colonização no Estado de Mato Grosso, os dirigentes

da cooperativa abriram mão de recursos próprios para viabilizar um novo projeto. Em menos de um mês - tempo necessário para uma empresa com "know-how" adquirido em outros programas do tipo -a estrutura estava montada. E Terra Nova aparecia no mapa mato-grossense, com 1.050 famílias assentadas à margem da BR-163, a Cuiabá-Santarém. ” (MATO GROSSO S/A, Ano 1, nº3)

Mais tarde, na própria esteira da Coopercana, a Cotrel - Cooperativa Tritícola de Erechim Ltda implantou o projeto Peixoto Azevedo em parceria com o INCRA em área de 100.000 ha. Também a Cotriguaçu iniciou projeto de colonização em área de 400.000 ha em Aripuanã, que levou a sua emancipação como sede de município. Suas terras eram em parte, terras dos índios Rikbaktsa. A CAC - Cooperativa Agrícola de Cotia e INCRA implantou em Alta Floresta o projeto Carlinda em área de quase 100.000 ha.

A Coomajul - Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira Ltda instalou também, no município de Nobres, o projeto de colonização Ranchão.

O Estado e a Colonização Pública

A colonização pública no estado de Mato Grosso, que é o paraíso das colonizadoras privadas e das empresas agropecuárias, não tem sido área prioritária de atuação dos governos estadual e federal no que se refere à colonização nas últimas décadas.

Entretanto, o governo estadual, através da Codemat - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso S/A, implantou o projeto Juína em área de mais de 400.000 ha em terras sabidamente dos índios Salumã, Cinta-Larga e Erikbaktsa (hoje em reservas). Este fato faz com que constantes conflitos entre colonos e nativos venham ocorrendo na região. Além deste, um segundo projeto do governo estadual foi implantado; trata-se do projeto Panelas com área de mais de um milhão de hectares, localizado em Aripuanã.

A atuação da Codemat em Juína esconde muitos escândalos e violência, mas o maior deles envolve a ocorrência de diamante na área. Uma empresa multinacional já operou no vale do Juruema extraindo diamante do cascalho do fundo do rio. Ao que se comenta na cidade, altos funcionários da Codemat, entre eles um parente próximo do ex-governador Júlio Campo, teriam ficado com os lotes onde o mineral ocorre. A cidade de

Juína no período áureo da exploração do diamante chegou a ter uma “Bolsa do Diamante”.

“Com uma área de aproximadamente 75 mil quilômetros quadrados (equivalente a todo o Estado de Santa Catarina, por exemplo), Juína possui hoje uma população calculada em 25 mil habitantes, gente que começou a chegar no final de 1977 e até hoje não parou de migrar para lá. Município desde 1982, Juína não é, porém, um paraíso no meio do «inferno verde”. Tem seus problemas, como, aliás, todas as cidades implantadas na selva.

A área total do projeto possui 411 mil hectares e, segundo o plano inicial ... essa área é dividida em núcleo urbano, quatro subnúcleos para apoio a zona rural e pequenas, média e grandes propriedades «distribuídas de acordo com a fertilidade do solo”.

A produção de hortifrutigranjeiros para o abastecimento urbano é conseguida nas chácaras que rodeiam a cidade, cada uma delas com 12 hectares. Logo a seguir estão as pequenas propriedades, lotes de até 100 hectares, quase sempre trabalhados apenas pela própria família, onde são produzidos o arroz, o milho e o feijão. Também nesses lotes já estão sendo experimentadas culturas perenes, como o cacau, a seringa e o guaraná, economicamente mais viáveis.” (MATO GROSSO S/A, Ano 1, nº3, p.42)

Sobre os demais projetos de colonização oficial, A CODEMAT vem implantando o projeto Panellas

“E agora entra novamente em cena, com um novo projeto destinado à ocupação de uma das muitas regiões isoladas do Estado, o extremo-noroeste de Mato Grosso, mais precisamente o norte do município de Aripuanã, situado na divisa com Rondônia e Amazonas. Trata-se do projeto "Panelas", situado nas proximidades do rio Roosevelt, uma região que chegou a ser cobiçada e reivindicada pelo então território de Rondônia, quando de sua transformação em Estado. Essa reivindicação de Rondônia, que quase surtiu efeito, acabou gerando um problema diplomático entre os dois governos da época, e que acabou no Ministério da Justiça com ganho de causa, por vias políticas, para Mato Grosso.

Na verdade, o Projeto Panellas nada mais é que uma etapa do maior, o Projeto Aripuanã-Roosevelt, este elaborado justamente para ocupar a área que um dia Rondônia reivindicou ...

O primeiro passo para a implantação do Projeto Panellas foi a criação do "Núcleo Pioneiro Fellinto Muller", que tem uma área de aproximadamente 160 mil hectares destinados exclusivamente ao assentamento dos colonos. Além disso, mais 153 mil hectares ficarão na iminência de ser aproveitado ... espera-se que perto de 12 mil pessoas estejam morando às margens do rio Roosevelt, ou seja, mais de duas mil famílias.

Os colonos deverão ser assentados em lotes que variam de 50 a 500 hectares, conforme o projeto já elaborado pela Codemat. A infraestrutura fica por conta do governo do Estado.

O Projeto de Colonização Aripuanã-Roosevelt é muito mais abrangente do que o Projeto Panelas, pois lá estão também, os projetos Guariba e Alto Guariba. (MATO GROSSO S/A, Ano 1, nº 3, p. 41.)

A ação da Codemat é implantar, enquanto há disponibilidade de terras mais projetos de colonização, que, entretanto, está atingindo povos indígenas daquela região de Mato Grosso.

O governo federal, através do INCRA, tem praticamente dois grandes projetos de colonização no norte do estado. No primeiro grande projeto, localizado no eixo da Cuiabá-Santarém, na porção do extremo norte do estado, já na divisa com o Pará, nasceu a cidade de Garantã do Norte, hoje emancipado. Garantã do Norte conheceu dois projetos do INCRA implantados em terras dos índios gigantes Panará (Kren-Akarore) que quase foram dizimados no primeiro contato com os trabalhadores que abriam a estrada. Mais tarde foram transferidos para o Parque do Xingu e atualmente reconquistaram uma parte de suas terras. O PAC - Peixoto Azevedo com 120.000 ha, executado em convênio com a Cotrel - Cooperativa Tritícola de Erexim Ltda, visou transferir colonos do sul do Brasil (áreas de tensão) para a região. Já o projeto Braço Sul (105.000 ha) visou regularizar a situação fundiária de posseiros da região e assentar 500 famílias de brasiguaios que viviam no Paraguai em terras que foram inundadas pela represa de Itaipu. A expansão do garimpo desarticulou completamente a produção dos colonos, e trouxe um crescimento urbano expressivo, na última década alcançando mais de 40%, o maior do estado. Nessa área do extremo norte do estado recentemente também se emancipou o município de Novo Mundo.

O segundo grande projeto do INCRA no Mato Grosso é Lucas do Rio Verde. Com área de 240.000 ha, localizado também no eixo da Cuiabá-Santarém entre Sorriso e Nova Mutum (250 Km da capital), em pleno cerrado, é um dos maiores escândalos da colonização oficial no país e uma espécie de anti-símbolo da luta pela reforma agrária. A origem do projeto remonta ao início da década de 80, quando milhares de colonos sem terra iniciaram o grande acampamento da Encruzilhada do Natalino no município de Ronda Alta-RS. Para desmobilizar o movimento, o então ministro extraordinário para assuntos fundiários e membro do Conselho de Segurança Nacional general Danilo Venturini convocou o major Curió para lá atuar. Após várias tentativas de repressão e frente à resistência dos colonos, o governo resolveu oferecer terras no Mato Grosso aos natalinos. Em maio de 1982, depois de muitas promessas, 213 famílias de acampados aceitaram o deslocamento para Lucas do Rio Verde. O projeto foi concebido para assentar 900 famílias em lotes de 200 ha. O trajeto do escândalo tem passagens fantásticas. O primeiro executor do INCRA no projeto (ligado a grupos políticos de Cuiabá) passou a articular junto a um dos maiores

posseiros da área (os posseiros existentes na área receberam lotes do INCRA) e com o então gerente do Banco do Brasil em Diamantino, uma verdadeira "arapuca" para os colonos recém-chegados ao projeto. Como o governo queria fazer do projeto "efeito demonstração" aos natalinos que continuavam acampados, abriu crédito em proporção superior ao que seria necessário para desapropriar e fazer a reforma agrária no próprio estado do Rio Grande do Sul para os acampados. Dessa forma, os colonos chegando ao INCRA, em Lucas, eram enviados a Diamantino para obterem os financiamentos. O gerente do banco agindo "por fora" avisava os colonos para contratarem os serviços da "empresa de trabalhos agrários" controlada pelo ex-posseiro. A partir daí a "empresa destocava o terreno, arava, plantava, pulverizava, colhia e vendia", depois "recebia o pagamento do próprio banco". Ao colono só restava "ficar sentado na porta da cozinha pela manhã e só se mudar para a porta da sala porque o sol mudava de lugar"

Resultado, a maioria dos colonos abandonou o projeto voltando para o Sul. Em 1984, das 213 famílias que para lá haviam ido, restavam menos de 18. Em 1987, menos de 10. Muitos entregaram os lotes em troca da passagem de volta para o Rio Grande do Sul. Outros venderam por pequena importância em dinheiro.

Mas quem eram os "compradores"? Um grupo articulado pelo então executor do INCRA. Ao certo, ninguém consegue saber quem são os verdadeiros proprietários, pois os lotes continuam em nome dos primeiros colonos e os seus atuais proprietários "funcionam" como seus "procuradores" que "cultivam com soja os lotes para os colonos". Além disso, o próprio executor do INCRA cuidou de distribuir os demais lotes para pessoas com compromisso de não ocuparem de fato as terras e em seguida efetuarem a "devolução" para ele próprio. Enfim, Lucas é uma das grandes falcatruas da colonização oficial e há quem diga por lá que há "gente grande de Brasília no meio da muamba".

Segundo a legislação em vigor, o INCRA poderia anular a concessão dos títulos que inicialmente são provisórios. Entretanto, o agora ex-executor do INCRA, demitido do cargo por processo administrativo, partiu para a articulação política criando o diretório do PMDB em Lucas e apoiou o ex-governador e agora senador Carlos Bezerra. Em troca pediu, simplesmente, a "anistia" para tudo o que ocorreu em Lucas do Rio Verde. Conclusão: a oficialização do escândalo.

Mas a luta dos Sem Terra também chegou a Lucas. Lá no longínquo cerrado mato-grossense nasceu o primeiro acampamento dos Sem

Terra do Mato Grosso, depois transformado em uma associação que tentou lutar pela reforma agrária em um projeto de colonização do governo federal.

“Uma cidade fora da lei

Em Mato Grosso as cidades nascem da noite para o dia. Surgem do meio do cerrado ou da Amazônia, construídas sob o signo da violência. Nesta reportagem, a história de Lucas do Rio Verde: um município que está nascendo de um projeto do INCRA, onde a corrupção andou solta. E ainda anda? A noite só se vê algumas luzes fracas de um dos lados do quilômetro 680 da BR-163. As luzes parecem distantes. De dia é uma cidade pequena, com casas de madeira nascendo no meio do mato, ruas carregadas de poeira ou lama, conforme a estação, muitos homens de chapéu nas ruas. Possui algumas características exclusivas das cidades de colonização recente do cerrado ou da Amazônia. O grande número de novas construções revela uma atividade febril. São os sulistas, com seus cabelos loiros. Mas não é só progresso que a paisagem esconde. Por trás do cenário é possível desvendar uma história de medo, corrupção, politicagem e falcas. Em 1985 Lucas do Rio Verde foi elevada à condição de distrito de Diamantino (Médio Norte de MT). Agora se prepara para virar município: são cerca de 3.000 Km² colonizados por agricultores sem-terras, parceiros, posseiros, grandes fazendeiros, comerciantes de terras públicas, pequenos e médios comerciantes, políticos conhecidos e desconhecidos, policiais violentos, funcionários do INCRA, padres. Uma população dividida em facções que se odeiam mutuamente. De qualquer maneira um bom exemplo de como nasce uma cidade, no Centro Oeste brasileiro. Tudo começou em 1979, quando 26 posseiros resolveram ocupar a região. As dificuldades de transporte seriam compensadas pela grande quantidade de terras disponíveis, calculavam eles. Naquela época a BR-361, rodovia Cuiabá Santarém, não passava de um sonho, e durante o tempo das águas o Médio Norte e o Norte de Mato Grosso ficavam praticamente isolados. Próximos à área que depois foi destinada ao projeto do INCRA, já existiam grandes latifúndios, alguns de propriedade de nobres europeus. A Cooperlucas - Cooperativa Lucas do Rio Verde - por exemplo, recentemente adquiriu uma fazenda de um nobre alemão. Estas fazendas, como se verá adiante, cumpriram um importante papel na história de Lucas. Nelas os parceiros pobres encontravam a possibilidade de pelo menos não morrer de fome. Irineu Antônio Piveta foi um dos primeiros a chegar. Veio com cinco irmãos de Faxinal do Soturno, Rio Grande do Sul. A primeira posse dos Piveta era de 1.600ha. Como a terra do cerrado é muito ácida e exige investimento alto em correção do solo, além do desmate, enleiramento etc. eles resolveram trocar esta por uma posse menor. Atualmente possuem 600 hectares que estão em nome de um dos irmãos. Esta propriedade corresponde a três lotes individuais do INCRA, que os Piveta compraram de parceiros que no começo de 82 foram assentados no projeto Lucas do Rio Verde. **O negócio que fizeram é ilegal. As terras de projetos do INCRA não podem ser comercializadas livremente. Sobre elas incide uma "cláusula resolutiva", que determina que a terra não pode ser vendida durante cinco anos após a data de registro no cartório imobiliário. A lei é clara e o seu descumprimento também.** Um comerciante chamado Derbi que está levantando uma lanchonete em Lucas, disse: **"aqui, nesta cidade, tudo é frio. Esta é uma cidade fria. Ninguém tem documento de nada. Eu não tenho também".** É verdade: **"se fossemos aplicar a lei com rigor, toda a cidade iria parar na cadeia",** constata, desconsolado, um funcionário do INCRA. Enquanto a lei não é aplicada continuam as negociatas com as terras públicas. E são tão evidentes que em Lucas do

Rio Verde funcionam algumas imobiliárias, que compram e vendem terras. O INCRA, que é a maior autoridade em Lucas, tolera a existência das imobiliárias. Apesar disso legalmente só ele tem o poder de distribuir lotes urbanos ou rurais. Quando o projeto for emancipado, assim que completar 5 anos, a autoridade máxima passará a ser a Prefeitura de Diamantino e posteriormente uma prefeitura própria. Na verdade, o INCRA também é apontado como uma das fontes dos negócios ilegais. A história de Lucas começa longe de Mato Grosso. Em 1981, milhares de agricultores sem-terras do Rio Grande do Sul e Santa Catarina iniciaram um movimento espontâneo, que perturbou a paz dos militares que estavam no poder. ” (RDM-nº1,1986:14/15) (Sem negrito no original)

Atualmente a cooperativa de Lucas do Rio Verde - Cooperlucas - é uma das maiores cooperativas do país. Atua no município e vizinhos (Nova Mutum, Sorriso e Tapurah) como comercializadora da produção de soja da região. Inclusive, buscam diversificar a área de ação implantando uma área de criação de suínos e um frigorífico.

O quadro traz uma síntese desse processo de colonização. Revela a distribuição estratégica dos núcleos face a presença indígena e principalmente face os projetos agropecuários. Tudo indica que o caráter de “viveiro de mão de obra” ainda persiste nestes projetos, mesmo que para isso o capital tenha que contraditoriamente, abrir a possibilidade para a existência da terra camponesa.

“Toda a história da ocupação de Mato Grosso pelos pioneiros, a começar pela entrada da primeira bandeira, liderada por Pascoal Moreira Cabral e por Miguel Sutil de Oliveira (paulistas de Sorocaba), que culminou com a fundação de Cuiabá, 265 anos atrás, passa pelo ouro e pelo diamante. A região de Diamantino, por exemplo, surgiu em função de grandes jazidas dessa pedra preciosa encontradas nas proximidades do rio Paraguai. Outras regiões diamantíferas foram depois descobertas: Poxoreo e Guaratinga, há 5 décadas; Paranatinga e Tesouro, nos anos 50.

Se na fase das bandeiras as riquezas minerais foram importantes e determinaram o surgimento de Mato Grosso, agora elas criam problemas (veja matéria sobre Alta Floresta, na Revista dos Municípios, encartada nesta edição). Mas continuam preponderantes no surgimento de colonizações. No eixo da rodovia Cuiabá-Santarém, a BR-163, nasceu há cerca de cinco anos Peixoto Azevedo, lugarejo que recebeu o nome do rio que o corta, hoje um dos principais centros produtores de ouro do Brasil e em vias de conseguir a sua emancipação político-administrativa de Colíder, município ao qual pertence.

Peixoto possui, atualmente, uma população de aproximadamente 25 mil pessoas, fixadas de forma definitiva na zona urbana e vivendo exclusivamente do ouro. É uma das mais ricas cidades da Amazônia colonizada, com um incrível comércio que conta, hoje, com mais de 500 estabelecimentos, em grande parte bares e boates. Além da população fixa, há ainda cerca de 35 mil garimpeiros que habitam Peixoto Azevedo de forma temporária - isto é, somente permanecem ali nos seis meses onde o garimpo nos rios é possível, nos períodos de seca.

E o mais exemplar dos casos de colonização surgida em função da mineração, já que nos demais se verifica, hoje, um choque entre a ilusão do ouro e a crise na agricultura. Garimpeiros são reprimidos em regiões como a de Alta Floresta, porque a colonizadora, a exemplo do que ocorre em outras áreas de iguais características, diz preferir investir na agricultura. ” (MATO GROSSO, S/A, Ano 1, nº3, p.11)

A descoberta de ouro em garimpos na porção norte do estado de Mato Grosso fez com que, a partir do final da década de 70, autêntica corrida para os garimpos ocorresse dentro dos próprios projetos de colonização. Foi assim que Guarantã do Norte, Matupá, Terra Nova e Colider tiveram que aprender a conviver com os garimpos do rio Peixoto Azevedo e rio Teles Pires. Foi assim também, Carlinda, Alta Floresta, Paranaíta e Apiacás tiveram que conviver com os garimpos fechados do município de Alta Floresta, "onde ninguém entra ou sai sem controle".

Aliás, os garimpos de Alta Floresta são famosos, pois pelo que se sabe, Ariosto da Riva, proprietário da Colonizadora Indeco, sabia desde 1972 da ocorrência do ouro em suas terras. Mas foi no final de 1978 que a notícia se espalhou através de dois garimpeiros que penetraram na área vindos do Pará pelo rio Juruena. Como consequência, uma avalanche de garimpeiros correu para a região e outra parte dos colonos deixou a agricultura em busca da aventura do garimpeiro. A violência passou a fazer parte do cotidiano do projeto, e a tentativa do "enriquecimento fácil" tomou conta das cidades de Paranaíta e Alta Floresta. Estima-se que mais de 300 garimpeiros já foram mortos na disputa pelo ouro. De um lado, as empresas de mineração e a colonizadora, e do outro, como elo frágil, os garimpeiros. Desde 1978 a Indeco destacou um de seus "homens de confiança" para "administrar" os garimpos na condição de "arrendatários", tendo, portanto, o monopólio da compra do ouro, do transporte e do abastecimento. O ouro, segundo afirmou uma repórter do Jornal Estado de São Paulo e Jornal da Tarde, que lá estiveram desde 1979, é vendido a comerciantes de São Paulo por preço que ninguém sabe. Os hotéis da cidade (praticamente todos) são os locus privilegiados das operações de contrabando do metal.

Dessa forma, estes projetos envoltos com garimpo são exemplos vivos da encruzilhada que vivem hoje muitos projetos de colonização na Amazônia; ou seja, entre a agricultura (além da "lavoura

branca" cultiva-se café, cacau, guaraná, seringa etc.), em geral com pouca assistência dos governos, e a febre do ouro dos garimpos.

“6/9/79 - Vinte garimpeiros ficaram retidos no Posto de Controle. Naqueles dias ficou-se sabendo que um garimpeiro tinha sido fuzilado no mato por outro. A polícia suspeitou que era um deste grupo. O líder do grupo foi retirado, e estando de pé, foi golpeado sem parar com o estojo do facão no rosto. Como não dizia nada e talvez não soubesse mesmo de nada, lhe tiraram a roupa toda. Foi obrigado a deitar-se diagonalmente na estrada. Mãos e pés estendidos. Em seguida feriram-lhe as mãos enquanto um policial com os pés ia pisando sobre ele e sobre as mãos. A seguir espalharam sobre o corpo suado cerca de um quilo de sal e o garimpeiro foi obrigado, no calor terrível, a ficar deitado durante 25 minutos, picado por uma multidão de mosquitos. Ainda não dizia nada e provavelmente nem sabia quem matou o homem no mato. Os restantes 19 garimpeiros foram então obrigados a se postarem em fila um atrás do outro, sendo cada um deles obrigado a com os dois pés pisar no companheiro que estava deitado ... Com isso o sal foi sendo mais comprimido contra o corpo e, depois desta tortura, o corpo do garimpeiro tornou-se de cor vermelho-púrpura. Depois que todos os 19 garimpeiros já tinham passado por cima do que estava deitado no chão, este teve que se levantar. Foram então obrigados a subir no caminhão PKW que estava pronto para partir e a se deitarem numa esteira. Eles obedeceram prontamente porque se alguma cabeça aparecesse para fora do caminhão os policiais atiravam nela, embora sem nunca acertarem. Depois de duas horas o caminhão subiu na direção de Paranaíta. ” (SCHAEFER, 1985:154)

Assim a colonização no norte mato-grossense constituiu-se em um paraíso para o capital, para os especuladores e para os grileiros que atuaram livremente com o "apoio" do próprio governo. Verdadeiros latifúndios continuam sendo entregues "de graça" para os grandes grupos econômicos especularem com a terra.

Assim, novos personagens sociais aparecem formando as novas regiões do norte-matogrossense. Quem são eles?

“Quem são esses novos personagens do Centro-Oeste brasileiro, trazendo para cá toda a influência de uma cultura europeizada que colonizou o Sul brasileiro? Quem são afinal os "polacos" esses homens de pele clara, cabelos e sobrancelhas alourados, enfrentando o inédito (para eles) calor dos trópicos e formando verdadeiras cidades amarelas de grandes olhos azuis?

Definir o perfil do colono em Mato Grosso não é tarefa fácil, muito menos explicar os motivos que os trazem a um lugar tão diferente de suas origens, tão distante de suas tradições. Não é fácil porque cada projeto de colonização tem a sua característica, cada colonizadora tem o seu público. Há, a grosso modo, dois tipos de colono: o que tinha capital no Sul e resolveu investir em Mato Grosso e o que nada tinha como alternativa a não ser abandonar os sonhos do passado e buscar novos ramos para sobrevivência de sua família.

Uma coisa, porém, todos têm em comum: tradições agrícolas que tentam trazer para Mato Grosso, desencadeando a partir das primeiras experiências um lento e

sofrível processo de decepção que, por absoluta falta de pesquisa agropecuária, já fez milhares deles desistirem no meio da empreitada.

Todos os cantos de Mato Grosso estão sendo "invadidos" por esses estranhos personagens - estranhos para o caboclo nativo, de cabelo e pele escuros os "europeus" da nova época que ganham espaços e implantam aqui a sua cultura. Não há choque de culturas, principalmente porque a que vem de fora é infinitamente mais forte, embora igualmente rica, por estar há séculos sendo cultivada, organizada sobre tradições antropológicamente encaixadas na história de seus avoengos.

É por isso, por exemplo, que existem pelo interior de Mato Grosso dezenas de Centros de Tradição Gaúcha - os famosos CTGs, que em qualquer das novas cidades já são ponto de referência para qualquer iniciativa ...

Em todos os aspectos, enfim, os sulistas se organizam. Gaúchos e paranenses já têm times de futebol formados, disputando as categorias inferiores do futebol mato-grossense. E a torcida é forte: início do ano, o Internacional de Porto Alegre jogou em Cuiabá, contra o Operário, e a torcida gaúcha conseguiu lotar mais da metade do estádio de 35 mil lugares. Há torcidas organizadas do Grêmio de Futebol Portoalegrense em Sorriso e Sinop. Nas demais áreas, ocorre o mesmo como em Alta Floresta, onde o repórter da televisão local aparece, aos domingos apresentando duplas sertanejas típicas Sul, microfone numa mão e cuia de chimarrão na outra, bombacha e chapéu crioulo. São paranaenses, catarinenses e gaúchos ocupando espaço na geopolítica amazônica. É Mato Grosso de pé vermelho, tomando mate e dançando vanerão. ” (MATO GROSSO S/A, Ano 1, nº 15/16)

Assim, o processo geral que trás novos personagens, destrói outros. As primeiras vítimas foram as nações indígenas e as segundas serão os próprios trabalhadores, colonos, peões ou garimpeiros. Para eles foi reservado também um lugar na Amazônia: o inferno.

Mais uma vez a história se repete. Toda colonização traz consigo os mesmos mecanismos estruturais. Primeiro, projeta-se através dos mapas a delimitação da fração do território a ser tomada. Em seguida, todos os meios são válidos para justificar a conquista. Este processo traz em seu bojo o conflito entre etnias e ou classes ou frações de classes que sempre culminam com a domesticação cultural. "Domesticados", os novos trabalhadores da fronteira são submetidos à dominação. Dominação essa que se estrutura através das empresas de colonização e se consolida com a sua herança: a emancipação desses projetos de colonização e a sua transformação em municípios. O Estado que vai se constituindo é a expressão da dominação existente. Os proprietários das colonizadoras tornam-se os novos "coronéis da política local".

Em função deste processo, nas últimas décadas o Mato Grosso, conheceu a criação de quase 50 novos municípios. Esta visão territorial dessa nova realidade mostra como está sendo constituída a ocupação rápida da Amazônia Legal.

Toda a estrutura territorial do estado está sofrendo ações de processos diferenciados. A expansão da soja no cerrado é talvez o elemento econômico na atualidade mais dinâmico. Grandes grupos econômicos têm explorado em grande escala esta leguminosa. Dois deles tem projetos novos para a área central do estado principal produtora de soja. O primeiro, grupo Itamarati, desenvolve a construção da Ferronorte, que ligará inicialmente, Rondonópolis, cidade que pela concentração dos armazéns e silos, adquire cada vez potencial estruturador de uma porção do território mato-grossense, e o centro sul do país, particularmente São Paulo. O segundo, a construção de um porto graneleiro em Itacoatiara no rio Amazonas, por uma empresa mista - Estado do Amazonas (47%) e grupo Maggi (53%) abriu a possibilidade para que a soja da região central de Mato Grosso saia via BR-364 até Porto Velho e de lá até Itacoatiara de balsas. Assim, desenha-se um novo corredor de exportação, que segundo se assegura, trará uma economia em frete de cerca de 30 a 50 US\$ por tonelada de soja.

Uma análise permite verificar a expansão espacial deste processo e ter uma ideia da nova configuração territorial que o estado está consolidando. Barra do Garça, Rondonópolis, Sinop, Cáceres e provavelmente Tangará da Serra, serão cidades de segunda grandeza comandadas pela capital Cuiabá que rapidamente vai se tornando uma metrópole regional. Estes centros urbanos desenvolvem redes de cidades que estruturam regiões. Por certo, cada uma delas comandará espaços específicos do Mato Grosso, com velocidades distintas de desenvolvimento. Os povos indígenas estão ameaçados, basta observarmos como avança a ocupação na direção do Parque Nacional do Xingu.

Este processo de natureza geográfica tem gerado o surgimento e crescimento de um grande número de pequenos centros urbanos que gradativamente vão se tornando municípios. Estes por sua vez, trazem para a cena política estadual novos personagens, que vão certamente desestabilizar as “velhas” oligarquias cuiabanas.

A história segue seu curso, a construção do território capitalista naquela região, requereu a destruição dos territórios indígenas. Restaurá-los é praticamente impossível, frente à força cruel da ação monopolista do capital. A alternativa está nas diferentes e flexíveis alianças que costurarão. Certamente, os indígenas, os posseiros, peões, colonos e outros trabalhadores do estado, continuarão reescrevendo pela sua prática cotidiana, o território possível, em meio ao território capitalista que a ocupação recente produziu.

E do amor gritou-se o escândalo
do medo criou-se o trágico
no rosto pintou-se o pálido
e não rolou uma lágrima
nem uma lástima pra socorrer.
E na gente deu habito
de caminhar entre as trevas
de murmurar entre as pregas
de tirar leite das pedras
de ver o tempo correr
mas sobre o sono dos séculos
amanheceu o espetáculo
como uma chuva de pétalas
como se o céu vendo as penas
morresse de pena
e chovesse o perdão.
E a prudência dos sábios
nem ousou conter nos lábios
sorriso e a paixão
pois transbordando de flores
a calma dos lagos zangou-se
a rosa dos ventos danou-se
leito do rio fartou-se
inundou de água doce
a amargura do mar
numa enchente amazônica
numa explosão atlântica
a multidão vendo em pânico
a multidão vendo atônita
ainda que tarde o seu despertar.

(“Rosa Dos Ventos” - Chico Buarque)

BIBLIOGRAFIA

AB'SABER, A. N. -" Ecosistemas Continentais ", *in Relatório da Qualidade Meio Ambiente* Brasília, RQMA, SEMA, 1984

_____. "Geomorfologia da Região (Carajás). - In: "*Carajás: Desafio Político, Ecologia e Desenvolvimento*" (J.M. Gonçalves de Almeida Jr., Org.) pp. 88-124. CNPq e Brasiliense, São Paulo - 1986.

_____. "Gênese de uma nova região siderúrgica: acertos e distorções de Origem, na faixa Carajás/São Luiz." *in Desenvolvimento* n.22 (jul/dez 1987), pp. 3-15. Belém, Pará, IDESP, 1987.

_____. "Zoneamento Ecológico e economia da Amazônia - Questões de Escala e Método", *in Estudos Avançados*, no.5. São Paulo: IEA/USP, Jan-abr 1989

_____. *Amazônia. Do Discurso á Práxis. São Paulo, Edusp, 1996.*

AGUIAR, Ronaldo C, *Abrindo o Pacote Tecnológico. Estado e pesquisa Agropecuária no Brasil.* São Paulo, POLIS/CNPq, 1986.

ALBERTIN, Catherine (org), *Fronteiras-* Brasília/Paris, Ed.UnB/ORSTOM, 1988

ALBISETTI, Cezar e VENTURELLI, Ângelo J., *Enciclopédia Bororo.* Publicação n.01, Campo Grande, Museu Regional Dom Rosco, 1962

- ALEIXO, Lúcia H.G, *Mato Grosso: Trabalho Escravo e Trabalho Livre- 1850/1888*. Brasília, Ministério da Fazenda, 1984.
- ALMEIDA, Anna LO, *Colonização Dirigida na Amazônia*, (135), IPEA. RJ, Serviço Editorial, 1992.
- ALMEIDA, Alfredo WB, *Carajás: A Guerra dos Mapas*. Belém, Falângola, 1994.
- ANDRADE, Juracy, "Amazônia" in *Folha de São Paulo*, SP. 05/05/68-(Sup. Especial)
- ARAGÓN, Luís E e MOUGEOT, Luc JA (org.), *Migrações Internas na Amazônia: Contribuições Teóricas e Metodológicas*. Belém, UFPa/Falângola, 1986.
- ARNAUD, E e CORTEZ, R, *Aripuanã: considerações preliminares*. Acta Amazônica 6(4), Suplemento 11-13. Manaus, 1976.
- ARRUDA, Rinaldo, *Bakairi - Relatório de Avaliação do Projeto Polonoroeste*. São Paulo, FIPE/USP, 1983.
- _____ *Irantxe - Relatório de Avaliação do Projeto Polonoroeste*. São Paulo, FIPE/USP, 1983.
- BALDUS, Herbert e WAGLEY, Charles, *Tapirapé: Tribo Tupi no Brasil Central*. São Paulo. Cia. Ed. Nacional/Edusp, 1970.
- BANDEIRA, Moniz, *O governo João Goulart - Lutas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- BASTOS, T.X, "O estado atual dos conhecimentos das condições climáticas da Amazônia Brasileira" in *Boletim do IPEAN*, no 54, pg. 68-153, 1972.
- BECKER, B. *Geopolítica da Amazônia: A nova fronteira de recursos*. RJ, Zahar, 1982.
- _____ *Amazônia*, Série Princípios, 192.SP, Ática.
- BRANDÃO LOPES, Juarez R, *Do Latifúndio à Empresa-unidade e diversidade do capitalismo no campo*. São Paulo. Cadernos CEBRAP, 26.
- CABIXI, Daniel, *A questão indígena*. Cuiabá, CDTI, 1984.
- CAMPOS, Antônio Pires de "Breve notícia que dá o Capitão do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas do Cuyabá", in *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. RJ, 25:437-449, 1862.
- CARELLI, Vicent e SEVERIANO, Milton, *Mão branca contra o povo cinza*. São Paulo, Brasil Debates, 1980
- CARDOSO, Fernando Henrique e MULLER, Geraldo, *Amazônia: expansão do capitalismo*". São Paulo, Brasiliense, 1977.

- CARVALHO, Murilo, *Sangue da terra. A luta armada no campo*. São Paulo, Brasil Debates, 1980.
- CARVALHO, João C. M, *O Desenvolvimento da Agropecuária Brasileira (da agricultura escravista ao sistema agroindustrial*. Brasília, Min. da Agricultura/EMBRAPA, 1992.
- CASALDALIGA, Dom Pedro, *Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. Mato Grosso, Prelazia de São Félix do Araguaia, 1971.
- _____ et alli. *Missa da terra sem males*. Rio de Janeiro, Tempo e Presença, 1980.
- CEDI, Centro Ecumênico de Documentação e Informação, "Povos Indígenas do Brasil 1983" in *Aconteceu*, no.14, São Paulo, 1984..
- _____, "Povos Indígenas no Brasil 80, 83 e 84", in *Aconteceu Especial*. São Paulo, Ed. Sagarana, 1981-85.
- CEDI/CONAGE, *Empresas de Mineração e Terras Indígenas na Amazônia*, (mimeo) São Paulo, abril/1986.
- CEM, Centro de Estudos Migratórios, *Migrações no Brasil. o peregrinar de um povo sem terra*. São Paulo, Ed. Paulinas, 1986
- CERQUEIRA LEITE, R et alli, *Nióbio, uma conquista nacional*. SP, Duas Cidades, 1988.
- CHAPELLE, Richard, *Os Índios Cinta Larga*. Belo Horizonte/São Paulo. Itatiaia/Edusp, 1982
- CHAVES FERNANDES ,F.R, et alli, "Subsolo Brasileiro" in *A questão ambiental da Amazônia*". Brasília, CNPq, 1987
- CHIAPPINO, Jean - *The Brazilian Indigenous Problem and Policy-The Aripuanã Park*. Amazônia/IWGIA Document, Copenhagen, Ceneva, 1975.
- CHINEM, Rivaldo, *Sentença: Padres e posseiros do Araguaia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- CIBAIKARE, Gonçalo O. C. e TUGORE ETUA, F.C., *História Mítica Bororo*, vol.1. Missão Salesiana de Mato Grosso. Campo Grande-MS, 1990.
- CLEARY, David, *A Garimpagem de ouro na Amazônia: Uma Abordagem Antropológica*. Edição brasileira, UFRJ, 1992.
- COMISSÃO PRÓ-INDIO, *A questão da mineração em terra indígena*, Cadernos, n. 4. São Paulo, 1985.
- _____, *A questão da terra*, Cadernos, no.2. São Paulo, Global Ed. 1981

- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, *Pastoral e compromisso*. Petrópolis, Vozes/CPT, 1983
- _____ "Lucas do Rio Verde", informativo CPT-MT, CDTI,ASCCMT. Cuiabá, Julho, 1984.
- _____ "Colono Troteia ou Sai da Estrada", Cadernos CPT, ano I, no.1. Cuiabá, Fevereiro, 1982.
- COMISSÃO PASTORAL da Prelazia de São Félix do Araguaia-MT, *Peões e Garimpeiros: terra e trabalho no Araguaia*, Cadernos, no.11, São Paulo, 1983
- CONCEIÇÃO, Francisco G(org.), Carajás: Desenvolvimento ou Destruição?, Relatório de Pesquisa, CPT. São Luís-MA, 1995.
- COORDENAÇÃO NACIONAL DOS GEÓLOGOS-CONAGE, *Em busca do ouro: Garimpos e garimpeiros no Brasil*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1984.
- CORREIA de ANDRADE, Manuel, *A Terra e o Homem no Nordeste*, São Paulo, Brasiliense 1964.
- _____ *Modernização e Pobreza. A expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo, Ed. UNESP, 1994.
- _____ O Sentido da Colonização. Recife, 20-20 Comun. E Editora, 1994.
- COSTA, Romana M. R., *Cultura e Contato: Um Estudo da Sociedade Paresi no Contexto das Relações Interétnicas*. Rio de Janeiro, MN/UFRJ (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social), 1985.
- COUTO E SILVA, Golbery do, *Conjuntura política nacional. O poder executivo & geopolítico do Brasil*. Rio de Janeiro, Liv. José Olímpio Ed., 3a. ed., 1981.
- CVRD-Companhia Vale do Rio Doce, *Projeto Ferro Carajás*. Rio de Janeiro, s/d.
- CVRD-Seminário sobre o Desenvolvimento Econômico e impacto Ambiental em Áreas de Trópico Úmido Brasileiro, "A experiência da CVRD". Belém, 1986, 1987, 336 p.
- CULTURAL SURVIVAL, *In the path of Polonoroeste: endangered peoples of Western Brazil* Occasional Paper, 6, Cambridge. USA, outubro, 1981.
- DANTAS, Marcos, "A questão do alumínio. O presente e o futuro da indústria do alumínio no Brasil" in *Amazônia Brasileira em foco*, n.14, CNDDA. Rio de Janeiro, 1982.
- _____, "Espoliação mineral" in *Retratos do Brasil*, Vol. II. São Paulo, Ed. Política 1984.

- DALPOZ, João, *Os Cinta Larga: História de uma Sociedade Guerreira* (anteprojeto de pesquisa), 59 pp., datilografado. Rio de Janeiro, 1984
- DAVIS, Shelton H., *Vítimas do Milagre: O desenvolvimento e os índios do Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1978.
- DELGADO, Guilherme C, *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil-1965/1985*. São Paulo, Ícone/Edunicamp, 1985.
- DUARTE PEREIRA, Osny, *Ferro e Independência*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1967.
- EQUIPE DE PASTORAL INDIGENISTA DA DIOCESE DE JI-PARANÁ
 _____ *Proposta para Delimitação da Área Indígena Aripuanã Destinada aos Índios Cinta Larga*. Cuiabá, no.1/setembro/1981, 10 pp, datilografado.
- _____ *A Situação Atual das Terras dos Índios Cinta Larga e Zoró* (Aripuanã/MT). Brasília, Agosto/1986, 33 pp., datilografado.
- EMMI, Marília, *A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos Castanhais*. Belém, Centro de Filosofia e Ciências Humanas/NAEA/UFPA, 1987.
- ESTERCI, Neide et alli, *Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da Igreja popular no Brasil*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 984.
- _____, *Conflito no Araguaia. Peões e Posseiros contra a Grande Empresa*. Petrópolis, Vozes, 1987.
- FEARNSIDE, P.M., "Agriculture in Amazônia" in *Prance, G.T. and T.E. Lovejoy* (eds.), "Amazônia". Oxford, Pergamon, p.393 - 418, 1984.
- _____ "Deforestation in Brazilian Amazônia" in G.M. Woodwell, (ed.), *The Earth in Transition: Biotic Impoverishment*. New York, Cambridge University Press (in press)
- _____ "Jari at Age 19: Lessons for Brasil - Silvicultural Plans at Carajás in *Interciência* (13):12-24, 1988.
- _____ "Rethinking continuous cultivation in Amazônia" in *Interciência* (37):209-214. São Paulo, 1992.
- _____ et alli, "Jari and Development in the Brazilian Amazon" in *Interciência* (5): 146-156. São Paulo, 1980.
- FERNANDES, Francisco RC(org.), "Subsolo Brasileiro" in *Recursos Minerais, Estudos e Documentos*, n.1, MCT/CNPQ. Brasília, 1987.
- _____ et alli, *Recursos Minerais da Amazônia-alguns dados sobre situação e perspectivas*, Estudos e Documentos, n.14. RJ, CETEM/CNPQ, 1991.
- FERNANDES, JOANA, *Índio-Esse Nosso Desconhecido*. UFMT. Cuiabá, 1993.

- FERRARINI, Sebastião A, *Transertanismo. Sofrimento e miséria do nordestino na Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 1979.
- FERNANDES SILVA, J. *Os Projetos de Desenvolvimento Comunitário: um estudo de caso Os Kaiowá de Panambi* (Dissertação de Mestrado). Campinas, UNICAMP, 1982.
- FERREIRA, Joaquim Alves, *Relatório da Diretoria Geral dos Índios da Província de Mato Grosso*, (originais: Arquivo Público de Mato Grosso). Cuiabá, 1848.
- FERREIRA REIS, Arthur C, *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. RJ, Civ. Brasileira, 1982.
- FIPE/USP-Equipe de Avaliação do Projeto Polonoroeste, *Parecer sobre a Área Indígena Zoró*. São Paulo, datilografado, 6 pp., junho-1985.
- FIUZA, José de Mello, *Relatório das Atividades da Expedição Cinta Larga no Território de Rondônia* apresentado ao Sr. Presidente da Fundação Nacional do Índio, 10 pp, datilografado. Porto Velho-RO, 29 outubro 1968.
- FLORENCE, Hercules, *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. São Paulo, Cultrix/Edusp, 1977.
- FORMAN, Shepard, *Camponeses: sua participação no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- FOWERAKER, Joe - "A luta pela Terra - A economia política da frente pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais". Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1982.
- FRANCHETO, Bruna, *As Tribos Xinguanas*, MS, 1986.
- FRANCISCO GENTEL, *Defensor do povo do Araguaia*. S. Paulo, Ed. Paulinas, 1986.
- GALVÃO, Eduardo, "Progress, Indians Collide in Brazil" in *Los Angeles Times* 26/04/73.
- GAMA e SILVA, R. *O entreguismo dos minérios*. Ed. Tchê, Porto Alegre, 1988.
- GAMBINI, Roberto, *Segundo Relatório de Visita à Frente de Atração Zoró*. São Paulo, FIPE - USP, agosto, 1984.
- GARCIA COTA, Raymundo, *Carajás: a invasão desarmada*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1984.
- GARRIDO FILHA, Irene, *O projeto Jari e os capitais estrangeiros na Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- GOMES, Severo, *Companhia Vale do Rio Doce: uma investigação truncada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- GONÇALVES de ALMEIDA JR., J.M, *Carajás desafio político ecologia e desenvolvimento*, CNPq/Brasília. São Paulo/Brasília - 1986

- GRAHAM, Douglas H/HOLLANDA FILHO/Sérgio B , *Migrações Internas no Brasil 1872-1970*. São Paulo, IPE/USP-CNPq, 1984.
- GRAÇA d'ALMEIDA, Cláudio, *Zona Franca: De Onde, Para Onde? Um Estudo de Desenvolvimento Institucional*, Tese de Mestrado, Escola Brasileira de Administração Pública/FGC. Manaus, 1982.
- GRUPIONI, Luís DB. (org), *Índios no Brasil*. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, 1992.
- HANAN, Samuel A et alli, *Amazônia. Contradições no Paraíso Ecológico*. SP, Cultura Ed. Associados, 1995.
- HARDMAN, Francisco F, *Trem fantasma. A Modernidade na Selva*. São Paulo, Cia.das Letras, 1988.
- HARGREAVES, Maria Inês S., *Maatpétamãe: os que usam o arco*. (Relatório de Identificação, Delimitação e Levantamento Ocupacional da Área Indígena Aripuanã), datilografado. Brasília, março, 1985.
- HÉBETTE, Jean (org.), *O Cerco Está Se Fechando*. Petrópolis, Vozes/FASE/NAEA-UFPa, 1991.
- HUGO, Vitor, *Os Desbravadores*, 2 vol. Porto Velho, Missão Salesiana, 1958.
- IANNI, Octávio, *A luta pela Terra*. Petrópolis, Vozes, 1978.
- _____ *Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 1979.
- _____ *Ditadura e Agricultura*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1979.
- IASI, Antônio, "Nambikwara" in *Cadernos da Comissão Pró-Índio*, nº 1. São Paulo, Global, 1979.
- IDESP-Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, *Agricultura e Siderurgia Numa Região de Fronteira. Os Pequenos Produtores Rurais Face à Implantação do Polo Siderúrgico na Amazônia Oriental Brasileira*. Belém, Idesp/MTb-Sine/PA, 1988.
- INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Colonização em dados*. Brasília, 1983.
- ISA- Instituto SocioAmbiental *Povos Indígenas no Brasil 1991-1995*, São Paulo, 1996
- ISA- Instituto SocioAmbiental *Povos Indígenas no Brasil 1985-1986*, São Paulo, 1996
- ITUASSÚ, Oyama C, *Escravidão no Amazonas*. Manaus, Metro Cúbico, 1981.
- JUNQUEIRA, Carmen, *Os Cinta Larga de Serra Morena*, (Relatório de Pesquisa - FAPESP) São Paulo, 1981.

- _____ *3º Relatório de Avaliação: Grupo Cinta Larga de Rondônia e Mato Grosso*. FIPE/USP, São Paulo, março 1984.
- _____ *Relatório de Avaliação dos Grupos Cinta-Larga de Rondônia e Mato Grosso*. FIPE/USP, São Paulo, outubro, 1984.
- _____ *Área Indígena Aripuanã*, 32 pp. São Paulo, 8/março/1985.
- _____ *Os Cinta Larga do PI Serra Morena e a Hidrelétrica de Juína-MT*. São Paulo, FIPE/USP, julho, 1985.
- KELLY, B M, *Amazônia: um Grito de Alerta*. Rio de Janeiro, Record, 1983.
- KLEIN, O.-*Salva Carajás*- DIPM - Porto Alegre, 1982.
- KIRCHHOFF, Volker WJH, *Queimadas na Amazônia e Efeito Estufa*. INPE, São José dos Campos. São Paulo, Contexto, 1992.
- KOTSCHO, Ricardo, *O massacre dos posseiros*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- LENHARO, Alcir, *Em nome do Progresso: a colonização de Mato Grosso nos anos 40 e 50*, mimeografado. São Paulo, julho, 1983.
- LEROY, Jean-Pierre, *Uma Chama na Amazônia*. RJ, Vozes/FASE, 1991.
- LIMA, Antônio Carlos S., *Sobre Indigenismo, Autoritarismo e Nacionalidade: considerações sobre a constituição da prática da proteção fraternal no Brasil*. São Paulo, IX Encontro da ANPOCS, 1985.
- LIMA ROCHA, Olavo A, *A Desapropriação no Direito Agrário*. S. Paulo, Ed. Atlas, 1992.
- LOPES DA SILVA, Maria Aracy P, *Nomes e Amigos: da prática Xavante a uma reflexão sobre os Jê*, (Tese de Doutorado), FFLCH/USP, São Paulo, 1980.
- _____ e GRUPIONI, L.D.B.(org.), *A Temática Indígena na Escola*. Brasília MEC/MARI/UNESCO, 1995.
- LOUREIRO, Violeta, *Miséria da Ascensão Social: Capitalismo e Pequena Produção na Amazônia*. RJ, Marco Zero, 1987.
- _____ *Os Parceiros do Mar. Natureza e Conflito Social na Amazônia*. Belém, CNPq/Museu paraense Emílio Goeldi, 1985.
- MADUREIRA, Elizabeth, "As Minas de Cuiabá: primeiros tempos" in *Revista Universidade*, UFMT. Cuiabá, 1982.
- MALAVOLTA, E., "Fertilidade dos Solos da Amazônia, cap. 9 in VIEIRA, L.C., Santos, P.C.T. dos (ed.), *Amazônia Solos e outros Recursos Naturais*. São Paulo, editora Agronômica, CERES, 1987.

- MARQUES, J et alli, "A divergência do campo do fluxo de vapor d'água e as chuvas na região Amazônica" in *Acta Amazônica*, 10, 1980.
- _____ et alli, O armazenamento atmosférico de vapor d'água sobre a região Amazônica. *Acta Amazônica* 9(4): 715-721, 1979a; 701-713, 1979b
- MARTINS, Edilson, *Nossos Índios, Nossos Mortos*. Rio de Janeiro, Codecri, 1978.
- _____ *Nós, do Araguaia*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- _____ *Amazônia, a última fronteira*. Rio de Janeiro, Ed. Codecri, 1982.
- MARTINS, José de Souza, *A Militarização da Questão Agrária no Brasil*. Petrópolis, Vozes 1984.
- _____ *Expropriação & Violência (a questão política no campo)*. São Paulo, Hucitec, 1980.
- _____ *Não há terra para plantar neste Verão*. Petrópolis, Vozes, 1986.
- _____ *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- _____ *Caminhada no Chão da Noite*. São Paulo, Hucitec, 1989
- _____ *A Chegada do Estranho*. São Paulo, Hucitec, 1993
- _____ "O tempo de fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira" in *Tempo Social*, Rev. de Sociologia da USP. São Paulo, 8(1): Maio, 1996.
- _____ *O Poder do Atraso. Ensaios de Sociologia da História Lenta*. São Paulo, Hucitec, 1994.
- MARX, Karl, *O Capital*, Rio de Janeiro, Civil. Brasileira, 1971.
- MATO GROSSO S/A, *Balanço Econômico Administrativo*, ano 1, no.8. Cuiabá-MT, 1985.
- MAYBURY-LEWIS, David, *A Sociedade Xavante*. Rio de Janeiro, Francisco Alves 1984.
- MEGGERS, Betty J., *Amazônia: a ilusão de um paraíso*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- MEIRELLES, Francisco F. S., *Relatório Frente de Atração Cinta Larga*, (datilografado). Rio de Janeiro, 31/dezembro/1968.
- MATTOS, Carlos M, "Uma Geopolítica Pan-Amazônica", *Col. Gal. Benício*, v181, publ. 501. RJ, Biblioteca do Exército Ed., 1980.
- MELATTI, J.C., *Índios do Brasil*. São Paulo/Brasília, Hucitec/UnB, 1987.

- MINDLIN, Betty, *Nós Paiter: Os Suruí de Rondônia*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, *Agricultura-Horizonte 2000; perspectivas para o Brasil*, Anais do seminário, Secretaria de Planejamento Agrícola. Brasília, 1983.
- MOLLION, L.C.B., "Micrometeorology of an Amazonian rain forest" in *Geophysiology of Amazonia*. Edited by R.E. Dickson. John & Sons, 1987.
- MOREIRA ALVES, Maria Helena, *Estado e oposição no Brasil, 1964-1984*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- MOREIRA NETO, Carlos, *A política indigenista brasileira durante o século XIX*. Mimeografado, 1971.
- MOREL, Edmar, *Amazônia saqueada*. São Paulo, Global Editora, 1984.
- MORENO, Gislaine, *Os (Des)caminhos da Apropriação Capitalista da Terra em Mato Grosso*. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, 1993.
- MOURA, Margarida Maria, *Camponeses*. São Paulo, Ed. Ática, 1986.
- MOVIMENTO TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA, *Assassinatos no Campo, crime e impunidade, 1964-1986*. São Paulo, Global, 1987.
- MUSEU RONDON, *Bororo Vive*. Cuiabá, Museu Rondon/UFMT, 1986.
- NEV-Núcleo estudos da Violência, USP, *Violência Rural no Brasil*, Relatório Américas Watch, Comissão Teotônio Vilela. São Paulo, 1991.
- NODARI, Adriadne SR(Coord.) "A Política mineral Constituição de 1967" in *Recursos. Minerais, Estudos e Documentos n.2*, MCT/CNPq. Brasília, 1987.
- NOVAES, Washington, *Xingu, Uma flecha no coração*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- OBBERG, Kalervo, *Indians Tribes of Northern Mato Grosso, Brazil*, (p. 160) Datilografado.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U, *A Geografia das Lutas no Campo*. São Paulo, Contexto, 1988.
- _____ *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas, Papirus, 1987.
- _____ *Integrar para não entregar. Políticas públicas na Amazônia*. Campinas, Papirus, 1988.
- _____ *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*. São Paulo, Ed. Ática, 1986.
- _____ *Agricultura Camponesa no Brasil*, São Paulo, Contexto, 1994.
- OLIVEIRA, Ismarth, *Política e ação indigenista da FUNAI*, Boletim. Brasília, 1975

- OLIVEIRA, José João, *Área Indígena Aripuanã*, FUNAI, datilografado. Brasília, 1984.
- OPAN/CIMI, *Índios em Mato Grosso (Dossiê)*. Cuiabá, 1987.
- OSORIO, A. Luiza, "A expansão da fronteira" in *Ciência Hoje-Revista de Divulgação Científica da SBPC*, vol. 2, nº 10. São Paulo, 1984.
- PAIVA, Maria Eunice, *Zoró: Avaliação Jurídica*. Parecer Jurídico, Equipe de Avaliação do Projeto Polonoroeste. São Paulo, FIPE/USP, junho, 1986.
- PANDOLFO, Clara, *Ecologia e desenvolvimento da Amazônia*. SUDAM. Belém, 1982.
- PERDIGÃO, Francinete, BASSEGIO, Luís, *Migrantes Amazônicos. Rondônia: A Trajetória da Ilusão*. São Paulo, Ed. Loyola, 1992.
- PEREIRA, O.D. *Política mineral do Brasil*. CNPq, Brasília - 1987
- PEREIRA CASTRO, Sueli et alli, *A Colonização Oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade*. Cadernos NERU. Cuiabá, EdUFMT, 1994.
- PERET, J. A., *Relatório Operação Cinta Larga*, (datilog.), Rio de Janeiro, 17/10/1968.
- PETRONE, Pasquale, *A Baixada do Ribeira*, FFCL/USP. São Paulo, 1966.
- _____ *Aldeamentos Paulistas*, São Paulo, Edusp, 1995.
- PINTO, Lúcio Flávio, *Amazônia: no rastro do saque*. São Paulo, Hucitec, 1980.
- _____ *Carajás: o ataque ao coração da Amazônia*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1982.
- _____ *Jari: toda a verdade sobre o projeto de Ludwig*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1986.
- PIVETA, D.L. e BANDEIRA, M.L., *Iranxe: Luta pelo Território Expropriado*. UFMT. Cuiabá, 1993.
- PORTO GONÇALVES, C.W., *Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente*. São Paulo, Contexto, 1989.
- PÓVOAS, Lenine, *História de Mato Grosso*. Cuiabá-MT, 1985.
- RATTNER, H et alli, *Colonização na Fronteira Amazônica: Expansão e Conflitos*. São Paulo, FEA/USP, 1987.
- REZENDE, GC, *Crise Externa e Agricultura: Brasil, anos 80*. RJ, FASE, 1988.
- RIBEIRO, Berta G., *Diário do Xingu*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- RIBEIRO, J.C., *Pioneiros Gaúchos: colonização norte mato-grossense*. Pôrto Alegre, Ed Tchê, 1987.

- RIBEIRO FILHO, Evaristo, *Recursos minerais da Amazônia*. ANPES/ITAI, 1979.
- ROBERTO, Maria Fátima, *Agora os brancos é que são índios: os Paresi e as linha telegráficas*, UFMT, mimeografado. Cuiabá, 1986
- ROCHA, Gerônimo A.(org.), *Em Busca do Ouro. Garimpos e Garimpeiros no Basil. RJ - Marco Zero*, 1984.
- RONDON, Cândido M. S., *História Natural: Etnografia*, Comissão Rondon, Publicação n. 2 (Anexo 5), Rio de Janeiro, 1910.
- _____ *Relatório Apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia (G5) do Departamento de Guerra. Comissão Rondon, Publicação no.1, Rio de Janeiro, 1915.*
- ROQUETE PINTO, Edga, *Rondônia*, 3º Ed. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional, 1935.
- SALATI, E., "The climatology and hidrology of Amazônia". In: PRANCE, G.T. and Lovejoy, T.E. (eds.), *Amazônia*. Oxford, Pergamon Press, 1986.
- _____ *Conversion of tropical rain forests to pastures: possible climatological impacts*, (in press).
- _____ et alli, "Climatology of the Amazon region" in SIOLI, H. (ed.). *The Amazon limnology and landscape Ecology of a might Tropical River and its Basin*. Dordrecht, Dr. W. Junk Publishers, P.85-126, 1984.
- _____ et alli, "Origem e distribuição das chuvas na Amazônia" in Interciência. São Paulo, 1978.
- SAN MARTIN, Paulo e PELEGRINI, Bernardo, *Cerrados, uma ocupação japonesa no campo*. Rio de Janeiro, Codecri, 1984.
- SANTOS, Breno A, *Amazônia. Potencial Mineral e Perspectivas de Desenvolvimento*. SP, Queiroz/Edusp, 1981.
- SAUTCHUK, Jaime et alli, *Projeto Jari-A invasão americana*. São Paulo, Ed. Brasil Debates 1979.
- SCHAEFER, José Renato, *Migrações Rurais e Implicações Pastorais*. São Paulo, Edições Loyola, 1985.
- SCHIMIT, M. "Los Barbados o Umutina en Mato Grosso (Brasil)" in *Revista de la Sociedad Científica del Paraguay*, Vol. 4. Assunción, 1941.
- _____ "Los Paresi" in *Revista de La Sociedad Científica Del Paraguay*, 6(1) 1:226. Assunción 1943.
- SCHUBART, H.O.R. - *Fundamentos ecológicos para o manejo florestal na Amazônia*. Silvicultura em São Paulo 16A:713-731, 1982.
- SCHUTZ H., *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, Vol. XIII. São Paulo, 1961/62.

- SCHWARTZMAN, S, apud ISA, São Paulo, 1996.
- SHANIN, Teodor, *A Definição de Camponês: conceituações e desconceituações*. Estudos CEBRAP, nº 26. São Paulo, 1980.
- _____ *Peasants and Peasant Societies*. London, Penguin Books, Harmondsworth, 1976.
- SHIELDS, Jerry, *The Invisible Billionaire, Daniel Ludwig*. Boston, Houghton Mifflin Co., 1986.
- SEEGER, Anthony, *Nature and Culture and their transformations in the cosmology and social organization of the Suyá-a gê speaking tribe of Central Brazil*. USA, (Tese de Doutorado), Universidade de Chicago, 1974.
- SILVA, Márcio, *Os Zoró e o contato com a sociedade brasileira*, datilografado. Ji-Paraná, outubro, 1986.
- _____ *Os índios Zoró preparam-se para a guerra*, datilografado. Ji-Paraná, outubro, 1986.
- SILVA, Pedro Agostinho da "Information concerning the territorial and demographic situation in the Alto Xingu" in *The situation of the indian in South America*, W. Dostal (org.), World Council of Churches, Genova, 1972.
- SILVA DIAS, G. L. e CASTRO, M. C., *A colonização oficial no Brasil*. IPE/USP. São Paulo, 1986.
- SIOLI, H- Former and recent utilizations of Amazônia and their impact on the environmet. In: Sioli, H. (ed.). *The Amazon Limnology and Landscape Ecology of a might Tropical River and its Basin*. Dordrecht, Dr. W. Junk Publishers, p. 675-706, 1984a.
- _____ Introduction: History of the discovery of the Amazon and research of Amazonian waters and landscape. In: Sioli, H. (ed.). *The Amazon Limnology and Landscape Ecology of a might Tropical River and its Basin*. Dordrecht. Dr. W. Junk Publishers, p. 1-13, 1984b.
- SKIDMORE, Thomas E, *Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- SOUZA, Márcio, *A Expressão Amazonense. Do colonialismo ao neocolonialismo*. SP Alfa-Omega, 1978.
- STEINEN, Karl Von Den, *Entre os Aborígenes do Brasil Central*, Separata Renumerada da Revista do Arquivo Municipal, no.34-58. Departamento de Cultura, São Paulo, 1940.
- TAVARES DOS SANTOS, J.V., (org.), *Revoluções Camponesas na América Latina*. Campinas/São Paulo, Edunicamp/Ícone, 1985.

- _____ *Matuchos: Exclusão e Luta*. Petrópolis, Vozes, 1993.
- USP/INPE - "Amazônia: Facts, problems and solutions" (Annals) S. Paulo, 1989
- UNIVERSIDADE DO AMAZÔNAS, *Proposta de Política Florestal Para a Amazônia Brasileira*, Documento Setorial apresentado à Comissão Interministerial instituída pelo Decreto n. 83.518, 29 de maio de 1979. Rio de Janeiro, CNDDA/Metro Cúbico, 1980.
- VALDEZ, Manuel, *Levantamento dos Índios Arara no Município Aripuanã-MT* Equipe da Pastoral Indigenista da Diocese de Ji-Paraná, datilografado. Rondônia, 20/dezembro/1984.
- VALVERDE, Orlando, *Geografia Agrária do Brasil*, Rio de Janeiro, CBPE/MEC, 1964.
- _____ *Grande Carajás: Planejamento da Destruição*, Edusp/FU/UnB, RJ/ SP/Brasília, 1989.
- _____ "Gênese e Evolução do Problema Agrário Brasileiro" in *Revista Portuguesa de Geografia*, vol. XII-24. Lisboa, 1977.
- VALVERDE, O. e FREITAS, T.L., *O problema Florestal da Amazônia Brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- _____ et alii, *A Rodovia Belém-Brasília*. RJ, Biblioteca Geográfica Brasileira, 1967.
- _____ et alii, *A organização do Espaço na Faixa da Transamazônica*, IBGE/ de Janeiro, 1979.
- VELHO, Otávio Guilherme, *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. São Paulo, Difel, 1979.
- _____ *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- VIANA, Aurélio e COSTA VIEIRA, MA, *Terra de Trabalho e Terra de Negócio Estratégias de reprodução camponesa*. RJ, CEDI, 1990.
- VIEIRA, L.S.; SANTOS, P.C.T.C., *Amazônia, seus solos e outros recursos naturais*. São Paulo, Ed. Agronômica Ceres, 416p. 1987.
- VIERTLER, Renate, *Aroe J'Aro-Implicações Adaptativas das Crenças e Práticas Funerárias dos Bororo do Brasil Central*, Tese de Livre Docência, FFLCH/USP. São Paulo, 1982.
- VILLAS BÔAS, Orlando e Cláudio, *"A Marcha para o Oeste. A Epopéia da Expedição Roncador-Xingu"*, São Paulo, Globo, 1994.
- VILLAS BÔAS, Roberto C, *Geopolítica dos Novos Materiais*. Série Tecnologia Mineral n.45. Rio de Janeiro, CETEM/CNPq, 1989.

WAIBEL, Leo, *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. RJ, IBGE, 1979.

WOLF, Eric R., *Guerras Camponesas do Século XX*. São Paulo, Global Ed., 1984.

Periódicos e Documentários

Ação Indigenista como Ação Política, (Simpósio), OPAN. Cuiabá, 1987.

Aconteceu- Especial 14, "Povos Indígenas no Brasil/83". CEDI. São Paulo, 1984.

_____ - *Especial 15*, "Povos Indígenas no Brasil/1984". CEDI. São Paulo, 1985.

_____ - *Especial, 17*, "Povos Indígenas no Brasil-85/86". CEDI. São Paulo, 1986

Cadernos do CEDI, "Peões e Garimpeiros: terra e trabalho no Araguaia", n.11. Rio de Janeiro, 1983.

Empresas de Mineração e Terras Indígenas na Amazônia, CEDI/CONAGE. São Paulo, Setembro/1987.

Índios: Direitos Históricos, Cadernos da Comissão Pró-Índio, no.III. São Paulo, 1982.

A Peleja das Piaba do Araguaia com o Tubarão Besta Fera ou A História de um Povo que se Liberta, Zé DILUCA (Trovador da região do Araguaia). São Félix do Araguaia-MT, 1981.

Povos Indígenas no Brasil, no.8, Sudoeste do Pará (Tocantins). CEDI. São Paulo, 1985.

Povos Indígenas no Brasil, 1991/1995. Carlos Alberto Ricardo editor-S. Paulo: Instituto Socioambiental, 1996.

Subsídios Didáticos á Questão Indígena, "Povos Renascidos", Série B, vol.1, CIMI/CNBB. Brasília, 1986.

_____, "Queremos Viver", Série A, vol. 1, CIMI-CNBB. Brasília, 1986.

_____, "Somos Povos, Somos nações", Série B, vol.2, CIMI/CNBB, Brasília, 1987.

Roças Indígenas, ano 1, no.1. GERA/UFMT. Cuiabá, 1994.

Tempo e Presença, "Amazônia", Ano 11, nos.244 e 245. RJ, Ago/Set, 1986

Terras Indígenas no Brasil, CEDI/PETI (Museu Nacional). Rio de Janeiro, 1990.

O Brasil Grande e os Índios Gigantes, Aurélio MICHILIS, Documentário-Vídeo. Instituto Sócioambiental. São paulo, 1995.

Revistas

Agenda, A Revista do Centro Oeste e Amazônia. Brasília-DF.

_____ "Os Índios Longe do Poder. E Agora?". no.1, Junho, 1986.

_____ "Na Mira e no Laço. Violência no Campo. no. 2, Julho, 1986.

_____ "Arredios e Curiosos". no. 3, Agosto, 1986.

Amazônia, Ed. Empresários da Amazônia Ltda., São Paulo.

_____ "Aldeia Gorotire", ano II, no.21, Dezembro, 1976.

_____ "Hermínio Ometto, Pioneiro", ano II, no.24, Fevereiro, 1977.

_____ "CODESPAR", ano III, n. 25, Março, 1977.

_____ "Projeto Suiá-Missú", ano I, no.26, Março de 1975.

_____ "Editorial- Reserva Indígena Tapayuna", ano III, no.31, Setembro, 1977.

_____ "Vale do Araguaia, Hoje", ano IV, no.39, Julho, 1978.

Agroeste. "FUNAI só expropria de quem produz", ano 1, no.4. Cuiabá-MT, Março, 1980.

Colonizadora SINOP/SA, "Um passo de conquista na Amazônia (ou a realidade da gleba Celeste), s/d. Cuiabá-MT.

Contato, A Revista do Mato Grosso. Cuiabá-MT.

_____ "Da Miséria à Corrupção", ano II, no.9, Fevereiro, 1980.

_____ "O clima ainda é o mesmo", ano II, no.10, Março de 1980.

_____ "O Legado de Rondon", ano II, no.12, Maio, 1980.

_____ "Críticas e Denúncias", ano II, no.13, Junho, 1980

_____ "A morte pela terra", ano II, no.15, Agosto, 1980.

_____ "Definição de áreas", ano II, no.17, Outubro, 1980.

_____ "Queremos Trabalhar", ano III, no.19, Fevereiro, 1981.

_____ "Uma Nação vai à Guerra", ano III, no.22, Maio, 1981.

_____ "Críticas sob Pretexto", ano IV, no.33, Julho, 1982.

_____ "Pela Demarcação", ano V, no.40, Abril/Maio, 1983.

_____ "Sinais de Fumaça", ano V, no.41, Maio/Junho, 1983.

_____ "Pinturas de guerra", ano VI, no. 48, Abril, 1984.

_____ "A vez do Índio", ano VI, no.51, Julho/Agosto, 1984.

Contato Hoje, Cuiabá-MT.

_____ "Acerto de Contas", ano XII, no.101, Abril, 1991.

_____ "O Encontro com os Deserdados", ano XII, no.112, Outubro, 1991.

_____ "Vale dos Intrusos", ano XIII, no. 118, Maio, 1992.

Esquema, "Para Custer e Roberto, Índio Bom é Índio Morto", ano II, no.18. Cuiabá, 1983.

Interior, Revista do Ministério do Interior. Brasília-DF.

_____ no.37, ano VII, Março/Abril, 1981.

_____ no.38, ano VII, Maio/Junho, 1981.

_____ no.63, ano XI, Julho/Dezembro, 1985.

Mato Grosso S/A, "Colonização: Paraíso e Purgatório no Inferno Verde", ano 1, no.3, Maio Junho, s/ano.

Problemas Brasileiros, "Um Sonho Possível", SESC/SENAC. São Paulo, Set/Out, 1993..

Realidade, "O Pagé e o caso dos meninos perdidos". São Paulo, Ed. Abril, Março, 1971.

_____ "Indinho brinca de índio", ano 1, no.5. São Paulo, Ed. Abril, Agosto, 1966.

_____ "A Última Chance dos últimos Guerreiros", São Paulo, Ed. Abril, Outubro, 1971.

Realidade Brasileira, "Igreja e Governo (Os Documentos da CNBB)". Col. Livro Reportagem, ano 1, no.3. São Paulo, Ed. Abril, Fevereiro, 1977.

RDM, Revista dos Municípios Mato Grosso, "Reassentamento de Fazendeiros", ano 1, no.4. Cuiabá, s/ano.

_____ "Corrupção e Violência no Cerrado", ano 1, Agosto, 1986.

Jornais

Aroeira, "Queremos Viver", ano 7, no.32, CPT. Cuiabá-MT, Março/Abril, 1985.

Boletim da AVA, Associação Vida Ambiente/The Rainforest Foundation. Brasília/New York

_____ "Yanomami continuam ameaçados", ano 1, no.0, Novembro, 1994.

_____ "Governo FHC reedita crônica da morte anunciada dos povos indígenas", ano 1, no.2, Julho, 1985.

Borduna, "Xavantes x Barra do Garças". Comissão Pró-Índio, ano 2, no.4.

Correio de Mato Grosso, Cuiabá-MT.

- _____ -"Kaiabi e Miniusinas", ano IV, no.91, Março, 1985.
- _____ -"Kaiabi x Hidroelétrica", ano IV, no.92, Março, 1985.
- _____ -"Impasse entre Kaiabi e Cemat", ano IV, no.93, Abril, 1985.
- _____ -"Índios Xavantes pedem maior assistência", ano IV, no.97, Maio, 1985.
- _____ -"O caso da Drurys", ano IV, no.118, Julho, 1985.
- _____ -"A guerra pela sobrevivência", ano V, no.131, Dezembro, 1986.
- _____ -"O longo caminho da liberdade", ano V, no.144, Abril, 1986.

Correio Varzeagrandense, Várzea Grande-MT.

- _____ -"História viva da BR-163, segundo seu construtor", ano 1, no.49, Dez., 1984.
- _____ -"A luta de todos os Índios. Ou a luta de todos nós conscientes, pelo índio". ano.1, no.22, Junho, 1984.
- _____ -"Hora e vez da autovalorização", ano 1, no.37, Setembro, 1984.
- _____ -"Salumãs. Demarcação pode sair logo", ano 1, no.48, Dezembro, 1984.
- _____ -"Com seu livro-depoimento, índio enfoca seu triste perfil", ano 1, no. 21, Maio, 1984

Diário de Cuiabá, Cuiabá-MT

- _____ -"Posseiros interdita as BRs 158 e 242", 05/10/93.
- _____ -"Protesto de sem-terra deixa Araguaia isolado", 05/10/93.

Folha da Mata Virgem, Fundação Mata Virgem/The Rainforest Foudation. Brasília/NY.

- _____ -"Um longo caminho até a homologação", Maio, 1992.
- _____ -"Paraná move ação contra a União", ano 1, no. 3, Novembro, 1992.
- _____ -"Os Paraná voltarão para o seu território", ano 2, no.4, Abril, 1993.
- _____ -"1000 garimpeiros invadem Yanomami", ano 1, no. 2, Agosto, 1992.

Folha da Tarde, "Amazônia: o drama dos índios no cenário da devastação". S. Paulo, 29/09/96.

Folha de São Paulo, São Paulo-SP.

- _____ "Suplemento Especial", 16/04/67-05/05/68.
- _____ "Base Militar do Cachimbo", 09//8/86.
- _____ "Garimpos no Rio Sararé", 06/10/91.
- _____ "Fazenda gigante é leiloada no Mato Grosso", 19/07/92.

_____ "Índios e grupo italiano disputam uma fazenda", 17/11/92.

_____ "Raoni ameaça provocar guerra no Xingu", 07/04/96.

_____ "Índios do Brasil vivem 5,6 anos menos", 07/06/96.

_____ "Dallari diz que decreto favorece *grileiros*", 11/01/96.

_____ "Decreto permite rever 153 áreas indígenas", 20/01/96.

_____ "Jobim ensina como alterar terra indígena", 30/01/96.

_____, *Folhetim* (Suplemento), "Pintados para a guerra", 20/04/80.

A Gazeta, Cuiabá-MT.

_____ "Posseiros invadem fazenda doada aos Xavantes", 01/07/92.

_____ "Bispo critica posseiros de última hora", 07/10/93.

_____ "Igreja defende retirada de posseiros", 06/10/93.

_____ "Clima tenso entre índios e posseiros", 04/12/92.

_____ "Missão do BIRD no Sararé", 30/05/92.

Jornal do Brasil, "Garimpeiros invadem Al Sararé". Rio de Janeiro, 24/04/92.

_____ "Governo loteou terras indígenas". Rio de Janeiro, 26/11/92.

Jornal do Comércio, Cuiabá-MT.

_____ "Al Sararé ameaçada", 26/03/92.

_____ "OnGs denunciam Governador", 07/05/92.

Jornal do Dia, Cuiabá-MT.

_____ "Moradores de Juína querem atacar os índios Salumãs", 22/07/84.

_____ "Raoni é esperado hoje no Salto Kayabí", 15/03/85.

_____ "A MT-235", 17/05/91.

Jornal da Tarde, "Índios e Garimpeiros". São Paulo, 20/01/92.

O Estado de Mato Grosso, Cuiabá-MT.

_____ "INCRA: Ocupação de Mato Grosso é Prioritária", 27/10/84.

_____ "Demarcação de reserva indígena cria foco de tensão em MT",
05/10/93.

_____ "Madeireiros na Al Sararé", 02/08/94.

Estado de São Paulo, "FMI-Cabide de Empregos". São Paulo, 18/08/86

Movimento, "Escravos brancos", no.160. São Paulo, 1978.

Opinião, no.14, 05 a 12/02/73. São Paulo-SP.

_____ n. 42, 27/8 a 09/09/73.

Porantim, Em defesa da causa indígena. CIMI, Manaus-AM.

_____ "Onze peões mortos: a versão dos índios", ano III, no.22, Setembro, 1980.

_____ "Guerra química para liquidar os Nambiquaras", ano III, no.18, Maio, 1980.

Resenha Índigena, (Outubro de 1986 a Novembro de 1993). Cuiabá, CIMI-MT.

ICONOGRAFIA

